



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 504

Terça-feira - 08 de Junho de 2010

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

| | |
|------------------------------|-----|
| Alto Bela Vista..... | 1 |
| Antônio Carlos | 2 |
| Arroio Trinta..... | 2 |
| Atalanta..... | 3 |
| Caçador..... | 4 |
| Campo Alegre | 52 |
| Campos Novos | 55 |
| Canoinhas..... | 56 |
| Capinzal | 56 |
| Chapadão do Lageado | 58 |
| Concórdia | 59 |
| Coronel Martins..... | 68 |
| Corupá | 68 |
| Ermo | 69 |
| Forquilha..... | 117 |
| Fraiburgo..... | 117 |
| Garopaba..... | 127 |
| Gaspar | 133 |
| Governador Celso Ramos | 153 |
| Herval do Oeste | 153 |
| José Boiteux | 153 |
| Meleiro | 154 |
| Nova Trento | 155 |
| Paial..... | 168 |
| Paulo Lopes | 171 |
| Rio do Sul..... | 171 |
| São Lourenço do Oeste..... | 172 |
| Schroeder | 172 |
| Vidal Ramos..... | 176 |
| Videira..... | 176 |

Alto Bela Vista

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto nº 1.214, de 02 de junho de 2010.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE VAGA NO CONCURSO 01/2009, DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal em Exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando encontrar-se em vigor o Concurso Público nº 01/2009, para o provimento de cargos efetivos no Município;
Considerando a abertura de 02 (duas) vagas para o cargo de Agente de Limpeza e Copa, já providas pelo Município;
Considerando a aposentadoria por invalidez de servidora que exercia o Cargo de Agente de Limpeza e Copa junto a Unidade de Saúde Central, e a necessidade do preenchimento da referida vaga ante a necessidade, conveniência e oportunidade do Município;
Considerando por fim, o disposto no Inciso IV do Art. 37 da Constituição Federal;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto mais uma vaga(3ª) para o Cargo de Agente de Limpeza e Copa no Concurso 001/2009; da prefeitura Municipal de Alto Bela Vista.

Art. 2º As despesas decorrentes da Execução do Presente Decreto correrão por conta do orçamento geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 02 de junho de 2010.

SÉRGIO LUIS SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHAMBACH

Responsável pelas Publicações

Decreto nº 1.215, de 02 de junho de 2010.

DECRETA PONTO FACULTATIVO

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, SC, usando das atribuições conferidas pelo Artigo 99 item VIII da Lei Organica

Considerando a necessidade de contenção de despesas nos seto-

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tibúrcio Gonçalves - Presidente • Edinardo Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

res da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Será considerado Ponto Facultativo do dia 04 de Junho de 2010; no dia seguinte ao feriado de Corpus Christi; nas Repartições Públicas Municipais, com exceção da Gerencia Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 02 de junho de 2010.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH

Responsável pelas Publicações

Contrato Administrativo Nº 071/2010.

Extrato de Contrato 071/2010

Partes Município de Alto Bela Vista e RETIPEL RETIFICA DE MOTORES E SERVIÇOS LTDA

Objeto O MUNICÍPIO contrata à CONTRATADA o fornecimento, de serviços para recuperação de Caminhão Basculante, conforme proposta apresentada no Processo de Licitação nº 025/2010, Convite nº 013/2010.

Valor Total R\$ 22.547,40 (Vinte e dois mil quinhentos e quarenta e sete reais e quarenta centavos)

Vigência O Presente termo contratual tem sua vigência iniciada na data de sua assinatura, e ficará adstrita à vigência dos créditos orçamentários previstos para o orçamento do corrente exercício.

Base Legal Processo de Licitação nº. 025/2010 Convite nº. 013/2010 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 071/2010

Alto Bela Vista em 02 de junho de 2010.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

RETIPEL RETIFICA DE MOTORES E SERVIÇOS LTDA
Contratado

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 249/2010

PORTARIA NO 249/2010

DETERMINA A REALIZAÇÃO DE VISTORIAS IN LOCO EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS QUE UTILIZAM MÁQUINAS DE BRONZEAMENTO ARTIFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

Considerando a resolução n.º 56/2009 da ANVISA, que proibiu em todo território nacional o uso dos equipamentos para bronzeamento artificial, com finalidade estética, baseada na emissão da radiação ultravioleta (UV);

Considerando o ofício n.º 035/2010/3ªPJB, oriundo da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Biguaçu, recomendando a realização de vistorias nos locais aonde eram ou são realizados os bron-

zeamentos artificiais com a utilização daqueles equipamentos;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar à Vigilância Sanitária Municipal, para que, em cumprimento aos preceitos legais e à recomendação do MPSC, proceda à vistoria in loco, dos locais que tenham se utilizado ou possam vir a utilizar os equipamentos de bronzeamento artificial, dentro de sua competência e jurisdição;

§1º - Em sendo constatada a presença de equipamentos proibidos pela ANVISA, que seja imediatamente notificado o proprietário, acerca da proibição existente.

§2º - Da mesma forma, deverá a autoridade de vigilância sanitária municipal, proceder ao lacramento dos equipamentos ilegais, bem como proceder à instauração de procedimento administrativo próprio.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 21 de maio de 2010.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado a presente Portaria, em 21 de maio de 2010.

MAURO CÉSAR DA SILVEIRA

Secretário da Administração e Finanças

Arroio Trinta

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato pregão nº 0008 2010 - longarinas, tv, dvd e suporte para tv - clínica de fisioterapia

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0008/2010.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: Aquisição de Longarinas, TV, DVD e Suporte para TV, para Equipar a Clínica de Fisioterapia, na Unidade de Saúde Central, do Município de Arroio Trinta.

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada.

Entrega dos Envelopes: Até às 08:45h do dia 22/06/2010.

Abertura dos Envelopes: Às 09:00h do dia 22/06/2010.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta, 04 de junho de 2010.

GLOTILDE CASALETTI SARTORI

Secretária de Saúde



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Atalanta

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria N° 099/2010

PORTARIA N° 099/2010

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere no artigo 1º e anexo I da Lei nº 1118/2009,

RESOLVE:

Nomear por Concurso para Emprego Público a Senhora GISLAINE THAIS DA SILVA DE SOUZA, para ocupar o Cargo de Técnica em Enfermagem, nível III, conforme Arts. 2, 3,10 e 19 e anexo II da Lei nº 1118/2009 de 16 de setembro de 2009, a partir da data de 03 de maio de 2010.

Portaria N° 100/2010

PORTARIA N° 100/2010

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 64, item I e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 001/2001 de 01 de março de 2001,

RESOLVE:

Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora MARELI ANTUNES RODRIGUES JOCHEM, conforme Atestado Médico arquivado no Departamento de Pessoal desta Prefeitura Municipal, a partir de 03 de maio de 2010.

Portaria N° 101/2010

PORTARIA N° 101/2010

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere no artigo 1º e anexo I da Lei nº 1118/2009,

RESOLVE:

Nomear por Concurso para Emprego Público a Senhorita GABRIELLY LUDVIG LEHMKUHL, para ocupar o Cargo de Dentista, nível VI, 20 hs, conforme Arts. 2, 3,10 e 19 e anexo II da Lei nº 1118/2009 de 16 de setembro de 2009, a partir da data de 03 de maio de 2010.

Portaria N° 102/2010

PORTARIA N° 102/2010

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere no artigo 1º e anexo I da Lei nº 1118/2009,

RESOLVE:

Nomear por Concurso para Emprego Público a Senhora MARIA GORETI KLAUMANN, para ocupar o Cargo de Agente Comunitário de Saúde, nível I, conforme Arts. 2, 3,10 e 19 e anexo II da Lei nº 1118/2009 de 16 de setembro de 2009, a partir da data de 03 de maio de 2010.

Portaria N° 103/2010

PORTARIA N° 103/2010

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere no artigo 1º e anexo I da Lei nº 1118/2009,

RESOLVE:

Nomear por Concurso para Emprego Público a Senhora LILIAN

VIVIANE SIEWERT SEBOLD, para ocupar o Cargo de Agente Comunitário de Saúde, nível I, conforme Arts. 2, 3,10 e 19 e anexo II da Lei nº 1118/2009 de 16 de setembro de 2009, a partir da data de 03 de maio de 2010.

Portaria N° 104/2010

PORTARIA N° 104/2010

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere no artigo 1º e anexo I da Lei nº 1118/2009,

RESOLVE:

Nomear por Concurso para Emprego Público a Senhora RITA PEZENTI PEREIRA, para ocupar o Cargo de Agente Comunitário de Saúde, nível I, conforme Arts. 2, 3,10 e 19 e anexo II da Lei nº 1118/2009 de 16 de setembro de 2009, a partir da data de 03 de maio de 2010.

Portaria N° 105/2010

PORTARIA N° 105/2010

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere no artigo 1º e anexo I da Lei nº 1118/2009,

RESOLVE:

Nomear por Concurso para Emprego Público a Senhora NAIR DOS SANTOS ANTUNES, para ocupar o Cargo de Agente Comunitário de Saúde, nível I, conforme Arts. 2, 3,10 e 19 e anexo II da Lei nº 1118/2009 de 16 de setembro de 2009, a partir da data de 03 de maio de 2010.

Portaria N° 106/2010

PORTARIA N° 106/2010

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere no artigo 1º e anexo I da Lei nº 1118/2009,

RESOLVE:

Nomear por Concurso para Emprego Público a Senhora IVONETE KRAUSE, para ocupar o Cargo de Agente Comunitário de Saúde, nível I, conforme Arts. 2, 3,10 e 19 e anexo II da Lei nº 1118/2009 de 16 de setembro de 2009, a partir da data de 03 de maio de 2010.

Portaria N° 107/2010

PORTARIA N° 107/2010

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere no artigo 1º e anexo I da Lei nº 1118/2009,

RESOLVE:

Nomear por Concurso para Emprego Público a Senhora SIMONI KLAUMANN, para ocupar o Cargo de Agente Comunitário de Saúde, nível I, conforme Arts. 2, 3,10 e 19 e anexo II da Lei nº 1118/2009 de 16 de setembro de 2009, a partir da data de 03 de maio de 2010.

Portaria N° 108/2010

PORTARIA N° 108/2010

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere no artigo 1º e anexo I da Lei nº 1118/2009,

RESOLVE:

Nomear por Concurso para Emprego Público a Senhora ANA CLAUDIA D. VASSELAI, para ocupar o Cargo de Técnica em En-



fermagem, nível III, conforme Arts. 2, 3,10 e 19 e anexo II da Lei nº 1118/2009 de 16 de setembro de 2009, a partir da data de 10 de maio de 2010.

Portaria Nº 109/2010

PORTARIA Nº 109/2010

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 31, parágrafo V da Lei 944/2007,

RESOLVE:

Nomear o Senhor VILMAR MOREIRA, brasileiro, portador do CPF nº 614.390.109-00, para exercer o Cargo de Diretor do Departamento de Meio Ambiente, nível DAS-2, 30hs, conforme anexo I da Lei nº 944/2007 de 18 de janeiro de 2007, a partir de 13 de maio de 2010.

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

DATA de ABERTURA DAS PROPOSTAS TP 05/2010 PREFEITURA

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS TP 05/2010 PREFEITURA
Como as empresas participante do presente processo não apresentaram recurso dentro do prazo legal, fica estabelecida nova sessão para abertura dos envelopes contendo as propostas de preços às 08:30 horas do dia 07 de junho de 2010.

Contrato 13-2010 FUNDEMA

Contrato nº 13/10 FUNDEMA - Prorrogação de prazo ao 01/09 contrato para para coleta, transporte e disposição final de resíduos sólidos recicláveis do município. Referente ao processo licitatório nº 01/09 CV nº 01/09. Contratado: ESA - CONSTRUÇÕES, PROJETOS E TECNOLOGIA SANITÁRIA E AMBIENTAL LTDA. Valor: R\$ 48.980,00. Prazo: 18/07/10 ou até que se conclua processo em andamento.

Contrato 14-2010 FUNDEMA

Contrato nº14/10 FUNDEMA- Aquisição de materiais e mão de obra para execução de cerca nas margens do Rio do Peixe. Referente ao processo licitatório nº 16/10 PR nº 09/10. Contratado: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA TANGARÁ-COOTAN. Valor: R\$ 5.850,00 - Prazo: 31/12/2010.

Contrato 15-2010 FUNDEMA

Contrato nº15/10 FUNDEMA- Aquisição de materiais e mão de obra para execução de cerca nas margens do Rio do Peixe. Referente ao processo licitatório nº 16/10 PR nº 09/10. Contratado: J & N QUADROS EMPREITEIRA LTDA- ME. Valor: R\$ 28.000,00 - Prazo: 31/12/2010.

Contrato 16-2010 FUNDEMA

Contrato nº16/10 FUNDEMA- Aquisição de materiais e mão de obra para execução de cerca nas margens do Rio do Peixe. Referente ao processo licitatório nº 16/10 PR nº 09/10. Contratado: SERGIO ALVES TELAS ME. Valor: R\$ 6.650,00 - Prazo: 31/12/2010.

Contrato 17-2010 FUNDEMA

Contrato nº17/10 FUNDEMA- Aquisição de materiais e mão de obra para execução de cerca nas margens do Rio do Peixe. Referente ao processo licitatório nº 16/10 PR nº 09/10. Contratado: COOP. AGROIND. DOS PROD. DE HORTIFRUTIGRANJEIROS. Valor: R\$ 15.000,00 Prazo: 31/12/2010.

Contrato 73-2010 PREFEITURA

Contrato nº 73/10 - Prorrogação de prazo de contratação ao contrato 141/09 para exploração, à Título Precário, da Loja nº 03 (três) situada no Terminal Rodoviário Selvino Caramori. Referente ao processo licitatório nº 16/07 CC nº 04/07. Contratado: SOLANGE DE LOURDES CONSTANTINI GRISOTTI ME. Valor: R\$ 6.207,60. Prazo: 12/05/2011.

Contrato 80-2010 PREFEITURA

Contrato nº 80/10 - Contratação de empresa habilitada em regime de execução por empreitada global, do tipo menor preço global, para construção da mangueira e pista de arremate. Referente ao processo licitatório nº 47/10 TP nº 03/10. Contratado: ALAN MARCUS BLANC E CIA LTDA - Valor: R\$ 239.426,82 - Prazo: 05 anos.

Contrato 81-2010 PREFEITURA

Contrato nº 81/10 - Prorrogação de prazo de contratação de serviços para Projeto de Consultoria na área de Agronegócios. Referente ao processo licitatório nº 75/09 DL nº 06/09. Contratado: SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA - SEBRAE/SC. Valor: R\$ 60.500,00. Prazo: 26/05/2011.

Contrato 82-2010 PREFEITURA

Contrato nº 82/10 - Contratação de serviços na área de qualificação social e profissional referente ao projeto Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã que beneficiará jovens de 18 a 29 anos. Referente ao processo licitatório nº 60/10 TP nº 04/10. Contratado: COOPESC- COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS EM SERVIÇO PÚBLICOS E PRIVADOS DE SANTA CATARINA. Valor: R\$ 476.962,50 - Prazo: 31/05/2011.

ATA 08-2010 FUNDEMA

Ata nº 08/10 FUNDEMA – PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2010 – Aquisição de óleo diesel e gasolina para abastecimento direto na bomba. Fornecedor: POSTO BRASILIA LTDA, – Caçador, SC. Prazo: 12 meses.

| QTDADE | UNID. | DESCRIÇÃO | R\$ UNID |
|--------|-------|-------------------------|----------|
| 8.000 | Litro | Gasolina comum | 2,20 |
| 15.000 | Litro | Óleo diesel (biodiesel) | 1,81 |

ATA 09-2010 FUNDEMA

Ata nº 09/10 FUNDEMA – PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2010 – Registro de preço para contratação de empresa para realização de serviços de roçadas manual e com trator. Fornecedor: PLS DO BRASIL COM. DE MAT. P/ PINTURA LTDA, – Caçador, SC. Prazo: 12 meses.

| QUANT. | UNID. | DESCRIÇÃO | R\$ UNID |
|---------|-------|---|----------|
| 250.000 | M2 | Serviços de roçada de terrenos | 0,30 |
| 250.000 | M2 | Serviços de roçada e limpeza de terrenos (rastelado e ensacado) | 0,40 |



| | | | |
|-----|---------------|---|-------|
| 300 | HORAS/MÁQUINA | Serviços de roçada de terrenos com trator | 73,50 |
|-----|---------------|---|-------|

ATA 10-2010 FUNDEMA

Ata nº 10/10 FUNDEMA – PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2010 – Registro de Preços para Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação dos serviços de manutenção elétrica de Retroescavadeira Fiat Allis e Trator Valmet e manutenção de Roçadeiras. Fornecedor: CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA-TORTELLI, – Caçador, SC. Prazo: 12 meses.
LOTE 03

| ITEM | MARCA | MODELO | NÚMERO | ANO | M.O R\$ | PEÇAS % |
|-------------------------------|-----------------|---------------------------|--------|------|---------|---------|
| 03 | STIHL FS 220 | 04 (QUATRO) ROÇADEIRAS | S/N | 2000 | 20,00 | 20% |
| VALOR ESTIMADO: R\$ 14.000,00 | | | | | | |

ATA 11-2010 FUNDEMA

Ata nº 11/10 FUNDEMA – PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2010 – Registro de Preços para Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação dos serviços de manutenção elétrica de Retroescavadeira Fiat Allis e Trator Valmet e manutenção de Roçadeiras. Fornecedor: FRANÇA ELETRICIDADE PARA VEÍCULOS LTDA - ME, – Caçador, SC. Prazo: 12 meses.
LOTE 02

| ITEM | MARCA | MODELO | NÚMERO | ANO | M.O R\$ | PEÇA % |
|---------------------------|--------|--------|--------|------|---------|--------|
| 02 | VALMET | TRATOR | 64 | 1985 | 12,25 | 41% |
| VALOR ESTIMADO: 10.000,00 | | | | | | |

ATA 17-2010 ASS. SOCIAL

Ata nº 17/10 FMAS – PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2010 – Aquisição de gasolina para abastecimento direto na bomba de veículos do Fundo Municipal de Assistência Social. Fornecedor: POSTO DE ABASTECIMENTO CURY LTDA – Caçador, SC. Prazo: 12 meses.

| QTD | UNID. | DESCRIÇÃO | R\$ UN |
|--------|-------|----------------|--------|
| 10.000 | Litro | Gasolina comum | 2,48 |

ATA 87-2010 PREFEITURA

Ata nº 87/10 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2010 – Contratação de empresa para lavagem de máquinas e veículos da municipalidade. Fornecedor: MARCELO GONÇALVES – ME. – Caçador, SC. Prazo: 12 meses.

| QTDE | DESCRIÇÃO | VLR UN |
|------|---|--------|
| 340 | Lavagem completa de veículos de passeio pequenos – 40 para agric. e 300 para infra | 9,95 |
| 240 | Lavagem completa de veículos grandes (caminhões e ônibus) – 40 para agric. e 200 para infra | 39,95 |
| 110 | Lavagem completa de motor a quente - veículos pequenos, médios, utilitários e grandes – 10 para agric. e 100 para infra | 16,00 |
| 140 | Lavagem completa de veículos utilitários – Sprinter, besta Kombi, camionete – 40 para agric. e 100 para infra | 21,67 |

| | | |
|-----|--|--------|
| 65 | Lavagem completa de moto – para infra | 5,95 |
| 100 | Pulverizações – veículos pequenos, médios, utilitários e grandes (infra) | 20,00 |
| 250 | Engraxadas – veículos, pequenos, médios, utilitários e grandes (infra) | 25,00 |
| 90 | Lavagem completa de máquinas pesadas (patrola, carregadeira, retro escavadeira, etc...) – 40 para agric. e 50 para infra | 200,00 |
| 100 | Lavagem completa de veículo médio – Micro ônibus (infra) | 29,95 |

ATA 100-2010 PREFEITURA

Ata nº 100/10 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2010 – Registro de preços para fornecimento de gás e aquisição de cascos, mangotes, válvulas e mangueiras, destinados a manutenção das diversas Secretarias da Municipalidade. Fornecedor: COZIGÁS COMÉRCIO E TRANSPORTES DE GASES LTDA – Caçador SC. Prazo: 12 meses.

| QUANT. | DESCRIÇÃO | VLR UN |
|--------|---|--------|
| 400 | Gás acondicionado em botijões de 45 quilos, GLP – P45, composição: gás liquefeito de petróleo | 167,00 |
| 50 | Casco P - 13 | 70,00 |
| 20 | Casco P - 45 | 300,00 |
| 20 | Mangote P - 45 | 35,00 |
| 20 | Válvula P - 13 | 30,00 |
| 20 | Mangueira P - 13 | 10,00 |

ATA 101-2010 PREFEITURA

Ata nº 101/10 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2010 – Registro de preços para fornecimento de gás e aquisição de cascos, mangotes, válvulas e mangueiras, destinados a manutenção das diversas Secretarias da Municipalidade. Fornecedor: IVONICE TERESINHA PIERDONA ME – Caçador SC. Prazo: 12 meses

| QUANT. | DESCRIÇÃO | VLR UN |
|--------|--|--------|
| 1.000 | Gás acondicionado em cilindros de 13 quilos, GLP – P13, composição: gás liquefeito de petróleo | 43,00 |

ATA 103-2010 PREFEITURA

Ata nº 103/10 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2010 – Registro de preços para contratação de serviços de recapagem de pneus, aquisição de extintores, recargas e retexes destinados a Secretaria de Agricultura; e aquisição de pneus destinados a Secretaria de Gabinete e de Administração e Fazenda. Fornecedor: ADELVO BASQUERA - FI – Caçador SC. Prazo: 12 meses.

| QUANT. | DESCRIÇÃO | R\$ UN |
|--------|------------------------------|----------|
| 05 | EXTINTOR NOVO PQS 1 KG BC | 80,00 |
| 05 | EXTINTOR NOVO PQS 1 KG ABC | 80,00 |
| 03 | EXTINTOR NOVO PQS 2 KG BC | 116,6667 |
| 03 | EXTINTOR NOVO PQS 2 KG ABC | 120,00 |
| 10 | RECARGA DE EXTINTOR PQS 1 KG | 11,4111 |
| 10 | RETESTE DE EXTINTOR PQS 1 KG | 4,3889 |
| UN | RECARGA DE EXTINTOR PQS 2 KG | 23,8095 |
| UN | RETESTE DE EXTINTOR PQS 2 KG | 4,7619 |



ATA 104-2010 PREFEITURA

Ata nº 104/10 – PREGÃO PRESENCIAL Nº30/2010 – Registro de preços para contratação de serviços de recapagem de pneus, aquisição de extintores, recargas e retextos destinados a Secretaria de Agricultura; e aquisição de pneus destinados a Secretaria de Gabinete e de Administração e Fazenda. Fornecedor: COMÉRCIO DE EXTINTORES SANTA FE LTDA – Caçador SC. Prazo: 12 meses.

| QUANT. | DESCRIÇÃO | R\$ UN |
|--------|------------------------------|---------|
| 05 | EXTINTOR NOVO PQS 4 KG BC | 120,00 |
| 05 | EXTINTOR NOVO PQS 8 KG BC | 170,00 |
| 05 | RECARGA DE EXTINTOR PQS 4 KG | 43,1507 |
| 07 | RETESTE DE EXTINTOR PQS 4KG | 19,1781 |
| 05 | RECARGA DE EXTINTOR PQS 8 KG | 56,4706 |
| 05 | RETESTE DE EXTINTOR PQS 8 KG | 23,5294 |

ATA 105-2010 PREFEITURA

Ata nº 105/10 – PREGÃO PRESENCIAL Nº30/2010 – Registro de preços para contratação de serviços de recapagem de pneus, aquisição de extintores, recargas e retextos destinados a Secretaria de Agricultura; e aquisição de pneus destinados a Secretaria de Gabinete e de Administração e Fazenda. Fornecedor: MODELO PNEUS LTDA – Bento Gonçalves RS. Prazo: 12 meses.

| QUANT. | DESCRIÇÃO | R\$ UN |
|--------|--|--------|
| 08 | Pneu novo 185x 70 R14 | 164,00 |
| 06 | Pneu novo 195 x 60 R 15 | 195,00 |
| 08 | Pneu novo para moto 90x90 R18 borrachudo | 78,00 |
| 08 | Pneu novo para moto 2x75 R18 liso | 70,00 |
| 16 | Câmara nova 300/18 | 17,00 |

ATA 106-2010 PREFEITURA

Ata nº 106/10 – PREGÃO PRESENCIAL Nº30/2010 – Registro de preços para contratação de serviços de recapagem de pneus, aquisição de extintores, recargas e retextos destinados a Secretaria de Agricultura; e aquisição de pneus destinados a Secretaria de Gabinete e de Administração e Fazenda. Fornecedor: F. VACHILESKI & CIA LTDA – Erechim RS. Prazo: 12 meses.

| QTDE | DESCRIÇÃO | R\$ UN |
|------|---------------------------------------|----------|
| 12 | Recapagem de pneu 1400x24 16L | 443,8649 |
| 08 | Recapagem de pneu 16.9x28 – R4 – 10L | 685,9731 |
| 04 | Recapagem de pneu 14.9x28 12L (tras) | 516,4974 |
| 04 | Recapagem de pneu 7.5x16 (diant) | 121,0541 |
| 02 | Recapagem de pneu 14.9x24 10L (diant) | 460,0055 |
| 02 | Recapagem de pneu 18.4x34 10L (tras) | 718,2542 |
| 50 | Recapagem de pneu 1000x20 borrachudo | 217,8973 |
| 06 | Recapagem de pneu 7.50x16 borrachudo | 121,0541 |
| 50 | Consertos para recape do nº 02 a 05 | 3,2281 |
| 20 | Consertos para recape do nº 06 a 09 | 16,1405 |
| 20 | Vulcanização do nº 02 a 05 | 16,1405 |
| 10 | Vulcanização do nº 06 a 09 | 28,246 |
| 10 | Vulcanização – manchões aro 20 | 24,2108 |
| 10 | Vulcanização manchões aro 24 | 72,6324 |

ATA 107-2010 PREFEITURA

Ata nº 107/10 – PREGÃO PRESENCIAL Nº21/2010 - Registro de preços para aquisição de materiais de limpeza e gêneros alimentícios, destinados as diversas Secretarias. Fornecedor: AMANDA COMÉRCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA – Caxias do Sul RS. Prazo: 12 meses.

| QTD | UNID. | DESCRIÇÃO | R\$ UN |
|-----|-------|---|--------|
| 300 | L | Acido muriático, embalagem com 01 litro | 1,32 |
| 960 | L | Água sanitária, embalagem de 01 litros | 0,69 |
| 600 | L | Álcool 92.8 GL – liquido, embalagem com 600 ml | 2,49 |
| 200 | L | Amaciante de roupa, embalagem com 02 litros | 2,26 |
| 200 | Und | Pano de louça pronto 100 x 60 cm (não pode ser semaninha) | 2,33 |
| 960 | Und | Desinfetante para banheiro em pedra (Pedra Sanitária) | 0,55 |
| 50 | Und | Desentupidor sanitário | 2,50 |
| 60 | Und | Escova de mão em plástico com cerdas resistentes | 0,99 |
| 60 | Und | Escova sanitária oval, com estojo, cerdas duras | 2,98 |
| 420 | Pct | Esponja de lã de aço - com 08 unidades | 0,82 |
| 240 | Und | Lustra móveis - creme – embalagem com 200 ml | 1,38 |
| 50 | Und | Pá para lixo de metal com cabo longo | 2,18 |
| 48 | Und | Rodo de borracha 30 cm, com cabo, suporte de plástico | 2,55 |
| 280 | Galão | Sabonete liquido – embalagem de 05 litros | 9,60 |

ATA 108-2010 PREFEITURA

Ata nº 108/10 – PREGÃO PRESENCIAL Nº21/2010 - Registro de preços para aquisição de materiais de limpeza e gêneros alimentícios, destinados as diversas Secretarias. Fornecedor: COMERCIO DE EMBALAGENS CAÇADOR LTDA – Caçador SC. Prazo: 12 meses.

| QTD | UNID. | DESCRIÇÃO | R\$ UN |
|-----|-------|--|--------|
| 350 | Fardo | Embalagem plástica para lixo, na cor preto 12 micra – tamanho 75x90 capacidade 100 litros- fardo com 100 unidades. | 38,00 |
| 50 | Und | Garrafa térmica com sistema de pressão, capacidade 1,8 litro | 46,50 |
| 200 | Und | Pilha Alcalina AA embalagem com 02 unidades | 2,69 |
| 96 | Und | Rodo de borracha 60 cm, com cabo, suporte de plástico | 3,95 |
| 120 | Und | Sabonete comum - 90 gramas | 0,69 |
| 400 | Und | Sacos plásticos reforçados, tipo cesta básica. | 0,33 |

ATA 109-2010 PREFEITURA

Ata nº 109/10 – PREGÃO PRESENCIAL Nº21/2010 - Registro de preços para aquisição de materiais de limpeza e gêneros alimentícios, destinados as diversas Secretarias. Fornecedor: COPAPEL COM. E REPRES. DE PAPEL LTDA – Joinville SC. Prazo: 12 meses.

| QTD | UNID. | DESCRIÇÃO | R\$ UN |
|-------|-------|---|--------|
| 1.400 | Und | Desinfetante líquido concentrado, embalagem de 05 litros, para diluição com rendimento até 200 litros | 28,90 |
| 600 | Und | Esponja dupla face – 100mmx71mmx20mm | 0,30 |



| | | | |
|------|--------|---|-------|
| 1200 | tubos | Desengordurante multiuso, tubo com 500 ml | 1,55 |
| 100 | Galões | Desengordurante e desengraxante – concentrado, embalagem de 05 litros | 62,80 |

ATA 110-2010 PREFEITURA

Ata nº 110/10 – PREGÃO PRESENCIAL Nº21/2010 - Registro de preços para aquisição de materiais de limpeza e gêneros alimentícios, destinados as diversas Secretarias. Fornecedor: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA – Caçador SC. Prazo: 12 meses.

| QTD | UNID. | DESCRIÇÃO | R\$ UN |
|-----|-------|--|--------|
| 200 | Und | Cera líquida incolor, antiderrapante, embalagem 05 litros | 24,00 |
| 300 | Cx | Chá flores e frutas, caixa com 15 saquinhos, sabores a escolher | 5,69 |
| 100 | Und | Esponja de aço inox | 1,10 |
| 300 | Cx | Filtro para café nº 103 caixa com 30 unidades | 1,15 |
| 200 | Und | Flanela com barra medindo aproximadamente 40 x 60 cm, cores lisas | 0,90 |
| 300 | Par | Luva para limpeza com forro amarela - de borracha - tamanho M | 1,30 |
| 100 | Par | Luva para limpeza com forro amarela - de borracha - tamanho P | 1,30 |
| 300 | Par | Luva para limpeza com forro amarela - de borracha - tamanho G | 1,30 |
| 700 | Frd | Papel higiênico branco - picotado - folha dupla 16 x 4 –macio- 30 mts, fardo com 64 rolos | 30,00 |
| 800 | Frd | Papel toalha branco, não reciclado, interfólia duas dobras, 21 x 22,5cm, pacote com 1.000 un | 4,20 |
| 480 | L | Querosene para limpeza, embalagem com 1 litro | 4,15 |
| 600 | Kg | Sabão em pó caixa de 1kg | 3,20 |
| 180 | Und | Vassoura de palha 05 fios ,com bastante palha | 5,80 |

ATA 111-2010

Ata nº 111/10 – PREGÃO PRESENCIAL Nº21/2010 - Registro de preços para aquisição de materiais de limpeza e gêneros alimentícios, destinados as diversas Secretarias. Fornecedor: MARCOS BULLE DA COSTA ME – Caçador SC. Prazo: 12 meses.

| QTD | UNID. | DESCRIÇÃO | R\$ UN |
|-----|-------|---|--------|
| 800 | Pct | Açúcar refinado, branco, pacote com 05 quilos | 7,89 |
| 100 | Und | Balde plástico –capacidade 20 litros - sem tampa, reforçado | 2,44 |
| 600 | Und | Bolsa de algodão – alvejada medindo no mínimo 0,60x0,80 mt | 1,99 |
| 06 | Par | Botas de borracha Nº 36 | 16,49 |
| 04 | Par | Botas de borracha Nº 37 | 16,49 |
| 04 | Par | Botas de borracha Nº 38 | 16,49 |
| 02 | Par | Botas de borracha Nº 39 | 16,49 |
| 02 | Par | Botas de borracha Nº 40 | 16,49 |
| 02 | Par | Botas de borracha Nº 41 | 16,49 |
| 02 | Par | Botas de borracha Nº 42 | 16,49 |

| | | | |
|-------|-------|---|-------|
| 1.800 | Pct | Café em pó torrado e moído, extra forte, tipo exportação | 3,94 |
| 100 | Cx | Copo descartável para água - 180ml – caixa com 3000 | 42,90 |
| 20 | Cx | Copo descartável para café - 50ml – caixa com 5000 | 43,89 |
| 1200 | Und | Detergente para louças líquido – embalagem com 500 | 0,79 |
| 2.000 | Fardo | Embalagem plástica para lixo, na cor preto 10 micra - capacidade 50 litros– fardo com 10 Unid | 1,32 |
| 2.000 | Fardo | Embalagem plástica para lixo, na cor preto 10 micra - capacidade 30 litros– fardo com 10 Unid | 1,23 |
| 120 | Maço | Fósforos, caixa pequena, maço com 10 caixas cada | 0,94 |
| 40 | Und | Garrafa térmica com sistema de pressão, capacidade 01 litro | 21,39 |
| 200 | Und | Lâmpada incandescente 100 Volts | 1,25 |
| 50 | Und | Lixeiro plástico reforçada - capacidade 24 litros – com pedal – não telado | 19,99 |
| 50 | Und | Lixeiro plástico telado capacidade 08 litros | 1,25 |
| 10 | Und | Mangueira para limpeza/lavação de calçadas, 30 metros | 12,40 |
| 100 | Und | Desodorizador de ar frasco com 400 ml, spray | 4,24 |
| 200 | Und | Pilha Alcalina AAA embalagem com 02 unidades | 2,98 |
| 60 | Und | Rodo com espuma 40 cm, com cabo | 3,25 |
| 150 | Und | Rodo de borracha com aproximadamente 62 cm | 11,90 |
| 300 | Und | Sabão em pedra - neutro - 500 gramas | 0,96 |
| 480 | Und | Saponáceo em pó com amoníaco, tubo com 300 gr | 0,89 |
| 60 | Und | Toalha de rosto tamanho médio | 1,50 |
| 360 | Und | Vassoura de nylon sem cabo | 1,59 |

ATA 112-2010 PREFEITURA

Ata nº 112/10 – PREGÃO PRESENCIAL Nº33/10 - Registro de preços para aquisição de toner remanufaturado, recarga de tonner com troca de cilindro para as diversas secretarias, aquisição de material de expediente para Polícia Militar e aquisição de 05 microcomputadores e 05 estabilizadores para Polícia Civil. Fornecedor: LIDER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA– Caçador SC. Prazo: 12 meses.

| QUANT | DESCRIÇÃO | R\$ UN |
|-------|--|----------|
| 05 | Microcomputador tipo Intel Pentium, Dual Core 2160 1.8GHZ, 800 MHZ BOX, Gabinete ATX 4 baías | 2.440,00 |

ATA 113-2010 PREFEITURA

Ata nº 113/10 – PREGÃO PRESENCIAL Nº33/10 - Registro de preços para aquisição de toner remanufaturado, recarga de tonner com troca de cilindro para as diversas secretarias, aquisição de material de expediente para Polícia Militar e aquisição de 05 microcomputadores e 05 estabilizadores para Polícia Civil. Fornecedor: MARILDA SALETE LUZ - ME– Caçador SC. Prazo: 12 meses.

| QUANT | UNID | DESCRIÇÃO | R\$ UN |
|-------|------|--|--------|
| 30 | UN | RECARGA DE TONER 4200 BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO | 38,50 |
| 50 | CX | Papel A4, caixa com 10 resmas de 500 folhas cada | 99,50 |



| | | | |
|-----|----|--|-------|
| 60 | UN | Bobina para fax com 30 metros | 3,25 |
| 10 | CX | Formulário 80 colunas, caixa com no mínimo 2.500 | 39,00 |
| 200 | UN | Caixa de arquivo morto 33X25X13 | 1,19 |
| 05 | UN | Estabilizador de energia 500W | 97,87 |

ATA 114-2010 PREFEITURA

Ata nº 114/10 – PREGÃO PRESENCIAL Nº33/10 - Registro de preços para aquisição de toner remanufaturado, recarga de tonner com troca de cilindro para as diversas secretarias, aquisição de material de expediente para Polícia Militar e aquisição de 05 microcomputadores e 05 estabilizadores para Polícia Civil. Fornecedor: NELTON RUBENS EDUARDO- NEL PRINT – Curitiba PR. Prazo: 12 meses.

| QUANT | DESCRIÇÃO | R\$ UN |
|-------|--|--------|
| 25 | RECARGA DE TONER 13A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO | 34,50 |
| 40 | RECARGA DE TONER E120 BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO | 28,00 |
| 40 | TONER REMANUFATURADO 36A | 37,50 |
| 10 | TONER REMANUFATURADO E120A | 50,00 |

ATA 115-2010 PREFEITURA

Ata nº 115/10 – PREGÃO PRESENCIAL Nº33/10 - Registro de preços para aquisição de toner remanufaturado, recarga de tonner com troca de cilindro para as diversas secretarias, aquisição de material de expediente para Polícia Militar e aquisição de 05 microcomputadores e 05 estabilizadores para Polícia Civil. Fornecedor: PAPELARIA PARAISO LTDA ME – Caçador SC. Prazo: 12 meses.

| QUANT | UNID | DESCRIÇÃO | R\$ UN |
|-------|------|--|--------|
| 02 | UN | Fita para impressora matricial Epson, grande | 6,50 |
| 15 | CX | Clip tamanho 01, caixa com 500 g | 4,50 |
| 15 | CX | Clip tamanho 02, caixa com 500 g | 4,50 |
| 15 | CX | Clip tamanho 03, caixa com 500 g | 4,50 |
| 15 | CX | Clip tamanho 04, caixa com 500 g | 4,50 |
| 15 | CX | Clip tamanho 06, caixa com 500 g | 4,50 |
| 15 | CX | Clip tamanho 08, caixa com 500 g | 4,50 |
| 50 | CX | Grampo 26/6, caixa com 5.000 unidades | 2,00 |
| 5.000 | UN | Envelope 11X23 | 0,05 |
| 2.000 | UN | Envelope 17X25 | 0,12 |
| 2.000 | UN | Envelope 21X29 | 0,15 |
| 2.000 | UN | Envelope 23X33 | 0,22 |
| 2.000 | UN | Envelope 23X36 | 0,25 |
| 2.000 | UN | Envelope 31X41 | 0,32 |
| 2.000 | UN | Envelope na cor branca 17X25 | 0,11 |
| 50 | UN | Borracha escolar Média nº 60 | 0,13 |
| 60 | UN | Lápis preto nº 02 | 0,38 |
| 20 | UN | Apontador | 0,86 |
| 50 | UN | Fita adesiva transparente 12mm X 50m | 0,65 |
| 20 | UN | Fita adesiva transparente 19mm X 50m | 1,15 |
| 30 | UN | Fita adesiva transparente 45mm X 50m | 1,75 |
| 50 | UN | Fita Crepe 25mm X 50m | 2,45 |

| | | | |
|-----|----|---|-------|
| 50 | UN | Fita Crepe Branca 50mm X 50m | 5,50 |
| 15 | CX | Colchete nº 03 caixa com no mínimo 50 unidades | 3,63 |
| 15 | CX | Colchete nº 04 caixa com no mínimo 50 unidades | 3,63 |
| 15 | CX | Colchete nº 05 caixa com no mínimo 50 unidades | 3,75 |
| 15 | CX | Colchete nº 06 caixa com no mínimo 50 unidades | 3,75 |
| 15 | CX | Colchete nº 07 caixa com no mínimo 50 unidades | 4,75 |
| 10 | CX | Colchete nº 08 caixa com no mínimo 50 unidades | 4,75 |
| 10 | CX | Colchete nº 15 caixa com no mínimo 50 unidades | 6,25 |
| 30 | UN | Cola bastão 10g | 1,35 |
| 03 | CX | Caneta esferográfica vermelha, caixa com 50 | 18,00 |
| 10 | CX | Caneta esferográfica azul, caixa com 50 | 18,00 |
| 05 | CX | Caneta esferográfica preta, caixa com 50 | 18,00 |
| 30 | UN | Corretivo líquido 18 ml | 1,20 |
| 80 | UN | Caneta marca texto | 0,98 |
| 30 | UN | Régua 30 cm, (plástico duro) | 0,90 |
| 80 | UN | Pasta de papelão com elástico | 0,85 |
| 100 | UN | Cola branca escolar com 40 gr | 0,39 |
| 30 | UN | Prancheta em acrílico para A4 | 6,25 |
| 10 | UN | Livro Ata, capa dura preta, 200 folhas | 7,70 |
| 30 | UN | Lapiseira ponta 0,7 | 3,60 |
| 50 | CX | Grafite para lapiseira 0,7, caixa com 12 unidades | 0,50 |
| 50 | UN | Pincel marcador atômico | 1,20 |
| 50 | UN | Pincel para quadro branco (várias cores) | 3,50 |
| 10 | UN | Apagador para quadro branco | 3,50 |
| 50 | UN | Pasta de plástico para documentos | 1,50 |
| 10 | CX | Papel carbono, caixa com 100 folhas | 28,90 |
| 10 | UN | Tesoura tamanho médio 15 cm, lâmina aço inox | 2,50 |
| 15 | UN | Estilete tamanho grande, lâmina larga | 1,50 |
| 15 | UN | Grampeador tamanho médio, em metal, nº 266 | 13,90 |
| 05 | UN | Almofada para carimbo | 3,90 |
| 500 | UN | Folha de transparência para retroprojektor | 0,46 |
| 10 | UN | Molha-dedo 12 gr | 2,00 |

ATA 116-2010 PREFEITURA

Ata nº 116/10 – PREGÃO PRESENCIAL Nº33/10 - Registro de preços para aquisição de toner remanufaturado, recarga de tonner com troca de cilindro para as diversas secretarias, aquisição de material de expediente para Polícia Militar e aquisição de 05 microcomputadores e 05 estabilizadores para Polícia Civil. Fornecedor: REINKJET TINTAS TONERS E INFORMÁTICA LTDA – Blumenau SC. Prazo: 12 meses.

| QUANT | DESCRIÇÃO | R\$ UN |
|-------|---------------------------|--------|
| 10 | TONER REMANUFATURADO 4200 | 53,00 |



ATA 117-2010 PREFEITURA

Ata nº 117/10 – PREGÃO PRESENCIAL Nº33/10 - Registro de preços para aquisição de toner remanufaturado, recarga de tonner com troca de cilindro para as diversas secretarias, aquisição de material de expediente para Polícia Militar e aquisição de 05 microcomputadores e 05 estabilizadores para Polícia Civil. Fornecedor: TONERTECH COM. DE MAQUINAS LTDA-ME – Chapecó SC. Prazo: 12 meses.

| QUANT | DESCRIÇÃO | R\$ UN |
|-------|---|--------|
| 80 | RECARGA DE TONER 12A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO | 26,00 |
| 100 | RECARGA DE TONER 15A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO | 35,00 |
| 100 | RECARGA DE TONER 35A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO | 35,00 |
| 400 | RECARGA DE TONER 36A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO | 35,00 |
| 80 | RECARGA DE TONER 49A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO | 35,00 |
| 06 | TONER REMANUFATURADO 12A | 38,00 |
| 20 | TONER REMANUFATURADO 35A | 42,00 |

ATA 118-2010 PREFEITURA

Ata nº 118/10 – Atualização de preços para aquisição de pneus novos e câmaras novas destinadas as Secretarias de Agricultura e Infra Estrutura gasolina. Fornecedor: ZUCCO PNEUS LTDA – Caçador, SC.

| ITEM | DESCRIÇÃO | VALOR UN |
|------|--|----------|
| 01 | Pneu 1400x24 16L para Motoniveladora/carregadeira | 1.701,30 |
| 02 | Pneu 16.9 x28 – R4- 10L para retroescavadeira JCB | 1.770,00 |
| 06 | Pneu 18.4 x 34 10L (tras.) para trator Valmet Stand 1118 | 2.067,00 |
| 07 | Pneu 1000 x 20 borrachudo para caminhões | 728,54 |
| 08 | Pneu 1000 x 20 liso para caminhões | 673,10 |
| 09 | Pneu 7,50 x 16 borrachudo para ônibus | 307,80 |
| 10 | Pneu 7,50 x 16 liso para ônibus | 289,44 |
| 14 | Câmara de ar 1000 x 20 | 57,24 |
| 19 | Câmara de ar bico longo 7,50 x 16 | 34,45 |
| 25 | Câmara de ar aro 20 1.000 x 20 | 63,60 |
| 33 | Pneu 1000 R 20 – radial, novo, com 16 lonas, borrachudo | 939,60 |
| 34 | Pneu 1000 R 20 – radial, novo, com 16 lonas, liso | 910,44 |
| 39 | Pneu 225/70 x 15 8 l reforçado | 370,44 |
| 40 | Pneu 11 R 22,5 – radial, novo, com 16 lonas, liso, | 1.022,65 |
| 43 | Pneu 14.9 x 28.8L para valmet 76 | 1.296,38 |
| 44 | Pneu 16.9 x 30 para valmet | 1.486,00 |
| 51 | Câmara de ar aro 15 | 23,30 |
| 55 | Câmara 750 x 16 | 34,45 |
| 60 | Pneu 195 x 60 x 15 radial | 220,50 |

ATA 119-2010 - PREFEITURA

Ata nº 119/10 – Pregão Presencial nº31/10 - Registro de preços para aquisição madeira de eucalipto para Secr. de Infra, e aquisição de tintas e materiais de marcenaria destinados a Secr.

de Educação. Fornecedor: CAPRI TINTAS LTDA – Caçador SC. Prazo: 12 meses.

| QUANT | UNID | DESCRIÇÃO | R\$ UN |
|-------|-------|--|--------|
| 30 | Unid. | Tinta Acrílica Semi Brilho - 18 litros, azul del rey | 144,00 |
| 10 | Unid. | Tinta Acrílica Semi Brilho - 18 litros, vermelho | 149,00 |
| 40 | Unid. | Esmalte Sintético - 3,6 litros, azul del rey | 35,00 |
| 20 | Unid. | Esmalte Sintético - 3,6 litros, vermelho logotipo | 35,00 |
| 10 | Unid. | Esmalte Sintético - 3,6 litros, verde | 35,00 |
| 10 | Unid. | Esmalte Sintético - 3,6 litros, amarelo | 35,00 |
| 30 | Galão | Solvente, galão com 05 litros | 27,00 |
| 30 | Galão | Thinner, galão com 05 litros | 22,50 |
| 30 | Lt | Água Raz, com 01 litro | 4,50 |
| 05 | GL | VERNIZ SECAGEM RÁPIDA COM 3,6 ML | 32,90 |

ATA 12-2010 PREFEITURA

Ata nº 119/10 – Pregão Presencial nº31/10 - Registro de preços para aquisição madeira de eucalipto para Secr. de Infra, e aquisição de tintas e materiais de marcenaria destinados a Secr. de Educação. Fornecedor: CAPRI TINTAS LTDA – Caçador SC. Prazo: 12 meses.

| QUANT | UNID | DESCRIÇÃO | R\$ UN |
|-------|-------|--|--------|
| 30 | Unid. | Tinta Acrílica Semi Brilho - 18 litros, azul del rey | 144,00 |
| 10 | Unid. | Tinta Acrílica Semi Brilho - 18 litros, vermelho | 149,00 |
| 40 | Unid. | Esmalte Sintético - 3,6 litros, azul del rey | 35,00 |
| 20 | Unid. | Esmalte Sintético - 3,6 litros, vermelho logotipo | 35,00 |
| 10 | Unid. | Esmalte Sintético - 3,6 litros, verde | 35,00 |
| 10 | Unid. | Esmalte Sintético - 3,6 litros, amarelo | 35,00 |
| 30 | Galão | Solvente, galão com 05 litros | 27,00 |
| 30 | Galão | Thinner, galão com 05 litros | 22,50 |
| 30 | Lt | Água Raz, com 01 litro | 4,50 |
| 05 | GL | VERNIZ SECAGEM RÁPIDA COM 3,6 ML | 32,90 |

ATA 120-2010 PREFEITURA

Ata nº 120/10 – Pregão Presencial nº31/10 - Registro de preços para aquisição madeira de eucalipto para Secr. de Infra, e aquisição de tintas e materiais de marcenaria destinados a Secr. de Educação. Fornecedor: CASA DOS PARAFUSOS CAÇADOR LTDA – Caçador SC. Prazo: 12 meses.

| QUANT | UNID | DESCRIÇÃO | R\$ UN |
|-------|-------|---------------------------------------|--------|
| 200 | Unid. | Lixa Ferro 160 | 1,39 |
| 200 | Unid. | Lixa Ferro 140 | 1,39 |
| 10 | Cento | PARAFUSOS 4,0X16 CABEÇA CHATA PHILIPS | 2,02 |
| 05 | Cento | PARAFUSOS 3,5X20 CABEÇA CHATA PHILIPS | 1,88 |
| 05 | Cento | PARAFUSOS 3,5X30 CABEÇA CHATA PHILIPS | 2,41 |
| 10 | Cento | PARAFUSOS 4,0X30 CABEÇA CHATA PHILIPS | 2,78 |
| 05 | Cento | PARAFUSOS 2,0X20 CABEÇA CHATA PHILIPS | 1,43 |
| 10 | Cento | PARAFUSOS 4,0X35 CABEÇA CHATA PHILIPS | 3,15 |
| 10 | Cento | PARAFUSOS 4,0X50 CABEÇA CHATA PHILIPS | 4,60 |
| 05 | Cento | PARAFUSOS 4,0X45 CABEÇA CHATA PHILIPS | 3,85 |



| | | | |
|----|-------|--|-------|
| 05 | Cento | PARAFUSO 4,5x55 CABEÇA CHATA PHILIPS | 6,61 |
| 05 | Cento | PARAFUSOS 5,0X60 CABEÇA CHATA PHILIPS | 8,04 |
| 10 | UN | LAMINA PARA ESTILETES | 0,33 |
| 10 | UN | LAMINAS DE SERRA PARA CORTAR FERRO | 2,58 |
| 50 | UN | PROTETOR AURICULAR TIPO PLUG C.A | 3,75 |
| 05 | UN | OCULOS DE SEGURANÇA COM PROTETOR LATERAL | 4,25 |
| 05 | UN | CHAVE DE FENDA SIMPLES BORNES 3X150 | 7,46 |
| 05 | UN | CHAVE DE FENDA SIMPLES BORNES 4X150 | 7,81 |
| 05 | UN | CHAVE DE FENDA SIMPLES BORNES 6X150 | 9,50 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA SIMPLES LONGA 8X350 | 13,99 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA SIMPLES LONGA 10X400 | 19,25 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA SIMPLES LONGA 12X450 | 21,23 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA SIMPLES 3X38 | 5,41 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA SIMPLES 3X50 | 5,46 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA SIMPLES 3X80 | 5,19 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA SIMPLES 3X125 | 5,50 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA SIMPLES 3X150 | 5,61 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA SIMPLES 3X200 | 5,85 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA SIMPLES 3X250 | 5,89 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA SIMPLES 3X300 | 5,91 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA SIMPLES 6,5X100 | 6,53 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA SIMPLES 6,5X125 | 6,82 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA SIMPLES 6,5X150 | 7,08 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA SIMPLES 6,5X200 | 7,50 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA SIMPLES 6,5X250 | 8,18 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA SIMPLES 6,5X350 | 10,42 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA SIMPLES 10X150 | 11,37 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA SIMPLES 10X200 | 12,49 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA SIMPLES 10X250 | 13,16 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA SIMPLES 10X300 | 14,38 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA SIMPLES 10X350 | 15,13 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA SIMPLES TIPO TOCO 3X38 | 6,99 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA SIMPLES TIPO TOCO 4X38 | 7,02 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA SIMPLES TIPO TOCO 6X38 | 7,92 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA SIMPLES TIPO TOCO 8X50 | 8,70 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA CRUZADA 3X80 | 6,00 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA CRUZADA 3X100 | 5,94 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA CRUZADA 3X150 | 6,28 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA CRUZADA 3X250 | 6,89 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA CRUZADA 3X300 | 7,56 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA CRUZADA 6X100 | 6,91 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA CRUZADA 6X150 | 8,00 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA CRUZADA 6X250 | 9,32 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA CRUZADA 6X350 | 11,39 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA CRUZADA 10X150 | 17,10 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA CRUZADA 10X200 | 22,17 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA CRUZADA TIPO TOCO 3X38 | 6,41 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA CRUZADA TIPO TOCO 4,5X38 | 6,55 |
| 10 | UN | CHAVE DE FENDA CRUZADA TIPO TOCO 6X38 | 7,43 |
| 05 | UN | ALICATE UNIVERSAL SUPER 8" | 14,71 |
| 05 | UN | ALICATE DESENCAPADOR DE FIOS 6.1/4" | 13,95 |
| 05 | UN | ALICATE CORTE CENTRAL 10" | 78,34 |

ATA 121-2010 PREFEITURA

Ata nº 121/10 – Pregão Presencial nº31/10 - Registro de preços para aquisição madeira de eucalipto para Secr. de Infra, e aquisição de tintas e materiais de marcenaria destinados a Secr. de Educação. Fornecedor: CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – Caçador SC. Prazo: 12 meses.

| QUANT | UNID | DESCRIÇÃO | R\$ UN |
|-------|------|---|--------|
| 04 | GL | TINTA PRIMER LACA BRANCO - GALÕES DE 3,6 | 40,60 |
| 01 | UN | BROCA AÇO RÁPIDO 10,5 MM | 10,41 |
| 02 | UN | BROCA AÇO RÁPIDO 8 MM | 6,71 |
| 05 | UN | CHAVE AJUSTÁVEL 12" | 22,32 |
| 05 | UN | ALICATE B. D' ÁGUA CABO C/ ISOLAMENTO 250 | 22,95 |
| 80 | M3 | MADEIRA DE EUCALIPTO 4,20 METROS | 329,00 |

ATA 122-2010 PREFEITURA

Ata nº 122/10 – Pregão Presencial nº31/10 - Registro de preços para aquisição madeira de eucalipto para Secr. de Infra, e aquisição de tintas e materiais de marcenaria destinados a Secr. de Educação. Fornecedor: CLAUDIA CARVALHO ME – Caçador SC. Prazo: 12 meses.

| QUANT | UNID | DESCRIÇÃO | R\$ UN |
|-------|------|--|--------|
| 15 | DZ | RIPAS DE PINHEIROS DE 2a. 1»X2» DE 3,50 | 42,00 |
| 03 | DZ | RIÁS DE PINHEIROS DE 2a. 1»X4» DE 3,50 | 84,00 |
| 05 | DZ | RIPAS DE PINHEIROS DE 2a, 1»X3» DE 3,50 | 63,00 |
| 02 | DZ | CAIBROS DE PINHEIROS DE 2a. 2"X2" DE 4,20 | 94,50 |
| 10 | UN | CHAPAS DE COMPENSADOS FENÓLICO 14 MM 2,20 X 1,10 | 31,00 |
| 10 | UN | CHAPAS DE COMPENSADOS FENÓLIPO 6 MM 2,20 X 1,10 | 14,00 |

ATA 123-2010 PREFEITURA

Ata nº 123/10 – Pregão Presencial nº31/10 - Registro de preços para aquisição madeira de eucalipto para Secr. de Infra, e aquisição de tintas e materiais de marcenaria destinados a Secr. de Educação. Fornecedor: DRATEC IND. E COM. DE TINTAS LTDA – Caçador SC. Prazo: 12 meses.

| QUANT | UNID | DESCRIÇÃO | R\$ UN |
|-------|-------|--|--------|
| 10 | Unid. | Selador para piso de madeira, galão com 3,6 litros | 31,00 |
| 05 | Unid. | Massa Corrida acrílica - Balde 18 litros | 24,90 |
| 20 | Unid. | Massa Corrida acrílica - Galão 3,6 litros | 10,00 |
| 20 | Unid. | Selador Acrílico Galão 3,6 litros, branco | 10,00 |
| 20 | Unid. | Tinta Acrílica Semi Brilho - 3,6 litros, azul del rey | 30,00 |
| 40 | Unid. | Tinta Acrílica Semi Brilho - 18 litros, azul claro | 140,00 |
| 30 | Unid. | Tinta Acrílica Semi Brilho - 3,6 litros, azul claro | 30,00 |
| 15 | Unid. | Tinta Acrílica Semi Brilho - 3,6 litros, vermelho logotipo | 30,00 |
| 10 | Saco | Estopa Retalhos de pano, saco com 20 quilos | 30,00 |
| 06 | GL | ESMALTR BASE DE AGUA BRANCO DE 3,6 ML | 35,00 |

| | | | |
|----|----|--|-------|
| 16 | GL | TINTA LACA NITRO CASCA DE OVO BRILHANTE 3,6 ML | 65,00 |
| 04 | GL | TINTA LACA NITRO BRANCA BRILHANTE 3,6 ML | 63,00 |

ATA 124-2010 PREFEITURA

Ata nº 124/10 – Pregão Presencial nº31/10 - Registro de preços para aquisição madeira de eucalipto para Secr. de Infra, e aquisição de tintas e materiais de marcenaria destinados a Secr. de Educação. Fornecedor: LUHRS IND. COM. DE PROD. METALÚRGICOS LTDA – Caçador SC. Prazo: 12 meses.

| QUANT | UNID | DESCRIÇÃO | R\$ UN |
|-------|------|---|--------|
| 05 | KG | PREGOS 16X24 COM CABEÇA | 5,99 |
| 05 | KG | PREGOS 10X10 COM CABEÇA | 9,70 |
| 06 | KG | PREGOS 12X12 COM CABEÇA | 7,25 |
| 06 | KG | PREGOS 13X15 COM CABEÇA | 6,80 |
| 05 | KG | PREGOS 15X21 COM CABEÇA | 6,26 |
| 02 | KG | PREGOS 11X15 SEM CABEÇA | 8,43 |
| 05 | KG | PREGOS 12X12 SEM CABEÇA | 7,35 |
| 30 | UN | CHAPAS DE FORMICAS BRANCA BRILHANTE | 52,25 |
| 15 | UN | CHAPAS DE FORMICAS OVO BRILHANTE | 54,90 |
| 20 | UN | CHAPAS DE MDF 09 MM 2,75 X 1,83 - NATURAL | 59,00 |
| 05 | UN | CHAPAS DE MDF 12 MM 2,75 X 1,83 - NATURAL | 71,50 |
| 08 | UN | LÁPIS CARPITEIRO | 0,84 |
| 02 | UN | ROLO DE 100 METRO BORDA OVO 19 MM | 21,50 |
| 02 | UN | ROLO DE 100 METROS BORDA BRANCA 19 MM | 12,50 |
| 05 | UN | CHAVE AJUSTÁVEL 6" | 12,75 |
| 05 | UN | CHAVE PARA TUBOS 18" | 44,65 |

ATA 125-2010 PREFEITURA

Ata nº 125/10 – Pregão Presencial nº31/10 - Registro de preços para aquisição madeira de eucalipto para Secr. de Infra, e aquisição de tintas e materiais de marcenaria destinados a Secr. de Educação. Fornecedor: NEY TINTAS LTDA – Caçador SC. Prazo: 12 meses.

| QUANT | UNID | DESCRIÇÃO | R\$ UN |
|-------|-------|--|--------|
| 20 | Unid. | Selador Acrílico Balde 18 litros, branco | 41,90 |
| 55 | Unid. | Tinta Acrílica Fosca - 18 litros, branca | 76,30 |
| 20 | Unid. | Tinta Acrílica Fosca - 3,6 litros, branca | 20,80 |
| 300 | Unid. | Lixa Ferro 220 | 1,10 |
| 200 | Unid. | Lixa Ferro 180 | 1,23 |
| 50 | Unid. | Fita crepe, 50mm x 50mt | 4,80 |
| 40 | GL | THINNER PARA DILUIR TINTS NITRO CELULOSE SEM BENZENO 05 LITROS | 26,65 |
| 16 | GL | CASCOLA - 3,6 ML | 42,20 |
| 100 | MT | LIXA - GRAMA 80 | 1,762 |
| 100 | MT | LIXA - GRAMA 120 | 1,49 |
| 100 | MT | LIXA - GRAMA 150 | 1,49 |
| 03 | UN | ROLO DE FITA ISOLANTE PRETA | 0,90 |

ATA 126-2010 PREFEITURA

Ata nº 126/10 – Pregão Presencial nº31/10 - Registro de preços para aquisição madeira de eucalipto para Secr. de Infra, e aquisição de tintas e materiais de marcenaria destinados a Secr. de Educação. Fornecedor: PEGGASO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – Caçador SC. Prazo: 12 meses.

| QUANT | UNID | DESCRIÇÃO | R\$ UN |
|-------|------|--|--------|
| 05 | GL | SELADOR ACABAMENTO GALÕES DE 3,6 ML | 28,50 |
| 18 | UN | CHAPAS DE COMPENSADOS DE VIROLA 15 MM SARRAFIADO 2,20 X 1,60 | 31,00 |
| 08 | UN | CHAPAS DE COMPENSADOS DE VIROLA DE 10MM MULTI-LAMINADO 2,20 X 1,60 | 22,50 |
| 10 | UN | CHAPAS DE COMPENSADOS FENÓLICO 12 MM 2, 20 X 1,10 | 28,50 |

ATA 127-2010 PREFEITURA

Ata nº 127/10 – Pregão Presencial nº35/10 - Registro de preços para aquisição de óleos lubrificantes, hidráulicos, graxas e fluidos de freio. Fornecedor: AGRICOPEL COM. DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA – Jaraguá do Sul SC. Prazo: 12 meses.

| QTDAD | UNID. | DESCRIÇÃO | R\$ UN |
|-------|--------|--|--------|
| 04 | Tambor | Graxas para Chassi a base de Cálcio CA2, tambor com 170 quilos | 450,00 |
| 2.000 | Litros | Óleo Lubrificante para motor a diesel de alta potência, superalimentados ou turboalimentados | 5,55 |
| 500 | Litros | Óleo de motor a gasolina, atender os níveis de desempenho API SL/CF | 6,00 |
| 05 | Balde | Óleo Diferencial 85 W 140 GL-5, balde com 20 litro | 120,00 |
| 30 | Balde | Óleo Hidráulico 68, balde com 20 litros | 71,00 |
| 20 | Balde | Óleo ATF, balde com 20 litros | 110,00 |
| 01 | Tambor | Graxa Chassi – 2, tambor com 170 kg | 450,00 |
| 100 | Litro | Óleo para motor a gasolina 20 W 50 | 5,50 |

ATA 128-2010 PREFEITURA

Ata nº 128/10 – Pregão Presencial nº35/10 - Registro de preços para aquisição de óleos lubrificantes, hidráulicos, graxas e fluidos de freio. Fornecedor: DYSPEF COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA – Blumenau SC. Prazo: 12 meses.

| QTDAD | UNID. | DESCRIÇÃO | R\$ UN |
|-------|--------|--|--------|
| 15 | Baldes | Graxa para rolamento AP 2 a base de Lítio, balde com 20 litros | 121,00 |
| 1.200 | Litros | Óleo hidráulico 68 acondicionados em baldes com 20 litros | 3,99 |
| 1.000 | Litros | Óleos tipo ATF – Sufixo A, para transmissão automática, baldes com 20 litros | 5,49 |
| 20 | Balde | Óleo Hidráulico AW 32, balde com 20 litros | 91,29 |

ATA 129-2010 PREFEITURA

Ata nº 129/10 – Pregão Presencial nº35/10 - Registro de preços para aquisição de óleos lubrificantes, hidráulicos, graxas e fluidos de freio. Fornecedor: LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA – Porto



União SC. Prazo: 12 meses.

| QTDAD | UNID. | DESCRIÇÃO | R\$ UN |
|-------|--------|--|--------|
| 10 | Caixas | Fluido de freio DOT 3, 24 unidades de 500ml cada | 95,00 |
| 50 | Balde | Óleo Lubrificante 15W 40 CI-4, balde com 20 litros | 124,00 |
| 02 | Balde | Óleo Lubrificante SAE 50 – balde 20 litros | 101,00 |
| 03 | Caixa | Fluido 433 HD, caixa com 40 unidades | 128,34 |
| 03 | Baldes | Óleo Caixa SAE 90 GL-5 – balde com 20 litros | 110,00 |
| 10 | Balde | Óleo diferencial 433 TDH, balde com 20 litros | 121,50 |

ATA 130-2010 PREFEITURA

Ata nº 130/10 – Pregão Presencial nº35/10 - Registro de preços para aquisição de óleos lubrificantes, hidráulicos, graxas e fluidos de freio. Fornecedor: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA – São Jose SC. Prazo: 12 meses.

| QTDAD | UNID. | DESCRIÇÃO | R\$ UN |
|-------|--------|--|--------|
| 05 | Caixas | Fluido de freio DOT 4, caixa com 24 unidades de 500ml cada | 158,01 |
| 200 | Litros | Aditivo para radiador da caterpillar | 5,30 |

ATA 131-2010 PREFEITURA

Ata nº 131/10 – Pregão Presencial nº35/10 - Registro de preços para aquisição de óleos lubrificantes, hidráulicos, graxas e fluidos de freio. Fornecedor: MERCANTIL PP DE LUBRIFICANTES LTDA – Criciúma SC. Prazo: 12 meses.

| QTDAD | UNID. | DESCRIÇÃO | R\$ UN |
|-------|--------|--|--------|
| 02 | Balde | Óleo Lubrificante SAE 30 – balde 20 litros | 80,06 |
| 200 | Litros | Aditivo para radiador concentrado | 3,73 |

COMPRAS MÊS MAIO-2010 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2010**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/16

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|---|---|---------|----------------|----------------|-------------|
| ABCM ELETROTECNICA LTDA | LAMPADA VAPOR DE SODIO 250W | 2966 | 31,000 | 14,9500 | 463,45 |
| ABCM ELETROTECNICA LTDA | REFORMA DA ILUMINAÇÃO PRAÇA NOSSA SR. APARECIDA | 2532 | 1,000 | 23.200,0000 | 23.200,00 |
| ADELVO BASQUERA - EPP | Carga de Acetileno com 09 kg | 2485 | 2,000 | 359,1000 | 718,20 |
| ADELVO BASQUERA - EPP | CARGA DE OXIGÊNIO COM 10 M3 | 2485 | 1,000 | 104,5000 | 104,50 |
| ADELVO BASQUERA - EPP | FITA ZEBRADA C/ 100 m | 2934 | 20,000 | 11,0000 | 220,00 |
| ADEMAR BERTOTTO - ME | REFEIÇÕES - ALMOÇOS | 2879 | 31,000 | 10,0000 | 310,00 |
| ADEMAR BERTOTTO - ME | REFRIGERANTE | 2879 | 7,000 | 4,5000 | 31,50 |
| AGROPECUÁRIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL PALOSCORRALME | | 2530 | 1.500,000 | 0,3900 | 585,00 |
| AGROPECUARIA CACADOR LTDA | CORDA DE NYLON 25MM | 2925 | 1,500 | 10,8000 | 16,20 |
| AGROPECUARIA CACADOR LTDA | FORMICIDA | 2597 | 1,000 | 87,7500 | 87,75 |
| AGROPECUARIA EICHELE LTDA - ME | DESINSETIZACAO E DESRATIZACAO | 2463 | 1,000 | 210,0000 | 210,00 |
| ALBERTO KOEHLER E CIA LTDA - ME | PNEU DIANTEIRO CG 2.75/18 | 2457 | 1,000 | 70,0000 | 70,00 |
| ALBERTO KOEHLER E CIA LTDA - ME | PNEU TRASEIRO CG 90/90/18 | 2457 | 2,000 | 80,0000 | 160,00 |
| ALBERTO KOEHLER E CIA LTDA - ME | PNEU TRASEIRO XTZ 125 | 2457 | 1,000 | 160,0000 | 160,00 |
| ALDO MARAFIGO - ME | Mão de obra para construção de muros em pedra nos termos do | 2627 | 260,000 | 36,0000 | 9.360,00 |
| ALDO MARAFIGO - ME | Pedra para muro 35 x 35 x 35 cm nos termos do Memorial Descr | 2627 | 260,000 | 54,0000 | 14.040,00 |
| ALDO MARAFIGO - ME | Pedra regular para calçamento | 2491 | 40,000 | 225,0000 | 9.000,00 |
| ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI | CÓPIA DE CHAVE YALE | 2517 | 5,000 | 4,0000 | 20,00 |
| ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI | COPIAS DE CHAVE | 2658 | 2,000 | 4,0000 | 8,00 |
| ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI | MAÇANETA | 2517 | 1,000 | 8,0000 | 8,00 |
| ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI | TROCA DE SEGredo EM FECHADURA | 2517 | 3,000 | 25,0000 | 75,00 |
| AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA | AGUA SANITARIA EMBALAGEM COM 1 LITRO | 2647 | 600,000 | 0,6900 | 414,00 |
| AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA | ALCOOL LÍQUIDO 92,8 GL EMBALAGEM COM 600ml | 2647 | 600,000 | 2,4900 | 1.494,00 |
| AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA | DESINFETANTE PARA BANHEIRO EM PEDRA (PEDRA SANITÁRIA), VARIO | 2647 | 960,000 | 0,5500 | 528,00 |
| AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA | ESPONJA DE LA DE ACO COM 08 UN | 2647 | 420,000 | 0,8200 | 344,40 |
| AMUR OTAVIO SOARES | COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO PELC | 2725 | 1,000 | 1.000,0000 | 1.000,00 |
| ANDRIGHETTI PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME | SERVIÇO DE TORNO E FRESA | 2486 | 116,000 | 31,7500 | 3.683,00 |
| AREIAL RESSACA LTDA ME | AREIA MÉDIA, FINA E GROSSA | 2483 | 30,000 | 47,0000 | 1.410,00 |
| AREIAL RESSACA LTDA ME | AREIA MÉDIA, FINA E GROSSA | 2829 | 215,000 | 47,0000 | 10.105,00 |
| ARMANDO A. BORTOLINI (TOLDOS BRASIL) | COBERTURA DE POLICARBONATO COM ESTRUTURA EM TUBO | 2460 | 1,000 | 7.430,0000 | 7.430,00 |
| AUTO COLETIVO CACADOR LTDA | VALE TRANSPORTE (PASSES AZUIS) | 2449 | 4.000,000 | 2,6000 | 10.400,00 |
| AUTO COLETIVO CACADOR LTDA | VALE TRANSPORTE (PASSES AZUIS) | 2458 | 57.600,000 | 2,6000 | 149.760,00 |
| AUTO COLETIVO CACADOR LTDA | VALE TRANSPORTE AMARELO | 2456 | 750,000 | 2,0000 | 1.500,00 |
| AUTO ELITE LTDA | VEICULO 1.0 HATCH, 4 PORTAS, AR QUENTE, LIMPADOR DE VIDRO TR | 2584 | 1,000 | 34.780,0000 | 34.780,00 |
| AUTO ELITE LTDA | VEICULO 1.0 HATCH, 4 PORTAS, AR QUENTE, LIMPADOR DE VIDRO TR | 2586 | 1,000 | 34.780,0000 | 34.780,00 |
| AUTO ELITE LTDA | VEICULO 1.0 HATCH, 4 PORTAS, AR QUENTE, LIMPADOR DE VIDRO TR | 2587 | 1,000 | 34.780,0000 | 34.780,00 |
| AUTO ELITE LTDA | VEICULO TIPO VAN, COM CAPACIDADE PARA 9 LUGARES, COMBUSTIVEL | 2583 | 1,000 | 50.900,0000 | 50.900,00 |
| AUTO ELITE LTDA | VEICULO TIPO VAN, COM CAPACIDADE PARA 9 LUGARES, COMBUSTIVEL | 2585 | 2,000 | 50.900,0000 | 101.800,00 |
| AUTO MECANICA GERAL LTDA | VEICULO 1.0 HATCH, 4 PORTAS, AR QUENTE, DESEMBALÇADOR LIMPADO | 2588 | 1,000 | 34.500,0000 | 34.500,00 |
| AUTO MECANICA GERAL LTDA | VEICULO 1.0 HATCH, 4 PORTAS, AR QUENTE, DESEMBALÇADOR LIMPADO | 2589 | 1,000 | 34.500,0000 | 34.500,00 |
| AUTO MECANICA GERAL LTDA | VEICULO 1.0 HATCH, 4 PORTAS, AR QUENTE, DESEMBALÇADOR LIMPADO | 2590 | 1,000 | 34.500,0000 | 34.500,00 |
| AUTOVIA COMERCIO DE SOM E ACESSORIOS LTDA - MEPELICULA DE PROTEÇÃO SOLAR | | 2981 | 1,000 | 100,0000 | 100,00 |
| BASE AEROFOTOGRAMETRIA E PROJETOS S/A. | SERVIÇOS DE AEROLEVANTAMENTO, CARTOGRAFIA, LEVANTAMENTO CADA | 2470 | 0,191 | 240.870,0000 | 46.000,00 |
| BEL PREST. DE SERV. COM. REPR. LTDA (CLASSIOESTRUTURACADERNAÇÃO CAPA DURA | | 2735 | 1,000 | 25,0000 | 25,00 |

www.PaperlessPrinter.com



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 2/16

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2010**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|--|--|---------|----------------|----------------|-------------|
| BEL PREST. DE SERV. COM. REPR. LTDA (CLASSIOEST) | FOTOCOPIA COLORIDA | 2735 | 10,000 | 3,4500 | 34,50 |
| BIG JET CARTUCHOS LTDA | FITA P/ IMPRESSORA EPSON 132 COLUNAS | 2668 | 5,000 | 3,0000 | 15,00 |
| BIG JET CARTUCHOS LTDA | FITA PARA IMPRESSORA 80 COLUNAS | 2668 | 30,000 | 3,0000 | 90,00 |
| BOA SAFRA ALIMENTOS LTDA | AMIDO DE MILHO. CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS: ASPECTO DE PÓ FI | 2610 | 39,000 | 3,5000 | 136,50 |
| BOA SAFRA ALIMENTOS LTDA | AMIDO DE MILHO. CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS: ASPECTO DE PÓ FI | 2622 | 61,000 | 3,5000 | 213,50 |
| BOA SAFRA ALIMENTOS LTDA | CREME BRIGADEIRO DE CHOCOLATE.INGREDIENTES: LEITE EM PÓ | 2610 | 1.200,000 | 5,4000 | 6.480,00 |
| BOA SAFRA ALIMENTOS LTDA | Creme de baunilha.Ingredientes: Açúcar, leite em pó integral | 2610 | 600,000 | 5,3000 | 3.180,00 |
| BOA SAFRA ALIMENTOS LTDA | MISTURA PARA BOLO CUCA DE BANANA | 2610 | 50,000 | 4,9000 | 245,00 |
| BOA SAFRA ALIMENTOS LTDA | MISTURA PARA BOLO NEGA MALUCA | 2610 | 50,000 | 4,9000 | 245,00 |
| BOA SAFRA ALIMENTOS LTDA | PÓ PARA O PREPARO DE GELATINA COM CORANTE NATURAL (SABORES M | 2610 | 100,000 | 5,1000 | 510,00 |
| BOA SAFRA ALIMENTOS LTDA | PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA. INGREDIENTES: ÓLEO VEGETAL REF | 2610 | 200,000 | 5,2000 | 1.040,00 |
| BRESSAN AUTOPECAS LTDA | MANUTENÇÃO BOMBAS E BICOS - LZV 6453 CAMINHÃO-VOLKSWAGEM 198 | 2487 | 10.449,380 | 1,0000 | 10.449,38 |
| BRESSAN AUTOPECAS LTDA | MANUTENÇÃO ELETRICA - FURGÃO MASTER 11 M3 25 DCI 1.60T 114CV | 2922 | 180,040 | 1,0000 | 180,04 |
| BRESSAN AUTOPECAS LTDA | MANUTENÇÃO MECANICA - CAMINHÃO BASCULANTE 15.180 - DIESEL | 2679 | 1.016,460 | 1,0000 | 1.016,46 |
| BRESSAN AUTOPECAS LTDA | MANUTENÇÃO MECANICA - MAD 7967 CAMINHÃO-FORD 1989 | 2487 | 456,730 | 1,0000 | 456,73 |
| BRESSAN AUTOPECAS LTDA | MANUTENÇÃO MECANICA - MAP 9651 MICRO-ONIBUS - VW 1999 | 2487 | 3.071,100 | 1,0000 | 3.071,10 |
| BRESSAN AUTOPECAS LTDA | MANUTENÇÃO MECANICA - MAQ. 43 TRATOR-CBT 1986 | 2487 | 2.778,770 | 1,0000 | 2.778,77 |
| BRESSAN AUTOPECAS LTDA | MANUTENÇÃO MECANICA - ÔNIBUS COMIL PIA O 32 PT 145CV - DIESE | 2464 | 811,140 | 1,0000 | 811,14 |
| CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA - TORTELLI | ANEL DE VEDACAO | 2644 | 2,000 | 5,2000 | 10,40 |
| CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA - TORTELLI | BICO | 2644 | 1,000 | 52,0000 | 52,00 |
| CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA - TORTELLI | FILTRO DA AGUA | 2644 | 1,000 | 3,0000 | 3,00 |
| CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA - TORTELLI | MÃO DE OBRA | 2644 | 1,000 | 15,0000 | 15,00 |
| CAIXA ALTA EDITORA JORNALISTICA LTDA - EPP | Contratação da empresa Caixa Alta Editora Jornalística Ltda | 2526 | 2.400,000 | 1,0000 | 2.400,00 |
| CAPRI TINTAS LTDA - ME | ESCOVA 03 FILEIRAS DE AÇO | 2766 | 4,000 | 4,5000 | 18,00 |
| CAPRI TINTAS LTDA - ME | ESCOVA 03 FILEIRAS DE AÇO | 2823 | 5,000 | 4,5000 | 22,50 |
| CAPRI TINTAS LTDA - ME | Esmalte Sintético - 3,6 L Amarelo | 2808 | 5,000 | 35,0000 | 175,00 |
| CAPRI TINTAS LTDA - ME | Esmalte Sintético - 3,6 L Azul Del Rey | 2808 | 20,000 | 35,0000 | 700,00 |
| CAPRI TINTAS LTDA - ME | Esmalte Sintético - 3,6 L Verde | 2808 | 5,000 | 35,0000 | 175,00 |
| CAPRI TINTAS LTDA - ME | Esmalte Sintético - 3,6 L Vermelho Logotipo | 2808 | 5,000 | 35,0000 | 175,00 |
| CAPRI TINTAS LTDA - ME | Rolo de lâ com cabo de 09 cm de largura | 2766 | 20,000 | 3,0000 | 60,00 |
| CAPRI TINTAS LTDA - ME | Rolo de lâ com cabo de 09 cm de largura | 2782 | 48,000 | 3,0000 | 144,00 |
| CAPRI TINTAS LTDA - ME | Rolo de lâ com cabo de 09 cm de largura | 2823 | 7,000 | 3,0000 | 21,00 |
| CAPRI TINTAS LTDA - ME | SOLVENTE GALÃO COM 05 LITROS | 2808 | 15,000 | 27,0000 | 405,00 |
| CAPRI TINTAS LTDA - ME | SOLVENTE PARA TINTA A ÓLEO 05 LITROS | 2468 | 5,000 | 23,0000 | 115,00 |
| CAPRI TINTAS LTDA - ME | SOLVENTE PARA TINTA A ÓLEO 05 LITROS | 2766 | 6,000 | 23,0000 | 138,00 |
| CAPRI TINTAS LTDA - ME | SOLVENTE PARA TINTA A ÓLEO 05 LITROS | 2823 | 4,000 | 23,0000 | 92,00 |
| CAPRI TINTAS LTDA - ME | Thinner Galão 5 L | 2808 | 15,000 | 22,5000 | 337,50 |
| CAPRI TINTAS LTDA - ME | Tinta a óleo azul 18 litros | 2766 | 3,000 | 115,0000 | 345,00 |
| CAPRI TINTAS LTDA - ME | Tinta a óleo azul 18 litros | 2964 | 6,000 | 115,0000 | 690,00 |
| CAPRI TINTAS LTDA - ME | Tinta a óleo vermelho 18 litros | 2766 | 3,000 | 115,0000 | 345,00 |
| CAPRI TINTAS LTDA - ME | Tinta acrílica semi - brilho à base de água na cor vermelha, | 2766 | 8,000 | 145,0000 | 1.160,00 |
| CAPRI TINTAS LTDA - ME | Tinta Acrílica Semi Brilho - 18 L Azul Del Rey | 2808 | 10,000 | 144,0000 | 1.440,00 |
| CAPRI TINTAS LTDA - ME | Tinta Acrílica Semi Brilho - 18 L Vermelho Logotipo | 2808 | 5,000 | 149,0000 | 745,00 |
| CAPRI TINTAS LTDA - ME | Tinta acrílica semi-brilho à base de água, na cor Azul, bald | 2766 | 6,000 | 145,0000 | 870,00 |

www.PaperlessPrinter.com



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 3/16

 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior/2010**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|---|---|---------|----------------|----------------|-------------|
| CAPRI TINTAS LTDA - ME | Tinta acrílica semi-brilho à base de água, na cor Azul, bald | 2964 | 6,000 | 145,0000 | 870,00 |
| CAPRI TINTAS LTDA - ME | Verniz secagem rápida 3,6 lt | 2808 | 5,000 | 32,9000 | 164,50 |
| CASA DAS VED. COM. DE VED. DE BORRACHAS LTDA - ME | Mangueira hidráulica R-2 3/4" com 1,60 mt e terminais 212-12- | 2472 | 2,000 | 65,0000 | 130,00 |
| CASA DAS VED. COM. DE VED. DE BORRACHAS LTDA - ME | Mangueira hidráulica R-2 3/8" com 1,20 mt e terminais 200 | 2472 | 1,000 | 30,5000 | 30,50 |
| CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME | ELETRODO | 2924 | 1,000 | 12,6000 | 12,60 |
| CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME | LAMINA DE SERRA PARA CORTAR FERRO | 2737 | 10,000 | 2,5800 | 25,80 |
| CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME | LAMINA PARA ESTILETE | 2737 | 10,000 | 0,3300 | 3,30 |
| CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME | Lixa Ferro 140 | 2737 | 100,000 | 1,3900 | 139,00 |
| CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME | ÓCULOS DE SEGURANÇA COM PROTETOR LATERAL | 2737 | 5,000 | 4,2500 | 21,25 |
| CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME | PARAFUSO 2,0 X 20 CABEÇA CHATA PHILIPS - | 2737 | 5,000 | 1,4300 | 7,15 |
| CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME | PARAFUSO 3,5 X 20 CABEÇA CHATA PHILIPS- | 2737 | 5,000 | 1,8800 | 9,40 |
| CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME | PARAFUSO 3,5 X 30 CABEÇA CHATA PHILIPS. | 2737 | 5,000 | 2,4100 | 12,05 |
| CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME | PARAFUSO 4,0 X 16 CABEÇA CHATA PHILIPS | 2737 | 10,000 | 2,0200 | 20,20 |
| CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME | parafuso 4,0 x 30 cabeça chata philips | 2737 | 10,000 | 2,7800 | 27,80 |
| CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME | parafuso 4,0 x 35 cabeça chata philips | 2737 | 10,000 | 3,1500 | 31,50 |
| CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME | PARAFUSO 4,0 X 45 CABEÇA CHATA PHILIPS. | 2737 | 5,000 | 3,8500 | 19,25 |
| CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME | PARAFUSO 4,0 X 50 CABEÇA CHATA PHILIPS | 2737 | 10,000 | 4,6000 | 46,00 |
| CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME | PARAFUSO 4,5 X 55 CABEÇA CHATA PHILIPS | 2737 | 5,000 | 6,6100 | 33,05 |
| CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME | PARAFUSO 5,0 X 60 CABEÇA CHATA PHILIPS | 2737 | 5,000 | 8,0400 | 40,20 |
| CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME | PARAFUSOS DIVERSOS | 2471 | 1,000 | 39,0300 | 39,03 |
| CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME | PROTETOR AURICULAR TIPO PLUG C.A COMPOSIÇÃO DE SILICONE | 2737 | 50,000 | 3,7500 | 187,50 |
| CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME | BROCA AÇO RÁPIDO 10,5 mm | 2736 | 1,000 | 10,4100 | 10,41 |
| CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME | BROCA AÇO RÁPIDO 8,0 mm | 2736 | 2,000 | 6,7100 | 13,42 |
| CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME | CIMENTO SACO COM 50 KG | 2482 | 300,000 | 17,4000 | 5.220,00 |
| CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME | CIMENTO SACO COM 50 KG | 2733 | 4,000 | 17,4000 | 69,60 |
| CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME | Tinta Primer branco - 3,6 lt | 2736 | 4,000 | 40,6000 | 162,40 |
| CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME | TUBO DE CONCRETO COM 100 CM DE DIÂMETRO | 2465 | 6,000 | 143,6000 | 861,60 |
| CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME | tubo de concreto de 1,50 m com tela dupla - 02 malhas | 2482 | 20,000 | 347,0000 | 6.940,00 |
| CENTRO CAR COM. DE PECAS E SERVICOS LTDA | PARATI 1.8 5 PT FLEX, 106CV, PLACA MHA 7061, 2009 | 2711 | 791,440 | 1,0000 | 791,44 |
| CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SC | CONTRATAÇÃO DO CIEE | 2799 | 1,879 | 580,7000 | 1.091,40 |
| CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SC | CONTRATAÇÃO DO CIEE | 2800 | 0,121 | 580,7000 | 70,00 |
| CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SC | CONTRATAÇÃO DO CIEE | 2801 | 6,000 | 580,7000 | 3.484,20 |
| CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SC | CONTRATAÇÃO DO CIEE | 2802 | 2,000 | 580,7000 | 1.161,40 |
| CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SC | CONTRATAÇÃO DO CIEE | 2803 | 4,000 | 580,7000 | 2.322,80 |
| CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SC | CONTRATAÇÃO DO CIEE | 2804 | 2,000 | 580,7000 | 1.161,40 |
| CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SC | CONTRATAÇÃO DO CIEE | 2805 | 4,000 | 580,7000 | 2.322,80 |
| CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SC | CONTRATAÇÃO DO CIEE | 2817 | 1,000 | 580,7000 | 580,70 |
| CERES - COM. E TRANSP. DE DERIV. DE PETROLEO LTDA | DIESEL | 2515 | 10.000,000 | 1,7100 | 17.100,00 |
| CERES - COM. E TRANSP. DE DERIV. DE PETROLEO LTDA | DIESEL | 2646 | 10.000,000 | 1,7100 | 17.100,00 |
| CERES - COM. E TRANSP. DE DERIV. DE PETROLEO LTDA | DIESEL | 2806 | 10.000,000 | 1,7100 | 17.100,00 |
| CETEG CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA | Serviços de consultoria para acompanhar as ações na área de | 2752 | 1,000 | 4.440,0000 | 4.440,00 |
| CLAUDIA CARVALHO ME | CAIBROS DE PINHEIRO DE 2ª 2" X 2" C/ 4,20 M - BOA QUALIDADE | 2738 | 2,000 | 94,5000 | 189,00 |
| CLAUDIA CARVALHO ME | chapa compensado fenólico 06 mm 2,20 x 1,10 | 2738 | 10,000 | 14,0000 | 140,00 |
| CLAUDIA CARVALHO ME | chapa compensado fenólico 14 mm 2,20 x 1,10 | 2738 | 10,000 | 31,0000 | 310,00 |

www.PaperlessPrinter.com


DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 4/16

 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2010**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|--|--|---------|----------------|----------------|-------------|
| CLAUDIA CARVALHO ME | RIPAS DE PINHEIRO DE 2ª 1" X 2" C/ 3,5 M - BOA QUALIDADE | 2738 | 15,000 | 42,0000 | 630,00 |
| CLAUDIA CARVALHO ME | RIPAS DE PINHEIRO DE 2ª 1" X 3" C/ 3,5 M - BOA QUALIDADE | 2738 | 5,000 | 63,0000 | 315,00 |
| CLAUDIA CARVALHO ME | RIPAS DE PINHEIRO DE 2ª 1" X 4" C/ 3,5 M - BOA QUALIDADE | 2738 | 3,000 | 84,0000 | 252,00 |
| CLAUDIO TRIBESS - ME | BANANA CATURRA, TAMANHO MÉDIO EM PROCESSO DE AMADURECIMENTO | 2606 | 1.608,000 | 1,1500 | 1.849,20 |
| CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME | BASE P/ CARIMBO AUTOMATICO | 2533 | 1,000 | 8,0000 | 8,00 |
| CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME | CARIMBO AUTOMATICO | 2533 | 1,000 | 50,0000 | 50,00 |
| CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME | CARIMBO AUTOMATICO TAM 55 | 2533 | 1,000 | 75,0000 | 75,00 |
| CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME | CARIMBO AUTOMÁTICO P-302 | 2533 | 1,000 | 20,0000 | 20,00 |
| CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME | CARIMBO AUTOMÁTICO P-303 | 2533 | 2,000 | 7,0000 | 14,00 |
| CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME | CARIMBO AUTOMÁTICO P-303 | 2533 | 1,000 | 10,0000 | 10,00 |
| CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME | CARIMBO AUTOMÁTICO P-303 | 2533 | 1,000 | 10,0000 | 10,00 |
| CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME | CARIMBO AUTOMÁTICO P-303 | 2533 | 1,000 | 7,0000 | 7,00 |
| CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME | CARIMBO AUTOMÁTICO P-303 | 2533 | 1,000 | 25,0000 | 25,00 |
| CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME | CARIMBO AUTOMÁTICO P-303 | 2604 | 4,000 | 25,0000 | 100,00 |
| CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME | CARIMBO SIMPLES | 2604 | 1,000 | 5,0000 | 5,00 |
| CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME | REFIL PARA CARIMBO | 2533 | 1,000 | 12,0000 | 12,00 |
| CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME | REFIL PARA CARIMBO AUTOMÁTICO P-302 | 2533 | 1,000 | 8,0000 | 8,00 |
| CLÍNICA DE FRATURAS E ORTOPEDIA CAÇADOR LTDA | PERÍCIA MÉDICA | 2821 | 1,000 | 250,0000 | 250,00 |
| COLUSSI & CIA LTDA | VEICULO TIPO PICK UP 1.4, AR QUENTE, DIREÇÃO HIDRAULICA, ROD | 2591 | 1,000 | 37.900,0000 | 37.900,00 |
| Comercial Safra de Alimentos Ltda | PREPARADO LÍQUIDO PARA REFRESCO DE LARANJA, MARACUJÁ E ABACA | 2612 | 480,000 | 10,7900 | 5.179,20 |
| COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - EPP | EMBALAGEM PLASTICA PARA LIXO, NA COR PRETO 12 MICRA, | 2648 | 100,000 | 38,0000 | 3.800,00 |
| COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - EPP | FARDO DE PAPEL HIGIÊNICO COM 8 UN. | 2516 | 10,000 | 33,8000 | 338,00 |
| COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - EPP | GARRAFA TERMICA COM SISTEMA DE PRESSÃO, CAPACIDADE 1,8 LITRO | 2648 | 12,000 | 46,5000 | 558,00 |
| COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - EPP | SABONETE COMUM - 90 GRAMAS | 2648 | 120,000 | 0,6900 | 82,80 |
| COMUNICASOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME | Contratação de empresa para sonorização e iluminação | 2719 | 40,000 | 180,0000 | 7.200,00 |
| COPAPEL COM. E REPRES. DE PAPEL LTDA | DESENGORDURANTE E DESENGRAXANTE- CONCENTRADO | 2649 | 40,000 | 62,8000 | 2.512,00 |
| COPAPEL COM. E REPRES. DE PAPEL LTDA | DESENGORDURANTE MULTIUSO, TUBO COM 500ml | 2649 | 600,000 | 1,5500 | 930,00 |
| COPAPEL COM. E REPRES. DE PAPEL LTDA | DESINFETANTE LIQUIDO COM FRAGRANCIAS PINHO E LAVANDA | 2649 | 160,000 | 28,9000 | 4.624,00 |
| COPAPEL COM. E REPRES. DE PAPEL LTDA | ESPONJA DUPLA FACE - 100MM X 71 MM X 20MM) | 2649 | 600,000 | 0,3000 | 180,00 |
| COPAPEL COM. E REPRES. DE PAPEL LTDA | SABONETEIRA | 2774 | 12,000 | 26,5000 | 318,00 |
| COPAPEL COM. E REPRES. DE PAPEL LTDA | SUORTE P/ PAPEL HIGIENICO | 2774 | 4,000 | 26,5000 | 106,00 |
| COPAPEL COM. E REPRES. DE PAPEL LTDA | TOALHEIRO | 2774 | 18,000 | 25,0000 | 450,00 |
| COPAPEL COM. E REPRES. DE PAPEL LTDA | VÁLVULA PARA SABONETEIRA | 2774 | 100,000 | 2,2000 | 220,00 |
| COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA | Gás acondicionado em botijões de 45 quilos, GLP - P45, compo | 2811 | 10,000 | 167,0000 | 1.670,00 |
| COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA | MANGOTE P-45 | 2811 | 2,000 | 35,0000 | 70,00 |
| CRICINET WEB SITE E HOSPEDAGEM LTDA - ME | LOCAÇÃO DE SOFTWARE DA GUARDA MUNICIPAL | 2628 | 12,000 | 570,0000 | 6.840,00 |
| CRISTAL IND E COM DE VIDROS LTDA | SERVIÇO DE RECOLOCAÇÃO DE VIDROS | 2984 | 1,000 | 376,0000 | 376,00 |
| D.W.D SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME | CONSRTO DE TELEFONE CELULAR | 2979 | 1,000 | 419,9000 | 419,90 |
| D.W.D SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME | GRAVADOR TELEFONICO VIA REDE | 2768 | 1,000 | 1.408,0000 | 1.406,00 |
| D.W.D SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME | MANUTENÇÃO EM REDE DE TELEFONE | 2923 | 1,000 | 45,0000 | 45,00 |
| D.W.D SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME | MÃO DE OBRA | 2768 | 1,000 | 60,0000 | 60,00 |
| DAIANE MAYER RIBEIRO | Lavagem completa de automóvel de passeio | 2454 | 13,000 | 12,5000 | 162,50 |
| DAIANE MAYER RIBEIRO | Lavagem completa de camionete | 2454 | 2,000 | 14,9000 | 29,80 |
| DAIANE MAYER RIBEIRO | Lavagem completa de motocicleta | 2454 | 2,000 | 4,9000 | 9,80 |

www.PaperlessPrinter.com


ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 5/16

 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior/2010**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|---------------------------------------|--|---------|----------------|----------------|-------------|
| DAIANE MAYER RIBEIRO | Lavagem completa de veículo micro ônibus | 2454 | 9,000 | 24,9000 | 224,10 |
| DANIELA PARIZOTTO | COORDENAÇÃO DE NÚCLEO PROJETO PELC | 2771 | 1,000 | 900,0000 | 900,00 |
| DAVET COMERCIO DE PERSIANAS LTDA - ME | SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE REDE DE PROTEÇÃO | 2567 | 1,000 | 1.605,1200 | 1.605,12 |
| DRATEC IND. E COM. DE TINTAS LTDA | ESMALTE A BASE DE ÁGUA, BRANCO SECAGEM RÁPIDA GL 3,6 LITROS | 2739 | 6,000 | 35,0000 | 210,00 |
| DRATEC IND. E COM. DE TINTAS LTDA | Massa Corrida - Balde 18 L Acrilica | 2739 | 1,000 | 24,9000 | 24,90 |
| DRATEC IND. E COM. DE TINTAS LTDA | Tinta Acrilica Semi Brilho - 18 L Azul Claro | 2739 | 4,000 | 140,0000 | 560,00 |
| DRATEC IND. E COM. DE TINTAS LTDA | Tinta Acrilica Semi Brilho - 3,6 L Vermelho Logotipo | 2739 | 1,000 | 30,0000 | 30,00 |
| DRATEC IND. E COM. DE TINTAS LTDA | tinta laca nitro branca brilhante, galão 3,6 litros | 2739 | 4,000 | 63,0000 | 252,00 |
| DRATEC IND. E COM. DE TINTAS LTDA | TINTA LACA NITRO CASCA DE OVO BRILHANTE - GALOES COM 3,6 LIT | 2739 | 16,000 | 65,0000 | 1.040,00 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | CABO PP 2X2,50MM | 2828 | 650,000 | 1,3200 | 858,00 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | CABO PP 3X2,50MM | 2580 | 200,000 | 1,8200 | 364,00 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | CABO PP 3X2,50MM | 2717 | 117,700 | 1,8200 | 214,21 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | CABO PP 3X2,50MM | 2826 | 235,000 | 1,8200 | 427,70 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | CABO PP 3X2,50MM | 2828 | 320,000 | 1,8200 | 582,40 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | CONTATOR 30A 220V 60HZ 1NA | 2717 | 5,000 | 107,1600 | 535,80 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | FIO PARALELO 1,50 mm2 | 2580 | 1,000 | 0,5800 | 0,58 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | FIO PARALELO 2 X 2,50 mm | 2568 | 500,000 | 0,9300 | 465,00 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | FIO RÍGIDO 10,00 mm | 2568 | 725,000 | 1,7300 | 1.254,25 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | FIO RÍGIDO 10,00 mm | 2578 | 53,300 | 1,7300 | 92,21 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | FIO RÍGIDO 10,00 mm | 2826 | 150,000 | 1,7300 | 259,50 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | FIO RÍGIDO 4,00MM | 2826 | 1.050,000 | 0,6800 | 714,00 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | FIO RÍGIDO 6,00 mm | 2568 | 2,000 | 1,0000 | 2,00 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | FIO RÍGIDO 6,00 mm | 2580 | 138,700 | 1,0000 | 138,70 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | FIO RÍGIDO 6,00 mm | 2581 | 36,500 | 1,0000 | 36,50 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | FIO RÍGIDO 6,00 mm | 2718 | 79,100 | 1,0000 | 79,10 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | LAMPADA FLUORESCENTE 40 W | 2580 | 140,000 | 3,1600 | 442,40 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | LAMPADA FLUORESCENTE 40 W | 2825 | 80,000 | 3,1600 | 252,80 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | lâmpada incandescente 100 w | 2580 | 8,000 | 1,1400 | 9,12 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | LAMPADA INCANDESCENTE 60 W FILAMENTO REF | 2579 | 25,000 | 3,2500 | 81,25 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | LAMPADA INCANDESCENTE 60 W FILAMENTO REF | 2675 | 22,000 | 3,2500 | 71,50 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | LAMPADA MISTA 160 W | 2580 | 20,000 | 7,9000 | 158,00 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | LAMPADA MISTA 160 W | 2674 | 10,000 | 7,9000 | 79,00 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | LAMPADA MISTA 160 W | 2826 | 21,000 | 7,9000 | 165,90 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | LAMPADA MISTA 250 W | 2580 | 20,000 | 13,0500 | 261,00 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | LAMPADA MISTA 250 W | 2674 | 3,000 | 13,0500 | 39,15 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | LAMPADA MISTA 250 W | 2826 | 26,000 | 13,0500 | 339,30 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | LAMPADA VAPOR DE SODIO 250W | 2826 | 15,000 | 15,3500 | 230,25 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados | 2569 | 6,550 | 13,0000 | 85,15 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados | 2570 | 2,700 | 13,0000 | 35,10 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados | 2579 | 5,000 | 13,0000 | 65,00 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados | 2582 | 5,750 | 13,0000 | 74,75 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados | 2673 | 3,850 | 13,0000 | 50,05 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados | 2674 | 11,400 | 13,0000 | 148,20 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados | 2675 | 5,000 | 13,0000 | 65,00 |

www.PaperlessPrinter.com


DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 6/16

 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior/2010**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|--|--|---------|----------------|----------------|-------------|
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados | 2716 | 8,400 | 13,0000 | 109,20 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados | 2824 | 5,000 | 13,0000 | 65,00 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados | 2825 | 5,750 | 13,0000 | 74,75 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados | 2827 | 151,300 | 13,0000 | 1.966,90 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados | 2828 | 9,302 | 13,0000 | 120,92 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | PADRÃO COMPLETO MONOFÁSICO 30 A | 2578 | 1,000 | 315,0000 | 315,00 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | REATOR VAPOR DE SÓDIO 250 W 220 V EXTERNO | 2826 | 10,000 | 48,9000 | 489,00 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | REATOR VAPOR DE SÓDIO 400 W 220 V C/ IGNITOR INTERNO | 2582 | 2,000 | 66,4500 | 132,90 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | REATOR VAPOR DE SÓDIO 400 W 220 V C/ IGNITOR INTERNO | 2826 | 30,000 | 66,4500 | 1.993,50 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | REBOBIN. DE MOTOR TRIF. 15-CV 4 POLOS | 2828 | 2,000 | 421,0000 | 842,00 |
| ELETRO DINAMO LTDA ME | Serviço elétrico em automóvel de passeio | 2783 | 136,899 | 14,9000 | 2.039,80 |
| ELETRO DINAMO LTDA ME | Serviço elétrico em camionete | 2783 | 265,643 | 14,9000 | 3.958,08 |
| ELETRO DINAMO LTDA ME | Serviço elétrico em micro ônibus | 2783 | 9,321 | 14,9000 | 138,88 |
| ELETRO SÃO CRISTOVÃO LTDA - ME | MANUTENÇÃO ELETRICA - MCG 4093 MOTO-YAMAHA 2004 | 2655 | 37,000 | 1,0000 | 37,00 |
| ELETRO SÃO CRISTOVÃO LTDA - ME | MANUTENÇÃO ELETRICA - MHE 5053 MOTO-SUZUKI | 2655 | 194,000 | 1,0000 | 194,00 |
| ELETRO SÃO CRISTOVÃO LTDA - ME | MANUTENÇÃO MECANICA - MCG 4093 MOTO-YAMAHA 2004 | 2462 | 36,000 | 1,0000 | 36,00 |
| ELETRO SÃO CRISTOVÃO LTDA - ME | MANUTENÇÃO MECANICA - MCT 4219 MOTO-HONDA 2002 | 2462 | 122,000 | 1,0000 | 122,00 |
| ELETRO SÃO CRISTOVÃO LTDA - ME | MANUTENÇÃO MECANICA - MCT 4219 MOTO-HONDA 2002 | 2655 | 88,500 | 1,0000 | 88,50 |
| ELETRO SÃO CRISTOVÃO LTDA - ME | MANUTENÇÃO MECANICA - MCT 4309 MOTO-HONDA 2002 | 2655 | 105,000 | 1,0000 | 105,00 |
| ELETRO SÃO CRISTOVÃO LTDA - ME | MANUTENÇÃO MECANICA - MHE 5053 MOTO-SUZUKI | 2461 | 36,000 | 1,0000 | 36,00 |
| ELETRO SÃO CRISTOVÃO LTDA - ME | MANUTENÇÃO MECANICA - MHE 5053 MOTO-SUZUKI | 2655 | 19,000 | 1,0000 | 19,00 |
| ELETRON PORTAS AUTOMATICAS LTDA - ME | PORTÃO ELETRÔNICO COMPLETO | 2975 | 1,000 | 730,0000 | 730,00 |
| EMBRIOSEMEN EQUIP. AGROPECUARIOS LTDA - ME | LUBRILUB | 2599 | 1,000 | 8,0000 | 8,00 |
| EMBRIOSEMEN EQUIP. AGROPECUARIOS LTDA - ME | NITROGÊNIO LÍQUIDO | 2599 | 8,000 | 4,0000 | 32,00 |
| EUROPE VEICULOS LTDA | VEICULO SEDAN 2.0, CAMBIO AUTOMATICO, 4 PORTAS, TRIO ELETRIC | 2592 | 1,000 | 62.000,0000 | 62.000,00 |
| EUROPE VEICULOS LTDA | VEICULO TIPO VAN 16 LUGARES, DIREÇÃO HIDRAULICA, AR CONDICIO | 2593 | 1,000 | 116.000,0000 | 116.000,00 |
| EVALDO MARTIN SCHULZE-ME | BANNER EM LONA 200G 4000X3200 | 2561 | 12,000 | 80,0000 | 960,00 |
| EVALDO MARTIN SCHULZE-ME | Cartazes formato 320x460 mm, impressão 4x0 cores, couchê 150 | 2561 | 100,000 | 2,1000 | 210,00 |
| EVALDO MARTIN SCHULZE-ME | FAIXA DE IDENTIFICAÇÃO | 2561 | 5,000 | 58,0000 | 290,00 |
| EVALDO MARTIN SCHULZE-ME | PLACAS | 2561 | 3,000 | 270,0000 | 810,00 |
| FARFUD & CIA LTDA - ME | CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESIGN GRÁFICO PARA FINS DE ENGEN | 2562 | 1,000 | 1.915,0000 | 1.915,00 |
| FATOS DIARIOS EDITORA JORNALISTICA LTDA - EPP | Contratação da empresa Fatos Diários Editora Jornalística Lt | 2177 | 3.234,560 | 1,0000 | 3.234,56 |
| FISCAL TECNOLOGIA E AUTOMAÇÃO LTDA | Número 01 - Instalação e manutenção de radar movel | 2772 | 1,000 | 5.679,0000 | 5.679,00 |
| FISCAL TECNOLOGIA E AUTOMAÇÃO LTDA | Número 01 - Instalação, operação e manutenção de radar | 2772 | 1,000 | 5.679,0000 | 5.679,00 |
| FISCAL TECNOLOGIA E AUTOMAÇÃO LTDA | Número 02 - Instalação, operação e manutenção de radar | 2772 | 1,000 | 5.679,0000 | 5.679,00 |
| FISCAL TECNOLOGIA E AUTOMAÇÃO LTDA | Número 03 - Instalação, operação e manutenção de radar | 2772 | 1,000 | 5.679,0000 | 5.679,00 |
| FISCAL TECNOLOGIA E AUTOMAÇÃO LTDA | Número 04 - Instalação, operação e manutenção de radar | 2772 | 1,000 | 5.679,0000 | 5.679,00 |
| FLÁVIO CELIO STEIN - ME | MÃO DE OBRA | 2816 | 1,000 | 65,0000 | 65,00 |
| FRANÇA ELETRICID. PARA VEÍCULOS LTDA - ME (FILIAL) | MANUTENÇÃO MECANICA - FOCUS GHIA 2.0 LFC 5 PT 130CV - GASOLI | 2496 | 1.161,900 | 1,0000 | 1.161,90 |
| FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDERLO) | FLARANJA PÊRA.CARACTERÍSTICAS: CASCA DE COR ALARANJADA, | 2605 | 1.700,000 | 1,5279 | 2.597,46 |
| FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDERLO) | MAÇÃ FUJI, TAMANHO MÉDIO, CASCA ÍNTEGRA, SEM AMASSADOS | 2605 | 55,000 | 2,8348 | 155,91 |
| FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDERLO) | MELANCIA. CARACTERÍSTICAS: CASCA ÍNTEGRA, SEM AMASSADOS | 2605 | 152,000 | 1,4318 | 217,63 |
| FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE | CURSO FORMAÇÃO DE AGENTE DE BIBLIOTECA | 2528 | 26,000 | 225,0000 | 5.850,00 |
| GATTI CASAS MATERIAL CONSTRUCAO LTDA | ABRAÇADEIRA | 2732 | 12,000 | 0,6500 | 7,80 |

www.PaperlessPrinter.com

DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 7/16

 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior2010**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|---|--|---------|----------------|----------------|-------------|
| GATTI CASAS MATERIAL CONSTRUCAO LTDA | ABRAÇADEIRA 1/2" X 5/8" | 2732 | 5,000 | 1,2500 | 6,25 |
| GATTI CASAS MATERIAL CONSTRUCAO LTDA | CHUVEIRO ELETRICO | 2732 | 2,000 | 25,0000 | 50,00 |
| GATTI CASAS MATERIAL CONSTRUCAO LTDA | SIFÃO | 2732 | 5,000 | 5,9900 | 29,95 |
| GATTI CASAS MATERIAL CONSTRUCAO LTDA | TECNOGUM BRANCO 1 KG | 2447 | 7,000 | 17,5000 | 122,50 |
| GATTI CASAS MATERIAL CONSTRUCAO LTDA | TINTA ESMALTE SINTÉTICO NA COR BRANCA, 3,6 LITROS | 2447 | 2,000 | 42,9500 | 85,90 |
| GATTI CASAS MATERIAL CONSTRUCAO LTDA | TORNEIRA | 2732 | 5,000 | 2,0500 | 10,25 |
| GATTI CASAS MATERIAL CONSTRUCAO LTDA | VALVULA | 2732 | 5,000 | 3,8000 | 19,00 |
| GATTI CASAS MATERIAL CONSTRUCAO LTDA | VEDA REBOCO | 2447 | 1,000 | 9,9000 | 9,90 |
| GERMINO COFFERRI-ME | CONFEÇÃO DE PLACAS DE VEÍCULOS | 2466 | 1,000 | 50,0000 | 50,00 |
| GERMINO COFFERRI-ME | CONFEÇÃO DE PLACAS E LETREIROS | | 1,000 | 50,0000 | 50,00 |
| GLACY BORDADOS LTDA - ME | APLICAÇÃO DE BORDADO | 2734 | 15,000 | 12,0000 | 180,00 |
| IND. DE PROD. COLONIAIS DO RIO TIGRINHO LTDA - ME | MISUCO DE UVA 100% NATURAL. TIPO COLONIAL, SEM CONSERVANTES.EM | 2613 | 840,000 | 4,9000 | 4.116,00 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | AÇÚCAR REFINADO. CARACTERÍSTICAS: NÃO DEVE APRESENTAR | 2608 | 4.800,000 | 2,1211 | 10.181,28 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | ARROZ PARBOILIZADO - TIPO 1, DE PROCEDÊNCIA NACIONAL E DE SA | 2608 | 3.000,000 | 1,8251 | 5.475,30 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | Aveia em flocos finos.Embalagem plástica contendo 500 g do p | 2608 | 150,000 | 7,2977 | 1.094,66 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | Bebida láctea fermentada (sabores morango, coco e pêssego). | 2741 | 400,000 | 1,9900 | 796,00 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | Bebida láctea fermentada (sabores morango, coco e pêssego). | 2742 | 2.200,000 | 1,9900 | 4.378,00 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | BIFE DE 1ª (COXÃO MOLE). CARACTERÍSTICAS: COR VERMELHO CEREJ | 2741 | 150,000 | 13,0725 | 1.960,88 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | BISCOITO CREAM CRACKER COM GERGELIM.O PRODUTO DEVE APRESENTA | 2608 | 600,000 | 7,9000 | 4.740,00 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | BISCOITO CREAM CRACKER INTEGRAL.O PRODUTO DEVE APRESENTAR-SE | 2608 | 600,000 | 7,9000 | 4.740,00 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | CANJQUINHA DE MILHO (QUIRERA).EMBALAGEM: DEVE ESTRA INTACTA | 2608 | 600,000 | 1,3812 | 828,72 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | Carne bovina, corte coração de paleta, sem osso ou cartilagem | 2742 | 610,000 | 11,3178 | 6.903,86 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | CARNE MOÍDA DE 2ª. CARACTERÍSTICA: FRESCA (MOÍDA NA HORA), | 2742 | 1.650,000 | 8,6770 | 14.317,05 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | Carne suína, paleta desossada, sem pele, limpa, resfriada. | 2742 | 750,000 | 6,9223 | 5.191,73 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | CHÁ DE CAMOMILA (FLORES) PACOTES CONTENDO 20 GRAMAS DO PROD. | 2608 | 60,000 | 2,4435 | 146,61 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | CHÁ DE ERVA DOCE. PACOTES CONTENDO 20 GRAMAS DO PRODUTO. | 2608 | 60,000 | 2,4435 | 146,61 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | CHA DE MAÇA ACONDICIONADO EM CAIXAS DE 2G CONTENDO 10 SAQUIN | 2608 | 1.000,000 | 3,1897 | 3.189,70 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | CHA FLORES E FRUTAS, CAIXA COM 15 SAQUINHOS, SABORES A ESCOL | 2650 | 200,000 | 5,6900 | 1.138,00 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | Chocolate granulado. MERENDA | 2608 | 25,000 | 2,8617 | 71,54 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | COXA E SOBRECORA CONGELADAS. EMBALAGEM: CAIXAS DE PAPELÃO FE | 2742 | 2.400,000 | 3,9393 | 9.454,37 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | EXTRATO DE TOMATE. DEVE SER PREPARADO COM FRUTOS MADUROS, ES | 2608 | 1.200,000 | 3,1570 | 3.788,40 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | FARINHA DE MILHO (TIPO FUBÁ DE MILHO AMARELO) | 2608 | 500,000 | 1,3812 | 690,60 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | FEIJÃO PRETO TIPO 1 SAFRA 2010, PACOTE COM 01 KG | 2608 | 700,000 | 2,5650 | 1.795,50 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | Fianela com barra medindo 40 x 60 cm, cores lisas | 2650 | 200,000 | 0,9000 | 180,00 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | Flocos de 3 Cereais (trigo, cevada e aveia). Embalagem: refi | 2608 | 50,000 | 3,6488 | 182,44 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | Leite condensado. MERENDA | 2608 | 70,000 | 2,0417 | 142,92 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | LEITE EM LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEOINGREDIENTES: LEIT | 2608 | 200,000 | 5,8108 | 1.162,16 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | LEITE UHT INTEGRAL LONGA VIDA | 2608 | 10.000,000 | 1,9400 | 19.400,00 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | LENTILHA. CLASSE GRAÚDA, TIPO 1, CONFORME A PORTARIA Nº 65, | 2608 | 700,000 | 8,7705 | 6.139,35 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | LUIVA DE BORRACHA P/ LIMPEZA, AMARELA, COM FORRO, TAMANHO M | 2650 | 150,000 | 1,3000 | 195,00 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | LUIVA DE BORRACHA PARA LIMPEZA, AMARELA, COM FORRO, TAMANHO G | 2650 | 300,000 | 1,3000 | 390,00 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | MÚSCULO.CARACTERÍSTICAS: COR VERMELHO-CEREJA BRILHANTE | 2741 | 150,000 | 8,3260 | 1.248,90 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | ÓLEO DE SOJA REFINADO. EMBALAGEM PLÁSTICA | 2608 | 300,000 | 2,8512 | 855,36 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | ORÉGANO.EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 100 GRAMAS DO PRODUTO | 2608 | 10,000 | 34,8402 | 348,40 |

www.PaperlessPrinter.com



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 8/16

 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maió/2010**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|---|--|---------|----------------|----------------|-------------|
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | PEITO DE FRANGO CONGELADO (C/ OSSO). EMBALADO EM PLÁSTICO DE | 2741 | 150,000 | 4,8166 | 722,49 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | SAL REFINADO IODADO, PACOTE COM ATÉ 1 KG, EM POLIETILENO TRA | 2608 | 300,000 | 0,9767 | 293,01 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | SALSICHA A GRANEL. CARACTERÍSTICAS: EMBALAGEM DE POLIETILENO | 2742 | 1.400,000 | 4,8166 | 6.743,24 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | Vinagre de maçã. Embalagem de 750 ml. A embalagem deve estar | 2608 | 360,000 | 1,6071 | 578,56 |
| INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEL/SC | CONTRATAÇÃO DO IEL | 2787 | 5,049 | 580,7000 | 2.931,68 |
| INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEL/SC | CONTRATAÇÃO DO IEL | 2793 | 3,341 | 580,7000 | 1.940,00 |
| INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEL/SC | CONTRATAÇÃO DO IEL | 2794 | 5,635 | 580,7000 | 3.272,02 |
| INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEL/SC | CONTRATAÇÃO DO IEL | 2795 | 2,374 | 580,7000 | 1.378,60 |
| INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEL/SC | CONTRATAÇÃO DO IEL | 2796 | 1,187 | 580,7000 | 689,30 |
| INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEL/SC | CONTRATAÇÃO DO IEL | 2797 | 3,561 | 580,7000 | 2.067,90 |
| INTEGRA COMERCIAL LTDA | BISCOITO DOCE TIPO LAMINADO DE LEITE, | 2614 | 400,000 | 3,4475 | 1.379,00 |
| INTEGRA COMERCIAL LTDA | BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA DE COCO | 2614 | 400,000 | 5,0109 | 2.004,36 |
| INTEGRA COMERCIAL LTDA | Biscoito doce(tipo Maria de chocolate) | 2614 | 400,000 | 5,2916 | 2.116,64 |
| INTEGRA COMERCIAL LTDA | CEREAL MATINAL DE MILHO SEM AÇUCAR | 2614 | 900,000 | 11,7600 | 10.584,00 |
| INTEGRA COMERCIAL LTDA | DOCE DE FRUTAS (SABORES DIVERSOS. EMBAL | 2614 | 600,000 | 4,4700 | 2.682,00 |
| INTEGRA COMERCIAL LTDA | DOCE DE LEITE EM PASTA | 2614 | 600,000 | 6,0300 | 3.618,00 |
| INTEGRA COMERCIAL LTDA | Macarrão com ovos (tipo parafuso) com vegetais.Embalagem pad | 2614 | 700,000 | 3,7261 | 2.608,27 |
| INTEGRA COMERCIAL LTDA | MACARRAO LETRINHA. EMBALAGENS PADRONIZADA DE ATE 1 KG | 2614 | 100,000 | 2,8689 | 286,89 |
| INTEGRA COMERCIAL LTDA | MARGARINA VEGETAL COM SAL E SEM GORDURA TRANS. POTES DE 500 | 2614 | 300,000 | 2,4600 | 738,00 |
| IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME | AGUA MINERAL C/ GAS | 2908 | 5,000 | 10,0000 | 50,00 |
| IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME | AGUA MINERAL COM 20 LITROS, SEM TAMBOR | 2908 | 2,000 | 7,0000 | 14,00 |
| IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME | AGUA MINERAL COM 20 LITROS, SEM TAMBOR | 2908 | 3,000 | 7,0000 | 21,00 |
| IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME | AGUA MINERAL COM 20 LITROS, SEM TAMBOR | 2908 | 2,000 | 7,0000 | 14,00 |
| IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME | AGUA MINERAL COM 20 LITROS, SEM TAMBOR | 2908 | 1,000 | 7,0000 | 7,00 |
| IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME | AGUA MINERAL COM 20 LITROS, SEM TAMBOR | 2908 | 6,000 | 7,0000 | 42,00 |
| IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME | AGUA MINERAL COM 20 LITROS, SEM TAMBOR | 2908 | 25,000 | 7,0000 | 175,00 |
| IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME | AGUA MINERAL COM 20 LITROS, SEM TAMBOR | 2908 | 3,000 | 7,0000 | 21,00 |
| IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME | AGUA MINERAL COM 20 LITROS, SEM TAMBOR | 2908 | 2,000 | 7,0000 | 14,00 |
| IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME | AGUA MINERAL S/GAS 500ML C/ 12 UN | 2908 | 3,000 | 9,0000 | 27,00 |
| IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME | GALAO AGUA MINERAL 20 LTS | 2908 | 1,000 | 20,0000 | 20,00 |
| IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME | Gás acondicionado em cilindros de 13 quilos, GLP - P13, comp | 2812 | 100,000 | 43,0000 | 4.300,00 |
| JACKSON HUGO PEREIRA ME | BLOCO DE COMUNICAÇÃO INTERNA, conforme modelo anexo, sendo: | 2659 | 100,000 | 1,9000 | 190,00 |
| JACKSON HUGO PEREIRA ME | BLOCO DE CÓPIA DE CHEQUE, conforme modelo anexo, sendo: | 2685 | 300,000 | 1,9500 | 585,00 |
| JACKSON HUGO PEREIRA ME | BLOCO DE REQUISIÇÃO INTERNA, conforme modelo anexo, sendo: 5 | 2659 | 200,000 | 1,3900 | 278,00 |
| JACKSON HUGO PEREIRA ME | CAPA BALANCETE, conforme modelo anexo, sendo: | 2728 | 3.000,000 | 0,2900 | 870,00 |
| JACKSON HUGO PEREIRA ME | CAPA PARA PROCESSO, conforme modelo anexo, sendo: | 2659 | 3.000,000 | 0,1100 | 330,00 |
| JACKSON HUGO PEREIRA ME | Cartazes formato 320x460 mm, impressão 4x0 cores, couchê 150 | 2728 | 5.000,000 | 0,3260 | 1.630,00 |
| JACKSON HUGO PEREIRA ME | ENVELOPE 26X36CM, conforme modelo anexo, sendo: | 2728 | 2.000,000 | 0,4300 | 860,00 |
| JACKSON HUGO PEREIRA ME | Folder A4, impressão 4x4 | 2728 | 10.000,000 | 0,1620 | 1.620,00 |
| JACKSON HUGO PEREIRA ME | FOLHA TIMBRADA EM PAPEL A4, conforme modelo anexo, sendo: | 2728 | 10.000,000 | 0,0570 | 570,00 |
| JACKSON HUGO PEREIRA ME | PASTA FIXA, conforme modelo anexo, sendo: 1 folha 4x0 em pap | 2728 | 2.800,000 | 0,5200 | 1.456,00 |
| JANETE CARLIN DA SILVA | PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FOTOGRÁFICOS | 2451 | 1,000 | 1.000,0000 | 1.000,00 |
| JANETE CARLIN DA SILVA | SERVIÇOS FOTOGRÁFICOS | 2754 | 1,000 | 1.150,0000 | 1.150,00 |
| JORGE LUIZ CASSOL E CIA LTDA - ME | Locação de caminhão basculante 6 x 4, capacidade mínima 12 m | 2478 | 100,000 | 78,0000 | 7.800,00 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 9/16

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2010**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|---|--|---------|----------------|----------------|-------------|
| JORGE LUIZ CASSOL E CIA LTDA - ME | MANUTENÇÃO MECANICA - MAQ. 50 PÁ CARREGADEIRA-CASE W20 1991 | 2489 | 2.706,250 | 1,0000 | 2.706,25 |
| JORGE LUIZ CASSOL E CIA LTDA - ME | MANUTENÇÃO MECANICA - MAQ. 52 PÁ CARREGADEIRA-MICHIGAN 1994 | 2489 | 2.008,800 | 1,0000 | 2.008,80 |
| JORGE LUIZ CASSOL E CIA LTDA - ME | MANUTENÇÃO MECANICA - MAQ. 56 MOTONIVELADORA-CATERPILLAR 200 | 2489 | 4.537,780 | 1,0000 | 4.537,78 |
| JORGE LUIZ CASSOL E CIA LTDA - ME | MANUTENÇÃO MECANICA - MAQ. 58 MOTONIVELADORA-CATERPILLAR 200 | 2489 | 1.992,800 | 1,0000 | 1.992,80 |
| JORGE LUIZ CASSOL E CIA LTDA - ME | MANUTENÇÃO MECANICA - MAQ. AP 21 ROLO COMPAC.- MULLER 1978 | 2489 | 3.025,510 | 1,0000 | 3.025,51 |
| JORGE LUIZ CASSOL E CIA LTDA - ME | MANUTENÇÃO MECANICA - MOTONIVELADORA 120H - DIESEL 54 | 2598 | 283,400 | 1,0000 | 283,40 |
| JORGE LUIZ CASSOL E CIA LTDA - ME | MANUTENÇÃO MECANICA- MAQ. 44 ROLO COMPAC.-CATERPILLAR 2002 | 2489 | 1.955,200 | 1,0000 | 1.955,20 |
| K & K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA | DISQUETE 3,5 HD TIPO 3M CAIXA COM 10 UNIDADES | 2781 | 10,000 | 5,5600 | 55,60 |
| K & K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA | RÉGUA TRANSPARENTE EM ACRÍLICO 30 CM | 2781 | 50,000 | 0,1700 | 8,50 |
| KAFFA BRASIL IND. DE CONFECCOES LTDA - EPP | CAMISETA POLO | 2755 | 2,000 | 29,0000 | 58,00 |
| L B COMERCIO E SERVIÇOS LTDA | CAIBRO DE PINHEIRO DE 2º 2" X 2" DE 4,20 M - BOA QUALIDADE | 2883 | 2,000 | 120,0000 | 240,00 |
| L B COMERCIO E SERVIÇOS LTDA | locação de escavadeira hidráulica, peso operacional mínimo | 2480 | 7,000 | 133,5000 | 934,50 |
| LAUDENIR DA SILVA - ARTES GRAFICAS CONTESTADO | BLOCO PROTOCOLO BOLETIM ACIDENTE 10,5 X 10,5 | 2560 | 10,000 | 9,5000 | 95,00 |
| LAUDENIR DA SILVA - ARTES GRAFICAS CONTESTADO | CONTRA RECIBO APREENSÃO CRLV 16X10,5 | 2560 | 1.000,000 | 0,1150 | 115,00 |
| LAUDENIR DA SILVA - ARTES GRAFICAS CONTESTADO | REGISTRO AVALIATIVO | 2813 | 5.000,000 | 0,2940 | 1.470,00 |
| LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA | MICRO COMPUTADOR TIPO INTEL PENTIUM, DUAL CORE 2160 | 2681 | 5,000 | 2.440,0000 | 12.200,00 |
| LUHRS IND. E COM. DE PROD. METALURGICOS LTDA | CHAPA DE MDF 09mm 2,75 X 1,83 NATURAL | 2884 | 10,000 | 59,0000 | 590,00 |
| LUHRS IND. E COM. DE PROD. METALURGICOS LTDA | CHAPAS DE FÓRMICA BRANCA BRILHANTE | 2884 | 20,000 | 52,2500 | 1.045,00 |
| LUHRS IND. E COM. DE PROD. METALURGICOS LTDA | CHAPAS DE FÓRMICA OVO BRILHANTE | 2884 | 10,000 | 54,9000 | 549,00 |
| LUHRS IND. E COM. DE PROD. METALURGICOS LTDA | LÁPIS DE CARPINTEIRO | 2884 | 8,000 | 0,8400 | 6,72 |
| LUHRS IND. E COM. DE PROD. METALURGICOS LTDA | PREGO 10x10 COM CABEÇA | 2884 | 5,000 | 9,7000 | 48,50 |
| LUHRS IND. E COM. DE PROD. METALURGICOS LTDA | PREGO 11X15 SEM CABEÇA | 2884 | 2,000 | 8,4300 | 16,86 |
| LUHRS IND. E COM. DE PROD. METALURGICOS LTDA | PREGO 12 X 12 SEM CABEÇA | 2884 | 5,000 | 7,3500 | 36,75 |
| LUHRS IND. E COM. DE PROD. METALURGICOS LTDA | PREGO 12x12 COM CABEÇA | 2884 | 6,000 | 7,2500 | 43,50 |
| LUHRS IND. E COM. DE PROD. METALURGICOS LTDA | PREGO 13 X 15 COM CABEÇA | 2884 | 6,000 | 6,8000 | 40,80 |
| LUHRS IND. E COM. DE PROD. METALURGICOS LTDA | PREGO 15 x 21 COM CABEÇA | 2884 | 5,000 | 6,2600 | 31,30 |
| LUHRS IND. E COM. DE PROD. METALURGICOS LTDA | PREGO 16x24 COM CABEÇA | 2884 | 5,000 | 5,9900 | 29,95 |
| LUHRS IND. E COM. DE PROD. METALURGICOS LTDA | ROLO DE 100 M DE ACABAMENTO DE BORDA BRANCA 19 mm | 2884 | 2,000 | 12,5000 | 25,00 |
| LUHRS IND. E COM. DE PROD. METALURGICOS LTDA | ROLO DE 100 M DE ACABAMENTO DE BORDA OVO 19 mm | 2884 | 2,000 | 21,5000 | 43,00 |
| MAGAVEL MAGARINOS VEICULOS LTDA | VEICULO 1.0 HATCH, 4 PORTAS, AR QUENTE, DESEMBAÇADOR | 2595 | 3,000 | 34.900,0000 | 104.700,00 |
| MAGAVEL MAGARINOS VEICULOS LTDA | VEICULO 1.6 HATCH, 4 PORTAS, AR QUENTE, AR CONDICIONADO, DES | 2594 | 1,000 | 39.500,0000 | 39.500,00 |
| MAGAZINE LUIZA SA | APARELHO TELEFONICO CONVENCIONAL | 2551 | 1,000 | 32,0000 | 32,00 |
| MAGAZINE LUIZA SA | TELEFONE SEM FIO | 2551 | 1,000 | 75,0000 | 75,00 |
| MARCELO GONCALVES - ME | Engraxar - veiculos pequenos, médios, utilitários e grandes | 2596 | 3,000 | 25,0000 | 75,00 |
| MARCELO GONCALVES - ME | Lavagem completa de caminhão | 2566 | 2,000 | 30,0000 | 60,00 |
| MARCELO GONCALVES - ME | Lavagem completa de motor a quente - veiculos pequenos, médi | 2625 | 3,000 | 16,0000 | 48,00 |
| MARCELO GONCALVES - ME | Lavagem completa de veículo médio - micro ônibus | 2565 | 2,000 | 29,9500 | 59,90 |
| MARCELO GONCALVES - ME | Lavagem completa de veículo médio - micro ônibus | 2596 | 4,000 | 29,9500 | 119,80 |
| MARCELO GONCALVES - ME | Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio | 2565 | 1,000 | 9,9500 | 9,95 |
| MARCELO GONCALVES - ME | Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio | 2596 | 3,000 | 9,9500 | 29,85 |
| MARCELO GONCALVES - ME | Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio | 2625 | 5,000 | 9,9500 | 49,75 |
| MARCELO GONCALVES - ME | Pulverização para veiculos pequenos, médios, utilitários e g | 2625 | 3,000 | 20,0000 | 60,00 |
| MARCOS BULLE DA COSTA ME | AÇUCAR REFINADO BRANCO, PACOTE DE 5 KG | 2653 | 150,000 | 7,8900 | 1.183,50 |
| MARCOS BULLE DA COSTA ME | CAFE EM PO EMPACOTADO A VÁCUO COM 500 GRAMAS | 2653 | 600,000 | 3,9400 | 2.364,00 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 10/16

 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior/2010**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|--|--|---------|----------------|----------------|-------------|
| MARCOS BULLE DA COSTA ME | Café torrado moído tradicional MERENDA | 2609 | 30,000 | 10,7980 | 323,94 |
| MARCOS BULLE DA COSTA ME | CANJICA DE MILHO (BRANCA). TIPO 1, CLASSE BRANCA, SUBGRUPO D | 2609 | 600,000 | 3,2920 | 1.975,20 |
| MARCOS BULLE DA COSTA ME | COPO DESCARTAVEL P/ AGUA, 180 ML - CX C/ 3.000 UNIDADES, | 2653 | 20,000 | 42,9000 | 858,00 |
| MARCOS BULLE DA COSTA ME | DESODORIZADOR DE AR (TIPO BOM AR), PERFUME SUAVE, FRASCO COM | 2653 | 36,000 | 4,2400 | 152,64 |
| MARCOS BULLE DA COSTA ME | FÓSFORO CAIXA PEQUENA, MAÇO COM 10 CAIXAS CADA | 2653 | 120,000 | 0,9400 | 112,80 |
| MARCOS BULLE DA COSTA ME | Milho para pipoca.Características: Grupo duro; Classe amarel | 2609 | 300,000 | 3,3450 | 1.003,50 |
| MARCOS BULLE DA COSTA ME | SABÃO EM PEDRA, NEUTRO 500 g | 2653 | 120,000 | 0,9600 | 115,20 |
| MARCOS BULLE DA COSTA ME | SAGU. CLASSE PÉROLA, TIPO I, É O PRODUTO AMILÁCEO DERIVADO D | 2609 | 600,000 | 4,0590 | 2.435,40 |
| MARCOS BULLE DA COSTA ME | TOALHA DE ROSTO TAMANHO MÉDIO | 2653 | 60,000 | 1,5000 | 90,00 |
| MARCOS BULLE DA COSTA ME | VASSOURA DE NYLON S/ CABO | 2653 | 240,000 | 1,5900 | 381,60 |
| MARCOS PAULO CASSOL E CIA LTDA | locação de trator de esteira, peso operacional mínimo de 10. | 2477 | 100,000 | 148,5000 | 14.850,00 |
| MARIA LUCIA MACEDO BERTOLINI | PERÍCIA MÉDICA | 2936 | 1,000 | 175,0000 | 175,00 |
| MARILDA SALETE LUZ - ME | estabilizador de energia 500 W | 2815 | 5,000 | 97,8700 | 489,35 |
| MAURINA FOTOGRAFIAS LTDA - EPP | FOTOCOPIA COLORIDA | 2710 | 1,000 | 35,9900 | 35,99 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | AMORTECEDOR DIANTEIRO | 2656 | 2,000 | 98,0000 | 196,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | AMORTECEDOR DIANTEIRO | 2657 | 2,000 | 130,0000 | 260,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | AMORTECEDOR TRASEIRO | 2656 | 2,000 | 110,0000 | 220,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | AMORTECEDOR TRASEIRO | 2657 | 2,000 | 110,0000 | 220,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | BARRA DA DIREÇÃO | 2656 | 1,000 | 98,0000 | 98,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | BUCHA | 2524 | 2,000 | 12,0000 | 24,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | BUCHA | 2657 | 2,000 | 28,0000 | 56,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | BUCHA DA BANDEJA,; | 2657 | 4,000 | 18,0000 | 72,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | BUJAO | 2656 | 1,000 | 12,0000 | 12,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | BUZINA | 2656 | 1,000 | 45,0000 | 45,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | CABO DE VELA | 2656 | 1,000 | 110,0000 | 110,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | Canaleta do Vidro | 2524 | 1,000 | 20,0000 | 20,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | CHAVE SETA | 2524 | 1,000 | 98,0000 | 98,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | CORREIA DENTADA | 2657 | 1,000 | 180,0000 | 180,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | CORREIA DO ALTERNADOR; | 2657 | 1,000 | 49,0000 | 49,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | COXIM | 2656 | 2,000 | 35,0000 | 70,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | COXIM | 2657 | 2,000 | 48,0000 | 96,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | DESCARBONIZAÇÃO | 2657 | 1,000 | 100,0000 | 100,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | EXTINTOR AUTOMOTIVO | 2657 | 1,000 | 25,0000 | 25,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | FILTRO DE AR | 2656 | 1,000 | 18,0000 | 18,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | FILTRO DE AR | 2657 | 1,000 | 24,0000 | 24,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | FILTRO DE COMBUSTÍVEL | 2656 | 1,000 | 18,0000 | 18,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | FILTRO DE COMBUSTÍVEL | 2657 | 1,000 | 30,0000 | 30,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | FILTRO DE OLEO | 2657 | 1,000 | 22,0000 | 22,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | GATILHO DO CAPÔ | 2656 | 1,000 | 29,0000 | 29,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | INSTALAÇÃO DE GIROFLEX | 2657 | 1,000 | 100,0000 | 100,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | JOGO DE PALHETAS | 2656 | 1,000 | 29,0000 | 29,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | JOGO DE PASTILHAS DE FREIO | 2656 | 1,000 | 24,0000 | 24,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | JOGO DE PASTILHAS DE FREIO | 2657 | 1,000 | 95,0000 | 95,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | JOGO DE VELAS PARA VEÍCULO | 2656 | 1,000 | 70,0000 | 70,00 |

www.PaperlessPrinter.com


ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 11/16

 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2010**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|--|--|---------|----------------|----------------|-------------|
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | KIT ESTABILIZADOR | 2657 | 2,000 | 14,0000 | 28,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | LAMPADA | 2656 | 2,000 | 3,0000 | 6,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | LAMPADA | 2657 | 1,000 | 3,0000 | 3,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | LIMPEZA DE BICOS | 2657 | 1,000 | 60,0000 | 60,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | MANUTENÇÃO MECANICA - GM CORSA WIND 5 PT 60CV - GASOLINA | 2652 | 1.661,000 | 1,0000 | 1.661,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | MANUTENÇÃO MECANICA - MBR-7535 - PALIO/FIAT-GASOLINA 2002 | 2550 | 1.628,680 | 1,0000 | 1.628,68 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | MANUTENÇÃO MECANICA - UNO MILLE SX 5 PT 55CV - GASOLINA | 2661 | 2.013,180 | 1,0000 | 2.013,18 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | MÃO DE OBRA | 2524 | 1,000 | 60,0000 | 60,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | MÃO DE OBRA | 2651 | 1,000 | 60,0000 | 60,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | MÃO DE OBRA | 2654 | 1,000 | 60,0000 | 60,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | MÃO DE OBRA | 2656 | 8,000 | 12,5000 | 100,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | MÃO DE OBRA | 2657 | 14,000 | 12,5000 | 175,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | MIOLO P/ IGNIÇÃO COMP | 2524 | 1,000 | 80,0000 | 80,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | ÓLEO DE MOTOR;; | 2657 | 3,500 | 18,0000 | 63,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | Óleo do Motor | 2656 | 3,500 | 18,0000 | 63,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | PIVÔ DA SUSPENSÃO; | 2656 | 1,000 | 35,0000 | 35,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | PIVÔ DA SUSPENSÃO; | 2657 | 2,000 | 70,0000 | 140,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | RECARGA DE EXTINTOR 1 KG | 2654 | 1,000 | 25,0000 | 25,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | ROLAMENTO | 2657 | 2,000 | 70,0000 | 140,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | ROLAMENTO TRASEIRO PRIMÁRIO | 2657 | 2,000 | 90,0000 | 180,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | SUPORTE | 2657 | 1,000 | 98,0000 | 98,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | SUPORTE CAIXA | 2656 | 1,000 | 30,0000 | 30,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | SUPORTE PARA CAIXA DE CÂMBIO | 2657 | 1,000 | 90,0000 | 90,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | TENSOR | 2657 | 1,000 | 198,0000 | 198,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | TERMINAL DA DIREÇÃO | 2657 | 2,000 | 50,0000 | 100,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | TRIANGULO REFLETIVO P/ VEICULO | 2654 | 2,000 | 18,0000 | 36,00 |
| MGL COM. DE MÁQ. PEÇAS E SERV. DE MANUT. LTDA - ME | Mecação de rolo compactador, peso operacional mínimo de 11.1 | 2479 | 20,000 | 90,0000 | 1.800,00 |
| MH MANUT. MECÂNICA E HIDRAULICA LTDA ME | MANUTENÇÃO MECANICA - MAQ. 25 MOTONIVELADORA-SCANIA-HWB 1979 | 2490 | 7.717,410 | 1,0000 | 7.717,41 |
| MINEROCHA CATARINENSE LTDA | PEDRA BRITA Nº 02 | 2448 | 445,250 | 37,9000 | 16.874,98 |
| MINEROCHA CATARINENSE LTDA | PEDRA BRITA Nº 02 | 2498 | 200,000 | 37,9000 | 7.580,00 |
| MINEROCHA CATARINENSE LTDA | PEDRA BRITA Nº 02 | 2513 | 265,000 | 37,9000 | 10.043,50 |
| MINEROCHA CATARINENSE LTDA | PEDRA BRITA Nº 02 | 2514 | 923,000 | 37,9000 | 34.981,70 |
| MINEROCHA CATARINENSE LTDA | PEDRA BRITA Nº 02 | 2617 | 150,000 | 37,9000 | 5.685,00 |
| MINEROCHA CATARINENSE LTDA | PEDRA BRITA Nº 02 | 2677 | 265,000 | 37,9000 | 10.043,50 |
| MINEROCHA CATARINENSE LTDA | PEDRA BRITA Nº 02 | 2747 | 265,000 | 37,9000 | 10.043,50 |
| MINEROCHA CATARINENSE LTDA | PEDRA BRITA Nº 02 | 2788 | 128,000 | 37,9000 | 4.851,20 |
| MINEROCHA CATARINENSE LTDA | Pedra brita nº 1 | 2448 | 411,790 | 40,9800 | 16.875,15 |
| MINEROCHA CATARINENSE LTDA | Pedra brita nº 1 | 2497 | 200,000 | 40,9800 | 8.196,00 |
| MINEROCHA CATARINENSE LTDA | Pedra brita nº 1 | 2660 | 60,000 | 40,9800 | 2.458,80 |
| MINEROCHA CATARINENSE LTDA | Pedra brita nº 1 | 2920 | 100,000 | 40,9800 | 4.098,00 |
| MINEROCHA CATARINENSE LTDA | Pedra brita nº 1 | 2921 | 265,000 | 40,9800 | 10.859,70 |
| MINEROCHA CATARINENSE LTDA | RACHAO | 2514 | 635,000 | 40,9800 | 26.022,30 |
| MODELO PNEUS LTDA | Pneu 7.50 R 16 - radial, novo, com 12 lonas, liso para trava | 2626 | 2,000 | 410,0000 | 820,00 |
| NEIDA NHOATO TRANCOSO - FISCHER HAUS | REFEICOES INDUSTRIAIS | 2473 | 575,000 | 6,7000 | 3.852,50 |

www.PaperlessPrinter.com


ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 12/16

 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior/2010**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|---|--|---------|----------------|----------------|-------------|
| NELSON COSTA SAPATEIRO - ME | MÃO DE OBRA | 2704 | 50,000 | 2,6000 | 130,00 |
| NELSON DALLAGNOL DE SOUZA | PERÍCIA MÉDICA | 2820 | 2,000 | 250,0000 | 500,00 |
| NELTON RUBENS EDUARDO - NEL PRINT | TONER REMANUFATURADO A E120 A | 2819 | 5,000 | 50,0000 | 250,00 |
| NEY TINTAS LTDA - EPP | CASCOLA 3,6 LITROS | 2809 | 16,000 | 42,2000 | 675,20 |
| NEY TINTAS LTDA - EPP | LIXA - GRAMA 120 | 2809 | 100,000 | 1,4900 | 149,00 |
| NEY TINTAS LTDA - EPP | LIXA - GRAMA 150 | 2809 | 100,000 | 1,4900 | 149,00 |
| NEY TINTAS LTDA - EPP | LIXA - GRAMA 80 | 2809 | 100,000 | 1,7620 | 176,20 |
| NEY TINTAS LTDA - EPP | ROLO DE FITA ISOLANTE PRETA | 2809 | 3,000 | 0,9000 | 2,70 |
| NEY TINTAS LTDA - EPP | thinner para diluir tinta a base de nitro celulose sem benze | 2809 | 40,000 | 26,6500 | 1.066,00 |
| NORMA ADRIANA ZANATTA - ME | ABOBRINHA.CARACTERÍSTICAS: CASCA CORIÁCEA COM AS PAREDES | 2607 | 62,000 | 1,6437 | 101,91 |
| NORMA ADRIANA ZANATTA - ME | BATATA SALSA.CARACTERÍSTICAS: BOA QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO | 2607 | 62,000 | 3,4500 | 213,90 |
| NORMA ADRIANA ZANATTA - ME | CEBOLA BRANCA.CARACTERÍSTICAS: DE 1ª QUALIDADE, FRESCA, TAMA | 2607 | 58,000 | 1,7376 | 100,78 |
| NORMA ADRIANA ZANATTA - ME | CHUCHU.CARACTERÍSTICAS: VERDE, TENRO, FIRME, SEM MANCHAS | 2607 | 41,000 | 1,7377 | 71,25 |
| NORMA ADRIANA ZANATTA - ME | COUVE MANTEIGA.CARACTERÍSTICAS: VERDE ESCURO, FOLHAS ÍNTEGRA | 2607 | 54,000 | 1,5000 | 81,00 |
| NORMA ADRIANA ZANATTA - ME | OVO DE GALINHA.CARACTERÍSTICAS: TIPO 2, AMARELO, FRESCO, | 2607 | 223,000 | 2,5000 | 557,50 |
| NT COMERCIAL PUBLICITÁRIA LTDA - NEON TÁMA | PERSONALIZAÇÃO DE VEÍCULO | 2730 | 1,000 | 340,0000 | 340,00 |
| NUTRIMENTAL S.A. IND. E COM. DE ALIMENTOS - FILIAL ALIMENTO ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO, ENRIQUECIDO COM V | | 2611 | 300,000 | 5,9000 | 1.770,00 |
| NUTRIMENTAL S.A. IND. E COM. DE ALIMENTOS - FILIAL Composto Lácteo com polpa de abacaxi e 3 cereais - sabor iog | | 2611 | 1.000,000 | 9,8000 | 9.800,00 |
| NUTRIMENTAL S.A. IND. E COM. DE ALIMENTOS - FILIAL Farinha à base de arroz pré-cozido. Características: adicion | | 2611 | 100,000 | 2,0000 | 200,00 |
| NUTRIMENTAL S.A. IND. E COM. DE ALIMENTOS - FILIAL FARINHA LÁCTEA. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO TORRADA, | | 2611 | 100,000 | 2,3100 | 231,00 |
| NUTRIMENTAL S.A. IND. E COM. DE ALIMENTOS - FILIAL Mingau de chocolate com coco queimado, MERENDA | | 2611 | 750,000 | 7,4000 | 5.550,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA EPP | BOBINA P/ CALCULADORA 57 X 60 ACETINADA | 2779 | 24,000 | 0,5700 | 13,68 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA EPP | GRAFITE 0.5 MM (ESTOJO) | 2779 | 12,000 | 0,4000 | 4,80 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA EPP | LAPISEIRA 0.5MM PONTA DE METAL DE BOA QUALIDADE | 2779 | 4,000 | 3,7500 | 15,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA EPP | LIVRO PONTO COM 100 FOLHAS, CAPA DURA | 2779 | 20,000 | 6,3000 | 126,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA EPP | PAPEL CONTACT TRANSPARENTE, ROLO COM 10 METROS | 2780 | 1,000 | 12,0000 | 12,00 |
| PAVIMENTI BLOCOS E PAVERS LTDA | PAVER 10x20x6cm 35,00 mpa | 2493 | 300,000 | 29,4000 | 8.820,00 |
| PAVIMENTI BLOCOS E PAVERS LTDA | PISO TÁTIL ALERTA 10 X 20 X 06 cm 35 mpa | 2493 | 50,000 | 53,6000 | 2.680,00 |
| PAVIMENTI BLOCOS E PAVERS LTDA | PISO TÁTIL DIRECIONAL 10 X20X 06 CM 35 mpa | 2493 | 40,000 | 53,6000 | 2.144,00 |
| PBS CORRETORA DE SEGUROS LTDA | SEGURO CONTRA TERCEIROS | 2705 | 1,000 | 950,0000 | 950,00 |
| PEGGASO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP | chapa compensado fenólico 12 mm 2,20 x 1,10 | 2810 | 10,000 | 28,5000 | 285,00 |
| PEGGASO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP | CHAPA DE COMPENSADO DE VIROLA 10mm MULTILAMINADO 2,20 X 1,60 | 2810 | 8,000 | 22,5000 | 180,00 |
| PEGGASO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP | CHAPA DE COMPENSADO VIROLA 15mm SARRAFIADO 2,20 X 1,60 | 2810 | 18,000 | 31,0000 | 558,00 |
| PEGGASO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP | Concreto usinado FCK 15 (quinze) MPA convencional | 2748 | 47,000 | 242,5800 | 11.401,26 |
| PEGGASO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP | SELADOR ACABAMENTO GL 3,6 LITROS | 2810 | 5,000 | 28,5000 | 142,50 |
| PIATÁ COMERCIO DE PEÇAS LTDA ME | CORREDIÇAS DE METAL PARA GAVETAS 40cm | 2882 | 10,000 | 5,0000 | 50,00 |
| PIATÁ COMERCIO DE PEÇAS LTDA ME | CORREDIÇAS DE METAL PARA GAVETAS 50cm | 2882 | 10,000 | 5,0000 | 50,00 |
| PIATÁ COMERCIO DE PEÇAS LTDA ME | máscaras de proteção facial, descartáveis | 2882 | 5,000 | 4,0000 | 20,00 |
| PORTO SINALIZAÇÃO LTDA | Tinta para demarcação viária, à base de resina acrílica, emu | 2602 | 15,000 | 140,7000 | 2.110,50 |
| PORTO SINALIZAÇÃO LTDA | Tinta para demarcação viária, à base de resina acrílica, emu | 2630 | 76,000 | 140,7000 | 10.693,20 |
| POSTO DE LAVAGEM SÃO LUIZ LTDA | Lavagem de Veículos Pequenos | 2455 | 9,000 | 14,5556 | 131,00 |
| POTENZE PARTICIPAÇÕES LTDA | Biscoito cookie integral com castanha do Pará. Pacotes de 50 | 2615 | 400,000 | 7,5800 | 3.032,00 |
| PROART SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA - ME | Contratação da empresa Proart Serviços Gráficos Ltda | 2175 | 1.170,400 | 1,0000 | 1.170,40 |
| PÚBLICA CONSULTORIA E DESENV. PROFISSIONAL LTDA | Contratação de pessoa jurídica, para prestação de serviços e | 2504 | 120.689,655 | 0,2900 | 35.000,00 |

www.PaperlessPrinter.com


DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Página: 13/16

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maió/2010**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|--|--|---------|----------------|----------------|-------------|
| PÚBLICA CONSULTORIA E DESENV. PROFISSIONAL LTDA | Contratação de pessoa jurídica, para prestação de serviços e | 2505 | 119.557,862 | 0,2900 | 34.671,78 |
| RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A - DIARI | Contratação de veículo de imprensa - jornal estadual | 2501 | 8,000 | 33,0000 | 264,00 |
| RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A - DIARI | Contratação de veículo de imprensa - jornal estadual | 2503 | 8,000 | 33,0000 | 264,00 |
| RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A - DIARI | Contratação de veículo de imprensa - jornal estadual | 2549 | 8,000 | 33,0000 | 264,00 |
| RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A - DIARI | Contratação de veículo de imprensa - jornal estadual | 2798 | 8,000 | 33,0000 | 264,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | BALANCEAMENTO R-13/14/15 | 2986 | 3,000 | 8,0000 | 24,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | BALANCEAMENTO R-16/17,5 | 2986 | 5,000 | 25,0000 | 125,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | BALANCEAMENTO R-20/11R 22,5 | 2986 | 14,000 | 40,0000 | 560,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | BICOS DE AR PARA RODA SEM CAMARA 22.5 | 2986 | 2,000 | 13,0000 | 26,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CONCERTO PARA RECAPE 02 A 04 | 2531 | 1,000 | 17,0263 | 17,03 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CONCERTO PARA RECAPE 02 A 04 | 2600 | 6,000 | 17,0263 | 102,16 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CONCERTO PARA RECAPE 02 A 04 | 2601 | 26,000 | 17,0263 | 442,68 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CONCERTO PARA RECAPE 05 A 09 | 2531 | 16,000 | 24,8300 | 397,28 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CONCERTO PARA RECAPE 05 A 09 | 2600 | 11,000 | 24,8300 | 273,13 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CONCERTO PARA RECAPE DE 12 A 22 | 2601 | 17,000 | 19,8640 | 337,69 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CONCERTO PARA RECAPE DE 40 A 46 | 2531 | 7,000 | 41,1469 | 288,03 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CONCERTO PARA RECAPE DE 40 A 46 | 2600 | 2,000 | 41,1469 | 82,29 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CONCERTO PARA RECAPE DE 40 A 46 | 2601 | 3,000 | 41,1469 | 123,44 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CONCERTO PNEU 11R 22.5 | 2467 | 4,000 | 12,0000 | 48,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CONCERTO PNEU 11R 22.5 | 2986 | 3,000 | 12,0000 | 36,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CONCERTO PNEU 165R 13 | 2986 | 15,000 | 5,0000 | 75,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CONCERTO PNEU 185R 13 | 2459 | 8,000 | 5,0000 | 40,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CONCERTO PNEU 185R 13 | 2986 | 7,000 | 5,0000 | 35,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CONCERTO PNEU 195R 15 | 2467 | 15,000 | 5,0000 | 75,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CONCERTO PNEU 9-17.5 | 2986 | 5,000 | 10,0000 | 50,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CONCERTO PNEU E OU CAMARA 215 X 75 R. 17.5 | 2986 | 5,000 | 10,0000 | 50,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CONCERTO PNEU E OU CAMARA 750 X 16 | 2469 | 8,000 | 10,0000 | 80,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CONCERTO PNEU E OU CAMARA 750 X 16 | 2986 | 10,000 | 10,0000 | 100,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CONCERTO PNEU E/OU CAMARA 17.5.25 | 2469 | 15,000 | 45,0000 | 675,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CONCERTO PNEU/CAMARA 1000 X 20 | 2469 | 143,000 | 12,0000 | 1.716,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CONCERTO PNEU/CAMARA 1000 X 20 | 2986 | 20,000 | 12,0000 | 240,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CONCERTO PNEU/CAMARA 14,9 X 28 | 2469 | 4,000 | 35,0000 | 140,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CONCERTO PNEU/CAMARA 14,9 X 28 | 2986 | 1,000 | 35,0000 | 35,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CONCERTO PNEU/CAMARA 16,4 X 30 | 2469 | 3,000 | 35,0000 | 105,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CONCERTO PNEU/CAMARA 16,4 X 30 | 2986 | 1,000 | 35,0000 | 35,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CONCERTO PNEU/CAMARA 16,9 X 30 | 2469 | 6,000 | 35,0000 | 210,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CONCERTO PNEU/CAMARA 16,9 X 30 | 2986 | 1,000 | 35,0000 | 35,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CONCERTO PNEU/CAMARA 19,5 L X 24 | 2469 | 7,000 | 35,0000 | 245,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CONCERTO PNEU/CAMARA 23,5 X 25 | 2469 | 6,000 | 53,0000 | 318,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | Conserto pneu/câmara 23.5 x 25 com corrente | 2469 | 2,000 | 75,0000 | 150,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | Conserto pneu/câmara 23.5 x 25 com corrente | 2986 | 1,000 | 75,0000 | 75,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CONCERTO PNEU/CAMARA 735 X 14 | 2986 | 5,000 | 5,0000 | 25,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | Montagem pneu aro 25 - 28 - 30 | 2467 | 1,000 | 30,0000 | 30,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | Recapagem de pneu liso pré-moldado 1.000x20 | 2600 | 2,000 | 159,6214 | 319,24 |

www.PaperlessPrinter.com

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 14/16

 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2010**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|--|--|---------|----------------|----------------|-------------|
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | Recapagem de pneu liso pré-moldado 1.000x20 | 2601 | 4,000 | 159,6214 | 638,49 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | Recapagem pneu borrachudo pré-moldado 1.000xR20 | 2531 | 4,000 | 178,0666 | 712,27 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | TIP-TOP PARA PNEU No 12 E 20 RADIAL | 2986 | 4,000 | 23,0000 | 92,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | TIP-TOP PARA PNEU No 22, 40 E 42 RADIAL | 2469 | 7,000 | 45,0000 | 315,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | TIP-TOP PARA PNEU No 3 COMUM | 2986 | 6,000 | 23,0000 | 138,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | TIP-TOP PARA PNEU No 44 E 46 RADIAL | 2986 | 4,000 | 61,0000 | 244,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | Válvula para bico de ar | 2467 | 2,000 | 2,0000 | 4,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | Válvula para bico de ar | 2469 | 4,000 | 2,0000 | 8,00 |
| REDESPORT INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE REDES ESPORTIVAS | REDES DE PROTEÇÃO | 2540 | 1,000 | 4.012,0000 | 4.012,00 |
| REFRIGERACAO CACADORENSE LTDA | CONSRTO DE GELADEIRA | 2807 | 1,000 | 350,0000 | 350,00 |
| REINKJET TINTAS TONERS E INFO. LTDA | TONER REMANUFATURADO 4200 | 2927 | 2,000 | 53,0000 | 106,00 |
| REUNIDAS TRANSP RODOVIARIA DE CARGAS SA | TRANSPORTE DE MATERIAIS | 2557 | 1,000 | 159,3900 | 159,39 |
| REUNIDAS TRANSP RODOVIARIA DE CARGAS SA | TRANSPORTE DE MATERIAIS | 2758 | 1,000 | 10,9900 | 10,99 |
| RODNEY ROSA - ME | Grades de boca de lobo, com aplicação de | 2474 | 50,000 | 152,5000 | 7.625,00 |
| RODNEY ROSA - ME | Grades de boca de lobo, com aplicação de | 2475 | 50,000 | 152,5000 | 7.625,00 |
| RODNEY ROSA - ME | Grades de boca de lobo, com aplicação de | 2476 | 50,000 | 152,5000 | 7.625,00 |
| ROMÃO CORRETORA DE SEGUROS LTDA | SEGURO CONTRA TERCEIROS PARA OS VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO: | 2988 | 1,000 | 935,3500 | 935,35 |
| ROMÃO CORRETORA DE SEGUROS LTDA | SEGURO CONTRA TERCEIROS PARA OS VEÍCULOS: | 2967 | 1,000 | 1.393,0300 | 1.393,03 |
| ROMÃO CORRETORA DE SEGUROS LTDA | SEGURO PARA O VEÍCULO GM CORSA MHA 7996 | 2967 | 1,000 | 477,6800 | 477,68 |
| ROMÃO CORRETORA DE SEGUROS LTDA | SEGURO PARA O VEÍCULO VW GOL MHD 4146 2010/2011 | 2967 | 1,000 | 477,6800 | 477,68 |
| ROMÃO CORRETORA DE SEGUROS LTDA | SEGURO PARA O VEÍCULO VW GOL MHE 6516 | 2967 | 1,000 | 477,6800 | 477,68 |
| S & V EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA | "Lousa educacional interativa de 82" na diagonal, Cabo USB p | 2881 | 5,000 | 3.480,0000 | 17.400,00 |
| S & V EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA | PROJETOR MULTIMÍDIA: com proteção total da lente através de | 2881 | 5,000 | 2.000,0000 | 10.000,00 |
| SALE SERVICE IND. COM. E SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO | Ólvente para demarcação viária 18 litros | 2603 | 3,000 | 89,9000 | 269,70 |
| SALE SERVICE IND. COM. E SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO | Ólnta para demarcação viária, à base de resina acrílica, | 2603 | 15,000 | 143,0000 | 2.145,00 |
| SALE SERVICE IND. COM. E SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO | Ólnta para demarcação viária, à base de resina acrílica. | 2603 | 15,000 | 138,0500 | 2.070,75 |
| SAMARA CRISTINA FERNANDES RAMOS ME | MANUTENÇÃO BOMBAS E BICOS - MAQ. 44 ROLO COMPAC.-CATERPILLAR | 2488 | 1.668,390 | 1,0000 | 1.668,39 |
| SAMARA CRISTINA FERNANDES RAMOS ME | MANUTENÇÃO BOMBAS E BICOS - MAQ. 56 MOTONIVELADORA-CATERPILL | 2488 | 768,260 | 1,0000 | 768,26 |
| SCODAGO EDIT. JORNALÍSTICA LTDA - JORNAL EXTRA | Contratação da empresa Scodago Editora Jornalistica Ltda par | 2176 | 8.341,760 | 1,0000 | 8.341,76 |
| SERGIO ALVES TELAS ME | aramé fio nº 16 | 2756 | 3,000 | 8,3000 | 24,90 |
| SERGIO ALVES TELAS ME | aramé fio nº 16 | 2880 | 0,300 | 8,3000 | 2,49 |
| SERGIO ALVES TELAS ME | ARAME N 12 | 2880 | 5,000 | 7,9000 | 39,50 |
| SERGIO ALVES TELAS ME | ARAME N. 12 | 2756 | 30,000 | 7,9000 | 237,00 |
| SERGIO ALVES TELAS ME | MÃO DE OBRA | 2756 | 1,000 | 700,0000 | 700,00 |
| SERGIO ALVES TELAS ME | PALANQUE DE CONCRETO | 2880 | 4,000 | 150,0000 | 600,00 |
| SERGIO ALVES TELAS ME | TELA MALHA 6 ARAME 12 | 2880 | 200,000 | 9,5000 | 1.900,00 |
| SERGIO ALVES TELAS ME | TELA MALHA 6 ARAME 12 - 1,20X1,75M | 2756 | 210,000 | 14,9800 | 3.145,80 |
| SERGIO ALVES TELAS ME | TUBO GALVANIZADO 1 | 2880 | 5,000 | 130,0000 | 650,00 |
| SILVIO JOSE DRIESSEN - ME - SITRON | BATERIA 1,2V X 2800MAH | 2452 | 8,000 | 10,9000 | 87,20 |
| SILVIO JOSE DRIESSEN - ME - SITRON | CABO DE REDE | 2559 | 22,000 | 1,5000 | 33,00 |
| SILVIO JOSE DRIESSEN - ME - SITRON | CABO RG6 | 2559 | 40,000 | 7,0000 | 280,00 |
| SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME | BRACKET 3U | 2729 | 1,000 | 236,0000 | 236,00 |
| SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME | CABO DE REDE | 2729 | 90,000 | 1,5000 | 135,00 |
| SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME | CONECTOR RJ45. | 2729 | 10,000 | 1,5000 | 15,00 |

www.PaperlessPrinter.com

DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 15/16

 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2010**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|--|--|---------|----------------|----------------|-------------|
| SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME | MÃO DE OBRA | 2729 | 1,000 | 500,0000 | 500,00 |
| SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME | No break 600 va. No break com saída Capacidade de potência d | 2729 | 1,000 | 280,0000 | 280,00 |
| SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME | NOBREAK - 1200 VA, ENTRADA 110/220 E SAÍDA 110 | 2729 | 1,000 | 510,0000 | 510,00 |
| TAÍS REGINA HEBERLE - ME | PERSIANA VERTICAL | 2818 | 1,000 | 396,0000 | 396,00 |
| TECAR EQUIPOTOS P/ESCRITORIO LTDA | CONCERTO DE CELULAR | 2682 | 1,000 | 65,0000 | 65,00 |
| TELEAR TECNOL ELETRO ELETRÔNICA E CONST CIVIL LTDA | Contratação de serviços de manutenção dos equipamentos aerop | 2450 | 1,000 | 6.000,0000 | 6.000,00 |
| TELECAL TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA | REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE IN | 2558 | 8,000 | 34,0000 | 272,00 |
| TERRAPLANAR TERRAPLENAGENS LTDA | locação de máquina motoniveladora - patrola, peso operaciono | 2481 | 200,000 | 99,0000 | 19.800,00 |
| TERRAPLANAR TERRAPLENAGENS LTDA | locação de máquina retro escavadeira, peso operacional | 2481 | 200,000 | 66,0000 | 13.200,00 |
| TONERTECH COM. DE MAQUINAS LTDA - ME | Recarga de toner 12 A, base de troca, com troca de cilindro | 2929 | 1,000 | 26,0000 | 26,00 |
| TONERTECH COM. DE MAQUINAS LTDA - ME | Recarga de toner 12 A, base de troca, com troca de cilindro | 2933 | 4,000 | 26,0000 | 104,00 |
| TONERTECH COM. DE MAQUINAS LTDA - ME | RECARGA DE TONER 15 A BASE DE TROCA | 2931 | 5,000 | 35,0000 | 175,00 |
| TONERTECH COM. DE MAQUINAS LTDA - ME | RECARGA DE TONER 36A, BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO | 2928 | 2,000 | 35,0000 | 70,00 |
| TONERTECH COM. DE MAQUINAS LTDA - ME | RECARGA DE TONER 36A, BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO | 2929 | 4,000 | 35,0000 | 140,00 |
| TONERTECH COM. DE MAQUINAS LTDA - ME | RECARGA DE TONER 36A, BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO | 2930 | 3,000 | 35,0000 | 105,00 |
| TONERTECH COM. DE MAQUINAS LTDA - ME | RECARGA DE TONER 36A, BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO | 2933 | 1,000 | 35,0000 | 35,00 |
| TONERTECH COM. DE MAQUINAS LTDA - ME | RECARGA DE TONER 49 A BASE DE TROCA | 2928 | 1,000 | 35,0000 | 35,00 |
| TRANSRODACE COMERCIO DE VEICULOS LTDA | MANUTENÇÃO MECANICA - LZV 6423 CAMINHÃO-VOLKSWAGEM 1986 | 2492 | 1.112,130 | 1,0000 | 1.112,13 |
| TRANSRODACE COMERCIO DE VEICULOS LTDA | MANUTENÇÃO MECANICA - MAN 1623 CAMINHÃO-VOLKSWAGEM 1999 | 2492 | 5.223,630 | 1,0000 | 5.223,63 |
| TRANSRODACE COMERCIO DE VEICULOS LTDA | MANUTENÇÃO MECANICA - MAN 1633 CAMINHÃO-VOLKSWAGEM 1999 | 2492 | 4.606,400 | 1,0000 | 4.606,40 |
| TRANSRODACE COMERCIO DE VEICULOS LTDA | MANUTENÇÃO MECANICA - MAY 7835 CAMINHÃO-VOLKSWAGEM 2000 | 2492 | 8.449,310 | 1,0000 | 8.449,31 |
| TRANSRODACE COMERCIO DE VEICULOS LTDA | MANUTENÇÃO MECANICA - MBA 0245 CAMINHÃO-VOLKSWAGEM 2000 | 2492 | 1.667,470 | 1,0000 | 1.667,47 |
| TRANSRODACE COMERCIO DE VEICULOS LTDA | MANUTENÇÃO MECANICA - MBS 5085 CAMINHÃO-VOLKSWAGEM 2002 | 2492 | 3.442,180 | 1,0000 | 3.442,18 |
| TRANSRODACE COMERCIO DE VEICULOS LTDA | MANUTENÇÃO MECANICA - MBW 5867 CAMINHÃO-VOLKSWAGEM 2001 | 2492 | 892,860 | 1,0000 | 892,86 |
| TRANSRODACE COMERCIO DE VEICULOS LTDA | MANUTENÇÃO MECANICA - MCC 8279 CAMINHÃO-VOLKSWAGEM 2001 | 2492 | 4.705,360 | 1,0000 | 4.705,36 |
| TRANSRODACE COMERCIO DE VEICULOS LTDA | MANUTENÇÃO MECANICA - MCC 8279 CAMINHÃO-VOLKSWAGEM 2001 | 2926 | 193,790 | 1,0000 | 193,79 |
| UNIAO NORTE DO PARANA DE ENSINO S/C LTDA UNOPAR | Contratação da União Norte do Paraná de Ensino Ltda, mantene | 2720 | 1,511 | 910,0000 | 1.375,00 |
| UNIDAS IND. E COM. LTDA | Adaptador p/ mangueira 1/2" | 2527 | 1,000 | 2,4600 | 2,46 |
| UNIDAS IND. E COM. LTDA | ADESIVO | 2527 | 2,000 | 2,9100 | 5,82 |
| UNIDAS IND. E COM. LTDA | CALHETÃO 8MM X 0,9 X 6 | 2714 | 5,000 | 200,0000 | 1.000,00 |
| UNIDAS IND. E COM. LTDA | ENGATE | 2527 | 1,000 | 3,3100 | 3,31 |
| UNIDAS IND. E COM. LTDA | LUA DE CORRER EM PVC ESGOTO 50mm | 2527 | 1,000 | 1,4100 | 1,41 |
| UNIDAS IND. E COM. LTDA | SIFÃO | 2527 | 3,000 | 4,5000 | 13,50 |
| UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA | painel de tela 15 x15 com 4,2 mm para fabricar tubos | 2616 | 8,000 | 100,0000 | 800,00 |
| UNIVERSAL MOTOS LTDA - ME | CAPACETE | 2453 | 2,000 | 190,0000 | 380,00 |
| UNIVERSAL MOTOS LTDA - ME | CAPACETE | 2623 | 3,000 | 190,0000 | 570,00 |
| UNIVERSAL MOTOS LTDA - ME | CAPACETE | 2624 | 1,000 | 198,0000 | 198,00 |
| VALMIR HOLEK - ME | KIT CARBURADOR | 2678 | 1,000 | 530,0000 | 530,00 |
| VEZ - INST. UNIBRASIL P/ DES. DA CIENCIA CULTURA | CONTRATAÇÃO DO INSTITUTO UNIBRASIL | | 0,800 | 14.824,9370 | 11.859,95 |
| VEZ - INST. UNIBRASIL P/ DES. DA CIENCIA CULTURA | CONTRATAÇÃO DO INSTITUTO UNIBRASIL | 2965 | 1,000 | 14.824,9370 | 14.824,94 |
| VIDRAÇARIA SANRAFAEL LTDA | VIDRO LISO COLOCADO | 2494 | 1,000 | 75,0000 | 75,00 |
| VITOR THOME CECHEITTO | COORDENAÇÃO DE NÚCLEO PROJETO PELC | 2770 | 1,000 | 900,0000 | 900,00 |
| WEGNER AUTO MECANICA LTDA - ME | FIESTA SEDAN 1.6 5 PT 111 CV - FLEX, PLACA MCT 1673, 2005 | 2814 | 1.272,950 | 1,0000 | 1.272,95 |
| WEGNER AUTO MECANICA LTDA - ME | UNO MILLE FIRE 5 PT 55CV, PLACA MCY 6988, 2004 | 2814 | 312,710 | 1,0000 | 312,71 |

www.PaperlessPrinter.com


DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Página: 16/16

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2010**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|--|--|---------|----------------|----------------|---------------------|
| WEGNER AUTO MECANICA LTDA - ME | UNO MILLE FIRE 5 PT 55CV, PLACA MEW 9748, 2008 | 2814 | 325,170 | 1,0000 | 325,17 |
| WEGNER AUTO MECANICA LTDA - ME | UNO MILLE FIRE 5 PT 55CV, PLACA MEW 9788, 2008 | 2814 | 933,130 | 1,0000 | 933,13 |
| WEGNER AUTO MECANICA LTDA - ME | UNO MILLE FIRE 5 PT 66CV - FLEX MGH 8598 2008 | 2814 | 437,760 | 1,0000 | 437,76 |
| WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME | HIDRO JATEAMENTO | 2495 | 47,000 | 115,0000 | 5.405,00 |
| WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME | LOCAÇÃO DE CAÇAMBAS DE ENTULHO | 2495 | 12,000 | 55,0000 | 660,00 |
| WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME | SERVIÇO DE AUTO BOMBA | 2495 | 13,000 | 85,0000 | 1.105,00 |
| ZUCCO PNEUS LTDA | PNEU 1000 X 20 - LISO | 2680 | 2,000 | 623,3000 | 1.246,60 |
| ZUCCO PNEUS LTDA | PNEU 1000 X 20 - BORRACHUDO | 2680 | 4,000 | 674,5000 | 2.698,00 |
| ZUCCO PNEUS LTDA | pneu 18.4 x 34 10L (tras) para trator Valmet Stand 1118 | 2680 | 2,000 | 1.950,0000 | 3.900,00 |
| ZUCCO PNEUS LTDA | PNEU 205 X 75 X 16 (REFORÇADOS) PARA RENAULT MDK 2396, PROCE | 2484 | 2,000 | 329,9000 | 659,80 |
| Total Geral do Mês ----> | | | | | 2.046.310,77 |

www.PaperlessPrinter.com**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

COMPRAS MÊS MAIO-2010 SAÚDE**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR**

Página: 1/14

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2010**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|--|--|---------|----------------|----------------|-------------|
| 1000 MEDIC DISTRIB. IMP. EXP. DE MEDICAMENTOS LTDA | BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI | 1313 | 500,000 | 0,7800 | 390,00 |
| 1000 MEDIC DISTRIB. IMP. EXP. DE MEDICAMENTOS LTDA | CLONAZEPAN 2,5 mg/ml GOTAS | 1313 | 200,000 | 1,3800 | 276,00 |
| 1000 MEDIC DISTRIB. IMP. EXP. DE MEDICAMENTOS LTDA | DISSULFIRAM 250MG | 1276 | 600,000 | 0,2970 | 178,20 |
| 1000 MEDIC DISTRIB. IMP. EXP. DE MEDICAMENTOS LTDA | FLUOXETINA GOTAS | 1276 | 20,000 | 7,4900 | 149,80 |
| 1000 MEDIC DISTRIB. IMP. EXP. DE MEDICAMENTOS LTDA | FUROSEMIDA 10 MG SOL. INJ | 1313 | 150,000 | 0,1949 | 29,24 |
| 1000 MEDIC DISTRIB. IMP. EXP. DE MEDICAMENTOS LTDA | HALOPERIDOL SOL. INJ. 5MG/ML | 1313 | 200,000 | 0,3240 | 64,80 |
| A. G. KIENEN E CIA LTDA | ACETATO DE BETAMETASONA+FOSFATO DISSODICO DE BETAMETASONA | 1307 | 100,000 | 3,8800 | 388,00 |
| A. G. KIENEN E CIA LTDA | ACIDO VALPROICO 250/5ML XAROPE | 1307 | 300,000 | 2,0889 | 626,67 |
| A. G. KIENEN E CIA LTDA | CLORPROMAZINA 5 mg/ml SOL. INJETÁVEL | 1307 | 50,000 | 0,8399 | 42,00 |
| A. G. KIENEN E CIA LTDA | HIDROCORTISONA, SUCCINATO DE 500 mg PÓ PARA SOL. INJ. | 1307 | 500,000 | 1,8790 | 939,50 |
| A. G. KIENEN E CIA LTDA | TIORIDAZINA 25 MG | 1264 | 1.000,000 | 0,3330 | 333,00 |
| ADELVO BASQUERA | OXIGÊNIO MEDICINAL 01 M3 | 1132 | 1,000 | 55,0000 | 55,00 |
| ADELVO BASQUERA | OXIGÊNIO MEDICINAL 07 M3 | 1132 | 18,000 | 75,0000 | 1.350,00 |
| AGENCIA MARK PUBLIC. E ASSESSORIA DE IMPRENSA LTDA | AGÊNCIA REFERÊNCIA MARKETING | 1238 | 3.000,000 | 1,0000 | 3.000,00 |
| AGENCIA MARK PUBLIC. E ASSESSORIA DE IMPRENSA LTDA | AGÊNCIA REFERÊNCIA MARKETING | 1240 | 3.000,000 | 1,0000 | 3.000,00 |
| AGLON COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA | LACTULOSE XAROPE 667 mg/ml | 1309 | 100,000 | 6,9890 | 698,90 |
| ALFREDO TARTAROTTI | ETIQUETA EM ACRÍLICO | 1182 | 20,000 | 0,6000 | 12,00 |
| ALFREDO TARTAROTTI | SERVIÇOS DE CHAVEIRO: | 1242 | 1,000 | 260,0000 | 260,00 |
| ALFREDO TARTAROTTI | SERVIÇOS DE CHAVEIRO: | 1242 | 1,000 | 260,0000 | 260,00 |
| ALFREDO TARTAROTTI | SERVIÇOS DE CHAVEIRO: | 1242 | 1,000 | 239,8000 | 239,80 |
| ANGEOMED COM. DE PROD. MEDICO HOSPITALAR LTDA | ALENDRONATO DE SÓDIO 10 mg | 1253 | 90,000 | 0,0590 | 5,31 |
| ANGEOMED COM. DE PROD. MEDICO HOSPITALAR LTDA | ALPRAZOLAM 2MG | 1274 | 500,000 | 0,1383 | 69,15 |
| ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA | ANEL DE SILICONE-EQUIP.-VITALE | 1060 | 1,000 | 74,2500 | 74,25 |
| ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA | ANEL ORING | 1060 | 1,000 | 6,2500 | 6,25 |
| ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA | BORDEN COM REGISTRO- EQUIP. DABIATLANTE | 1058 | 2,000 | 69,2400 | 138,48 |
| ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA | BORDEN COM REGISTRO- EQUIP. GNATUS | 1058 | 1,000 | 68,6500 | 68,65 |
| ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA | CIRCUITO ELETRÔNICO-EQUIP.-VITALE | 1058 | 1,000 | 364,0000 | 364,00 |
| ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA | CONECTOR DO SUGADOR - EQUIP. DABIATLANTE | 1060 | 1,000 | 35,8500 | 35,85 |
| ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA | CONECTOR DO SUGADOR - EQUIP. ODONTOMEDIC | 1058 | 1,000 | 30,3400 | 30,34 |
| ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA | INTERMEDIARIA COMPLETA PARA CONTRA ÂNGULO- EQUIP- DABIATLANT | 1060 | 1,000 | 96,5000 | 96,50 |
| ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA | MANGUEIRA CORRUGADA 1.3/4 -EQUIP-OLSEN | 1058 | 2,000 | 25,5000 | 51,00 |
| ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA | MANGUEIRA CORRUGADA 1/2 -EQUIP-DABIATLANTE | 1058 | 2,000 | 27,6500 | 55,30 |
| ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA | MANGUEIRA PU 3,9 MM | 1058 | 2,000 | 8,2500 | 16,50 |
| ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA | MANGUEIRA SILICONADA P/ SUGADOR | 1058 | 2,300 | 24,1500 | 55,55 |
| ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA | MANOMETRO- EQUIP.-VITALE | 1060 | 1,000 | 69,8200 | 69,82 |
| ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA | MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPA | 1056 | 1,000 | 1.500,0000 | 1.500,00 |
| ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA | MOLA FIXADORA PARA CONTRA ÂNGULO | 1060 | 1,000 | 21,8300 | 21,83 |
| ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA | PEDAL PROGRESIVO | 1058 | 1,000 | 135,0000 | 135,00 |
| ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA | PINO DE SEGURANÇA- EQUIP.-VITALE | 1060 | 1,000 | 12,0000 | 12,00 |
| ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA | RESERVATORIO PET | 1058 | 1,000 | 14,0000 | 14,00 |
| ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA | ROLAMENTO CONTRA ÂNGULO- EQUIP. DABIATLANTE | 1060 | 2,000 | 60,2500 | 120,50 |
| ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA | SELO DE SEGURANÇA-EQUIP.-VITALE | 1060 | 2,000 | 15,5000 | 31,00 |
| ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA | TAMPA DE BOCAL PARA RESERVATORIO PET- EQUIP- KAVO | 1058 | 1,000 | 82,5000 | 82,50 |
| ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA | VALVULA DE REDUÇÃO | 1058 | 1,000 | 62,0000 | 62,00 |

www.PaperlessPrinter.com



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 2/14

 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior2010**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|--|---|---------|----------------|----------------|-------------|
| ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA | VALVULA DE SPRAY- EQUIP- GNATUS | 1058 | 1,000 | 46,5600 | 46,56 |
| ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA | VALVULA DECONTROLE DE PRESSÃO-EQUIP.-STERMAX | 1060 | 1,000 | 62,0000 | 62,00 |
| ASSOC HOSP DE PROT A INFANCIA DR. RAUL CARNEIRO | CONSULTA COM ORTOPEDISTA | 1105 | 1,000 | 100,0000 | 100,00 |
| ASSOC HOSP DE PROT A INFANCIA DR. RAUL CARNEIRO | ELETROENCEFALOGRAMA | 1105 | 1,000 | 180,0000 | 180,00 |
| ASSOC. CACAD. EDUC. INF. E ASSIST. SOC - ACEIAS | LANCHES | 1250 | 250,000 | 11,9880 | 2.997,00 |
| ATHENA CLINICA MEDICA LTDA | ESPIROMETRIA COM BRONCODILATADOR | 1171 | 1,000 | 150,0000 | 150,00 |
| AUDIFARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EPP | CLARITROMICINA 250 mg | 1314 | 1.000,000 | 1,2000 | 1.200,00 |
| AUTO COLETIVO CACADOR LTDA | VALE TRANSPORTE AMARELO | 1034 | 10.960,000 | 2,0000 | 21.920,00 |
| AUTO COLETIVO CACADOR LTDA | VALE TRANSPORTE AMARELO | 1062 | 240,000 | 2,0000 | 480,00 |
| AUTO COLETIVO CACADOR LTDA | VALE TRANSPORTE AMARELO | 1065 | 900,000 | 2,0000 | 1.800,00 |
| AUTO COLETIVO CACADOR LTDA | VALE TRANSPORTE AMARELO | 1110 | 1.500,000 | 2,0000 | 3.000,00 |
| AUTO COLETIVO CACADOR LTDA | VALE TRANSPORTE AMARELO | 1177 | 150,000 | 2,0000 | 300,00 |
| AUTO COLETIVO CACADOR LTDA | VALE TRANSPORTE AMARELO | 1229 | 1.000,000 | 2,0000 | 2.000,00 |
| AUTO ELITE LTDA. | VEÍCULO TIPO VAN COM CAPACIDADE PARA 9 LUGARES, COMBUSTÍVEL | 1051 | 1,000 | 50.900,0000 | 50.900,00 |
| AUTO POSTO ARAUCARIA LTDA | GASOLINA | 1185 | 10.000,000 | 2,1900 | 21.900,00 |
| AUTO POSTO ARAUCARIA LTDA | GASOLINA | 1186 | 5.000,000 | 2,1900 | 10.950,00 |
| AUTO POSTO ARAUCARIA LTDA | GASOLINA | 1187 | 4.000,000 | 2,1900 | 8.760,00 |
| AUTO POSTO ARAUCARIA LTDA | GASOLINA | 1188 | 4.000,000 | 2,1900 | 8.760,00 |
| AUTO POSTO ARAUCARIA LTDA | GASOLINA | 1220 | 8.000,000 | 2,1900 | 17.520,00 |
| AUTO POSTO ARAUCARIA LTDA | GASOLINA | 1231 | 4.000,000 | 2,1900 | 8.760,00 |
| AUTO POSTO ARAUCARIA LTDA | GASOLINA | 1232 | 3.000,000 | 2,1900 | 6.570,00 |
| AUTO POSTO ARAUCARIA LTDA | OLEO DIESEL | 1219 | 5.000,000 | 1,8200 | 9.100,00 |
| AUTO POSTO ARAUCARIA LTDA | OLEO DIESEL | 1296 | 1.000,000 | 1,8200 | 1.820,00 |
| BALM LABOR INDUSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - ME | CAPTAPRIL 25MG | 1259 | 350.000,000 | 0,0090 | 3.150,00 |
| BAU EMPREENDIMENTOS ESPORTIVOS LTDA | LOCAÇÃO DE QUADRA DE ESPORTE | 1085 | 1,000 | 300,0000 | 300,00 |
| BEL PRESTADORA DE SERV. COM. REPR. LTDA - CLASSE | CONFECÇÃO DE CERTIFICADOS COLOR | 1176 | 300,000 | 0,7000 | 210,00 |
| BEL PRESTADORA DE SERV. COM. REPR. LTDA - CLASSE | BACHA | 1176 | 270,000 | 0,1333 | 36,00 |
| BEL PRESTADORA DE SERV. COM. REPR. LTDA - CLASSE | OLDER. | 1176 | 300,000 | 0,5000 | 150,00 |
| BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA | BARRA DE FERRO 4.2 12MT | 1115 | 3,000 | 5,0000 | 15,00 |
| BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA | ADESIVO PVC | 1115 | 2,000 | 1,0000 | 2,00 |
| BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA | ARAME RECOZIDO | 1115 | 1,000 | 6,0000 | 6,00 |
| BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA | ARGAMASSA ACI INT. 20 KG | 1303 | 50,000 | 14,2000 | 710,00 |
| BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA | BARRA DE FERRO 1/4" 12 MT | 1115 | 4,000 | 14,4100 | 57,64 |
| BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA | CIMENTO 50 KG | 1303 | 60,000 | 20,0000 | 1.200,00 |
| BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA | COLUNA PARA LAVATORIO BRANCA | 1115 | 1,000 | 24,0000 | 24,00 |
| BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA | CURVA 90º CURTA 40 MM | 1115 | 3,000 | 1,2000 | 3,60 |
| BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA | JOELHO ESGOTO 90° 40 MM² | 1115 | 1,000 | 0,5000 | 0,50 |
| BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA | JOELHO SOLDÁVEL 90° 25 MM² | 1115 | 3,000 | 0,4000 | 1,20 |
| BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA | LAVATORIO DE LOUÇA SOPREPOR | 1115 | 1,000 | 35,0000 | 35,00 |
| BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA | LIXA P/ MADEIRA | 1115 | 1,000 | 0,3500 | 0,35 |
| BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA | LUVIA SOLDÁVEL MISTA 20X1,2" | 1115 | 1,000 | 0,3000 | 0,30 |
| BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA | PENEIRA COM ARO 55 CM P/ AREIA | 1115 | 1,000 | 9,5000 | 9,50 |
| BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA | PISO 35X35 | 1303 | 60,000 | 9,9500 | 597,00 |
| BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA | PISO 35X35 | 1303 | 30,000 | 9,9500 | 298,50 |

www.PaperlessPrinter.com



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 3/14

 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior/2010**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|---|--|---------|----------------|----------------|-------------|
| BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA | PREGO 18X30 | 1115 | 2,000 | 5,9000 | 11,80 |
| BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA | REDUÇÃO EXCÊNTRICA 100X50MM | 1115 | 1,000 | 2,6000 | 2,60 |
| BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA | REDUÇÃO EXCÊNTRICA 50X40MM | 1115 | 1,000 | 0,6000 | 0,60 |
| BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA | REJUNTE BRANCO | 1303 | 72,000 | 1,7000 | 122,40 |
| BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA | TORNEIRA PARA LAVATORIO | 1115 | 1,000 | 5,0000 | 5,00 |
| BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA | TRENA DE BOLSO 3 MT COM TRAVA | 1115 | 1,000 | 4,8000 | 4,80 |
| BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA | TUBO DE ESGOTO 40 MM | 1115 | 2,000 | 12,0000 | 24,00 |
| BETANIAMED COMERCIAL LTDA | FORMOCRESOL 10 ML | | 15,000 | 4,9500 | 74,25 |
| BETANIAMED COMERCIAL LTDA | KIT DE SILICONE PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE RESINA BRANCA | | 15,000 | 22,1100 | 331,65 |
| BH FARMA COMERCIO LTDA | ÁCIDO VALPRÓICO 500MG | 1312 | 5,000,000 | 0,4000 | 2,000,00 |
| BIOTEC - LFM COM. E MANUT. DE EQUIP. MED. HOSP. | LTURANIÇÃO DE SILICONE PARAQ PORTA DE AUTOCLAVE | 1236 | 1,000 | 160,0000 | 160,00 |
| BIOTEC - LFM COM. E MANUT. DE EQUIP. MED. HOSP. | LSERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE AUTOCLAVE | 1236 | 1,000 | 480,0000 | 480,00 |
| BIOTEC - LFM COM. E MANUT. DE EQUIP. MED. HOSP. | LSERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE AUTOCLAVE | 1236 | 1,000 | 480,0000 | 480,00 |
| BRIGIDA ELIZABETH KINDERMANN | CAFE COLONIAL | 1150 | 20,000 | 12,0000 | 240,00 |
| CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME | ACOPLADOR 110X20 (6750 53) PIAL | 1246 | 90,000 | 7,7700 | 699,30 |
| CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME | ADESIVO PLÁSTICO | 1246 | 2,000 | 1,9600 | 3,92 |
| CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME | BANDEJA DE PINTURA 23 CM | 1246 | 5,000 | 3,0200 | 15,10 |
| CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME | BANDEJA DE PINTURA 5 CM | 1246 | 5,000 | 2,8500 | 13,25 |
| CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME | BLOCO CONCRETO VEDAÇÃO | 1246 | 50,000 | 1,6800 | 84,00 |
| CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME | CAL HIDRATADO 18 KG | 1246 | 10,000 | 6,4000 | 64,00 |
| CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME | CANALETA SISTEMA 40X 115X200 COM DIVISÓRIAS (300 46) PIAL | 1246 | 35,000 | 3,9600 | 138,60 |
| CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME | TUJOLO 06 FUROS 9X14X24 | 1246 | 2,000 | 485,0000 | 970,00 |
| CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME | TOMADA 2P+T (6750 11) PIAL | 1246 | 31,000 | 6,3100 | 195,61 |
| CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME | TUBO DE ESGOTO PVC 100MM | 1246 | 4,000 | 23,6800 | 94,72 |
| CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME | VASO SANITARIO | 1246 | 2,000 | 57,5200 | 115,04 |
| CELSE ZEFERINO MARINI | TAXAS REFERENTE AO PAGAMENTO DE MULTA | 1092 | 1,000 | 200,0000 | 200,00 |
| CENTRO CAR COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA | MANUTENÇÃO MECANICA - MDM 9313 RANGER 2007 | 1077 | 2,565,000 | 1,0000 | 2,565,00 |
| CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SC | Contratação do CIEE/SC | 1226 | 9,000 | 580,7000 | 5,226,30 |
| CIAMED - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA | CARBAMAZEPINA | 1315 | 70,000,000 | 0,0310 | 2,170,00 |
| CIAMED - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA | CODEÍNA + PARACETAMOL 30/500 mg | 1315 | 5,000,000 | 0,2750 | 1,375,00 |
| CIAMED - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA | ENALAPRIL 5mg | 1315 | 35,000,000 | 0,0200 | 700,00 |
| CIAMED - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA | SERTRALINA 50MG | 1266 | 10,000,000 | 0,0650 | 650,00 |
| CIRURGICA JAW COM MAT MED HOSPITALAR LT | METOCLOPAMIDA SOL. INJ. 5MG/ML | 1252 | 3,000,000 | 0,1800 | 540,00 |
| CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALAR LTDA | AGUA PARA INJEÇÃO 10ML | 1254 | 3,000,000 | 0,0796 | 238,80 |
| CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALAR LTDA | APIRONA SOL. INJ. 500 MG/ML | 1254 | 4,000,000 | 0,2225 | 890,00 |
| CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALAR LTDA | DOLICOSE 50% SOL. INJ. | 1254 | 200,000 | 0,1294 | 25,88 |
| CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALAR LTDA | Soro Fisiológico 0,9% 100 ml | 1169 | 500,000 | 1,9800 | 990,00 |
| CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALAR LTDA | Soro Fisiológico 0,9% 100 ml | 1170 | 500,000 | 1,9800 | 990,00 |
| CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALAR LTDA | Soro fisiológico 0,9% 250 ml - sistema fechado em bolsa | 1169 | 500,000 | 1,9000 | 950,00 |
| CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALAR LTDA | Soro fisiológico 0,9% 250 ml - sistema fechado em bolsa | 1170 | 500,000 | 1,9000 | 950,00 |
| CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALAR LTDA | SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500 ML- sistema fechado em bolsa | 1169 | 500,000 | 2,0500 | 1,025,00 |
| CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALAR LTDA | SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500 ML- sistema fechado em bolsa | 1170 | 500,000 | 2,0500 | 1,025,00 |
| CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME | CARIMBO AUTOMÁTICO P-303 | 1106 | 4,000 | 25,0000 | 100,00 |
| CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME | CARIMBO SIMPLES | 1106 | 1,000 | 5,0000 | 5,00 |

www.PaperlessPrinter.com



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 4/14

 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Mai/2010**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|--|--|---------|----------------|----------------|-------------|
| CLÍNICA DE ANESTESIOLOGIA LTDA | SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA | 1196 | 1,000 | 100,0000 | 100,00 |
| CLÍNICA DE ANESTESIOLOGIA LTDA | SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA | 1197 | 1,000 | 100,0000 | 100,00 |
| CLINICA RENAL ERECHIM LTDA | SERVIÇOS MÉDICOS - CIRURGIA ORTOPEDICA | 1184 | 1,000 | 7.460,0000 | 7.460,00 |
| CLOTILDE BARETA ME (VETERINÁRIA SÃO FRANCISCO) | ALCON BASIC 20GR | 1247 | 1,000 | 5,9000 | 5,90 |
| CLOTILDE BARETA ME (VETERINÁRIA SÃO FRANCISCO) | ALCON COLOURS 20GR | 1247 | 1,000 | 6,2500 | 6,25 |
| CLOTILDE BARETA ME (VETERINÁRIA SÃO FRANCISCO) | PROTECT PLUS 100ML | 1247 | 1,000 | 8,9000 | 8,90 |
| CLOTILDE BARETA ME (VETERINÁRIA SÃO FRANCISCO) | REFIL PARA FILTRO | 1247 | 6,000 | 9,9000 | 59,40 |
| CLOTILDE BARETA ME (VETERINÁRIA SÃO FRANCISCO) | TERMOSTATO | 1247 | 1,000 | 68,5000 | 68,50 |
| COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA | DIETA COMPLETA E BALANCEADA | 1200 | 50,000 | 29,5000 | 1.475,00 |
| COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA | DIETA LÍQUIDA ESTÉRIL | 1200 | 20,000 | 10,4700 | 209,40 |
| COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA | DIETA LÍQUIDA PARA PACIENTES COM CÂNCER | 1200 | 50,000 | 44,5000 | 2.225,00 |
| COLUSSI & CIA LTDA | VEÍCULO TIPO VAN 16 LUGARES, DIREÇÃO HIDRÁULICA, AR CONDICI | 1049 | 0,261 | 115.000,0000 | 30.000,00 |
| COLUSSI & CIA LTDA | VEÍCULO TIPO VAN 16 LUGARES, DIREÇÃO HIDRÁULICA, AR CONDICI | 1050 | 1,739 | 115.000,0000 | 200.000,00 |
| COMERCIAL CANDIMEDICA MED. HUMANOS LTDA | ACIDO ACETILSALICILICO 100 MG | 1318 | 55.000,000 | 0,0066 | 363,00 |
| COMERCIAL CANDIMEDICA MED. HUMANOS LTDA | BECLOMETASOMA 50mcg SPRAY ORAL | 1318 | 50,000 | 28,8790 | 1.443,95 |
| COMERCIAL CANDIMEDICA MED. HUMANOS LTDA | DEXCLOFENIRAMINA XAROPE 0,4mg/ml | 1318 | 300,000 | 0,6285 | 188,55 |
| COMERCIAL CANDIMEDICA MED. HUMANOS LTDA | HIPROMELOSE COLÍRIO 0,5 % | 1318 | 30,000 | 7,0100 | 210,30 |
| COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA | CEFALEXINA 250MG/5ML SUSP. ORAL | 1319 | 500,000 | 1,9700 | 985,00 |
| COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA | CEFALEXINA 500 MG | 1319 | 20.000,000 | 0,1277 | 2.554,00 |
| COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA | DIAZEPAM SOL. INJETÁVEL 5mg/ml | 1319 | 500,000 | 0,3080 | 154,00 |
| COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA | ENALAPRIL 20 mg | 1319 | 40.000,000 | 0,0228 | 912,00 |
| COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA | ESPIRONOLACTONA 100 mg | 1319 | 10.000,000 | 0,1450 | 1.450,00 |
| COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA | ESPIRONOLACTONA 25 MG | 1319 | 36.000,000 | 0,0750 | 2.700,00 |
| COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA | ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG | 1319 | 1.000,000 | 0,1980 | 198,00 |
| COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA | SULFATO DE MORFINA SOL. INJ. 10 mg/ml | 1319 | 200,000 | 0,4500 | 90,00 |
| COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME | BARABANTE FIO | 1104 | 1,000 | 14,5000 | 14,50 |
| COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME | CAIXA DE PAPELÃO COM PEGADOR | 1104 | 3,000 | 15,3000 | 45,90 |
| COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME | FRAQUEIRAS | 1104 | 4,000 | 35,7500 | 143,00 |
| COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME | MINI PAINEL EM EVA E CARTONADO | 1104 | 20,000 | 1,8000 | 36,00 |
| COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME | PLACA DE ISOPOR | 1104 | 20,000 | 2,4000 | 48,00 |
| COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME | SACO DE TELA | 1104 | 20,000 | 2,4000 | 48,00 |
| COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME | SACO METALIZADO 35X55 C/100 | 1104 | 1,000 | 65,7000 | 65,70 |
| CONNECT INFORMATICA LTDA | ACESSO A INTERNET VIA RÁDIO COM FREQUÊNCIA DE 2.4 | 1283 | 8,000 | 180,0000 | 1.440,00 |
| CONNECT INFORMATICA LTDA | ACESSO INTERNET VIA RÁDIO COM FREQUÊNCIA DE 5.8 | 1141 | 8,000 | 814,0000 | 6.512,00 |
| CONNECT INFORMATICA LTDA | AUTENTICAÇÃO DE ACESSO ADSL PARA CAPS | 1142 | 8,000 | 20,0000 | 160,00 |
| CONNECT INFORMATICA LTDA | AUTENTICAÇÃO DE ACESSO ADSL PARA CAPS -AD | 1284 | 8,000 | 20,0000 | 160,00 |
| CONNECT INFORMATICA LTDA | AUTENTICAÇÃO DE ACESSO ADSL PARA POSTO BAIRRO MARTELLO | 1141 | 8,000 | 20,0000 | 160,00 |
| CONSTRUTORA EXATA LTDA | CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE NO BAIRRO M | 1285 | 0,148 | 348.727,1200 | 51.442,52 |
| COOP. DE PROF. DE SERV. SAÚDE PUBLICA SC COOPERATIVA | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVI | 1039 | 485,500 | 73,9750 | 35.914,87 |
| COOP. DE PROF. DE SERV. SAÚDE PUBLICA SC COOPERATIVA | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVI | 1039 | 270,500 | 73,9750 | 20.010,24 |
| COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA | AGUA MINERAL RECIPIENTE 20 LITROS | 1159 | 4,000 | 7,0000 | 28,00 |
| COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA | AGUA MINERAL RECIPIENTE 20 LITROS | 1159 | 14,000 | 7,0000 | 98,00 |
| COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA | AGUA MINERAL RECIPIENTE 20 LITROS | 1159 | 23,000 | 7,0000 | 161,00 |
| COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA | AGUA MINERAL RECIPIENTE 20 LITROS | 1165 | 34,000 | 7,0000 | 238,00 |

www.PaperlessPrinter.com


DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 5/14

 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior2010**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|--|--|---------|----------------|----------------|-------------|
| COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA | AGUA MINERAL RECIPIENTE 20 LITROS | 1166 | 12,000 | 7,0000 | 84,00 |
| COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA | AGUA MINERAL RECIPIENTE 20 LITROS | 1198 | 14,000 | 7,0000 | 98,00 |
| COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA | AGUA MINERAL COM GÁS 500 ML | 1198 | 2,000 | 12,0000 | 24,00 |
| COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA | AGUA MINERAL RECIPIENTE 10 LITROS | 1198 | 1,000 | 6,0000 | 6,00 |
| COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA | AGUA MINERAL S/GAS EMB. COM 500ML. | 1198 | 2,000 | 10,8000 | 21,60 |
| COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA | BOTIJÃO DE GÁS | 1165 | 1,000 | 40,0000 | 40,00 |
| COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA | BOTIJÃO DE GÁS | 1166 | 1,000 | 40,0000 | 40,00 |
| COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA | BOTIJÃO DE GÁS | 1198 | 1,000 | 70,0000 | 70,00 |
| COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA | CASCOS VAZIOS PARA AGUA | 1165 | 1,000 | 20,0000 | 20,00 |
| COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA | GÁS GLP 13 KG | 1159 | 3,000 | 40,0000 | 120,00 |
| COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA | GÁS GLP 13 KG | 1159 | 1,000 | 40,0000 | 40,00 |
| COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA | GÁS GLP 13 KG | 1198 | 3,000 | 40,0000 | 120,00 |
| COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA | SUPORTE | 1165 | 2,000 | 20,0000 | 40,00 |
| CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA | CLORPROMAZINA 25 MG | 1316 | 7,000,000 | 0,0500 | 350,00 |
| CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA | LEVOMEPRAMAZINA 100 MG | 1268 | 4,000,000 | 0,2300 | 920,00 |
| CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA | LEVOMEPRAMAZINA 25 MG | 1268 | 5,000,000 | 0,0700 | 350,00 |
| CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA | PROMETAZINA INJETÁVEL | 1316 | 400,000 | 0,6500 | 260,00 |
| CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA | PERIDONA 1 MG | 1268 | 4,500,000 | 0,0480 | 216,00 |
| CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA | SULFATO DE MORFINA 30 mg CP DE LIBERAÇÃO PROLONGADA | 1316 | 500,000 | 0,4500 | 225,00 |
| CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA | SULFATO DE MORFINA SOL. ORAL 10 mg/ml | 1316 | 20,000 | 13,5400 | 270,80 |
| CRISTIANE SPANHOLO DE ALMEIDA MIOZZO ME | LOCAÇÃO DE QUADRA DE ESPORTE | 1163 | 1,000 | 240,0000 | 240,00 |
| DALLA ROSA & SPESSATTO LTDA - ME (DI FRATELLI) | REFEIÇÕES PRONTAS | | 1,000 | 10,8800 | 10,88 |
| DALLA ROSA & SPESSATTO LTDA - ME (DI FRATELLI) | REFEIÇÕES PRONTAS | 1345 | 1,000 | 10,8800 | 10,88 |
| DALTON VINÍCIUS PAIVA ABUSSAFI | PALESTRA CRACK E O TRATAMENTO EM CAPSAd | 1261 | 1,000 | 1,100,0000 | 1,100,00 |
| DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA | Anestésico local injetável, a base de lidocaina a 3% com nor | | 100,000 | 11,9300 | 1.193,00 |
| DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA | ANESTÉSICO LOCAL INJETÁVEL. A BASE DE LIDOCAÍNA A 2% SEM VAS | | 20,000 | 11,1000 | 222,00 |
| DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA | Bicarbonato de sódio, profilaxia caixa com 15 sachês de 40 | | 2,000 | 18,6000 | 37,20 |
| DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA | Ionômero de vidro- Restauração- cor universal em pó | | 20,000 | 8,0000 | 160,00 |
| DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA | Ionômero de vidro- Restauração- cor universal líquido | | 20,000 | 8,0000 | 160,00 |
| DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA | LENÇOL DE BORRACHA AROMATIZADO CX C/ 26 UN 13,5X13,5 CM EMBA | | 10,000 | 9,0000 | 90,00 |
| DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA | Limas K- flexofile -21mm - AO12 C -1a- serie. Comp. Aço ino | 1205 | 10,000 | 16,2000 | 162,00 |
| DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA | Limas K- flexofile -25mm - AO12C - 1a- seri | 1205 | 50,000 | 16,2000 | 810,00 |
| DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA | Porta película radiográfica- Papel-p/2 películas | | 500,000 | 0,2400 | 120,00 |
| DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA | Selante para fossulas e cicatriculas, carga de ionomero d | | 10,000 | 46,6666 | 466,67 |
| DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA | Videocárie - Frasco 10 ml | | 15,000 | 7,5900 | 113,85 |
| DENTAL CHAMPAGNAT LTDA | Agente de união fotopolimerizável com flúor contendo primer | | 30,000 | 85,2833 | 2.558,50 |
| DENTAL CHAMPAGNAT LTDA | Dentes de acrílico inferior-anterior n° 2D, cor 62 | 1181 | 20,000 | 2,6000 | 52,00 |
| DENTAL CHAMPAGNAT LTDA | Dentes de acrílico inferior-anterior n° 2D, cor 66 | 1181 | 20,000 | 2,6000 | 52,00 |
| DENTAL CHAMPAGNAT LTDA | Dentes de acrílico inferior-anterior n. 3M cor 62-jogo | 1181 | 20,000 | 2,6000 | 52,00 |
| DENTAL CHAMPAGNAT LTDA | Dentes de acrílico inferior-anterior n.3M cor 66-jogo | 1181 | 20,000 | 2,6000 | 52,00 |
| DENTAL CHAMPAGNAT LTDA | Dentes de acrílico inferior-posterior n° 32L, cor 62 | 1181 | 20,000 | 2,6000 | 52,00 |
| DENTAL CHAMPAGNAT LTDA | Dentes de acrílico inferior-posterior n° 32L, cor 66 | 1181 | 20,000 | 2,6000 | 52,00 |
| DENTAL CHAMPAGNAT LTDA | HEMOSTÁTICO TÓPICO EM SOLUÇÃO NÃO CONTENDO EPINEFRINA | | 10,000 | 25,0000 | 250,00 |
| DENTAL CHAMPAGNAT LTDA | Resina Composta micro-híbrida, fotopolimerizável | | 35,000 | 32,9550 | 1.153,43 |

www.PaperlessPrinter.com



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 6/14

 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior2010**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|--|---|---------|----------------|----------------|-------------|
| DENTAL CHAMPAGNAT LTDA | Tiras abrasivas de POLIESTER - p/polimento de resinas compos | | 30,000 | 8,1500 | 244,50 |
| DENTAL MED EQUIP. E MAT. ODONT. E HOSPIT. LTDA | MCondecionador acido gel cor azul 37% | | 50,000 | 0,9486 | 47,43 |
| DENTAL MED EQUIP. E MAT. ODONT. E HOSPIT. LTDA | MDisco de lixa para acabamento e polimento de restaurações em | | 5,000 | 44,0000 | 220,00 |
| DENTAL MED EQUIP. E MAT. ODONT. E HOSPIT. LTDA | MESPELHO CLINICO PLANO P/ REPOSIÇÃO EM AÇO INOX Nr.05 | | 50,000 | 2,4000 | 120,00 |
| DENTAL MED EQUIP. E MAT. ODONT. E HOSPIT. LTDA | MMatriz de aço inox, rolo com 5mm x 0,05m x 500 mm | | 100,000 | 0,8130 | 81,30 |
| DENTAL MED EQUIP. E MAT. ODONT. E HOSPIT. LTDA | MMatriz de poliéster, envelope com 50 unidades de 100mm x 100 | | 20,000 | 0,8130 | 16,26 |
| DICAPEL PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA | Resma de papel A4, 210 x 297mm, resma com 500 folhas | 1154 | 150,000 | 9,7000 | 1.455,00 |
| DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA. | APARELHO DE PRESSAO | 1210 | 5,000 | 35,5000 | 177,50 |
| DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA. | BOLSA COLETORA SISTEMA FECHADO - URINA ADULTO | 1210 | 50,000 | 1,8200 | 91,00 |
| DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA. | ESPARADRAPO | 1210 | 96,000 | 2,9800 | 286,08 |
| DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA. | Fita crepe hospitalar | 1210 | 168,000 | 2,6052 | 437,68 |
| DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA. | FITA PARA AUTO CLAVE 16 mm/ 50 m | 1210 | 168,000 | 3,9800 | 668,64 |
| DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA. | GAZE TIPO QUEIJO | 1209 | 30,000 | 26,8000 | 804,00 |
| DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA. | GLUTAROL DE HIDRO SOLUÇÃO A BASE DE GLUTARALDEIDO 2% | 1209 | 10,000 | 17,4900 | 174,90 |
| DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA. | LUVA CIRURGICA 7,5 CX COM 200 | 1209 | 2,000 | 172,0000 | 344,00 |
| DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA. | LUVA CIRURGICA ESTERELIZADA N. 8 | 1209 | 2,000 | 172,0000 | 344,00 |
| DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA. | MICROPORE- 25x10 c/ protetor | 1209 | 160,000 | 1,9900 | 318,40 |
| DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA. | POVIDINE (IODOPOVIDONA 7,5%/SOLUÇÃO TÓPICA PVPI) | 1209 | 60,000 | 8,5000 | 510,00 |
| DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA. | SCALPE Nº 21 | 1209 | 5,000 | 11,0000 | 55,00 |
| DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA. | SCALPE Nº 23 | 1209 | 5,000 | 11,0000 | 55,00 |
| DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA. | SERINGA DESC. 10 ML S/ AGULHA | 1209 | 10,000 | 120,0000 | 1.200,00 |
| DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA. | SERINGA DESCARTÁVEL 20 ML S/ AGULHA | 1209 | 10,000 | 100,0000 | 1.000,00 |
| DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA. | SONDA VESICAL DE DEMORA No 14 | 1209 | 10,000 | 0,8200 | 8,20 |
| DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA. | SONDA VESICAL DE DEMORA No 16 | 1209 | 10,000 | 0,8200 | 8,20 |
| DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA. | SONDA VESICAL DE DEMORA No 18 | 1209 | 10,000 | 0,8200 | 8,20 |
| DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA. | SONDA VESICAL DE DEMORA No 20 | 1209 | 10,000 | 0,8200 | 8,20 |
| DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA | LUVAS DE LÁTEX CAIXA COM 100 -TAMANHO EP-PARA PROCEDIMENTOS | 1203 | 100,000 | 9,4900 | 949,00 |
| DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA | LUVAS DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTOS AMBIDESTRA, M | 1203 | 100,000 | 9,4900 | 949,00 |
| DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA | LUVAS DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTOS AMBIDESTRA, P | 1203 | 100,000 | 9,4900 | 949,00 |
| DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA | SERINGA PARA INSULINA 1ML (C/ AGULHA 13/4,5) | 1338 | 5,000,000 | 0,1400 | 700,00 |
| DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA | BECLOMETASOMA 250mcg SPRAY ORAL | 1310 | 100,000 | 20,4000 | 2.040,00 |
| DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA | METOPROLOL 50mg | 1310 | 2,000,000 | 0,9600 | 1.920,00 |
| DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA | SIN VASTATINA 10MG | 1310 | 1,000,000 | 0,0225 | 22,50 |
| DISMACENTER SUPRIMENTOS P/ INFORMATICA LTDA | Balcão baixo, confeccionado em MDF total | 1327 | 1,000 | 1,495,0000 | 1.495,00 |
| DISMACENTER SUPRIMENTOS P/ INFORMATICA LTDA | Balcão baixo, confeccionado em MDF total, na cor branco, 04 | 1327 | 1,000 | 1,187,0000 | 1.187,00 |
| DISMACENTER SUPRIMENTOS P/ INFORMATICA LTDA | Balcão baixo, confeccionado em MDF total, na cor branco. | 1327 | 1,000 | 891,0000 | 891,00 |
| DISMACENTER SUPRIMENTOS P/ INFORMATICA LTDA | Balcão baixo, confeccionado em MDF total, na cor branco.. | 1327 | 1,000 | 742,0000 | 742,00 |
| DISMACENTER SUPRIMENTOS P/ INFORMATICA LTDA | Bancada confeccionada em MDF total, na cor branco, medindo: | 1327 | 1,000 | 498,0000 | 498,00 |
| DISMACENTER SUPRIMENTOS P/ INFORMATICA LTDA | Cadeiras de aproximação com pés palito, em couroíssimo . | 1327 | 3,000 | 85,0000 | 255,00 |
| DISMACENTER SUPRIMENTOS P/ INFORMATICA LTDA | Cadeiras giratórias com base a gás, estilo secretária.. | 1327 | 3,000 | 120,0000 | 360,00 |
| DISMACENTER SUPRIMENTOS P/ INFORMATICA LTDA | Longarinas com três lugares cada, com estrutura metálica. | 1327 | 2,000 | 345,0000 | 690,00 |
| DISMACENTER SUPRIMENTOS P/ INFORMATICA LTDA | Mesa retangular, confeccionada em MDF total, na cor branco. | 1327 | 1,000 | 173,0000 | 173,00 |
| DISMACENTER SUPRIMENTOS P/ INFORMATICA LTDA | Mesa retangular, confeccionada em MDF total. | 1327 | 1,000 | 248,0000 | 248,00 |
| DISMACENTER SUPRIMENTOS P/ INFORMATICA LTDA | Mesas retangulares, confeccionadas em MDF total. | 1327 | 2,000 | 139,0000 | 278,00 |

www.PaperlessPrinter.com



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 7/14

 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Mai/2010**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|---|--|---------|----------------|----------------|-------------|
| DR. CLAUDINEY DE ARRUDA CRUZ | CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICO ONCOLOGISTA | 1112 | 1,000 | 3.450,0000 | 3.450,00 |
| DROGARIA DO IVO LTDA - EPP | CONTRATAÇÃO DA EMPRESA DROGARIA DO IVO LTDA - EPP, PARA: | 1064 | 539,720 | 1,0000 | 539,72 |
| ECOCLINICA PELIZZARO LTDA | BIOPSIA TRANSRETAL DE PROSTATA ULTRASSONOGUADO | 1046 | 1,000 | 280,0000 | 280,00 |
| ECOCLINICA PELIZZARO LTDA | BIOPSIA TRANSRETAL DE PROSTATA ULTRASSONOGUADO | 1084 | 1,000 | 280,0000 | 280,00 |
| ECOCLINICA PELIZZARO LTDA | BIOPSIA TRANSRETAL DE PROSTATA ULTRASSONOGUADO | 1167 | 1,000 | 280,0000 | 280,00 |
| EDSON JACOB LAZARIS | PLACAS DE METAL 50 MMX 20MM DOURADO | 1195 | 20,000 | 3,0000 | 60,00 |
| ELDIRO JOSÉ ALMEIDA | TENDA 3X3 M | 1108 | 4,000 | 386,9000 | 1.547,60 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | SERVIÇO DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA COM APLICAÇÃO DE PEÇAS | 1239 | 1,000 | 1.680,3700 | 1.680,37 |
| ELETRO SAO CRISTOVÃO LTDA - ME | MANUTENÇÃO MECANICA - MBU 0735 MOTO 2002 | 1134 | 90,000 | 1,0000 | 90,00 |
| ELETRON PORTAS AUTOMATICAS LTDA - ME | CABO COAXIAL MACHA 95 | 1101 | 400,000 | 0,9000 | 360,00 |
| ELETRON PORTAS AUTOMATICAS LTDA - ME | CABO PARPALEO 2X1MM | 1101 | 250,000 | 1,4500 | 362,50 |
| ELETRON PORTAS AUTOMATICAS LTDA - ME | CAIXA DE PROTEÇÃO PARA MINI CÂMERA | 1101 | 8,000 | 16,0000 | 128,00 |
| ELETRON PORTAS AUTOMATICAS LTDA - ME | CONTROLE PORTAO | 1079 | 2,000 | 30,0000 | 60,00 |
| ELETRON PORTAS AUTOMATICAS LTDA - ME | FONTE ESTABILIZADORA 1 AMP | 1101 | 8,000 | 18,9000 | 151,20 |
| ELETRON PORTAS AUTOMATICAS LTDA - ME | MINI CAMERA COLOR 3,6MM 0,08 LUX 480 LINHAS | 1101 | 8,000 | 160,5000 | 1.284,00 |
| ELETRON PORTAS AUTOMATICAS LTDA - ME | PLACA GV800 DE 16 CANAIS | 1101 | 1,000 | 365,0000 | 365,00 |
| ELETRONICA UNIVERSAL LTDA | CONTROLE PARA TELEVISÃO - UNIVERSAL | 1248 | 1,000 | 25,0000 | 25,00 |
| EMIGÉ MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA | Cariostatico a base de diamino cloreto de prata a 12% frasc. | | 10,000 | 7,0900 | 70,90 |
| EMIGÉ MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA | Cimento cirúrgico - embalagem com 2 bisnaga sem eugenol, 1 t | | 2,000 | 36,6600 | 73,32 |
| EMIGÉ MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA | CIMENTO DE HIDROXIDO DE CALCIO RADIOPACO | | 5,000 | 7,5900 | 37,95 |
| EMIGÉ MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA | Posicionador P/ tomadas radiográficas do tipo periapical. Au | | 10,000 | 20,8600 | 208,60 |
| EMIGÉ MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA | SOLUÇÃO DE TRICRESOL FORMALINA - FRASCO C/ 10ML | | 10,000 | 3,8900 | 38,90 |
| EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA | BLOCOS DE RECEITUÁRIO BRANCO, COM 50 FOLHAS, 02 VIAS, NUMERA | 1131 | 400,000 | 1,0700 | 428,00 |
| EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA | Folder | 1180 | 8.000,000 | 0,1350 | 1.080,00 |
| EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA | NITROFURANTOINA 100 MG CP | 1321 | 2.000,000 | 0,1200 | 240,00 |
| EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA | PROPLITIURACIL 100MG | 1321 | 8.000,000 | 0,4100 | 3.280,00 |
| EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA | ZOLPIDEM 10 mg | 1269 | 180,000 | 1,0400 | 187,20 |
| FABRÍCIO ALANO PAMPLONA | PALESTRA: DROGA OU MEDICAMENTO? | 1262 | 1,000 | 1.300,0000 | 1.300,00 |
| FATOS DIÁRIOS EDITORA JORNALÍSTICA LTDA - EPP | FATOS DIARIOS - Serviço de divulgação de publicidade de util | 1241 | 8.000,000 | 1,0000 | 8.000,00 |
| FATOS DIÁRIOS EDITORA JORNALÍSTICA LTDA - EPP | FATOS DIARIOS - Serviço de divulgação de publicidade de util | 1245 | 8.000,000 | 1,0000 | 8.000,00 |
| FLAVIO CELIO STEIN ME | Balcão baixo, confeccionado em MDF total, na cor branco, med | 1291 | 1,000 | 630,0000 | 630,00 |
| FOTO BONI LTDA - ME | IMÃ GELADEIRA 6X9CM | 1212 | 1.000,000 | 0,9000 | 900,00 |
| FOTO BONI LTDA - ME | IMÃ DE GELADEIRA 9X12CM | 1212 | 1.000,000 | 1,1000 | 1.100,00 |
| FRANÇA ELETRICIDADE PARA VEICULOS LTDA - ME (FILIA) | MANUTENÇÃO MECANICA - MDQ 8444 GOL 2007 | 1086 | 1.199,940 | 1,0000 | 1.199,94 |
| FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME | BANANA CATURA TAMANHO MÉDIO EM PROCESSO AMADURECIMENTO | 1224 | 140,000 | 1,1000 | 154,00 |
| FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME | BANANA CATURRA | 1111 | 37,000 | 0,9600 | 35,52 |
| FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME | KAKI | 1111 | 18,600 | 2,4000 | 44,64 |
| FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME | LARANJA PERA - CARACTERÍSTICAS: CASCA DE COR ALARANJADA, ODO | 1224 | 150,000 | 1,6000 | 240,00 |
| FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME | MAÇA TIPO FUJI | 1111 | 25,590 | 2,3900 | 62,35 |
| FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME | MAÇA TIPO FUJI | 1224 | 70,000 | 2,6000 | 182,00 |
| FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME | Mamão - Características: casca fina, lisa, amarela, sem manc | 1224 | 42,227 | 2,4700 | 104,30 |
| FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME | Melancia - Características: casca rígida s/ amassados | 1224 | 70,000 | 0,9800 | 68,60 |
| FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME | POKAN - CARACTERISITICAS: CASCA DE COR ALARANJADA TEXTURA RI | 1111 | 18,500 | 1,2000 | 22,20 |
| FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME | UVA | 1111 | 10,000 | 2,5000 | 25,00 |

www.PaperlessPrinter.com


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 8/14

 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior/2010**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|--|--|---------|----------------|----------------|-------------|
| GENESIO A. MENDES & CIA LTDA | CEFTRIAXONA SÓDICA INJ. 500mg | 1306 | 100,000 | 1,5900 | 159,00 |
| GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA | ANLODIPINO 5MG | 1255 | 45.000,000 | 0,0140 | 630,00 |
| GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA | LORATADINA 10 MG | 1255 | 15.000,000 | 0,0275 | 412,50 |
| GERMINO COFFERRI-ME | CONFECAO DE PLACAS | 1037 | 2,000 | 50,0000 | 100,00 |
| GILMED SUL COM. DE MATERIAL CIRURGICO LTDA | Embalagens para esterelizacao - largura 15, Rolo c/100 mt. | | 20,000 | 46,5407 | 930,81 |
| GISELE TACCOLA HERNANDES CARNEIRO | CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTOR(A) DE ARTESANATO, COM P | | 3,000 | 250,0000 | 750,00 |
| GLENMARCK FARMACÉUTICA LTDA | SALBUTAMOL SPRAY INALATORIO (COM ESPAÇADOR) 100mcg | 1257 | 80,000 | 2,9800 | 238,40 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | ÁLCOOL COMUM 90%, FRASCO DE 1LT. | 1155 | 100,000 | 2,7900 | 279,00 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | Café tipo exportação, embalado a vácuo, torrado e moído, ext | 1156 | 100,000 | 4,6800 | 468,00 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | Detergente de louça neutro com odor suave e agradável | 1155 | 100,000 | 0,8300 | 83,00 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | Filtro de papel para café nº 103, caixa com 40 unidades | 1156 | 30,000 | 1,4900 | 44,70 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | PAPEL HIGIÊNICO BRANCO | 1156 | 100,000 | 1,7000 | 170,00 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | PAPEL TOALHA, FOLHAS | 1155 | 250,000 | 5,1400 | 1.285,00 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | Sabão em barra ou pedra com desengordurante, perfumado, paco | 1151 | 5,000 | 2,7900 | 13,95 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | Sabão em pó, embalagem com 500 gr, com branqueador óptico e | 1156 | 100,000 | 1,4000 | 140,00 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | Saco de lixo reforçado, preto, capacidade para 100 litros, p | 1156 | 50,000 | 0,8400 | 42,00 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | Saco de lixo reforçado, preto, capacidade para 50 litros, pa | 1156 | 50,000 | 0,8400 | 42,00 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | Sacola plástica reforçada de 100 litros com alça, branca | 1151 | 300,000 | 0,7000 | 210,00 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | Sacola plástica reforçada de 50 litros com alça, branca | 1151 | 300,000 | 0,5000 | 150,00 |
| JEFFERSON LUIS RODRIGUES DA SILVA | SERVIÇOS DIVERSOS | 1298 | 1,000 | 340,0000 | 340,00 |
| KATIUSCIA FEITEN SANTOS & CIA LTDA ME | BANDEJA | 1178 | 30,000 | 5,9900 | 179,70 |
| KATIUSCIA FEITEN SANTOS & CIA LTDA ME | CACHEPO | 1178 | 30,000 | 1,9900 | 59,70 |
| KATIUSCIA FEITEN SANTOS & CIA LTDA ME | CAIXA DE MADEIRA | 1178 | 30,000 | 6,9900 | 209,70 |
| KATIUSCIA FEITEN SANTOS & CIA LTDA ME | CAIXA DE MADEIRA PINTADA | 1178 | 30,000 | 1,9900 | 59,70 |
| KATIUSCIA FEITEN SANTOS & CIA LTDA ME | PEDRA | 1178 | 13,000 | 1,9900 | 25,87 |
| KATIUSCIA FEITEN SANTOS & CIA LTDA ME | VASO DE FLOR | 1178 | 30,000 | 1,9900 | 59,70 |
| KLAUS HEINRICH GEORG REHFELDT ME | PALESTRA: | 1263 | 1,000 | 1.100,0000 | 1.100,00 |
| L. M. LADEIRA & CIA LTDA | Amálgma em cápsula de 2 porções sem gama 2. Potes com 100 cá | | 30,000 | 74,9900 | 2.249,70 |
| L.M. SUPRIMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - EPP | Agulhas gengivais descartáveis 30g curta, caixa com 100 agul | | 100,000 | 8,5700 | 857,00 |
| L.M. SUPRIMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - EPP | Fio Ortodôntico- 0,80mm- rolo de 10mts | | 5,000 | 14,5000 | 72,50 |
| L.M. SUPRIMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - EPP | FIO ORTODONTICO 0,70 MM, ROLO DE 10 MTS | | 5,000 | 14,5000 | 72,50 |
| L.M. SUPRIMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - EPP | Pasta profilaxia dental , com flúor | | 20,000 | 7,3500 | 147,00 |
| LAB. DE ANAL. CLI. MADALOZZO CAMATI LTDA | TESTE RÁPIDO DROGAS - COCAÍNA, THC, ANFETAMINAS | 1087 | 1,000 | 75,0000 | 75,00 |
| LABORIS FARMACÉUTICA LTDA | METILDOPA 250 MG | 1317 | 30.000,000 | 0,0529 | 1.587,00 |
| LAPIS E CIA PAPELARIA LTDA - ME | CANETA ESCRITA MOLHADA | 1107 | 10,000 | 2,6000 | 26,00 |
| LAPIS E CIA PAPELARIA LTDA - ME | CANETINHA | 1107 | 10,000 | 2,5000 | 25,00 |
| LAPIS E CIA PAPELARIA LTDA - ME | CARTOLINA | 1107 | 200,000 | 0,3500 | 70,00 |
| LAPIS E CIA PAPELARIA LTDA - ME | COLA COLORIDA | 1107 | 10,000 | 2,9000 | 29,00 |
| LAPIS E CIA PAPELARIA LTDA - ME | COLA GLITER | 1107 | 12,000 | 0,9000 | 10,80 |
| LAPIS E CIA PAPELARIA LTDA - ME | ENVELOPE PLASTICO C/FURO | 1107 | 1,000 | 78,0000 | 78,00 |
| LAPIS E CIA PAPELARIA LTDA - ME | ESTILETE | 1107 | 12,000 | 0,9000 | 10,80 |
| LAPIS E CIA PAPELARIA LTDA - ME | EVA | 1107 | 20,000 | 1,4000 | 28,00 |
| LAPIS E CIA PAPELARIA LTDA - ME | EVA COM BRILHO | 1107 | 5,000 | 2,9500 | 14,75 |
| LAPIS E CIA PAPELARIA LTDA - ME | FITA CREPE | 1107 | 5,000 | 6,2000 | 31,00 |

www.PaperlessPrinter.com



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 9/14

 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior2010**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|---|--|---------|----------------|----------------|-------------|
| LAPIS E CIA PAPELARIA LTDA - ME | FITA CREPE | 1107 | 5,000 | 10,0000 | 50,00 |
| LAPIS E CIA PAPELARIA LTDA - ME | GIZ CERA | 1107 | 10,000 | 1,2000 | 12,00 |
| LAPIS E CIA PAPELARIA LTDA - ME | PAPEL CREPON | 1107 | 10,000 | 0,4000 | 4,00 |
| LAPIS E CIA PAPELARIA LTDA - ME | PAPEL LAMINADO | 1107 | 10,000 | 0,9000 | 9,00 |
| LAPIS E CIA PAPELARIA LTDA - ME | PASTA C/ ELAST | 1107 | 20,000 | 1,9000 | 38,00 |
| LAPIS E CIA PAPELARIA LTDA - ME | PASTA CATALAGO | 1107 | 20,000 | 1,0000 | 20,00 |
| LAPIS E CIA PAPELARIA LTDA - ME | PISTOLA COLA QUENTE | 1107 | 1,000 | 9,3000 | 9,30 |
| LAPIS E CIA PAPELARIA LTDA - ME | REFIL PARA COLA QUENTE PEQUENA | 1107 | 10,000 | 0,3000 | 3,00 |
| LAPIS E CIA PAPELARIA LTDA - ME | TINTA GUACHE | 1107 | 10,000 | 1,6000 | 16,00 |
| LICIMED DISTRIB. DE MED. E MAT. MED. HOSPIT. LTDA | ALPRAZOLAM 1 MG | 1275 | 500,000 | 0,0800 | 40,00 |
| LICIMED DISTRIB. DE MED. E MAT. MED. HOSPIT. LTDA | BUPROPIONA 150mg | 1265 | 180,000 | 1,3100 | 235,80 |
| LICIMED DISTRIB. DE MED. E MAT. MED. HOSPIT. LTDA | CARBONATO DE LÍCIO CR 450mg | 1265 | 90,000 | 0,7500 | 67,50 |
| LILIAN EGER PONTES | CONTRATAÇÃO DE PSICOLOGA | 1326 | 1,000 | 1.333,0000 | 1.333,00 |
| LOJAS VOLPATO LTDA | REFRIGERADOR 220 LITROS | 1174 | 1,000 | 779,0000 | 779,00 |
| MACCAGNINI E LIMA SERVIÇOS MEDICOS LTDA | EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA | 1044 | 165,000 | 40,0000 | 6.600,00 |
| MACCAGNINI E LIMA SERVIÇOS MEDICOS LTDA | ULTRASSONOGRAFIA ABDÔMEN SUPERIOR | 1044 | 1,000 | 50,0000 | 50,00 |
| MACCAGNINI E LIMA SERVIÇOS MEDICOS LTDA | ULTRASSONOGRAFIA ABDÔMEN SUPERIOR | 1113 | 1,000 | 50,0000 | 50,00 |
| MACCAGNINI E LIMA SERVIÇOS MEDICOS LTDA | ULTRASSONOGRAFIA ABDÔMEN TOTAL | 1044 | 1,000 | 50,0000 | 50,00 |
| MAGAVEL MAGARINOS VEICULOS LTDA | VEICULO 1.0 HATCH, 4 PORTAS, AR QUENTE, DESEMBAÇADOR LIMPADO | 1048 | 1,000 | 34.850,0000 | 34.850,00 |
| MARCELO GONCALVES | LAVAGEM COMPLETA DE MOTO | 1125 | 2,000 | 8,3000 | 16,60 |
| MARCELO GONCALVES | LAVAGEM DE VEICULO MÉDIO (MICRO ONIBUS, SPRINT, BESTA) | 1125 | 2,000 | 25,0000 | 50,00 |
| MARCELO GONCALVES | LAVAGEM DE VEICULO MÉDIO (MICRO ONIBUS, SPRINT, BESTA) | 1125 | 5,000 | 25,0000 | 125,00 |
| MARCELO GONCALVES | LAVAGEM DE VEICULO MÉDIO (MICRO ONIBUS, SPRINT, BESTA) | 1125 | 11,000 | 25,0000 | 275,00 |
| MARCELO GONCALVES | LAVAGEM DE VEICULO PEQUENO (GOL, UNO, CORSA, PALIO) | 1125 | 26,000 | 17,5000 | 455,00 |
| MARCELO GONCALVES | LAVAGEM DE VEICULO PEQUENO (GOL, UNO, CORSA, PALIO) | 1125 | 2,000 | 17,5000 | 35,00 |
| MARCELO GONCALVES | LAVAGEM DE VEICULO PEQUENO (GOL, UNO, CORSA, PALIO) | 1129 | 3,000 | 17,5000 | 52,50 |
| MARCELO GONCALVES | LAVAGEM DE VEICULO PEQUENO (GOL, UNO, CORSA, PALIO) | 1130 | 20,000 | 17,5000 | 350,00 |
| MARCOFARMA DISTR. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA | CARBONATO DE CÁLCIO 1250mg (EQUIVALENTE A 500mg DE Ca) | 1288 | 2.500,000 | 0,0300 | 75,00 |
| MARCOFARMA DISTR. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA | DEXCLORFENIRAMINA 2 MG | 1288 | 10.000,000 | 0,0130 | 130,00 |
| MARCOFARMA DISTR. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA | DIASEPAM 5 MG | 1288 | 80.000,000 | 0,0167 | 1.336,00 |
| MARCOFARMA DISTR. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA | HIDROCLOROTIAZIDA 25MG | 1288 | 150.000,000 | 0,0100 | 1.500,00 |
| MARCOFARMA DISTR. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA | IBUPROFENO SOL. ORAL 50 mg/ml | 1288 | 1.500,000 | 0,9600 | 1.440,00 |
| MARCOFARMA DISTR. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA | MEBENDAZOL 100 MG | 1288 | 500,000 | 0,0200 | 10,00 |
| MARCOFARMA DISTR. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA | METOCLOPRAMIDA 10 MG | 1288 | 15.000,000 | 0,0200 | 300,00 |
| MARCOFARMA DISTR. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA | SINVASTATINA 40 mg | 1288 | 3.000,000 | 0,0580 | 174,00 |
| MARCOS BULE DA COSTA | AÇÚCAR REFINADO, PACOTE COM 5 KG. | 1157 | 50,000 | 10,8900 | 544,50 |
| MARCOS BULE DA COSTA | ÁGUA SANITÁRIA, CLORO ATIVO COM | 1152 | 200,000 | 0,8600 | 172,00 |
| MARCOS BULE DA COSTA | Chá mate, caixa de 40gr. com 25 saquinhos cada | 1157 | 100,000 | 1,3790 | 137,90 |
| MARCOS BULE DA COSTA | Copo descartável, 200 ml, tira com 100 unidades, produzido c | 1152 | 300,000 | 1,7400 | 522,00 |
| MARCOS BULE DA COSTA | Copo descartável, 50 ml, tira com 100 unidades, produzido co | 1152 | 200,000 | 0,8790 | 175,80 |
| MARCOS BULE DA COSTA | Fita crepe branca 19mm x 50mt | 1157 | 200,000 | 1,9000 | 380,00 |
| MARCOS BULE DA COSTA | MULTI USO C/ PH CONCENTRADO/ODOR SUAVE/AGRADÁVEL. | 1157 | 150,000 | 1,6990 | 254,85 |
| MARCOS BULE DA COSTA | Pasta suspensa com visor e etiquetas, caixa com 50 unidades | 1221 | 4,000 | 26,9800 | 107,92 |
| MARCOS BULE DA COSTA | Sabonete líquido cremoso | 1152 | 80,000 | 3,1900 | 255,20 |

www.PaperlessPrinter.com



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 10/14

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior/2010**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|--|---|---------|----------------|----------------|-------------|
| MAURINA FOTOGRAFIAS LTDA | CAPA PARA MAQUINA FILMADORA | 1207 | 1,000 | 49,9000 | 49,90 |
| MAURINA FOTOGRAFIAS LTDA | CARTÃO DE MEMÓRIA 4G | 1207 | 2,000 | 89,9000 | 179,80 |
| MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME | FENITOINA SOL.INJ. 100mg/ml | 1308 | 50,000 | 0,5600 | 28,00 |
| MAXUL ALIMENTOS LTDA | LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO, COM 26% LIPÍDEOS ENRIQUECI | 1199 | 50,000 | 7,0000 | 350,00 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA - ME | MANUTENÇÃO MECANICA - MBF 5023 DUCATO 2006 | 1133 | 3.168,120 | 1,0000 | 3.168,12 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA - ME | MANUTENÇÃO MECANICA - MBF 5023 DUCATO 2006 | 1227 | 251,160 | 1,0000 | 251,16 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA - ME | MANUTENÇÃO MECANICA - MBT 1204 DOBLO 2003 | 1133 | 96,150 | 1,0000 | 96,15 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA - ME | MANUTENÇÃO MECANICA - MDF 5587 COURIER 2005 | 1133 | 3.414,750 | 1,0000 | 3.414,75 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA - ME | MANUTENÇÃO MECANICA - MFO 9501 FIESTA 2006 | 1227 | 199,350 | 1,0000 | 199,35 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA - ME | MANUTENÇÃO MECANICA - MGC 3052 DOBLO 2006 | 1133 | 3.805,550 | 1,0000 | 3.805,55 |
| MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA - ME | MANUTENÇÃO MECANICA - MGC 3052 DOBLO 2006 | 1227 | 744,450 | 1,0000 | 744,45 |
| MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA | GENTAMICINA COLÍRIO 5 mg/ml | 1305 | 50,000 | 5,1090 | 255,45 |
| MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA | PIMOZIDA 4 MG | 1267 | 300,000 | 0,5899 | 176,97 |
| MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA | PIRIMETAMINA 25 mg | 1305 | 500,000 | 0,0620 | 31,00 |
| MEDVILLE FARMACÊUTICA LTDA | COMPLEMENTO ALIMENTAR, COM PROTEÍNA DO LEITE E PROTEÍNA | 1201 | 80,000 | 16,4900 | 1.319,20 |
| MEDVILLE FARMACÊUTICA LTDA | DIETA 100% HIDROLISADA À BASE DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE | 1201 | 40,000 | 150,0000 | 6.000,00 |
| MEDVILLE FARMACÊUTICA LTDA | DIETA ENTERAL EM PÓ, NUTRICIONALMENTE COMPLETA E BALANCEADA | 1201 | 30,000 | 65,0000 | 1.950,00 |
| MEDVILLE FARMACÊUTICA LTDA | DIETA ENTERAL EM PÓ, POLIMERICA, NUTRICIONAL | 1201 | 30,000 | 25,8500 | 775,50 |
| MEDVILLE FARMACÊUTICA LTDA | DIETA LÍQUIDA NUTRICIONALMENTE COMPLETA, COM 100% PROTEÍNA | 1201 | 50,000 | 19,0000 | 950,00 |
| MEDVILLE FARMACÊUTICA LTDA | DIETA SEMI- ALIMENTAR E HIPOALERGÊNICA, A BASE DE PROTEÍNA | 1201 | 40,000 | 104,5000 | 4.180,00 |
| MEDVILLE FARMACÊUTICA LTDA | FORMULA INFANTIL A BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA | 1201 | 50,000 | 28,9500 | 1.447,50 |
| MEDVILLE FARMACÊUTICA LTDA | FÓRMULA INFANTIL À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA ENRIQUEC | 1201 | 50,000 | 24,5000 | 1.225,00 |
| MEDVILLE FARMACÊUTICA LTDA | FORMULA INFANTIL COM LCPUFAS-ACIDOS GRAXO POLIINSATURADOS DE | 1201 | 30,000 | 34,9500 | 1.048,50 |
| MEDVILLE FARMACÊUTICA LTDA | FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA (LACTENTES DE 0 A 6 MESES) | 1201 | 100,000 | 9,9800 | 998,00 |
| MEDVILLE FARMACÊUTICA LTDA | FÓRMULA INFANTIL DE SEGMENTO (LACTENTES DE 6 A 12 MESES) | 1201 | 100,000 | 8,9000 | 890,00 |
| META EDITORA GRAFICA LTDA | AGENDA | 1093 | 250,000 | 9,9800 | 2.495,00 |
| META EDITORA GRAFICA LTDA | AGENDA | 1094 | 60,000 | 9,9800 | 598,80 |
| META EDITORA GRAFICA LTDA | AGENDA | 1095 | 100,000 | 9,9800 | 998,00 |
| META EDITORA GRAFICA LTDA | AGENDA | 1096 | 400,000 | 9,9800 | 3.992,00 |
| METROMED COM DE MAT MED HOSPITALAR LTDA | Compressas cirúrgicas de gaze hirofilia 13 fios com 05 dobras | | 150,000 | 6,2500 | 937,50 |
| MGF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA | DEXAMETASONA COLÍRIO 1% | 1320 | 20,000 | 4,9900 | 99,80 |
| MGF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA | GLICEROL SUPOSITÓRIO | 1320 | 50,000 | 0,6000 | 30,00 |
| MGF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA | HIDROCORTIZONA 1% CREME | 1320 | 50,000 | 2,8999 | 145,00 |
| MGF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA | NITROFURANTOÍNA 5 MG/ML SUSPENSÃO ORAL. | 1320 | 50,000 | 14,7900 | 739,50 |
| MGF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA | PERMETRINA LOÇÃO 1% | 1320 | 300,000 | 0,6980 | 209,40 |
| MGF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA | PERMETRINA LOÇÃO 5% | 1320 | 500,000 | 2,1800 | 1.090,00 |
| MICHEL THOMÁZ DE SOUZA - EPP - FARMACIA SANTELMO | CONTRATAÇÃO DA EMPRESA MICHEL THOMÁZ DE SOUZA - ME | 1164 | 242,280 | 1,0000 | 242,28 |
| MILK VITTA COMERCIO E INDUSTRIA LTDA | LEITE EM PÓ INTEGRAL, 26% DE LIPÍDEOS | 1202 | 1.250,000 | 3,7800 | 4.725,00 |
| NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA | SULFADIAZINA DE PRATA PASTA 1% | 1258 | 30,000 | 1,5309 | 45,93 |
| NELSON DALLAGNOL DE SOUZA | PERICIA MÉDICA | 1066 | 2,000 | 250,0000 | 500,00 |
| IVALDO ZANOTTO JUNIOR | CONTRATAÇÃO DE MONITORAS COM FANTASIA | 1082 | 3,000 | 20,0000 | 60,00 |
| IVALDO ZANOTTO JUNIOR | LOCAÇÃO DE CAMA ELÁSTICA | 1082 | 1,000 | 100,0000 | 100,00 |
| IVALDO ZANOTTO JUNIOR | LOCAÇÃO DE CAMA ELÁSTICA | 1082 | 1,000 | 80,0000 | 80,00 |
| IVALDO ZANOTTO JUNIOR | LOCAÇÃO DE PISCINA DE BOLINHA | 1082 | 1,000 | 80,0000 | 80,00 |

www.PaperlessPrinter.com


DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 11/14

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maió/2010**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|--|--|---------|----------------|----------------|-------------|
| NUNESFARMA DISTR. DE PROD. FARM.LTDA | CARVEDILOL 3,125mg | 1251 | 1.000,000 | 0,0670 | 67,00 |
| NUTRISOFT REFEICOES INDUSTRIAIS LTDA | REFEIÇÃO PRONTA PARA ATENDIMENTO AOS SERVIDORES | 1091 | 205,000 | 6,8900 | 1.412,45 |
| NUTRISOFT REFEICOES INDUSTRIAIS LTDA | REFEIÇÕES PRONTAS | 1081 | 135,000 | 6,8900 | 930,15 |
| NUTRISOFT REFEICOES INDUSTRIAIS LTDA | REFEIÇÕES PRONTAS | 1191 | 489,000 | 6,8900 | 3.369,21 |
| NUTRISOFT REFEICOES INDUSTRIAIS LTDA | REFEIÇÕES PRONTAS | 1191 | 24,000 | 6,8900 | 165,36 |
| NUTRISOFT REFEICOES INDUSTRIAIS LTDA | REFEIÇÕES PRONTAS | 1194 | 233,000 | 6,8900 | 1.605,37 |
| OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA | ALCOOL MEDICINAL 70% CAIXA COM 12 UNIDADES | 1208 | 10,000 | 37,2000 | 372,00 |
| OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA | COMPRESSAS DE GAZE 7,5x7,5 - 13 FIOS, PCT.COM 500 UN | 1208 | 100,000 | 6,0800 | 608,00 |
| ONCOLINE COM. DE MEDICAMENTOS LTDA | AMOXILINA 500 mg + CLAVULANATO 125 mg | 1287 | 20.000,000 | 0,5500 | 11.000,00 |
| ONCOLINE COM. DE MEDICAMENTOS LTDA | GENTAMICINA POMADA OFTALMOLÓGICA 1% | 1287 | 15,000 | 5,2100 | 78,15 |
| ONCOLINE COM. DE MEDICAMENTOS LTDA | LEVODOPA + CARBIDOPA 200/25 mg | 1287 | 4.000,000 | 0,1428 | 571,20 |
| ONCOLINE COM. DE MEDICAMENTOS LTDA | LOPERAMIDA 2 mg | 1287 | 500,000 | 0,0780 | 39,00 |
| ONOFRE BERTON | LOCAÇÃO DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO SR. ONOFRE BERTON, LOCAL | 1228 | 1,000 | 2.200,0000 | 2.200,00 |
| ONOFRE BERTON | LOCAÇÃO DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO SR. ONOFRE BERTON, LOCAL | 1235 | 1,000 | 3.080,0000 | 3.080,00 |
| ONOFRE BERTON | LOCAÇÃO DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO SR. ONOFRE BERTON, LOCAL | 1328 | 1,000 | 2.200,0000 | 2.200,00 |
| ORTOMED - MARIA AP. CORREA ANTUNES - ME | PALMILHA CONFECCIONADA SOB MEDIDA | 1080 | 1,000 | 130,2000 | 130,20 |
| PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA | Bolacha caseira variada fresca (feita no dia) | 1222 | 20,000 | 9,4000 | 188,00 |
| PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA | BOLOS DIVERSOS | 1222 | 153,532 | 3,8000 | 583,42 |
| PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA | BOLOS DIVERSOS | 1223 | 33,684 | 3,8000 | 128,00 |
| PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA | Grostoli fresco (feito no dia) | 1222 | 40,000 | 11,4000 | 456,00 |
| PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA | LANCHES | 1168 | 1,000 | 182,2500 | 182,25 |
| PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA | LANCHES | 1173 | 168,000 | 6,1810 | 1.038,40 |
| PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA | MASSA DE PIZZA PRONTA | 1222 | 100,000 | 2,0000 | 200,00 |
| PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA | PÃO FRANCÊS COM 50 GR, TAMANHA UNIFORME, | 1222 | 1.000,000 | 0,3200 | 320,00 |
| PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA | PÃO FRANCÊS COM 50 GR, TAMANHA UNIFORME, | 1223 | 1.000,000 | 0,3200 | 320,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | APAGADOR PARA GUADRO NEGRO | 1109 | 1,000 | 3,2500 | 3,25 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | APAGADOR QUADRO BRANCO | 1109 | 1,000 | 3,5000 | 3,50 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | ARQUIVO MORTO | 1102 | 10,000 | 1,7500 | 17,50 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | BORRACHA BRANCA | 1109 | 30,000 | 0,2500 | 7,50 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | CADERNO DE DESENHO | 1109 | 60,000 | 2,0000 | 120,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | CADERNO PEQUENO | 1109 | 60,000 | 1,4500 | 87,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | CARTOLINA | 1109 | 35,000 | 0,3500 | 12,25 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | clips niquilado número 20, caixa com 500 gr | 1153 | 10,000 | 4,9900 | 49,90 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | clips niquilado número 80, caixa com 500 gr | 1153 | 10,000 | 4,9900 | 49,90 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | COLA | 1109 | 5,000 | 1,0000 | 5,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | ENVELOPE EM PAPEL PARDO | 1102 | 100,000 | 0,1500 | 15,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | FITA ADESIVA LARGA | 1109 | 5,000 | 2,0000 | 10,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | GIZ COLORIDO | 1109 | 4,000 | 1,9000 | 7,60 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | GIZ BRANCO | 1109 | 4,000 | 1,2000 | 4,80 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | GIZ CERA | 1109 | 30,000 | 1,0000 | 30,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | GIZ CERA | 1109 | 2,000 | 2,0000 | 4,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | GRAMPEADOR GRANDE | 1102 | 1,000 | 49,0000 | 49,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | GRAMPO 23/10 | 1102 | 3,000 | 11,6500 | 34,95 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | GRAMPO 23/8 | 1102 | 2,000 | 11,6500 | 23,30 |

www.PaperlessPrinter.com


DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 12/14

 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maió/2010**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|---|--|---------|----------------|----------------|-------------|
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | grampo para grampeador 26/6, caixa com 5.000 - prata | 1153 | 10,000 | 1,8500 | 18,50 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | Grampo para grampeador 9/10, caixa com 5.000, prata | 1153 | 10,000 | 7,2500 | 72,50 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | LÁPIS N. 2 PRETO | 1109 | 30,000 | 0,5000 | 15,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | PAPEL CELOFONE | 1103 | 50,000 | 0,7000 | 35,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | Pasta AZ lombo largo | 1153 | 20,000 | 3,6000 | 72,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | PERFURADOR TAMANHO GRANDE | 1102 | 1,000 | 49,0000 | 49,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | PINCEL 2" | 1109 | 30,000 | 1,4500 | 43,50 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | PINCEL 4" | 1103 | 12,000 | 1,5000 | 18,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | PINCEL ATOMICO VARIAS CORES | 1109 | 10,000 | 1,8000 | 18,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | PINCEL PARA QUADRO BRANCO | 1109 | 3,000 | 3,9500 | 11,85 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | PLASTICO PARA ARQUIVO PASTA SUSPensa | 1102 | 2,000 | 7,9000 | 15,80 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | REGUA 30CM | 1109 | 30,000 | 0,3000 | 9,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | RESMA DE PAPEL A4 210 x 297 | 1109 | 2,000 | 11,0000 | 22,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | TESOURA PEQUENA (de boa qualidade). | 1109 | 20,000 | 1,5000 | 30,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | TINTA GUACHE | 1109 | 15,000 | 2,0000 | 30,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | TINTA GUACHE | 1109 | 18,000 | 3,2000 | 57,60 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA - ME | VISORES PARA ARQUIVO PASTA SUSPensa | 1102 | 2,000 | 5,9000 | 11,80 |
| PARIS COMPONENTES ELETRONICOS LTDA - ME | PINO ADAPTADOR DE LUZ | 1089 | 3,000 | 5,0000 | 15,00 |
| PARIS COMPONENTES ELETRONICOS LTDA - ME | PIROGRAFO GRAALL MODELO AMADOR | 1089 | 1,000 | 210,0000 | 210,00 |
| PBS CORRETORA DE SEGUROS LTDA | SEGURO CONTRA TERCEIROS | 1158 | 1,000 | 3.891,2100 | 3.891,21 |
| PERSIANAS REQUINTE LTDA | DIVISÓRIA DE EUCATEX | 1270 | 125,470 | 51,9000 | 6.511,89 |
| PERSIANAS REQUINTE LTDA | PAREDE DIVISÓRIA EM EUCATEX COM 06 PORTAS COMPLETAS EM EUCAT | 1329 | 145,500 | 41,3265 | 6.013,01 |
| PERSIANAS REQUINTE LTDA | PORTA COMPLETA DE EUCATEX | 1270 | 6,000 | 115,0000 | 690,00 |
| PERSIANAS REQUINTE LTDA | SERVIÇOS DE MODIFICAÇÕES DIVISÓRIAS | 1324 | 1,000 | 1.129,2300 | 1.129,23 |
| PORTAL CAÇADOR ON LINE LTDA | SERVIÇO DE PUBLICIDADE DE CAMPANHA | 1249 | 1,000 | 400,0000 | 400,00 |
| POSTO BRASILIA LTDA | FILTRO ÓLEO P/ DUCATO MBF - 5023, código PH4847 | 1045 | 1,000 | 64,0447 | 64,04 |
| POSTO BRASILIA LTDA | FILTRO ÓLEO P/ RANGER MDN - 9313, código PH8A | 1045 | 1,000 | 22,0281 | 22,03 |
| POSTO BRASILIA LTDA | OLEO 15W40 P/ MOTOR A DIESEL | 1045 | 12,000 | 7,9954 | 95,94 |
| POSTO BRASILIA LTDA | OLEO 25W50 P/ MOTOR A GASOLINA | 1045 | 13,000 | 6,5268 | 84,85 |
| PRATI DONADUZZI & CIA LTDA | ALOPURINOL 300mg | 1271 | 5,000,000 | 0,0600 | 300,00 |
| PRATI DONADUZZI & CIA LTDA | AMOXICILINA 250MG/5ML SUSP. ORAL | 1271 | 2,000,000 | 0,9500 | 1.900,00 |
| PRATI DONADUZZI & CIA LTDA | ATENOLOL 50 MG | 1271 | 56,000,000 | 0,0130 | 728,00 |
| PRATI DONADUZZI & CIA LTDA | AZITROMICINA 500 MG | 1271 | 9,000,000 | 0,2300 | 2.070,00 |
| PRATI DONADUZZI & CIA LTDA | AZITROMICINA 40mg/ml | 1271 | 850,000 | 2,0500 | 1.742,50 |
| PRATI DONADUZZI & CIA LTDA | DEXAMETASONA ELIXIR 0,1 mg/mL | 1271 | 50,000 | 0,7900 | 39,50 |
| PRATI DONADUZZI & CIA LTDA | ERITROMICINA 500 MG | 1271 | 3,500,000 | 0,1450 | 507,50 |
| PRATI DONADUZZI & CIA LTDA | ERITROMICINA SUSP. ORAL 250 MG/ML | 1271 | 350,000 | 1,3900 | 486,50 |
| PRATI DONADUZZI & CIA LTDA | FLUCONAZOL 150MG | 1271 | 2,000,000 | 0,1000 | 200,00 |
| PRATI DONADUZZI & CIA LTDA | IBUPROFENO 600 MG | 1271 | 130,000,000 | 0,0400 | 5.200,00 |
| PRATI DONADUZZI & CIA LTDA | LOSARTAN 50MG | 1271 | 120,000,000 | 0,0300 | 3.600,00 |
| PRATI DONADUZZI & CIA LTDA | METRONIDAZOL GEL VAGINAL 10% | 1271 | 500,000 | 0,8900 | 445,00 |
| PRATI DONADUZZI & CIA LTDA | MICONAZOL CREME DERMATOLÓGICO 2% | 1271 | 300,000 | 0,8400 | 252,00 |
| PRATI DONADUZZI & CIA LTDA | OMEPRAZOL 20 MG | 1271 | 150,000,000 | 0,0270 | 4.050,00 |
| PRATI DONADUZZI & CIA LTDA | PREDNISOLONA 1MG/ML XPE | 1271 | 450,000 | 2,4000 | 1.080,00 |

www.PaperlessPrinter.com



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 13/14

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior/2010**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|---|--|---------|----------------|----------------|-------------|
| PRATI DONADUZZI & CIA LTDA | SAIS PARA REIDRATAÇÃO | 1061 | 2.000,000 | 0,1900 | 380,00 |
| PRODIET FARMACEUTICA LTDA | CARBONATO DE LITIO 300 MG | 1289 | 10.000,000 | 0,0800 | 800,00 |
| PRODIET FARMACEUTICA LTDA | CÁSCARA SAGRADA (RHAMNUS PURSHIANA) 75mg | 1289 | 500,000 | 0,1890 | 94,50 |
| PRODIET FARMACEUTICA LTDA | CLOMIPRAMINA 25 MG | 1289 | 3.000,000 | 0,0610 | 183,00 |
| PRODIET FARMACEUTICA LTDA | ISOFLAVONA DA SOJA (GLYCINE MAX) 75mg | 1289 | 1.000,000 | 0,2600 | 260,00 |
| PRODIET FARMACEUTICA LTDA | IVERMECTINA 6 MG | 1289 | 1.000,000 | 0,2850 | 285,00 |
| PRODIET FARMACEUTICA LTDA | LEVODOPA+BENSERAZIDA 200/50MG | 1289 | 1.500,000 | 1,5000 | 2.250,00 |
| PRODIET FARMACEUTICA LTDA | LEVOTIROXINA 100 MCG | 1289 | 16.000,000 | 0,0514 | 822,40 |
| PRODIET FARMACEUTICA LTDA | LEVOTIROXINA 25MCG | 1289 | 16.000,000 | 0,0585 | 936,00 |
| PRODIET FARMACEUTICA LTDA | LEVOTIROXINA 50MCG | 1289 | 10.000,000 | 0,0740 | 740,00 |
| PRODIET FARMACEUTICA LTDA | UNHA DE GATO (UNCARIA TORMENTOSA) GEL | 1289 | 30,000 | 5,7700 | 173,10 |
| PROXY INFORMÁTICA LTDA | DATA SHOW COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: | 1172 | 1,000 | 1.860,0000 | 1.860,00 |
| REUNIDAS S.A. TRANSPORTES COLETIVOS | PASSAGENS RODOVIÁRIAS | 1148 | 25.637,490 | 1,0000 | 25.637,49 |
| REUNIDAS S.A. TRANSPORTES COLETIVOS | PASSAGENS RODOVIÁRIAS | 1183 | 10.765,170 | 1,0000 | 10.765,17 |
| REUNIDAS S.A. TRANSPORTES COLETIVOS | PASSAGENS RODOVIÁRIAS | 1230 | 4.987,440 | 1,0000 | 4.987,44 |
| RLA PALESTRAS, CURSOS E CONSULTORIAS LTDA | PALESTRA - DINÂMICA FAMILIAR E A DROGA | 1260 | 1,000 | 1.100,0000 | 1.100,00 |
| ROMÃO CORRETORA DE SEGUROS LTDA | SEGURO CONTRA TERCEIROS | 1339 | 1,000 | 824,0100 | 824,01 |
| ROMÃO CORRETORA DE SEGUROS LTDA | SEGURO CONTRA TERCEIROS | 1339 | 1,000 | 824,0100 | 824,01 |
| ROMÃO CORRETORA DE SEGUROS LTDA | SEGURO CONTRA TERCEIROS | 1339 | 1,000 | 824,0200 | 824,02 |
| S& R DISTRIBUIDORA LTDA ME | DOXICILINA 100 MG | 1256 | 1.000,000 | 0,0840 | 84,00 |
| S& R DISTRIBUIDORA LTDA ME | IPATRÓPIO AEROSOL 0,02 mg/ dose | 1256 | 30,000 | 13,0000 | 390,00 |
| S& R DISTRIBUIDORA LTDA ME | RANITIDINA SOL. INJ. 25 mg/ml | 1256 | 400,000 | 0,2260 | 90,40 |
| S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME | MANUTENÇÃO EM PLACA | 1175 | 1,000 | 395,0000 | 395,00 |
| S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME | MÃO DE OBRA DIVERSAS | 1078 | 1,000 | 100,0000 | 100,00 |
| SULMEDI COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA | ALENDRONATO DE SÓDIO 70mg | 1290 | 150,000 | 0,2849 | 42,74 |
| SULMEDI COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA | AMOXICILINA 250mg/5ml + CLAVULANATO 62,5mg/ML SUSP. ORAL | 1290 | 1.000,000 | 5,1999 | 5.199,90 |
| SULMEDI COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA | CLONAZEPAN 0,5 MG | 1273 | 2.500,000 | 0,0189 | 47,25 |
| SULMEDI COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA | CLONAZEPAN 2 MG | 1273 | 7.000,000 | 0,0219 | 153,30 |
| SULMEDI COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA | IMPRAMINA 25 MG | 1273 | 20.000,000 | 0,0274 | 548,00 |
| SULMEDI COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA | SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL | 1290 | 1.500,000 | 0,1819 | 272,85 |
| TAMA SUPERMERCADO LTDA | CHA MATE C/ 25 SAQUINHOS. | 1031 | 20,000 | 1,9900 | 39,80 |
| TAMA SUPERMERCADO LTDA | COPO DESCARTÁVEL, 200 ML, PTE C/100 UN. | 1031 | 50,000 | 2,5000 | 101,53 |
| TAMA SUPERMERCADO LTDA | MULTI USO LIMPEZA PESADA, TIPO AJAX | 1031 | 8,000 | 2,7000 | 21,60 |
| TAMA SUPERMERCADO LTDA | PACOTES DE ACHOCOLATADO 50% CACAU - EMB 1KG | 1031 | 12,000 | 4,6900 | 56,28 |
| TAMA SUPERMERCADO LTDA | PAPEL HIGIENICO 60 M | 1031 | 2,000 | 44,0000 | 88,00 |
| TAMA SUPERMERCADO LTDA | PAPEL TOALHA, FOLHAS | 1031 | 20,000 | 3,7000 | 74,00 |
| TAMA SUPERMERCADO LTDA | SABAO EM PEDRA COM 400 GR | 1031 | 2,000 | 3,9900 | 7,98 |
| TAMA SUPERMERCADO LTDA | SABÃO EM PÓ, CAIXA COM 1 QUILO | 1031 | 4,000 | 3,4900 | 13,96 |
| TAMA SUPERMERCADO LTDA | SACO 30 LITROS | 1031 | 10,000 | 2,3800 | 23,80 |
| TAMA SUPERMERCADO LTDA | SACO DE LIXO 50 LTS | 1031 | 8,000 | 2,3800 | 19,04 |
| TARSILA ORSI DOS SANTOS - EPP | XYLOCAINA 5% | 1083 | 20,000 | 11,4390 | 228,78 |
| TRADE MEDICAL COM. MAT. HOSPITALARES LTDA | Cunhas cervicais de madeira colorida. Cx c/ 100 | | 10,000 | 4,5000 | 45,00 |
| TRADE MEDICAL COM. MAT. HOSPITALARES LTDA | Fio de seda preta trancada com agulha ½ cm estéril, caixa co | | 50,000 | 17,4900 | 874,50 |
| TRADE MEDICAL COM. MAT. HOSPITALARES LTDA | FLUOR GEL, NEUTRO, TIXOTROPICO, TUBO COM 200 ML | | 50,000 | 2,5437 | 127,19 |

www.PaperlessPrinter.com



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 14/14

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior2010**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|--|--|---------|----------------|----------------|-------------------|
| TRADE MEDICAL COM. MAT. HOSPITALARES LTDA | SUGADORES DESCARTÁVEIS COM PONTEIRA EM PLÁSTICO MULTICOLORID | | 100,000 | 1,8300 | 183,00 |
| TRADE MEDICAL COM. MAT. HOSPITALARES LTDA | Tira Abrasiva de AÇO . Embl. C/100- 2,5mm x 170mm. | | 20,000 | 5,5500 | 111,00 |
| UNESUL DE TRASPORTES LTDA | PASSAGENS RODOVIÁRIAS | 1140 | 2,000 | 161,8200 | 323,64 |
| UNICA DENTAL VENDAS DE PROD. ODONT. E HOSP. LTDA | Investimento para PPR CIT - pacote 1kg | 1204 | 10,000 | 47,0000 | 470,00 |
| VALERIA KINDERMANN | HOSPEDAGEM | 1211 | 1,000 | 83,0000 | 83,00 |
| VENTO NEGRO CIA DO TEATRO | SERVIÇO DE FILMAGEM DE EVENTO | 1162 | 1,000 | 980,0000 | 980,00 |
| VIAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA | AMITRIPTILINA 25 MG | 1272 | 55.000,000 | 0,0169 | 929,50 |
| VIAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA | CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOL. NASAL | 1272 | 150,000 | 0,3300 | 49,50 |
| VIAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA | DEXAMETASONA CREME DERMATOLOGICO 0,1% | 1272 | 3.000,000 | 0,3900 | 1.170,00 |
| VIAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA | DIPIRONA 500 MG SOL. ORAL | 1272 | 3.500,000 | 0,3098 | 1.084,30 |
| VIAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA | GUACO XAROPE (MIKANIA GLOMERATA) 0,1 mg/ml DE CUMARINA | 1272 | 1.500,000 | 1,5560 | 2.334,00 |
| VIAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA | LORATADINA 1 mg/ml XAROPE | 1272 | 400,000 | 0,9280 | 371,20 |
| VIAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA | MEBENDAZOL 20 mg/ml SUSP. ORAL | 1272 | 200,000 | 0,3690 | 73,80 |
| VIAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA | METFORMINA 500 MG | 1272 | 30.000,000 | 0,0291 | 873,00 |
| VIAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA | METOCLOPRAMIDA SOL. ORAL mg/ml | 1272 | 400,000 | 0,2190 | 87,60 |
| VIAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA | ÓLEO MINERAL C/ 100 ml | 1272 | 50,000 | 1,0000 | 50,00 |
| VIAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA | PARACETAMOL SOL. ORAL 200 mg/ml | 1272 | 1.500,000 | 0,3090 | 463,50 |
| VIAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA | RANITIDINA 150 MG | 1272 | 32.000,000 | 0,0319 | 1.020,80 |
| VIAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA | SINVASTATINA 20 mg | 1272 | 10.000,000 | 0,0259 | 259,00 |
| WERBRAN DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA | SALBUTAMOL XAROPE 2 mg/ml | 1311 | 200,000 | 0,6350 | 127,00 |
| WERBRAN DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA | SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIMA. SUSP. ORAL (40mg/ml+8mg/ml | 1311 | 1.300,000 | 0,6300 | 819,00 |
| WERBRAN DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA | VARFARINA 5MG | 1311 | 500,000 | 0,0680 | 34,00 |
| Total Geral do Mês ----> | | | | | 938.387,40 |

www.PaperlessPrinter.com



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

COMPRAS MÊS MAIO-2010 ASS. SOCIAL**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR**

Página: 1/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2010**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|--|--|---------|----------------|----------------|-------------|
| ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI | FECHADURA CILÍNDRICA COLOCADA | 452 | 1,000 | 70,0000 | 70,00 |
| ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI | SERVIÇO DE ABERTURA DE PORTAS COM APLICAÇÃO DE PEÇAS | 449 | 1,000 | 294,5000 | 294,50 |
| AUTO COLETIVO CACADOR LTDA | TRANSPORTE DE PESSOAS | 402 | 1,000 | 800,0000 | 800,00 |
| AUTO COLETIVO CACADOR LTDA | VALE TRANSPORTE AMARELO | 396 | 500,000 | 2,0000 | 1.000,00 |
| AUTO COLETIVO CACADOR LTDA | VALE TRANSPORTE AMARELO | 399 | 360,000 | 2,0000 | 720,00 |
| AUTO COLETIVO CACADOR LTDA | VALE TRANSPORTE AMARELO | 400 | 100,000 | 2,0000 | 200,00 |
| AUTO COLETIVO CACADOR LTDA | VALE TRANSPORTE AMARELO | 401 | 417,000 | 2,0000 | 834,00 |
| AUTO COLETIVO CACADOR LTDA | VALE TRANSPORTE AMARELO | 427 | 300,000 | 2,0000 | 600,00 |
| AUTO COLETIVO CACADOR LTDA | VALE TRANSPORTE AMARELO | 439 | 3.100,000 | 2,0000 | 6.200,00 |
| AUTO COLETIVO CACADOR LTDA | VALE TRANSPORTE AMARELO | 447 | 500,000 | 2,0000 | 1.000,00 |
| AUTO ELITE LTDA | VEÍCULO 1.6 HATCH, 4 PORTAS, AR QUENTE, AR CONDICIONADO | 411 | 1,000 | 39.900,0000 | 39.900,00 |
| CAÇADOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA | SEGURO DE VEÍCULO | 406 | 2,000 | 696,1200 | 1.392,24 |
| CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SC | CONTRATAÇÃO DO CIEE | 417 | 12,955 | 580,7000 | 7.523,10 |
| CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SC | CONTRATAÇÃO DO CIEE | 468 | 13,000 | 580,7000 | 7.549,10 |
| CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME | BASE PARA CARIMBO AUTOMÁTICO P-303 | 430 | 1,000 | 25,0000 | 25,00 |
| COLUSSI & CIA LTDA | AGULHA N. 12 | 463 | 30,000 | 0,4000 | 12,00 |
| COLUSSI & CIA LTDA | Agulha para costura | 463 | 10,000 | 0,5000 | 5,00 |
| COLUSSI & CIA LTDA | AGULHA PARA COSTURA Nº VARIADOS | 463 | 5,000 | 1,5000 | 7,50 |
| COLUSSI & CIA LTDA | AGULHA PARA CROCHE Nº VARIADOS | 463 | 20,000 | 2,5000 | 50,00 |
| COLUSSI & CIA LTDA | ALFINETE | 463 | 5,000 | 5,5000 | 27,50 |
| COLUSSI & CIA LTDA | ARGOLA PARA CHUVEIRO | 463 | 3,000 | 15,0000 | 45,00 |
| COLUSSI & CIA LTDA | Bolsa de algodão alvejada para limpeza, medindo 0,70 x 0,80 | 463 | 200,000 | 3,5000 | 700,00 |
| COLUSSI & CIA LTDA | BOTÕES DE VÁRIOS TAMANHOS E CORES | 463 | 30,000 | 0,1000 | 3,00 |
| COLUSSI & CIA LTDA | COLA BRANCA 1 LT | 463 | 50,000 | 8,9000 | 445,00 |
| COLUSSI & CIA LTDA | Cone de barbante para crochê n° 04 | 463 | 30,000 | 2,9000 | 87,00 |
| COLUSSI & CIA LTDA | Cone de barbante para crochê n° 06 | 463 | 5,000 | 8,9000 | 44,50 |
| COLUSSI & CIA LTDA | FIBRA DE SILICONE PARA ENCHIMENTO | 463 | 30,000 | 13,9000 | 417,00 |
| COLUSSI & CIA LTDA | FILTRO DE ÓLEO | 416 | 3,000 | 28,9000 | 86,70 |
| COLUSSI & CIA LTDA | GIZ COLORIDO PARA QUADRO NEGRO | 463 | 1,000 | 18,0000 | 18,00 |
| COLUSSI & CIA LTDA | MEADA DE LINHA PARA BORDAR | 463 | 5,000 | 12,0000 | 60,00 |
| COLUSSI & CIA LTDA | Novelo de linha para crochê com 1.000 metros, cores variadas | 463 | 40,000 | 6,9000 | 276,00 |
| COLUSSI & CIA LTDA | ÓLEO DE MOTOR | 416 | 1,000 | 17,4800 | 17,48 |
| COLUSSI & CIA LTDA | PISTOLA DE COLA QUENTE, PEQUENA | 463 | 5,000 | 10,9000 | 54,50 |
| COLUSSI & CIA LTDA | REFIL DE COLA QUENTE, FINO | 463 | 200,000 | 0,5000 | 100,00 |
| COLUSSI & CIA LTDA | ROLO DE VIÉS LARGO CORES VARIADAS | 463 | 10,000 | 8,0000 | 80,00 |
| COLUSSI & CIA LTDA | TESOURA GRANDE | 463 | 3,000 | 10,9000 | 32,70 |
| COLUSSI & CIA LTDA | VEÍCULO 1.0 HATCH, 4 PORTAS AR QUENTE, DESEMBAÇADOR | 412 | 1,000 | 32.000,0000 | 32.000,00 |
| COLUSSI & CIA LTDA | VEÍCULO TIPO PICK UP 1.4 AR QUENTE, DIREÇÃO HIDRAULICA | 412 | 1,000 | 36.900,0000 | 36.900,00 |
| COM. DE TECIDOS, MALHAS E ARMARINHOS JADE LTDA | Bolsa de algodão alvejada para limpeza, medindo 0,70 x 0,80 | 477 | 500,000 | 2,2500 | 1.125,00 |
| COM. DE TECIDOS, MALHAS E ARMARINHOS JADE LTDA | ETAMINE COM 1,40 MT DE LARGURA, CORES VARIADAS | 477 | 300,000 | 6,6500 | 1.995,00 |
| COM. DE TECIDOS, MALHAS E ARMARINHOS JADE LTDA | LAPIS DE COR GRANDE FABRICAÇÃO NACIONAL CAIXA C 12 UNIDADE | 425 | 20,000 | 1,8500 | 37,00 |
| COM. DE TECIDOS, MALHAS E ARMARINHOS JADE LTDA | LINHA PARA BORDADO 10% ALGODÃO, GAZADO E MERCERIZADO. MEADAS | 477 | 50,000 | 7,7800 | 389,00 |
| COM. DE TECIDOS, MALHAS E ARMARINHOS JADE LTDA | Linha para crochê, artesanato e vestuário para bordado alemã | 477 | 400,000 | 4,5000 | 1.800,00 |
| COM. DE TECIDOS, MALHAS E ARMARINHOS JADE LTDA | Pano de copa para bordar, kit com 03 peças medindo no mínimo | 425 | 15,000 | 7,3000 | 109,50 |

www.PaperlessPrinter.com

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Página: 2/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior2010**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|--|--|---------|----------------|----------------|-------------|
| COM. DE TECIDOS, MALHAS E ARMARINHOS JADE LTDA | Pano de copa para bordar, kit com 03 peças medindo no mínimo | 477 | 300,000 | 7,3000 | 2.190,00 |
| COM. DE TECIDOS, MALHAS E ARMARINHOS JADE LTDA | Tecido de algodão para bordar, com no mínimo 1,40 de largura | 477 | 350,000 | 10,3000 | 3.605,00 |
| COM. DE TECIDOS, MALHAS E ARMARINHOS JADE LTDA | TECIDO EM POLIÉSTER XADREZ PARA TOALHA DE MESA | 477 | 350,000 | 3,0200 | 1.057,00 |
| COM. DE TECIDOS, MALHAS E ARMARINHOS JADE LTDA | Tecido londrina para bordar, com no mínimo 1,40 mt de largur | 477 | 200,000 | 6,8500 | 1.370,00 |
| COM. DE TECIDOS, MALHAS E ARMARINHOS JADE LTDA | TOALHA DE BANHO C/ BARRA P/ BORDAR | 477 | 400,000 | 8,5100 | 3.404,00 |
| COM. DE TECIDOS, MALHAS E ARMARINHOS JADE LTDA | TOALHA DE ROSTO FELPUDA C/ BARRA P/ BORDAR 100% ALGODÃO MEDI | 477 | 400,000 | 3,7800 | 1.512,00 |
| COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - EPP | Balas mastigáveis, pacote de 01 kg | 397 | 6,000 | 4,9900 | 29,94 |
| COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - EPP | BOMBOM SONHO DE VALSA | 408 | 120,000 | 0,3583 | 43,00 |
| COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - EPP | Papel toalha natural com 100 folhas cada pacote, tamanho | 397 | 2,000 | 4,9500 | 9,90 |
| CORRETOR DE IMÓVEIS MELOTTI | AValiação DE IMÓVEL | 462 | 1,000 | 250,0000 | 250,00 |
| CRISTAL IND E COM DE VIDROS LTDA | VIDRO LISO | 414 | 1,000 | 115,0000 | 115,00 |
| D.W.D SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME | CONCERTO SISTEMA DE TELEFONIA | 445 | 2,000 | 66,5000 | 133,00 |
| DARCI RACHINSKI FELIZ | MÃO DE OBRA DIVERSAS | 448 | 1,000 | 200,0000 | 200,00 |
| DISMACENTER SUPRIMENTOS P/ INFORMATICA LTDA | FITA ADESIVA TRANSPARENTE TIPO DUREX, PEQUENA 12X20 mm | 422 | 5,000 | 0,3750 | 1,88 |
| DISMACENTER SUPRIMENTOS P/ INFORMATICA LTDA | FOLHA EVA 90 X 62, CORES VARIADAS | 422 | 20,000 | 0,9500 | 19,00 |
| DISMACENTER SUPRIMENTOS P/ INFORMATICA LTDA | MOLHA DEDOS COM 12g, CREME NÃO TÓICO, LIGEIRAMENTE PERFUMADO | 422 | 1,000 | 1,9750 | 1,98 |
| DISMACENTER SUPRIMENTOS P/ INFORMATICA LTDA | PAPEL CARTAO CORES VARIADAS | 422 | 14,000 | 0,4850 | 6,79 |
| DISMACENTER SUPRIMENTOS P/ INFORMATICA LTDA | PISTOLA DE COLA QUENTE, GRANDE | 422 | 3,000 | 10,4950 | 31,49 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | ADAPTADOR 2P+TU PARA 2P+T | 459 | 2,000 | 8,4100 | 16,82 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | BOCAL PARA TEMPO | 403 | 1,000 | 3,6000 | 3,60 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | CABO DE REDE | 459 | 40,000 | 1,0900 | 43,60 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | CABO FLEX 2,50MM 750V - PRETO | 459 | 15,000 | 0,6300 | 9,45 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | CABO FLEX 2,50MM 750V AZ; PT | 459 | 15,000 | 0,6300 | 9,45 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | CAIXA ELETRO T 75X65X35 | 459 | 4,000 | 1,5600 | 6,24 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | CAIXA ELETRO T 75X65X35 | 459 | 2,000 | 1,5600 | 3,12 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | CANAL 50X20X2100 COM DIVISÓRIA | 459 | 1,000 | 26,4200 | 26,42 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | CANALETA COM TAMPA | 459 | 7,000 | 2,6300 | 18,41 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | FIO PARALELO 2X1,5 | 403 | 12,200 | 0,8540 | 10,42 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | FIO PARALELO 2X2,50 | 459 | 5,000 | 1,3500 | 6,75 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | INTER. SOBREPOR 1TS | 403 | 1,000 | 2,8900 | 2,89 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | INTERRUPTOR | 403 | 1,000 | 3,0000 | 3,00 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | Lampada 150 w | 403 | 5,000 | 3,1000 | 15,50 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | LÂMPADA INCÂNDESCENTE 60W | 403 | 5,000 | 1,4100 | 7,05 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO ELÉTRICA | 403 | 1,000 | 98,0000 | 98,00 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | PLUGUE 2P 4MM 10A | 403 | 1,000 | 1,7600 | 1,76 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | PLUGUE FÊMEA 2P 10A | 403 | 1,000 | 2,0400 | 2,04 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | REATOR DE PARTIDA ELETRONICA 2X40 W BIVOLT | 459 | 2,000 | 20,5000 | 41,00 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | TOMADA | 459 | 6,000 | 5,1900 | 31,14 |
| ELETRO COMERCIAL MW LTDA | TOMADA DE EMBUTIR 10A C/ PLACA | 459 | 1,000 | 3,2500 | 3,25 |
| EVALDO MARTIN SCHULZE-ME | CAVALETE PARA FIXAÇÃO DE PLACA | 428 | 1,000 | 320,0000 | 320,00 |
| EVALDO MARTIN SCHULZE-ME | LOCAÇÃO DE OUTDOOR | 450 | 1,000 | 250,0000 | 250,00 |
| EVALDO MARTIN SCHULZE-ME | PLACA | 428 | 1,000 | 250,0000 | 250,00 |
| FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO | 420 | 0,410 | 243.886,9000 | 100.000,00 |
| FRANÇA ELETRICID. PARA VEÍCULOS LTDA - ME (FILIAL) | MANUTENÇÃO ELETRICA - VW GOL 1.0 5 PT 72CV - FLEX MEM 8231.2 | 415 | 665,370 | 1,0000 | 665,37 |

www.PaperlessPrinter.com



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Página: 3/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior2010**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|---|--|---------|----------------|----------------|-------------|
| GISELE TACCOLA HERNANDES CARNEIRO | AULAS DE ARTESANATO | 413 | 1,000 | 400,0000 | 400,00 |
| GRAFICA EMAPE LTDA | FLYERS | 437 | 5,000,000 | 0,0800 | 400,00 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | Cesta básica, contendo os seguintes itens: | 398 | 250,000 | 44,9900 | 11.247,50 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | CUCA TIPO ROYAL COM COBERTURA DE FAROFA | 433 | 2,000 | 12,9000 | 25,80 |
| INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. | NEGA MALUCA | 433 | 1,500 | 11,5900 | 17,39 |
| INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEL/SC | CONTRATAÇÃO DO IEL | 418 | 1,986 | 580,7000 | 1.153,40 |
| INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEL/SC | CONTRATAÇÃO DO IEL | 467 | 3,261 | 580,7000 | 1.893,42 |
| IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME | ÁGUA MINERAL 20 LITROS | 495 | 19,000 | 7,0000 | 133,00 |
| IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME | GLP P-13 | 495 | 5,000 | 42,0000 | 210,00 |
| LESSING & CIA. LTDA - EPP - CASA PREDILETA | NOVELOS DE LINHA P/ CROCHE C/ 1000 MTS (CORES DIVERSAS) | 481 | 750,000 | 6,2600 | 4.695,00 |
| LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA | LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAL FOTOCOPIADORA | 451 | 1.047,000 | 0,0700 | 73,29 |
| LIDIA TORESAN MAGRO & CIA LTDA - ME | CONE DE BARBANTE, CRU, 100% ALGODÃO Nº 4 | 480 | 300,000 | 6,8400 | 2.052,00 |
| LIDIA TORESAN MAGRO & CIA LTDA - ME | CONE DE BARBANTE, CRU, 100% ALGODÃO Nº 6 | 480 | 250,000 | 6,8400 | 1.710,00 |
| LIDIA TORESAN MAGRO & CIA LTDA - ME | TECIDO LONITA PARA PINTURA, 1,40m DE LARGURA - CORES VARIADA | 480 | 250,000 | 5,8200 | 1.455,00 |
| LIVRARIA E PAPELARIA DILDA LTDA - ME | CADERNO BRACHURA C/ 60 FLS PEQUENO | 407 | 2,000 | 0,4000 | 0,80 |
| LIVRARIA E PAPELARIA DILDA LTDA - ME | CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL | 407 | 10,000 | 0,4200 | 4,20 |
| LIVRARIA E PAPELARIA DILDA LTDA - ME | CANETA PARA RETROPROJETOR PRETA | 407 | 6,000 | 1,5000 | 9,00 |
| LIVRARIA E PAPELARIA DILDA LTDA - ME | CLIPS 2/0 500 GR | 407 | 1,000 | 1,4000 | 1,40 |
| LIVRARIA E PAPELARIA DILDA LTDA - ME | COLA COLORIDA - ESTOJO COM 4 UNIDADES CORES VARIADAS | 407 | 5,000 | 2,7000 | 13,50 |
| LIVRARIA E PAPELARIA DILDA LTDA - ME | CORRETIVO | 407 | 5,000 | 0,8000 | 4,00 |
| LIVRARIA E PAPELARIA DILDA LTDA - ME | DESTACA TEXTO, AMARELA | 407 | 5,000 | 1,9000 | 9,50 |
| LIVRARIA E PAPELARIA DILDA LTDA - ME | EVA CORES VARIADAS | 407 | 8,000 | 1,4000 | 11,20 |
| LIVRARIA E PAPELARIA DILDA LTDA - ME | FITA CREPE BRANCA | 407 | 20,000 | 2,0000 | 40,00 |
| LIVRARIA E PAPELARIA DILDA LTDA - ME | FOLHA DE ISOPOR, TAMANHO PADRÃO | 407 | 6,000 | 2,5000 | 15,00 |
| LIVRARIA E PAPELARIA DILDA LTDA - ME | GRAMPO | 407 | 1,000 | 3,0000 | 3,00 |
| LIVRARIA E PAPELARIA DILDA LTDA - ME | LAPIS PRETO | 407 | 50,000 | 0,1700 | 8,50 |
| LIVRARIA E PAPELARIA DILDA LTDA - ME | PISTOLA DE COLA QUENTE, GRANDE | 407 | 1,000 | 11,0000 | 11,00 |
| LIVRARIA E PAPELARIA DILDA LTDA - ME | PISTOLA DE COLA QUENTE, PEQUENA | 407 | 3,000 | 8,0000 | 24,00 |
| LIVRARIA E PAPELARIA DILDA LTDA - ME | TINTA P/ TECIDO CORES VARIADAS | 407 | 2,000 | 23,4000 | 46,80 |
| LOJAS COLOMBO S.A. | TELEFONE SEM FIO | 404 | 2,000 | 95,0000 | 190,00 |
| MAICO LOPES | SERVIÇO DE ABERTURA DE COVA | 472 | 1,000 | 100,0000 | 100,00 |
| MARCELO GONCALVES - ME | LAVAGEM DE VEICULOS DE PASSEIO | 438 | 4,000 | 9,9500 | 39,80 |
| MARCOS BULLE DA COSTA ME | CANETA ESFEROGRÁFICA COR AZUL COM TAMP A 6 cm | 424 | 2,000 | 0,2700 | 0,54 |
| MARCOS BULLE DA COSTA ME | CANETA ESFEROGRÁFICA COR AZUL COM TAMP A 6 cm | 453 | 30,000 | 0,2700 | 8,10 |
| MARCOS BULLE DA COSTA ME | DESTACA TEXTO, AMARELA | 453 | 10,000 | 0,6900 | 6,90 |
| MARCOS BULLE DA COSTA ME | FITA ADESIVA TRANSPARENTE TIPO DUREX, LARGA 48X50 mm | 424 | 5,000 | 1,4950 | 7,48 |
| MARCOS BULLE DA COSTA ME | FITA ADESIVA TRANSPARENTE TIPO DUREX, LARGA 48X50 mm | 453 | 10,000 | 1,4950 | 14,95 |
| MARCOS BULLE DA COSTA ME | FITA KRAFT 1-50 mm X 50 (MARROM) | 424 | 6,000 | 1,4950 | 8,97 |
| MARCOS BULLE DA COSTA ME | FITA KRAFT 1-50 mm X 50 (MARROM) | 453 | 5,000 | 1,4950 | 7,48 |
| MARCOS BULLE DA COSTA ME | GRAMPEADOR MÉDIO | 424 | 1,000 | 6,6900 | 6,69 |
| MARCOS BULLE DA COSTA ME | PAPEL A4 - 75 gm 2,10X2,97mm | 424 | 5,000 | 10,0000 | 50,00 |
| MARCOS BULLE DA COSTA ME | PAPEL A4 - 75 gm 2,10X2,97mm | 453 | 40,000 | 10,0000 | 400,00 |
| MARCOS BULLE DA COSTA ME | PAPEL CREPON | 424 | 16,000 | 0,3500 | 5,60 |
| MARCOS BULLE DA COSTA ME | PAPEL DOBRADURA CORES VARIADAS | 424 | 14,000 | 0,1490 | 2,09 |

www.PaperlessPrinter.com



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Página: 4/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior2010**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|---|--|---------|----------------|----------------|-------------------|
| MARCOS BULLE DA COSTA ME | PASTA AZ 28cm X 34 cm | 453 | 5,000 | 3,8990 | 19,50 |
| MARCOS BULLE DA COSTA ME | PASTA DE PAPELÃO COM ELÁSTICO | 453 | 10,000 | 0,8900 | 8,90 |
| MARCOS BULLE DA COSTA ME | PINCEL ATÔMICO 1100P CORES VARIADAS | 424 | 5,000 | 1,0000 | 5,00 |
| MARCOS BULLE DA COSTA ME | PINCEL ATÔMICO 1100P CORES VARIADAS | 453 | 5,000 | 1,0000 | 5,00 |
| MARCOS BULLE DA COSTA ME | TESOURA PARA TECIDO 25 CM, EM AÇO INOX, CABO PLÁSTICO | 453 | 3,000 | 4,5000 | 13,50 |
| MARIA MOREIRA VOGHER | AULAS DE ARTESANATO | 436 | 1,000 | 300,0000 | 300,00 |
| MELOTTI LOPES AVIAMENTOS LTDA - ME | NOVELOS DE LA C/ 40GR EM CORES DIVERSAS | 479 | 2.000,000 | 1,6000 | 3.200,00 |
| NEIDA NHOATO TRANCOSO - FISCHE HAUS | REFEIÇÕES INDUSTRIAIS TIPO MARMITEX | 464 | 1.080,000 | 7,4000 | 7.992,00 |
| NEIDA NHOATO TRANCOSO - FISCHE HAUS | REFEIÇÕES INDUSTRIAIS TIPO MARMITEX | 465 | 68,000 | 7,4000 | 503,20 |
| NEY TINTAS LTDA - EPP | TINTA PARA TECIDO EM CORES VARIADAS. CX C/ 12 UN. | 478 | 60,000 | 15,0000 | 900,00 |
| PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA | MINI SALGADOS TIPO (PASTELZINHO, COXINHA, RISOLES ETC.) | 410 | 3,000 | 18,1600 | 54,48 |
| PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA | MINI SALGADOS TIPO (PASTELZINHO, COXINHA, RISOLES ETC.) | 432 | 8,000 | 18,1600 | 145,28 |
| PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA | PAO FRANCES | 426 | 40,000 | 6,2000 | 248,00 |
| PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA | SANDUÍCHE | 410 | 35,000 | 1,4000 | 49,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA EPP | TNT (TECIDO NÃO TECIDO) 1,40 | 423 | 4,000 | 0,8000 | 3,20 |
| PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA | SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA | 473 | 1,000 | 319,0000 | 319,00 |
| PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA | SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA | 473 | 1,000 | 319,0000 | 319,00 |
| PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA | SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA | 473 | 1,000 | 957,0000 | 957,00 |
| PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA | SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA | 473 | 1,000 | 319,0000 | 319,00 |
| POSTO BRASILIA LTDA | GASOLINA COMUM | 419 | 315,246 | 2,2300 | 703,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CONSRTO DE PNEUS | 409 | 4,000 | 5,0000 | 20,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | VÁLVULA | 409 | 1,000 | 2,0000 | 2,00 |
| REUNIDAS S.A. TRANSPORTES COLETIVOS | Passagens rodoviárias para transporte coletivo | 440 | 583,680 | 1,0000 | 583,68 |
| REUNIDAS S.A. TRANSPORTES COLETIVOS | Passagens rodoviárias para transporte coletivo | 461 | 131,100 | 1,0000 | 131,10 |
| REUNIDAS S.A. TRANSPORTES COLETIVOS | TRANSPORTE DE PESSOAS | 457 | 1,000 | 500,0000 | 500,00 |
| ROMÃO CORRETORA DE SEGUROS LTDA | SEGURO CONTRA TERCEIRO PARA OS VEÍCULOS: | 508 | 1,000 | 1.681,0400 | 1.681,04 |
| SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME | SERVIÇO DE CABEAMENTO COM APLICAÇÃO DE PEÇAS | 405 | 1,000 | 201,7200 | 201,72 |
| SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME | SERVIÇO DE CONFIGURAÇÃO DE IMPRESSORA | 429 | 1,000 | 196,0000 | 196,00 |
| VIDRAÇARIA SANRAFAEL LTDA | VIDRO LISO | 469 | 1,000 | 75,0000 | 75,00 |
| WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME | DESENTUPIMENTO DE REDE DE ESGOTO | 458 | 1,000 | 180,0000 | 180,00 |
| Total Geral do Mês ----> | | | | | 307.008,48 |

www.PaperlessPrinter.com



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

COMPRAS MÊS MAIO-2010 FUNDEMA**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA**

Página: 1/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2010**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.668/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|--|--|---------|----------------|----------------|-------------|
| ANDRIGHETTI PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME | JOGO DE PASTILHAS DE FREIO | 224 | 2,000 | 16,0000 | 32,00 |
| ANDRIGHETTI PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME | MAO DE OBRA CONCERTO DE ROCADEIRA | 224 | 1,000 | 120,0000 | 120,00 |
| ANDRIGHETTI PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME | SERV. CONCERTO E LIMPEZA DO RADIADOR | 224 | 1,000 | 120,0000 | 120,00 |
| ANDRIGHETTI PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME | SERVIÇOS DE TORNO | 224 | 1,000 | 90,0000 | 90,00 |
| ANDRIGHETTI PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME | TAMPA DO RADIADOR | 224 | 1,000 | 6,0000 | 6,00 |
| ANGOLINI & ANGOLINI LTDA | CURVA 90° COM FLANGES C90FF10 DN200 | 230 | 2,000 | 366,0000 | 732,00 |
| ANGOLINI & ANGOLINI LTDA | EXTREMIDADE FLANGE E PONTA EFP10 DN 500 | 230 | 8,000 | 1.236,0000 | 9.888,00 |
| ANGOLINI & ANGOLINI LTDA | EXTREMIDADE PONTA FLANGE EFP10 DN 300 | 230 | 1,000 | 534,0000 | 534,00 |
| ANGOLINI & ANGOLINI LTDA | REDUÇÃO NORMAL COM FLANGES REFF10 DN 300 X 200 | 230 | 1,000 | 588,0000 | 588,00 |
| ANGOLINI & ANGOLINI LTDA | RGBC P/PVC DN 50 JE | 230 | 3,000 | 206,0000 | 618,00 |
| ANGOLINI & ANGOLINI LTDA | TE COM FLANGES TFF10 DN 300 | 230 | 2,000 | 1.116,0000 | 2.232,00 |
| ANGOLINI & ANGOLINI LTDA | TUBO FoFo COM PONTAS TPP10 DN 400 X 3,00 m | 230 | 1,000 | 2.102,0000 | 2.102,00 |
| ANGOLINI & ANGOLINI LTDA | TUBO FoFo FLANGE E PONTA TFP10 DN 500 X 3,25 m | 230 | 8,000 | 3.994,0000 | 31.952,00 |
| ARTES GRAFICAS S.R. LTDA - EPP | BLOCO COMPROVANTE DA CAMPANHA CONTRACEPTIVA 50X2 | | 20,000 | 11,7500 | 235,00 |
| AUTO ELITE LTDA | VEICULO TIPO VAN, COM CAPACIDADE PARA 9 LUGARES, | 242 | 1,000 | 50.900,0000 | 50.900,00 |
| BETHA SISTEMAS LTDA | ALUGUEL DO SISTEMA DE CONTABILIDADE PUBLICA | 269 | 8,000 | 263,7400 | 2.109,92 |
| BETHA SISTEMAS LTDA | ALUGUEL DO SISTEMA DE LICITAÇÕES E COMPRAS | 269 | 8,000 | 132,4500 | 1.059,60 |
| CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA - TORTELLI | ROCADEIRA FS 220 - POTENCIA 1,7 KW(2,3 DIN-PS) | 258 | 1,000 | 2.050,0000 | 2.050,00 |
| CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA - TORTELLI | AMORTECEDOR | 248 | 1,000 | 13,0000 | 13,00 |
| CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA - TORTELLI | CABEÇOTE DE ASPIRAÇÃO | 248 | 1,000 | 5,0000 | 5,00 |
| CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA - TORTELLI | CARCAÇA DO TANQUE | 248 | 1,000 | 168,0000 | 168,00 |
| CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA - TORTELLI | CONCERTO DE ROCADEIRAS | 248 | 1,000 | 20,0000 | 20,00 |
| CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA - TORTELLI | CONCERTO DE ROCADEIRAS | 248 | 1,000 | 35,0000 | 35,00 |
| CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA - TORTELLI | FILTRO ADICIONAL | 248 | 2,000 | 5,0000 | 10,00 |
| CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA - TORTELLI | KIT CARBURADOR | 248 | 2,000 | 25,0000 | 50,00 |
| CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA - TORTELLI | TAMPA DO TANQUE | 248 | 1,000 | 42,2000 | 42,20 |
| CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA - TORTELLI | VELA | 248 | 1,000 | 12,8000 | 12,80 |
| CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME | ARAME N 12 | 257 | 18,000 | 0,1400 | 2,52 |
| CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME | CIMENTO EM SACO COM 50 KG | 271 | 15,000 | 18,9500 | 284,25 |
| CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME | CORDA DE NYLON 25MM | 257 | 1,000 | 75,0000 | 75,00 |
| CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME | DOBADIÇA | 257 | 3,000 | 0,9900 | 2,97 |
| CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME | FECHADURA PARA PORTA EXTERNA | 257 | 2,000 | 24,1700 | 48,34 |
| CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME | CARIMBO AUTOMATICO | 231 | 1,000 | 30,0000 | 30,00 |
| CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME | CARIMBO AUTOMÁTICO P-302 | 231 | 3,000 | 15,0000 | 45,00 |
| COLUSSI & CIA LTDA | VEICULO 1.0 HATCH, 4 PORTAS, AR QUENTE, DESEMPAÇADOR, LIMPAD | 243 | 1,000 | 32.000,0000 | 32.000,00 |
| COM DE PNEUS E RECAPAGEM BOA VISTA LTDA | CAMARA DE AR 16,9X30 | 267 | 2,000 | 258,0000 | 516,00 |
| COM DE PNEUS E RECAPAGEM BOA VISTA LTDA | RECAPAGEM DE PNEU 16.9.X30 | 267 | 2,000 | 1.115,0000 | 2.230,00 |
| CONSTRUTORA E INCORP. GG BRUSCHI LTDA | C 90° PB DN 50 JE | 226 | 6,000 | 29,0000 | 174,00 |
| CONSTRUTORA E INCORP. GG BRUSCHI LTDA | CAP.20MM | 226 | 2,000 | 26,1000 | 52,20 |
| CONSTRUTORA E INCORP. GG BRUSCHI LTDA | CONTRUÇÃO DA ESTAÇÃO DE RECALQUE DE ÁGUA TRATADA ERAT-5 NA R | 280 | 0,295 | 92.073,5000 | 27.120,00 |
| CONSTRUTORA E INCORP. GG BRUSCHI LTDA | DESCARBONIZAÇÃO | 226 | 20,000 | 80,0000 | 1.600,00 |
| CONSTRUTORA E INCORP. GG BRUSCHI LTDA | FUNDO DE CONCRETO SIMPLES PARA TUBO DIAMETRO 1,0M | 226 | 1,000 | 60,0000 | 60,00 |
| CONSTRUTORA E INCORP. GG BRUSCHI LTDA | LUVA DE CORRER PVC DN 200 | 226 | 1,000 | 50,0000 | 50,00 |
| CONSTRUTORA E INCORP. GG BRUSCHI LTDA | LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL 50mm | 226 | 2,000 | 29,0000 | 58,00 |

www.PaperlessPrinter.com

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA

Página: 2/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior2010**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|--|--|---------|----------------|----------------|-------------|
| CONSTRUTORA E INCORP. GG BRUSCHI LTDA | PERSONALIZAÇÃO DE VEÍCULO | 226 | 20,000 | 80,0000 | 1.600,00 |
| CONSTRUTORA E INCORP. GG BRUSCHI LTDA | RGBC P/PVC DN 50 JE | 226 | 1,000 | 160,0000 | 160,00 |
| CONSTRUTORA E INCORP. GG BRUSCHI LTDA | SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE REDE DE PROTEÇÃO | 226 | 20,000 | 7,4100 | 148,20 |
| CONSTRUTORA E INCORP. GG BRUSCHI LTDA | Serviços de manutenção preventiva condicionador tipo split | 226 | 1,000 | 80,0000 | 80,00 |
| CONSTRUTORA E INCORP. GG BRUSCHI LTDA | Serviços de manutenção preventiva e corretiva ar condicionad | 226 | 32,000 | 8,0000 | 256,00 |
| CONSTRUTORA E INCORP. GG BRUSCHI LTDA | Serviços de manutenção preventiva e corretiva geladeira | 226 | 30,000 | 6,0000 | 180,00 |
| CONSTRUTORA E INCORP. GG BRUSCHI LTDA | TAMPA DE CONCRETO ARMADO TUBO CONCRETO 1,00M | 226 | 1,000 | 80,0000 | 80,00 |
| CONSTRUTORA E INCORP. GG BRUSCHI LTDA | TEE PVC PB DN 200 X200 JE ANEIS DE BORRACHA | 226 | 8,000 | 91,9000 | 735,20 |
| CONSTRUTORA E INCORP. GG BRUSCHI LTDA | TEE PVC PB DN 200X50JE | 226 | 1,000 | 56,0000 | 56,00 |
| CONSTRUTORA E INCORP. GG BRUSCHI LTDA | TUBO DE CONCRETO COM 100 CM DE DIÂMETRO | 226 | 3,000 | 200,0000 | 600,00 |
| CONSTRUTORA E INCORP. GG BRUSCHI LTDA | TUBO DE PVC PBA DN 50 CL 12 | 226 | 80,000 | 10,0000 | 800,00 |
| ESA CONST. PROJ. E TEC. SANITARIA E AMBIENTAL LTDA | Ampliação e operação do aterro sanitário do Município pelo p | 239 | 955,420 | 69,9000 | 66.783,86 |
| ESA CONST. PROJ. E TEC. SANITARIA E AMBIENTAL LTDA | Contratação de empresa habilitada para coleta, transporte e | | 1,000 | 24.490,0000 | 24.490,00 |
| EVALDO MARTIN SCHULZE-ME | Serviços de manutenção preventiva e corretiva camara fria | 270 | 2,000 | 500,0000 | 1.000,00 |
| EVALDO MARTIN SCHULZE-ME | Serviços de manutenção preventiva e corretiva frigobar | 270 | 2,000 | 400,0000 | 800,00 |
| EVALDO MARTIN SCHULZE-ME | VÁLVULA PARA SABONETEIRA | 256 | 7,000 | 24,0000 | 168,00 |
| FÁBRICA DE ARTEF. DE CIMENTO ALLIANÇA LTDA - ME | ARAME Nº 12 | 247 | 70,000 | 53,0000 | 3.710,00 |
| LOJAS BERLANDA LTDA | APARELHO CELULAR | 237 | 1,000 | 89,0000 | 89,00 |
| MARCELO GONCALVES - ME | Lavagem completa de caminhão | 260 | 2,000 | 60,0000 | 120,00 |
| MARCELO GONCALVES - ME | Lavagem completa de caminhão | 260 | 1,000 | 60,0000 | 60,00 |
| MARCELO GONCALVES - ME | Lavagem completa de máquina (patrola, carregadeira, retro es | 260 | 1,000 | 100,0000 | 100,00 |
| MARCELO GONCALVES - ME | Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio | 260 | 10,000 | 18,0000 | 180,00 |
| META EDITORA GRAFICA LTDA | CONFECÇÃO DE FOLDERS 6 PAG 4X4 CORES EM PAPEL COUCHE 115GR | 253 | 1.000,000 | 0,6200 | 620,00 |
| MOACIR JOSE MOURA SORGATTO - EPP | CONFECÇÃO DE FAIXA EM TNT | 284 | 1,000 | 36,0000 | 36,00 |
| NEIDA NHOATO TRANCOSO - FISCHE HAUS | Refeições prontas tipo marmite, número 09 | 266 | 112,000 | 7,4000 | 828,80 |
| NICOLL INDUSTRIA PLASTICA LTDA | TUBO PVC PBA DN 50 CL 15 | 229 | 350,000 | 4,6900 | 1.641,50 |
| NICOLL INDUSTRIA PLASTICA LTDA | TUBO PVC PBA JEI DN 50 C112 | 229 | 1.500,000 | 3,8800 | 5.820,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA EPP | CANETA ESFEROGRAFICA CRISTAL COR AZUL | 221 | 50,000 | 0,5000 | 25,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA EPP | CANETA ESFEROGRAFICA CRISTAL PRETA | 221 | 50,000 | 0,5000 | 25,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA EPP | LAPIS PRETO | 221 | 50,000 | 0,5000 | 25,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA EPP | PASTA COM ELASTICO | 221 | 10,000 | 1,6000 | 16,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA EPP | RESMA DE PAPEL A4 RECICLADO | 221 | 5,000 | 9,0000 | 45,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA EPP | RESMA PAPEL OFICIO 216 X 330 | 221 | 10,000 | 10,5000 | 105,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA EPP | RESMA PAPEL OFICIO 216 X 330 | 221 | 10,000 | 10,5000 | 105,00 |
| PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA | SERVIÇO DE VIGILÂNCIA | 273 | 1,000 | 319,0000 | 319,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | CAMARA DE AR 16,9X30 | 263 | 2,000 | 258,0000 | 516,00 |
| RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP | RECAPAGEM DE PNEU 16.9.X30 | 262 | 2,000 | 1.115,0000 | 2.230,00 |
| RED POINT DECORACOES E PINTURAS LTDA ME | CONFECÇÃO DE FAIXAS EM TNT | 255 | 1,000 | 50,0000 | 50,00 |
| ROLTRE SERVIÇOS DE COLETA LTDA | ADAPTADOR PEAD 63X2 PN 10 | 265 | 1,000 | 14,0000 | 14,00 |
| ROLTRE SERVIÇOS DE COLETA LTDA | C45 FOFO BB DN 150 JE | 264 | 1,000 | 240,0600 | 240,06 |
| ROLTRE SERVIÇOS DE COLETA LTDA | C90 FOFO BB DN 150 JE | 264 | 1,000 | 225,8600 | 225,86 |
| ROLTRE SERVIÇOS DE COLETA LTDA | CAP PVC PBA DN 50 | 265 | 2,000 | 2,4300 | 4,86 |
| ROLTRE SERVIÇOS DE COLETA LTDA | EXTREMIDADE BOLSA-FLANGE PVC JE DN 50 | 265 | 4,000 | 26,4100 | 105,64 |
| ROLTRE SERVIÇOS DE COLETA LTDA | LUVIA DE CORRER FOFO DN 150 150 JE | 264 | 3,000 | 199,2100 | 597,63 |

www.PaperlessPrinter.com



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA

Página: 3/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2010**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|------------------------------------|--|---------|----------------|----------------|-------------------|
| ROLTRE SERVIÇOS DE COLETA LTDA | MEDIDOR DE VAZAO C/ROSCAS BSB BRONZE 2" | 265 | 1,000 | 1.339,7900 | 1.339,79 |
| ROLTRE SERVIÇOS DE COLETA LTDA | RED FOFO BB DN 150X100 JE | 264 | 2,000 | 140,6700 | 281,34 |
| ROLTRE SERVIÇOS DE COLETA LTDA | RED FOFO PB DN250X150 JE | 264 | 1,000 | 273,3100 | 273,31 |
| ROLTRE SERVIÇOS DE COLETA LTDA | RGBC P/PV DN 100 JE PN 10 | 264 | 2,000 | 491,5300 | 983,06 |
| ROLTRE SERVIÇOS DE COLETA LTDA | RGBC P/PVC DN 50 JE | 265 | 3,000 | 184,7600 | 554,28 |
| ROLTRE SERVIÇOS DE COLETA LTDA | TAMPA DE PROTEÇÃO DE REGISTRO 7-9 | 264 | 3,000 | 54,0000 | 162,00 |
| ROLTRE SERVIÇOS DE COLETA LTDA | TEE FOFO BBB DN 150 JE | 264 | 2,000 | 335,5600 | 671,12 |
| ROLTRE SERVIÇOS DE COLETA LTDA | TEE PVC BBB PBA DN 50 | 265 | 2,000 | 7,3600 | 14,72 |
| ROLTRE SERVIÇOS DE COLETA LTDA | UNIAO BSB FG 2" | 265 | 4,000 | 68,1900 | 272,76 |
| ROLTRE SERVIÇOS DE COLETA LTDA | VALVULA RETENÇÃO DUPLA PORT PN16 ASNI 150 2" | 265 | 1,000 | 91,0200 | 91,02 |
| ROLTRE SERVIÇOS DE COLETA LTDA | VENTOSA TRIPLICDE FUNÇÃO DN 150 C FLANGE | 264 | 1,000 | 569,1200 | 569,12 |
| ROMÃO CORRETORA DE SEGUROS LTDA | SEGURO CONTRA TERCEIROS | 283 | 1,000 | 1.191,8400 | 1.191,84 |
| S.M.V. VÁLVULAS INDUSTRIAIS LTDA | VÁLVULA BORBOLETA COM FLANGES E ATUADOR ELÉTRICO | 228 | 8,000 | 6.100,0000 | 48.800,00 |
| SANTALINO ANTONIO RECHIA | ALYSSUN BRANCO | 220 | 20,000 | 6,0000 | 120,00 |
| SANTALINO ANTONIO RECHIA | ANTIRRHINUM FLORAM SHOWERS MIX | 220 | 30,000 | 21,0000 | 630,00 |
| SANTALINO ANTONIO RECHIA | DIANTHUS DIAMOND MIX | 220 | 10,000 | 63,0000 | 630,00 |
| SANTALINO ANTONIO RECHIA | Gazania gazoo formula mix | 220 | 10,000 | 52,0000 | 520,00 |
| SANTALINO ANTONIO RECHIA | IMPATIENS WALLERIANA CANDY MIX | 220 | 10,000 | 39,0000 | 390,00 |
| SANTALINO ANTONIO RECHIA | MARIGOL DISCOVERY MIX | 220 | 20,000 | 78,0000 | 1.560,00 |
| SANTALINO ANTONIO RECHIA | MARIGOLD HERO MIX | 220 | 15,000 | 21,0000 | 315,00 |
| SANTALINO ANTONIO RECHIA | PANSY DYNAMITE W/BOTCH | 220 | 35,000 | 72,0000 | 2.520,00 |
| SANTALINO ANTONIO RECHIA | PETUNIA HIBRIDA MLTIFLORA F2 SORTIDA | 220 | 20,000 | 15,0000 | 300,00 |
| SANTALINO ANTONIO RECHIA | Salvia farinacea azul | 220 | 10,000 | 19,0000 | 190,00 |
| SANTALINO ANTONIO RECHIA | Salvia flamex vermelha | 220 | 15,000 | 29,0000 | 435,00 |
| SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME | ESTABILIZADOR 500 WATTS 6 TOMADAS SMS | 245 | 1,000 | 125,0000 | 125,00 |
| VIDRAÇARIA SANRAFAEL LTDA | MÃO DE OBRA | 235 | 1,000 | 20,0000 | 20,00 |
| VIDRAÇARIA SANRAFAEL LTDA | VIDRO INCOLOR 4MM | 235 | 2,000 | 25,0000 | 50,00 |
| Total Geral do Mês ----> | | | | | 348.873,77 |

www.PaperlessPrinter.com



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

COMPRAS MÊS MAIO-2010 CULTURA**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CACADOR**

Página: 1/1

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2010**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|--|--|---------|----------------|----------------|-----------------|
| AB REVISTA E JORNAL IMPRESSOS LTDA - EPP | PUBLICAÇÃO EM REVISTA | 91 | 1,000 | 1.500,0000 | 1.500,00 |
| BORBA & BORBA LTDA - ME | DECORAÇÃO COM ARRANJO DE FLORES NATURAIS | 93 | 1,000 | 520,0000 | 520,00 |
| DEDETIZADORA CAÇADORENSE LTDA - ME | DEDETIZAÇÃO | 95 | 1,000 | 600,0000 | 600,00 |
| MARCELO GONCALVES - ME | ENGRAXADA EM VEÍCULO | 90 | 1,000 | 25,0000 | 25,00 |
| MARCELO GONCALVES - ME | LAVAGEM DE VEÍCULO | 90 | 2,000 | 9,9500 | 19,90 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA EPP | AGENDA DO ANO | 92 | 8,000 | 21,9000 | 175,20 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA EPP | CARTUCHO PARA IMPRESSORA TINTA COLORIDA | 92 | 1,000 | 110,0000 | 110,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA EPP | CARTUCHO PARA IMPRESSORA TINTA PRETA | 92 | 2,000 | 69,0000 | 138,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA EPP | ENVELOPE CONVITE COLORIDO 16X23 CM | 92 | 400,000 | 0,4000 | 160,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA EPP | ETIQUETA AVULSA | 92 | 200,000 | 0,3000 | 60,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA EPP | PAPEL CONTACT TRANSPARENTE | 92 | 1,000 | 88,7600 | 88,76 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA EPP | PAPEL FOTO A4 | 92 | 400,000 | 1,2500 | 500,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA EPP | PASTA ABA ELASTICO 55MM | 92 | 30,000 | 2,8000 | 84,00 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA EPP | PASTA CATÁLOGO COM 50 FLS | 92 | 5,000 | 18,5000 | 92,50 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA EPP | PASTA SANFONADA | 92 | 2,000 | 23,9000 | 47,80 |
| PAPELARIA PARAISO LTDA EPP | PEPEL RECICLADO A4 | 92 | 10,000 | 13,0000 | 130,00 |
| RED POINT DECORACOES E PINTURAS LTDA ME | CONFECÇÃO DE FAIXA | 94 | 4,000 | 43,0000 | 172,00 |
| RED POINT DECORACOES E PINTURAS LTDA ME | CONFECÇÃO DE RECORDAÇÃO | 94 | 65,000 | 24,0000 | 1.560,00 |
| RED POINT DECORACOES E PINTURAS LTDA ME | PINTURA EM CAMISETA | 94 | 13,000 | 5,0000 | 65,00 |
| REUNIDAS TRANSP RODOVIARIA DE CARGAS SA | TRANSPORTE DE MERCADORIAS | 89 | 1,000 | 135,8300 | 135,83 |
| ROTTA E SOUZA LTDA - QUALITÁ EMBALAGENS | AVENTAL | 96 | 4,000 | 7,5000 | 30,00 |
| ROTTA E SOUZA LTDA - QUALITÁ EMBALAGENS | AVENTAL TNT | 96 | 30,000 | 4,5000 | 135,00 |
| ROTTA E SOUZA LTDA - QUALITÁ EMBALAGENS | SACOLA | 96 | 60,000 | 3,9000 | 234,00 |
| Total Geral do Mês ----> | | | | | 6.582,99 |

COMPRAS MÊS MAIO-2010 HABITAÇÃO**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE CACADOR**

Página: 1/1

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2010**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

| Fornecedor | Especificação do Material | Empenho | Qtde Adquirida | Preço Unitário | Preço Total |
|---|---------------------------|---------|----------------|----------------|--------------|
| BEL PREST. DE SERV. COM. REPR. LTDA (CLASSIOEST#NCADERNAÇÕES | | 6 | 3,000 | 2,0000 | 6,00 |
| BEL PREST. DE SERV. COM. REPR. LTDA (CLASSIOEST#FOTOCOPIAS DE DOCUMENTOS | | 6 | 433,000 | 0,0800 | 34,64 |
| CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME ADESIVO PVC | | 7 | 1,000 | 1,9600 | 1,96 |
| CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME CAIXA DE DESCARGA | | 7 | 1,000 | 14,9500 | 14,95 |
| CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME CANO P/ CAIXA DESCARGA COM CURVA | | 7 | 1,000 | 4,3900 | 4,39 |
| CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME ENGATE FLEXIVEL 40CM | | 7 | 2,000 | 2,1000 | 4,20 |
| CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME ESPUDE P/ VASO SANITÁRIO | | 7 | 1,000 | 1,1200 | 1,12 |
| CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME FITA VEDA-ROSCA COM 10m | | 7 | 1,000 | 4,2900 | 4,29 |
| Total Geral do Mês ----> | | | | | 71,55 |



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC**Portaria n. 343, de 05 de maio de 2010.**

Portaria n. 343, de 05 de maio de 2010.

Concede aposentadoria a Adão Osmar Pereira, nos termos do art.40,§1º,III," da Constituição Federal.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa, do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela lei municipal 093/06.

Resolvem,

Art. 1º Aposentar, ADÃO OSMAR PEREIRA, portador do CPF-464.896.909-00 CI- 787.554 PIS 100.812.528-78, a partir de 05 de Maio de 2010 nos termos do art. 3º da EC 47/05, Fórmula 85/95 da CF, detentor da matrícula nº 1091, ocupante do cargo de provimento efetivo de Mecânico, da Secretaria de Infra Estrutura da Prefeitura Municipal de Caçador.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Tempo de Contribuição em caráter integral correspondente a 100% de sua remuneração de contribuição, observada a metodologia de cálculo definida pela Lei Federal nº 10887/4 de espécie com paridade, perfazendo um total de R\$3.198,37 mensais, que será pago mensalmente pelo IPASC.

Art. 3º Declara a vacância do cargo, acima especificado, na forma prevista no art.71 IV da Lei Municipal nº 056/2004, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, Registre-se e Publique-se,

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 05 de Maio de 2010.

FERNANDO SCOLARO

Diretor presidente

JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER

Diretora Administrativa

Portaria n. 344, de 05 de Maio de 2010.

PORTARIA n. 344, de 05 de Maio de 2010.

Concede aposentadoria a Jandir Luiz Ferreira, nos termos do art. 40,§1º,I, da Constituição Federal.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa, do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela lei municipal 093/06.

Resolvem,

Art. 1º Aposentar, JANDIR LUIZ FERREIRA, portador do CPF-454.052.719-34 CI- 1685925 PIS 106.634.051-89, a partir de 03 de Maio de 2010 nos termos do art.40,§1º,I, da CF, detentor da matrícula nº 238, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Caminhão,da Secretaria de Infra Estrutura da Prefeitura Municipal de Caçador.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez Permanente em caráter integral correspondente a 100% da média, observada a metodologia de cálculo definida pela Lei Federal nº 10887/4 de espécie sem paridade, perfazendo um total de R\$ 1.840,48 mensais, que será pago mensalmente pelo IPASC.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, Registre-se e Publique-se,

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais

de Caçador, 05 de Maio de 2010.

FERNANDO SCOLARO

Diretor presidente

JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER

Diretora Administrativa

Portaria n. 345, de 05 de Maio de 2010.

PORTARIA n. 345, de 05 de Maio de 2010.

Concede aposentadoria a Oliva Menin Agusti, nos termos do art.40,§1º,III,"B" da Constituição Federal.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa, do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela lei municipal 093/06.

Resolvem,

Art. 1º Aposentar, OLIVA MENIN AGUSTI, portadora do CPF-196.110.809-72 CI- 394720 PIS 124.180.894-70, a partir de 03 de Maio de 2010 nos termos do art. 40,§1º,III,"B", da CF, detentora da matrícula nº 1.109, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Caçador.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Idade em caráter proporcional correspondente a 68,70% de sua remuneração de contribuição, observada a metodologia de cálculo definida pela Lei Federal nº 10887/4 de espécie sem paridade, perfazendo um total de R\$ 710,83 mensais, que será pago mensalmente pelo IPASC.

Art. 3º Declara a vacância do cargo, acima especificado, na forma prevista no art.71 IV da Lei Municipal nº 056/2004, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, Registre-se e Publique-se,

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 05 de Maio de 2010.

FERNANDO SCOLARO

Diretor presidente

JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER

Diretora Administrativa

Portaria n. 346, de 06 de Maio de 2010.

PORTARIA n. 346, de 06 de Maio de 2010.

Concede aposentadoria a José Darci Rosa de Oliveira, nos termos do art.40,§1º,III,"B" da Constituição Federal.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa, do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela lei municipal 093/06.

Resolvem,

Art. 1º Aposentar, José Darci Rosa de Oliveira, portador do CPF-345.427.799-04 CI- 1.107.701 PIS 107.974.119-30, a partir de 10 de Maio de 2010 nos termos do art. 40,§1º,III,"B", da CF, detentor da matrícula nº 410, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Agrícolas e Florestais - Classe 1, da Secretaria de Agricultura da Prefeitura Municipal de Caçador.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Idade em caráter proporcional correspondente a 88,31% de sua remuneração de contribuição, observada a metodologia de cálculo definida pela Lei Federal nº 10887/4 de espécie sem paridade, perfazendo um total de R\$ 877,11 mensais, que será pago mensalmente pelo IPASC.

Art. 3º Declara a vacância do cargo, acima especificado, na forma prevista no art.71 IV da Lei Municipal nº 056/2004, Estatuto dos



Servidores Públicos Municipais de Caçador.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,
Registre-se e Publique-se,

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 06 de Maio de 2010.

FERNANDO SCOLARO

Diretor presidente

JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER

Diretora Administrativa

Portaria n. 347, de 07 de Maio de 2010.

PORTARIA n. 347, de 07 de Maio de 2010.

Concede aposentadoria por Invalidez á RITA ZANATTA, nos termos do art. 40,§1º,I, da Constituição Federal.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa, do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela lei municipal 093/06.

Resolvem,

Art. 1º Aposentar por Invalidez RITA ZANATTA, portadora do CPF-345.411.799-20 CI- 785375 PIS 170.28416.13-3, a partir de 10 de Maio de 2010 nos termos do art.40,§1º,I, da CF, detentora da matrícula nº 728, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços e Obras Públicas - classe I, da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Caçador.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez Permanente em caráter proporcional correspondente a 80,33% de sua remuneração de contribuição, observada a metodologia de cálculo definida pela Lei Federal nº 10887/4 de espécie sem paridade, perfazendo um total de R\$ 621,28, que será pago mensalmente pelo IPASC.

Art. 3º Declara a vacância do cargo, acima especificado, na forma prevista no art.71 IV da Lei Municipal nº 056/2004, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,
Registre-se e Publique-se,

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 07 de Maio de 2010.

FERNANDO SCOLARO

Diretor presidente

JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER

Diretora Administrativa

Portaria n. 348, de 07 de Maio de 2010.

PORTARIA n. 348, de 07 de Maio de 2010.

Concede aposentadoria a Luiz Carlos Bitencourt, nos termos do art.3º da EC n.47/05 Fórmula 85/95 da Constituição Federal.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa, do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela lei municipal 093/06.

Resolvem,

Art. 1º Aposentar, LUIZ CARLOS BITENCOURT, portador do CPF-182.428.399-72 CI- 358.375 PIS-102.233.926.66, a partir de 03 de Maio de 2010 nos termos do art. 3º da EC 47/05, Fórmula 85/95 da CF, detentor da matrícula nº 116, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Agremenssura, da Secretaria de Infra Estrutura da Prefeitura Municipal de Caçador.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Tempo de Contribuição em caráter integral correspondente a

100% de sua última remuneração de contribuição, espécie com paridade, perfazendo um total de R\$2.166,00 mensais, que será pago mensalmente pelo IPASC.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,
Registre-se e Publique-se,

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 07 de Maio de 2010.

FERNANDO SCOLARO

Diretor presidente

JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER

Diretora Administrativa

Portaria n. 349, de 20 de Maio de 2010.

PORTARIA n. 349, de 20 de Maio de 2010.

Concede aposentadoria por Tempo de Contribuição a Célia Maria Weber, nos termos do art.6º da EC 41/04 da Constituição Federal. O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela lei municipal 093/06.

Resolvem,

Art. 1º Aposentar, CÉLIA MARIA WEBER, portadora do CPF-543.572.419-87 CI- 392.581 PIS- 106.221.679-41, a partir de 20 de Maio de 2010 nos termos do art. 6º da EC 41/04 da CF, detentora da matrícula nº 995, ocupante do cargo em extinção de Escriturária, da Secretaria de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Caçador.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Tempo de Contribuição em caráter integral correspondente a 100% de sua última remuneração de contribuição, espécie com paridade, perfazendo um total de R\$ 2.026,50 mensais, que será pago mensalmente pelo IPASC.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,
Registre-se e Publique-se,

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 20 de Maio de 2010.

FERNANDO SCOLARO

Diretor presidente

JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER

Diretora Administrativa

Portaria n.º 342, de 16 de Abril de 2010.

PORTARIA n.º 342, de 16 de Abril de 2010.

ENCERRA O PAGAMENTO DE PENSÃO DE CRISLAINE PIRES DE MORAES.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, mais o previsto em seu Artigo 40, § 4º, II,

R E S O L V E M:

Art. 1.º - Cessar o pagamento de pensão da dependente, CRISLAINE PIRES DE MORAES matrícula nº3113, por atingir a maioridade, cuja pensão foi concedida pela Portaria nº 161, de 22 de Outubro de 2007.A presente portaria tem efeitos a partir de 16 de Abril de 2010.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais
de Caçador, 16 de Abril de 2010.
FERNANDO SCOLARO
Diretor presidente.

JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER
Diretora Administrativa.

Campo Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 7.324 de 25 de maio de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.324 DE 25 DE MAIO DE 2010
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Técnico em Nível Médio - JEFFERSON JEAN DUVOISIN, matrícula nº 337, referente ao período aquisitivo de 08 de junho de 2009 à 07 de junho de 2010, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de maio de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/05/2010
PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.325 de 25 de maio de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.325 DE 25 DE MAIO DE 2010
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Chefe do Serviço de Contabilidade - MARIA ELIANE FRIEDRICH, matrícula nº 000046, referente ao período aquisitivo de 01 de junho de 2009 à 31 de maio de 2010, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de maio de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/05/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.326 de 25 de maio de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.326 DE 25 DE MAIO DE 2010
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Assessor de Gabinete - JOSÉ LUIS SILVA, matrícula nº 000034, referente ao período aquisitivo de 23 de dezembro de 2008 à 22 de dezembro de 2009, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de maio de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/05/2010
PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.327 de 25 de maio de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.327 DE 25 DE MAIO DE 2010
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Chefe do Serviço de Auditoria, Controle e Avaliação - ZURITA MARIA PACHECO RÜCKL, matrícula nº 282, referente ao período aquisitivo de 15 de abril de 2009 à 16 de abril de 2010, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de maio de 2010.



VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/05/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.328 de 25 de maio de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.328 DE 25 DE MAIO DE 2010

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Técnica de Enfermagem - SIRLONE DE SOUZA, matrícula nº 000428, referente ao período aquisitivo de 01 de agosto de 2008 à 31 de julho de 2009, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de maio de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/05/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.329 de 25 de maio de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.329 DE 25 DE MAIO DE 2010

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Chefe da Casa da Cidadania e Junta Militar - VIVIANE INÊS FERNANDES CALDAS SCHIAVENIN, matrícula nº 000540, referente ao período aquisitivo de 02 de abril de 2009 à 01 de abril de 2010, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de maio de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/05/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.330 de 25 de maio de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.330 DE 25 DE MAIO DE 2010

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Chefe do Serviço de Vigilância a Saúde - LÉRCIO PÉRICLES VIRMOND, matrícula nº 0208, referente ao período aquisitivo de 02 de agosto de 2008 à 01 de agosto de 2009, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de maio de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/05/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.331 de 25 de maio de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.331 DE 25 DE MAIO DE 2010

AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autoriza o pagamento de um Terço de Férias referente ao Técnico em Nível Médio - JEFFERSON JEAN DUVOISIN, matrícula nº 337, referente ao período aquisitivo 08 de junho de 2009 a 07 de junho de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de maio de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/05/2010



PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.332 de 25 de maio de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.332 DE 25 DE MAIO DE 2010

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Agente Operacional I - JUÇARA MARIA PESCHEL CHRISTOFF, matrícula nº 000383, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 16 de maio de 2005 á 16 de maio de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de maio de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/05/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.333 de 25 de maio de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.333 DE 25 DE MAIO DE 2010

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Professora - ERNA LUIZA PACHECO IENSEN, matrícula nº 0201, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de março de 2003 á 01 de março de 2008.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de maio de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/05/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.334 de 25 de maio de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.334 DE 25 DE MAIO DE 2010

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Professora - SANDRA REGINA KOTOVICZ PRUCHNESKI, matrícula nº 000261, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 06 de fevereiro de 2005 á 06 de fevereiro de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de maio de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/05/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.335 de 25 de maio de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.335 DE 25 DE MAIO DE 2010

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao Agente Operacional III - LUIS CARLOS STEFANES, matrícula nº 000209, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, referente ao período aquisitivo 01 de dezembro de 2003 á 01 de março de 2008.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de maio de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/05/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito



Portaria Nº 7.336 de 25 de maio de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.336 DE 25 DE MAIO DE 2010

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Agente Operacional I - MARIA DO CARMO MOREIRA FARI, matrícula nº 000265, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, referente ao período aquisitivo 01 de junho de 2005 à 01 de junho de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de maio de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/05/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.337 de 31 de maio de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.337 DE 31 DE MAIO DE 2010

Concede LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 187, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença Maternidade a Servidora Srª. VIVIANE INÊS CALDAS SCHIAVENIN, Chefe da Casa da Cidadania e Junta Militar, matrícula nº 000540, por um período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 31 de maio de 2010 à 27 de setembro de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 31 de maio de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 31/05/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.338 de 01 de junho de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.338 DE 01 DE JUNHO DE 2010

Concede FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (cinco) dias de férias ao Assessor de Gabinete - JOSÉ LUIS SILVA, 000034, referente ao período aquisitivo 23 de dezembro de 2008 à 22 de dezembro de 2010.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 07 de junho de 2010 à 11 de junho de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 01 de junho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 01/06/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

SAMAE - CAMPOS NOVOS

Portaria 0502010

PORTARIA SAMAE CNO 050/2010, DE 10 DE MAIO DE 2010

O Diretor do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Alterar os valores das diárias para os servidores conforme tabela em anexo, devido à mesma não ter sido ajustada desde março de 2001 e encontrar-se defasada.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Portaria 0512010

PORTARIA SAMAE CNO 051/2010, DE 28 DE MAIO DE 2010

O Diretor do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Tendo em vista as deficiências e defeitos apresentados na Estação de Tratamento de Esgoto da Bacia B, implantados pela empresa Gomes & Gomes Ltda. e considerando os transtornos que esses defeitos estão causando à administração do SAMAE, para



o regular e adequado tratamento e que essa empresa, apesar de devidamente cientificada, continua se omitindo na solução dos problemas apresentados, constituo comissão especial, para levantamento de todos os defeitos e deficiências decorrentes da má execução dos serviços e da aplicação de materiais e equipamentos inadequados, bem como apresente estimativa de custo. A Comissão será integrada pelos Engenheiros Edgar Gonçalves de Carvalho e Eduardo Bello Rodrigues e pelo Oficial Administrativo Giovane Luiz de Alvarenga.

A Comissão terá até o dia 07/06/10 para efetuar o levantamento, devendo a empresa Gomes & Gomes ser cientificada para acompanhar o levantamento, querendo.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Alteração do edital de Carta Convite n.º FMDR 01/2010

FUNDO MUN. DE DESENVOLVIENT RURAL
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMDR 01/2010
ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CARTA CONVITE N.º FMDR 01/2010
O Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, torna público que, devido a problemas na rede interna de computadores da Prefeitura, não foi possível enviar as Cartas Convite em tempo hábil. Diante disso, ficam transferidas as datas para protocolo e abertura dos envelopes de documentação e proposta, para o dia 16/06/2010, sendo o protocolo até às 14:00 horas e abertura às 14:15 horas. Informações (047) 3621-7705. Os interessados deverão solicitar o edital pelo e-mail informado abaixo, fornecendo todos os dados da empresa, tais como Razão Social, CNPJ, endereço, telefone e pessoa para contato. licitacao@pmc.sc.gov.br.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Capinzal

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 2.920/2010

LEI Nº 2.920, DE 2 DE JUNHO DE 2010

Autoriza abertura de crédito adicional especial na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, para o exercício de 2010, crédito adicional especial, no valor de cento e quinze mil reais (R\$ 115.000,00), para suporte da dotação orçamentária, a seguir especificada:

| | | | | | |
|-----------------------|------------------------------------|-----|----|-----|------------|
| 0601 | SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0601.26 | TRANSPORTE | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0601.26.782 | TRANSPORTE RODOVIÁRIO | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0601.26.782.0145 | ESTRADAS VICINAIS | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0601.26.782.0145.1117 | AQUISIÇÃO DE ROLO COMPACTADOR | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 44905200 | Equipamentos e material permanente | 083 | 00 | R\$ | 115.000,00 |
| | Total | | | R\$ | 115.000,00 |

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º desta Lei é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 1964, o cancelamento parcial do saldo da dotação orçamentária nº 1103, vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de cento e quinze mil reais (R\$ 115.000,00), conforme quadro a seguir:

| | | | | | |
|-----------------------|---|-----|----|-----|------------|
| 0601 | SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0601.26 | TRANSPORTE | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0601.15.453 | TRANSPORTE S COLETIVOS URBANOS | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0601.15.453.0135 | TRANSPORTES URBANOS TERMINAIS RODOV | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0601.15.453.0135.1103 | AQUISIÇÃO DE VEÍCULO P TRANSP COLETIVOS | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 44905200-196 | Equipamentos e material permanente | 083 | 00 | R\$ | 115.000,00 |
| | Total | | | R\$ | 115.000,00 |

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 2 de junho de 2010.

LEONIR BOARETTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.
EDSON ANTONIO CASSIANO
Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

Lei 2.921/2010

LEI Nº 2.921, DE 2 DE JUNHO DE 2010

Autoriza abertura de crédito adicional suplementar na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, para o exercício de 2010, crédito adicional suplementar, no valor de duzentos e sessenta mil reais (R\$ 260.000,00), para suporte da dotação orçamentária, a seguir especificada:

| | | | | | |
|---------|-------------------------------|-----|----|-----|------|
| 0601 | SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0601.26 | TRANSPORTE | FTE | DR | R\$ | 0,00 |



| | | | | | |
|-----------------------|------------------------------------|-----|----|-----|------------|
| 0601.26.782 | TRANSPORTE RODOVIÁRIO | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0601.26.782.0145 | ESTRADAS VICINAIS | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0601.26.782.0145.1115 | AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 44905200-206 | Equipamentos e material permanente | 083 | 00 | R\$ | 260.000,00 |
| | Total | | | R\$ | 260.000,00 |

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º desta Lei é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 1964, o cancelamento parcial do saldo das dotações orçamentárias nº 1103 e 2120, vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de duzentos e sessenta mil reais (R\$ 260.000,00), conforme quadro a seguir:

| | | | | | |
|-----------------------|--|------|----|-----|------------|
| 0601 | SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0601.26 | TRANSPORTE | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0601.15.453.0135 | TRANSPORTES URBANOS TERMINAIS RODOV | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0601.15.453.0135.1103 | AQUISIÇÃO DE VEÍCULO P TRANSP COLETIVOS | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 44905200-196 | Equipamentos e material permanente | 0183 | 00 | R\$ | 185.000,00 |
| 0601.26.782.0145 | ESTRADAS VICINAIS | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0601.26.782.0145.2120 | LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 33903900-206 | Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica | 083 | 00 | R\$ | 75.000,00 |
| | Total | | | R\$ | 260.000,00 |

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 2 de junho de 2010.

LEONIR BOARETTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.
EDSON ANTONIO CASSIANO
Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

Decreto 044/2010

DECRETO Nº 044, DE 2 DE JUNHO DE 2010

Abre crédito adicional especial na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 2.920, de 2 de junho de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, para o exercício de 2010, crédito adicional especial, no valor de cento e quinze mil reais (R\$ 115.000,00), para suporte da dotação orçamentária, a seguir especificada:

| | | | | | |
|---------|-------------------------------|-----|----|-----|------|
| 0601 | SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0601.26 | TRANSPORTE | FTE | DR | R\$ | 0,00 |

| | | | | | |
|-----------------------|------------------------------------|-----|----|-----|------------|
| 0601.26.782 | TRANSPORTE RODOVIÁRIO | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0601.26.782.0145 | ESTRADAS VICINAIS | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0601.26.782.0145.1117 | AQUISIÇÃO DE ROLO COMPACTADOR | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 44905200 | Equipamentos e material permanente | 083 | 00 | R\$ | 115.000,00 |
| | Total | | | R\$ | 115.000,00 |

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 1964, o cancelamento parcial do saldo da dotação orçamentária nº 1103, vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de cento e quinze mil reais (R\$ 115.000,00), conforme quadro a seguir:

| | | | | | |
|-----------------------|---|-----|----|-----|------------|
| 0601 | SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0601.26 | TRANSPORTE | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0601.15.453 | TRANSPORTE S COLETIVOS URBANOS | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0601.15.453.0135 | TRANSPORTES URBANOS TERMINAIS RODOV | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0601.15.453.0135.1103 | AQUISIÇÃO DE VEÍCULO P TRANSP COLETIVOS | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 44905200-196 | Equipamentos e material permanente | 083 | 00 | R\$ | 115.000,00 |
| | Total | | | R\$ | 115.000,00 |

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 2 de junho de 2010.

LEONIR BOARETTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.
EDSON ANTONIO CASSIANO
Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

Decreto 045/2010

DECRETO Nº 045, DE 2 DE JUNHO DE 2010

Abre crédito adicional suplementar na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 2.921, de 2 de junho de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, para o exercício de 2010, crédito adicional suplementar, no valor de duzentos e sessenta mil reais (R\$ 260.000,00), para suporte da dotação orçamentária, a seguir especificada:

| | | | | | |
|------------------|-------------------------------|-----|----|-----|------|
| 0601 | SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0601.26 | TRANSPORTE | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0601.26.782 | TRANSPORTE RODOVIÁRIO | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0601.26.782.0145 | ESTRADAS VICINAIS | FTE | DR | R\$ | 0,00 |



| | | | | | |
|-----------------------|------------------------------------|-----|----|-----|------------|
| 0601.26.782.0145.1115 | AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 44905200-206 | Equipamentos e material permanente | 083 | 00 | R\$ | 260.000,00 |
| | Total | | | R\$ | 260.000,00 |

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 1964, o cancelamento parcial do saldo das dotações orçamentárias nº 1103 e 2120, vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de duzentos e sessenta mil reais (R\$ 260.000,00), conforme quadro a seguir:

| | | | | | |
|-----------------------|--|------|----|-----|------------|
| 0601 | SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0601.26 | TRANSPORTE | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0601.15.453.0135 | TRANSPORTES URBANOS TERMINAIS RODOV | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0601.15.453.0135.1103 | AQUISIÇÃO DE VEÍCULO P TRANSP COLETIVOS | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 44905200-196 | Equipamentos e material permanente | 0183 | 00 | R\$ | 185.000,00 |
| 0601.26.782.0145 | ESTRADAS VICINAIS | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0601.26.782.0145.2120 | LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 33903900-206 | Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica | 083 | 00 | R\$ | 75.000,00 |
| | Total | | | R\$ | 260.000,00 |

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 2 de junho de 2010.
LEONIR BOARETTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.
EDSON ANTONIO CASSIANO
Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

Decreto 046.2010

DECRETO Nº 046, DE 2 DE JUNHO DE 2010
Autoriza abertura de crédito adicional especial na forma que especifica e dá outras providências.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 2.904, de 18 de março de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, no exercício de 2010, crédito adicional especial, no valor de oitocentos e cinquenta mil reais (R\$ 850.000,00), para suporte das dotações orçamentárias a seguir especificadas:

| | | | | | |
|------------------|-------------------------------|-----|----|-----|------|
| 0601 | SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0601.26 | TRANSPORTE | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0601.16.782 | TRANSPORTE RODOVIÁRIO | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0601.16.782.0145 | ESTRADAS VICINAIS | FTE | DR | R\$ | 0,00 |

| | | | | | |
|-----------------------|------------------------------------|-----|----|-----|------------|
| 0601.16.782.0145.1117 | AQUISIÇÃO DE ROLO COMPACTADOR | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 44905200 | Equipamentos e material permanente | 083 | 00 | R\$ | 250.000,00 |
| 0601.26.782.0145.1198 | AQUISIÇÃO DE TRATOR DE ESTEIRA | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 44905200 | Equipamentos e material permanente | 083 | 00 | R\$ | 600.000,00 |
| | Total | | | R\$ | 850.000,00 |

Art. 2º Para aplicação dos recursos previstos no art. 1º fica a Contadoria Municipal autorizada a incluir no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal do presente exercício, os projetos nºs 1.117 – “Aquisição de Rolo Compactador” e 1.198 “Aquisição de Trator de Esteiras” e o respectivo elemento de despesa “44905200 – Equipamentos e Material Permanente”, em cada projeto, constante do Programa nº 0145 – “Estradas Vicinais”, Anexo I-XXXI da Lei nº 2.872, de 19 de agosto de 2009, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2010, vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 3º Servirá de recursos para abertura do crédito especial de que trata o presente Decreto, a receita proveniente da operação de crédito autorizada pela Lei nº 2.859, de 17 de julho de 2009, a realizar-se no presente exercício, no valor de oitocentos e cinquenta mil reais (R\$ 850.000,00).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 2 de junho de 2010.
LEONIR BOARETTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.
EDSON ANTONIO CASSIANO
Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Contrato nº 055/2010 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 055/2010 - PM

Número do contrato: 055/2010
Vigência: 07/06/2010 à 05/08/2010
Processo Licitatório nº 047/2010 - PM
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado
Contratado/Credenciado: MECÂNICA ITU LTDA ME
Valor: R\$ 2.760,50 (dois mil setecentos e sessenta reais e cinquenta centavos).
Objeto: O presente contrato de compra e venda tem por objetivo aquisição de peças para conserto da besta IMP ASA TOPIC, ano/modelo 95/96 placa LYU 0659 de uso da secretaria municipal de educação cultura e esporte do Município.

DATA DA ASSINATURA: 07 de junho de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal



Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL

1º TA Contrato nº 109/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 1º TA 109/2010 - PMC

Licitação: Convite nº 8/2010 - PMC

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP.

Objeto: Diminuição de materiais e serviços, e conseqüentemente do valor contratual, para execução de fechamento de um terreno no bairro Parque de Exposições, neste Município.

Data Assinatura: 27/05/2010

Data Vencimento: 09/07/2010

Foro: Comarca de Concórdia, SC

1º TA Contrato nº 135/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 1º TA 135/2010 - PMC

Licitação: Tomada de Preços nº 05/2010 - PMC

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Objeto: Diminuição de materiais e serviços, e conseqüentemente do valor contratual, para execução da obra de drenagem pluvial na Rua Marechal Deodoro, neste Município.

Data Assinatura: 21/05/2010

Data Vencimento: 04/07/2010

Foro: Comarca de Concórdia, SC

1º TA Contrato nº 339/2009 - PMC

Extrato do Contrato nº: 1º TA 339/2009 - PMC

Licitação: Tomada de Preços nº 30/2009 - PMC

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: FK ASSESSORIA EM RECURSOS HUMANOS LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo de execução dos serviços técnicos profissionais especializados, com a finalidade de efetuar estudo e elaborar anteprojeto de Lei, dispondo sobre plano de carreira, para servidores públicos municipais.

Data Assinatura: 20/05/2010

Data Vencimento: 22/10/2010

Foro: Comarca de Concórdia, SC

1º TA Contrato nº 80/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 1º TA 80/2010 - PMC

Licitação: Tomada de Preços nº 33/2009 - PMC

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: CONSTRUTORA GAUSS LTDA,

Valor Total: R\$ 1.432,32 (um mil, quatrocentos e trinta e dois reais e trinta e dois centavos)

Dotação: 08.01.1.009.4.4.90.51.98.00.00.00 (20/2010)

Objeto: Acréscimo materiais e serviços, e conseqüentemente de valores, e ainda, a prorrogação do prazo de execução da obra de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial nas Ruas Emilia Simioni, Magdalena Savoldi e Fioravante Angelo Massolini, neste Município.

Data Assinatura: 03/05/2010

Data Vencimento: 10/07/2010

Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 125/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 125/2010 PMC

Licitação: Convite nº. 00013/2010 - PMC

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: Exatta Engenharia Ltda

Valor Total: 19.880,00 (dezenove mil, oitocentos e oitenta reais)

Dotação: 06.02.1.005.4.4.90.51.80.00.00.00 (130/2010)

Objeto: contratação de empresa para elaboração de projetos arquitetônicos e complementares para reforma e ampliação de unidades escolares do município de Concórdia.

Data Assinatura: 03/05/2010

Data Vencimento: 03/09/2010

Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 126/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 126/2010 PMC

Licitação: Convite nº. 00011/2010 - PMC

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: BEDIN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ME

Valor Total: 24.647,88 (vinte e quatro mil seiscentos e quarenta e sete mil reais e oitenta e oito centavos)

Dotação 10.01.1.012.4.4.90.51.99.00.00.00 (70/2010)

Objeto: execução em regime de empreitada global, de serviços elétricos na iluminação dos painéis ilustrativos do calçadão do Largo Rio Branco e Quiosque.

Data Assinatura: 03/05/2010

Data Vencimento: 03/08/2010

Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 127/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 127/2010 PMC

Licitação: Pregão Presencial nº. 00035/2010 - PMC

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: MARTINI E SILVA SERVIÇOS LTDA

Valor Total: 19.880,00 (dezenove mil, oitocentos e oitenta reais)

Dotação: 09.01.2.032.3.3.90.39.78.00.00.00 (11/2010); 06.02.2.015.3.3.90.39.78.00.00.00 (138/2010); 06.04.2.018.3.3.39.78.00.00(123/2010).

Objeto: prestação de serviço de limpeza das caixas de água instaladas nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental, Centros Municipais de Educação Infantil, CEBES, CRAS, CREAS e Lar Anjo Gabriel.

Data Assinatura: 03/05/2010

Data Vencimento: 03/09/2010

Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 128/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 128/2010 PMC

Licitação: Pregão Presencial nº. 00034/2010 - PMC

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA

Valor Total: 117.000,00 (cento e dezessete mil reais).

Dotação: 08.01.2.031.4.4.90.51.98.00.00.00 (151/2010)

Objeto: fornecer semáforos

Data Assinatura: 03/05/2010

Data Vencimento: 03/09/2010

Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 129/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 129/2010 PMC

Licitação: Pregão Presencial nº. 00037/2010 - PMC

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: IRMÃOS BALBINOT LTDA

Valor Total: 22.444,72 (vinte e dois mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e setenta e dois centavos).

Dotação: 06.04.2.019.3.3.90.30.07.00.00.00 (122/2010),

Objeto: fornecer os alimentos



Data Assinatura: 03/05/2010
Data Vencimento: 31/08/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 130/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 130/2010 PMC
Licitação: Pregão Presencial nº. 00037/2010 - PMC
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia
Contratada: MARCOS GRANDO & CIA LTDA
Valor Total: 5.587,92 (cinco mil, quinhentos e oitenta e sete reais e noventa e dois centavos).
Dotação: 06.04.2.019.3.3.90.30.07.00.00.00 (122/2010)
Objeto: fornecer os alimentos
Data Assinatura: 03/05/2010
Data Vencimento: 31/08/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 131/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 131/2010 PMC
Licitação: Pregão Presencial nº. 00037/2010 - PMC
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia
Contratada: ABATEDOURO SÃO CLEMENTE LTDA - EPP
Valor Total: 2.986,90 (dois mil, novecentos e oitenta e seis reais).
Dotação: 06.04.2.019.3.3.90.30.07.00.00.00 (122/2010)
Objeto: fornecer os alimentos
Data Assinatura: 03/05/2010
Data Vencimento: 31/08/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 132/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 132/2010 PMC
Licitação: Pregão Presencial nº. 00037/2010 - PMC
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia
Contratada: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
Valor Total: 19.998,66 (dezenove mil, novecentos e noventa e oito reais e sessenta e seis centavos).
Dotação: 06.04.2.019.3.3.90.30.07.00.00.00 (122/2010)
Objeto: fornecer os alimentos
Data Assinatura: 03/05/2010
Data Vencimento: 31/08/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 133/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 133/2010 PMC
Licitação: Pregão Presencial nº. 00037/2010 - PMC
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia
Contratada: SC DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS - SABOR CATARINENSE LTDA
Valor Total: 4.677,90 (quatro mil, seiscentos e setenta e sete reais e noventa centavos).
Dotação: 06.04.2.019.3.3.90.30.07.00.00.00 (122/2010)
Objeto: fornecer os alimentos
Data Assinatura: 03/05/2010
Data Vencimento: 31/08/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 134/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 134/2010 PMC
Licitação: Convite nº. 00012/2010 - PMC
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia
Contratada: CONSTRUCORDIA CONSTRUÇÕES LTDA
Valor Total: 16.594,21 (dezesesseis mil, quinhentos e noventa e quatro reais e vinte e um centavos)
Dotação: 10.01.1.012.4.4.90.51.99.00.00.00 (37/2010)

Objeto: execução de obra em empreitada global (material e mão-de-obra), para reforma dos painéis, bancos e floreiras do Calçadão, Largo Rio Branco e Quiosque.bem como aquisição e instalação de 16 (dezesesseis) novos painéis .
Data Assinatura: 04/05/2010
Data Vencimento: 04/07/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 135/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 135/2010 PMC
Licitação: Tomada de Preços nº. 00005/2010 - PMC
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia
Contratada: DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA,
Valor Total: 35.230,76 (trinta e cinco mil, duzentos e trinta reais e setenta e seis centavos)
Dotação: 08.01.1.009.4.4.90.51.98.00.00.00 (15/2010)
Objeto: execução de obra de drenagem pluvial na Rua Marechal Deodoro, neste Município; em regime de empreitada global (material e mão-de-obra)
Data Assinatura: 04/05/2010
Data Vencimento: 04/07/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 136/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 136/2010 PMC
Licitação: Tomada de Preços nº. 00004/2010 - PMC
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia
Contratada: CONSTRUTORA GAUSS LTDA
Valor Total: 481.523,49 (quatrocentos e oitenta e um mil, quinhentos e vinte e três reais e quarenta e nove centavos)
Dotação: 08.01.1.009.4.4.90.51.98.00.00.00 (15/2010)
Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial em regime de empreitada global (material , mão-de-obra e equipamentos) das Ruas Neivaldo Luiz Balbinot; Serravalle; Mato Grosso e Rua "E".
Data Assinatura: 04/05/2010
Data Vencimento: 04/09/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 137/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 137/2010 PMC
Licitação: Pregão Presencial nº. 0039/2010 - PMC
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia
Contratada: GERPAGRO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA,
Valor Total: 3.462,50 (três mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)
Dotação: 08.01.1.009.4.4.90.52.99.00.00.00 (20/2010)
Objeto: fornecer os bancos de madeira plástica
Data Assinatura: 06/05/2010
Data Vencimento: 06/07/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 138/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 138/2010 PMC
Licitação: Pregão Presencial nº. 0041/2010 - PMC
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia
Contratada: TRANSPORTES COLETIVOS UNIDOS LTDA
Valor Total: 20.567,40 (vinte mil, quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos)
Dotação: 06.06.2.011.3.3.90.39.26.00.00.00 (114/2010)
Objeto: fornecer os passes escolares.
Data Assinatura: 06/05/2010
Data Vencimento: 31/12/2010



Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 139/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 139/2010 PMC
Licitação: Pregão Presencial nº. 0041/2010 - PMC
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia
Contratada: TRANSPORTES COLETIVOS ZONTA LTDA
Valor Total Estimado: 81.816,00 (oitenta e um mil e oitocentos e dezesseis reais)
Dotação: 06.06.2.011.3.3.90.39.26.00.00.00 (114/2010)
Objeto fornecer os passes escolares
Data Assinatura: 06/05/2010
Data Vencimento: 31/12/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 140/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 140/2010 PMC
Licitação: Pregão Presencial nº. 0041/2010 - PMC
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia
Contratada: TRANSPORTES OURO LTDA ME
Valor Total Estimado: 12.540,00 (doze mil e quinhentos reais)
Dotação: 06.06.2.011.3.3.90.39.26.00.00.00 (114/2010)
Objeto fornecer os passes escolares
Data Assinatura: 06/05/2010
Data Vencimento: 31/12/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 141/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 141/2010 PMC
Licitação: Pregão Presencial nº. 0041/2010 - PMC
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia
Contratada: CLAUDEMIR ANTONIO ROSSI & CIA LTDA - ME
Valor Total Estimado: R\$ 44.256,80 (quarenta e quatro mil duzentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos)
Dotação: 06.06.2.011.3.3.90.39.26.00.00.00 (114/2010)
Objeto fornecer os passes escolares
Data Assinatura: 06/05/2010
Data Vencimento: 31/12/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 142/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 142/2010 PMC
Licitação: Inexigibilidade de Licitação nº. 0012/2010 - PMC
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia
Contratada: HODIERNIA TRANSPORTES LTDA ME
Valor Total: R\$ 211.794,80 (duzentos e onze mil setecentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos)
Dotação: 06.06.2.011.3.3.90.39.26.00.00.00 (114/2010)
Objeto fornecimento de passes escolares (ida e volta) para alunos da rede pública municipal e estadual de ensino médio de Concórdia,
Data Assinatura: 07/05/2010
Data Vencimento: 31/12/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 143/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 143/2010 PMC
Licitação: Inexigibilidade de Licitação nº 12/2010 - PMC
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia
Contratada: TRANSKUNZLER-TUR LTDA ME.
Valor Total: R\$ 19.647,25 (dezenove mil seiscentos e quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos)
Dotação: 06.06.2.011.3.3.90.39.26.00.00.00 (114/2010)
Objeto: Fornecimento de passes escolares (ida e volta) para alu-

nos da rede pública municipal e estadual de ensino médio de Concórdia.

Data Assinatura: 07/05/2010
Data Vencimento: 31/12/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 144/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 144/2010 PMC
Licitação: Convite nº 14/2010 - PMC
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia
Contratada: CONSTRUCORDIA CONSTRUÇÕES LTDA
Valor Total: R\$ 4.779,48 (quatro mil, setecentos e setenta e nove reais e quarenta e oito centavos)
Dotação: 06.06.2.011.3.3.90.39.26.00.00.00 (114/2010)
Objeto: Execução em regime de empreitada global (material e mão-de-obra) de instalação de caixa de água no CEBES Frederico Kunz, Bairro Vista Alegre, neste Município.
Data Assinatura: 10/05/2010
Data Vencimento: 10/07/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 145/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 145/2010 PMC
Licitação: Convite nº 16/2010 - PMC
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia
Contratada: CONSTRUCORDIA CONSTRUÇÕES LTDA
Valor Total: 15.829,82 (quinze mil, oitocentos e vinte e nove reais e oitenta e dois centavos).
Dotação: 06.06.2.011.3.3.90.39.26.00.00.00 (114/2010)
Objeto: Execução de obra de reforma de corrimãos e cercas na Escola Básica Municipal Santa Cruz, neste Município.
Data Assinatura: 10/05/2010
Data Vencimento: 10/07/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 146/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 146/2010 PMC
Licitação: Pregão Eletrônico nº 6/2010 - PMC
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia
Contratada: ABATEDOURO SÃO CLEMENTE LTDA - EPP
Valor Total: R\$ 16.485,00 (dezesseis mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais).
Dotação: 06.06.2.011.3.3.90.39.26.00.00.00 (114/2010)
Objeto: fornecer alimentos.
Data Assinatura: 17/05/2010
Data Vencimento: 31/07/2010.
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 147/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 147/2010 PMC
Licitação: Pregão Eletrônico nº 6/2010 - PMC
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia
Contratada: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
Valor Total: R\$ 7.310,20 (sete mil e trezentos e dez reais e vinte centavos).
Dotação: 06.02.2.014.3.3.90.30.07.00.00.00 (90/2010); 06.02.2.014.3.3.90.30.07.00.00.00 (75/2010)
Objeto: fornecer alimentos
Data Assinatura: 17/05/2010
Data Vencimento: 31/07/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 148/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 148/2010 PMC



Licitação: Pregão Eletrônico nº 6/2010 - PMC
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia
Contratada: BISCOBOM ALIMENTOS LTDA
Valor Total: R\$ 3.468,00 (três mil e quatrocentos e sessenta e oito reais)
Dotação: 06.02.2.014.3.3.90.30.07.00.00.00 (90/2010); 06.02.2.014.3.3.90.30.07.00.00.00 (75/2010)
Objeto: fornecer alimentos
Data Assinatura: 17/05/2010
Data Vencimento: 31/07/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 149/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 149/2010 PMC
Licitação: Pregão Eletrônico nº 6/2010 - PMC
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia
Contratada: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA
Valor Total: R\$ 1.116,00 (um mil e cento e dezesseis reais).
Dotação: 06.02.2.014.3.3.90.30.07.00.00.00 (90/2010); 06.02.2.014.3.3.90.30.07.00.00.00 (75/2010)
Objeto: fornecer alimentos
Data Assinatura: 17/05/2010
Data Vencimento: 31/07/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 150/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 150/2010 PMC
Licitação: Pregão Eletrônico nº 6/2010 - PMC
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia
Contratada: FACCIOLI & CADORE LTDA - ME
Valor Total: R\$ 2.019,60 (dois mil e dezenove reais e sessenta centavos)
Dotação: 06.02.2.014.3.3.90.30.07.00.00.00 (90/2010); 06.02.2.014.3.3.90.30.07.00.00.00 (75/2010)
Objeto: fornecer alimentos
Data Assinatura: 17/05/2010
Data Vencimento: 31/07/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 152/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 152/2010 PMC
Licitação: Pregão Eletrônico nº 6/2010 - PMC
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia
Contratada: JOAÇABA MULTI DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
Valor Total: \$ 12.214,50 (doze mil e duzentos e quatorze reais e cinquenta centavos)
Dotação: 06.02.2.014.3.3.90.30.07.00.00.00 (90/2010); 06.02.2.014.3.3.90.30.07.00.00.00 (75/2010)
Objeto: fornecer alimentos
Data Assinatura: 17/05/2010
Data Vencimento: 31/07/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 153/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 153/2010 PMC
Licitação: Pregão Eletrônico nº 6/2010 - PMC
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia
Contratada: MARCOS GRANDO & CIA LTDA
Valor Total: R\$ 8.578,60 (oito mil e quinhentos e setenta e oito reais e sessenta centavos).
Dotação: 06.02.2.014.3.3.90.30.07.00.00.00 (90/2010); 06.02.2.014.3.3.90.30.07.00.00.00 (75/2010)
Objeto: fornecer alimentos

Data Assinatura: 17/05/2010
Data Vencimento: 31/07/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 154/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 154/2010 PMC
Licitação: Pregão Eletrônico nº 6/2010 - PMC
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia
Contratada: SC DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS - SABOR CATARINENSE LTDA
Valor Total: R\$ 25.969,80 (vinte e cinco mil e novecentos e sessenta e nove reais e oitenta centavos).
Dotação: 06.02.2.014.3.3.90.30.07.00.00.00 (90/2010); 06.02.2.014.3.3.90.30.07.00.00.00 (75/2010)
Objeto: fornecer alimentos
Data Assinatura: 17/05/2010
Data Vencimento: 31/07/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 155/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 155/2010 PMC
Licitação: Pregão Eletrônico nº 6/2010 - PMC
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia
Contratada: SUPERMERCADO LINASSI LTDA
Valor Total: R\$ 28.202,80 (vinte e oito mil e duzentos e dois reais e oitenta centavos).
Dotação: 06.02.2.014.3.3.90.30.07.00.00.00 (90/2010); 06.02.2.014.3.3.90.30.07.00.00.00 (75/2010)
Objeto: fornecer alimentos
Data Assinatura: 17/05/2010
Data Vencimento: 31/07/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 156/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 156/2010 PMC
Licitação: Pregão Presencial nº 43/2010 - PMC
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia
Contratada: JOSÉ DELLABONA ME
Valor Total: R\$ 9.353,40 (nove mil, trezentos e cinquenta e três reais e quarenta centavos)
Dotação: 06.06.2.011.3.3.90.36.26.00.00.00 (114/2010)
Objeto: Prestação de serviço de transporte coletivo, em regime de fretamento, de alunos de ensino médio da rede estadual, durante o ano letivo de 2010, nas linhas nº 02, constantes na proposta comercial da CONTRATADA.
Data Assinatura: 12/05/2010
Data Vencimento: 31/12/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 157/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 157/2010 PMC
Licitação: Pregão Presencial nº 43/2010 - PMC
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia
Contratada: TRANSPORTES ATIGRETUR LTDA ME
Valor Total: R\$ 10.437,10 (dez mil, quatrocentos e trinta e sete reais e dez centavos)
Dotação: 06.06.2.011.3.3.90.36.26.00.00.00 (114/2010)
Objeto: Prestação de serviço de transporte coletivo, em regime de fretamento, de alunos de ensino médio da rede estadual, durante o ano letivo de 2010, nas linhas nº 01, constantes na proposta comercial da CONTRATADA.
Data Assinatura: 12/05/2010
Data Vencimento: 31/12/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC



Extrato Contrato nº 158/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 158/2010 PMC

Licitação: Concorrência nº 0007/2009 - PMC

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: FOCO PROPAGANDA LTDA

Objeto: contratação de Agência de Propaganda e Publicidade para a prestação de serviços de comunicação, marketing, divulgação e publicidade, dentre outros, também com o objetivo de planejar, executar e veicular a Publicidade Institucional e de interesse público da Prefeitura Municipal de Concórdia.

Data Assinatura: 12/05/2010

Data Vencimento: 12/05/2011

Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 159/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 159/2010 PMC

Licitação: Pregão Presencial nº. 0040/2010 - PMC

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: MUNDIAL SERIGRAF COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME

Valor Total: R\$ 13.500,00 (treze mil, quinhentos reais)

Dotação: 10.01.2.039.3.3.90.30.29.00.00.00 (64/2010)

Objeto: Impressão digital em vinil adesivo e instalar nos painéis institucionais do calçadão, Largo Rio Branco e Quiosque, neste município.

Data Assinatura: 17/05/2010

Data Vencimento: 17/07/2010

Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 160/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 160/2010 PMC

Licitação: Contrato Direto

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: CPL ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

Valor Total: R\$7.740,00 (sete mil setecentos e quarenta reais)

Dotação: 06.02.2.017.3.3.90.39.08.00.00.00 (133/2010)

Objeto: Serviços de Manutenção e Alimentação de Software referente ao Programa Supletivo Presencial.

Data Assinatura: 17/05/2010

Data Vencimento: 17/05/2011

Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 161/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 161/2010 PMC

Licitação: Pregão Presencial nº 45/2010 - PMC

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E PESQUISA SABER LTDA

Valor Total: R\$ 79.990,00 (setenta e nove mil, novecentos e noventa reais).

Dotação: 04.01.2.007.3.3.90.39.48.00.00.00 (86/2010)

Objeto: Realização de concurso público para provimento de cargos na Administração Municipal de Concórdia.

Data Assinatura: 18/05/2010

Data Vencimento: 31/12/2010

Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 162/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 162/2010 PMC

Licitação: Pregão Presencial nº 46/2010 - PMC

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA

Valor Total: R\$ 88.207,50 (oitenta e oito mil, duzentos e sete reais e cinquenta centavos).

Dotações:

-20.01.2.451.3.3.90.30.07.00.00.00 (4/2010);

-21.01.2.501.3.3.90.30.07.00.00.00 (2/2010);

-19.01.2.401.3.3.90.30.07.00.00.00 (4/2010);

-13.01.2.104.3.3.90.30.07.00.00.00 (22/2010);

-12.01.2.043.3.3.90.30.07.00.00.00 (47/2010);

-11.01.2.043.3.3.90.30.07.00.00.00 (61/2010);

-05.01.2.010.3.3.90.30.07.00.00.00 (80/210);

-04.01.2.007.3.3.90.30.07.00.00.00 (86/2010);

-09.01.2.032.3.3.90.30.07.00.00.00 (11/2010);

-08.01.2.027.3.3.90.30.07.00.00.00 (29/2010);

-06.01.2.012.3.3.90.30.07.00.00.00 (76/2010);

-07.01.2.022.3.3.90.30.07.00.00.00 (74/2010);

-02.01.2.002.3.3.90.30.07.00.00.00 (98/2010);

-03.01.2.006.3.3.90.30.07.00.00.00 (95/2010);

-10.01.2.036.3.3.90.30.07.00.00.00 (36/2010).

-21.01.2.501.3.3.90.30.07.00.00.00(2/2010).

Objeto: fornecer 1.857 (um mil, oitocentos e cinquenta e sete) cestas alimentação para distribuição aos servidores públicos municipais ativos e inativos.

Data Assinatura: 18/05/2010

Data Vencimento: 30/06/2010

Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 163/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 163/2010 PMC

Licitação: Tomada de Preços nº 6/2010 - PMC,

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Valor Total: R\$ 131.499,60 (cento e trinta e um mil, quatrocentos e noventa e nove reais e sessenta centavos)

Dotações: 08.01.1.009.4.4.90.51.98.00.00.00 (18/2010) e 08.01.1.009.4.4.90.51.98.00.00.00 (20/2010).

Objeto: Execução de obra(s) de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial nas Ruas Eusébio Cassol, Leda Maria Matiello, Cyrillo Ernesto Tumelero, São João e Ferreira, neste Município.

Data Assinatura: 21/05/2010

Data Vencimento: 21/11/2010

Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 164/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 164/2010 PMC

Licitação: Tomada de Preços nº 6/2010 - PMC,

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

Valor Total: R\$ 613.089,34 (seiscentos e treze mil, oitenta e nove reais e trinta e quatro centavos)

Dotações: 08.01.1.009.4.4.90.51.98.00.00.00(18/2010)e 8.01.1.009.4.4.90.51.98.00.00.00 (20/2010)

Objeto: Execução de obra(s) de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial nas Ruas Eusébio Cassol, Leda Maria Matiello, Cyrillo Ernesto Tumelero, São João e Ferreira, neste Município.

Data Assinatura: 21/05/2010

Data Vencimento: 21/11/2010

Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 165/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 165/2010 PMC

Licitação: Tomada de Preços nº 7/2010 - PMC,

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Valor Total: R\$ 252.721,22 (duzentos e cinquenta e dois mil setecentos e vinte e um reais e vinte e dois centavos)

Dotação:08.01.1.009.4.4.90.51.98.00.00.00 (19/2010) e 08.01.1.009.4.4.90.51.98.00.00.00 (20/2010);

Objeto: Execução de obra(s) de pavimentação asfáltica e drena-



gem pluvial das Ruas Catharina Mafessoni, situada no Bairro da Gruta e Rua situada no Distrito de Santo Antonio, neste Município.

Data Assinatura: 24/05/2010

Data Vencimento: 24/08/2010

Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 166/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 166/2010 PMC

Licitação: Tomada de Preços nº 8/2010 - PMC,

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Valor Total: R\$ 121.416,62 (cento e vinte e um mil, quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e dois centavos)

Dotação: 08.01.1.009.4.4.90.51.98.00.00.00 (18/2010) e 08.01.1.009.4.4.90.51.98.00.00.00 (20/2010)

Objeto: Execução de obra(s) de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial na Rua Leônidas Fávero, bairro Arvoredo, neste Município.

Data Assinatura: 24/05/2010

Data Vencimento: 24/09/2010

Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 167/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 167/2010 PMC

Licitação: Pregão Presencial nº. 44/2010- PMC

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: ÁGUIA COMÉRCIO DE TINTAS E FERRAMENTAS LTDA

Valor Total: R\$ 4.721,50 (quatro mil, setecentos e vinte e um reais e cinquenta centavos).

Dotação: 06.02.2.017.3.3.90.30.24.00.00.00 (133/2010)

Objeto: fornecer as tintas

Data Assinatura: 25/05/2010

Data Vencimento: 25/07/2010

Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 173/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 173/2010 PMC

Licitação: Contrato Direto

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: BERTA CORRETORA DE SEGUROS E IMÓVEIS LTDA.

Valor Total: R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais).

Dotação: 07.01.2.022.3.3.90.39.10.00.00.00 (74/2010)

Objeto: Locação de imóvel, na Rua do Comércio, nº 408, 1º andar, Centro, neste Município, para abrigar as instalações da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente - SEMADRA.

Data Assinatura: 20/05/2010

Data Vencimento: 20/06/2010

Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 20/2010 - FMAS

Extrato do Contrato nº: 20/2010 FMAS

Licitação: Pregão Presencial nº 8/2010 - FMAS

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social

Contratada: COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP

Valor Total: 1.905,00 (um mil, novecentos e cinco reais).

Dotação: 15.01.2.203.4.4.90.52.35.00.00.00(17/2010); 15.01.2.203.4.4.90.52.39.00.00.00(17/2010); 15.01.2.203.4.4.90.52.12.00.00.00 (16/2010); 15.01.2.203.4.4.90.52.26.00.00.00(12/2010); 15.01.2.203.4.4.90.52.35.00.00.00 (12/2010); 15.01.2.203.4.4.90.52.35.00.00.00 (12/2010); 15.01.2.203.4.4.90.52.35.00.00.00 (12/2010)

Objeto: Fornecimento de móveis e equipamentos novos, com recursos oriundos do Convênio nº 17458/2009-0, com a Secretaria de Estado da Assistência Social/FEAS e Programa Bolsa Família

através dos recursos do Índice de Gestão descentralizada- IGD/BF.

Data Assinatura: 17/05/2010

Data Vencimento: 17/06/2011

Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 21/2010 - FMAS

Extrato do Contrato nº: 21/2010 FMAS

Licitação: Pregão Presencial nº 8/2010 - FMAS

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social

Contratada: S&V EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

Valor Total: R\$ 10.131,00 (dez mil, cento e trinta e um reais).

Dotação: 15.01.2.203.4.4.90.52.35.00.00.00(17/2010); 15.01.2.203.4.4.90.52.39.00.00.00(17/2010); 15.01.2.203.4.4.90.52.12.00.00.00 (16/2010); 15.01.2.203.4.4.90.52.26.00.00.00(12/2010); 15.01.2.203.4.4.90.52.12.00.00.00(16/2010); 15.01.2.203.4.4.90.52.35.00.00.00 (12/2010); 15.01.2.203.4.4.90.52.35.00.00.00 (12/2010)

Objeto: Fornecimento de móveis e equipamentos novos, com recursos oriundos do Convênio nº 17458/2009-0, com a Secretaria de Estado da Assistência Social/FEAS e Programa Bolsa Família através dos recursos do Índice de Gestão descentralizada- IGD/BF.

Data Assinatura: 17/05/2010

Data Vencimento: 17/07/2011

Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 22/2010 - FMAS

Extrato do Contrato nº: 22/2010 FMAS

Licitação: Pregão Presencial nº 8/2010 - FMAS

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social

Contratada: TENDÊNCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ESCRITÓRIO LTDA EPP

Valor Total: R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais)

Dotação: 15.01.2.203.4.4.90.52.35.00.00.00(17/2010); 15.01.2.203.4.4.90.52.39.00.00.00(17/2010); 15.01.2.203.4.4.90.52.12.00.00.00 (16/2010); 15.01.2.203.4.4.90.52.26.00.00.00(12/2010); 15.01.2.203.4.4.90.52.12.00.00.00(16/2010); 15.01.2.203.4.4.90.52.35.00.00.00 (12/2010); 15.01.2.203.4.4.90.52.35.00.00.00 (12/2010)

Objeto: Fornecimento de móveis e equipamentos novos, com recursos oriundos do Convênio nº 17458/2009-0, com a Secretaria de Estado da Assistência Social/FEAS e Programa Bolsa Família através dos recursos do Índice de Gestão descentralizada- IGD/BF.

Data Assinatura: 17/05/2010

Data Vencimento: 17/06/2011

Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 23/2010 - FMAS

Extrato do Contrato nº: 23/2010 FMAS

Licitação: Pregão Presencial nº 8/2010 - FMAS

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social

Contratada: VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA

Valor Total: R\$ 2.878,00 (dois mil, oitocentos e setenta e oito reais).

Dotação: 15.01.2.203.4.4.90.52.35.00.00.00(17/2010); 15.01.2.203.4.4.90.52.39.00.00.00(17/2010); 15.01.2.203.4.4.90.52.12.00.00.00 (16/2010); 15.01.2.203.4.4.90.52.26.00.00.00(12/2010); 15.01.2.203.4.4.90.52.12.00.00.00(16/2010); 15.01.2.203.4.4.90.52.35.00.00.00 (12/2010); 15.01.2.203.4.4.90.52.35.00.00.00 (12/2010)

Objeto: Fornecimento de móveis e equipamentos novos, com recursos oriundos do Convênio nº 17458/2009-0, com a Secretaria de Estado da Assistência Social/FEAS e Programa Bolsa Família através dos recursos do Índice de Gestão descentralizada- IGD/BF.



BF.
Data Assinatura: 17/05/2010
Data Vencimento: 17/06/2011
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 24/2010 - FMAS

Extrato do Contrato nº: 24/2010 FMAS
Licitação: Pregão Presencial nº 8/2010 - FMAS
Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social
Contratada: HUM MIMO PRESENTES LTDA ME
Valor Total: R\$ 1.005,00 (um mil e cinco reais).
Dotações: 15.01.2.203.4.4.90.52.35.00.00.00(17/2010); 15.01.2.203.4.4.90.52.39.00.00.00(17/2010); 15.01.2.203.4.4.90.52.12.00.00 (16/2010); 15.01.2.203.4.4.90.52.26.00.00.00(12/2010); 15.01.2.203.4.4.90.52.12.00.00.00(16/2010); 15.01.2.203.4.4.90.52.35.00.00.00 (12/2010); 15.01.2.203.4.4.90.52.35.00.00.00 (12/2010)
Objeto: Fornecimento de móveis e equipamentos novos, com recursos oriundos do Convênio nº 17458/2009-0, com a Secretaria de Estado da Assistência Social/FEAS e Programa Bolsa Família através dos recursos do Índice de Gestão descentralizada- IGD/BF.
Data Assinatura: 17/05/2010
Data Vencimento: 17/06/2011
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 24/2010 - FMEC

Extrato do Contrato nº: 24/2010 FMEC
Licitação: Pregão Eletrônico nº 00003/2010 - FMEC
Contratante: Fundação Municipal de Esportes de Concórdia
Contratada: Comape Máquinas para Escritório Ltda EPP
Valor Total: 165,60 (Cento e sessenta e cinco reais e sessenta centavos)
Dotações: 20.01.2.452.3.3.90.30.07.00.00.00 (15/2010); 20.01.2.452.3.3.90.30.22.00.00.00 (15/2010); 20.01.2.452.3.3.90.30.19.00.00.00 (15/2010); 20.01.2.452.3.3.90.30.21.00.00.00 (15/2010); 20.01.2.452.3.3.90.30.04.00.00.00 (15/2010).
Objeto: fornecer os alimentos e/ou materiais e/ou produtos de higiene e limpeza.
Data Assinatura: 03/05/2010
Data Vencimento: 31/12/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 25/2010 - FMEC

Extrato do Contrato nº: 25/2010 FMEC
Licitação: Pregão Eletrônico nº 00003/2010 - FMEC
Contratante: Fundação Municipal de Esportes de Concórdia
Contratada: BOLSI E CIA LTDA EPP
Valor Total: 14.632,81 (quatorze mil seiscentos e trinta e dois reais e oitenta e um centavos).
Dotações: 20.01.2.452.3.3.90.30.07.00.00.00 (15/2010); 20.01.2.452.3.3.90.30.22.00.00.00 (15/2010); 20.01.2.452.3.3.90.30.19.00.00.00 (15/2010); 20.01.2.452.3.3.90.30.21.00.00.00 (15/2010); 20.01.2.452.3.3.90.30.04.00.00.00 (15/2010).
Objeto: fornecer os alimentos e/ou materiais e/ou produtos de higiene e limpeza.
Data Assinatura: 03/05/2010
Data Vencimento: 31/12/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 26/2010 - FMEC

Extrato do Contrato nº: 26/2010 FMEC
Licitação: Pregão Eletrônico nº 00003/2010 - FMEC
Contratante: Fundação Municipal de Esportes de Concórdia
Contratada: MARCOS GRANDO E CIA LTDA ME

Valor Total: 4.241,13 (quatro mil duzentos e quarenta e um reais e treze centavos).
Dotações: 20.01.2.452.3.3.90.30.07.00.00.00 (15/2010); 20.01.2.452.3.3.90.30.22.00.00.00 (15/2010); 20.01.2.452.3.3.90.30.19.00.00.00 (15/2010); 20.01.2.452.3.3.90.30.21.00.00.00 (15/2010); 20.01.2.452.3.3.90.30.04.00.00.00 (15/2010).
Objeto: fornecer os alimentos e/ou materiais e/ou produtos de higiene e limpeza.
Data Assinatura: 03/05/2010
Data Vencimento: 31/12/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 27/2010 - FMEC

Extrato do Contrato nº: 27/2010
Licitação: Pregão Eletrônico nº 00003/2010 - FMEC
Contratante: Fundação Municipal de Esportes de Concórdia
Contratada: ABATEDOURO SÃO CLEMENTE LTDA
Valor Total: 8.574,25 (oito mil quinhentos e setenta e quatro reais e vinte e cinco centavos).
Dotações: 20.01.2.452.3.3.90.30.07.00.00.00 (15/2010); 20.01.2.452.3.3.90.30.22.00.00.00 (15/2010); 20.01.2.452.3.3.90.30.19.00.00.00 (15/2010); 20.01.2.452.3.3.90.30.21.00.00.00 (15/2010); 20.01.2.452.3.3.90.30.04.00.00.00 (15/2010).
Objeto: fornecer os alimentos e/ou materiais e/ou produtos de higiene e limpeza.
Data Assinatura: 03/05/2010
Data Vencimento: 31/12/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 28/2010 - FMEC

Extrato do Contrato nº: 28/2010
Licitação: Pregão Eletrônico nº 00003/2010 - FMEC
Contratante: Fundação Municipal de Esportes de Concórdia
Contratada: MORTARI E CIA LTDA
Valor Total: 191,20 (cento e noventa e um reais e vinte centavos).
Dotações: 20.01.2.452.3.3.90.30.07.00.00.00 (15/2010); 20.01.2.452.3.3.90.30.22.00.00.00 (15/2010); 20.01.2.452.3.3.90.30.19.00.00.00 (15/2010); 20.01.2.452.3.3.90.30.21.00.00.00 (15/2010); 20.01.2.452.3.3.90.30.04.00.00.00 (15/2010).
Objeto: fornecer os alimentos e/ou materiais e/ou produtos de higiene e limpeza.
Data Assinatura: 03/05/2010
Data Vencimento: 31/12/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 29/2010 - FMEC

Extrato do Contrato nº: 29/2010
Licitação: Pregão Eletrônico nº 00003/2010 - FMEC
Contratante: Fundação Municipal de Esportes de Concórdia
Contratada: SC DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS-SABOR CATARINENSE LTDA
Valor Total: 5.262,40 (cinco mil duzentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos)
Dotações: 20.01.2.452.3.3.90.30.07.00.00.00 (15/2010); 20.01.2.452.3.3.90.30.22.00.00.00 (15/2010); 20.01.2.452.3.3.90.30.19.00.00.00 (15/2010); 20.01.2.452.3.3.90.30.21.00.00.00 (15/2010); 20.01.2.452.3.3.90.30.04.00.00.00 (15/2010).
Objeto: fornecer os alimentos e/ou materiais e/ou produtos de higiene e limpeza.
Data Assinatura: 03/05/2010
Data Vencimento: 31/12/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 30/2010 - FMEC

Extrato do Contrato nº: 30/2010



Licitação: Pregão Eletrônico nº 00003/2010 - FMEC
Contratante: Fundação Municipal de Esportes de Concórdia
Contratada: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME
Valor Total: 63,70 (sessenta e três reais e setenta centavos).
Dotações: 20.01.2.452.3.3.90.30.07.00.00.00 (15/2010); 20.01.2.452.3.3.90.30.22.00.00.00 (15/2010); 20.01.2.452.3.3.90.30.19.00.00.00 (15/2010); 20.01.2.452.3.3.90.30.21.00.00.00 (15/2010); 20.01.2.452.3.3.90.30.04.00.00.00 (15/2010).
Objeto: fornecer os alimentos e/ou materiais e/ou produtos de higiene e limpeza.
Data Assinatura: 03/05/2010
Data Vencimento: 31/12/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 31/2010 - FMEC

Extrato do Contrato nº: 31/2010
Licitação: Pregão Presencial nº 00006/2010 - FMEC
Contratante: Fundação Municipal de Esportes de Concórdia
Contratada: ROANI COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA
Valor Total: 6.280,00 (seis mil, duzentos e oitenta reais).
Dotações: 20.01.1.451.4.4.90.52.34.00.00.00 (7/2010)
Objeto: fornecer o equipamento.
Data Assinatura: 17/05/2010
Data Vencimento: 17/06/2012
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato Contrato nº 151/2010 - PMC

Extrato do Contrato nº: 151/2010 PMC
Licitação: Pregão Eletrônico nº 6/2010 - PMC
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia
Contratada: IRMÃO BALBINOT LTDA
Valor Total: R\$ 3.169,70 (três mil e cento e sessenta e nove reais e setenta centavos).
Dotação: 06.02.2.014.3.3.90.30.07.00.00.00 (90/2010); 06.02.2.014.3.3.90.30.07.00.00.00 (75/2010)
Objeto: fornecer alimentos
Data Assinatura: 17/05/2010
Data Vencimento: 31/07/2010
Foro: Comarca de Concórdia, SC

Extrato do Termo de Compromisso Nº 072/2010

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 072/2010

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à ASJUR, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante VANESSA SCHMIDT, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 077.512.529-60, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 502,46 (quinhentos e dois reais com quarenta e seis centavos).

PRAZO: 07.06.2010 a 31.12.2010.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 073/2010

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 073/2010

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à AUDITORIA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante ANDRESSA BEAL LUDVIG, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 076.728.879-39, em regi-

me de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 502,46 (quinhentos e dois reais com quarenta e seis centavos).

PRAZO: 07.06.2010 a 31.12.2010.

Termo de rescisão do termo de compromisso de estágio nº 153/2009, referente ao termo de compromisso originário nº 132/2009

TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 153/2009, referente ao TERMO DE COMPROMISSO ORIGINÁRIO Nº 132/2009

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 07 de junho de 2010, termo de compromisso de estágio nº 153/2009, referente ao termo de compromisso originário nº 132/2009, de 28 de dezembro de 2009, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representada pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estagiário(a) FERNANDA CARLA DOS SANTOS, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 085.608.849-80.

DATA DA ASSINATURA: 07 de junho de 2010.



CÂMARA DE VEREADORES**Balancete Financeiro****SANTA CATARINA****CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2010

| Receita | | Despesa | |
|--|------------|--|------------|
| Títulos | Valor | Títulos | Valor |
| | | Despesa Orçamentária | 163.056,89 |
| | | Despesas exceto Intra-orçamentárias | 158.793,13 |
| | | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 98.581,56 |
| | | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 60.211,57 |
| | | Despesas Intra-orçamentárias | 4.263,76 |
| | | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 4.263,76 |
| Receita Extra - Orçamentária | 333.191,91 | Despesa Extra - Orçamentária | 176.628,19 |
| DEPÓSITOS | 14.235,02 | DEPÓSITOS | 13.571,30 |
| CONSIGNAÇÕES | 14.235,02 | CONSIGNAÇÕES | 13.571,30 |
| PREVIDÊNCIA SOCIAL | 4.432,46 | PREVIDÊNCIA SOCIAL | 4.432,46 |
| PENSÃO ALIMENTÍCIA | 1.020,00 | PENSÃO ALIMENTÍCIA | 1.020,00 |
| TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL | 5.271,74 | TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL | 5.260,54 |
| PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA | 2.239,29 | PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA | 2.239,29 |
| PLANOS DE SEGUROS | 56,09 | EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS | 553,53 |
| EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS | 553,53 | DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS | 65,48 |
| DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS | 661,91 | OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO | 163.056,89 |
| OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO | 163.056,89 | OBRIGAÇÕES A PAGAR | 163.056,89 |
| OBRIGAÇÕES A PAGAR | 163.056,89 | FORNECEDORES | 60.211,57 |
| FORNECEDORES | 60.211,57 | PESSOAL A PAGAR | 84.161,98 |
| PESSOAL A PAGAR | 84.161,98 | ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER | 18.683,34 |
| ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER | 18.683,34 | | |
| INTERFERÊNCIAS ATIVAS | 155.900,00 | | |
| TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS | 155.900,00 | | |
| REPASSE RECEBIDO | 155.900,00 | | |
| Saldos anteriores | 139.433,63 | Saldos atuais | 0,00 |
| APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO | 83.779,52 | INVESTIMENTOS DO RPPS | 0,00 |
| BANCO C/ MOVIMENTO | 55.654,11 | | |
| INVESTIMENTOS DO RPPS | 0,00 | | |
| Total | 472.625,54 | | |

CONCORDIA, 31/05/2010

ALAOR ANTONIO CAMILLO
Presidente

DELAIR M. S. DALLEGRAVE
Contador CRC SC 022.843/O-5



Coronel Martins

PREFEITURA MUNICIPAL

ANEXO TC-07/94 - Dados e Texto de Contrato 080

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 080

MÊS/ANO: JUNHO/2010 NÚMERO CONTRATO:080/2010

VALOR MENSAL CONTRATO: R\$ 6.890,00 (seis mil oitocentos e noventa reais).

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/06/2010

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a aquisição de:

- Um Freezer marca Gelpar com capacidade de 410 lts, na cor branca com tampa de vidro transparente, na classe A relacionado com os gastos de energia elétrica e garantia de 6 meses.
- Um Picador de carne em aço inox, marca Met Visa com capacidade de 200 kg/h, motor com 1 cv, com pés reguláveis, com garantia de 6 meses.
- Duas Mesas marca Oeste, com estrutura total em aço inox AISI 304, chapa de 2 mm, com pés reguláveis, com medidas mínimas de 1.90x0.80x0.85m, tendo prateleira com borda obedecendo as normas da vigilância sanitária, estrutura em tubo retangular 40x40x1,5mm, reforçada em perfil tipo U com grade inferior na mesa sendo em tubo 20x30mm com quantidade de 6 peças para apoio de caixa embaixo da mesa e acabamento jateado.

Parágrafo único. O presente Edital visa concretizar o objeto do convênio 0276098-92/2008 de 26 de dezembro de 2008, firmado entre o Município de Coronel Martins e o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA/Caixa Econômica Federal.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC 14.693

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 83.854.752/0001-47

CONTRATADO: REFRIGERAÇÃO OESTE LTDA.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: O presente contrato tem vigência de 120 dias da data da assinatura do contrato, podendo o mesmo ser prorrogado em caso de necessidade e de comum acordo em ambas as partes.

ANEXO TC-07/94 - Dados e Texto de Contrato 081

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 081

MÊS/ANO: JUNHO/2010 NÚMERO CONTRATO:081/2010

VALOR MENSAL CONTRATO: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/06/2010

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a aquisição de um Caminhão novo 0 km, Marca FORD CARGO C-712, ano e modelo 2010, cabine frontal metálica, motor com 120 Cv turbo intercooler, 05 (cinco) velocidades, alimentação por bomba injetora, com rodado 4X2, direção hidráulica, freios a ar e freios de estacionamento, com capacidade de carga de 4.670 kg e 7.700 kg de PBT. Equipado com Baú frigorífico plástico modelo PAL nas medidas de 4,200x2, 200x2,100m, duas portas na traseira com varão, dobradiças em aço inox, uma porta lateral com varão, ganchos e tendais em aço carbono galvanizado, com assoalho em fibra

ou alumínio canelado com isolamento em poliuretano, iluminação interna e externa, divisória removível, chassi do baú em madeira de lei, pára-lamas com apara barro, pára-choque instalado e homologado sob o chassi do caminhão, equipamento de refrigeração acoplado ao motor do caminhão com degelo e sistema automático com o controlador dentro da cabine do motorista, temperatura média de -5° (menos 05 graus Celsius) e garantia de 6 (seis) meses para o motor elétrico e 01 (um) ano para a caixa frigorífica.

Parágrafo único. O presente Edital visa concretizar o objeto do convênio 0276098-92/2008 de 26 de dezembro de 2008, firmado entre o Município de Coronel Martins e o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA/Caixa Econômica Federal.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC 14.693

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 02.937.451.0005-09

CONTRATADO: BIGGER CAMINHÕES LTDA.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: O presente contrato tem vigência de 120 dias da data da assinatura do contrato, podendo o mesmo ser prorrogado em caso de necessidade e de comum acordo em ambas as partes.

Corupá

PREFEITURA MUNICIPAL

Pregão Presencial 027/10 - Equipamentos Pronto Atendimento

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO -

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 027/10

OBJETO: Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para uso no Pronto Atendimento do Município de Corupá-SC.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 08/06/10, às 09h00min do dia 22/06/10.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 22/06/10

TIPO: Menor Preço Unitário.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao setor de licitações pelo email: compras@corupa.sc.gov.br.

As propostas somente serão aceitas em mídia CD, gravadas através de sistema disponibilizado pelo Município de Corupá. Sob pena de Desclassificação.

Corupá, 08 de Junho de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Ermo

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei N° 276, de 28 de maio de 2010.

LEI N° 276, de 28 de maio de 2010.

Dispõe sobre o Código de Obras do Município de Ermo regulamentando as normas edilícias no município e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui o Código de Obras e matérias de Edificações em Geral do Município de ERMO.

Art. 2º Serão reguladas pelo presente Código as seguintes obras efetuadas por particulares ou entidade pública, na zona urbana e rural no Município, obedecidas as prescrições legais federais e estaduais pertinentes:

- I - Toda construção, reconstrução, reforma, ampliação, demolição;
- II - Projetos de edificações;
- III - Serviços e obras de infra-estrutura;
- IV - Drenagens e pavimentação;
- V - Abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- VI - Energia e telefonia.

§ 1º Os projetos, serviços e obras referidas neste artigo, executados por órgão público ou por iniciativa particular, estarão obrigados à prévia Licença Municipal.

§ 2º Os projetos, serviços e obras referidas neste artigo devem ser executados de acordo com as exigências contidas neste Código e na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal, mediante a assunção de responsabilidade por profissional legalmente habilitado com registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA).

TÍTULO I CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 3º. Constituem objetivos do Código de Obras:

I - Regular a atividade edilícia, visando garantir as condições mínimas de segurança, conforto, higiene e salubridade das edificações e obras em geral, inclusive as destinadas ao funcionamento de órgãos ou serviços públicos;

II - Atribuir direitos e responsabilidades do município, do proprietário ou possuidor de imóvel, e do profissional, atuantes na atividade edilícia;

III - Estabelecer procedimentos administrativos, regras gerais e específicas destinados ao controle da atividade edilícia;

IV - prioridade do interesse coletivo ante o individual;

V - valorização da formação técnica e da habilidade criativa dos profissionais.

Art. 4º Mediante convênio com organizações governamentais ou não-governamentais, poderá o Poder Público dispensar de projeto

próprio às edificações residenciais isoladas com área construída inferior a 70 m², destinada a famílias com renda inferior a 03 (três) salários-mínimos, sendo utilizado projeto-padrão fornecido pela entidade conveniada, sendo a responsabilidade técnica pela execução assegurada por profissionais qualificados, devidamente anotada em formulário especial.

Art. 5º Todos os logradouros públicos e edificações, exceto aqueles destinados à habitação de caráter permanente unifamiliar, deverão ser projetados de modo a permitir o acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência, conforme orientações previstas na NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 6º Para atividades, construção ou reforma de instalações capazes de causar, sob qualquer forma, impactos ao meio ambiente, será exigida, a critério do órgão competente do Município, aprovação prévia dos órgãos estadual e municipal de controle ambiental quando da aprovação do projeto.

Parágrafo único. Consideram-se impactos ao meio ambiente, natural e construído, as interferências nas condições da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, do solo, do ar, da insolação e acústica das edificações e suas áreas vizinhas, bem como do uso do espaço urbano.

Art. 7º O projeto do qual possa decorrer risco à saúde pública, deverão atender as exigências do Código de Vigilância Sanitária, legislação estadual e federal, e ser analisado pela autoridade sanitária municipal, a fim de que obtenha as devidas autorizações e licenciamentos.

Art. 8º As obras a serem realizadas em construções integrantes do patrimônio histórico municipal, estadual ou federal, ou nas suas vizinhanças, deverão atender às normas próprias estabelecidas pelo órgão de proteção competente.

CAPÍTULO II DAS DEFINIÇÕES

Art. 9º Para efeito de aplicação deste Código, ficam assim conceituados os termos:

I - ABNT- Sigla da Associação Brasileira de Normas Técnicas;

II - Acessibilidade - Sistemas que permitem e favorecem o deslocamento de pessoas e bens dentro da infraestrutura urbana, visando garantir de forma eficiente, o encontro entre pessoas, a relação entre atividades, o acesso à informação e lugares dentro do espaço urbano;

III - Acesso - Interligação para veículos ou pedestres, entre:

logradouro público e espaços de uso comum em condomínio;
logradouro público e propriedade privada; ou
propriedade privada e áreas de uso comum em condomínio;

IV - Acréscimo ou Ampliação - Obra que resulta no aumento do volume ou da área construída total da edificação existente;

V - Afastamento Lateral - Distância mínima entre a edificação e as divisas laterais do lote de sua acessão;

VI - Alinhamento: linha divisória legal entre lote e logradouro público;

VII - Alvará - Documento que licencia a execução de obras relativas a loteamentos, urbanização de áreas, projetos de infraestrutura, projetos de edificações, bem como a localização e o



funcionamento de atividades;

VIII - Altura da edificação: desnível real entre o pavimento do andar de saída da edificação e o pavimento do andar mais elevado, excluído o ático;

IX - Andar: volume compreendido entre dois pavimentos consecutivos, ou entre o pavimento e o nível superior de sua cobertura;

X - Andaime - Plataforma provisória, elevada, destinada a sustentar operários, equipamentos e materiais quando da execução de serviços de construção, reconstrução, reforma ou demolição;

XI - Aprovação - Ato administrativo que precede ao licenciamento da obra, construção ou implantação de atividade sujeita à fiscalização municipal;

XII - Aprovação do Projeto - Ato administrativo que precede ao licenciamento da construção;

XIII - Área \"non aedificandi\" - Área situada ao longo das águas correntes e dormentes, das faixas de ferrovias, rodovias e dutos, bem como ao longo de equipamentos urbanos, definida em lei federal, estadual ou municipal, onde não é permitida qualquer edificação;

XIV - Área edificada: área total coberta de uma edificação;

XV - Área útil: superfície utilizável de uma Edificação, excluídas as paredes;

XVI - Área e Testada Mínima de Lote - Medidas que estabelecem as dimensões mínimas quanto à superfície e ao comprimento da frente do lote para o parcelamento do solo;

XVII - Área Livre do Lote - Superfície do lote não ocupada pela projeção horizontal da edificação;

XVIII - ART - Anotação de Responsabilidade Técnica - Súmula de um contrato firmado entre o profissional de engenharia, arquitetura ou agronomia e o cliente, para a execução de uma obra ou prestação de um serviço, que fica registrada no CREA;

XIX - Ático: parte do volume superior de uma edificação, destinada a abrigar casa de máquinas, piso técnico de elevadores, caixas d'água e circulação vertical;

XX - Átrio: pátio interno, de acesso a uma Edificação;

XXI - Balanço: avanço da Edificação acima do térreo sobre os alinhamentos ou recuos regulares;

XXII - Beiral - Prolongamento da cobertura além das paredes externas da edificação;

XXIII - Calçada ou Passeio - Parte do logradouro destinado ao trânsito de pedestres;

XXIV - Calçada - Parte do logradouro público destinado ao pedestre e equipado de forma a impedir o estacionamento e o trânsito de veículos, exceto quando dotado de ciclovia, tendo por propósito oferecer condições adequadas à circulação e lazer da coletividade;

XXV - Canteiro Central - Espaço compreendido entre os bordos internos das pistas de rolamento, objetivando separá-las fisicamente;

XXVI - Canteiro de Obra - Área em que se realiza a construção,

se armazenam os materiais a serem empregados ou com eles se trabalha ou, ainda, onde se efetua a montagem dos elementos que serão utilizados na obra;

XXVII - Certificado de conclusão de obra: documento expedido pela prefeitura que autoriza a ocupação de uma edificação;

XXVIII - Ciclofaixa - Faixa exclusiva para bicicletas nas calçadas, passeios e calçadas ou contíguas às vias de circulação;

XXIX - Ciclovia - Via destinada, única e exclusivamente, à circulação de bicislos ou seus equivalentes, não motorizados;

XXX - Circulação Horizontal - Espaços de circulação horizontal tais como os corredores e os vestíbulos;

XXXI - Circulação Vertical - Elementos de circulação vertical, tais como as escadas, as rampas e os elevadores;

XXXII - Construção - Obra de edificação nova, autônoma, sem vínculo funcional com outras edificações existentes no lote;

XXXIII - Coroamento: elemento de vedação que envolve o ático;

XXXIV - Cota - Indicação ou registro numérico de dimensões;

XXXV - Demolição: total derrubamento de uma edificação. (a demolição parcial ou o total derrubamento de um bloco de um conjunto de edificações caracteriza-se como reforma);

XXXVI - Desmembramento - Subdivisão de uma gleba em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes;

XXXVII - Edificação: obra coberta destinada a abrigar atividade humana ou qualquer instalação, equipamento e material;

XXXVIII - Edificação permanente: aquela de caráter duradouro;

XXXIX - Edificação transitória: aquela de caráter não permanente, passível de montagem, desmontagem e transporte;

XL - Embargo: ato administrativo que determina a paralisação de uma obra;

XLI - Equipamento: elemento destinado a guarnecer ou completar uma edificação, a esta se integrando;

XLII - Equipamento permanente: aquele de caráter duradouro;

XLIII - Equipamento transitório: aquele de caráter não permanente, passível de montagem, desmontagem e transporte;

XLIV - Escala: relação entre as dimensões do desenho e a do que ele representa;

XLV - Especificações - Descrição das qualidades dos materiais a empregar numa obra e da sua aplicação, completando as indicações do projeto e dos detalhes;

XLVI - Estacionamento - Área coberta ou descoberta, destinada à guarda de veículos, de uso privado ou coletivo e constituído pelas áreas de vagas e circulação;

XLVII - Infração: violação da lei;

XLVIII - Faixa de Domínio Público - Área de terreno necessária à

construção e operação de rodovias ou ferrovias e que se incorpora ao domínio público;

XLIX - Fiscalização - Atividade desempenhada pelo Poder Público, em obra, serviço ou qualquer outra atividade, com o objetivo de cumprir ou fazer cumprir as determinações estabelecidas em lei;

L - Jirau: mobiliário constituído por estrado ou passadiço instalado a meia altura em compartimento; piso intermediário dividindo compartimento existente com área até $\frac{1}{4}$ da área do compartimento;

LI - Lindeiro: limítrofe;

LII - Logradouro público: toda parcela de território de propriedade pública e de uso comum da população;

LIII - Memorial descritivo: texto descritivo de elementos ou serviços para a compreensão de uma obra, tal como especificação de componentes a serem utilizados e índices de desempenho a serem obtidos;

LIV - Mezanino: pavimento que subdivide parcialmente um andar em dois andares;

LV - Mobiliário: elemento construtivo não enquadrável como edificação ou equipamento;

LVI - Movimento de terra: modificação do perfil do terreno que implicar em alteração topográfica superior a 1,0 m (um metro) de desnível ou a 1.000,0 m³ (um mil metros cúbicos) de volume, ou em terrenos pantanosos ou alagadiços;

LVII - Muro: elemento construtivo situado no alinhamento predial do terreno, construído com material que vede a visão, em relação ao nível do passeio;

LVIII - Muro de arrimo: muro destinado a suportar desnível de terreno superior a 1,0 m (um metro), com altura necessária para sustentar o desnível de terra entre o alinhamento do logradouro e do terreno a ser edificado;

LIX - Obra: realização de trabalho em imóvel, desde seu início até sua conclusão, cujo resultado implique na alteração de seu estado físico anterior;

LX - Obra complementar: edificação secundária, ou parte da edificação que, funcionalmente, complemente a atividade desenvolvida no imóvel;

LXI - Obra emergencial: obra de caráter urgente, essencial à garantia das condições de estabilidade, segurança ou salubridade de um imóvel;

LXII - Pavimento: plano de piso; conjunto de compartimentos situados no mesmo nível numa edificação;

LXIII - Peça gráfica: representação gráfica de elementos para a compreensão de um projeto ou obra;

LXIV - Perfil do terreno: situação topográfica existente, objeto do levantamento físico que serviu de base para a elaboração do projeto e/ou constatação da realidade;

LXV - Perfil original do terreno: aquele constante dos levantamentos aerofotogramétricos disponíveis ou do arruamento aprovado, anteriores à elaboração do projeto;

LXVI - Piso drenante: aquele que permite a infiltração de águas

pluviais no solo através de, no mínimo, 20% (vinte por cento) de sua superfície por metro quadrado;

LXVII - Reforma: obra que implica em uma ou mais das seguintes modificações, com ou sem alteração de uso: área edificada, estrutura, compartimentação vertical e/ou volumetria. Obra que altere a edificação em parte essencial por supressão, acréscimo ou modificação;

LXVIII - Pequena reforma: reforma com ou sem mudança de uso na qual não haja supressão ou acréscimo de área, ou alterações que infrinjam as legislações edilícias e de parcelamento, uso e ocupação do solo;

LXIX - Reconstrução: obra destinada à recuperação e recomposição de uma edificação, motivada pela ocorrência de incêndio ou outro sinistro fortuito, mantendo-se as características anteriores;

LXX - Reparo: obra ou serviço destinado à manutenção de um edifício, sem implicar em mudança de uso, acréscimo ou supressão de área, alteração da estrutura, da compartimentação horizontal ou vertical, da volumetria, e dos espaços destinados à circulação, iluminação e ventilação;

LXXI - Restauro ou restauração: recuperação de edificação tombada ou preservada, de modo a restituir-lhe as características originais;

LXXII - Saliência: elemento arquitetônico proeminente, engastado ou apostado em edificação ou muro;

LXXIII - Tapume: vedação provisória usada durante a construção;

LXXIV - Testada: linha que separa o logradouro público da propriedade particular;

LXXV - Vistoria: diligência efetuada por funcionários habilitados para verificar determinadas condições das obras.

TÍTULO II DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES

CAPÍTULO I DO MUNICÍPIO

Art. 10 O Município, visando exclusivamente à observância das prescrições deste Código, do Plano Diretor Municipal e da legislação correlata pertinente, licenciará e fiscalizará a execução, utilização e manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade das obras, edificações e equipamentos, não se responsabilizando por qualquer sinistro ou acidente decorrente de deficiências do projeto, e da sua execução ou da sua utilização.

Art. 11 O Município deverá assegurar, por meio do respectivo órgão competente, o acesso aos munícipes a todas as informações contidas na legislação relativa ao Plano Diretor Municipal, Perímetros Urbanos, Parcelamento do Solo Urbano e Regularização Fundiária, Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal, pertinentes ao imóvel a ser construído ou atividade em questão, bem como as informações geotécnicas e condições do solo.

Art. 12 Fica obrigada a Prefeitura Municipal de ERMO, por meio da Secretaria Municipal competente a comunicar ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), quando constatar irregularidades e ou infrações cometidas pelos profissionais responsáveis pela obra.

Art. 13 A Municipalidade aplicará as multas, estabelecidas nesta lei, aos infratores do disposto neste Código.



CAPÍTULO II DO PROPRIETÁRIO OU POSSUIDOR

Art. 14 É direito do proprietário ou possuidor promover e executar obras ou implantar equipamentos no imóvel de sua propriedade, mediante prévio conhecimento e consentimento do Município, respeitada a legislação urbanística municipal e o direito de vizinhança.

§ 1º Considera-se proprietário do imóvel a pessoa física ou jurídica, portadora do título de propriedade registrado em Cartório de Registro Imobiliário.

§ 2º Considera-se possuidor, a pessoa, física ou jurídica, que tenha de fato o direito de usar e alterar as características do imóvel objeto da obra.

§ 3º A análise dos pedidos de emissão dos documentos previstos neste código dependerá, quando for o caso, da apresentação do Título de Propriedade registrado no Registro de Imóveis, sendo o proprietário ou possuidor do imóvel, ou seus sucessores a qualquer título, responsáveis, civil e criminalmente, pela veracidade dos documentos e informações apresentadas ao Município, não implicando sua aceitação em reconhecimento do direito de propriedade sobre o imóvel.

Art. 15 O proprietário ou possuidor do imóvel, ou seus sucessores a qualquer título, são responsáveis pela manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade dos imóveis, edificações e equipamentos, bem como pela observância das prescrições deste Código e legislação municipal correlata, assegurando-lhes todas as informações cadastradas na Prefeitura Municipal de Ermo, relativas ao seu imóvel.

CAPÍTULO III DO PROFISSIONAL

Art. 16 É obrigatória a assistência de profissional habilitado na elaboração de projetos, na execução e na implantação de obras, sempre que assim o exigir a legislação federal relativa ao exercício profissional.

Art. 17 Profissional habilitado é o técnico registrado junto ao órgão federal fiscalizador do exercício profissional, podendo atuar como pessoa física ou como responsável por pessoa jurídica, respeitada as atribuições e limitações consignadas por aquele organismo e devidamente licenciado pelo Município.

Parágrafo único. Não será considerado legalmente habilitado o profissional ou empresa que estiver em atraso com os impostos municipais.

Art. 18 Será considerado autor, o profissional habilitado responsável pela elaboração de projetos, que responderá pelo conteúdo das peças gráficas, descritivas, especificações e exequibilidade de seu trabalho.

Art. 19 A responsabilidade pela elaboração de projetos, cálculos, especificações e pela execução de obras é do profissional que a assinar, não assumindo o Município, em consequência da aprovação, qualquer responsabilidade sobre tais atos.

Art. 20 Será considerado Responsável Técnico da Obra, o profissional responsável pela direção técnica das obras, desde seu início até sua total conclusão, respondendo por sua correta execução e adequado emprego de materiais, conforme projeto aprovado na Prefeitura Municipal de Ermo e observância da legislação em vigor.

Art. 21 É obrigação do responsável técnico, ou do proprietário, a manter no local da obra, à disposição da fiscalização municipal,

uma cópia do projeto aprovado, do respectivo alvará, bem como a colocação da placa da obra em posição bem visível, enquanto perdurarem as obras.

Parágrafo único. A placa da Obra deve conter as seguintes informações:

Endereço completo da obra;
Nome do proprietário;
Nome(s) do(s) responsável (eis) técnico(s) pelo(s) projeto(s) e pela construção, categoria profissional e número da respectiva carteira;
Finalidade da obra; e
Número do alvará ou licença.

Art. 22 É permitida a substituição de profissionais responsáveis pela execução de obras, nos termos da legislação profissional regulada pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, devendo o Município ser comunicado, pelo novo responsável, em prazo de 05 (cinco) dias úteis após o deferimento da substituição pelo Conselho.

Art. 23 A atuação do profissional que incorra em comprovada imperícia, má fé ou direção de obra sem os documentos exigidos pelo Município, será comunicada ao órgão fiscalizador do exercício profissional.

TÍTULO III DAS OBRAS PÚBLICAS

Art. 24 As obras públicas não poderão ser executadas sem autorização da Prefeitura, devendo obedecer às determinações do presente Código ficando, entretanto, isentas de pagamento de emolumentos, as seguintes obras:

- I - Construção de edifícios públicos;
- II - Obras de qualquer natureza em propriedade da União ou Estado;
- III - Obras a serem realizadas por instituições oficiais ou para-estatais quando para a sua sede própria;
- IV - Obras para entidades com fins filantrópicos.

Art. 25 O processamento do pedido de licença para obras públicas será feito com preferência sobre quaisquer outros processos.

Art. 26 O pedido de licença será feito por meio de ofício dirigido ao Prefeito pelo órgão interessado, devendo este ofício ser acompanhado do projeto completo da obra a ser executada, conforme exigências deste Código.

Art. 27 Os projetos deverão ser assinados por profissional legalmente habilitado, sendo a assinatura seguida de indicação do cargo, quando se tratar de funcionário, que deva, por força do mesmo, executar a obra. No caso de não ser funcionário, o profissional responsável deverá satisfazer as disposições do presente Código.

Art. 28 Os contratantes ou executantes das obras públicas estão sujeitos ao pagamento das licenças relativas ao exercício da respectiva profissão, a não ser que se trate de funcionário que deva executar as obras em função do cargo.

Art. 29 As obras pertencentes à Municipalidade ficam sujeitas na sua execução, à obediência das determinações do presente Código.

TÍTULO IV DAS OBRAS EXISTENTES, REFORMAS, REGULARIZAÇÕES E RECONSTRUÇÕES DE EDIFICAÇÕES



Art. 30 A execução das obras, em geral, somente poderá ser iniciada depois de concedida o Alvará para Construção.

CAPÍTULO I DAS REFORMAS E AMPLIAÇÃO

Art. 31 As edificações existentes regulares poderão ser reformadas desde que a reforma não crie nem agrave eventual desconformidade com esta Lei ou com a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal.

Parágrafo único. As reformas estão sujeitas ao Alvará de Construção, de Aprovação e Certificado de Conclusão de Obra.

Art. 32 Não será concedido Certificado de Conclusão para a reforma, parcial ou total, que esteja em desacordo com esta lei e com a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal.

Art. 33 Nas edificações a serem reformadas com mudança de uso e em comprovada existência regular em período de 10 (dez) anos, poderão ser aceitas, para a parte existente e a critério da Prefeitura Municipal de Ermo, soluções que, por implicações de caráter estrutural, não atendam integralmente às disposições previstas na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal, relativas a dimensões e recuos, desde que não comprometam a salubridade nem acarretem redução da segurança.

Parágrafo Único. Serão considerados ainda para efeito deste artigo, os imóveis reconhecidos por lei municipal, estadual ou federal, como de patrimônio histórico.

CAPÍTULO II DAS REGULARIZAÇÕES

Art. 34 As edificações irregulares, no todo ou em parte, poderão ser regularizadas e reformadas, desde que atendam ao disposto nesta Lei e na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal, expedindo-se Alvará de Aprovação das edificações e Certificado de Conclusão de Obra.

Art. 35 A reconstrução de qualquer edificação, caso se pretenda introduzir alterações em relação à edificação anteriormente existente, será enquadrada como reforma.

CAPÍTULO III DAS RECONSTRUÇÕES

Art. 36 A edificação regular poderá ser reconstruída, no todo ou em parte, conforme o projeto aprovado.

Art. 37 A edificação irregular só poderá ser reconstruída para atender ao relevante interesse público.

Art. 38 A reconstrução de edificação que abrigava uso instalado irregularmente, só será permitida se:

- I - for destinada a uso permitido na zona;
- II - adaptar-se às disposições de segurança.

Art. 39 O Município poderá recusar, no todo ou em parte, a reconstrução nos moldes anteriores da edificação com índice e volumetria em desacordo com o disposto nesta Lei ou no Plano Diretor Municipal, que seja prejudicial ao interesse urbanístico.

TÍTULO V DAS OBRAS PARALISADAS OU EM RUÍNAS

Art. 40 No caso de paralisação da obra por mais de um ano, a Prefeitura mandará proceder a uma vistoria e tratando-se de ruína

eminente, intimará o proprietário a mandar demoli-la, sob pena de ser feita a demolição pela Prefeitura, cobrando as despesas cabíveis, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento).

Art. 41 Nas obras paralisadas mais de um ano, deverá ser feito o fechamento do terreno, no alinhamento do logradouro por meio de muro dotado de portão de entrada, observadas as exigências desta Lei, para fechamento dos terrenos.

Art. 42 Durante o período de paralisação, o proprietário será responsável pela vigilância ostensiva da obra, de forma a impedir a ocupação do imóvel.

Parágrafo único. A obrigação estende-se às pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Art. 43 Todas as obras de demolição ou execução de serviços necessários deverão ser acompanhadas por responsável técnico habilitado, o qual deverá tomar as medidas relativas à segurança, durante a sua execução.

Art. 44 No caso de obra comprometida estruturalmente, a Secretaria Municipal de Obras determinará a execução de medidas necessárias para garantir a estabilidade de edificação.

Art. 45 Para imóveis tombados, será ouvido o órgão competente, em atendimento às normas legais pertinentes, sem prejuízo da vedação e lacramento necessários.

TÍTULO VI DA DEMOLIÇÃO

Art. 46 Nenhuma demolição de edificação ou obra permanente, de qualquer natureza, poderá ser realizada sem prévio requerimento à Prefeitura, que expedirá o Alvará de Construção.

Art. 47 Do requerimento, deverão constar os métodos a serem usados na demolição.

Art. 48 Imóveis tombados não poderão ser demolidos, descaracterizados, mutilados ou destruídos.

Art. 49 Se a demolição for de construção localizada, no todo ou em parte, junto ao alinhamento dos logradouros, será expedida, concomitantemente, a licença relativa a andaimes ou tapumes.

Art. 50 Em qualquer demolição, o profissional responsável ou o proprietário, conforme o caso porá em prática todas as medidas necessárias e possíveis para garantir a segurança dos operários e do público, dos logradouros e das propriedades vizinhas, obedecendo ao disposto neste Código.

Art. 51 No caso de nova construção, a licença para demolição poderá ser expedida conjuntamente com a licença para construção.

Art. 52 Os órgãos municipais competentes poderão, sempre que julgarem conveniente, estabelecer horários para demolição.

TÍTULO VII DAS OBRAS EM LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 53 A execução de obra ou serviço público ou particular em logradouro público depende de prévio licenciamento da Prefeitura Municipal.

Art. 54 A realização de obra e serviço em logradouro público por órgão ou entidade de prestação de serviço da Administração direta ou indireta será autorizada mediante o atendimento das seguintes condições:



I - A obra ou serviço constará, obrigatoriamente, de planos ou programas anuais ou plurianuais que tenham sido submetidos à Prefeitura Municipal, com uma antecedência mínima de 6 (seis) meses;

II - A licença para a execução de obra ou serviço será requerida pelo interessado, com antecedência mínima de 01 (um) mês;

III - O requerimento de licença será instruído com as informações necessárias para caracterizar a obra e seu desenvolvimento, sendo exigível, no mínimo:

- a) Croquis de localização;
- b) Projetos técnicos;
- c) Projetos de desvio de trânsito; e
- d) Cronograma de execução.

IV - Compatibilização prévia do projeto com as interferências na infra-estrutura situada na área de abrangência da obra ou serviço;

V - Execução da compatibilização do projeto com a infra-estrutura e o mobiliário urbano situado na área de abrangência da obra ou serviço;

VI - Colocação de placas de sinalização convenientemente dispostas, contendo comunicação visual alertando quanto às obras e a segurança;

VII - Manutenção dos logradouros públicos permanentemente limpos e organizados;

VIII - Manutenção dos materiais de abertura de valas, ou de construção, em recipientes estanques, de forma a evitar o espalhamento pelo passeio ou pelo leito da rua;

IX - Remoção de todo o material remanescente das obras ou serviços, bem como a varrição e lavagem do local imediatamente após a conclusão das atividades;

X - Responsabilização pelos danos ocasionados aos imóveis com testada para o trecho envolvido;

XI - Recomposição do logradouro de acordo com as condições originais após a conclusão dos serviços; e

XII - Recomposição do logradouro de acordo com as condições originais após a conclusão dos serviços.

Art. 55 A licença de execução de obra e serviço em logradouro público conterá instruções específicas quanto à data de início e término da obra e aos horários de trabalho admitidos.

Art. 56 Concluída a obra ou serviço, o executor comunicará a Prefeitura o seu término, a qual realizará vistoria para verificar o cumprimento das condições previstas no respectivo licenciamento.

Art. 57 Concluída a obra ou serviço, o executor será responsável pela solução/reparação de qualquer defeito surgido no prazo de 03 (três) anos.

CAPÍTULO I DOS PASSEIOS

Art. 58 Compete ao proprietário a construção, reconstrução e conservação dos passeios em toda a extensão das testadas do terreno, edificado ou não em conformidade com os padrões de passeios estabelecidos por normas editadas pela Prefeitura Municipal.

Art. 59 A Prefeitura Municipal estabelecerá os padrões em confor-

midades com as normas da ABNT, garantida a acessibilidade e a segurança dos passeios.

Art. 60 Transversalmente, os passeios terão uma inclinação do alinhamento do lote para o meio-fio de 2% (dois por cento) a 3% (três por cento).

Art. 61 Será prevista abertura para a arborização pública no passeio, em conformidade com os padrões de passeios estabelecidos pela Prefeitura Municipal.

Art. 62 É proibida a colocação de qualquer tipo de material na sarjeta e alinhamento dos lotes, seja qual for a sua finalidade.

Art. 63 Todos os passeios deverão possuir rampas de acesso junto às faixas de travessia, de acordo com especificações da norma NBR 9050/2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Art. 64 Nos casos de acidentes e obras que afetem a integridade do passeio, o agente causador será o responsável pela sua recomposição, a fim de garantir as condições originais do passeio danificado.

CAPÍTULO II DO REBAIXAMENTO DE GUIAS OU MEIO FIO

Art. 65 As guias rebaixadas em ruas pavimentadas só poderão ser feitas mediante licença, quando requerido pelo proprietário ou representante legal, desde que exista local para estacionamento de veículos.

Art. 66 A indicação das guias rebaixadas será exigida nos projetos, por ocasião da expedição do Alvará de Aprovação, conforme disposto no art. 338, § 2º do presente Código.

Art. 67 O rebaixamento do meio-fio é permitido apenas para acesso dos veículos, observando-se que:

I - A rampa destinada a vencer a altura do meio-fio não pode ultrapassar 1/3 (um terço) da largura do passeio, até o máximo de 0,5 m (cinquenta centímetros);

II - Será permitida para cada lote, uma rampa com largura máxima de 3,0 m (três metros), medidos no alinhamento;

III - A rampa deverá cruzar perpendicularmente o alinhamento do lote;

IV - O eixo da rampa deverá situar-se a uma distância mínima de 6,5m (seis metros e cinquenta centímetros) da esquina, entendida como o ponto de intersecção dos alinhamentos do lote.

Art. 68 Em edificações destinadas a postos de gasolina, garagens coletivas, comércios atacadistas e indústrias, os rebaixamentos de nível e rampas de acessos deverão atender:

I - A largura máxima de 5,0 m (cinco metros) por acessos;
II - A soma total das larguras não poderá ser superior a 10,0 m (dez metros), medidas no alinhamento do meio-fio.

Art. 69 O rebaixamento de guias nos passeios só será permitido quando não resultar em prejuízo para a arborização pública, ficando a juízo do órgão competente a autorização do corte de árvores, desde que atendidas às exigências do mesmo.

Art. 70 O rebaixamento de guia é obrigatório, sempre que for necessário o acesso de veículos aos terrenos ou prédios, através do passeio ou logradouro, sendo proibida a colocação de cunhas,



rampas de madeira ou outro material, fixas ou móveis, na sarjeta ou sobre o passeio.

Art. 71 A regularização de guias deverá ser executada no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da notificação.

TÍTULO VIII

DA EXECUÇÃO E SEGURANÇA DAS OBRAS

Art. 72 A execução de obras, incluindo os serviços preparatórios e complementares, suas instalações e equipamentos, será procedida de forma a obedecer ao projeto aprovado, à boa técnica, às normas técnicas e ao direito de vizinhança, a fim de garantir a segurança dos trabalhadores, da comunidade, das propriedades e dos logradouros públicos, observados em especial a legislação trabalhista pertinente.

CAPÍTULO I

DO CANTEIRO DE OBRAS E INSTALAÇÕES TEMPORÁRIAS

Art. 73 As instalações temporárias que compõem o canteiro de obras somente serão permitidas após a expedição de Alvará de Construção da obra, obedecido ao seu prazo de validade.

Art. 74 O canteiro de obras compreenderá a área destinada à execução e desenvolvimento das obras, serviços complementares, implantação de instalações temporárias necessárias à sua execução, sendo permitido: tapumes, barracões, escritório de campo, depósito de materiais e detritos, estande de vendas, sanitários, poços, água, energia, caçamba, vias de acesso e circulação, transporte e vestiários.

Art. 75 Durante a execução das obras, será obrigatória a manutenção do passeio desobstruído e em perfeitas condições, proibida a permanência de qualquer material de construção nas vias e logradouros públicos, bem como a utilização dos mesmos como canteiro de obras ou depósito de entulhos, salvo no lado interior dos tapumes que avançarem sobre o logradouro.

Art. 76 A não retirada dos materiais de construção ou do entulho autoriza a Prefeitura Municipal a fazer a remoção do material encontrado em via pública, dando-se o destino conveniente, e a cobrar dos executores da obra a despesa de remoção, bem como a aplicação das sanções cabíveis.

CAPÍTULO II

DO FECHAMENTO DO CANTEIRO DE OBRAS

Art. 77 Enquanto durarem as obras, o responsável técnico deverá adotar as medidas e equipamentos necessários à proteção e segurança dos que nela trabalham, dos pedestres, das propriedades vizinhas e dos logradouros e vias públicas.

Art. 78 Para todas as construções, reformas, reparos ou demolições será obrigatório o fechamento no alinhamento, do canteiro de obras, por alvenaria ou tapume, com altura mínima de 2,2 m (dois metros e vinte centímetros), salvo quando se tratar da execução de muros, grades, gradis ou de pintura e pequenos reparos na edificação que não comprometam a segurança dos pedestres.

Art. 79 Os tapumes somente poderão ser colocados após expedição, pelo órgão competente do Município, da licença de construção ou demolição.

Art. 80 Tapumes e andaimes não poderão ocupar mais do que a metade da largura do passeio, sendo que, no mínimo, 0,80 m (oitenta centímetros) deverão ser mantidos livres para o fluxo de pedestres.

I - A faixa compreendida pelo tapume não poderá ter largura superior à metade da largura do passeio, nem exceder a 2,00m (dois metros);

II - Nas edificações afastadas mais de 3,00m (três metros) em relação do alinhamento do logradouro o tapume não poderá ocupar o passeio.

Art. 81 O Município, por meio do órgão competente, poderá autorizar, por prazo determinado, ocupação superior à fixada 80 cm (oitenta centímetros), desde que seja tecnicamente comprovada sua necessidade e adotadas medidas de proteção para circulação de pedestres.

Art. 82 Nenhum elemento do canteiro de obras poderá prejudicar a arborização da rua, a iluminação pública, a visibilidade de placas, avisos ou sinais de trânsito, e outras instalações de interesse público.

Art. 83 Concluídos os serviços de fachada, ou paralisada a obra por período superior a 90 (noventa) dias, o tapume será obrigatoriamente recuado para o alinhamento.

CAPÍTULO III

DAS PLATAFORMAS DE SEGURANÇA E VEDAÇÃO EXTERNA DAS OBRAS

Art. 84 Nas obras ou serviços que se desenvolverem a mais de 9,0 m (nove metros) de altura, será obrigatória a execução de:

I - Plataformas de segurança a cada 8,0 m (oito metros) ou 3 (três) pavimentos;

II - Vedação externa que envolva totalmente a obra.

CAPÍTULO IV

DAS ESCAVAÇÕES, MOVIMENTO DE TERRA, ARRIMO E DRENAGEM.

Art. 85 As escavações, movimentos de terra, arrimo e drenagem e outros processos de preparação e de contenção do solo, somente poderão ter início após a expedição do devido licenciamento pelos órgãos municipais competentes.

Art. 86 No caso da existência de vegetação de preservação, definida na legislação específica, deverão ser providenciadas as devidas autorizações para a realização das obras junto aos órgãos competentes.

Art. 87 Será obrigatória a apresentação de projeto junto aos órgãos municipais competentes para serviços de bota-fora e áreas de empréstimo em glebas de terra, que deverá emitir o Alvará de Aprovação e o Alvará de Construção.

Art. 88 Antes do início das escavações ou movimentos de terra, deverá ser verificada a existência ou não de tubulações e demais instalações sob o passeio do logradouro público que possam vir a ser comprometidos pelos trabalhos executados.

Parágrafo único. Os passeios dos logradouros e as eventuais instalações de serviços públicos deverão ser adequadamente escorados e protegidos.

Art. 89 Toda e qualquer obra executada deverá possuir, em sua área interna, um sistema de contenção contra o carreamento de terras e resíduos, com o objetivo de evitar que estes sejam carregados para galerias de águas pluviais, córregos, rios e lagos, causando assoreamento e prejuízos ambientais aos mesmos.

Art. 90 Deverão ser protegidas e escoradas construções, muros ou estruturas vizinhas ou existentes no terreno, para que não sejam atingidas pelas escavações, movimentos de terra, rebaixamento de terra ou do lençol d'água. O escoramento deverá ser reforçado e o terreno protegido contra a perda de coesão por desidratação, para evitar desabamento.

Art. 91 As valas e barrancos resultantes de escavações ou movimentos de terra, com desnível superior a 1,20 m (um metro e vinte centímetros), deverão ser escorados por tábuas, pranchas ou sistema similar, e apoiados por elementos dispostos e dimensionados conforme exigir o desnível e a natureza do terreno, de acordo com as Normas Técnicas oficiais.

Art. 92 O terreno circundante a qualquer construção deverá proporcionar escoamento às águas pluviais e protegê-la contra infiltrações ou erosões.

Art. 93 As condições naturais de absorção das águas pluviais no lote deverão ser garantidas pela execução de um ou mais dos seguintes dispositivos:

- I - Atender a porcentagem mínima de permeabilidade estabelecida na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal;
- II - Construção de reservatório ligado a sistema de drenagem, em casos especiais.

Art. 94 Os passeios e logradouros públicos e eventuais instalações de serviço público deverão ser adequadamente escorados e protegidos.

Art. 95 O órgão competente poderá exigir dos proprietários a construção, manutenção e contenção do terreno, sempre que for alterado o perfil natural do mesmo pelo proprietário ou seu preposto. Esta medida também será determinada em relação aos muros de arrimo no interior dos terrenos e em suas divisas, quando colocarem em risco as construções existentes no próprio terreno ou nos vizinhos, cabendo a responsabilidade das obras de contenção àquele que alterou a topografia natural.

Parágrafo único. O prazo de início das obras será de 30 (trinta) dias, contado da respectiva notificação, salvo se por motivo de segurança, a juízo do órgão competente, a obra for julgada urgente, situação em que estes prazos poderão ser reduzidos.

CAPÍTULO V DAS SONDAGENS

Art. 96 A execução de sondagens em terrenos particulares será realizada de acordo com as normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 97 Sempre que solicitado pelo órgão competente, deverá ser fornecido o perfil indicativo com o resultado das sondagens executadas.

TÍTULO IX DOS COMPONENTES MATERIAIS, ELEMENTOS CONSTRUTIVOS E EQUIPAMENTOS

Art. 98 Além do atendimento às disposições deste Código, os componentes das edificações deverão atender às especificações constantes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, mesmo quando sua instalação não seja obrigatória por este Código.

Art. 99 O dimensionamento, especificação e emprego dos materiais e elementos construtivos deverão assegurar a estabilidade, segurança e salubridade das obras, edificações e equipamentos,

garantindo desempenho, no mínimo, similar aos padrões estabelecidos neste Código.

Art. 100 O desempenho obtido pelo emprego de componentes, em especial daqueles ainda não consagrados pelo uso, bem como quando em utilizações diversas das habituais, será de inteira responsabilidade do profissional que os tenha especificado ou adotado.

Art. 101 A Prefeitura Municipal de Ermo poderá desaconselhar o emprego de componentes considerados inadequados, que possam vir a comprometer o desempenho desejável, bem como referendar a utilização daqueles cuja qualidade seja notável.

Art. 102 As edificações deverão observar os princípios básicos de conforto, higiene e salubridade de forma a não transmitir, aos imóveis vizinhos e aos logradouros públicos ruídos, vibrações e temperaturas em níveis superiores aos previstos nos regulamentos oficiais próprios.

Art. 103 Visando o controle da proliferação de zoonoses, os componentes das edificações, bem como instalações e equipamentos, deverão dispor de condições que impeçam o acesso e alojamento de animais transmissores de moléstias, conforme disposto no Código de Vigilância Sanitária.

CAPÍTULO I DOS COMPONENTES BÁSICOS

Art. 104 Os componentes básicos da edificação, que compreendem fundações, estruturas, paredes e cobertura, deverão apresentar resistência ao fogo, isolamento térmico, isolamento e condicionamento acústico, estabilidade e impermeabilidade adequados à função e porte do edifício, de acordo com as normas técnicas, especificados e dimensionados por profissional habilitado, devendo garantir:

- I - Segurança ao fogo;
- II - Conforto térmico e acústico;
- III - Segurança estrutural;
- IV - Estanqueidade.

Parágrafo único. Não se aplica o requisito de resistência ao fogo às edificações que tenha a madeira como componente básico.

Art. 105 Nenhuma edificação poderá ser construída sobre terreno úmido, pantanoso, instável ou contaminado por substâncias orgânicas ou tóxicas sem o saneamento prévio do solo.

Parágrafo único. O aterro deverá ser feito com terra expurgada de resíduos vegetais e de qualquer substância orgânica, ou através de outro processo estabelecido nas Normas Técnicas.

Art. 106 Os trabalhos de saneamento do terreno deverão estar comprovados por meio de laudos técnicos, pareceres ou atestados que certifiquem a realização das medidas corretivas, assegurando as condições sanitárias, ambientais e de segurança para a sua ocupação.

Art. 107 As fundações e estruturas deverão ficar situadas inteiramente dentro dos limites do lote, não podendo em hipótese alguma, avançar sob o passeio do logradouro e sob imóveis vizinhos.

Art. 108 No que tange ao cálculo das fundações e estrutura, serão obrigatoriamente considerados:

- I - Os efeitos para com as edificações vizinhas;
- II - Os bens de valor cultural;
- III - Os logradouros públicos;

IV - As instalações de serviços públicos.

Art. 109 As paredes que estiverem em contato direto com o solo deverão ser impermeabilizadas.

Art. 110 As varandas e sacadas acima de um metro do nível do solo deverão dispor de guarda-corpo de proteção contra queda, com altura mínima de um metro resistente a impactos e pressão.

Parágrafo único. Se o guarda-corpo for vazado, deverá assegurar condições de segurança contra transposição de esfera com diâmetro superior a 15 cm (quinze centímetros).

Art. 111 Quando a edificação estiver junto à divisa, ou com afastamento desta até 25 cm (vinte e cinco centímetros), deverá obrigatoriamente possuir platibanda.

Art. 112 Deverão possuir calhas todas as edificações que possuem beiral com caimento no sentido da divisa e cujo afastamento desta seja inferior a 75 cm (setenta e cinco centímetros).

Art. 113 A cobertura de edificações agrupadas horizontalmente deverá ter estrutura independente para cada unidade autônoma e a parede divisória deverá propiciar total separação entre os forros e demais elementos estruturais das unidades.

CAPÍTULO II DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS

Art. 114 A execução de instalações prediais, tais como, as de água potável, águas pluviais, esgoto, energia elétrica, pára-raios, telefone, gás e disposição de resíduos sólidos, deverão ser projetados, calculados e executados, visando à segurança, higiene e conforto dos usuários, de acordo com as disposições deste Código e da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT vigentes.

Art. 115 Todas as instalações e equipamentos exigem responsável técnico legalmente habilitado, no que se refere ao projeto, instalação, manutenção e conservação.

Seção I Instalações Hidro-Sanitárias

Art. 116 Os terrenos, ao receberem edificações, deverão ser convenientemente preparados para escoamento das águas pluviais e de infiltração com adoção de medidas de controle da erosão.

Art. 117 Não será permitido o despejo de águas pluviais ou servidas, inclusive daquelas provenientes do funcionamento de equipamentos, sobre as calçadas e os imóveis vizinhos, devendo as mesmas ser conduzidas por canalização sob o passeio à rede coletora própria, de acordo com as normas emanadas do órgão municipal competente.

Art. 118 Não serão admitidas construções sobre valas, redes pluviais; redes que conduzam cabos ou tubulações de terrenos vizinhos ou outros condutos subterrâneos de serviços de utilidade pública.

Art. 119 Somente o Município poderá autorizar ou promover a eliminação ou canalização de redes pluviais bem como a alteração do curso das águas.

Art. 120 Todas as edificações ou atividades que gerem efluentes sanitários, industriais, infectantes ou contaminantes deverão possuir tratamento adequado às suas características específicas, em atendimento a legislação ambiental.

§ 1º Onde existir rede de coleta de esgoto, as edificações ficam

obrigadas a se conectarem à rede e desativarem a fossa séptica e o sumidouro.

§ 2º Em áreas não atendidas por rede de coleta de esgoto, nas edificações que possuam fossa séptica, o proprietário fica obrigado a efetuar manutenções periódicas e manter sinalizada a sua localização no lote.

§ 3º As águas provenientes das pias de cozinha e copas deverão passar por uma caixa de gordura antes de serem esgotadas.

Art. 121 É obrigatória a ligação da rede domiciliar à rede geral de água quando esta existir na via pública onde se situa a edificação.

Art. 122 Toda edificação deverá dispor de reservatório elevado de água potável de acordo com as determinações da NBR 5626.

Art. 123 Todo imóvel está sujeito à fiscalização relativa aos efluentes hídricos, ficando assegurado o acesso dos fiscais.

Seção II Da Prevenção de Incêndio

Art. 124 As edificações que se enquadram nas exigências das normas técnicas de prevenção de incêndios, segundo sua ocupação, uso e carga de incêndio, deverão dispor de sistema de proteção contra incêndio, alarme e condições de evacuação, sob comando ou automático.

Art. 125 Em benefício da segurança pública, nos edifícios já existentes, em que se verifique a necessidade de adequações, estas serão exigidas pelo órgão competente, atendendo a legislação específica.

Seção III Das Instalações Elétricas

Art. 126 As edificações deverão ter suas instalações elétricas executadas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e regulamentos de instalações da concessionária de energia elétrica local.

Seção IV Das Instalações para Antenas

Art. 127 Visando a garantir a proteção da saúde e do meio ambiente a instalação de antenas transmissoras de rádio, televisão, telefonia celular, telecomunicações em geral e de outras radiações eletromagnéticas estão sujeitas à legislação federal pertinente e às regulamentações deste código.

Art. 128 A construção e instalação de antenas de que trata o artigo anterior deverá ser autorizada pelos órgãos públicos municipais competentes, sem prejuízo das exigências de normas federais, mediante o pagamento de taxa respectiva, (observada a Lei Federal 11.934/2009, a Resolução ANATEL 303/2002 ou outras normas que as venham alterar).

§ 1º A autorização inicial será em caráter provisório, onde serão considerados os cálculos de radiação previstos na RESOLUÇÃO ANATEL 303/2002, em especial a Tabela VII e VIII que apresenta cálculo de distâncias mínimas das antenas para atendimento aos limites de exposição da população.

§ 2º É proibida a instalação de antenas localizada a menos de 50 (cinquenta) metros de hospitais, clínicas, escolas, creches e asilos.

§ 3º É obrigatório o compartilhamento de torres pelas prestadoras de serviços de telecomunicações que utilizam estações transmissoras de radiocomunicação, conforme definição em lei federal, e



sujeito ao órgão regulador federal.

Art. 129 Nas edificações residenciais multifamiliares é obrigatória a instalação de tubulação para antenas de televisão em cada unidade autônoma.

Seção V Das Instalações Telefônicas

Art. 130 A instalação de equipamentos de rede telefônica nas edificações obedecerá à norma NBR 5410, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, e os regulamentos da concessionária local.

Seção VI Do Condicionamento Ambiental

Art. 131 Nas edificações que requeiram o fechamento das aberturas para o exterior, os compartimentos deverão ser providos de equipamento de renovação de ar ou de ar condicionado, conforme estabelecido nas normas técnicas vigentes, devendo:

I - A temperatura resultante no interior dos compartimentos deverá ser compatível com as atividades desenvolvidas;

II - O equipamento deverá funcionar ininterruptamente durante o período de atividades do local, mesmo durante intervalos, de modo a garantir permanentemente as condições de temperatura e qualidade do ar;

III - Atender a legislação específica quanto à geração de ruídos.

Seção VII Da Insonorização

Art. 132 As edificações que ultrapassem os níveis máximos de intensidade definidos pela NBR 10151, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, deverão receber tratamento acústico adequado, de modo a não perturbar o bem-estar público ou particular, com sons ou ruídos de qualquer natureza.

Art. 133 As instalações e equipamentos causadores de ruídos, vibrações ou choques deverão possuir sistemas de segurança adequados, para prevenir a saúde do trabalhador, usuários ou incômodo à vizinhança.

Seção VIII Do Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas - SPDA - Para Raios

Art. 134 É obrigatória a instalação de Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas, estritamente de acordo com a NBR 5419 da Associação Brasileira de Normas Técnicas em:

I - Todas as edificações, exceto nas edificações residenciais com área total construída inferior a 400,0 m² (quatrocentos metros quadrados) e com altura inferior a 8,0 m (oito metros);

II - Edificações de caráter temporário, tais como: circos, parques de diversões e congêneres.

Art. 135 Deverá ser realizada anualmente a manutenção do sistema, devendo o proprietário apresentar laudo técnico, emitido por profissional ou empresa legalmente habilitado, sempre que solicitado pelo órgão competente.

Art. 136 Os Sistemas de Proteção Contra Descargas Atmosféricas poderão ser fiscalizados pelo órgão competente, quando este julgar necessário.

Art. 137 As áreas abertas, onde possa ocorrer concentração de público, deverão ser devidamente sinalizadas, de forma a orientar o público quanto às medidas a serem adotadas, no caso de risco de descarga atmosférica.

Art. 138 É obrigatória a substituição dos sistemas que utilizem materiais radioativos ou que se tenham tornado radioativos, em função do tempo de utilização ou devido à quantidade de descargas atmosféricas absorvidas.

Art. 139 Para remoção, substituição, transporte e disposição final dos pára-raios radioativos, deverão ser obedecidos os procedimentos estabelecidos pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Seção IX Da Instalação de Gás

Art. 140 Os ambientes ou compartimentos que contiverem equipamentos ou instalações com funcionamento a gás, deverão ter ventilação permanente, assegurada por aberturas diretas para o exterior, atendendo as normas técnicas vigentes.

Art. 141 O armazenamento de recipientes de gás deverá estar fora das edificações, em ambiente exclusivo, dotado de aberturas para ventilação permanente.

Art. 142 É obrigatória a construção de chaminés de descarga dos gases de combustão dos aquecedores a gás.

Seção X Do Abrigo para Guarda de Lixo

Art. 143 As edificações de uso multifamiliar ou misto com área de construção superior a 300,0 m² (trezentos metros quadrados) ou com mais de três unidades autônomas e as edificações não residenciais com área de construção superior a 150,0 m² (cento e cinquenta metros quadrados) deverão ser dotadas de abrigo destinado à guarda de lixo, com capacidade adequada e suficiente para acomodar os diferentes recipientes dos resíduos, localizado no interior do lote, em local desimpedido e de fácil acesso à coleta, obedecendo às normas estabelecidas pelo órgão competente e as normas técnicas vigentes.

Art. 144 Ficam dispensadas do atendimento ao item anterior, as edificações destinadas a garagens comerciais, templos, cinemas, teatros, auditórios e assemelhados.

Art. 145 As edificações destinadas a hospitais, farmácias, clínicas médicas ou veterinárias e assemelhados deverão ser providas de instalação especial para coleta e eliminação de lixo séptico, de acordo com as normas emanadas do órgão competente, distinguindo-se da coleta pública de lixo comum.

Art. 146 É proibida a instalação de tubo de queda para a coleta de resíduos sólidos urbanos.

Parágrafo único. Os tubos de queda para a coleta de resíduos já existentes deverão ser lacrados.

Art. 147 Serão adotadas medidas especiais para a remoção dos resíduos sólidos, tendo em vista sua natureza e o volume, conforme as normas estabelecidas pelo Código de Vigilância Sanitária e órgão competente.

Seção XI Dos Equipamentos Mecânicos

Art. 148 Todo equipamento mecânico, independentemente de sua



posição no imóvel, deverá ser instalado de forma a não transmitir ao imóvel vizinho e aos logradouros públicos, ruídos, vibrações e temperaturas em níveis superiores aos previstos nos regulamentos oficiais próprios.

Art. 149 Qualquer equipamento mecânico de transporte vertical não poderá se constituir no único meio de circulação e acesso às edificações.

Art. 150 Só serão permitidas as instalações mecânicas, tais como, elevadores, escadas rolantes, planos inclinados, caminhos aéreos ou quaisquer outros aparelhos de transporte, para uso particular, comercial ou industrial, quando executada por empresa especializada, com profissional legalmente habilitado e devidamente licenciado pelo órgão competente.

Art. 151 Todos os projetos e detalhes construtivos das instalações deverão ser assinados pelo representante da empresa especializada em instalação e pelo profissional responsável técnico da mesma.

Parágrafo único. Os projetos e detalhes construtivos devem ficar arquivados no local da instalação e com o proprietário ao menos uma cópia, a qual deverá ser apresentada ao Município, quando solicitado pelo órgão competente.

Art. 152 O projeto, a instalação e a manutenção dos elevadores e das escadas rolantes deverão obedecer às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente as NBRs 9.077 e 13.994.

Art. 153 As escadas rolantes são consideradas como aparelhos de transporte vertical, porém sua existência não será levada em conta para o efeito do cálculo do escoamento das pessoas da edificação, nem para o cálculo da largura mínima das escadas fixas.

Art. 154 Os patamares de acesso sejam de entrada ou saída, deverão ter quaisquer de suas dimensões, no plano horizontal, acima de três vezes a largura da escada rolante, com o mínimo de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 155 É obrigatória a inspeção periódica e expedição de um relatório anual dos equipamentos das instalações mecânicas pela Empresa de manutenção, assinado por profissional responsável.

Art. 156 O Relatório de Inspeção deverá permanecer em poder do proprietário da instalação, para pronta exibição à fiscalização municipal.

CAPÍTULO III DOS COMPLEMENTOS DA EDIFICAÇÃO

Seção I Dos Muros, Cercas e Grades.

Art. 157 Os muros, muretas, floreiras, cercas vivas ou assemelhados são elementos que definem o alinhamento predial do imóvel e consideradas vedações.

Art. 158 A edificação do muro deverá obedecer ao alinhamento predial, bem como as medidas correspondentes das divisas da propriedade.

Parágrafo único. A demarcação do alinhamento do lote será feita pela Prefeitura, mediante requerimento do interessado junto ao órgão municipal competente e pagamento da respectiva taxa de expediente.

Art. 159 O muro, elemento construtivo situado no alinhamento

predial do terreno, construído com material que vede a visão, terá altura máxima de 2,00m (dois metros) em relação ao nível do passeio, assim como o muro de arrimo.

Parágrafo único. As grades poderão ter altura máxima de 3,00m (três metros).

Art. 160 É permitida a instalação de cercas energizadas nos muros ou gradis, com finalidade de proteção de edificações em geral, condicionada ao licenciamento do órgão público municipal competente, e em conformidade com normas técnicas Brasileiras e Normas Técnicas Internacionais editadas pela IEC (International Electrotechnical Commission) que regem a matéria.

§ 1º A instalação deverá respeitar a altura mínima de 2,40m em relação ao solo.

§ 2º A instalação da cerca energizada deverá ser efetuada por responsável técnico habilitado e possuir registro no CREA, responsabilizando-se pela perfeita aplicação das normas de projeto e execução, assumindo total responsabilidade pela qualidade dos equipamentos e materiais utilizados.

§ 3º O proprietário e o profissional e/ou empresa serão responsabilizados penal e civilmente por todos os danos ou ocorrência que possam advir da incorreta instalação da ofendícula.

§ 4º Fica obrigatória a instalação, a cada 5 (cinco) metros de cerca energizada, de placas de advertência.

§ 5º Deverão ser colocadas placas de advertência nos portões e/ou portas de acesso existentes ao longo da cerca e em cada mudança de sua direção.

Art. 161 Entre propriedades urbanas e rurais serão comuns os muros e cercas divisórias, devendo os proprietários dos imóveis confinantes dividir proporcionalmente as despesas de sua construção e conservação, na forma do Artigo 1297 da Lei Federal 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro).

Art. 162 Os terrenos da zona urbana serão fechados com muros rebocados e caiados, ou ainda ser utilizados gradis ou cerca de tela de arame liso.

§ 1º Os terrenos baldios devem ter, nos respectivos alinhamentos, muros em bom estado e aspecto.

§ 2º O infrator será intimado a construir o muro dentro de 30 (trinta) dias da data da intimação. Findo este prazo, não sendo atendida a intimação, a Prefeitura executará as obras, cobrando do proprietário, as despesas incorridas, acrescidas de multa, conforme o disposto nesta lei (Artigos 448, I, "d"; 430).

Art. 163 Em terrenos com edificações de uso residencial e comercial, é facultativa a construção de vedação no alinhamento dos logradouros públicos, nas divisas laterais e na faixa do recuo frontal, devendo o recuo ser ajardinado.

Art. 164 Para os terrenos rurais deverão ser usados, salvo acordo expresso entre os proprietários:

- I - Cercas de arame farpado com três fios no mínimo de um metro e quarenta centímetros de altura;
- II - Cercas vivas, de espécies vegetais adequadas e resistentes;
- III - Telas de fios metálicos com altura mínima de um metro e cinquenta centímetros.

Art. 165. Nos terrenos de esquina as vedações situadas no alinhamento do logradouro público deverão ter o canto chanfrado de 2,00 m (dois metros) em cada testada, a partir do ponto de encontro das duas testadas.

Seção II**Das Fachadas e Elementos Construtivos em Balanço**

Art. 166 A composição das fachadas deve garantir as condições térmicas, luminosas e acústicas internas presentes neste Código.

Art. 167 Os elementos construtivos em balanço tais como marquises, varandas, brises, saliências ou platibandas, deverão adaptar-se às condições dos logradouros, quanto à sinalização, posteamento, tráfego de pedestres e veículos, arborização, sombreamento e redes de infra-estrutura, exceto em condições excepcionais e mediante negociação junto ao Município.

Art. 168 As saliências para contorno de aparelhos de ar condicionado poderão alcançar o limite máximo de 0,70 m (setenta centímetros), desde que sejam individuais para cada aparelho, possuam largura e altura não superiores a 1,0 m (um metro) e mantenham afastamento mínimo de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) das divisas.

Art. 169 Os beirais deverão ser construídos de maneira a não permitirem o lançamento das águas pluviais sobre o terreno vizinho ou o logradouro público.

Art. 170 Serão permitidos as projeções de jardineiras, saliências, quebra-sóis, beirais e elementos decorativos sobre os afastamentos, com no máximo 0,5 m (cinquenta centímetros) de profundidade.

Seção III**Das Marquises**

Art. 171 A construção de marquises na testada dos edifícios deverá obedecer as seguintes condições:

I - Para construções no alinhamento predial, não exceder a largura dos passeios menos 0,5 m (cinquenta centímetros), e ficar em qualquer caso, sujeita a balanço máximo de 2,0 m (dois metros);

II - Para construções situadas em locais em que a lei de uso e ocupação do solo urbano e municipal exija recuo do alinhamento predial, a marquise não poderá exceder 1,20 m (um metro e vinte centímetros), sobre a faixa de recuo;

III - Não apresentar em qualquer de seus elementos, inclusive bambinelas, altura inferior a cota de 3,0 m (três metros), referida ao nível do passeio;

IV - Ter, na face superior, caimento em direção à fachada do edifício, junto a qual deverá ser disposta a calha, provida de condutor para coletar e encaminhar as águas, sob o passeio, à sarjeta do logradouro;

V - É vedado o emprego de material sujeito a estilhaçamento;

VI - Deverá ser construída em material incombustível, de boa qualidade, com tratamento harmônico com a paisagem urbana e ser mantida em perfeito estado de conservação.

Seção IV**Das Sacadas**

Art. 172 As sacadas em balanço a serem construídas nos recuos frontais, laterais e de fundo, deverão obedecer as seguintes condições:

I - Ter altura livre mínima de 2,60 m (dois metros e sessenta centímetros) entre o pavimento em balanço e o piso;

II - O balanço máximo igual a 1/3 (um terço) dos recuos frontal ou lateral, obedecendo ao critério de que o afastamento das divisas deverá ser de no mínimo 2,0 m (dois metros);

III - As sacadas poderão ter fechamento com material translúcido.

Seção V**Das Pérgulas**

Art. 173 As pérgulas não terão sua projeção incluída na taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento do lote, desde que:

I - Localizem-se sobre aberturas de iluminação, ventilação e insolação de compartimentos;

II - Tenham parte vazada, uniformemente distribuída em no mínimo 70% (setenta por cento) da área de sua projeção horizontal;

III - A parte vazada não tenha qualquer dimensão inferior a uma vez a altura de nervura;

IV - Somente 10% (dez por cento) da extensão do pavimento de sua projeção horizontal sejam ocupadas por colunas de sustentação.

Art. 174 As pérgulas que não atenderem aos itens a,b,c,d, serão consideradas como áreas cobertas para efeito dos parâmetros da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal.

Art. 175 É vedada a colocação de quaisquer elementos móveis nas fachadas, marquises ou aberturas das edificações, no alinhamento predial ou a partir do mesmo, tais como: vasos, arranjos, esculturas e congêneres.

Art. 176 É proibida a colocação de vitrines e mostruários nas paredes externas das edificações avançando sobre o alinhamento predial ou limite do recuo obrigatório.

Seção VI**Dos Toldos**

Art. 177 Para a instalação de toldos no térreo das edificações no alinhamento predial, deverão ser atendidas as seguintes condições:

I - Não exceder a largura dos passeios menos 0,5 m (cinquenta centímetros), e ficar em qualquer caso, sujeita a balanço máximo de 2,0 m (dois metros);

II - Não apresentar quaisquer de seus elementos com altura inferior a cota de 2,2 m (dois metros e vinte centímetros), referida ao nível do passeio;

III - Não prejudicarem a arborização e iluminação pública e não ocultarem placas de nomenclatura de logradouros;

IV - Não receberem das cabeceiras laterais quaisquer vedação fixa ou móvel;

V - Serem confeccionadas em material de boa qualidade e acabamento, harmônicos com a paisagem urbana;

VI - Não serão permitidos apoios sobre o passeio.

Art. 178 Os toldos instalados no térreo de construções recuadas do alinhamento predial deverão atender as seguintes condições:

I - Altura mínima de 2,2 m (dois metros e vinte centímetros), a contar do nível do piso;

II - O escoamento das águas pluviais deverá ter destino apropriado no interior do lote;

III - A área coberta máxima deverá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) da área de recuo frontal;

IV - Deverá ser confeccionado com material de boa qualidade e acabamento.

Art. 179 Os toldos quando instalados nos pavimentos superiores, não poderão ter balanço superior a 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 180 Quando se tratar de imóvel de valor cultural, deverá ser ouvido o órgão competente.

Art. 181 É de responsabilidade do proprietário do imóvel garantir as condições de segurança na instalação, manutenção e conservação dos toldos.

Seção VII Das Chaminés e Torres

Art. 182 As chaminés de qualquer espécie serão executadas de maneira que o fumo, fuligem, odores ou resíduos que possam expelir não incomodem os vizinhos ou prejudiquem o meio ambiente, devendo ser equipadas de forma a evitar tais inconvenientes.

§ 1º As chaminés de lareiras, churrasqueiras e coifas deverão ultrapassar o ponto mais alto da cobertura no mínimo 0,50m (cinquenta centímetros).

§ 2º A altura das chaminés industriais não poderá ser inferior a 5,00m (cinco metros) do ponto mais alto das edificações num raio de 50,00m (cinquenta metros).

§ 3º As chaminés industriais e torres de qualquer espécie deverão obedecer ao afastamento mínimo das divisas de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros).

§ 4º Se a chaminé ou torre ultrapassar a 10 m (dez metros) de altura, observar-se-á afastamento de 1/5 (um quinto) de sua altura.

§ 5º As fábricas/ indústrias e oficinas instaladas antes da vigência desta lei deverão se adequar às presentes normas, e sempre que se construir alguma edificação mais alta do que a chaminé existente, esta deverá ser aumentada.

Art. 183 A qualquer momento o Poder Executivo Municipal poderá determinar a modificação das chaminés existentes ou o emprego de dispositivos fumívoros ou outros dispositivos de controle da poluição atmosférica.

Art. 184 Para a instalação de torres em estrutura metálica deverá ser solicitada prévia autorização, condicionada a apresentação dos seguintes documentos:

I - Documento de propriedade;

II - Planta da quadra do imóvel;

III - Certidão negativa de tributos;

IV - Laudo técnico quanto à estabilidade;

V - Anuência da aeronáutica quanto à altura e interferência nos equipamentos de rádio-navegação;

VI - Pára-raios;

VII - Anotação de responsabilidade técnica (ART) com o devido recolhimento bancário;

VIII - Representação da implantação da torre no terreno e corte esquemático com as devidas dimensões, bem como do equipamento de apoio, em escala adequada a boa interpretação.

Art. 185 Para a implantação das torres, as fundações deverão ficar situadas inteiramente dentro dos limites do lote, bem como qualquer ponto de sua estrutura ou equipamentos acoplados, qualquer que seja o seu tipo, não podendo, em hipótese alguma, avançar sob ou sobre o passeio do logradouro ou imóveis vizinhos.

Art. 186 Para os casos em que houver necessidade de edificação para utilização de equipamento de apoio, a mesma deverá receber previamente Alvará de Construção e/ ou regularização, se for o caso, ou apresentar projeto aprovado.

Seção VIII Dos Jirais e Passarelas

Art. 187 É permitida a construção de jirais ou passarelas em compartimentos que tenham pé-direito mínimo de 4,0 m (quatro metros) desde que o espaço aproveitável com essa construção fique em boas condições de iluminação e não resulte em prejuízo para as condições de ventilação e iluminação de compartimentos onde essa construção for executada.

Art. 188 Os jirais ou passarelas deverão ser construídos de maneira a atenderem às seguintes condições:

I - Permitir passagem livre por baixo, com altura mínima de 2,1 m (dois metros e dez centímetros);

II - Ter guarda-corpo;

III - Ter escada fixa de acesso.

Art. 189 Quando os jirais ou passarelas forem colocados em lugares freqüentados pelo público, a escada será disposta de maneira a não prejudicar a circulação do respectivo compartimento, atendendo às demais condições que lhe forem aplicáveis.

Art. 190 Não será concedida licença para construção de jirais ou passarelas sem que seja apresentada, além das plantas correspondentes à construção dos mesmos, o detalhamento do compartimento onde estes devam ser construídos, acompanhados de informações completas sobre o fim a que se destinam.

Art. 191 Não será permitida a construção de jirais ou passarelas que cubram mais de 1/3 (um terço) da área do compartimento em que forem instalados.

Art. 192 Não será permitida a construção de jirais ou passarelas, em compartimentos destinados a dormitórios em prédios de habitação.

Art. 193 Não será permitido o fechamento de jirais ou galerias com paredes ou divisões de qualquer espécie.

Seção IX Dos Sótãos

Art. 194 Os compartimentos situados nos sótãos que tenham pé-direito médio de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) poderão ser destinados a permanência prolongada, com mínimo de 10,0 m² (dez metros quadrados), desde que sejam obedecidos os requisitos mínimos de ventilação e iluminação.

Seção X



Das Portarias, Guaritas e Abrigos

Art. 195 Portarias, guaritas e abrigos para guarda, quando justificadas pela categoria da edificação, poderão ser localizados na faixa de recuo mínimo obrigatório, desde que não ultrapassem 6,0 m² (seis metros quadrados).

Art. 196 As bilheterias, quando justificadas pela categoria da edificação, poderão ser localizadas nas faixas de recuo mínimo obrigatório, não ultrapassando 6,0 m² (seis metros quadrados), desde que a área de espera não interfira no acesso de pedestres ou na faixa de circulação de veículos, tampouco no passeio público.

Art. 197 Quando solicitado pelo Município, estas edificações deverão ser removidas sem qualquer ônus para o mesmo.

**CAPÍTULO IV
DA CIRCULAÇÃO E SISTEMAS DE SEGURANÇA**

Art. 198 As exigências constantes deste Código, relativas às disposições construtivas da edificação e a instalação de equipamentos considerados essenciais à circulação e à segurança de seus ocupantes, visam, em especial, permitir a evacuação da totalidade da população em período de tempo previsível e com as garantias necessárias de segurança, na hipótese de risco.

Art. 199 Considera-se Sistema de Segurança, Prevenção e Combate a Incêndio, o conjunto de instalações, equipamentos e procedimentos que entram em ação no momento em que ocorre uma situação de emergência, proporcionando nível adequado de segurança aos ocupantes de uma edificação.

Art. 200 Nos edifícios serão adotadas para as saídas de emergência as normas técnicas vigentes e para a segurança contra incêndio e pânico a legislação estadual pertinente.

Art. 201 Estas disposições aplicam-se a todas as edificações por ocasião da construção, da reforma ou ampliação, regularização e mudanças de ocupação já existentes.

Art. 202 Ficam dispensadas das exigências destas especificações, as edificações destinadas a residências unifamiliares.

Art. 203 As especificações para instalações dos Sistemas de Segurança, Prevenção e Combate a Incêndio deverão ser dimensionadas e executadas de acordo com as normas técnicas oficiais e legislações estadual e federal específicas, especialmente a NBR 9.077.

Art. 204 As edificações existentes, que não atenderem aos requisitos mínimos de segurança, deverão ser adaptadas nas condições e prazos estabelecidos por ato do Executivo.

Art. 205 Os corredores, áreas de circulação, acessos, rampas, escadas e guarda-corpos deverão obedecer aos parâmetros definidos pela NBR 9077, da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

**CAPÍTULO V
INSOLAÇÃO, ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO DOS COMPARTIMENTOS.**

Art. 206. Para efeito deste Código, os compartimentos são classificados em:

I - Grupo A - aqueles compartimentos destinados a repouso, estar, refeição, estudo, trabalho, reunião, prática de exercício físico ou esporte;

II - Grupo B - os compartimentos destinados a:

a) Depósitos em geral, com área superior a 2,5 m² (dois metros e cinquenta centímetros quadrados);

b) Cozinhas, copas e áreas de serviço;

c) Salas de espera, com área inferior a 7,5 m² (sete metros e cinquenta centímetros quadrados).

III - Grupo C - os compartimentos destinados a:

a) Depósitos em geral, com área igual ou inferior a 2,5 m² (dois metros e cinquenta centímetros quadrados);

b) Instalações sanitárias, vestiários, áreas de circulação em geral e garagens;

c) Todo e qualquer compartimento que, pela natureza da atividade ali exercida, deva dispor de meios mecânicos e artificiais de ventilação e iluminação.

IV - Grupo D - os compartimentos destinados a abrigar equipamentos.

Parágrafo único. Salvo casos expressos, todos os compartimentos deverão ter vãos de iluminação e ventilação abertos para o exterior, devendo atender as seguintes condições:

I - Para efeito de ventilação, será exigido, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da abertura iluminante;

II - Não serão considerados ventilados os compartimentos cuja profundidade, a partir da abertura iluminante for maior que 3 (três) vezes o seu pé direito;

III - Não poderão existir aberturas em paredes levantadas sobre as divisas do lote, bem como a menos de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) das divisas;

IV - As aberturas de compartimentos de permanência prolongada, quando confrontantes com economias distintas, não poderão ter, entre elas, distância inferior a 3,00m (três metros) embora sejam da mesma edificação;

V - Em nenhum caso a área dos vãos poderá ser inferior a 0,4 m (quarenta centímetros).

Art. 207 As edificações destinadas à indústria de produtos alimentícios e de produtos químicos deverão ter aberturas de iluminação e ventilação dos compartimentos da linha de produção dotados de proteção.

Art. 208 As salas de aula das edificações destinadas a atividades de educação deverão ter aberturas para ventilação equivalentes a, pelo menos, um terço de sua área, de forma a garantir a renovação constante do ar e a permitir a iluminação natural mesmo quando fechadas.

Art. 209 Para os compartimentos de utilização prolongada, destinados ao trabalho, ficam permitidas a iluminação artificial e ventilação mecânica, mediante projeto específico que garanta a eficácia do sistema para as funções a que se destina o compartimento.

**Seção I
Dos Dutos**

Art. 210 Os compartimentos dos Grupos C e D que não utilizarem ventilação e iluminação naturais deverão ter sua ventilação proporcionada por dutos de exaustão vertical ou horizontal, visitáveis e abertos diretamente para o exterior, ou por meios mecânicos.



Art. 211 O duto de exaustão vertical deverá ter:

- a) Área mínima de 1,0 m² (um metro quadrado);
- b) Seção transversal capaz de conter um círculo de 0,6 m (sessenta centímetros) de diâmetro.

Art. 212. O duto de exaustão horizontal deverá ter:

I - Área mínima de 0,5 m² (cinquenta centímetros quadrados), observada a dimensão mínima de 0,25 m (vinte e cinco centímetros);

II - Comprimento máximo de 5,0 m (cinco metros) quando houver uma única comunicação para o exterior;

III - Comprimento máximo de 18,0 m (dezoito metros) quando possibilitar ventilação cruzada, pela existência de comunicações diretas para o exterior.

Art. 213 Os meios mecânicos deverão ser dimensionados de forma a garantir a renovação do ar, de acordo com as normas técnicas vigentes, salvo exigência maior fixada por legislação específica.

Seção II Dos Pátios

Art. 214 Todos os compartimentos dos Grupos A e B deverão ter ventilação direta para logradouros públicos ou para pátios de iluminação e ventilação, devendo satisfazer as seguintes condições:

I - Ser de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), o afastamento de qualquer vão à face da parede ou fique oposta, afastamento este medido sobre a perpendicular traçada no plano horizontal;

II - Permitir a inscrição de um círculo com diâmetro de, no mínimo 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros);

III - Permitir a partir do primeiro pavimento servido pela área, quando houver mais de um, a inscrição de um círculo, cujo diâmetro em metros, será calculado pela fórmula: $d = h/6 + 1,20$, onde "h" é a distância em metros do forro do último pavimento que deve ser servido pela área, até o piso do pavimento térreo, excluindo-se do cálculo os pavimentos intermediário.

CAPÍTULO VI DA ABERTURA DE PORTAS E JANELAS

Art. 215 As portas ou janelas terão sua abertura dimensionada em função da destinação do compartimento a que servirem e deverão proporcionar nos casos exigidos resistência ao fogo, isolamento térmico, isolamento e condicionamentos acústicos, estabilidade e impermeabilidade.

Art. 216 Os portões, portas e janelas situadas no plano de piso térreo não poderão abrir sobre as calçadas.

Art. 217 Com a finalidade de assegurar a circulação de pessoas portadoras de deficiências físicas, as portas situadas nas áreas comuns de circulação, bem como as de ingresso à edificação e às unidades autônomas, terão largura livre mínima de 0,8 m (oitenta centímetros).

Art. 218 Em edificações de uso coletivo, as alturas para acionamento de maçaneta de porta e outras medidas recomendadas para pessoas portadoras de deficiência física deverão seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 9050.

Art. 219 As portas de acesso das edificações destinadas a abrigar atividades de comércio deverão ser dimensionadas em função da soma das áreas úteis comerciais, na proporção de 1,0 m (um metro) de largura para cada 600,0 m² (seiscentos metros quadrados) de área útil, sempre respeitando o mínimo de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) de largura.

Art. 220 As portas de acesso das edificações destinadas a abrigar atividades de indústria deverão, além das disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ser dimensionadas em função da atividade desenvolvida, sempre respeitando o mínimo de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 221 As aberturas para ventilação e iluminação dos compartimentos classificados nos Grupos A e B, poderão estar ou não em plano vertical e deverão ter dimensões proporcionais a, no mínimo, 1/8 (um oitavo) da área do compartimento, observado o mínimo de 60 cm² (sessenta centímetros quadrados).

Art. 222 A metade da área necessária à iluminação deverá ser destinada à ventilação do compartimento.

Art. 223 Os compartimentos classificados nos Grupos A e B poderão apresentar, no máximo, a partir do plano de iluminação, profundidade igual a 3 (três) vezes sua largura mínima.

Art. 224 As aberturas para ventilação dos compartimentos classificados no Grupo C poderão estar ou não em plano vertical e deverão ter dimensões proporcionais a, no mínimo, 1/15 (um quinze avos) da área do compartimento, observado o mínimo de 0,25 m² (vinte e cinco centímetros quadrados).

Art. 225 É obrigatória a ventilação de garagens fechadas.

Art. 226 A ventilação e iluminação de qualquer compartimento poderão ser feitas através de varandas.

Art. 227 A ventilação e iluminação dos compartimentos classificados nos Grupos B e C poderão ser feitas através de outro compartimento.

Art. 228 As instalações sanitárias não poderão ser ventiladas através de compartimentos destinados ao preparo e ao consumo de alimentos, e de compartimentos classificados no grupo A.

Art. 229 Os ambientes ou compartimentos que contiverem equipamentos ou instalações com funcionamento a gás, deverão ter ventilação permanente, assegurada por aberturas para o exterior, atendendo às normas técnicas vigentes.

Art. 230 Em observância ao disposto no Código Civil, nenhuma abertura voltada para a divisa do lote poderá ter qualquer de seus pontos situados a menos de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) dessa, ressalvadas as aberturas voltadas para o alinhamento dos logradouros públicos.

CAPÍTULO VII DAS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

Art. 231 Toda edificação deverá dispor de instalações sanitárias, na razão de sua lotação e em função da atividade desenvolvida, de acordo com os parâmetros das NBRs 5715 e 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

CAPÍTULO VIII DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO E GARAGENS

Art. 232 As dimensões mínimas das vagas de estacionamento e



das faixas de manobra serão calculadas em função do tipo de veículo, e do ângulo formado pelo comprimento da vaga e a faixa de acesso, conforme tabela do Anexo 01.

Art. 233 As vagas em ângulo de 90° (noventa graus) para automóveis e utilitários que se situarem ao lado de parede, deverão ter larguras mínimas de 2,60 m (dois metros e sessenta centímetros).

Art. 234 Deverão ser previstas vagas para veículos de pessoas portadoras de deficiências físicas, calculadas sobre o mínimo de vagas obrigatórias, na proporcionalidade de 1% (um por cento) quando em estacionamento coletivo e comercial, observando o mínimo de 01 (uma) vaga, devendo atender as normas técnicas vigentes.

TÍTULO X DAS NORMAS ESPECÍFICAS

CAPÍTULO I DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

Art. 235 Toda habitação terá no mínimo 35,0 m² (trinta e cinco metros quadrados) de construção e um quarto, uma sala, um banheiro, uma cozinha, uma área de serviço e um local para guarda de veículos.

Parágrafo único. Todas as residências devem ser construídas no nível da rua, sendo proibida a construção abaixo do nível (enterradas), sob pena de embargo e demolição da obra.

Art. 236 O local para guarda de veículos quando coberto deverá constar do projeto, não podendo ser utilizados os recuos obrigatórios.

Art. 237 As residências poderão ter duas peças conjugadas, desde que a peça tenha, no mínimo, a soma das dimensões de cada uma delas.

Art. 238 Será permitida a utilização de iluminação zenital nos seguintes compartimentos: vestíbulos, banheiros, corredores, depósitos e lavanderias.

Art. 239 Nos demais compartimentos serão toleradas iluminação e ventilação zenital quando esta concorrer no máximo com até 50% (cinquenta por cento) da iluminação e ventilação requeridas, sendo a restante proveniente de abertura direta para o exterior, no plano vertical.

Art. 240 Toda habitação deverá ter revestimento impermeável, nas seguintes situações:

I - Paredes - revestimento impermeável até 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) na cozinha, banheiro e lavanderia;

II - Pisos - revestimentos impermeáveis na copa, cozinha, banheiro e garagem.

Art. 241 As dimensões mínimas deverão atender o disposto na tabela do Anexo 02.

Art. 242 A edificação em madeira ficará condicionada aos seguintes parâmetros, salvo quando adotada solução que comprovadamente garanta a segurança dos usuários da edificação e de seu entorno:

I - Máximo de 2 (dois) andares;

II - Altura máxima de 8,0 m (oito metros);

III - Afastamento mínimo de 3,0 m (três) metros de qualquer

ponto das divisas ou outra edificação;

IV - Afastamento de 5,0 m (cinco metros) de outra edificação de madeira;

V - Os componentes da edificação, quando próximos a fontes geradoras de fogo ou calor, deverão ser revestidos de material incombustível.

Seção I Das Residências Isoladas

Art. 243 As residências poderão ter dois compartimentos conjugados, desde que o compartimento resultante tenha, no mínimo, a soma das dimensões mínimas exigidas para cada um deles.

Art. 244 Os compartimentos das residências poderão ser ventilados e iluminados através de aberturas para pátios internos, cujas dimensões não deverão estar abaixo dos limites contidos no Anexo 2.

Art. 245 Não serão considerados como aberturas para ventilação as janelas que abrirem para terraços cobertos, alpendres e avasandados, se tiverem paredes opostas ou ortogonais à abertura, numa distância inferior a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) da projeção dos beirais, medido desta, em direção ao terraço coberto.

Seção II Das Residências Geminadas

Art. 246 Consideram-se residências geminadas, duas unidades de moradias contíguas, que possuam uma parede comum, com testada mínima de 6,00m (seis metros) para cada unidade.

Parágrafo único. O lote das residências geminadas, só poderá ser desmembrado quando cada unidade tiver as dimensões mínimas do lote estabelecidas pela Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Regularização Fundiária, onde as moradias, isoladamente, estejam de acordo com este Código e com a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal.

Art. 247 A Taxa de Ocupação e o Coeficiente de Aproveitamento são os definidos pela Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal para a zona onde se situarem.

Seção III Das Residências em Série, Paralelas ao Alinhamento Predial.

Art. 248 Consideram-se as residências em Série, paralelas ao Alinhamento Predial as situadas ao longo de logradouros públicos, geminadas ou não, em regime de condomínio, as quais não poderão ser em número superior a 20 (vinte) unidades de moradia.

Art. 249 As residências em série, paralelas ao alinhamento predial, deverão obedecer às seguintes condições:

I - A testada do lote de uso exclusivo de cada unidade terá no mínimo 6,00m (seis metros) e profundidade de 25m (vinte e cinco metros);

II - A taxa de ocupação e o coeficiente de aproveitamento são os definidos pela lei municipal de uso e ocupação do solo urbano e municipal e para a zona onde se situarem.

Seção IV Das Residências em Série, Transversais ao Alinhamento Predial.

Art. 250 Consideram-se residências em série, transversais ao ali-

nhamento predial, geminadas ou não, em regime de condomínio, aquela cuja disposição exija a abertura de corredor de acesso, não podendo ser superior a 10 (dez) o número de unidades no mesmo alinhamento.

Art. 251 As residências em série, transversais ao alinhamento predial, deverão obedecer às seguintes condições:

I - A testada do lote terá no mínimo 25,00m (vinte e cinco metros);

II - O acesso se fará por um corredor com a largura de no mínimo:

a) 4,20m (quatro metros e vinte centímetros), quando as edificações estiverem situadas em um só lado do corredor de acesso;

b) 8,40m (oito metros e quarenta centímetros), quando as edificações estiverem dispostas em ambos os lados do corredor de acesso;

III - Quando houver mais de 05 (cinco) moradias no mesmo alinhamento, será feito um bolsão de retorno, cujo diâmetro mínimo deverá ser igual a 8,00m (oito metros) de largura;

IV - Possuirá cada unidade de moradia uma área de terreno de uso exclusivo, com no mínimo, 6,00m (seis metros) de testada e 25,00m (vinte e cinco metros) de profundidade;

V - A Taxa de Ocupação e o Coeficiente de Aproveitamento são definidos pela Lei de Uso e Ocupação do Solo para a zona onde se situarem.

Seção V Dos Conjuntos Residenciais

Art. 252 Consideram-se conjuntos residenciais os que tenham mais de 20 (vinte) unidades de moradia, respeitadas as seguintes condições:

I - O anteprojeto será submetido à apreciação da Prefeitura Municipal;

II - A largura dos acessos será determinada em função do número de moradias a que irá servir e deverá se adequar ao Sistema Viário Básico;

III - O lote deverá ter a área mínima estabelecida pela Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal e Lei de Parcelamento do Solo Urbano;

IV - Poderão ser criadas vielas para passagem de pedestres e infra-estrutura urbana;

V - Deverá possuir "play-ground", com área equivalente a 6,00m² (seis metros quadrados), por unidade de moradia;

VI - As áreas de acesso serão revestidas de asfalto ou similares;

VII - O terreno será convenientemente drenado;

VIII - A infra-estrutura exigida é regulamentada pela Lei de Parcelamento do Solo Urbano;

IX - Os conjuntos poderão ser constituídos de prédios de apartamentos ou de residências isoladas, geminadas ou em série;

X - O terreno, no todo ou em parte, poderá ser desmembrado em várias propriedades, de uma só pessoa ou condomínio, desde que cada parcela mantenha, as dimensões mínimas permitidas pela Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal e as

construções estejam de acordo com este Código;

XI - Exigir-se-á, ainda, a reserva de área e outras obrigações contempladas pela Lei de Parcelamento do Solo Urbano.

Seção VI Da Habitação Popular E Habitação de Interesse Social

Art. 253 Entende-se por:

I - Habitação do tipo popular a economia residencial urbana destinada exclusivamente à moradia própria, constituída apenas de dormitórios, sala, cozinha, banheiro, circulação e área de serviço;

II - "Casa popular" a habitação tipo popular, de um só pavimento e uma só economia;

III - "Apartamento popular" a habitação tipo popular integrante de prédio de habitação múltipla.

Art. 254 A habitação popular deverá apresentar as seguintes características e satisfazer as seguintes condições:

I - Área construída máxima de 70,0 m² (setenta metros quadrados);

II - Ter revestimento com material liso, resistente, lavável e impermeável até a altura de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) nos seguintes locais: no gabinete sanitário, no local do banho e na cozinha no local do fogão e do balcão da pia, e pisos: na copa, cozinha e banheiro.

Art. 255 Os prédios de apartamentos populares poderão ter orientações diferentes desse Código desde que tecnicamente justificadas pelo projetista e aprovadas pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Art. 256 As dimensões mínimas das habitações de interesse social e das casas populares deverão atender o disposto na tabela do Anexo 03.

Parágrafo único. Lei específica definirá critérios de dimensionamento para enquadramento como habitação de interesse social, observado o Plano Diretor.

Seção VII Dos Conjuntos Habitacionais de Interesse Social

Art. 257 Consideram-se conjuntos habitacionais de interesse social, os projetos destinados à urbanização de áreas, incluindo a infraestrutura, enquadrados em programas de entidades governamentais federais, estaduais ou municipais para atendimento da população de baixa renda.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o Plano Diretor, definirá os critérios para enquadramento como conjunto habitacional de interesse social, quando se tratar de empreendimentos de iniciativa privada ou de comunidades através de suas entidades representativas.

Art. 258 Os projetos para construção dos conjuntos habitacionais de interesse social deverão ser submetidos ao órgão municipal competente, sendo permitida a sua aprovação em bloco, compreendendo o parcelamento do solo, edificações e infraestrutura.

§ 1º Consideram-se obras de infraestrutura básica: os equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação

pública, esgotamento sanitário e abastecimento de água potável, e de energia elétrica pública e domiciliar e as vias de circulação pavimentadas ou não.

§ 2º A infraestrutura básica dos parcelamentos situados nas zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social consistirá, no mínimo de:

- I - vias de circulação;
- II - escoamento das águas pluviais;
- III - rede para o abastecimento de água potável; e
- IV - soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar.

§ 3º O parcelamento do solo para implantação de conjuntos habitacionais de interesse social, obedecerá ao disposto nas leis federais pertinentes.

Art. 259 Quando da aprovação de conjuntos habitacionais com mais de 100 (cem) unidades, deverão ser projetados, concomitantemente, o conjunto de equipamentos comunitários necessários.

Parágrafo único. Consideram-se equipamentos comunitários, para os fins previstos nesta Lei, os espaços destinados a:

- I - campos de esporte e "play-grounds" abertos à utilização pública gratuita e irrestrita; e
- II - edificações e instalações destinadas a atividades de assistência médica e sanitária, promoção de assistência social, educação, abastecimento, cultura, esporte e lazer, administradas diretamente pelo Poder Público ou com ela conveniada.

Art. 260 Os empreendimentos públicos ou privados que representem uma excepcional sobrecarga na capacidade da infraestrutura urbana ou ainda que provoquem dano ao meio ambiente, natural e/ou construído, estarão sujeitos a estudo de impacto ambiental, inclusive no que se refere ao estudo do dimensionamento compatível com a densidade projetada para a respectiva Unidade de Vizinhança na qual estará inserido.

Art. 261 Os projetos de conjuntos habitacionais de interesse social, com mais de 300 (trezentas) unidades, serão analisados como projetos especiais, e somente aprovados após a realização do competente Estudo de Impacto Ambiental, na forma da legislação em vigor.

Art. 262 A concessão do "Habite-se" para as edificações nos conjuntos habitacionais de interesse social, fica condicionado à execução de todas as obras referentes à implantação do conjunto, por parte do interessado.

Seção VIII Da Habitação Coletiva

Art. 263 Os edifícios de 03 (três) ou mais pavimentos e/ou 8 (oito) ou mais apartamentos possuirão, no hall de entrada, local destinado à portaria, dotado de caixa receptora de correspondência.

Art. 264 As áreas comuns das habitações coletivas deverão ter as dimensões mínimas, conforme disposto na tabela do Anexo 02.

Art. 265 Quando o edifício dispuser de menos de 3 (três) pavimentos, e/ou menos de 8 (oito) apartamentos, será obrigatória apenas a instalação de caixa de correspondência por apartamento em local visível do pavimento térreo.

Art. 266 O programa e as áreas mínimas de apartamento para moradia do zelador, quando for o caso, deverá ser: sala com 9,0 m² (nove metros quadrados), dormitórios com 9,0 m² (nove metros quadrados), cozinha com 5,0 m² (cinco metros quadrados),

sanitário com 2,7 m² (dois e setenta metros quadrados) e local para tanque.

§1º A sala e o dormitório poderão constituir um único compartimento, devendo, neste caso, ter a área mínima de 15,0 m² (quinze metros quadrados).

§2º Os edifícios não enquadrados nas disposições deste artigo deverão ser dotados de, no mínimo, um banheiro destinado ao zelador (quando for o caso) contendo vaso sanitário, pia e chuveiro.

Art. 267 Os edifícios deverão ter revestimento impermeável nas seguintes situações:

I - Paredes - revestimento impermeável até 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) na cozinha, banheiro e lavanderia;

II - Pisos: revestimento impermeável, na copa, cozinha, banheiro, garagem, hall do prédio, hall dos pavimentos, corredores principais e secundários, escadas e rampas.

Art. 268 A habitação coletiva deverá dispor, no mínimo, de 01 (uma) vaga de garagem/ estacionamento por unidade habitacional.

Parágrafo único. O recuo de frente obrigatório não poderá ser utilizado como área de estacionamento de veículos.

Art. 269 Os edifícios deverão ter acessibilidade a pessoas portadoras de deficiência física conforme normas técnicas vigentes - NBR 9050/1994, NBR 9050/2004 e NBR 13994/1997.

Art. 270 As edificações deverão possuir Saídas de Emergência conforme Normas Técnicas vigentes - NBR 9077/2001.

Art. 271 Os edifícios deverão ter distância entre dois pavimentos consecutivos pertencentes a economia distinta, não inferior a 2,75m (dois metros e setenta e cinco centímetros).

Art. 272 Os edifícios com área total de construção superior a 750,0 m² (setecentos e cinquenta metros quadrados) disporão, obrigatoriamente, de espaço descoberto para recreação infantil, e ainda às seguintes exigências:

I - Ter área correspondente a 3% (três por cento) da área total de construção, observada a área mínima 22,5 m² (vinte e dois metros e cinquenta centímetros quadrados);

II - Conter no plano do piso, um círculo de diâmetro mínimo de 3,0 m (três metros);

III - Situar-se junto a espaços livres externos ou internos;

IV - Estar separado do local de circulação ou estabelecimento de veículos e de instalação de coletor ou depósito de lixo e permitir acesso direto à circulação vertical;

V - Conter equipamentos para recreação de crianças;

VI - Ser dotado de guarda-corpo com altura mínima de 1,8 m (um metro e oitenta centímetros) se estiver em piso acima do solo para proteção contra queda.

CAPÍTULO II DAS EDIFICAÇÕES, USOS E BENFEITORIAS NA ÁREA RURAL.

Art. 273 Todas as edificações que se instalem em zona rural ficam subordinadas às exigências deste Código e as demais que lhes forem aplicáveis.



Art. 274 É proibido qualquer edificação, uso e execução de benfeitorias, como cercas, nas faixas de domínio nas vias rurais.

Art. 275 É proibida a utilização de árvores para promover o cercamento de propriedades ou áreas confinadas.

CAPÍTULO III DAS EDIFICAÇÕES NÃO HABITACIONAIS

Art. 276 São consideradas edificações não residenciais, aquelas destinadas a instalações de atividades comerciais, de prestação de serviços, industriais e institucionais.

Art. 277 As edificações não residenciais deverão ter:

I - Estrutura e entrepisos resistentes ao fogo (exceto prédios de uma unidade autônoma, para atividades que não causem prejuízos ao entorno, a critério do Município);

II - Distância entre dois pavimentos consecutivos pertencentes a economias distintas não inferiores a 2,75m (dois metros e setenta e cinco centímetros);

III - Acessibilidade a pessoas portadoras de deficiências físicas conforme normas técnicas vigentes (NBR 9050/2004);

IV - Corredores de circulação com largura mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros);

V - Saídas de emergência conforme normas técnicas vigentes (NBR 9077/2001).

Art. 278 As edificações destinadas a atividades consideradas potencialmente incômodas, nocivas ou perigosas, além das prescrições do presente Código deverão atender à legislação sobre impactos ambientais.

Art. 279 Nas edificações em que houver atividades que incluam manipulação de óleos e graxas, tais como serviços de lavagem e/ou lubrificação, oficinas mecânicas em geral, retificadoras de motores, dentre outras, além das disposições do artigo anterior, deverá ser instalada caixa separadora de óleo e lama atendendo as normas técnicas pertinentes.

Art. 280 Os sanitários deverão atender, no mínimo, as seguintes condições:

I - Pé-direito mínimo de 2,2 m (dois metros e vinte centímetros);
II - Paredes até a altura de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) e pisos revestidos com material liso, lavável, impermeável e resistente;

III - Vaso sanitário e lavatório;

IV - Quando coletivos, um conjunto de acordo com as normas técnicas vigentes;

V - Incomunicabilidade direta com a cozinha.

Art. 281 Refeitórios, cozinhas, copas, depósitos de gêneros alimentícios (despesas), lavanderias e ambulatórios deverão:

I - Ser dimensionados conforme equipamentos específicos;

II - Ter piso e paredes até a altura mínima de 2,0 m (dois metros), revestidos com material liso, lavável, impermeável e resistente.

Art. 282 As áreas de estacionamentos descobertas em centros comerciais, supermercados, pavilhões, ginásios e estádios deverão:

I - Ser arborizadas na relação de 01 (uma) árvore para cada 04 (quatro) vagas;

II - Ter piso com material absorvente de águas pluviais, quando pavimentado.

Seção I

Dos Edifícios de Escritórios

Art. 283 As edificações destinadas a escritórios, consultórios e estúdios de caráter profissional deverão:

I - Ter no pavimento térreo, caixa receptora de correspondência, dentro das normas da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT);

II - Ter portaria quando a edificação contar com mais de 20 (vinte) salas ou conjuntos;

III - Ter, em cada pavimento, um conjunto de sanitários, na proporção de 01 (um) para cada grupo de 20 (vinte) pessoas ou fração, calculados à razão de uma pessoa para cada 7,5 m² (sete metros e cinquenta centímetros quadrados) de área de sala, não computada aquela que for servida de gabinete sanitário privativo.

Art. 284 Será exigido apenas um sanitário, quando privativo, nos conjuntos ou unidades autônomas com área máxima de 70,0 m² (setenta metros quadrados).

Seção II

Das Edificações Comerciais

Art. 285 As edificações destinadas a comércio em geral, deverão:

I - Ter pé-direito mínimo nas lojas de:

II - Área até 100,0 m² (cem metros quadrados) pé-direito de 3,0 m (três metros);

III - Entre 100,0 m² (cem metros quadrados) e 200,0 m² (duzentos metros quadrados) pé-direito de 3,5 m (três metros e cinquenta centímetros);

IV - Acima de 200,0 m² (duzentos metros quadrados) pé-direito de 4,0 m (quatro metros);

V - Ter vãos de iluminação e ventilação com área não inferior a 1/10 (um décimo) da área útil dos compartimentos;

VI - Ter as portas gerais de acesso ao público, com uma largura mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros);

VII - Ter em cada pavimento, 01 (um) conjunto sanitários, na proporção de 01 (um) para cada grupo de 20 (vinte) pessoas ou fração, calculados à razão de uma pessoa para cada 15,0 m² (quinze metros quadrados) de área de sala, não computada aquela que for servida de gabinete sanitário privativo;

VIII - Ter instalações sanitárias para uso público, separadas por sexo, nas lojas de médio e grande porte, na razão de um conjunto de vaso e lavatório para cada 200,0 m² (duzentos metros quadrados) de área de piso de salão, localizadas junto às circulações verticais ou em área de fácil acesso;

IX - Ter 01 (um) sanitário para cada instalação comercial unitária;

X - Garantir fácil acesso para portadores de deficiência física às dependências de uso coletivo e previsão de 2% (dois por cento) de sanitários, com o mínimo de um, quando a edificação contar com mais de 20 (vinte) unidades;

XI - Lojas com iluminação artificial e sistema de renovação ou

condicionamento de ar, quando possuírem profundidade superior à largura da circulação ou distarem mais de 04 (quatro) vezes esta largura do acesso ou de pátio interno.

Seção III

Do Comércio Especial

Art. 286 Os edifícios de comércio especial destinam-se às atividades abaixo relacionadas:

I - Restaurantes, lanchonetes, bares e estabelecimentos congêneres;

II - Restaurantes - pizzarias, cantinas, casas de chá, churrascarias;

III - Lanchonetes e bares - lanchonete, bares, botequins, hot-dogs, pastelarias;

IV - Confeitarias e padarias - confeitarias, padarias, docerias, bufes, massas e macarrão, sorveterias;

V - Açougues e peixarias - açougues, casas de carne, peixarias, aves e ovos, animais vivos (de pequeno porte e pequeno número);

VI - Mercarias e quitandas - mercarias quitandas, empórios, armazéns, quitandas, laticínios, frios;

VII - Mercados e supermercados - pequenos mercados e supermercados.

Art. 287 Nos estabelecimentos de comércio especial os compartimentos destinados ao trabalho, fabrico, manipulação, cozinha, despensa, depósito de matérias primas ou gêneros, e guarda de produtos acabados e similares, deverão ter os pisos, paredes, pilares e colunas revestidas de material durável, liso, impermeável e resistente a freqüentes lavagens.

Art. 288 Os compartimentos para venda, atendimento ao público ou consumo de alimentos deverão ter, pelo menos, o piso revestido de material durável, liso, impermeável e resistente a freqüentes lavagens.

Art. 289 Os depósitos de material de limpeza, consertos e outros fins, bem como os eventuais compartimentos para pernoite de empregados ou vigia e a residência ao zelador, não poderão estar no mesmo local, nem ter comunicação direta com os compartimentos destinados a consumo de alimentos, cozinha, fabrico, manipulação, depósito de matérias primas ou gêneros, e a guarda de produtos acabados.

Seção IV

Dos Restaurantes, Lanchonetes, Bares e Estabelecimentos Congêneres

Art. 290 As cozinhas, copas, despensas e salões de consumo desses estabelecimentos terão os pisos e paredes revestidas de material liso, resistente e não absorvente, sendo as paredes revestidas até a altura de 2,0 m (dois metros).

Art. 291 Se os compartimentos de consumo de alimentos não dispuserem de aberturas externas, pelo menos em duas faces deverão ter instalação de renovação de ar.

Art. 292 Além da parte destinada a consumação, os restaurantes deverão dispor:

I - De cozinha - cuja área que não será inferior a 5,0 m² (cinco metros quadrados), devendo corresponder à relação mínima de 1:10 (um por dez) da área total dos compartimentos que possam ser utilizados para consumo. As cozinhas não poderão ter comu-

nicação direta com o salão de refeições;

II - Opcionalmente, de um compartimento para despensa ou depósito de gêneros alimentícios, que deverá satisfazer às condições exigidas para compartimentos de permanência transitória, estando ligado diretamente à cozinha e tendo área mínima de 4,0 m² (quatro metros quadrados).

Art. 293 Nos bares e lanchonetes, deverão ser atendidas as seguintes diretrizes:

I - A área dos compartimentos destinados à venda ou à realização de refeições ligeiras, quentes ou frias, deverão ser de tal forma que permita, no plano do piso, a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 3,0 m (três metros);

II - Os compartimentos ou ambientes que possam ser utilizados para venda ou consumo de alimentos apresentando área cujo total seja superior a 40,0 m² (quarenta metros quadrados), deverão satisfazer às seguintes especificações:

a) Dispor de aberturas externas, pelo menos em duas faces ou de instalação de renovação de ar;

b) Possuir um compartimento para despensa ou depósito de gêneros alimentícios, que satisfaça, para efeito de ventilação e iluminação, as condições estabelecidas para os compartimentos de permanência transitória estando ligado diretamente à cozinha e tendo área mínima de 4,0 m² (quatro metros quadrados).

Art. 294 Confeitarias e padarias deverão atender as seguintes especificações:

I - Os compartimentos de consumo, de trabalho e manipulação, quando tiverem área igual ou superior a 40,0 m² (quarenta metros quadrados) cada um, deverão ter instalação de renovação de ar, se não dispuserem de abertura externa pelo menos em duas faces;

II - Havendo compartimento para despensa ou depósito de matéria prima para o fabrico de pães, doces e confeitados, este deverá satisfazer às condições do compartimento de permanência transitória, estando ligado diretamente ao compartimento de trabalho e manipulação e tendo área mínima de 8,0 m² (oito metros quadrados);

III - Não havendo, no estabelecimento, área destinada à consumação, deverá existir, pelo menos, sanitários para funcionários.

Seção V

Dos Açougues e Peixarias

Art. 295 O compartimento destinado a açougues e peixarias deverá:

I - Ter, pelo menos, uma porta de largura não inferior a 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros), amplamente vazada, que abra para via pública ou para faixa de recuo do alinhamento de modo a assegurar plena ventilação para o compartimento;

II - Não ter comunicação direta com os compartimentos destinados à habitação;

III - Ter água corrente e ser dotado de pias;

IV - Ter suficiente iluminação natural e artificial.

Art. 296 As dependências destinadas ao público e ao corte deverão ser separadas entre si por meio de balcão com revestimento



impermeável e adequado à função.

Art. 297 As dependências destinadas ao público, ao corte e ao armazenamento não poderão ter aberturas de comunicação direta com chuveiros ou sanitários.

Seção VI

Das Mercarias e Quitandas

Art. 298 Nas mercearias e quitandas, as áreas destinadas à venda, atendimento ao público e manipulação deverão ser de tal forma que permita, no plano do piso, a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 3,0 m (três metros).

Art. 299 Havendo compartimento para despensa ou depósito de gêneros alimentícios, estes deverão satisfazer, para efeito de ventilação e iluminação, as condições de compartimento de permanência transitória e possuir área mínima de 4,0 m² (quatro metros quadrados).

Seção VII

Dos Mercados e Supermercados

Art. 300 Para construção de mercados particulares no Município, serão observadas as seguintes exigências:

I - As portas para os logradouros deverão ter largura mínima de 2,0 m (dois metros);

II - O pé-direito mínimo será de 3,0 m (três metros), medido do ponto mais baixo do telhado;

III - As passagens principais apresentarão largura mínima de 4,0 m (quatro metros) e serão pavimentadas com material impermeável e resistente;

IV - A superfície mínima dos compartimentos será de 8,0 m² (oito metros quadrados), com a dimensão mínima de dois metros;

V - Os pisos serão de material impermeável e resistente;

VI - A superfície iluminante não será, em geral, inferior a 1/5 (um quinto) da superfície útil e as aberturas, quer em plano vertical, quer em clarabóias, serão convenientemente estabelecidas, procurando aclaramento uniforme;

VII - A superfície de ventilação permanente em plano vertical, janelas ou lanternins, não será inferior a 1/10 (um décimo) do piso;

VIII - Deverá haver instalações sanitárias na proporção mínima de 01 (uma) para cada 05 (cinco) compartimentos, devidamente separadas para cada sexo, de acordo com as normas deste código, para as instalações sanitárias agrupadas e localizar-se-ão no mínimo a 5,0 m (cinco metros) de qualquer compartimento de venda;

IX - Deverão possuir instalação frigorífica proporcional à necessidade do mercado;

X - Deverá haver compartimento especial destinado a depósito de lixo localizado em situação que permita a sua fácil remoção.

Seção VIII

Das Edificações para Usos de Saúde

Art. 301 Consideram-se edificações para usos de saúde as destinadas à prestação de serviços de assistência à saúde em geral, inclusive veterinária, com ou sem internação, incluindo, dentre outros, os seguintes tipos:

I - Hospitais ou casas de saúde;

II - Maternidades;

III - Clínicas médica, odontológica, radiológica ou de recuperação física ou mental;

IV - Ambulatórios;

V - Prontos-socorros;

VI - Postos de saúde;

VII - Bancos de sangue ou laboratórios de análises clínicas.

Art. 302 As edificações para usos de saúde, além das exigências deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão obedecer no que couber, às condições estabelecidas nas normas federais, estaduais e municipais específicas.

Art. 303 Os hospitais, maternidades e pronto-socorros deverão ser dotados de instalações de energia elétrica autônoma - gerador ou equivalente com iluminação de emergência.

Seção IX

Das Escolas e Creches

Art. 304 As edificações para usos educacionais, além das exigências deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão obedecer às normas federais, estaduais e municipais específicas.

Art. 305 As edificações destinadas a escolas e creches deverão ter as instalações sanitárias com as seguintes condições:

I - Instalações sanitárias separadas por sexo para os alunos;

II - Masculino: 01 (um) vaso sanitário e 01(um) lavatório para cada 50 (cinquenta) alunos e 01 (um) mictório para cada 25 (vinte e cinco) alunos;

III - Feminino: 01 (um) vaso sanitário para cada 20 (vinte) alunas e 01 (um) lavatório para cada 50 (cinquenta) alunas;

IV - Instalações sanitárias e quaisquer outros equipamentos adaptados ao porte dos alunos quando em educação infantil (creche e pré-escola);

V - Funcionários e professores: 01 (um) conjunto de vaso sanitário, lavatório e local para chuveiro para cada grupo de 20 (vinte) pessoas;

VI - Sala exclusiva e instalação sanitária para professores, quando com mais de 5 (cinco) salas de aula;

VII - Ter bebedouro automático, no mínimo, 01 (um) para cada 150 (cento e cinquenta) alunos;

VIII - Garantir fácil acesso para pessoas portadoras de deficiência física às dependências de uso coletivo, administração e a 2% (dois por cento) das salas de aula e sanitários.

Art. 306 As edificações para usos educacionais até o ensino médio, inclusive, deverão possuir áreas de recreação para a totalidade da população de alunos calculada, na proporção de:

I - 0,5 m² (cinquenta centímetros quadrados) por aluno para recreação coberta;

II - 2,0 m² (dois metros quadrados) por aluno para recreação descoberta.

Art. 307 Não será admitida, no cálculo das áreas de recreação, a subdivisão da população de alunos em turnos em um mesmo período.

Art. 308 Não serão considerados corredores e passagens como

loais de recreação coberta.

Art. 309 Serão admitidos outros pavimentos, desde que para uso exclusivo da administração escolar.

Art. 310 Os corredores e as escadas deverão ter uma largura mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 311 As escadas não poderão se desenvolver em leque ou caracol.

Seção X

Das Edificações para Locais de Reunião

Art. 312 São considerados locais de reunião:

I - Esportivos: estádios, ginásios, quadras para esportes, salas de jogos, piscinas e congêneres;

II - Recreativos: sedes sociais de clubes e associações, salões de bailes, restaurantes e congêneres com música ao vivo, boates e discotecas, boliches, salas de jogos, parques de diversões, circos e congêneres;

III - Culturais: cinemas, teatros, auditórios, centros de convenções, museus, bibliotecas, salas públicas e congêneres;

IV - Religiosos: igrejas, templos, salões de agremiações religiosas ou filosóficas e congêneres;

V - Comerciais: espaços destinados a feiras, exposições e eventos similares.

Art. 313 As folhas das portas de saída dos locais de reunião, assim como as bilheterias, se houver, não poderão abrir diretamente sobre os logradouros públicos.

Art. 314 Todo local de reunião deverá ser adequado à utilização por parte de pessoas portadoras de deficiências físicas, de acordo com a legislação municipal em vigor e as normas técnicas pertinentes (NBR 9050/2004, NBR 13994/1997).

Art. 315 As boates, além das disposições do artigo anterior, deverão possuir isolamento e condicionamento acústico adequado, em conformidade com a legislação aplicável.

Seção XI

Dos Pavilhões

Art. 316 Pavilhões são edificações destinadas, basicamente, instalações de atividades de depósito, comércio atacadista, armazéns e indústrias, devendo atender as seguintes condições:

I - Ter as paredes de sustentação de material incombustíveis;

II - Ter pé-direito mínimo de:

Área até 100,0 m² (cem metros quadrados) pé-direito mínimo de 3,0 m (três metros);

Entre 100,0 m² (cem metros quadrados) e 200,0 m² (duzentos metros quadrados) pé-direito mínimo de 3,5 m (três metros e cinquenta centímetros);

Acima de 200,0 m² (duzentos metros quadrados) pé-direito mínimo de 4,0 m (quatro metros).

III - Em galpões industriais o pé-direito deverá ter 6,00m;

IV - Ter nos locais de trabalho vãos de iluminação e ventilação

com área equivalente a 1/10 (um décimo) da área útil;

V - Ter instalações sanitárias, separadas por sexos na proporção 01 (um) conjunto sanitário com chuveiro para cada 450,0 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) ou fração de área construída;

VI - Ter vestiários separados por sexo.

Seção XII

Das Garagens Não Comerciais

Art. 317 São consideradas garagens não comerciais as que forem construídas no lote, em subsolo ou em um ou mais pavimentos de edifício de uso residencial e não residencial.

Art. 318 As edificações destinadas a garagens não comerciais, além das disposições do presente Código que lhes forem aplicáveis, deverão ter:

I - Pé-direito livre mínimo de 2,2 m (dois metros e vinte centímetros) com passagem mínima de 2,1 m (dois metros e dez centímetros);

II - Locais de estacionamento para cada veículo com largura livre mínima de 2,2 m (dois metros e vinte centímetros) e comprimento mínimo de 4,6 m (quatro metros e sessenta centímetros) numerados sequencialmente;

III - Vão de entrada com largura mínima de 2,2 m (dois metros e vinte centímetros) e, no mínimo, 02 (dois) vãos quando comportar mais de 50 (cinquenta) veículos;

IV - Ter o corredor de circulação largura mínima de 3,0 m (três metros), 3,5 m (três metros e cinquenta centímetros), 4,0 m (quatro metros) ou 5,0 m (cinco metros) quando os locais de estacionamento formarem em relação ao mesmo, ângulo de até 30° 45° 60° e 90° respectivamente.

Art. 319 Os locais de estacionamento para cada carro, a distribuição dos pilares na estrutura e a circulação prevista deverão permitir a entrada e saída independente para cada veículo.

Art. 320 Não serão permitidas quaisquer instalações de abastecimento, lubrificação ou reparos em garagens não comerciais.

Art. 321 Os locais de estacionamento quando delimitados por paredes, deverão ter largura mínima de 2,5 m (dois metros e cinquenta centímetros).

Art. 322 O rebaixamento dos meios-fios de passeios para acessos de veículos não poderá exceder a extensão de 7,0 m (sete metros) para cada vão de entrada da garagem, nem ultrapassar a extensão de 50% (cinquenta por cento) da testada do lote, com afastamento mínimo entre eles de 1,0 m (um metro).

Seção XIII

Das Garagens Comerciais

Art. 323 As garagens comerciais são edificações destinadas à guarda de veículos, podendo haver serviços de lavagem, lubrificação e abastecimento, devendo atender as seguintes disposições:

I - Ter local de acumulação com acesso direto do logradouro, que permita o estacionamento eventual de um número de veículos não inferior a 5% (cinco por cento) da capacidade total da garagem, não podendo ser numerado nem sendo computado nesta área o espaço necessário à circulação de veículos;



II - Ter caixa separadora de óleo e lama quando houver local para lavagem e/ou lubrificação;

III - Ter vãos de entrada com largura mínima de 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros), e no mínimo 02 (dois) vãos quando comportar mais de 50 (cinquenta) carros;

IV - Ter os locais de estacionamento para cada carro com largura mínima de 2,4 m (dois metros e quarenta centímetros) e comprimento mínimo de 5,0 m (cinco metros), numerados seqüencialmente;

V - Ter o corredor de circulação com largura mínima de 3,0 m (três metros), 3,5 m (três metros e cinquenta centímetros), 4,0 m (quatro metros) ou 5,0 m (cinco metros) quando os locais de estacionamento formarem em relação ao mesmo, ângulo de até 30° 45° 60° e 90°, respectivamente;

VI - Ter instalação sanitária para uso público de no mínimo 01 (um) conjunto sanitário;

VII - Ter instalação sanitária destinadas aos funcionários na proporção de 01 (um) conjunto com chuveiro para cada 10 (dez) funcionários;

VIII - Os locais de estacionamento para cada carro, a distribuição dos pilares na estrutura e a circulação prevista deverão permitir a entrada e saída independente para cada veículo;

IX - O rebaixamento dos meios-fios de passeios para acessos de veículos, não poderá exceder a extensão de 7,0 m (sete metros) para cada vão de entrada da garagem, nem ultrapassar a extensão de 50% (cinquenta por cento) da testada do lote, com afastamento mínimo entre eles de 3,0 m (três metros);

X - As garagens comerciais com circulação vertical por processo mecânico deverão ter instalação de emergência para fornecimento de força.

Seção XIV

Dos Postos de Abastecimento, Lavagem e Lubrificação

Art. 324 Os postos de serviços destinam-se às atividades de abastecimento, lubrificação, limpeza e lavagem de veículos, que podem ser exercidos em conjunto ou isoladamente.

Art. 325 A instalação de dispositivos para abastecimento de combustíveis será permitida somente em postos de serviços, garagens comerciais, estabelecimentos comerciais e industriais, empresas de transporte e entidades públicas.

Art. 326 Nas edificações destinadas a postos de serviços ou naquelas que possuam abastecimento de veículos destinado à frota própria, deverão ser atendidas as seguintes determinações:

I - Os tanques enterrados deverão estar afastados entre si, no mínimo, 1,0 m (um metro), e instalados à profundidade mínima de 1,0 m (um metro);

II - Os tanques de armazenamento e as bombas de abastecimento deverão obedecer a afastamentos mínimos de 4,0 m (quatro metros) do alinhamento e das divisas do lote;

III - Os acessos de veículos e rebaixamento de meios-fios obedecerão a projeto a ser previamente submetido à aprovação da municipalidade;

IV - Quando os serviços de lavagem e lubrificação estiverem localizados a menos de 4,0 m (quatro metros) do alinhamento ou das

divisas do lote, deverão os mesmos estar em recintos cobertos e fechados nestas faces;

V - Haverá calha coletora, coberta com grelha, em toda a extensão dos limites do lote onde não houver muro de vedação;

VI - Deverão ser executadas construções e instalações de tal forma que os vizinhos ou logradouros públicos não sejam atingidos pelos vapores, jatos e aspersão de água ou óleo originados dos serviços de abastecimento, lubrificação ou lavagem;

VII - Ter vestiário e instalação sanitária com chuveiro para uso dos empregados;

VIII - Ter instalação sanitária para os usuários, separadas das destinadas aos empregados;

Art. 327 Os postos de serviços só poderão ser construídos em terrenos com área superior a 500,0 m² (quinhentos metros quadrados) e testada mínima de 20,0 m (vinte metros).

Seção XV

Das Edificações Para Usos Industriais

Art. 328 As edificações destinadas ao uso industrial, além das exigências deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão atender às disposições da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e as normas federais, estaduais e municipais específicas.

Art. 329. Visando o controle da qualidade de vida da população dependerão de aprovação e aceitação, por parte do órgão estadual competente, as indústrias que produzam resíduos líquidos, sólidos ou gasosos.

Art. 330 As edificações destinadas à indústria de produtos alimentícios e de medicamentos deverão:

I - Ter, nos recintos de fabricação, as paredes revestidas até a altura mínima de 2,0 m (dois metros) com materiais lisos, laváveis, impermeáveis e resistentes a produtos químicos agressivos;

II - Ter o piso revestido com materiais lisos, laváveis, impermeáveis e resistentes a produtos químicos agressivos, não sendo permitido o piso simplesmente cimentado;

III - Ter assegurado a incomunicabilidade direta com os compartimentos sanitários;

IV - Ter as aberturas de iluminação e ventilação dotadas de proteção com tela milimétrica.

TÍTULO XI

DA APROVAÇÃO DE PROJETOS E DO LICENCIAMENTO DE OBRAS

Art. 331 Mediante requerimento padronizado ou formalização de processo e pagamento das taxas devidas, a Prefeitura Municipal de Ermo fornecerá dados ou consentirá na execução e implantação de obras e serviços, a partir da emissão de:

I - Consulta Prévia;

II - Comunicação;

III - Alvarás e

IV - Certificado de Conclusão de Obra ("Habite-se").

Art. 332 O projeto apresentado para aprovação deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

I - Requerimento solicitando a aprovação do Projeto, assinado pelo proprietário ou representante legal.



II - Consulta Prévia / Guia Amarela;

III - Planta de localização na escala 1: 500, onde constarão:

a) Orientação do Norte;

b) Indicação da numeração do lote a ser construído e dos lotes vizinhos;

c) Relação contendo a área do lote, área de projeção de cada unidade, incluindo as já existentes e a taxa de ocupação;

d) Perfis longitudinais e transversais.

IV - Planta baixa de cada pavimento não repetido, na escala 1: 100, contendo:

a) As dimensões e áreas de todos os compartimentos inclusive dimensões dos vãos de iluminação, ventilação, garagens e áreas de estacionamento;

b) A finalidade de cada compartimento;

c) Indicação das espessuras das paredes e dimensões internas e externas totais da obra;

d) Os traços indicativos dos cortes longitudinais e transversa.

V - Cortes longitudinais e transversais na mesma escala de planta baixa, com a indicação dos elementos necessários à compreensão do projeto como pé direito, altura das janelas e peitoris e perfis do telhado;

VI - Planta de cobertura com indicação dos caimentos na escala que se fizer necessário para a compreensão do projeto;

VII - Elevação das fachadas voltadas para as vias públicas na mesma escala da planta baixa;

VIII - Planta de situação, na mesma escala da Planta da Cobertura, onde constarão:

IX - Escritura do terreno.

§ 1º Em todas as peças gráficas nos Incisos IV, V, VI e VII deverão constar as especificações dos materiais utilizados.

§ 2º Nos casos de projetos para construção de edificações de grandes proporções, as escalas mencionadas poderão ser alteradas devendo, contudo ser consultado previamente o órgão competente da Prefeitura Municipal.

§ 3º Todas as pranchas relacionadas nos Incisos anteriores deverão ser apresentadas em 3 (três) vias, uma das quais será arquivada no órgão competente da Prefeitura e as outras serão devolvidas ao requerente após a aprovação, contendo em todas as folhas, os carimbos de aprovação e as rubricas dos funcionários encarregados.

§ 4º Se o proprietário da obra não for proprietário do terreno, a Prefeitura exigirá prova de acordo entre ambos.

§ 5º Os projetos da obra e a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART deverão ser apresentados conforme orientações do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA.

CAPÍTULO I DA CONSULTA PRÉVIA

Art. 333 Antes de solicitar a aprovação do Projeto para obtenção

do Alvará de Aprovação e Alvará de Construção, o requerente deverá efetivar a Consulta Prévia através do preenchimento da Guia Amarela (Consulta Prévia para Requerer Alvará de Construção).

§ 1º A consulta prévia poderá ser requerida por qualquer interessado, mediante:

I - Informação do nome e endereço do proprietário;

II - Informação completa da localização do lote onde será realizada a construção, reconstrução, reforma ou ampliação;

III - A indicação da destinação da obra (residencial, comercial, industrial etc);

IV - Material construtivo e natureza da obra (alvenaria, madeira ou mista); e

V - Croqui de situação do lote.

§ 2º Cabe à Prefeitura Municipal a indicação das normas urbanísticas incidentes sobre o lote, constantes da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal, da Lei de Mobilidade e eventuais restrições providas da legislação ambiental estadual e federal.

Art. 334 As informações disponibilizadas pela Consulta Prévia prescreverão em 90 (noventa) dias a contar da data de publicação do despacho para sua emissão, garantido ao requerente o direito de solicitar Alvará de Aprovação conforme a legislação vigente à época do protocolamento do pedido de Consulta Prévia, caso ocorra nesse período alteração da legislação e desde que a nova lei não disponha de modo contrário.

CAPÍTULO II DA COMUNICAÇÃO

Art. 335 Dependem, obrigatoriamente, de comunicação prévia ao Município, as seguintes atividades:

I - Execução de restauro em edificações tombadas ou preservadas, desde que obtida a prévia aprovação dos órgãos competentes;

II - Execução de reparos externos em edificações com mais de dois andares;

III - Execução de reparos externos em fachadas situadas no alinhamento;

IV - Execução de pequenas reformas;

V - Execução de obras emergenciais;

VI - Início de serviços que objetivem a suspensão de embargo de obra licenciada;

VII - Início, paralisação e reinício de obras para efeito de comprovação da validade do alvará de construção;

VIII - Implantação de mobiliário urbano;

IX - Transferência, substituição, baixa e assunção de responsabilidade profissional.

§ 1º A comunicação será assinada por profissional habilitado, nos casos em que a natureza do serviço ou tipo de obra assim o exigir, e instruído com peças gráficas ou descritivas, e outras julgadas necessárias para sua aceitação.

§ 2º A comunicação terá eficácia a partir da aceitação pela Prefeitura Municipal de Ermo, cessando imediatamente sua validade se:



I - Constatado o desvirtuamento do objeto da Comunicação, caso em que serão adotadas as medidas fiscais cabíveis;

II - Não iniciados os serviços, 90 (noventa) dias após a sua aceitação.

CAPÍTULO III DOS ALVARÁS

Art. 336 Após a Consulta Prévia, os interessados em construir, reformar, demolir ou regularizar edificações, deverão solicitar os respectivos Alvarás no órgão público municipal competente, instruindo o projeto com as documentações exigidas a cada caso, as quais serão analisadas pela Secretaria.

Art. 337 A Prefeitura Municipal de Ermo poderá emitir os seguintes alvarás, conforme solicitação do interessado, com o pagamento das respectivas taxas:

- I - Alvará de Aprovação;
- II - Alvará de Construção;
- III - Alvará de Alinhamento e Nivelamento;
- IV - Alvará de autorização.

Seção I Do Alvará de Aprovação

Art. 338 À pedido do proprietário ou do possuidor do imóvel, a Prefeitura Municipal de Ermo, mediante processo administrativo, emitirá Alvará de Aprovação para:

- I - Movimentação de terra;
- II - Muro de arrimo;
- III - Edificação nova;
- IV - Reforma;
- V - Aprovação de equipamento;
- VI - Sistema de segurança.

§ 1º Um único Alvará de Aprovação poderá abranger a aprovação de mais de um dos tipos de projetos elencados acima.

§ 2º Nos casos de edificação nova ou reforma (III- IV) será exigido no projeto a indicação das guias rebaixadas no projeto para a expedição do Alvará de Aprovação.

Art. 339 O pedido de Alvará de Aprovação será instruído com:

I - Requerimento assinado pelo responsável do projeto e pelo proprietário, solicitando aprovação do projeto;

II - Título de propriedade do imóvel;

III - Apresentação de levantamento topográfico para verificação das dimensões, área e localização do imóvel, quando necessário, considerando-se que:

a) Somente serão aceitas divergências de até 5% (cinco por cento) entre as dimensões e área constantes do documento de propriedade apresentado e as apuradas no levantamento topográfico; e

b) Havendo divergência superior a 5% (cinco por cento) entre qualquer dimensão ou área constante do documento de propriedade e a apurada no levantamento topográfico, poderá ser emitido o alvará de aprovação, ficando a emissão do alvará de construção condicionada à apresentação de escritura retificada.

IV - Memorial descritivo;

V - 03 (três) cópias do projeto, que deverá conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:

a) Data, nome e assinatura do proprietário, do autor do projeto e do responsável pela obra no carimbo de todas as pranchas;

b) Planta esquemática de situação do lote, com orientação do norte magnético, nome e cotas de largura de logradouros e dos passeios contíguos ao lote, distância do lote à esquina mais próxima, indicação da numeração dos lotes vizinhos e do lote a ser construído, quando houver;

c) Quadro contendo a relação das áreas de projeção e da área total construída de cada unidade ou pavimento, área do lote e taxa de ocupação;

VI - Planta de localização, na escala mínima de 1: 500, onde constarão:

a) Projeção da edificação ou das edificações dentro do lote com as cotas;

b) Dimensões das divisas do lote e as dimensões dos afastamentos das edificações em relação às divisas e a outras edificações porventura existentes;

c) Dimensões externas da edificação;

d) Nome dos logradouros contíguos ao lote.

VII - Planta baixa de cada pavimento da edificação na escala mínima de 1:100, onde constarão:

a) Dimensões e áreas exatas de todos os compartimentos, inclusive vãos de iluminação, ventilação, garagens e áreas de estacionamento;

b) Finalidade de cada compartimento;

c) Traços indicativos de cortes longitudinais e transversais;

d) Indicação das espessuras das paredes e dimensões externas totais da obra;

e) Cortes transversais e longitudinais, na escala mínima de 1:100 em número suficiente ao perfeito entendimento do projeto, dos compartimentos, níveis dos pavimentos, alturas das janelas e peitoris e demais elementos, com indicação, quando necessário, dos detalhes construtivos;

f) Planta de cobertura com indicação do sentido de escoamento das águas, localização das calhas, tipo e inclinação da cobertura, caixa d'água, casa de máquina, quando for o caso, e todos os elementos componentes da cobertura, na escala mínima de 1:200;

g) Elevação das fachadas, na escala mínima de 1:100;

h) Quadro com especificação e descrição das esquadrias a serem utilizadas;

i) No caso de projetos envolvendo movimento de terra, será exigido corte esquemático com cotas de níveis e indicação de cortes e/ou aterros taludes, arrimos e demais obras de contenção.

VIII - O projeto legal de arquitetura deverá seguir as definições da NBR 5984;

IX - As dimensões das pranchas com os desenhos citados no caput deste artigo deverão adotar as definições da NBR 10068;



X - Projeto das instalações hidráulico-sanitárias e elétricas, na escala mínima 1:50;

XI - Será obrigatória a apresentação de projeto estrutural para edificações com mais de três pavimentos;

XII - Projeto de prevenção de incêndio, aprovado pelo corpo de bombeiros, para edificações com mais de dois pavimentos;

XIII - Em casos especiais, poderá a prefeitura exigir cálculos de tráfego de elevadores e projetos de instalações de ar condicionado ou calefação e ainda, de instalações telefônicas;

XIV - Nas obras de reforma, reconstrução ou acréscimo, serão apresentadas, a critério do profissional, com indicação precisas e convencionadas, as partes a acrescentar, demolir ou conservar. Sendo utilizadas cores, as convenções deverão ser as seguintes: amarelo para as partes a demolir, vermelho para as partes novas ou a renovar e preto para as partes a conservar;

XV - Para aprovação de um projeto pela Prefeitura Municipal, o mesmo deverá ser assinado pelo proprietário e pelo seu autor ou autores.

Art. 340 Quando se tratar de construções destinadas ao fabrico ou manipulação de gêneros alimentícios, frigoríficos e matadouros, bem como hospitais e congêneres, deverá ser ouvida o órgão público municipal competente no que diz respeito à vigilância sanitária municipal antes da aprovação do projeto, bem como respeitadas as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Art. 341 As obras de construção de muros de sustentação ou proteção de terras, bem como obras de canalização de cursos d'água, pontes, pontilhões, bueiros, ficam sujeitos à apresentação de projeto e respectiva aprovação.

Art. 342 Em caso de erro ou insuficiência de elementos, o requerente será notificado, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da entrada do projeto no órgão municipal competente, a fim de satisfazer as exigências formuladas ou dar os esclarecimentos que forem julgados necessários.

Art. 343 O Alvará de Aprovação terá sua validade por 01 (um) ano a contar da data da publicação do deferimento do pedido, podendo ser prorrogado por igual período, desde que o projeto atenda à legislação em vigor na ocasião dos pedidos de prorrogação.

§ 1º Findo este prazo e não tendo sido requerido o Alvará de Construção, será cancelada a aprovação do projeto.

§ 2º A revalidação do alvará de aprovação não será necessária quando houver Alvará de Construção em vigor.

§ 3º Poderão ser emitidos sucessivos alvarás de aprovação de projeto arquitetônico para um mesmo imóvel enquanto não for requerida a emissão de Alvará de Construção.

§ 4º O prazo do Alvará de Aprovação ficará suspenso mediante comprovação, por meio de documento hábil, da ocorrência suspensiva, durante os impedimentos a seguir mencionados:

- I - Existência de pendência judicial;
- II - Calamidade pública;
- III - Declaração de utilidade pública ou interesse social;
- IV - Pendência de processo de tombamento;
- V - Processo de identificação de edificações de interesse de preservação;
- VI - Processo de identificação de áreas de interesse ambiental.

§ 5º O prazo dos Alvarás de Aprovação ficará suspenso durante o

período de aprovação de projeto modificativo.

Art. 344 O Alvará de Aprovação poderá, enquanto vigente o Alvará de Construção, receber termo aditivo para constar eventuais alterações de dados, ou a aprovação de projeto modificativo em decorrência de alteração do projeto original.

Art. 345 O Alvará de Aprovação, enquanto vigente, poderá a qualquer tempo, mediante ato da autoridade competente, ser:

I - Revogado, atendendo relevante interesse público;

II - Cassado, juntamente com o alvará de construção, em caso de desvirtuamento, por parte do interessado, da licença concedida;

III - Anulado, em caso de comprovação de ilegalidade em sua expedição.

Seção II Do Alvará de Construção

Art. 346 À pedido do proprietário do imóvel a Prefeitura Municipal, mediante processo administrativo, emitirá Alvará de Construção, indispensável para:

- I - Movimentação de terra;
- II - Muro de arrimo;
- III - Edificação nova;
- IV - Demolição;
- V - Reforma;
- VI - Reconstrução;
- VII - Instalação de equipamentos;
- VIII - Sistema de prevenção e combate a incêndio e pânico;
- IX - Sistema hidrossanitário;
- X - Implantação de loteamento;
- XI - Sistema de segurança.

Parágrafo único. Um único Alvará de Construção poderá abranger o licenciamento de mais de um tipo de serviço ou obra elencado no artigo anterior.

Art. 347 Quando houver mais de um Alvará de Aprovação em vigor, será concedido Alvará de Construção para um único projeto aprovado.

Art. 348 O Alvará de Construção será concedido mediante:

I - Título de propriedade do imóvel;

II - Projetos aprovados, devidamente assinados pelo proprietário, autor e responsável técnico da obra;

III - Projeto de prevenção contra incêndio e laudo de exigências expedido pelo corpo de bombeiros, conforme estabelecido na legislação estadual;

IV - Alvará de Aprovação.

Art. 349 Quando o Alvará de Construção for destinado ao licenciamento de um conjunto de serviços ou obras a serem executados sob a responsabilidade de diversos profissionais, dele constará a área de atuação de cada um dos profissionais.

Art. 350 Poderá ser requerido Alvará de Construção para cada bloco isoladamente, quando o Alvará de Aprovação compreender mais de um bloco de edificação, observado o prazo de vigência do Alvará de Aprovação.

Art. 351 Durante a vigência do Alvará de Construção, somente



serão permitidas alterações nas obras mediante prévia aprovação de projeto modificativo.

Art. 352 No expediente que originou o Alvará de Construção, será comunicado, pelo Responsável Técnico da Obra, o andamento das obras ou serviços durante suas etapas, até a total conclusão, quando será requerida a expedição do Certificado de Conclusão.

Art. 353 O Alvará de Construção, terá prazo de validade igual a 2 (dois) anos, podendo ser revalidado, pelo mesmo prazo e por uma única vez, mediante solicitação do interessado, desde que a obra tenha sido iniciada.

Parágrafo único. Decorrido o prazo inicial de validade do alvará, sem que a construção tenha sido iniciada, considerar-se-á automaticamente revogado.

Art. 354 A revalidação da licença só será concedida se requerida pelo profissional dentro da vigência da referida licença, e desde que os trabalhos de fundação estejam concluídos.

Art. 355 Poderá ser aceita, caso a caso e a critério da Prefeitura Municipal de Ermo, a continuação de obras paralisadas e parcialmente executadas, desde que:

I - Não se agrave eventual desconformidade com este Código, a legislação de Parcelamento e Uso E Ocupação Do Solo no que diz respeito às condições de higiene e salubridade da edificação, e índices de ocupação e aproveitamento;

II - A edificação for utilizada para uso admitido na zona pela legislação de uso e ocupação do solo;

III - A edificação for adaptada às normas de segurança.

Art. 356 O prazo do Alvará de Construção ficará suspenso mediante comprovação, por meio de documento hábil, da ocorrência suspensiva, durante os impedimentos a seguir mencionados:

I - Existência de pendência judicial;

II - Calamidade pública;

III - Decretação de utilidade pública ou interesse social;

IV - Pendência de processo de tombamento.

Art. 357 Deverão ser mantidos na obra durante sua construção e ser permitido fácil acesso à fiscalização do órgão municipal competente, os seguintes documentos:

I - Ficha técnica devidamente assinada pela autoridade competente;

II - O alvará de licença de construção;

III - Cópia do projeto aprovado assinada pela autoridade competente e pelos profissionais responsáveis.

Art. 358 Para as edificações de interesse social, deverá ser mantido na obra apenas o Alvará de Construção.

Subseção I Da Demolição

Art. 359 O requerimento para obtenção do alvará de demolição será instruído com os seguintes documentos:

I - Título de propriedade ou equivalente;

II - Croqui de localização do imóvel, quando necessário;

III - Anotação de responsabilidade técnica (ART) de profissional habilitado nos seguintes casos:

- Edificação com mais de 2 (dois) pavimentos ou que tenha mais de 8,0 m (oito metros) de altura;

- Edificação no alinhamento ou dele distante menos de 1,0 m (um metro).

IV - No pedido de licença para demolição, deverá constar o nome do proprietário, endereço completo e características gerais da(s) edificação(ões) a ser(em) demolida(s), número da inscrição imobiliária municipal do imóvel, Cadastro do Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do proprietário e o prazo de duração dos trabalhos, o qual poderá ser prorrogado, atendendo solicitação justificada do interessado, e a juízo da Prefeitura.

Art. 360 A licença para demolição será negada quando se tratar de imóvel tombado pela municipalidade.

Art. 361 As demolições com uso de explosivos deverão ser acompanhadas por profissional habilitado e membros dos órgãos fiscalizadores.

Art. 362 O órgão competente da Municipalidade poderá, quando julgar necessário, estabelecer horários para a realização de demolição.

Art. 363 Caso a demolição não fique concluída no prazo licenciado, estará o proprietário sujeito às multas previstas neste Código.

Art. 364 Em qualquer demolição, o profissional responsável ou o proprietário, conforme o caso adotará todas as medidas necessárias à garantia das condições de segurança dos operários, dos transeuntes, das benfeitorias dos logradouros e das propriedades vizinhas.

Subseção II Da Reconstrução

Art. 365 Os requerimentos pela reconstrução serão instruídos com:

I - Título de propriedade do imóvel;

II - Laudo técnico de sinistros;

III - Documentos comprovantes da regularidade da obra sinistrada;

IV - Peças descritivas, devidamente assinadas pelo proprietário e pelo responsável técnico da obra.

Subseção III Do Movimento de Terra

Art. 366 Quando destinado exclusivamente a movimento de terra, o Alvará de Construção, prescreverá em 1 (um) ano, a contar da data de publicação do despacho de deferimento do pedido, podendo ser prorrogado, a pedido, por igual período.

Seção III Do Alvará de Alinhamento e Nivelamento

Art. 367 O Alvará de Alinhamento e Nivelamento será exigido quando surgirem dúvidas quanto à exata localização do alinhamento predial, durante a análise de Solicitação do Alvará de Aprovação.

Art. 368 O proprietário, o possuidor ou o profissional habilitado poderão apresentar requerimento de emissão de Alvará de Alinhamento e Nivelamento, devidamente preenchido com identificação

de seu objetivo, do solicitante e do imóvel objeto do pedido.

Art. 369 Para instrução do pedido serão apresentados os seguintes documentos:

I - Título de propriedade ou comprovante de posse;

II - Notificação-recibo do IPTU;

III - Não sendo possível tal verificação por meio de documento de propriedade, será exigida ao solicitante a apresentação de levantamento topográfico que permita a exata localização do lote na quadra.

Art. 370 O Alvará de Alinhamento e Nivelamento será entregue ao requerente juntamente com "croquis" elucidativo dos dados solicitados, devendo ser demarcado no local, por piquetes.

Art. 371 O Alvará de Alinhamento e Nivelamento somente perderá sua validade quando houver alteração do alinhamento ou nivelamento do logradouro, aprovadas por Lei.

Art. 372 A taxa devida a Alinhamento e Nivelamento somente será devida, e cobrada quando da retirada do Alvará de Aprovação, quando o alinhamento e/ou o nivelamento tiverem sido efetivamente demarcados e fornecidos pela Prefeitura Municipal de Ermo.

Seção IV

Do Alvará de Autorização

Art. 373 Dependerão obrigatoriamente de Alvará de Autorização:

I - Implantação e/ou utilização de edificação transitória ou equipamento transitório;

II - Implantação e/ou utilização de canteiro de obras em imóvel distinto daquele onde se desenvolve a obra;

III - Implantação e/ou utilização de estande de vendas de unidades autônomas de condomínio a ser erigido no próprio imóvel;

IV - Avanço de tapume sobre parte do passeio público;

V - Utilização temporária de edificação, licenciada para uso diverso do pretendido;

VI - Transporte de terra ou entulho.

Parágrafo único. O pedido de Alvará de Autorização será instruído com peças descritivas e gráficas, e será devidamente avalizado por profissional habilitado quando, a natureza da obra ou serviço assim o exigir, dependendo sua renovação de recolhimento semestral das taxas devidas.

Art. 374 O prazo de validade do Alvará de Autorização e de cada renovação será fixado de conformidade com a sua finalidade.

Art. 375 O Alvará de Autorização poderá ser cancelado a qualquer tempo quando constatado desvirtuamento do seu objeto inicial, ou quando a Prefeitura Municipal não tiver interesse na sua manutenção ou renovação.

CAPÍTULO IV

DO "HABITE-SE" - CERTIFICADO DE CONCLUSÃO

Art. 376 Nenhuma edificação poderá ser ocupada sem que seja procedida vistoria pela pelo órgão municipal competente da Prefeitura Municipal e expedido o Certificado de Conclusão de Obra

- o habite-se.

Art. 377 Concluída a obra, o proprietário, juntamente com o responsável técnico, deverá solicitar ao Município, o "habite-se" da edificação, que deverá ser precedido de vistoria pelo órgão competente, atendendo às exigências previstas neste Código e na legislação estadual e federal.

Art. 378 Uma obra é considerada concluída quando tiver condições de habitabilidade, sendo considerada nestas condições a edificação que:

I - Garantir segurança a seus usuários e à população indiretamente por ela afetada;

II - Possuir as instalações previstas em projeto ou com pelo menos um banheiro funcionando a contento;

III - For capaz de garantir a seus usuários padrões mínimos de conforto térmico, luminoso, acústico e de qualidade do ar, conforme o projeto aprovado;

IV - Não estiver em desacordo com as disposições deste código e do projeto aprovado;

V - Atender às exigências do corpo de bombeiros relativas às medidas de segurança contra incêndio e pânico, quando for o caso;

VI - Tiver garantida a solução de esgotamento sanitário prevista em projeto aprovado (execução do sistema de armazenamento, tratamento e destinação de esgoto).

Art. 379 Quando se tratar de edificações de interesse social, com até 70,0 m² (setenta metros quadrados), construídas sob o regime de mutirão ou auto-construção e não pertencente a nenhum programa habitacional será considerada em condições de habitabilidade a edificação que:

I - Garantir segurança a seus usuários e à população indiretamente por ela afetada;

II - Não estiver em desacordo com os regulamentos específicos para a área de interesse social a qual pertence a referida edificação;

III - Atender às exigências do corpo de bombeiros relativas às medidas de segurança contra incêndio e pânico.

Art. 380 Poderão ser concedidos Certificados de Conclusão de Edificação em caráter parcial, se a parte concluída atender para o uso a que se destina, as exigências do art. 379.

Art. 381 O "habite-se parcial" não substitui o "habite-se" que deve ser concedido ao final da obra.

Art. 382 Poderão ser aceitas pequenas alterações que não caracterizem o projeto aprovado, nem impliquem em divergência superior a 5% (cinco por cento) entre as metragens lineares e/ou quadradas da edificação, constantes do projeto aprovado e as observadas na obra executada.

§ 1º Quando constatadas divergências fora do parâmetro indicado no caput deste artigo, será notificado o Proprietário para que providencie em 60 dias a demolição das partes em desacordo.

§ 2º Decorrido o prazo de que trata o § 1º deste artigo, não tendo sido demolidas as partes em desacordo, a Prefeitura Municipal providenciará a demolição, lançando os custos ao proprietário, acrescidos de 100 % a título de cominação, sem prejuízo das multas de que trata o art. 448 do presente código.



TÍTULO XII DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Art. 383 Os emolumentos referentes aos atos definidos no presente Código serão cobrados em conformidade com o Código Tributário do Município.

CAPÍTULO I DA ANÁLISE DOS PROCESSOS

Art. 384 Os requerimentos de quaisquer dos documentos relacionados neste Capítulo serão instruídos pelo interessado e analisados de acordo com a legislação municipal, conforme a natureza do pedido, observadas as normas, em especial, do Código de Obras e do Plano Diretor Municipal, sem prejuízo da observância, por parte do autor do projeto, das disposições estaduais e federais pertinentes.

Art. 385 Em um único processo, poderão ser analisados os diversos pedidos referentes a um mesmo imóvel, e anexados, também, os eventuais pedidos de reconsideração ou recurso.

Art. 386 Os processos que apresentarem elementos incompletos ou incorretos, e necessitarem de complementação da documentação exigida por este Código ou esclarecimentos serão objetos de notificação ao requerente para que as falhas sejam sanadas.

Art. 387 Os pedidos serão indeferidos, caso não seja atendida a notificação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de seu recebimento.

Art. 388 O prazo para formalização de pedido de reconsideração de despacho ou recurso é de 30 (trinta) dias, a contar da data de conhecimento, pelo requerente, do indeferimento.

Art. 389 Para os processos relativos a pedido de concessão de Certificado de Conclusão de Obra - "Habite-se", o prazo ficará dilatado para 60 (sessenta) dias.

CAPÍTULO II DOS PRAZOS PARA DESPACHOS E RETIRADA DE DOCUMENTOS

Art. 390 O prazo para despacho final de liberação de alvará ou de indeferimento do pedido não poderá exceder a 01 (um) mês após atendimento integral das exigências, inclusive para a decisão sobre recurso, salvo os pedidos de Certificado de Conclusão, cujo prazo de solução não poderá exceder a 15 (quinze) dias.

Parágrafo único. O curso desse prazo ficará suspenso durante a pendência do atendimento, pelo requerente, de exigências feitas através de notificações, ou caso os requerimentos necessitem de análise de outras Secretarias Municipais, do Conselho de Desenvolvimento Municipal ou demais órgãos interessados.

Art. 391 Transcorrido o prazo para decisão de processo de Alvará de Aprovação, poderá ser requerido Alvará de Construção e informada a data em que a obra será iniciada, sendo de inteira responsabilidade do proprietário e profissionais envolvidos a eventual adequação da obra à legislação e normas técnicas.

Art. 392 Vencido o prazo legal de exame dos documentos e emissão dos alvarás, o Município adotará as medidas administrativas necessárias.

Art. 393 Decorrido o prazo legal para a emissão de Certificado de Conclusão, a obra poderá ser utilizada a título precário, responsabilizando-se o Responsável Técnico da Obra por evento decorrente da falta de segurança ou salubridade não se responsabilizando

o Município por qualquer evento decorrente de falta de segurança ou salubridade.

Art. 394 O prazo para retirada de qualquer documento será de 30 (trinta) dias, a contar da data do seu deferimento, que será objeto de notificação ao requerente, após o qual o processo será arquivado por abandono, sem prejuízo da cobrança de taxas devidas.

CAPÍTULO III DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Art. 395 Poderão ser objeto de regulamentação própria, por ato do Poder Executivo, procedimentos especiais relativos a:

- I - Edifícios públicos da administração direta;
- II - Programas de habitações de interesse social;
- III - Programas de regularização de edificações e obras;
- IV - Serviços ou obras que, por sua natureza, admitam procedimentos simplificados.

TÍTULO XIII DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

Art. 396 Toda obra deverá ser vistoriada pela Prefeitura Municipal de Ermo e, devendo o servidor municipal incumbido desta atividade ter garantido livre acesso ao local.

CAPÍTULO I DA VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DA OBRA

Art. 397 Em toda obra será obrigatória a fixação de placa cujas dimensões garantam área mínima de 1,0 m² (um metro quadrado), em local visível contendo as seguintes informações:

- I - Endereço completo da obra;
- II - Nome do proprietário;
- III - Nome(s) do(s) responsável (eis) técnico(s) pelo(s) projeto(s) e pela construção, categoria profissional e número da respectiva carteira;
- IV - Finalidade da obra;
- V - Número do alvará ou licença.

Art. 398 Deverá ser mantido no local da obra o documento que comprove a regularidade da atividade edilícia em execução, sob pena de intimação e autuação, nos termos deste Código e legislação pertinente, tais como:

- I - Alvará de autorização e peças gráficas e/ou descritivas vistas;
- II - Alvará de Construção e peças gráficas e/ou descritivas aprovadas.

Art. 399 No decurso da obra, os responsáveis ficam obrigados à rigorosa observância, sob pena de multa, das disposições relativas à:

I - Andaime, bandeja e telas, quando necessário, carga e descarga de materiais;

II - Limpeza e conservação dos passeios fronteiros ao imóvel, de forma a possibilitar o trânsito normal de pedestres, evitando, especialmente, as depressões que acumulam água e detritos;

III - Limpeza e conservação das vias públicas, evitando acumulação no seu leito carroçável de terra ou qualquer outro material, principalmente proveniente dos serviços de terraplenagem e transporte;

IV - Outras medidas de proteção determinadas pela prefeitura.



Art. 400 Constatada irregularidade na execução da obra, pela inexistência dos documentos necessários, pelo desvirtuamento da atividade edilícia como indicada, autorizada ou licenciada, ou pelo desatendimento de quaisquer das disposições desta lei, o proprietário ou possuidor e o Responsável Técnico da Obra serão intimados e autuados, ficando as obras embargadas.

Art. 401 O embargo será imediato havendo risco à segurança de transeuntes ou aos imóveis limítrofes e ainda, quando verificada a impossibilidade de aprovação da obra.

Art. 402 Na impossibilidade do recebimento do embargo lavrado, decorrente da ausência no local, do proprietário, responsável ou de operários, deverá o agente de fiscalização providenciar encaminhamento do procedimento via postal com aviso de recebimento (AR).

Art. 403 O prazo máximo para o início das providências tendentes à solução das irregularidades apontadas será de 10 (dez) dias.

Art. 404 Durante o embargo, só será permitida a execução dos serviços indispensáveis à eliminação das infrações.

Art. 405 Em se tratando de obra aceita, autorizada ou licenciada pela Prefeitura Municipal de Ermo, o embargo somente cessará após a eliminação das infrações que o motivaram e o pagamento das multas impostas.

Art. 406 Em se tratando de obra sem o documento que comprove a regularidade da atividade, o embargo somente cessará após o cumprimento de todas as seguintes condições:

I - Eliminação de eventuais divergências da obra em relação às condições indicadas, autorizadas ou licenciadas;

II - Pagamento das multas impostas;

III - Aceitação de comunicação, ou expedição da autorização ou alvará de construção.

Art. 407 Decorrido o prazo assinado, a Prefeitura nos 5 (cinco) dias subsequentes vistoriará a obra e, se constatada resistência ao embargo, deverá o funcionário encarregado da vistoria:

I - Expedir novo auto de infração e aplicar multas diárias até que a regularização da obra seja comunicada, e verificada pela Prefeitura em prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da comunicação, à repartição competente;

II - Requisitar força policial, requerendo a imediata abertura de inquérito policial para apuração da responsabilidade do infrator pelo crime de desobediência, previsto no Código Penal, bem como para as medidas judiciais cabíveis.

Art. 408 A resistência ao embargo ensejará ao profissional responsável pela obra, também, a aplicação da multa diária prevista.

Art. 409 Para os efeitos desta Lei, considera-se resistência ao embargo a continuação dos trabalhos no imóvel sem a adoção das providências exigidas na intimação.

Art. 410 Lavrado o auto de flagrante policial e aberto o respectivo inquérito, será o processo encaminhado para as providências de ajuizamento da ação judicial cabível, sem prejuízo da incidência das multas, no caso de continuação das irregularidades.

Art. 411 O servidor municipal que lavrar o auto de infração, por ocasião da abertura do inquérito policial, será responsável pela

inexatidão dos dados que possam prejudicar as medidas administrativas ou judiciais cabíveis.

Art. 412 Não serão objetos de regularização as edificações que, em razão da infringência à legislação edilícia, sejam objeto de ação judicial, bem como não poderão ser anistiadas as multas aplicadas em razão das irregularidades da obra.

CAPÍTULO II DA VERIFICAÇÃO DA ESTABILIDADE, SEGURANÇA E SALUBRIDADE DA EDIFICAÇÃO

Art. 413 A Prefeitura poderá fiscalizar as edificações de qualquer natureza e/ou serviços complementares, mesmo após a concessão do Auto de Conclusão, para constatar sua conveniente conservação e utilização, podendo interditá-las sempre que suas condições possam afetar a saúde e segurança de seus ocupantes, vizinhos e transeuntes, sem prejuízo de outras sanções.

Art. 414 Verificada a inexistência de condições de estabilidade, segurança e salubridade de uma edificação, serão os proprietários ou os possuidores intimados a promover, nos termos da lei, o início das medidas necessárias à solução da irregularidade, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, devendo a Prefeitura, nos 5 (cinco) dias subsequentes ao prazo assinado na intimação, vistoriar a obra a fim de constatar a regularidade exigida.

§ 1º No caso de a irregularidade constatada apresentar perigo de ruína ou contaminação, poderá ocorrer a interdição, parcial ou total, do imóvel e, se necessário, do seu entorno, dando-se ciência aos proprietários e ocupantes dos imóveis.

§ 2º O não cumprimento da intimação, para a regularização necessária ou interdição, implicará na responsabilização exclusiva do intimado, eximindo-se a Prefeitura Municipal de Ermo de responsabilidade pelos danos decorrentes de possível sinistro.

§ 3º Durante a interdição somente será permitida a execução dos serviços indispensáveis à eliminação da irregularidade constatada.

Art. 415 Decorrido o prazo concedido, sem o cumprimento da intimação, ou verificada desobediência à interdição, deverá o funcionário encarregado da vistoria:

I - Expedir auto de infração ao infrator até serem adotadas as medidas exigidas;

II - Requisitar força policial, requerendo imediatamente abertura de inquérito policial para apuração da responsabilidade do infrator pelo crime de desobediência previsto no código penal, bem como para adoção das medidas judiciais cabíveis.

Art. 416 O servidor municipal que lavrar o auto de infração, na ocasião da abertura do inquérito policial, será responsável pela inexatidão dos dados que possam prejudicar as medidas administrativas ou judiciais cabíveis.

Art. 417 O atendimento da intimação não desobriga o proprietário ou o possuidor do cumprimento das formalidades necessárias à regularização da obra ou serviço, sob pena da aplicação das sanções cabíveis.

Art. 418 Não sendo atendida a intimação, estando o proprietário ou o possuidor autuado e multado, os serviços, quando imprescindíveis à estabilidade da edificação, poderão ser executados pela Prefeitura Municipal de Ermo e cobrados em dobro do proprietário ou do possuidor, com correção monetária, sem prejuízo da aplicação das multas e honorários profissionais cabíveis.

Art. 419 Independentemente de intimação e assistido por profis-

sional habilitado, o proprietário ou possuidor de imóvel que constatar perigo de ruína ou contaminação, poderá dar início imediato às obras de emergência, comunicando por escrito à Prefeitura Municipal de Ermo, justificando e informando a natureza dos serviços a serem executados.

Art. 420 Comunicada a execução dos serviços, a Prefeitura Municipal, vistoriando o imóvel objeto da comunicação, verificará a veracidade da necessidade de execução de obras emergenciais.

CAPÍTULO III DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 421 Auto de Infração é o instrumento no qual é lavrada a descrição de ocorrência que, por sua natureza, características e demais aspectos peculiares, denote ter a pessoa física ou jurídica, contra a qual é lavrado o auto, infringido os dispositivos deste Código.

Art. 422 O Auto de Infração lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá conter as seguintes informações:

I - Endereço da atividade ou obra;
II - Número da inscrição do imóvel no cadastro imobiliário;
III - Nome do proprietário, do construtor e do responsável técnico, ou somente do proprietário quando se tratar de auto-construção;

IV - Data da ocorrência;

V - Descrição da ocorrência que constitui a infração e os dispositivos legais violados;

VI - Multa aplicada;
VII - Intimação para a correção da irregularidade;
VIII - Prazo para a apresentação de defesa;
IX - Identificação e assinatura do atuante e do atuado, e de testemunhas, se houver.

§ 1º As omissões ou incorreções do Auto de Infração não acarretarão na sua nulidade, quando do processo, constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

§ 2º A autuação deverá ser feita pessoalmente, podendo ser também por via postal, com aviso de recebimento, ou por edital.

§ 3º A assinatura do infrator no auto não implica confissão, nem a aceitação dos seus termos.

§ 4º A recusa da assinatura no auto, por parte do infrator, não agravará a pena, nem impedirá a tramitação normal do processo.

CAPÍTULO IV DOS RECURSOS

Art. 423 O atuado terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar defesa contra a autuação, a partir da data do recebimento da notificação.

Art. 424 A defesa far-se-á por petição, instruída com a documentação necessária, endereçada à Prefeitura Municipal de Ermo, que apreciará a defesa em até 60 (sessenta) dias, acatando, ou não, pela sua procedência.

Parágrafo único. A apresentação de defesa no prazo legal suspende a aplicação de penalidade, até decisão da autoridade administrativa.

Art. 425 A autoridade julgará o auto de infração e a defesa eventualmente apresentada, aplicando fundamentadamente a penalidade cabível, se entender caracterizada a infração a esta lei.

§ 1º Da decisão que aplicar a penalidade caberá recurso em primeira instância à Junta de Julgamento de Recursos, e em segunda e última instância, ao órgão municipal competente.

§ 2º A Junta de Julgamento de Recursos será constituída pelo Secretário do órgão municipal competente e, no mínimo, dois servidores municipais efetivos, sem atuação no setor de fiscalização.

Art. 426 O servidor municipal responsável pela autuação é obrigado a emitir parecer no processo de defesa, justificando a ação fiscal punitiva e, no seu impedimento, a chefia imediata avocará o poder decisório, instruindo o processo e aplicando, em seguida, a penalidade que couber.

Art. 427 Julgada procedente a defesa, tornar-se-á insubsistente a ação fiscal.

Art. 428 Consumada a anulação da ação fiscal, será a decisão final, sobre a defesa apresentada, comunicada ao suposto infrator.

Art. 429 Na ausência de defesa ou sendo julgado improcedente o recurso, será aplicada a multa correspondente, notificando-se o infrator para que proceda ao recolhimento da quantia relativa à multa, no prazo de 10 (dez) dias.

TÍTULO XIV DAS PENALIDADES

Art. 430 Para os efeitos desta lei, considera-se infrator o proprietário do imóvel e, ainda, quando for o caso, o responsável pelo condomínio, o usuário, o responsável pelo uso e o responsável técnico das obras.

Art. 431 O desatendimento às disposições do Código de Obras constitui infração sujeita a penalidades pecuniárias, e poderá acarretar ao infrator as seguintes penas:

I - Interdição;
II - Embargo;
III - Demolição;
IV - Multa.

Art. 432 As penalidades aplicadas não isentam o infrator da obrigação de reparar ou ressarcir o dano resultante da infração, na forma prevista em lei.

CAPÍTULO I DA INTERDIÇÃO

Art. 433 Consiste no ato de paralisação de toda ou qualquer atividade, obra, ou parte da obra, impedimento do acesso, da ocupação ou do uso, mediante aplicação do respectivo auto de interdição por autoridade competente.

Art. 434 A interdição será imposta após vistoria efetuada pelo órgão competente.

Art. 435 Cabe interdição quando houver iminente perigo de caráter público ou ambiental.

Art. 436 A interdição não exime a obrigatoriedade do cumprimento das demais cominações legais e da aplicação concomitante de multas.

CAPÍTULO II DO EMBARGO

Art. 437 O embargo consiste na ordem de paralisação da obra,



atividade ou de qualquer ação que venha em prejuízo da população, ou que contrarie a legislação municipal, com aplicação do respectivo auto de embargo por autoridade competente.

§ 1º Ocorrendo qualquer das infrações especificadas neste Artigo, e a qualquer dispositivo deste Código, o encarregado pela fiscalização comunicará o infrator através de Notificação de Embargo, para regularização da situação no prazo que lhe for destinado, ficando a obra embargada até que isto aconteça.

§ 2º A Notificação de Embargo será levada ao conhecimento do infrator - proprietário e/ou responsável técnico para que a assine, e se houver recusa, serão apanhadas as assinaturas de duas testemunhas.

§ 3º Se ocorrer decurso do prazo ou o desrespeito do embargo comunicado ao infrator através de Notificação de Embargo, o encarregado da Fiscalização lavrará o Auto de Infração.

§ 4º O embargo só será levantado após o cumprimento das exigências da Prefeitura, decorrentes do que especifica este Código.

§ 5º Se não houver alternativa de regularização da obra após o embargo, seguir-se-á a demolição total ou parcial da mesma.

Art. 438 O embargo não impede a aplicação concomitante de outras penalidades estabelecidas neste Código.

Art. 439 Cabe embargo nos seguintes casos e condições:

I - Falta de obediência a limites, a restrições ou a condições determinadas por legislação municipal;

II - Falta de licença para obra em execução, independentemente do fim a que se destina;

III - Falta de licença para atividade ou instalação comercial, industrial, de serviços ou de qualquer outra natureza;

IV - Quando se verificar, a qualquer tempo, a falta de segurança, estabilidade ou resistência das edificações, dos terrenos ou das instalações;

V - Na execução ou funcionamento irregular de obra, qualquer que seja seu fim, espécie ou local, nos edifícios, nos terrenos ou nos logradouros públicos;

VI - Atividades que causem incômodo de qualquer natureza à vizinhança ou que infrinjam qualquer legislação municipal;

VII - Obras licenciadas de qualquer natureza em que não estiver sendo obedecido o projeto aprovado, ao alinhamento predial ou nivelamento ou sendo cumprida qualquer prescrição do alvará de licença.

Art. 440 O órgão competente poderá solicitar, sempre que necessário, o auxílio de força policial para fazer respeitar o cumprimento do embargo.

CAPÍTULO III DA DEMOLIÇÃO

Art. 441 A demolição parcial ou total da edificação será imposta quando:

I - A obra estiver sendo executada sem projeto aprovado, sem alvará de licenciamento e não puder ser regularizada;

II - Houver risco iminente de caráter público;

III - Houver desrespeito ao alinhamento e não houver possibi-

lidade de modificação na edificação para ajustá-la à legislação vigente;

IV - O proprietário não tomar as providências determinadas pelo município para sua segurança.

CAPÍTULO IV DA MULTA

Art. 442 A multa será aplicada pelo órgão competente em vista do auto de infração e de acordo com a escala estabelecida.

Art. 443 As multas serão aplicadas ao infrator, cabendo também ao responsável técnico da obra, se houver, na proporção de 50% (cinquenta por cento) dos valores previstos para cada.

Art. 444 As multas diárias por desobediência ao auto de embargo terão como base os valores correspondentes a 10% (dez por cento) do valor estabelecido.

Art. 445 Na reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Parágrafo único. Considera-se reincidência, para duplicação da multa, outra infração da mesma natureza.

Art. 446 A aplicação das multas pecuniárias, estabelecidas nesta Lei, não exime o infrator das demais sanções e medidas administrativas ou judiciais cabíveis, inclusive a apuração de sua responsabilidade pelos crimes de desobediência contra a Administração Pública, previstos na legislação penal.

Art. 447 Simultaneamente à lavratura do competente auto de infração, o infrator será notificado para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar ou apresentar defesa à autoridade competente, sob pena de confirmação da multa imposta e de sua subsequente inscrição em dívida ativa.

Art. 448 As multas, independentemente de outras penalidades previstas pela legislação em geral e pelo presente Código, terão os seguintes valores cobrados cumulativamente:

I - Multas de R\$ 500,00 a R\$ 30.000,00 para:

- a) Obra em execução, ou executada sem licenciamento;
- b) Obra em execução, ou executada em desacordo com o projeto aprovado;
- c) Demolição total ou parcial de prédios sem licença;
- d) Infrações às demais imposições do presente Código;

II - Multas de R\$850,00 a R\$60.000,00 para:

- a) Obra em execução, estando a mesma embargada;
- b) Quando o prédio for ocupado sem que a Prefeitura tenha fornecido o respectivo Certificado de Conclusão de Obra ("Habite-se");
- c) Obra em execução, ou executada em desacordo com a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal.

Parágrafo único. As multas estipuladas nesta lei serão corrigidas anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, medido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo.

Art. 449 A graduação das multas far-se-á tendo em vista:

I - Gravidade da infração, considerando:

- a) A natureza da infração;
b) As consequências à coletividade.

II - Circunstâncias atenuantes:

- a) A ação do infrator não ter sido fundamental para consecução do evento;
b) O infrator por espontânea vontade imediatamente procurar reparar ou minorar as consequências do ato lesivo.
c) Ser o infrator primário, e a falta cometida de natureza leve.

III - Circunstâncias agravantes:

- a) A reincidência na infração;
b) Cometer a infração para obtenção e vantagem pecuniária;
c) Provocar consequências danosas ao meio ambiente;
d) Danificar áreas de proteção ambiental;
e) Agir com dolo direto ou eventual;
f) Provocar efeitos danosos à propriedade alheia;
g) Uso de meios fraudulentos junto à municipalidade.

IV - Antecedentes do infrator.

Art. 450 A correção e atualização do valor das multas serão realizadas a partir de índices econômicos a serem definidos pela Secretaria Municipal da Fazenda.

TÍTULO XV**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 451 Os casos omissos no presente Código de Obras serão avaliados e julgados pelo Órgão competente juntamente com o Conselho de Desenvolvimento Municipal, aplicando-se Leis, Decretos e Regulamentos Especiais.

Art. 452 Todas as situações e fatos ambientais que se encontrem ou se encontrarem em desacordo com o que dispõe este Código, ou contrarie seus princípios, mas não estejam previstos em texto legal, serão gerenciados pelo órgão municipal competente, que estabelecerá os procedimentos a serem seguidos pelos interessados e fixará prazos para a sua observância.

Art. 453 São partes integrantes deste Código os seguintes anexos:

I - ANEXO 01: Dimensões Mínimas de Vagas de Estacionamento;

II - ANEXO 02: Dimensões Mínimas dos Cômodos para Residências;

III - ANEXO 03: Dimensões Mínimas dos Cômodos para Habitações de Interesse Social e Casas Populares;

IV - ANEXO 04: Dimensões Mínimas dos Cômodos Edifícios de Habitação Coletiva (Partes Comuns).

Art. 454 No prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação, o Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber, estabelecendo as normas técnicas, padrões e critérios definidos com base em estudos e propostas realizados pelo órgão público municipal competente e demais órgãos pertinentes integrantes da Prefeitura Municipal, e os demais procedimentos para licenciamento, controle e fiscalização necessária à implementação do disposto neste Código.

Art. 455 São recepcionados por este código todos os dispositivos de leis municipais que tratam de matéria ambiental com ele não

conflitante, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 456 Este Código entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de maio de 2010.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

ANEXO 01: Dimensões Mínimas de Vagas de Estacionamento

| Tipo de Veículos | Dimensão (m) | Inclinação da Vaga | | | | |
|------------------------|---------------|--------------------|-------|-------|-------|-------|
| | | 0º | 30º | 45º | 60º | 90º |
| Automóvel e Utilitário | Altura | 2,10 | 2,10 | 2,10 | 2,10 | 2,10 |
| | Largura | 2,30 | 2,30 | 2,30 | 2,30 | 2,30 |
| | Comprimento | 5,00 | 4,50 | 4,50 | 4,50 | 4,50 |
| | Faixa manobra | 3,00 | 2,75 | 2,90 | 4,30 | 4,60 |
| Ônibus e Caminhões | Altura | 3,50 | 3,50 | 3,50 | 3,50 | 3,50 |
| | Largura | 3,20 | 3,20 | 3,20 | 3,20 | 3,20 |
| | Comprimento | 13,00 | 12,00 | 12,00 | 12,00 | 12,00 |
| | Faixa manobra | 5,40 | 4,70 | 8,20 | 10,85 | 14,50 |

ANEXO 02: Dimensões Mínimas dos Cômodos para Residências

| Cômodo | Diâmetro Círculo Inscrito (m) | Área Mínima (m²) | Iluminação Mínima (1) | Ventilação Mínima (1) | Pé Direito Mínimo (m) | Profundidade Máxima |
|-------------------|-------------------------------|------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|
| Vestíbulo | 0,80 | - | - | - | 2,30 | |
| Sala de Estar | 2,50 | 10,00 | 1/6 | 1/12 | 2,50 | 3 vezes o pé-direito |
| Sala de Refeições | 2,00 | 6,00 | 1/6 | 1/12 | 2,50 | - |
| Copa | 1,80 | 5,00 | 1/6 | 1/12 | 2,50 | - |
| 1º e 2º Quartos | 2,50 | 8,00 | 1/6 | 1/12 | 2,50 | - |
| Demais Quartos | 2,00 | 5,00 | 1/6 | 1/12 | 2,50 | - |
| Banheiro | 1,00 | 1,50 | 1/8 | 1/16 | 2,20 | - |
| Lavanderia | 1,50 | 2,50 | 1/8 | 1/16 | 2,20 | - |
| Depósito | 1,00 | 1,50 | - | - | 2,10 | - |
| Garagem | 2,20 | 9,00 | 1/12 | 1/24 | 2,20 | 3 vezes o pé-direito |
| Abrigo | 2,00 | - | - | - | 2,20 | - |
| Despensa | 1,00 | 1,50 | 1/8 | 1/16 | 2,50 | - |
| Corredor | 0,80 | - | - | - | 2,30 | - |
| Escritório | 2,00 | 6,00 | 1/6 | 1/12 | 2,50 | 3 vezes o pé-direito |
| Escada | 0,80 | - | - | - | 2,00 | - |

(1) Os itens de iluminação mínima e ventilação mínima referem-se a relação entre a área da abertura e a área do piso



ANEXO 03: Dimensões Mínimas dos Cômodos para Habitações de Interesse Social e Casas Populares

| Cômodo | Diâmetro Círculo Inscrito (m) | Área Mínima (m²) | Ilumina- ção Mínima | Ventilação Mínima | Pé Direito Mínimo (m) | Profundidade Máxima |
|---------------|--|------------------------|---------------------------|----------------------|--------------------------------|--------------------------|
| Salas | 2,50 | 7,00 | 1/6 | 1/12 | 2,50 | 3 vezes o pé- direito |
| Cozinha | 1,80 | 4,00 | 1/6 | 1/12 | 2,30 | - |
| Quartos | 2,00 | 5,00 | 1/6 | 1/12 | 2,50 | - |
| Banhei- ro | 1,00 | 1,50 | 1/8 | 1/15 | 2,30 | - |
| Corre- dor | 0,80 | - | - | - | 2,30 | - |
| Escada | 0,80 | - | - | - | 2,00 | - |

ANEXO 04: Dimensões Mínimas dos Cômodos Edifícios de Habitação Coletiva (Partes Comuns)

| Cômodo | Círculo Inscrito (m) | Área Mínima (m²) | Ilumina- ção Mínima | Ventilação Mínima | Pé Direito Mínimo (m) | Profundidade Máxima |
|-------------------------------|----------------------------|------------------------|---------------------------|----------------------|--------------------------------|-------------------------|
| Hall do Prédio | 3,00 | - | 1/10 | 1/20 | 2,50 | 3 Vezes o Pé-Direito |
| Corredo- res Principais | 1,20 | - | - | - | 2,50 | - |
| Escada | 1,20 | - | - | - | 2,00 | - |
| Rampa | 1,20 | - | - | - | 2,00 | - |

Lei N° 277, de 28 de maio de 2010.

LEI N° 277, de 28 de maio de 2010.

Dispõe sobre o Código de Posturas e Meio Ambiente do Município de Ermo, regulamentando o Poder de Polícia do Município e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Este Código dispõe sobre o Poder de Polícia Administrativa a cargo do Município em matéria de utilização do espaço e da higiene no Município, da preservação do Meio Ambiente, de bem-estar público, de Licenciamentos de atividades Econômicas, das infrações e penalidades e demais disposições statuindo as necessárias relações entre o Poder Público local e os municípios.

§ 1º O disposto no presente Código não desobriga o cumprimento das normas internas dos espaços referidos no caput deste artigo.

§ 2º Estão sujeitas a presente regulamentação, no que couber, as edificações e atividades particulares que no seu todo ou parte, interfiram ou participem de alguma forma das relações quotidianas do meio urbano.

Art. 2º As disposições sobre as normas de utilização dos espaços

a que se refere o artigo anterior, bem como do exercício das atividades comerciais, de serviço e industriais visam:

I - Garantir o respeito às relações sociais e culturais, específicas da região;

II - Estabelecer padrões relativos à qualidade de vida e de conforto ambiental;

III - Promover a segurança e harmonia dentre os municípios;

IV - Assegurar a observância de padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade e conforto dos espaços e edificações neste município.

Art. 3º Cabe às autoridades competentes zelar pela observância dos preceitos deste Código.

Art. 4º Constitui infração toda a conduta contrária às disposições desta Lei, sujeitando o infrator às penalidades constantes no Capítulo V deste Código.

Art. 5º Será considerado infrator, além daquele que praticar ação ou omissão:

I - o co-autor;

II - o mandante;

III - o partícipe a qualquer título;

IV - o Agente fiscal, que tendo conhecimento de infração, deixar de notificar ou autuar o infrator.

§ 1º Na hipótese da infração ser cometida por Agente de qualquer Poder Público, cabe ao cidadão denunciar a irregularidade ao Prefeito Municipal.

§ 2º Terá o Poder Público Municipal o prazo de 10 (dez) dias úteis para averiguar a denúncia e responder ao denunciante.

Art. 6º São considerados logradouros públicos, para efeitos desta Lei, os bens públicos de uso comum pertencentes ao Município de Ermo, tal como definidos em legislação federal.

Art. 7º É livre à população o uso e circulação pelos logradouros públicos, nos termos desta Lei.

Art. 8º É livre à população o acesso aos bens públicos de uso especial, tais como, Prefeitura Municipal e anexos; Biblioteca Municipal; Centro Cultural; Fórum; Correios e Telégrafos, dentre outros nos horários de expediente ou visitação pública, nos termos de seus regulamentos próprios.

**CAPÍTULO II
DA UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO**
**Seção I
Das Vias e Logradouros Públicos**

Art. 9º É proibido embaraçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências policiais o determinarem.

Art. 10 Nos casos de descarga de materiais que não possa ser feita diretamente no interior dos prédios, será tolerada a descarga e permanência na via pública, com o mínimo prejuízo ao trânsito em horário estabelecido pela Prefeitura.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, os responsáveis pelos materiais depositados na via pública deverão advertir os veículos com distância conveniente dos prejuízos causados ao livre trânsito.

Art.11 É expressamente proibido danificar ou retirar sinais de trânsito colocados nas vias, estradas ou caminhos públicos.

Art. 12 A Prefeitura poderá impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública.

Art. 13 Para comícios políticos e festividades cívicas, religiosas ou de caráter popular, poderão ser armados coretos ou palanques provisórios nos logradouros públicos, desde que seja solicitada à Prefeitura a aprovação de sua localização devendo ser observados os seguintes requisitos:

I - Aprovação do requerimento;

II - Não prejudiquem o calçamento nem o escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelas festividades os estragos porventura verificados;

III - Sejam removidos num prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do encerramento das festividades.

Art.14 Nas obras e demolições não será permitido:

I - Tapume além do alinhamento;

II - A ocupação de qualquer parte do passeio com materiais de construção, sendo que o tapume deve ocupar no máximo 2/3 (dois terços) da largura do passeio.

Parágrafo único. Os Andaimos deverão satisfazer aos seguintes requisitos:

I - Apresentarem perfeitas condições de segurança;

II - Terem, no máximo 2/3 (dois terços) da largura do passeio;

III - Não causarem dano às árvores, aparelhos de iluminação e redes telefônicas e de distribuição de energia elétrica;

IV - Serem retirados quando ocorrer a paralisação da obra por mais de 90 (noventa) dias.

Seção II

Da denominação e emplacamento dos logradouros públicos e numeração predial

Art. 15 A denominação dos logradouros públicos do Município de Ermo será realizada por meio de lei e sua inscrição far-se-á, obrigatoriamente, por meio de placas afixadas nas paredes dos prédios, nos muros, nas esquinas ou em outro local conveniente.

Art. 16 Quando a lei limitar-se à denominação do logradouro, a sua localização, com as indicações indispensáveis à sua identificação, será feita por Decreto do Poder Executivo.

Art. 17 Para denominação dos logradouros públicos serão escolhidos, dentre outros, nomes de pessoas, datas ou fatos históricos que representem, efetivamente, passagens de notória e indiscutível relevância; que envolvam acontecimentos cívicos, culturais e desportivos; de obras literárias, musicais, pictóricas, esculturais e arquitetônicas consagradas; de personagens do folclore; de acidentes geográficos; relacionados com a flora e a fauna locais.

Art. 18 Fica proibido denominar ruas, praças, avenidas, viadutos ou jardins públicos com nomes de pessoas vivas.

Art. 19 As propostas de denominação deverão ser sempre acompanhadas de biografia, com dados completos sobre o homenageado, em se tratando de pessoa e nos demais casos, de texto

explicativo dos motivos da denominação, incluindo fontes de referência.

Art. 20 Nenhum logradouro poderá ser dividido em trechos com denominações diferentes, quando esses trechos tiverem aproximadamente a mesma direção e largura, ressalvados os casos já existentes.

Parágrafo único. Quando a tradição local demandar a manutenção de diferentes nomenclaturas em trechos contínuos, cada trecho deve ter a numeração dos imóveis reiniciada e específica.

Art. 21 As placas de nomenclatura serão colocadas somente após a oficialização do nome do logradouro público.

Art. 22 No início e no final de uma via, deverá ser colocada uma placa em cada esquina, e, nos cruzamentos, uma placa na esquina da quadra que termina sempre à direita da mão que regula o trânsito, e outra em posição diagonalmente oposta, na quadra seguinte.

Art. 23 Nas edificações novas, nas esquinas onde deverão ser afixadas as placas de denominação, será exigida pela Prefeitura, por ocasião do "habite-se", a colocação das placas respectivas, às expensas do proprietário.

Art. 24 A numeração dos imóveis de uma via pública começará no cruzamento do seu eixo com o eixo da via em que tiver início.

Art. 25 Todas as edificações existentes que vierem a ser construídas, reformadas ou ampliadas no Município deverão ser obrigatoriamente numeradas.

Art. 26 Cabe ao Poder Municipal, a determinação da numeração dos imóveis dentro do Município, respeitadas as disposições deste Código.

Art. 27 É obrigatória a placa de numeração, com o número oficial definido pelo órgão competente, em local visível, no muro do alinhamento ou a fachada.

Art. 28 A numeração das novas edificações e das respectivas unidades distintas será designada por ocasião da emissão do Alvará de Autorização e para a emissão do Certificado de Conclusão de Obra ("Habite-se") será exigida a fixação.

Art. 29 Os parâmetros para a numeração predial serão definidos pelo órgão Municipal competente, em legislação específica.

Art. 30 Serão notificados para regularização os proprietários dos imóveis sem placa de numeração oficial, com placa em mau estado de conservação ou que contenha numeração em desacordo com oficialmente definida incorrerá em multa o não cumprimento desta condição.

Art. 31 Incorrerá em multa aquele que danificar, encobrir ou alterar a placa indicadora dos logradouros públicos ou de numeração dos prédios, além da obrigação de indenizar o Município do prejuízo causado.

Seção III

Da Propaganda e Publicidade

Art. 32 A exploração dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos, depende de licença da Prefeitura e do pagamento da respectiva taxa.

Art. 33 São considerados meios ou instrumentos de propaganda e publicidade:

- I - Os letreiros;
 II - Os anúncios visíveis ao público;
 III - A propaganda falada por meio de amplificadores de som, alto falante e propagandistas.

§ 1º Consideram-se letreiros, as indicações colocadas no próprio local onde a atividade é exercida, desde que contenham apenas o nome do estabelecimento, a marca ou o logotipo, a atividade principal, o endereço e o telefone.

§ 2º Consideram-se anúncios, as indicações de referência a produtos, serviços ou atividades por meio de placas, cartazes, painéis ou similares, instalados em locais estranhos àquele onde a atividade é exercida.

§ 3º A publicidade em imóveis, edificadas ou não, dependerá de licença expedida, sempre a título precário, pelo órgão municipal competente.

Art. 34 Os requerimentos de licença para propaganda ou publicidade deverão especificar:

I - Para letreiros:

- alvará de licença de localização no Município;
- local de exibição com endereço completo, indicação fiscal e nome do proprietário;
- natureza do material a ser empregado;
- dimensões;
- inteiro teor dos dizeres;
- disposição em relação à fachada, terreno e meio-fio;

II - Para anúncios

- alvará de licença de localização no Município;
- local de exibição com endereço completo, indicação fiscal e nome do proprietário;
- natureza do material a ser empregado;
- dimensões;
- inteiro teor dos dizeres;
- autorização do proprietário com firma reconhecida;
- definição do tipo de suporte;
- disposição do equipamento no terreno, em relação às divisas, ao alinhamento predial e às construções existentes.

Art. 35 As propagandas ou publicidades não poderão obstruir a circulação destinada aos pedestres, iluminação, ventilação de compartimentos de edificações vizinhas, ou não, bem como a estética e beleza de obra de arte, fachada de prédios públicos, escolas, museus, igrejas, teatros ou, de algum modo prejudicar os aspectos paisagísticos da cidade, seus panoramas e monumentos.

Art. 36 O veículo de divulgação deverá ser mantido em perfeito estado de conservação, cabendo ao responsável sua substituição durante o período concedido para a licença, caso se deteriore ou estrague, tornando-se fator de poluição visual.

Art. 37 Ficam proibidas a propaganda e publicidade, sejam quais forem suas finalidades, formas ou composições nos, seguintes casos:

I - Nas árvores, postes, bancos, toldos, abrigos, jardineiras, estátuas, monumentos, caixas de correio, caixas de telefone, coleta de lixo, alarme de incêndio, hidrantes, viadutos, pontes, canais, túneis, sinais de trânsito, passarelas e grades de proteção para pedestres;

II - Nos muros, andaimes, e tapumes, quando se tratar de cartazes, impressos, pinturas e letreiros de quaisquer natureza, exceto aqueles afixados em quadros próprios, desde que atendida as exigências legais;

III - Em situações onde, vede portas, janelas ou qualquer abertura destinada à ventilação e iluminação;

IV - Nos meio-fios, passeios e leito das vias;

V - No interior de cemitérios;

VI - Quando prejudicarem a iluminação dos logradouros públicos, sinalização de trânsito e a orientação dos pedestres;

VII - Quando possuírem incorreções de linguagem ou façam uso de palavras em língua estrangeira, salvo aquelas que, por insuficiência do léxico nacional, a ele hajam sido incorporadas;

VIII - Quando, pela sua natureza, provoquem aglomerações prejudiciais ao trânsito e tráfego;

IX - Sejam ofensivas à moral, pessoas, crenças e instituições.

Art. 38 Na expedição do alvará de publicidade serão observados:

I - Em letreiros:

a) para mais de um estabelecimento no térreo de uma edificação, a área destinada a publicidade deverá ser subdividida proporcionalmente entre os estabelecimentos;

b) é tolerado o anúncio para o mesmo estabelecimento, desde que não ultrapasse a terça parte do total estabelecido para o letreiro;

c) permitido o anúncio em toldo somente na bambinela;

d) para a edificação recuada do alinhamento predial em lote de esquina, o letreiro poderá ser instalado no recuo, a partir de 5,0 m (cinco metros) da confluência dos alinhamentos.

II - Anúncios em imóvel não edificado:

a) deverá ser apresentada Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e anualmente laudo técnico anual quanto as condições de estabilidade e segurança;

b) deverá ser moldurado, contendo em local visível a identificação da empresa de publicidade e o número da licença;

c) no caso de anúncio luminoso não poderá ter sua luminosidade projetada para o imóvel vizinho, excetuando-se os casos em que essa edificação tenha cunho comercial;

d) sua colocação fica condicionada à limpeza permanente do terreno e existência de muro e passeio, excetuando-se as rodovias, bem como a exigência de execução de passeio quando a via não for dotada de pavimentação definitiva, devendo, neste caso, a área referente ao passeio ser mantida ajardinada.

III - Anúncios em imóvel edificado:

a) deverão ser atendidas as disposições apresentadas para anúncios em imóveis não edificados;

b) afastamento mínimo das edificações será de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros);

c) o anúncio não poderá vedar a fachada principal da edificação.

Art. 39 O anúncio no interior do lote para locação e venda do imóvel será permitida independente de licença específica, desde que não ultrapasse 0,4 m (quarenta centímetros) por 0,6 (sessenta centímetros).

Art. 40 Será facultada às casas de diversões, teatros, cinemas e similares, a colocação de programas e de cartazes artísticos na sua parte externa, desde que colocados em local próprio e se refiram exclusivamente às diversões nelas exploradas.

Art. 41 Nenhuma placa, tabuleta ou letreiro poderá ocupar mais de 5% (cinco por cento) da área da fachada.

Art. 42 Os letreiros, quando colocados sobre as marquises não poderão ultrapassar os limites fixados para as mesmas.

Art. 43 A Prefeitura estabelecerá, por ato do Poder Executivo, prazo para a retirada de toda a propaganda e anúncios luminosos que estejam em desacordo com o estabelecido neste Código.

Art. 44 Toda e qualquer propaganda ou publicidade deverá oferecer condições de segurança ao público, bem como observar as características e funções definidas no projeto arquitetônico de construções aprovadas pela Prefeitura, de forma que não as prejudiquem.

Art. 45 Cessadas as atividades do anunciante ou a finalidade da propaganda ou publicidade, estabelecida na licença da Prefeitura, deverá ser retirado pelo anunciante todo e qualquer material referente à propaganda ou publicidade no prazo de 10 (dez) dias da data do encerramento.

Art. 46 O não cumprimento do disposto no parágrafo anterior implicará na retirada do material por parte da Prefeitura, o qual só será devolvido ao proprietário após o pagamento das multas devidas assim como das despesas acrescidas de 20% (vinte por cento).

Art. 47 No caso de anúncios, propagandas, letreiros e publicidades já existentes e em desacordo com este Código, o órgão competente fará a notificação necessária, determinando o prazo para retirada, reparação, limpeza ou regularização.

Art. 48 Expirado o prazo estipulado na notificação, a Prefeitura efetuará os serviços necessários, cobrando, dos responsáveis, as despesas acrescidas de 20% (vinte por cento), sem prejuízo das multas aplicadas.

CAPÍTULO III DO LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

Art. 49 Toda atividade comercial, industrial, prestadora de serviços ou comunitária, localizada em áreas particulares ou públicas somente poderá funcionar com o respectivo Alvará de Localização e Funcionamento emitido pela Administração Pública a requerimento dos interessados, observadas as disposições contidas na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do Município e demais leis pertinentes.

Art. 50 A expedição do Alvará de Localização e Funcionamento para atividades consideradas de risco ambiental, além do procedimento usual, dependerá de prévio licenciamento pelo órgão ambiental competente.

Art. 51 A expedição de Alvará de Localização e Funcionamento para atividades consideradas de risco à saúde pública, além do procedimento usual, dependerá de prévio parecer técnico sanitário expedido pela autoridade sanitária municipal.

Art. 52 Somente será concedida a licença quando o interessado comprovar o pagamento da taxa devida nos termos da legislação tributária.

Seção I

Das Atividades Comerciais, de Prestação de Serviços, Comunitários e Industriais.

Art. 53 O Alvará de Localização e Funcionamento será expedido mediante requerimento ao órgão competente.

Art. 54 O requerimento deverá especificar com clareza:

I - O ramo do comércio ou da indústria, ou a tipologia do serviço a ser prestado;

II - O endereço em que o requerente pretende exercer sua atividade.

Art. 55. Para ser concedido o Alvará de Localização e Funcionamento pela Prefeitura Municipal de Ermo, as instalações de qualquer estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviços qualquer que seja o ramo de atividades a que se destinam deverão ser previamente vistoriados pelo órgão competente, no que diz respeito às seguintes condições:

I - Compatibilidade da atividade com a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do Município;

II - Adequação do prédio e das instalações às atividades que serão exercidas, conforme as exigências relativas que constam no Código de Obras;

III - Compatibilidade das soluções de segurança, prevenção de incêndio, moral e sossego público, previstas neste Código e na legislação estadual e federal pertinente;

IV - Compatibilidade dos requisitos de higiene pública e proteção ambiental, de acordo com as normas específicas.

Art. 56 Fica proibido o fornecimento de Alvará de Localização e Funcionamento para estabelecimentos que foram construídos irregularmente, que não estejam de posse do "Habite-se", e que estejam em:

I - logradouros públicos;

II - áreas de preservação ambiental;

III - áreas de risco assim definidas pela Administração Municipal.

Art. 57 O Alvará de Localização e Funcionamento deverá ser renovado anualmente.

Art. 58 A critério do órgão competente poderá ser expedido o Alvará de Localização e Funcionamento temporário de estabelecimento, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 59 O estabelecimento ou atividades estão obrigados a novo licenciamento, mediante Alvará de Localização e Funcionamento, quando ocorrer as seguintes situações:

I - Mudança de localização;

II - Quando as atividades ou o uso forem modificados em quaisquer dos seus elementos;

III - Quando forem alteradas as condições da edificação, da atividade ou do uso após a emissão do Alvará de Localização e Funcionamento;

IV - Quando a atividade ou uso se mostrarem incompatíveis com as novas técnicas e normas originadas do desenvolvimento tecnológico, com o objetivo de proteger o interesse coletivo.

Parágrafo único. A modificação do Alvará de Localização e Funcionamento devido ao disposto no presente artigo deverá ser re-



querida no prazo de (30) trinta dias, a contar da data em que se verifique a alteração.

Art. 60 O Alvará de Localização e Funcionamento deverá constar os seguintes elementos:

- I - Nome do interessado;
- II - Natureza da atividade e restrições ao seu exercício;
- III - Local do exercício da atividade e identificação do imóvel com o respectivo número de inscrição no Cadastro Imobiliário, quando se tratar de estabelecimento fixo;
- IV - Número de inscrição do interessado no Cadastro Fiscal do Município;
- V - Horário do funcionamento, quando houver.

Art. 61 O alvará de licença deverá ser mantido em bom estado de conservação e afixado em local visível, devendo ser exibido à autoridade fiscalizadora, sempre que esta o exigir.

Art. 62 O Poder Executivo regulamentará os horários de abertura e fechamento do comércio e estabelecimentos industriais no município.

§ 1º Será permitido o trabalho em horários especiais, inclusive aos domingos, feriados nacionais e locais, excluindo o expediente de escritório, nos estabelecimentos que se dediquem às seguintes atividades:

- I - Impressão de jornais;
- II - Laticínios;
- III - Frio industrial;
- IV - Purificação e distribuição de água;
- V - Produção e distribuição de energia elétrica;
- VI - Serviço telefônico;
- VII - Produção e distribuição de gás;
- VIII - Serviço de esgoto;
- IX - Serviço de transporte coletivo.
- X - Outros serviços somente com autorização expressa da Prefeitura, após requerimento do interessado e análise pelo órgão competente.

§ 2º Os horários de atendimento das farmácias seguirão o estabelecido para o comércio em geral, podendo, entretanto, atender em qualquer hora do dia ou da noite em caso de urgência;

Seção II

Do Comércio Ambulante

Art. 63 Considera-se comércio ambulante a atividade temporária de venda, a varejo, de mercadorias, realizada em logradouros públicos, por pessoa física, sem vínculo de terceiros, pessoa jurídica ou entidade, em locais e horários previamente determinados.

Art. 64 Está excluído desta categoria o comércio ambulante de alimentos preparados e de refrigerantes, quando realizado em quiosques, vagões, vagonetes, trailers e quando montados em veículos automotores ou por estes traçáveis.

Art. 65 Enquadram-se nesta categoria as feiras livres e de arte e artesanato.

Art. 66 As feiras-livres serão sempre de caráter transitório e de venda exclusivamente a varejo e destinar-se-ão ao abastecimento supletivo de gêneros alimentícios e artigos de primeira necessidade.

Art. 67 As feiras, de qualquer natureza, serão localizadas, orientadas e fiscalizadas pelos órgãos municipais competentes, ao qual cabe redimensioná-las, remanejá-las ou proibir o seu funcionamento.

Art. 68 Para o exercício da atividade em feira-livre, além da licença, o feirante deverá ser previamente cadastrado no órgão municipal competente, além de ser portador da Carteira de Saúde devidamente atualizada.

Art. 69 A colocação das bancas, que deverão ser padronizadas e devidamente numeradas, obedecerá ao critério de prioridade, realizando-se o agrupamento dos feirantes por classes similares de mercadorias.

Art. 70 São obrigações comuns a todos os que exercerem atividades nas feiras:

I - Usar de urbanidade e respeito para com o público em geral, bem como acatar as ordens emanadas da autoridade competente;

II - Possuir em suas barracas, se for o caso, balanças, pesos e medidas devidamente aferidas sem vício ou alteração com que possa lesar o consumidor;

III - Não jogar lixo na via pública ou nas imediações de sua banca;
IV - Manter em sua banca um recipiente de lixo;
V - Manter a banca em perfeito estado de asseio e higiene;
VI - Não apregoar as mercadorias com algazaras, nem usar dizes ofensivos ao decoro público;

VII - Não ocupar, com suas barracas, local diferente do concedido dentro do seu grupo de feira;

VIII - Não colocar os gêneros alimentícios em contato direto com o solo.

Art. 71 Para a obtenção da licença para comércio ambulante, o interessado formalizará o requerimento, que será protocolado, na Prefeitura Municipal de Ermo, acompanhado de:

- I - Cópia do documento de identidade;
- II - Comprovante de residência;
- III - Declaração sobre a origem e natureza das mercadorias a serem comercializadas;
- IV - Logradouros pretendidos para o exercício da atividade.

Art. 72 Nenhum vendedor ambulante poderá exercer suas atividades no Município sem a respectiva licença.

Art. 73 É proibido o exercício da atividade de comércio ambulante fora dos horários e locais demarcados.

Art. 74 A licença para comércio ambulante é individual, intransferível e exclusiva para o fim ao qual foi destinada e deverá estar sempre disponível para apresentação, pelo seu titular, à fiscalização, sob pena de multa e apreensão.

Art. 75 Poderá ser exigido dos licenciados, a critério da Prefeitura Municipal, uniforme, vassoura e cesto para lixo, mesa e/ou carrocinha padronizada.

Art. 76 A licença será concedida pelo Poder Público, sempre a título precário e pelo prazo de (01) ano, podendo ser renovado anualmente.

Art. 77 O vendedor ambulante não licenciado para o exercício ficará sujeito à apreensão da mercadoria encontrada em seu poder, a qual somente lhe será restituída mediante requerimento e após o pagamento de multa correspondente.

Art. 78 O vendedor licenciado para o comércio ambulante que necessitar afastar-se do seu local de trabalho deverá informar por escrito, o motivo e o período de afastamento para avaliação das

faltas pelo órgão competente.

Art. 79 O abandono ou o não aparecimento sem justa causa, do licenciado, ao local que lhe foi atribuído, por prazo superior a 30 (trinta) dias, bem como a ocupação de espaços que não o expressamente determinado, implicará na cassação da licença.

Art. 80 No caso de não cumprimento das exigências deste Código, da legislação específica de cada produto licenciado e respectivo equipamento, os vendedores estarão sujeitos a aplicações de multas, apreensão das mercadorias e equipamentos, suspensão e cancelamento da licença.

Seção III

Do Licenciamento de Atividades de Caráter Provisório e Divertimentos e Festejos Públicos

Art. 81 Para realização de divertimentos e festejos públicos, nos logradouros públicos ou em recintos fechados de livre acesso ao público, será obrigatória a licença prévia da Administração Municipal.

§ 1º As exigências do presente artigo são extensivas às competições esportivas, bailes, espetáculos, circos, festas de caráter público ou divertimentos populares de qualquer natureza.

§ 2º Excetuam-se das prescrições do presente artigo as reuniões de qualquer natureza sem convites ou entradas pagas, realizadas por clubes ou entidades profissionais e beneficentes, em suas sedes, bem como as realizadas em residências.

Art. 82 O requerimento do Alvará de Localização e Funcionamento dos divertimentos públicos será acompanhado dos certificados que comprovam terem sido satisfeitas as exigências regulamentares da legislação federal, estadual e municipal, nos casos cabíveis.

Art. 83 A instalação de circos, parques de diversões e congêneres está condicionada ao cumprimento dos seguintes requisitos:

- I - Requerimento;
- II - Autorização do Corpo de Bombeiros ou Defesa Civil;
- III - Instalações sanitárias.

Art. 84 Uma vez instalado o parque de diversões ou congêneres, não serão permitidas modificações nas instalações ou seu aumento, sem a licença prévia, após a vistoria técnica do órgão municipal competente.

Art. 85 Descumpridas as condições impostas pelo Município, o órgão competente poderá promover a interdição do empreendimento.

Art. 86 A apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos equipamentos poderá ser facultada, desde que seja realizada vistoria pela Prefeitura Municipal, atestando o atendimento das normas de segurança para as edificações e instalações de equipamentos, prevista pela legislação municipal, estadual e federal.

Art. 87 A Administração poderá exigir um depósito, como garantia de despesas com a eventual limpeza e recuperação do logradouro público.

Art. 88 O depósito será restituído integralmente, mediante requerimento, se não houver necessidade de limpeza ou recuperação do logradouro; em caso contrário, serão deduzidas as despesas com os serviços executados pela Administração.

Art. 89 As licenças para os parques de diversões e congêneres serão concedidas por prazo inicial não superior a 03 (três) me-

ses, devendo ser renovada a vistoria, para que haja renovação ou prorrogação da licença.

Art. 90 A prorrogação ou renovação de licença poderá ser negada, podendo a Administração Municipal por outro lado, estabelecer novas exigências e restrições relativamente a qualquer elemento do parque e podendo, ainda, ser este interditado antes de terminar o prazo de licença concedido, se por motivos de interesse ou segurança pública.

Seção IV

Dos Equipamentos de Uso Comercial ou de Serviços em Logradouros Públicos

Art. 91 Estão sujeitas à licença de funcionamento, as seguintes atividades:

- I - Bancas de jornal, revistas, cigarros e doces embalados;
- II - Café e similares;
- III - Venda de flores;
- IV - Venda e produção de sucos;
- V - Venda e produção de sorvetes;
- VI - Lanchonetes;
- VII - Serviços de telefone, correio, informações, segurança;
- VIII - Outras atividades a critério da Prefeitura.

Art. 92 Os estabelecimentos poderão instalar-se em praças e demais logradouros públicos, à critério da Prefeitura Municipal, mediante Concessão de Uso outorgada quando não haja ou traga prejuízo à comunidade.

Art. 93 Os padrões para os equipamentos serão estabelecidos pelo órgão municipal competente, não podendo ser alterados sem a prévia anuência.

Art. 94 É vedada a Concessão de Uso em locais com as seguintes características:

- I - rótulas ou praças situadas em rótulas do sistema viário;
- II - canteiros centrais do sistema viário.

Art. 95 Para a implantação de equipamentos em passeios deverá ser preservada uma faixa de circulação para pedestres com largura mínima de 2,0m (dois metros).

Art. 96 Em praças, largos ou jardinetes, a somatória das áreas de projeção dos equipamentos existentes e previstos não poderá ultrapassar 2% (dois por cento) da superfície total do logradouro.

Art. 97 A seleção dos interessados na implantação de equipamentos de uso comercial ou de serviços em logradouros públicos se fará por meio de licitação pública, constará do Edital de licitação a descrição das obras e serviços a serem executados pelo interessado, através da Concessão de Uso, obedecendo a projeto de urbanização elaborado pela Prefeitura Municipal.

Art. 98 O permissionário não poderá explorar mais de uma banca, a qualquer título, estendendo-se ao cônjuge e aos familiares do mesmo.

Art. 99 É vedada a exploração de banca a:

- I - distribuidor ou agente distribuidor de jornal e revista;
- II - titular de emprego público da União, do Estado, do Município, da Administração direta, indireta ou fundacional ou de entidade de economia mista.

Art. 100 O vencedor da licitação assumirá as condições estabelecidas pela Prefeitura, registradas em Contrato Administrativo.



Art. 101 A Concessão de Uso para lanchonetes e similares será por prazo determinado de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 102 A edificação passará a constar como do patrimônio público, sendo que se concederá a venda do ponto e não a benfeitoria construída.

Art. 103 O concessionário tem o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da assinatura do Contrato Administrativo, para executar as obras e serviços objeto da licitação. O concessionário que descumprir as determinações contidas no Contrato Administrativo poderá ter sua Concessão de Uso cassada, sem direito à indenização.

Art. 104 A Concessão de Uso se faz por contrato administrativo, pelo qual o Poder Público atribui a utilização de um bem de seu domínio em contrapartida pela execução de obras e serviços convencionados pelo outorgante, nos termos da legislação federal.

Art. 105 É proibido ao permissionário e aos seus pressupostos:

I - fechar a banca por mais de 5 (cinco) dias consecutivos ou 30 (trinta) dias anuais alternados, sem consentimento ou autorização do órgão competente;

II - vender com ágio jornal, revista e publicação que tenha preço tabelado;

III - locar ou sublocar a banca;

IV - recusar-se a vender, em igualdade de condições, mercadorias que lhe foram consignadas por distribuidor registrado;

V - estabelecer, por motivo político ou ideológico, distinção ou preferência entre mercadorias recebidas;

VI - veicular qualquer tipo de propaganda política ou eleitoral, salvo a constante de jornal, revista ou publicação exposta à venda.

Seção V

Do Licenciamento de Instalações Diversas

Art.106 As instalações que, diretamente ou indiretamente, propiciam à população atendimento e fornecimento de água potável, energia elétrica, gás, serviços de telecomunicações e instalações diversas deverão ser licenciadas pelo Município.

Art. 107 A concessionária dos serviços deverá manter arquivados os projetos e respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs), devendo fornecê-las ao Município sempre que solicitado.

Art. 108 Todas as instalações deverão ser mantidas em perfeito estado de conservação e funcionamento, podendo o Município fiscalizar o estado destas instalações e submetê-las a provas de eficiência.

Art. 109 Quando da solicitação do licenciamento para instalação e funcionamento de subestação e linhas de transmissão de energia, torres de telecomunicação e estação de rádio base (ERB) e similares, deverá ser apresentado, pelo interessado, termo de responsabilidade pela instalação e pela sua influência, aos imóveis confrontantes, quanto ao sistema de proteção e compatibilidade eletromagnética.

Art. 110 A critério do órgão competente poderão ser feitas outras exigências, quando necessário, considerando a potencialização do risco do entorno.

CAPÍTULO IV DO MEIO AMBIENTE

Art. 111 No interesse do controle da poluição do ar, do solo e água, a Prefeitura exigirá parecer técnico do órgão Estadual Competente, sempre que lhe for solicitada licença de funcionamento para estabelecimentos industriais ou quaisquer outros que se figurem em eventuais poluidores do meio ambiente.

Art.112 Para evitar a propagação de incêndios, observar-se-ão, nas queimadas, as medidas preventivas necessárias.

Art.113 É proibido atear fogo em roçada, palhadas ou matos que limitem com terras de outrem, sem tomar as seguintes precauções:

I - Preparar aceiros de, no mínimo 7,00m (sete metros) de largura;
II - Mandar aviso aos confinantes, com antecedência mínima de 12 (doze) horas, marcando dia, hora e local para lançamento do fogo.

Art.114 A derrubada de matas dependerá de expedição de licença por órgão competente, observadas as restrições contidas em legislação específica.

Parágrafo único. Caberá à Prefeitura Municipal fiscalizar as atividades constantes do Caput deste artigo.

Art.115 É proibido comprometer, por qualquer forma, a qualidade e pureza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

Seção I

Da Limpeza dos Logradouros Públicos

e

Manutenção de Terrenos não Edificados

Art. 116 Compete ao Município, em colaboração com seus municípios, manter limpa a área municipal mediante varrição, capinação e raspagem de vias públicas, bem como coleta, transporte e destinação final do lixo até o Aterro Sanitário.

Parágrafo único. A execução dos serviços de limpeza pública, de competência do Município, poderá ser realizada diretamente ou por terceiros, observadas as prescrições legais pertinentes.

Art. 117 Os moradores são responsáveis pela limpeza do passeio e sarjeta fronteira à sua residência.

Parágrafo único. É proibido varrer lixo e detritos sólidos de qualquer natureza para canos, valas, sarjetas, bueiros ou canais das vias públicas.

Art. 118 É proibido impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas

Art. 119 Para preservar de maneira geral a higiene pública fica proibido:

I - Consentir no escoamento de águas servidas das residências para as ruas;

II - Transportar sem as precauções devidas, quaisquer materiais que possam comprometer o asseio das vias públicas;

III - Queimar no Perímetro Urbano, mesmo nos próprios quintais, lixo ou quaisquer corpos, que possam causar danos ao Meio Ambiente.

Art. 120 É proibido lançar nas vias públicas, nos terrenos sem edificações, várzeas, lixo de qualquer origem, entulhos, cadáveres de animais, fragmentos pontiagudos ou qualquer material que possa causar incômodo à população, prejudicar a estética da cidade, ou que causem danos ao meio ambiente.

Art. 121 O Município manterá o serviço regular de coleta e transporte de resíduos nas ruas e demais logradouros públicos da cidade e mediante pagamento do preço do serviço público, fixado nas tabelas oficiais vigentes.

Art. 122 Os resíduos sólidos das habitações e demais geradores deverão ser armazenados em sacos plásticos apropriados, para ser removido pelo serviço de limpeza pública.

Art. 123 Caberá ao Município fixar os dias da semana para a coleta e remoção dos materiais a seguir especificados:

I - resíduos sólidos de residências; de escritórios e consultórios; comércio em geral; restaurantes, lanchonetes; mercearias; hotéis e supermercados.

II - móveis, colchões, utensílios de mudanças e outros similares;

III - restos de limpeza e podas de jardins;

IV - entulho, terras e sobras de material de construção;

V - materiais contaminados, radioativos ou outros que necessitem de condições especiais na sua remoção;

VI - material remanescente de obras ou serviços em logradouros públicos; e

VII - sucatas.

§ 1º Os serviços constantes do inciso I do caput deste artigo é de caráter permanente.

§ 2º Serão eventuais os serviços constantes dos incisos II a VII do caput deste artigo, e sua execução dependerá da solicitação do interessado.

§ 3º Os serviços de coleta, transporte e destino final de resíduos sólidos da saúde serão de responsabilidade dos respectivos geradores.

Art. 124 Os promotores de eventos culturais, religiosos e esportivos, dentre outros, são responsáveis pela limpeza dos logradouros que forem atingidos por resíduos gerados em função da atividade.

Art. 125 As áreas de comercialização, utilizadas por feirantes e vendedores ambulantes, deverão ser mantidas permanentemente limpas, durante e após a realização das atividades.

Art. 126 Os feirantes e vendedores ambulantes deverão realizar a limpeza de sua área de trabalho e acondicionar os resíduos em sacos plásticos para serem recolhidos pela coleta pública.

Art. 127 É obrigatória a disponibilização pela prefeitura, de depósito de água para a higiene e limpeza do local e trabalhadores.

Art. 128 Os proprietários ou condutores de animais serão responsáveis pela limpeza dos dejetos dispostos pelos mesmos em qualquer logradouro público.

Subseção I

Da Manutenção de Terrenos

Art. 129 No Perímetro Urbano do Município, nenhum terreno urbano pode, por força deste Código, ser mantido sem muro, grades ou outros fechamentos, conforme definido no Código de Obras.

Art. 130 Nenhum terreno urbano, mesmo murado, pode ser mantido com entulho de qualquer espécie ou procedência, com mato-gal ou com água empoeirada.

§ 1º A limpeza a que alude o caput deste Artigo, será sempre de responsabilidade do proprietário do terreno, correndo por sua conta, as despesas necessárias para mantê-la.

§ 2º Havendo denúncia, anônima ou nominal, por parte de qualquer cidadão, com referência à infringência do que dispõe este

Artigo, a Prefeitura Municipal notificará o proprietário do terreno urbano, concedendo-lhe o prazo máximo de 10 (dez) dias para que regularize a situação.

§ 3º Não sendo atendida a notificação mencionada no parágrafo anterior, a Prefeitura executará a limpeza, cobrando-se os custos decorrentes do notificado, que além dessas despesas arcará com o pagamento da multa correspondente, conforme Art. 221 a 226 do presente Código.

Art. 131 A infração de qualquer das disposições dos Artigos 129 e 130 (acima), sujeitará o infrator ou o responsável pela infração, à multa variável conforme Artigos 224 e 225, deste código, acrescida de 50% (cinquenta por cento) a cada notificação não atendida ou a cada reincidência, não cabendo ao executado, recurso da ação.

Seção II

Da Higiene das Edificações

Art.132 Não é permitido conservar água estagnada nos quintais, pátios dos prédios situados na zona urbana.

Art.133 Os reservatórios de água deverão obedecer aos seguintes requisitos:

I - Vedação total que evite o acesso de substâncias que possam contaminar a água;

II - Facilidade de sua inspeção;

III - Tampa removível.

Art.134 Nos conjuntos de apartamentos e prédios de habitação coletiva é proibido a instalação de dutos para a coleta de lixo, quer seja individualmente, ou coletivo.

Art.135 As chaminés de qualquer espécie de fogões de casas particulares, de restaurantes, pensões, hotéis e estabelecimentos comerciais e industriais de qualquer natureza, terão altura suficiente para que a fumaça, a fuligem e outros resíduos que possam expelir, não incomodem os vizinhos.

Art.136 É proibido fumar em estabelecimentos fechados onde for obrigatório o trânsito ou a permanência de pessoas, assim considerados, entre outros, os seguintes locais:

I - Elevadores;

II - Transportes coletivos municipais;

III - Auditórios, museus, cinemas e teatros;

IV - Hospitais e Maternidades;

V - Estabelecimentos comerciais;

VI - Estabelecimentos Públicos;

VII - Escolas de 1º e 2º Grau.

§ 1º Nos recintos descritos neste Artigo deverão ser afixados avisos indicativos da proibição em locais de ampla visibilidade do público.

§ 2º Serão considerados infratores deste artigo os fumantes e os estabelecimentos onde ocorrer a infração.

Seção III

Da Arborização no Município

Art.137 É proibido podar, cortar, danificar, derrubar, remover ou sacrificar árvores da urbanização pública, sendo estes serviços de atribuição exclusiva da Prefeitura, obedecidas as disposições do Código Florestal Brasileiro e da Legislação Estadual específica.

§ 1º Quando se tornar absolutamente imprescindível, poderá ser solicitado pelo interessado a remoção ou o sacrifício de árvores, mediante o pagamento das despesas relativas ao corte e ao re-



plantio.

§ 2º A solicitação a que se refere o parágrafo anterior deverá ser acompanhada de justificativa, que será criteriosamente analisada e, se cabível, aprovada formalmente pela Secretaria competente da Prefeitura.

§ 3º As remoções importarão no imediato plantio da mesma ou de espécimes arbóreas, em ponto cujo afastamento seja o menor possível da antiga posição.

Art.138 Constitui infração ambiental o corte ou sacrifício de arborização pública, estando sujeito às multas estabelecidas nesta lei, sem prejuízo das demais penas aplicáveis determinadas pelas Legislações Federal e Estadual.

Art. 139 Caberá ao órgão competente da Prefeitura seguir o Plano de Arborização Urbana e Paisagismo e implementá-lo com as espécies vegetais indicadas assim como sobre o espaçamento entre as árvores.

Parágrafo único. Compete à Prefeitura, em colaboração com seus municípios, a execução e conservação da arborização e ajardinamento dos logradouros públicos, conforme o Plano de Arborização Urbana e Paisagismo.

Art. 140 Os passeios das vias, em zonas residenciais, mediante licença da Prefeitura, poderão ser arborizados pelos proprietários das edificações fronteiras, às suas expensas, obedecidas às exigências legais e as especificações técnicas determinadas pelo órgão municipal competente.

Art. 141 Os tapumes e andaimes das construções deverão ser providos de proteção de arborização sempre que isso for exigido pelo órgão municipal competente.

Art. 142 Nas árvores das vias públicas não poderão ser amarrados ou fixados fios, pregos ou congêneres, nem colocados anúncios, cartazes ou publicações de qualquer espécie.

Seção IV

Da Arborização Pública em Projetos de Parcelamentos do Solo

Art. 143 Sem prejuízo das demais exigências na Lei de Parcelamento do Solo Urbano, Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do Município e demais normas oficiais adotadas pela Prefeitura, deverão constar da planta indicativa do arruamento ou loteamento, a ser submetido ao órgão municipal competente, a localização e o tipo de vegetação de porte arbóreo existente.

Art. 144 O plantio de novas árvores deverá ser constatado quando da vistoria para verificação da execução das obras de infra-estrutura, antes da aprovação final do Projeto de Loteamento ou Plano de Arruamento, conforme disposições da Lei de Parcelamento do Solo Urbano.

Art. 145 Nos Planos de Arruamento ou Projetos de Loteamentos deverá constar o Plano de Arborização e Paisagismo, quando exigido a critério da Prefeitura, seguindo as diretrizes estabelecidas.

Parágrafo único. As espécies vegetais utilizadas no Plano de Arborização de Loteamento ou Arruamento deverão obedecer às recomendações do órgão competente da Prefeitura.

Art. 146 O Plano de Arborização de Loteamento ou Arruamento deverá ser aprovado pelo órgão competente da Prefeitura e executado pelo interessado.

Seção V

Da Moralidade e do Sossego Público

Art.147 É expressamente proibido perturbar o sossego público ou particular com ruídos ou sons excessivos, em especial entre as 22 horas e as 06 horas.

§ 1º Entendem-se como Ruídos ou Sons Excessivos, o som puro ou mistura de sons capazes de prejudicar a saúde, a segurança ou o sossego público.

§ 2º Para os efeitos desta lei, consideram-se prejudiciais à saúde, à segurança ou ao sossego públicos, quaisquer ruídos que:

I - Atinja no ambiente exterior e no recinto em que têm origem, nível sonoro superior a 85 dB (oitenta e cinco decibéis), medidos no curso "C" do aparelho medidor de Intensidade de Sons, de acordo com o método MB-268 prescrito pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

II - Alcancem, no interior do recinto em que têm origem níveis de sons superiores aos considerados normais pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Art. 148 Serão tolerados os ruídos provenientes de aparelhos produtores ou amplificadores de sons por ocasião de festividades públicas ou privadas, desde que licenciadas pela Prefeitura.

Art. 149 Os aparelhos produtores ou amplificadores de sons instalados sem a licença da Prefeitura ou que estejam funcionando em desacordo com a lei serão apreendidos ou interditados.

Art. 150 É vedada, nos estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviço de qualquer natureza e nas casas de diversão, a produção de ruídos que, por sua natureza, perturbem o sossego público, bem como a prática de atividades contrárias à moral e aos bons costumes.

Art. 151 Qualquer pessoa que considerar seu sossego perturbado por sons e ruídos não permitidos poderá solicitar ao órgão competente municipal providências destinadas à sua supressão.

Art. 152 Excepcionalmente, a Administração Pública poderá autorizar o uso de alto-falantes e instrumentos musicais para fins de propaganda.

Art. 153 É vedado a qualquer pessoa que habite em edifício de apartamento residencial:

I - usar, alugar ou ceder apartamento ou parte dele para escolas de canto, dança ou música, bem como para seitas religiosas, jogos e recreios, ou qualquer atividade que determine o afluxo exagerado de pessoas;

II - usar alto-falantes, pianos, rádio, máquina, instrumento ou aparelho sonoro em altura de volume que cause incômodo aos demais moradores.

Art. 154. Não são proibidos os ruídos e sons produzidos pelas seguintes formas:

I - por sinos de igrejas, conventos e capelas, desde que sirvam exclusivamente, para indicar horas ou para anunciar a realização de atos ou cultos religiosos, devendo ser evitados os toques antes de 6 (seis) horas e depois das 22 (vinte e duas) horas;

II - por bandas de músicas em procissões, cortejos ou desfiles públicos nas datas religiosas e cívicas ou mediante autorização especial do órgão municipal competente;

III - por sirenes ou aparelhos de sinalização de ambulâncias ou de carros de bombeiros e da polícia;



IV - por apitos das rondas e guardas policiais;

V - por máquinas ou aparelhos utilizados em construções ou obras em geral, devidamente licenciados pela Administração, desde que funcionem entre 7 (sete) e 19 (dezenove) horas e não ultrapassem o nível máximo de 90 dB (noventa decibéis), medidos na curva "C" do aparelho medidor de intensidade de som à distância de 5,0m (cinco metros) de qualquer ponto da divisa do imóvel onde aquelas instalações estejam localizadas;

VI - por toques, apitos, buzinas ou outros aparelhos de advertência de veículos em movimento, desde que seja entre 7 (sete) e 22 (vinte e duas) horas, estejam legalmente regulados na sua intensidade de som e funcionem com extrema moderação e oportunidade, na medida do estritamente necessário;

VII - por sirenes ou outros aparelhos sonoros, quando funcionem, exclusivamente, para assinalar horas, entradas ou saídas de locais de trabalho, desde que os sinais não se prolonguem por mais de 60 (sessenta) segundos e não se verifiquem, no caso de entrada ou saída de estabelecimentos, depois das 19 (dezenove) horas;

VIII - por explosivos empregados em pedreiras, rochas ou suas demolições, desde que as detonações sejam das 7 (sete) às 19 (dezenove) horas e autorizadas previamente pela Administração Pública;

IX - por manifestações, nos divertimentos públicos, nas reuniões ou prédios desportivos, com horários previamente licenciados e entre 7 (sete) e 23 (vinte e três) horas.

Art. 155 Ficam proibidos ruídos, barulhos e rumores, bem como a produção dos sons excepcionalmente permitidos no presente artigo, nas proximidades de hospitais, casas de saúde e sanatórios, escolas, teatros, cinemas e templos religiosos, nas horas de seu funcionamento.

Seção VI

Das Medidas Referentes aos Animais

Art. 156 O Poder Público e toda a comunidade são responsáveis pelas ações de prevenção e controle de zoonoses no município.

Parágrafo único. Constituem objetivos básicos das ações de prevenção e controle de zoonoses:

I - preservar a saúde da população, mediante o emprego dos conhecimentos especializados e experiências da saúde pública veterinária;

II - prevenir, reduzir e eliminar as causas de sofrimento dos animais;

III - preservar a saúde e o bem estar da população humana, evitando-lhes danos causados por animais.

Art. 157 Ao munícipe, cabe a adoção de medidas necessárias para manutenção de suas propriedades limpas e isentas de animais tais como roedores, moscas, mosquitos, pulgas e outros vetores.

§ 1º É proibido o acúmulo de lixo, materiais inservíveis e outros materiais que propiciem a instalação de roedores e outros vetores.

§ 2º Os estabelecimentos que comercializem pneumáticos são obrigados a mantê-los permanentemente isentos de acúmulos de águas originadas ou não pelas chuvas, de forma a impedir a proliferação de mosquitos.

Art.158 Todo proprietário de terreno, cultivado ou não, dentro dos limites do Município, é obrigado a extinguir os formigueiros existentes dentro de sua propriedade, desde que estejam

causando danos a vizinhança.

Art.159 É proibida no Perímetro Urbano a criação de qualquer animal que prejudique ou coloque em risco a vizinhança, observadas as legislações pertinentes.

Art.160 É expressamente proibido a qualquer pessoa maltratar os animais ou praticar atos de crueldade contra os mesmos.

Art.161 É proibido a permanência de animais soltos em vias e logradouros públicos ou locais de livre acesso ao público.

Art.162 É proibido o passeio de cães nas vias e logradouros públicos, exceto com o uso adequado de coleira e guia e conduzidos por pessoa com idade e força suficiente para controlar os movimentos do animal.

§ 1º incorre em multa quem conduzir animal na via pública pondo em perigo a segurança pública, somente sendo permitido animais devidamente contidos.

§ 2º Todo cão treinado para ataque ou de raça considerada de temperamento violento somente poderá transitar em vias e logradouros públicos usando focinheira e quando seu condutor possuir idade e força adequada para contê-lo.

§ 3º Fica proibido o transito de cães ou animais de raça considerada de temperamento violento em locais de maior concentração de público.

Art. 163 Será apreendido todo e qualquer animal:

I - encontrado solto ou abandonado nas vias e logradouros públicos ou de livre acesso à população;

II - suspeito de raiva ou outra zoonose;

III - submetido a maus tratos por seu proprietário ou preposto;

IV - mantido em condições inadequadas de vida ou alojamento;

V - cuja criação ou uso sejam vedados por esta Lei;

VI - no caso dos cães, que não cumprir o disposto no artigo anterior

VII - serão apreendidos os cães mordedores viciosos, condição esta constatada por agente sanitário, ou comprovada mediante dois ou mais boletins de ocorrência policial.

Art. 164 O animal cuja apreensão for impraticável em função de ferimentos ou enfermidades poderá, a juízo do Agente sanitário, ser eutanasiado in loco, afastado da atenção pública e após terem-se esgotadas todas as tentativas de sua recuperação.

Parágrafo único. O proprietário do animal, quando identificado, deverá ser comunicado da ocorrência.

Art. 165 O Poder Público Municipal não responde por indenizações nos seguintes casos:

I - Dano ou óbito do animal apreendido, caso esteja ferido ou doente;

II - Eventuais danos a bens ou a pessoas causados pelo animal no ato da apreensão.

Art.166 Os animais apreendidos deverão ser retirados dentro do prazo de 03 (três) dias, mediante pagamento da taxa de manutenção respectiva.

Art. 167 Os animais apreendidos poderão sofrer as seguintes destinações, a critério do órgão sanitário responsável:

I - Resgate

II - Leilão em hasta pública;

III - Adoção;
IV - Doação;
V - Eutanásia.

Art. 168 Os animais de grande porte, que não forem resgatados por seus proprietários serão leiloados ou doados a critério do órgão competente.

§ 1º O leilão em hasta pública ocorrerá mediante divulgação de edital, informando data, horário e local.

§ 2º Caso não haja comprador os animais de grande porte deverão incorporar-se ao patrimônio municipal, podendo ser abatidos ou doados mediante recibo a entidades filantrópicas, científicas ou pessoas físicas.

§ 3º A pessoa que receber a doação do animal ficará como fiel depositário, devendo comprometer-se a cuidar da saúde, dando-lhe alimentação, abrigo e condições adequadas de sobrevivência, não sendo permitido abandonar, doar a terceiros, vender ou maltratar o animal.

Art. 169 A eutanásia só será efetivada em animais portadores de patologias que não possuam cura clínica, devidamente comprovada por médico veterinário que deverá ser feita por esse profissional com anestesia geral profunda de maneira que não cause nenhuma angústia ou dor ao animal, segundo preconização da Organização Mundial da Saúde.

Parágrafo único. Neste caso, será permitido o acompanhamento do procedimento por entidades de defesa animal.

Art. 170 É de responsabilidade de estabelecimentos comerciais e residências que possuírem cães de guarda alertar os transeuntes através de placa indicativa, em lugar visível e de fácil leitura.

Art. 171 É de responsabilidade dos proprietários a manutenção dos animais em perfeitas condições de alojamento, alimentação, saúde e bem estar, bem como as providências pertinentes à remoção de dejetos por eles deixados nas vias públicas.

Art. 172 Os proprietários de animais serão responsabilizados por desordens ou perturbações do sossego eventualmente causados pelos mesmos.

Art. 173 A manutenção de animais em edifícios condominiais será regulada pelas respectivas Convenções, desde que não contrarie este Código.

Art. 174 Em caso de morte do animal, o proprietário é responsável pelo destino do cadáver.

Parágrafo único. Havendo suspeita de doença contagiosa, o proprietário deverá procurar orientação técnica e comunicar o órgão sanitário responsável.

Art. 175 Toda pessoa ou estabelecimento que vender ou negociar animais será licenciado e fiscalizado por órgão competente. A licença obedecerá critérios de bem-estar animal.

Seção VII

Do Funcionamento e Administração dos Cemitérios

Art. 176 O Município conta com Cemitérios Públicos localizados em algumas localidades rurais (fora da sede urbana municipal).

Art. 177 Toda construção, ampliação e reformas de cemitérios estão sujeitas às normas ambientais.

Art. 178 Os cemitérios públicos terão caráter secular e serão ad-

ministrados e fiscalizados pela Prefeitura, mediante regulamento próprio, baixado por Decreto do Executivo Municipal.

Art. 179 É lícito às Irmandades, sociedades de caráter religioso ou empresas privadas, respeitadas as Leis e regulamentos que regem a matéria, estabelecer ou manter cemitérios, desde que devidamente autorizados pela Municipalidade, ficando sujeitos permanentemente à sua fiscalização.

§ 1º A prefeitura poderá fazer concessões perpétuas, nos cemitérios públicos, às pessoas físicas, sociedades civis, instituições, corporações ou confrarias religiosas, mediante o pagamento do preço respectivo.

§ 2º As relações entre concessionários e adquirentes são as reguladas pela Lei Civil e no que concerne à inumação, exumação e construção funerária, as estabelecidas nos regulamentos municipais e nas condições constantes do termo celebrado entre o concessionário e a Prefeitura.

§ 3º Nas relações entre o concessionário e os adquirentes é obrigatória a assinatura de contrato para concessão de sepulturas por prazo de 5 (cinco) anos; de 5 (cinco) a 50 (cinquenta) anos e perpétua.

Art. 180 Os cemitérios, sejam públicos ou particulares, constituirão parques de utilidade pública por sua natureza, e devem ser respeitados, conservados limpos e tratados com zelo; suas áreas arruadas, arborizadas e ajardinadas, de acordo com as plantas aprovadas e cercados de muros.

§ 1º Nos cemitérios do Município são livres todos os cultos religiosos, a prática dos respectivos ritos, desde que não atentem contra a moral e as leis vigentes.

§ 2º Os sepultamentos serão feitos sem indagação de crença religiosa, princípios filosóficos ou ideologia política do falecido.

Art. 181 É defeso fazer sepultamento antes de decorridos o prazo de 12 (doze) horas, contando o momento do falecimento, salvo:

I - Quando a causa da morte for moléstia contagiosa ou epidêmica;

II - Quando o cadáver tiver inequívocos sinais de putrefação.

§ 1º Nenhum cadáver poderá permanecer insepulto, nos cemitérios, por mais de 36 (trinta e seis) horas, contados do momento em que verificar o óbito, salvo quando o corpo estiver embalsamado ou se houver ordem expressa da autoridade policial ou da saúde pública.

§ 2º Não se fará sepultamento algum sem a certidão de óbito fornecida pelo oficial do Registro Civil do local do falecimento.

§ 3º Na impossibilidade da obtenção de Certidão de Óbito, o sepultamento poderá ser feito mediante autorização da autoridade médica, policial ou jurídica, condicionado a apresentação da certidão de óbito posteriormente ao órgão público competente.

Art. 182 Os sepultamentos em jazigos sem revestimento sepulturas, poderão repetir-se de 03 (três) em 03 (três) anos, e nos jazigos com revestimento-carneiras, não haverá limite de tempo, desde que o último sepultamento feito, seja convenientemente isolado.

§ 1º Considera-se como sepultura a cova funerária aberta no terreno com as seguintes dimensões:

I - Para Adulto: 2,20m (dois metros e vinte centímetros) de comprimento por 0,75m (setenta e cinco centímetros) de largura e 1,75m (hum metro e setenta e cinco centímetros) de profundidade;

II - Para Crianças: 1,50m (hum metro e cinquenta centímetros) de comprimento por 0,50m (cinquenta centímetros) de largura e 1,70m (hum metro e setenta centímetros) de profundidade.

§ 2º Considera-se como carneira a cova ou construção acima do solo, com as paredes revestidas de tijolos ou material similar, tendo internamente, no mínimo, 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de comprimento por 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros) de largura.

Art. 183 Os proprietários de terrenos ou seus representantes são obrigados a fazer os serviços de limpeza, obras de conservação e reparação no que tiverem construído e que forem necessários à estética, segurança e salubridade dos cemitérios.

§ 1º Os jazigos nos quais não forem feitos serviços de limpeza, obras, conservação e reparação, julgados necessários, serão considerados em abandono e ruína.

§ 2º Os proprietários de jazigos considerados em ruína serão convocados em Edital, que será publicado por duas vezes em jornal de circulação local e se, no prazo de 90 (noventa) dias, não comparecerem, as construções em ruína serão demolidas, revertendo ao patrimônio municipal o respectivo terreno.

§ 3º Verificada a hipótese do parágrafo segundo, os restos mortais existentes nos jazigos, serão exumados e colocados no ossário municipal.

§ 4º O material retirado dos jazigos, abertos para fins de exumação, pertencem ao cemitério, não cabendo aos interessados, o direito de reclamação.

Art. 184 Nenhuma exumação poderá ser feita antes de decorrido o prazo de 03 (três) anos, contados da data de sepultamento, salvo em virtude de requisição por escrito, da autoridade policial ou judicial, ou mediante parecer do órgão de Saúde Pública.

Art. 185 Exceto as pequenas construções sobre as sepulturas, ou colocação de lápides, nenhuma construção poderá ser feita, nem mesmo iniciada, nos cemitérios, sem que a planta tenha sido previamente aprovada pela repartição competente da Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. Entende-se por pequenas construções os jazigos de no máximo 0,80m (oitenta centímetros) de altura excetuando-se a pedra lápide.

Art. 186 Nos cemitérios é proibido:

I - Praticar atos de depredação de qualquer espécie nos jazigos ou outras dependências;

II - Arrancar plantas ou colher flores;

III - Pregiar cartazes ou fazer anúncios nos muros ou portões;

IV - Efetuar atos públicos que não sejam de culto religioso ou civil;

V - Praticar comércio;

VI - A circulação de qualquer tipo de veículo motorizado, estranho aos fins e serviços atinentes ao cemitério.

Art. 187 É permitido dar sepultura em um só lugar a duas ou mais pessoas da mesma família que falecem no mesmo dia.

Art. 188 Todos os cemitérios devem manter em rigorosa ordem os controles seguintes:

I - Sepultamento de corpos ou partes;

II - Exumações;

III - Sepultamento de ossos;

IV - Indicações sobre os jazigos sobre os quais já constituírem direitos, com nome, qualificação, endereço do seu titular e as trans-

ferências e alterações ocorridas.

Parágrafo único. Esses registros deverão indicar:

I - Hora, dia, mês e ano;

II - Nome da pessoa a que pertenceram os restos mortais;

III - No caso de sepultamento deverá ser indicados o nome, a filiação, a idade, o sexo do morto e certidão.

Art. 189 Os cemitérios devem adotar livros tombo ou fichas, onde de maneira resumida, serão transcritas as anotações lançadas nos registros de sepultamento, exumação, ossários, com indicações do número do livro e folhas, ou número da ficha onde se encontram os históricos integrais dessas ocorrências. Esses livros devem ser escriturados por ordem de números dos jazigos e por ordem alfabética dos nomes.

Art. 190 Os cemitérios públicos e particulares deverão providenciar os seguintes equipamentos e serviços:

I - Capelas, com sanitários - em curto prazo;

II - Edifício de administração com:

a) Sala de registros que deverá ser convenientemente protegida contra intempéries, roubos e ação de roedores - imediato;

b) Depósito para ferramentas - imediato;

c) Sanitários para o público - em curto prazo;

d) Sanitários e Vestiário para funcionários, dotados de chuveiros - em curto prazo;

e) Com itens de primeiros socorros - imediato;

III - Ossuário para colocação dos ossos após exumação - imediato;

IV - Iluminação elétrica de toda a área, para facilitar a vigilância - imediato;

V - Rede de distribuição de água - imediato;

VI - Área de estacionamento de veículos - em longo prazo;

VII - Arruamento urbanizado e arborizado - médio prazo;

VIII - Recipientes para depósito de resíduos em geral - imediato.

Art. 191 Além das disposições acima, os cemitérios estarão sujeitos ao que for estabelecido em regulamento próprio a ser baixado pelo Poder Executivo.

Seção VIII

Da Segurança Pública

Sub-Seção I

Dos Inflamáveis, Explosivos e Balões

Art. 192 A Prefeitura Municipal fiscalizará a fabricação, o comércio, o transporte, o depósito e o emprego de inflamável e explosivo.

Art. 193. São considerados inflamáveis, dentre outros: fósforos e materiais fosforosos; gasolina e demais derivados do petróleo; éteres, álcoois; aguardentes e óleos em geral; carburetos, alcatrão e materiais betuminosos líquidos.

Art. 194 Consideram-se explosivos, dentre outros: fogos de artifícios, nitroglicerina, seus compostos e derivados; pólvora, algodão-pólvora, espoletas e estopins fulminatos; coratos; formiatos e congêneres; cartucho de guerra, caça e mina.

Art. 195 É absolutamente proibido:

I - fabricar explosivos sem licença especial e em local não autorizado pela Prefeitura;



II - manter depósito de substâncias inflamáveis ou de explosivos sem atender às exigências legais, quanto à construção e segurança;

III - depositar ou conservar nas vias públicas, embora provisoriamente, inflamáveis ou explosivos.

Art. 196 Aos varejistas é permitido conservar em cômodos apropriados em seus armazéns ou lojas, a quantidade fixada pela Prefeitura na respectiva licença, de material inflamável ou explosivo que não ultrapassar a venda provável em 20 (vinte) dias.

Art. 197 Os fogueteiros e exploradores de pedreiras poderão manter depósitos de explosivos desde que atendam à regulamentação das Forças Armadas.

Art. 198 Os depósitos de explosivos e inflamáveis somente serão construídos se obedecidas as prescrições das Forças Armadas e Corpo de Bombeiros.

Art. 199 Não será permitido o transporte de explosivos ou inflamáveis sem as devidas precauções.

Art. 200 Não poderão ser transportados explosivos e inflamáveis simultaneamente no mesmo veículo.

Art. 201 Os veículos que transportarem explosivos ou inflamáveis não poderão conduzir outras pessoas, além do motorista e ajudante.

Art. 202 Não será permitida descarga de explosivos nos passeios e vias públicas.

Art. 203 São vedados, sob pena de multa, além das responsabilidades criminal e civil que couberem, as seguintes atividades:

I - soltar balões, bombas, morteiros e outros fogos perigosos, bem como fazer fogueira nos logradouros públicos, sem prévia licença da Prefeitura e de outros órgãos competentes, a qual será concedida por ocasião de festejos; indicando-se, para isso, quando conveniente, os locais apropriados;

II - fazer fogos ou armadilhas com armas de fogo.

Art. 204 Fica sujeita à licença da Prefeitura, a instalação de bombas de gasolina e de depósitos de outros inflamáveis, mesmo para uso exclusivo de seus proprietários.

Art. 205 Os projetos de construção de estabelecimento de comércio varejista de combustível mineral deverão observar, além das disposições deste Código, os demais dispositivos legais aplicáveis, bem como as determinações dos órgãos competentes da Prefeitura Municipal de Ermo, no tocante ao aspecto paisagístico e arquitetônico.

Art. 206 O transporte de inflamáveis para os postos de abastecimento será feito em recipiente apropriado, hermeticamente fechado, devendo a descarga nos depósitos subterrâneos realizar-se por meio de mangueiras ou tubos adequados, de modo que os inflamáveis passem diretamente dos recipientes de transporte para o depósito.

Art. 207 Os abastecimentos de veículos serão feitos por meio de bombas ou gravidade devendo o tubo alimentador ser introduzido diretamente no interior do tanque do veículo.

Art. 208 É absolutamente proibido o abastecimento de veículos ou quaisquer recipientes nos postos, por qualquer processo de despejo livre, dos inflamáveis, sem o emprego de mangueiras.

Art. 209 Para depósitos de lubrificantes, localizados nos postos de abastecimento, serão utilizados recipientes fechados, à prova de poeira, e adotados dispositivos que permitam a alimentação dos tanques dos veículos sem qualquer extravasamento.

Art. 210 Nos postos de abastecimento equipados com serviços de limpeza, lavagem e lubrificação de veículos, estes serão feitos nos recintos dos postos dotados de instalações destinadas a evitar a acumulação de água e de resíduos de lubrificantes no solo ou seu escoamento para o logradouro público.

Parágrafo único. As disposições deste artigo estendem-se às garagens comerciais e demais estabelecimentos onde se executem tais serviços.

Art. 211 As infrações destes dispositivos serão punidas com a aplicação de multas.

Sub-Seção II

Da Exploração de Pedreiras, Cascalheiras, Olarias e Depósitos de Areia e Saibro

Art. 212 A exploração de pedreiras, cascalheiras, olarias e depósitos de areia e saibro depende de licença da Prefeitura, precedida da manifestação dos órgãos públicos estaduais e federais competentes.

Art. 213 As licenças para exploração serão sempre por prazo fixo.

Parágrafo único. Será interdita a pedreira ou parte da pedreira que embora licenciada pela Prefeitura, demonstre posteriormente que a sua exploração acarreta perigo ou dano à vida ou à propriedade.

Art. 214 A exploração de pedreiras com explosivos fica sujeita às seguintes condições:

I - Intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos entre cada série de explosão;

II - Içamento, antes da explosão, de uma bandeira a altura conveniente para ser vista à distância;

III - Colocação de sinais nas proximidades das minas que possam ser percebidos distintamente pelos transeuntes, pelo menos a 100 (cem) metros de distância;

IV - Toque por 03 (três) vezes, com intervalo de 02 (dois) minutos, de uma sineta e o aviso em brado prolongado, dando sinal de fogo.

Art. 215 É proibida a extração de areia em todos os cursos de água do Município:

I - A jusante do local em que recebe contribuições de esgotos, nos primeiros 10 (dez) quilômetros;

II - Quando modificam o leito ou as margens dos mesmos;

III - Quando possibilitem a formação de locais ou causem por qualquer forma a estagnação das águas;

IV - Quando de algum modo possam oferecer perigos a pontes, muralhas ou qualquer obra construída nas margens ou sobre os leitos dos rios.

CAPÍTULO V DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES



Art. 216 Considera-se infração a inobservância de quaisquer dispositivos deste Código.

Art. 217 As infrações resultantes do descumprimento das disposições desta lei sujeitam o responsável às seguintes sanções:

- I - Multa;
- II - Apreensão;
- III - Embargo;
- IV - Cassação.

Art. 218 Quando o Agente fiscalizador constatar a ocorrência de infração prevista nesta Lei, deverá lavrar Auto de Infração que conterá:

- I - O Relatório da Irregularidade constatada;
- II - A sanção prevista para a infração.

§ 1º Notificação é o procedimento administrativo, por meio do qual o Poder Público comunica à parte interessada, da lavratura do auto de infração.

§ 2º A notificação deverá conter:

I - relato resumido da irregularidade constatada, além da sanção cabível, se for o caso;

II - discriminação das medidas ou providências a serem tomadas pela parte e o respectivo prazo.

Art. 219 As penalidades cominadas nesta lei, quando aplicadas, não isentam o infrator da obrigação de reparar o dano resultante da infração, nos termos do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo único. Aplicada qualquer penalidade prevista nesta Lei, não fica o infrator desobrigado do cumprimento da exigência legal que a houver determinado.

Art. 220 Ao infrator que incorrer simultaneamente em mais de uma infração, aplicar-se-ão cumulativamente as penalidades cominadas.

Seção I Das Multas

Art. 221 A multa será aplicada pelo órgão municipal competente em vista do auto de infração e de acordo com a escala estabelecida.

Parágrafo único. A pena de multa reverte-se para o município, de forma a ser definida pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 222 A aplicação das multas pecuniárias, estabelecidas nesta Lei, não exime o infrator das demais sanções e medidas administrativas ou judiciais cabíveis, inclusive a apuração de sua responsabilidade pelos crimes de desobediência contra a Administração Pública, previstos na legislação penal.

Art. 223 Quando da imposição da multa será notificado o infrator, cabendo-lhe recurso ao órgão fiscalizador, a ser interposto no prazo de 20 (vinte) dias, contados do primeiro dia útil seguinte ao da notificação.

I - Caso o infrator não interponha recurso, deverá pagar a multa no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de notificação;

II - O não pagamento da multa implicará em inscrição na dívida ativa e cobrança judicial.

Art. 224 A pena de multa será graduada de acordo com a grava-

de da infração assim definida:

I - Infrações Leves, com multas de R\$ 400,00 e aplicadas na primeira autuação;

II - Infrações Médias, com multas de R\$ 1600,00 e aplicadas na primeira reincidência;

III - Infrações Graves, com multas de R\$ 8.000,00 e aplicadas na segunda reincidência;

IV - Infrações Gravíssimas, com multas de 16.000,00 e aplicadas a partir da terceira reincidência.

§ 1º As multas estipuladas nesta lei serão corrigidas anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, medido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo

§ 2º Considera-se reincidência outra infração de mesma natureza.

Art. 225 Serão ainda consideradas para a graduação das multas:

I - Gravidade da infração, considerando:

- a) a natureza da infração;
- b) as consequências à coletividade.

II - Circunstâncias atenuantes:

a) a ação do infrator não ter sido fundamental para consecução do evento;

b) o infrator por espontânea vontade imediatamente procurar reparar ou minorar as consequências do ato lesivo;

c) ser o infrator primário, e a falta cometida de natureza leve.

III - Circunstâncias agravantes:

- a) a reincidência na infração;
- b) provocar consequências danosas ao meio ambiente;
- c) danificar áreas de proteção ambiental;
- d) agir com dolo direto ou eventual;
- e) provocar efeitos danosos a propriedade alheia;

IV - Antecedentes do infrator.

Art. 226 A correção e atualização do valor das multas serão realizadas a partir de índices econômicos a serem definidos pelo órgão público municipal competente.

Seção II Da Apreensão

Art. 227 A apreensão consiste na tomada de coisas móveis ou semoventes, que forem elementos de infração, sendo o seu recolhimento feito mediante recibo descritivo.

Parágrafo único. Será apreendido todo e qualquer material, mercadoria ou equipamento que esteja exposto ou sendo comercializado, cujo vendedor não apresente a respectiva licença.

Art. 228 Nos casos de apreensão será lavrado pelo Agente fiscalizador o respectivo auto de infração, descrevendo detalhadamente a coisa apreendida, que deverá ser recolhida ao depósito municipal ou permanecer no local, caso o objeto seja irremissível por razões diversas.

§ 1º A devolução da coisa apreendida dar-se-á depois de pagas as multas aplicadas ao caso e indenizado o Poder Público Muni-

pal das despesas que tiverem sido efetivadas em decorrência da apreensão e/ou transporte e depósito.

§2º Produtos alimentares perecíveis que venham a ser apreendidos em bom estado de conservação serão imediatamente repassados às instituições de caridade.

§ 3º Serão encaminhados para destruição quando se tratar de produto impróprio para o consumo.

Art. 229 Caso não seja reclamada e retirada dentro de 30 (trinta) dias, a coisa apreendida será vendida em hasta pública, sendo aplicada a importância apurada no pagamento das multas e despesas de que trata o artigo anterior.

§ 1º Se houver qualquer saldo, ficará este à disposição do proprietário da coisa apreendida, que poderá retirá-lo mediante requerimento devidamente instruído.

§ 2º Prescreve em 05 (cinco) dias o prazo para exercício do direito especificado no parágrafo anterior.

Art. 230 No caso de haver omissão por parte do obrigado no cumprimento desta Lei, poderá ser prestada a obrigação pelo Poder Público Municipal.

§ 1º Todas as despesas correrão por conta do faltoso.

§ 2º As medidas contidas neste artigo somente poderão ser executadas depois de devidamente notificado o infrator.

Seção III Do Embargo

Art. 231 O embargo consiste na ordem de paralisação da obra, atividade ou de qualquer ação que venha em prejuízo da população ou Meio Ambiente e que contrarie a legislação municipal, com aplicação do respectivo auto de embargo por autoridade competente.

Parágrafo único. A aplicação da penalidade de embargo de que trata este artigo não impede a aplicação concomitante de outros tipos de penalidades, exceto a de cassação.

Art. 232 Cabe embargo nos seguintes casos e condições:

I - falta de obediência a limites, a restrições ou a condições determinadas por legislação municipal;

II - quando se verificar, a qualquer tempo, a falta de segurança, estabilidade ou resistência das edificações, dos terrenos ou das instalações;

III - atividades que causem incômodo de qualquer natureza à vizinhança ou que infrinjam qualquer legislação municipal;

Art. 233 O órgão competente poderá solicitar, sempre que necessário, o auxílio de força policial para fazer respeitar o cumprimento do embargo.

Seção IV Da Cassação

Art. 234 A cassação consiste na anulação de alvarás, licenças e autorizações expedidas pelo Poder Público Municipal para exercer atividades de qualquer natureza.

Art. 235 O alvará de Localização e Funcionamento do estabelecimento poderá ser cassado, além das situações previstas no Código de Obras, como medida de proteção:

I - da higiene,

II - da saúde;
III - da moral;
IV - do meio ambiente;
V - do sossego público;
VI - da segurança pública.

Parágrafo único. Cassado o Alvará de Localização e Funcionamento, o estabelecimento será imediatamente fechado até que seja regularizada a atividade ali instalada, qualquer que seja a sua natureza.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 236 No prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação, o Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber, estabelecendo as normas técnicas, padrões e critérios definidos com base em estudos e propostas realizados pelos órgãos públicos municipais pertinentes integrantes da Prefeitura Municipal, e os demais procedimentos para licenciamento, controle e fiscalização necessários à implementação do disposto neste Código.

Art. 237 São recepcionados por este código todos os dispositivos de leis municipais que tratam de matéria ambientais e com ele não conflitantes, revogando-se disposições contrárias.

Art. 238 Este Código entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de maio de 2010.

MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças Interino

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|---|----------|
| CAPÍTULO I | DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES..... | Art. 1º |
| CAPÍTULO II | DA UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO | |
| Seção I | Das Vias e Logradouros Públicos..... | Art. 9º |
| Seção II | Da Denominação e Emplacamento dos Logradouros Públicos e Numeração Predial..... | Art. 15 |
| Seção III | Da Propaganda e Publicidade | Art. 32 |
| CAPÍTULO III | DO LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS . | Art. 49 |
| Seção I | Das Atividades Comerciais, de Prestação de Serviços Comunitários e Industriais..... | Art. 53 |
| Seção II | Do Comércio Ambulante..... | Art. 63 |
| Seção III | Do Licenciamento de Atividades de Caráter Provisório e Divertimentos e Festejos Públicos | Art. 81 |
| Seção IV | Dos Equipamentos de Uso Comercial ou de Serviços em Logradouros Públicos | Art. 91 |
| Seção V | Do Licenciamento de Instalações Diversas..... | Art. 106 |
| CAPÍTULO IV | DO MEIO AMBIENTE..... | Art. 111 |
| Seção I | Da Limpeza Pública dos Logradouros Públicos e Manutenção de Terrenos não Edificados | Art. 116 |
| Sub-Seção I | Da Limpeza dos Terrenos | Art. 129 |
| Seção II | Da Higiene das Edificações..... | Art. 132 |
| Seção III | Da Arborização no Município | Art. 137 |
| Seção IV | Da Arborização Pública em Projetos de Parcelamento do Solo | Art. 143 |
| Seção V | Da Moralidade e do Sossego Público | Art. 147 |
| Seção VI | Das Medidas Referentes aos Animais | Art. 156 |
| Seção VII | Do Funcionamento e Administração dos Cemitérios. | Art. 176 |



| | | |
|--------------|---|----------|
| Seção VIII | Da Segurança Pública | |
| Sub-Seção I | Dos Inflamáveis, Explosivos e Balões | Art. 192 |
| Sub-Seção II | Da Exploração de Pedreiras, Cascalheiras, Olarias e Depósito de Areia e Saibro | Art. 212 |
| CAPÍTULO V | DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES..... | Art. 216 |
| Seção I | Da Multa | Art. 221 |
| Seção II | Da Apreensão..... | Art. 227 |
| Seção III | Do Embargo..... | Art. 231 |
| Seção IV | Da Cassação | Art. 234 |
| CAPÍTULO VI | DAS DISPOSIÇÕES FINAIS..... | Art. 236 |

Decreto Nº. 024 de 02 de junho de 2010.

DECRETO Nº. 024 de 02 de junho de 2010.

Determina Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais, no dia 04 de junho de 2010 (sexta-feira), em virtude do feriado de Corpus Christi.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 02 de junho de 2010.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Contrato nº 15/2010

Contrato nº 15/2010

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Carlessi Engenharia, Comércio e Construções Ltda

OBJETO: Contratação de empresa p/ construção de uma ponte em concreto armado, com área de 24 m², sobre a Sanga Água Branca.

Valor total: R\$ 80.005,00 (oitenta mil e cinco reais).

Prazo: vigência de 02 meses.

Data assinatura: 12/05/2010.

Contrato nº 16/2010

Contrato nº 16/2010

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: César Antonio Kindermann

OBJETO: Contratação de um profissional especializado na área de engenharia p/ o acompanhamento e avaliação das obras de construção de uma Escola Municipal com 749,90 m² ; construção de uma ponte em concreto armado, com área de 24 m²; construção de um CRAS com 222,04 m² e construção de um centro esportivo polivalente com 3.578,91 m².

Valor total: R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais).

Prazo: vigência de 10 meses.

Data assinatura: 13/05/2010.

Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 074/PMF/2010;

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de medicina do trabalho compreendendo profissionais capacitados para assessorar as atividades junto ao município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 21 de junho de 2010 às 15:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha, 07 de junho de 2010.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Extrato de Contrato FMS Nº. 036/2010

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 036/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO - aquisição de Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.

VALOR - R\$ 12.460,63 (doze mil quatrocentos e sessenta reais e sessenta e três centavos).

VIGÊNCIA - 30/09/2010

DOTAÇÃO - 1701.2050.3390 (10) e 1701.2055.3390 (33) (34)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 09/ FMS/2010

DATA DA ASSINATURA - 04 de maio de 2010

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto nº 0162/2010

DECRETO Nº 0162, DE 07 DE JUNHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o disposto no artigo 16 da Lei Nº 2033, de 02 de dezembro de 2009 e o disposto no item 4.2 da Nota Técnica nº 509/2006-GEAAC/CCONT-STN de 27 de março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional;

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2010, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:



09.00 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
09.01 - Secretaria de agropecuária e Meio Ambiente
26.782.0022.2.047 - Manutenção da Malha Rodoviária Municipal
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.9234 (262) R\$ 50.000,00
Total R\$ 50.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão à conta do Convênio Nº 9.230/2010-4 celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Videira e o Município de Fraiburgo, tendo como objeto a transferência de recursos financeiros destinados a Recuperação de Estradas do Interior, e rendimentos de aplicação financeira dos recursos do convênio.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO/SC, 07 DE JUNHO DE 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1807/2010

PORTARIA Nº 1807, DE 07 DE JUNHO DE 2010.
Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº. 001 de 06 de janeiro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MOTO-RISTA CLASSE 3, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor DARCY DE ALMEIDA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 590.322.789-91, na função de MOTORISTA CLASSE 3, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de junho de 2010 a 02 de agosto de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de junho de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1808/2010

PORTARIA Nº 1.808, DE 07 DE JUNHO DE 2010.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de

04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com Edital n.º 021 de 13 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO GERAL - ENSINO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo a servidora IBANES APARECIDA DE OLIVEIRA MENA BARRETO, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar, em caráter temporário, ODETE MEIMBERG, brasileira, solteira, inscrita no C.P.F. sob o nº 020.203.379-16, no cargo de PROFESSOR - EDUCAÇÃO GERAL - ENSINO INFANTIL - HABILITAÇÃO 60, por 20 horas semanais, no período de 08 de junho de 2010 a 02 de julho de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de junho de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1809/2010

PORTARIA N.º 1.809 DE 07 DE JUNHO DE 2010.
Exonera Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora CRISTIANE BALESTRIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 899.051.219-00, contratada em caráter temporário na função de PSICÓLOGO, com carga horária de 20 horas semanais, em 09 de junho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de junho de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Pregão Presencial nº 0065/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0065/2010 - PMF

Objeto: Aquisição de pedras brita graduadas para recuperação de estradas do interior do município de Fraiburgo: Forma de Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Credenciamento: A partir das 10:15 horas do dia 18/06/2010. Abertura: no mesmo dia às 10:30 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 07 de junho de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal



Aviso do Resultado do Julgamento da Habilitação - Concorrência nº 0002/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 0002/2010 - PMF

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa para construção do Centro para Eventos Esportivos - BLOCO I, na cidade de Fraiburgo/SC, com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, de acordo com os projetos arquitetônicos e complementares em anexo ao PAL, houve a participação das empresas licitantes, CONSTRUTORA VISEU LTDA, PLANECON PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA, ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA e CONSTRUTORA MAYOR LTDA, restando INABILITADAS pela apresentação irregular de documentos, as licitantes PLANECON PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA, ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA e CONSTRUTORA MAYOR LTDA com HABILITAÇÃO somente da CONSTRUTORA VISEU LTDA, conforme constado em Ata.

Que fica em aberto a partir desta data, o prazo recursal previsto no art. 109, inc. I, "a", da Lei nº 8.666/93.

Fraiburgo(SC), 07 de junho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

1º Aditivo do Edital ACT nº 0032/2010

TERMO ADITIVO Nº 0032, DE 17 DE MAIO DE 2010.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 448/2010

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam retificá-lo, alterando o valor do salário base de 2.446,24 (Dois mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos) para 1.718,98 (Mil, setecentos e dezoito reais e noventa e oito centavos), conforme Edital de contratação temporária n.º 004/2010.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 17 de maio de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

PAULO DRESSLER

Contratado

TESTEMUNHAS:

1 _____

2 _____

1º Aditivo do Edital ACT nº 0034/2010

TERMO ADITIVO Nº 0034, DE 19 DE MAIO DE 2010.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 475/2010

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 20/04/2010 a 20/05/2010, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 20/06/2010.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 19 de maio de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

VALMIR DE ABREU

Contratado

TESTEMUNHAS:

1 _____

2 _____

1º Aditivo do Edital ACT nº 0035/2010

TERMO ADITIVO Nº 0035, DE 30 DE ABRIL DE 2010.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 456/2010

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/04/2010 a 01/05/2010, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/06/2010.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 30 de abril de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

MICHELLE LOUISE BEONI DE ALMEIDA

Contratado

TESTEMUNHAS:

1 _____

2 _____

1º Aditivo do Edital ACT nº 0036/2010

TERMO ADITIVO Nº 0036, DE 17 DE MAIO DE 2010.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 400/2010

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/03/2010 a 13/05/2010, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/06/2010.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 17 de maio de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

JACIRA ANDREIS GOLLO

Contratado

TESTEMUNHAS:

1 _____

2 _____

2º Aditivo do Edital ACT nº 0033/2010

TERMO ADITIVO Nº 0033, DE 17 DE MAIO DE 2010.

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO



POR PRAZO DETERMINADO Nº 004/2010

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 08/01/2010 a 30/06/2010, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2010.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 17 de maio de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

RENATA MENDONÇA DE BARROS
Contratado

TESTEMUNHAS:

1 _____
2 _____

2º Aditivo do Edital ACT nº 0037/2010

TERMO ADITIVO Nº 0037, DE 10 DE MAIO DE 2010.

NELMAR PINZ
ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 395/2010

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/03/2010 a 10/05/2010, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/06/2010.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 10 de maio de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARIA FÁTIMA DE OLIVEIRA CONTE
Contratado

TESTEMUNHAS:

1 _____
2 _____

2º Aditivo do Edital ACT nº 0038/2010

TERMO ADITIVO Nº 0038, DE 03 DE MAIO DE 2010.

NELMAR PINZ
ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 399/2010

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/03/2010 a 03/05/2010, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/06/2010.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 03 de maio de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

JOÃO MARIA GOMES
Contratado

TESTEMUNHAS:

1 _____
2 _____

2º Aditivo do Edital ACT nº 0039/2010

TERMO ADITIVO Nº 0039, DE 30 DE ABRIL DE 2010.

NELMAR PINZ
ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 242/2010

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 17/02/2010 a 01/05/2010, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 22/05/2010.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 30 de abril de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

SORAYA LUZIA PIERDONÁ
Contratado

TESTEMUNHAS:

1 _____
2 _____

3º Aditivo do Edital ACT nº 0040/2010

TERMO ADITIVO Nº 0040, DE 20 DE MAIO DE 2010.

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 242/2010

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 17/02/2010 a 22/05/2010, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 10/06/2010.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 20 de maio de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

SORAYA LUZIA PIERDONÁ
Contratado

TESTEMUNHAS:

1 _____
2 _____

Extrato do Aditivo nº 0014/2010-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº



CT09FMS33

Nº DO ADITIVO: TA10FMS14

Contratada: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS. Objeto do Contrato: Contratação de renovação de seguro de frota do FMS. Objeto do Aditivo: Endosso de inclusão do veículo ambulância PEUGEOT/BOXER ADAPTADA. Data do Aditivo: 05.05.2010. Encerramento da vigência: 04.06.2010. PAL nº: 0075/2009 - FMS. Pregão Presencial nº: 0047/2009.

NILCE PINZ

Secretária Municipal de Saúde

Extrato do Aditivo nº 0015/2010-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT10FMS08

Nº DO ADITIVO: TA10FMS15

Contratante: Município de Fraiburgo através do Fundo Municipal de Saúde. Contratada: J & F ANÁLISES CLÍNICAS E AMBIENTAIS LTDA. Objeto do Contrato: Contratação de empresa do ramo para prestação de serviços de especialidade em diversos exames laboratoriais a serem coletados no Pronto Atendimento 24 horas localizado no Bairro Vila Salete, nesta cidade, sob o regime de sobreaviso não presencial. Objeto do Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência que consta da Cláusula Nona, ficando vigente até o dia 09 de junho de 2010. Valor do Aditivo: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais). Data do Aditivo: 27.05.2010. Encerramento da vigência: 09.06.2010. PAL nº: 0003/2010 - FMS. Pregão Presencial nº: 0001/2010.

NILCE PINZ

Secretária Municipal de Saúde

Extrato do Aditivo nº 0036/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT10PMF15

Nº DO ADITIVO: TA10PMF36

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: LIDER MATE-RIAS ELÉTRICOS LTDA. Objeto do Contrato: Implantação de Iluminação Pública no Circuito de Saúde e Lazer, localizado no entorno do Lago das Araucárias, Av. Beira Lago, Centro, nesta cidade. Objeto do Aditivo: alteração em decorrência do andamento da obra onde foi detectada a necessidade de redução de 01 unidade de CAIXA DE PASSAGEM (item 4.09), no valor de R\$ 96,20 (noventa e seis reais e vinte centavos). Data do Aditivo: 18.05.2010. Encerramento da vigência: 21.05.2010. Processo Administrativo Licitatório nº: 0188/2009. Tomada de Preços nº: 0017 - PMF.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo nº 0037/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT10PMF15

Nº DO ADITIVO: TA10PMF37

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: LIDER MATE-RIAS ELÉTRICOS LTDA. Objeto do Contrato: Implantação de Iluminação Pública no Circuito de Saúde e Lazer, localizado no entorno do Lago das Araucárias, Av. Beira Lago, Centro, nesta cidade. Objeto do Aditivo: Alteração em decorrência do andamento da obra onde foram detectados alguns itens a serem acrescidos, conforme memorial anexo ao processo, totalizando R\$ 5.533,64 (cinco mil, quinhentos e trinta e três reais e sessenta e quatro centavos). Data do Aditivo: 19.05.2010. Encerramento

da vigência: 21.05.2010. Processo Administrativo Licitatório nº: 0188/2009. Tomada de Preços nº: 0017 - PMF.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo nº 0038/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT10PMF15

Nº DO ADITIVO: TA10PMF38

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. Objeto do Contrato: Fornecimento de peças para recuperação da parte rodante do Trator de Esteiras Fiatallis nº 75. Objeto do Aditivo: Alteração na quantidade dos ITENS 01, 12 e 13. Valor do Aditivo: R\$ 219,86 (duzentos e dezenove reais e oitenta e seis centavos). Data do Aditivo: 25.05.2010. Encerramento da vigência: 20.05.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0068/2010. Pregão Presencial nº: 0046/2010-PMF.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo nº 0039/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT10PMF45

Nº DO ADITIVO: TA10PMF39

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: MARLENE STEMPOSKI KIRCHCHOFF ME Objeto do Contrato: Aquisição de gêneros alimentícios para consumo dos idosos nas atividades promovidas pela Secretaria no Centro de Convivência da Melhor Idade "Flor de Maçã. Objeto do Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência que consta da Cláusula Sétima, ficando vigente até o dia 30 de junho 2010. Data do Aditivo: 25.05.2010. Encerramento da vigência: 30.06.2010. Processo Administrativo Licitatório nº: 0049/2010. Pregão Presencial nº: 0029/2010-PMF.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo nº 0040/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT10PMF52

Nº DO ADITIVO: TA10PMF40

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: ATIAIA MATE-RIAS ELÉTRICOS LTDA. Objeto do Contrato: Aquisição de materiais diversos para construção de um palco itinerante. Objeto do Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência que consta da Cláusula Nona, ficando vigente até o dia 30 de junho 2010. Data do Aditivo: 31.05.2010. Encerramento da vigência: 30.06.2010. Processo Administrativo Licitatório nº: 0061/2010. Pregão Presencial nº: 0040/2010-PMF.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato ACT nº 0478/2010

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO N.º 478 / 2010

PORTARIA N.º 1522 / 2010

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

CONTRATADO ANDRÉIA GIRARDI



OBJETO ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
 VIGÊNCIA De 03 de maio de 2010 a 30 de junho de 2010
 AMPARO LEGAL Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
 FUNÇÃO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
 LOCAL SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
 CARGA HORÁRIA 40 HORAS SEMANAIS
 VENCIMENTO VRV equivalente a R\$ 510,00 (Quinhentos e dez reais)

Extrato do Contrato ACT nº 0479/2010

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO N.º 479 / 2010
 PORTARIA N.º 1523 / 2010
 CONTRATANTE MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.
 CONTRATADO ZENEIDE ALVES VELOSO FERREIRA
 OBJETO ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
 VIGÊNCIA De 03 de maio de 2010 a 01 de junho de 2010
 AMPARO LEGAL Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
 FUNÇÃO AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
 LOCAL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
 CARGA HORÁRIA 40 HORAS SEMANAIS
 VENCIMENTO 2,00 VRV equivalente a R\$ 528,92 (Quinhentos e vinte e oito reais e noventa e dois centavos)

Extrato do Contrato ACT nº 0480/2010

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO N.º 480 / 2010
 PORTARIA N.º 1524 / 2010
 CONTRATANTE MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.
 CONTRATADO PEDRO FERRARI
 OBJETO ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
 VIGÊNCIA De 03 de maio de 2010 a 30 de junho de 2010
 AMPARO LEGAL Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
 FUNÇÃO MOTORISTA CLASSE II
 LOCAL SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
 CARGA HORÁRIA 40 HORAS SEMANAIS
 VENCIMENTO 2,30 VRV equivalente a R\$ 608,25 (Seiscentos e oito reais e vinte e cinco centavos)

Extrato do Contrato ACT nº 0481/2010

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO N.º 481 / 2010
 PORTARIA N.º 1525 / 2010
 CONTRATANTE MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.
 CONTRATADO MARCELO KUKMARSKI
 OBJETO ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
 VIGÊNCIA De 03 de maio de 2010 a 30 de junho de 2010
 AMPARO LEGAL Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
 FUNÇÃO MOTORISTA
 LOCAL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
 CARGA HORÁRIA 40 HORAS SEMANAIS
 VENCIMENTO 3,03 VRV equivalente a R\$ 800,00 (Oitocentos reais)

Extrato do Contrato ACT nº 0482/2010

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO N.º 482 / 2010
 PORTARIA N.º 1528 / 2010
 CONTRATANTE MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.
 CONTRATADO EMANUELA CRISTINA DOS SANTOS
 OBJETO ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
 VIGÊNCIA De 04 de maio de 2010 a 01 de junho de 2010
 AMPARO LEGAL Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
 FUNÇÃO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR
 LOCAL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
 CARGA HORÁRIA 40 HORAS SEMANAIS
 VENCIMENTO 1,70 VRV equivalente a R\$ 449,57 (Quatrocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e sete centavos)

Extrato do Contrato ACT nº 0483/2010

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO N.º 483 / 2010
 PORTARIA N.º 1530 / 2010
 CONTRATANTE MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.
 CONTRATADO ITACIR DO SANTOS
 OBJETO ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
 VIGÊNCIA De 04 de maio de 2010 a 30 de junho de 2010
 AMPARO LEGAL Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
 FUNÇÃO MOTORISTA
 LOCAL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
 CARGA HORÁRIA 40 HORAS SEMANAIS
 VENCIMENTO 3,03 VRV equivalente a R\$ 800,00 (Oitocentos reais)

Extrato do Contrato ACT nº 0484/2010

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO N.º 484 / 2010
 PORTARIA N.º 1529 / 2010
 CONTRATANTE MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.
 CONTRATADO SILVIA MARIA MOREIRA GATTI
 OBJETO ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
 VIGÊNCIA De 04 de maio de 2010 a 01 de junho de 2010
 AMPARO LEGAL Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
 FUNÇÃO PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS - HABILITAÇÃO 200
 LOCAL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
 CARGA HORÁRIA 20 HORAS SEMANAIS
 VENCIMENTO 2,60 VRV equivalente a R\$ 687,81 (Seiscentos e oitenta e sete reais e oitenta e um centavos)

Extrato do Contrato ACT nº 0485/2010

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO N.º 485 / 2010
 PORTARIA N.º 1535 / 2010
 CONTRATANTE MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.
 CONTRATADO LUCIA FABER DOS SANTOS
 OBJETO ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
 VIGÊNCIA De 10 de maio de 2010 a 16 de julho de 2010
 AMPARO LEGAL Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
 FUNÇÃO PROFESSOR



LOCAL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
CARGA HORÁRIA 17 HORAS SEMANAIS
VENCIMENTO 1,69 VRV equivalente a R\$ 446,25 (Quatrocentos e dezesseis reais e cinquenta e dois centavos)

Extrato do Contrato ACT nº 0486/2010

CONTRATO ADMINISTRATIVO
CONTRATO N.º 486 / 2010
PORTARIA N.º 1543 / 2010
CONTRATANTE MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.
CONTRATADO JANAINA VILMARA ORTIZ
OBJETO ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA De 11 de maio de 2010 a 01 de junho de 2010
AMPARO LEGAL Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
LOCAL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
CARGA HORÁRIA 40 HORAS SEMANAIS
VENCIMENTO 2,00 VRV equivalente a R\$ 528,92 (Quinhentos e vinte e oito reais e noventa e doiscentavos)

Extrato do Contrato ACT nº 0487/2010

CONTRATO ADMINISTRATIVO
CONTRATO N.º 487 / 2010
PORTARIA N.º 1549 / 2010
CONTRATANTE MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.
CONTRATADO TEREZINHA DOS SANTOS
OBJETO ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA De 13 de maio de 2010 a 16 de julho de 2010
AMPARO LEGAL Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR
LOCAL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
CARGA HORÁRIA 40 HORAS SEMANAIS
VENCIMENTO 1,70 VRV equivalente a R\$ 449,57 (Quatrocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e sete centavos)

Extrato do Contrato ACT nº 0488/2010

CONTRATO ADMINISTRATIVO
CONTRATO N.º 488 / 2010
PORTARIA N.º 1550 / 2010
CONTRATANTE MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.
CONTRATADO JANAINA VILMARA ORTIZ
OBJETO ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA De 13 de maio de 2010 a 16 de julho de 2010
AMPARO LEGAL Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - CIÊNCIAS E PROGRAMAS DE SAÚDE - HABILITAÇÃO 60
LOCAL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
CARGA HORÁRIA 10 HORAS SEMANAIS
VENCIMENTO 1,05 VRV equivalente a R\$ 277,68 (Duzentos e setenta e sete reais e sessenta e oito centavos)

Extrato do contrato ACT Nº 0489/2010

CONTRATO ADMINISTRATIVO
CONTRATO N.º 489 / 2010
PORTARIA N.º 1561 / 2010

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.
CONTRATADO GLÓRIA APARECIDA RIBEIRO PEREIRA DA CONCEIÇÃO
OBJETO ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA De 17 de maio de 2010 a 01 de junho de 2010
AMPARO LEGAL Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR
LOCAL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
CARGA HORÁRIA 40 HORAS SEMANAIS
VENCIMENTO 1,70 VRV equivalente a R\$ 449,57 (Quatrocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e sete centavos)

Extrato do Contrato ACT nº 0490/2010

CONTRATO ADMINISTRATIVO
CONTRATO N.º 490 / 2010
PORTARIA N.º 1554 / 2010
CONTRATANTE MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.
CONTRATADO SILVANA APARECIDA ANTUNES DE LIMA
OBJETO ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA De 17 de maio de 2010 a 01 de junho de 2010
AMPARO LEGAL Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR
LOCAL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
CARGA HORÁRIA 40 HORAS SEMANAIS
VENCIMENTO 1,70 VRV equivalente a R\$ 449,57 (Quatrocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e sete centavos)

Extrato do Contrato ACT nº 0491/2010

CONTRATO ADMINISTRATIVO
CONTRATO N.º 491 / 2010
PORTARIA N.º 1560 / 2010
CONTRATANTE MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.
CONTRATADO VANILDA DIAS DE ALMEIDA
OBJETO ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA De 17 de maio de 2010 a 16 de julho de 2010
AMPARO LEGAL Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR
LOCAL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
CARGA HORÁRIA 40 HORAS SEMANAIS
VENCIMENTO 1,70 VRV equivalente a R\$ 449,57 (Quatrocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e sete centavos)

Extrato do Contrato ACT nº 0492/2010

CONTRATO ADMINISTRATIVO
CONTRATO N.º 492 / 2010
PORTARIA N.º 1553 / 2010
CONTRATANTE MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.
CONTRATADO VALDIR GONÇALVES CORDEIRO
OBJETO ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA De 17 de maio de 2010 a 31 de dezembro de 2010
AMPARO LEGAL Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO MOTORISTA
LOCAL SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CARGA HORÁRIA 40 HORAS SEMANAIS



VENCIMENTO 3,03 VRV equivalente a R\$ 800,00 (Oitocentos reais)

Extrato do Contrato ACT nº 0493/2010

CONTRATO ADMINISTRATIVO
CONTRATO N.º 493 / 2010
PORTARIA N.º 1559 / 2010
CONTRATANTE MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.
CONTRATADO CRISTINA MEASSI
OBJETO ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA De 17 de maio de 2010 a 16 de julho de 2010
AMPARO LEGAL Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - CIÊNCIAS E PROGRAMAS DE SAÚDE - HABILITAÇÃO 60
LOCAL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
CARGA HORÁRIA 15 HORAS SEMANAIS
VENCIMENTO 1,57 VRV equivalente a R\$ 416,52 (Quatrocentos e dezesseis reais e cinquenta e dois centavos)

Extrato do Contrato ACT nº 0494/2010

CONTRATO ADMINISTRATIVO
CONTRATO N.º 494 / 2010
PORTARIA N.º 1565 / 2010
CONTRATANTE MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.
CONTRATADO CRISTIANE DE ANDRADE RODRIGUES
OBJETO ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA De 18 de maio de 2010 a 30 de junho de 2010
AMPARO LEGAL Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
LOCAL SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CARGA HORÁRIA 40 HORAS SEMANAIS
VENCIMENTO R\$ 510,00 (Quinhentos e dez reais)

Extrato do Contrato ACT nº 0495/2010

CONTRATO ADMINISTRATIVO
CONTRATO N.º 495 / 2010
PORTARIA N.º 1568 / 2010
CONTRATANTE MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.
CONTRATADO ELENICE ANGELICA ZANELLA PERACHI
OBJETO ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA De 18 de maio de 2010 a 30 de junho de 2010
AMPARO LEGAL Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
LOCAL SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CARGA HORÁRIA 40 HORAS SEMANAIS
VENCIMENTO R\$ 510,00 (Quinhentos e dez reais)

Extrato do Contrato ACT nº 0496/2010

CONTRATO ADMINISTRATIVO
CONTRATO N.º 496 / 2010
PORTARIA N.º 1569 / 2010
CONTRATANTE MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.
CONTRATADO MARCIA VELOSO DE LINHARES
OBJETO ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA De 18 de maio de 2010 a 01 de junho de 2010
AMPARO LEGAL Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR
LOCAL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
CARGA HORÁRIA 40 HORAS SEMANAIS
VENCIMENTO 1,70 VRV equivalente a R\$ 449,57 (Quatrocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e sete centavos)

Extrato do Contrato ACT nº 0497/2010

CONTRATO ADMINISTRATIVO
CONTRATO N.º 497 / 2010
PORTARIA N.º 1566 / 2010
CONTRATANTE MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.
CONTRATADO ADRIANA PERAZOLLI MOTTER SCHIZZ I
OBJETO ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA De 18 de maio de 2010 a 16 de julho de 2010
AMPARO LEGAL Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS - HABILITAÇÃO 200
LOCAL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
CARGA HORÁRIA 20 HORAS SEMANAIS
VENCIMENTO 2,60 VRV equivalente a R\$ 687,81 (Seiscentos e oitenta e sete reais e oitenta e um centavos)

Extrato do Contrato ACT nº 0498/2010

CONTRATO ADMINISTRATIVO
CONTRATO N.º 498 / 2010
PORTARIA N.º 1574 / 2010
CONTRATANTE MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.
CONTRATADO SEBASTIÃO ALVES MORASKI
OBJETO ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA De 19 de maio de 2010 a 31 de dezembro de 2010
AMPARO LEGAL Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO OPERADOR DE MÁQUINAS
LOCAL SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA
CARGA HORÁRIA 40 HORAS SEMANAIS
VENCIMENTO 4,16 VRV equivalente a R\$ 1.100,00 (Mil e cem reais)

Extrato do Contrato ACT nº 0499/2010

CONTRATO ADMINISTRATIVO
CONTRATO N.º 499 / 2010
PORTARIA N.º 1575 / 2010
CONTRATANTE MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.
CONTRATADO AILSON PIRES
OBJETO ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA De 20 de maio de 2010 a 30 de junho de 2010
AMPARO LEGAL Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO MOTORISTA CLASSE II
LOCAL SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CARGA HORÁRIA 40 HORAS SEMANAIS
VENCIMENTO 2,30 VRV equivalente a R\$ 608,25 (Seiscentos e oito reais e vinte e cinco centavos)

Extrato do Contrato ACT nº 0500/2010

CONTRATO ADMINISTRATIVO
CONTRATO N.º 500 / 2010
PORTARIA N.º 1584 / 2010



CONTRATANTE MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.
CONTRATADO LUIZ CARLOS DE MELO CEZAR
OBJETO ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA De 25 de maio de 2010 a 30 de junho de 2010
AMPARO LEGAL Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO MOTORISTA CLASSE II
LOCAL SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CARGA HORÁRIA 40 HORAS SEMANAIS
VENCIMENTO 2,30 VRV equivalente a R\$ 608,25 (Seiscentos e oito reais e vinte e cinco centavos)

Extrato do Contrato nº 0014/2010-SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT10SF14

Contratada: REGISPEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BOBINAS S/A. Objeto: Fornecimento de bobinas térmicas personalizadas para emissão de faturas da SANEFRAI. Valor total: R\$ 13.620,00 (treze mil, seiscentos e vinte reais). Data: 20.05.2010. Vigência: 20.05.2010 a 30.09.2010. Processo Administrativo Licitatório nº: 0015/2010 - SF. Pregão Presencial nº: 0012.

Ademir Pedro Perin - Presidente da Sanefrai

Extrato do Contrato nº 0015/2010-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT10FMS15

Contratante: Município de Fraiburgo através do Fundo Municipal de Saúde. Contratada: ATIVA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. Objeto: Aquisição de canecas personalizadas para a distribuição durante a Campanha de Vacinação Contra a Poliomielite. Valor total do Contrato: R\$ 12.950,00 (doze mil, novecentos e cinquenta reais). Data: 13.05.2010. Vigência: 13.05.2010 a 30.07.2010. Processo Administrativo Licitatório nº: 0018/2010. Pregão Presencial nº: 0009 - FMS. Recursos: Transf. Recursos do SUS - Vig. Epidemiológica.

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

Extrato do Contrato nº 0016/2010-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT10FMS16

Contratante: Município de Fraiburgo através do Fundo Municipal de Saúde. Contratada: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A. Objeto: Contratação de empresa seguradora para a realização de seguro de 12 (doze) veículos, microônibus e ambulâncias de diversas marcas e modelos que estão sendo utilizados pela Secretaria de Saúde deste Município, com cobertura contra terceiros e assistência 24 (vinte e quatro) horas, conforme especificações constantes nos LOTES 1, 2 e 3 do ANEXO VI - PROPOSTA DE PREÇOS, do Edital. Valor total do Contrato: R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais). Data: 24.05.2010. Vigência: 01.06.2010 a 31.05.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0019/2010. Pregão Presencial nº: 0010 - FMS.

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

Extrato do Contrato nº 0017/2010-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT10FMS16

Contratante: Município de Fraiburgo através do Fundo Municipal de Saúde. Contratada: BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS. Objeto: Contratação de empresa seguradora para a realiza-

ção de seguro de 01 (uma) ambulância está sendo utilizada pela Secretaria de Saúde deste Município, com cobertura compreensiva e assistência 24 horas, conforme especificações constantes do LOTE 4 do ANEXO VI - PROPOSTA DE PREÇOS, do Edital. Valor total do Contrato: R\$ 1.750,00 (um mil, setecentos e cinquenta reais). Data: 24.05.2010. Vigência: 01.06.2010 a 31.05.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0019/2010. Pregão Presencial nº: 0010 - FMS.

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

Extrato do Contrato nº 0018/2010-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT10FMS18

Contratante: Município de Fraiburgo através do Fundo Municipal de Saúde. Contratada: INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecer licença de uso do Sistema de Gestão da Saúde, incluindo os serviços de Treinamento, Implantação, Conversão dos dados existentes, Manutenção legal e corretiva durante o período contratual, Suporte técnico, in loco, após a implantação dos sistemas, Configuração, parametrização e customização para adaptar o Sistema as necessidades do Município de Fraiburgo. Valor total do Contrato: R\$ 40.370,00 (quarenta mil, trezentos e setenta reais). Data: 31.05.2010. Vigência: 31.05.2010 a 30.05.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0014/2010. Tomada de Preços nº: 0001 - FMS.

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

Extrato do Contrato nº 0061/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT10PMF61

Contratada: MINI NEWS EDITORA DE REVISTAS LTDA ME. Objeto: Contratação dos serviços de divulgação de mensagens, eventos, atos e publicações em geral. Data: 04.05.2010. Vigência: de 04.05.2010 a 31.12.2010. Dispensa de licitação nos termos do Art. 24, II da Lei 8.666/93.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato nº 0062/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT10PMF62

Contratada: VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução da reforma dos Gabinetes da Prefeitura Municipal, contemplando os serviços previstos no ITEM 1 - INSTALAÇÕES e no ITEM 2 - ACABAMENTOS. Valor Total: R\$ 124.817,49 (cento e vinte e quatro mil, oitocentos e dezessete reais e quarenta e nove centavos). Data: 04.05.2010. Vigência: de 04.05.2010 a 01.09.2010. Processo Administrativo Licitatório nº: 0066/2010. Tomada de Preços nº: 0003 - PMF. Recursos: Próprios.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato nº 0063/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT10PMF63

Contratada: VIDALAR PROJETOS E INSTALAÇÕES DE AR CONDI-
CIONADO LTDA. Objeto: contratação de empresa do ramo para



execução da reforma dos Gabinetes da Prefeitura Municipal, contemplando os serviços previstos no ITEM 3 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE CONDICIONAMENTO DE AR E VENTILAÇÃO MECÂNICA. Valor Total: R\$ 64.120,00 (sessenta e quatro mil, cento e vinte reais). Data: 04.05.2010. Vigência: de 04.05.2010 a 01.09.2010. Processo Administrativo Licitatório nº: 0066/2010. Tomada de Preços nº: 0003 - PMF. Recursos: Próprios.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato nº 0064/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT10PMF64

Contratada: BOA MARCA INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA. Objeto: Aquisição de 01 (uma) carreta basculante nova, para uso da Secretaria de Infraestrutura Urbana deste Município. Valor Total: R\$ 11.990,00 (onze mil, novecentos e noventa reais). Data: 05.05.2010. Vigência: de 05.05.2010 a 24.05.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0072/2010. Pregão Presencial nº: 0049 - PMF. Recursos: Próprios.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato nº 0065/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT10PMF65

Contratada: REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. Objeto: Contratação de empresa do ramo para prestação de Serviços de Informática para Gerenciamento de Banco de Dados do Sistema Tributário Municipal, conforme Termo de Referência constante do ANEXO I do Edital. Valor Total: R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais). Data: 10.05.2010. Vigência: de 10.05.2010 a 10.05.2011, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 57, inciso IV da Lei nº 8.666/93, limitada a 48 (quarenta e oito) meses. Processo Administrativo Licitatório nº: 0067/2010. Pregão Presencial nº: 0045A - PMF. Recursos: Próprios.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato nº 0066/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT10PMF66

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: CORDEIRO CONFECÇÕES LTDA. Objeto: Aquisição de uniformes operacionais para uso do efetivo ativo do Corpo de Bombeiros Comunitários do Município. Valor Total do Contrato: R\$ 7.420,50 (sete mil, quatrocentos e vinte reais e cinquenta centavos). Data: 13.05.2010. Vigência: 13.05.2010 a 30.07.2010. Processo Administrativo Licitatório nº: 0063/2010. Pregão Presencial nº: 0042A - PMF.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato nº 0067/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT10PMF67

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: BASE PROJETOS, CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA. Objeto: Execução dos serviços de reforma da quadra do Ginásio de Esportes do Centro Educacional Santo Antônio, nesta cidade, com área total a ser reformada de 563,50 m². Valor Total do Contrato: R\$ 81.233,44 (oitenta e um mil, duzentos e trinta e três reais e quarenta e quatro

centavos). Data: 13.05.2010. Vigência: 13.05.2010 a 10.09.2010. Processo Administrativo Licitatório nº: 0071/2010. Tomada de Preços nº: 0004 - PMF. Recursos: Próprios.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato nº 0069/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT10PMF69

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: LCL EVENTOS LTDA ME. Objeto: Prestação de serviços para realização de Show Cultural denominado "Encontro de Violeiros de Fraiburgo", com artistas de Fraiburgo e da região do Contestado, por intermédio da CONTRATADA. Valor Total do Contrato: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Data: 24.05.2010. Vigência: 24.05.2010 a 25.06.2010. Dispensa de licitação nos termos do Art. 24, II da Lei 8.666/93.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato nº 0070/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT10PMF70

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A. Objeto: Contratação de empresa seguradora para a realização de seguro de seguro de 43 (quarenta e três) veículos, caminhões, ônibus e microônibus de diversas marcas e modelos da frota do Município, dos quais 36 (trinta e seis) com cobertura contra terceiros, 6 (seis) contra terceiros com assistência 24 (vinte e quatro) horas e 1 (um) com cobertura total, conforme especificações constantes nos LOTES 1, 3, 4, 5 e 6 do ANEXO VI - PROPOSTA DE PREÇOS, do Edital. Valor Total do Contrato: R\$ 16.350,00 (dezesseis mil, trezentos e cinquenta reais). Data: 24.05.2010. Vigência: 01.06.2010 a 31.05.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0080/2010. Pregão Presencial nº: 0054 - PMF.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato nº 0071/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT10PMF71

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS. Objeto: Contratação de empresa seguradora para a realização de seguro de seguro de 03 (três) veículos e caminhões de diversas marcas e modelos da frota do Município, dos quais 02 (dois) com cobertura contra terceiros, 01 (um) contra terceiros com assistência 24 (vinte e quatro) horas, conforme especificações constantes nos LOTES 2 e 7 do ANEXO VI - PROPOSTA DE PREÇOS, do Edital. Valor Total do Contrato: R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais). Data: 24.05.2010. Vigência: 01.06.2010 a 31.05.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0080/2010. Pregão Presencial nº: 0054 - PMF.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato nº 0072/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT10PMF72

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: WE EQUIPAMENTOS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA. Objeto: Contratação de empresa do ramo objetivando a transformação do



Rolo Rebocável Compactador Modelo CRV 15, LP n° 78, de bomba e motor hidráulico para tomada de força, com aquisição e substituições mínimas de peças e prestação de serviços de mão-de-obra. Valor Total do Contrato: R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais). Data: 25.05.2010. Vigência: 25.05.2010 a 31.12.2010. Processo Administrativo Licitatório n°: 0082/2010. Pregão Presencial n°: 0056 - PMF.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato n° 0073/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO N° CT10PMF73

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: D.I.J. OLIVEIRA VESTUÁRIO, CAMA, MESA E BANHO LTDA. Objeto: Aquisição roupas de cama para utilização nos Centros de Educação Infantis deste Município. Valor Total do Contrato: R\$ 16.489,96 (dezesseis mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e noventa e seis centavos). Data: 28.05.2010. Vigência: 28.05.2010 a 31.08.2010. Processo Administrativo Licitatório n°: 0081/2010. Pregão Presencial n°: 0055 - PMF.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria N.º 299/2010

PORTARIA N.º 299, DE 03 DE MAIO DE 2010. ENQUADRA A SERVIDORA QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0010/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009, RESOLVE, Art. 1º. Fica enquadrada, na forma prescrita na Lei Municipal n° 1.374, de 21 de dezembro, a servidora NÁDIA MARIA DA SILVA, ocupante do cargo de professora 20 horas, matrícula n.º 0759, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/05/2010.

Portaria N.º 300/2010

PORTARIA N.º 300, DE 03 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007, RESOLVE, Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, § 7º, b. e art. 83, da Lei n.º 1000/2005, TIAGO MEDEIROS, Matrícula n.º 3555, para exercer as funções do cargo de CHEFE DA DIVISÃO DE COMPRAS, da Secretaria Municipal de Administração, com Gratificação Especial de 70% do cargo ocupado, a partir de 03 de maio de 2010.

Portaria N.º 301/2010

PORTARIA N.º 301, DE 03 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Ser-

vidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007, e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, MARCELO SUPPI, CPF n.º 950.227.919-00, inscrito na OAB/SC n.º 17.993, para exercer o cargo de ASSESSOR JURÍDICO, da Prefeitura Municipal de Garopaba, a partir de 06/05/2010.

Portaria N.º 302/2010

PORTARIA N.º 302, DE 03 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor JOÃO SANTOS DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 0103, pelo período de 30 (trinta) dias.

Portaria N.º 303/2010

PORTARIA N.º 303, DE 03 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o contratado MARIO MARQUES, Contrato n.º 028/2010, em 03/05/2010.

Portaria N.º 304/2010

PORTARIA N.º 304, DE 03 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora ANDRÉIA KRAVETZ, Professora com Licenciatura 40 horas, Chefe de Divisão, matrícula funcional n.º 0004 - Fundação, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir de 30/04/2010.

Portaria N.º 305/2010

PORTARIA N.º 305, DE 03 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora ROSIANE MARLI ANTONIO, Professora com Licenciatura 40 horas, matrícula funcional n.º 0044, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir de 29/04/2010.

Portaria N.º 306/2010

PORTARIA N.º 306, DE 03 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei



Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora JUSTIRENE ZANELATO DA SILVEIRA, Professora com Licenciatura 40 horas, matrícula funcional n.º 0758, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir de 28/04/2010.

Portaria N.º 307/2010

PORTARIA N.º 307, DE 03 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 03/05/2010, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor TEODORO SOARES DE SOUZA FILHO, Matrícula Funcional n.º 0237, concedidas através da Portaria n.º 286/2010, por motivo de por motivo de solicitação de Licença para tratar de interesses particulares.

Portaria N.º 308/2010

PORTARIA N.º 308, DE 03 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, sem remuneração, nos termos do art. 123, da Lei n.º 1000/2005, ao servidor TEODORO SOARES DE SOUZA FILHO, Matrícula Funcional n.º 0237, pelo período de 24 (vinte e quatro meses), a partir de 04/05/2010.

Portaria N.º 309/2010

PORTARIA N.º 309, DE 05 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor VIVIAN SCHRÖTER, Matrícula Funcional n.º 0428, pelo período de 30 (trinta) dias.

Portaria N.º 310/2010

PORTARIA N.º 310, DE 04 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. INTERROMPER, FÉRIAS, em 04/05/2010, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora ADRIANE DOS SANTOS, matrícula funcional n.º 009, concedidas através da Portaria n.º 253/2010, por motivo de excepcional interesse público.

Portaria N.º 311/2010

PORTARIA N.º 311, DE 04 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o contratado JOSÉ GUSTAVO DE AZEVEDO, Contrato n.º 133/2010, em 03/05/2010.

Portaria N.º 314/2010

PORTARIA N.º 314, DE 06 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007, RESOLVE, Art. 1º. DESIGNAR, ARTUR EMILIO LOPES, CPF n.º 210.108.200-44, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA, para responder interinamente e sem ônus, pelo cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, da Prefeitura Municipal de Garopaba, no período de 10/05 à 30/05/2010.

Portaria N.º 315/2010

PORTARIA N.º 315, DE 12 DE MAIO DE 2010. DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL DE DEFESA CIVIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente e, CONSIDERANDO a existência de situação anormal, caracterizada como situação de emergência a área do Município de Garopaba, afetada por enxurrada, RESOLVE, Art. 1º. DESIGNAR os Senhores: Nilson Luiz da Silva Mello, Secretário de Planejamento Territorial e Meio Ambiente; Rui Carlos Marques de Barcellos, Diretor de Saneamento e Meio Ambiente; Mario César Silva, Diretor de Trânsito; Luiz Bernardo, Secretário de Infra-Estrutura e Marcus Vinicius de Souza Dalmarco, 1º Ten. PM Cmt Polícia Militar, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Defesa Civil, que avaliará os danos humanos, materiais e ambientais provocados por situação de emergência à área do Município de Garopaba, afetada por enxurrada.

Portaria N.º 316/2010

PORTARIA N.º 316, DE 12 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor INDALÉCIO CARLSEN, Matrícula Funcional n.º 0112, no período de 03/05 à 01/06/2010. Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Portaria N.º 317/2010

PORTARIA N.º 317, DE 12 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor AURINO DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 0076, no período de 17/05 à 15/06/2010.

Portaria N.º 318/2010

PORTARIA N.º 318, DE 12 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE FÉ-



RIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ANÉSIO ESPINDOLA DOS PASSOS, Matrícula Funcional n.º 0090, no período de 17/05 à 15/06/2010.

Portaria N.º 319/2010

PORTARIA N.º 319, DE 12 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor MANOEL NETO ALEXANDRINO, Matrícula Funcional n.º 0006, no período de 17/05 à 15/06/2010.

Portaria N.º 320/2010

PORTARIA N.º 320, DE 12 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor MAURILIO MACHADO, Matrícula Funcional n.º 0089, no período de 02/06 à 01/07/2010.

Portaria N.º 321/2010

PORTARIA N.º 321, DE 12 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ANTONIO DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 0794, no período de 02/06 à 01/07/2010.

Portaria N.º 322/2010

PORTARIA N.º 322, DE 12 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ROBERTO CARLOS ABREU DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 0013, no período de 07/06 à 06/07/2010. Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Portaria N.º 323/2010

PORTARIA N.º 323, DE 12 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 10/05/2010, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal

n.º 1000/2005, da servidora ELIANE PEREIRA, Matrícula Funcional n.º 3064, concedidas através da Portaria n.º 252/2010, por motivo de excepcional interesse público.

Portaria N.º 324/2010

PORTARIA N.º 324, DE 12 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora ENEDINA VIEIRA, Servente, matrícula funcional n.º 059, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 27/04/2010.

Portaria N.º 325/2010

PORTARIA N.º 325, DE 12 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora NAIR MARIA DA SILVA, Auxiliar de Enfermagem, matrícula funcional n.º 0399, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 05/05/2010.

Portaria N.º 326/2010

PORTARIA N.º 326, DE 12 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, a contratada INDIAMARA JOICE DE ARAUJO, Contrato n.º 056/2010, em 31/05/2010.

Portaria N.º 327/2010

PORTARIA N.º 327, DE 12 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, a contratada CLARA FERNANDA SENA DE ABREU, Contrato ESF n.º 363/2009, em 11/05/2010.

Portaria N.º 328/2010

PORTARIA N.º 328, DE 12 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora GABRIELA BERNARDI ZUGLIANELLO, Matrícula Funcional n.º 0919, no período de 03/05 à 01/06/2010. Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal



n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Portaria N.º 329/2010

PORTARIA N.º 329, DE 17 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art.1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 14/05/2010, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora GABRIELA BERNARDI ZUGLIANELLO, Matrícula Funcional n.º 0919, concedidas através da Portaria n.º 328/2010, por motivo de excepcional interesse público.

Portaria N.º 330/2010

PORTARIA N.º 330, DE 17 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ADELIR RODRIGUES, Matrícula Funcional n.º 0011, no período de 16/06 à 30/06/2010.

Portaria N.º 331/2010

PORTARIA N.º 331, DE 17 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor MARCOS ALEXANDRE DE CAMPOS, Matrícula Funcional n.º 0790, no período de 01/06 à 30/06/2010. Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Portaria N.º 332/2010

PORTARIA N.º 332, DE 17 DE MAIO DE 2010. CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N. 004/2010. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. Constituir COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, formada pelos servidores municipais: GABRIELA RODRIGUES PEREIRA, HONORATO T. PACHECO E MARIVONE INÁCIA DE ABREU, para sob a presidência da primeira, efetuarem o processo de avaliação, referente ao Edital de Contratação de Profissionais em Caráter temporário n.º 004/2010.

Portaria N.º 333/2010

PORTARIA N.º 333, DE 17 DE MAIO DE 2010. CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N. 005/2010. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. Constituir COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, formada pelos servidores municipais: TULA SOUZA DO AMARAL, CÁLIA DE LOURDES FERREIRA MARCON E RUI CARLOS

MARQUES DE BARCELLOS, para sob a presidência da primeira, efetuarem o processo de avaliação, referente ao Edital de Contratação de Profissionais em Caráter temporário n.º 005/2010.

Portaria N.º 334/2010

PORTARIA N.º 334, DE 20 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora MARIA ROSA JOÃO, Matrícula Funcional n.º 768, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 07/04/2010, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Portaria N.º 335/2010

PORTARIA N.º 335, DE 20 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora DIRCE ELIZA MACEDO, Matrícula Funcional n.º. 0786, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 23/04/2010, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Portaria N.º 336/2010

PORTARIA N.º 336, DE 20 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor VALDELI MARQUES, Matrícula Funcional n.º. 0118, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir de 27/03/2010, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Portaria N.º 337/2010

PORTARIA N.º 337, DE 25 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, a servidora VALDELI TEREZINHA MELO DE AGUIAR, matrícula funcional n.º 0066, referente a 2002-2007, no período de 07/05/2010 à 05/07/2010.

Portaria N.º 338/2010

PORTARIA N.º 338, DE 25 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125



e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora DULCINEIA DE CAMPOS DOS SANTOS, Professora com Licenciatura 40 hs, matrícula funcional n.º 3335, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 21/05/2010, sendo encaminhada após o décimo quinto dia ao INSS.

Portaria N.º 339/2010

PORTARIA N.º 339, DE 25 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora ROSIANE MARLI ANTONIO DAMÁZIO, Professora com Licenciatura 40 horas, matrícula funcional n.º 0044, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 29/04/2010, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Portaria N.º 340/2010

PORTARIA N.º 340, DE 25 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora ANDRÉIA KRAVETZ, Professora com Licenciatura 40 horas, Chefe de Divisão, matrícula funcional n.º 0004 - Fundação, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 30/04/2010, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Portaria N.º 341/2010.

PORTARIA N.º 341, DE 25 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora NAIR MARIA DA SILVA TORQUATO, Auxiliar de Enfermagem, matrícula funcional n.º 0399, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, a partir de 05/05/2010, pelo período necessário ao encaminhamento do processo de concessão de aposentadoria, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo. Art. 2º. FICA DETERMINADO, o encaminhamento imediato da servidora NAIR MARIA DA SILVA TORQUATO ao IPREGOBA, para protocolo e análise da possibilidade de concessão de aposentadoria.

Portaria N.º 342/2010

PORTARIA N.º 342, DE 25 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora ENEDINA VIEIRA, Servente, matrícula funcional n.º 059, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 27/04/2010, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Portaria N.º 343/2010

PORTARIA N.º 343, DE 25 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora JUSTIRENE ZANELATO DA SILVEIRA, Professora com Licenciatura 40 horas, matrícula funcional n.º 0758, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 28/04/2010, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Portaria N.º 344/2010

PORTARIA N.º 344, DE 25 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias, referentes a férias concedidas através da Portaria n.º 453/2008 e interrompidas através da Portaria n.º 475/2008, do servidor LEANDRO IZALDO SILVA, Matrícula Funcional n.º 0924.

Portaria N.º 345/2010

PORTARIA N.º 345, DE 25 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, a contratada ILEDINA CAMILA MARCELINO PEREIRA, Mat. n.º 3312, em 19/05/2010.

Portaria N.º 346/2010

PORTARIA N.º 346, DE 27 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

Considerando que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

Considerando que, foi solicitado pela Secretaria Municipal de Administração, através do Ofício Gab n.º 208/2010, a apuração de possíveis irregularidades, referente ao ofício 004/2010 Infra/Frotas, que aponta inconsistências encontradas na tabulação da notas de abastecimento;

Considerando que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";



Considerando que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

Considerando que, conforme disposto no artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a sindicância administrativa é o meio sumário de elucidação de irregularidades no serviço público para subsequente instauração de processo disciplinar e/ou punição do infrator".

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, a fim de apurar os fatos informados.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem Comissão Sindicante, os servidores LEANDRO IZALDO SILVA, Agente Administrativo, EDINEI JOSÉ VIEIRA, Técnico em Contabilidade, GILMAR PACHECO, Agente Administrativo e MARIO CÉSAR SILVA, Diretor de Trânsito.

Art.3º. O prazo para a conclusão do processo será de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 27 de Maio de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 347/2010

PORTARIA N.º 347, DE 27 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 05 (cinco) dias de férias, referentes a férias concedidas através da Portaria n.º 307/2009 e interrompidas através da Portaria n.º 309/2009, da servidora ROSILENE GONÇALVES VIEIRA, Matrícula Funcional n.º 0763.

Portaria N.º 348/2010

PORTARIA N.º 348, DE 27 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art.1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, a servidora GIOVANA MATIAS DANIEL, matrícula funcional n.º 0737, referente a 2001-2006, no período de 24/06/2010 à 23/07/2010.

Portaria N.º 349/2010

PORTARIA N.º 349, DE 27 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005,

ao Servidor ARLINDO MARQUES GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 0165, no período de 01/06 à 30/06/2010.

Portaria N.º 350/2010

PORTARIA N.º 350, DE 27 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora MARIA DE LOURDES RIBEIRO, Professora com Habilitação 20 horas, matrícula funcional n.º 0033, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, a partir de 20/05/2010.

Portaria N.º 351/2010

PORTARIA N.º 351, DE 27 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora MARIA ROSA JOÃO, Matrícula Funcional n.º 768, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 13/05/2010.

Portaria N.º 352/2010

PORTARIA N.º 352, DE 27 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor MÁRCIO PONCIANO, Matrícula Funcional n.º 0755, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 25/05/2010.

Portaria N.º 353/2010

PORTARIA N.º 353, DE 27 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora TEREZINHA DE JESUS COELHO, Matrícula Funcional n.º 0745, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 26/05/2010.

Portaria N.º 354/2010

PORTARIA N.º 354, DE 27 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art.1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º



1000/2005, a servidora MERCEDES ALEXANDRINO DE AGUIAR, matrícula funcional n.º 0049, referente a 2001-2006, no período de 25/05/2010 à 23/07/2010.

Portaria N.º 355/2010

PORTARIA N.º 355, DE 27 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora ROSILENE GONÇALVES VIEIRA, Matrícula Funcional n.º 0763, no período de 07/06 à 06/07/2010.

Portaria N.º 356/2010

PORTARIA N.º 356, DE 27 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, a contratada SABRINA MACHADO, Mat. n.º 3455, em 01/06/2010.

Portaria N.º 357/2010

PORTARIA N.º 357, DE 31 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora JUCILDA DE SOUZA MACHADO, Merendeira, matrícula funcional n.º 761, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 28/05/2010.

Portaria N.º 358/2010

PORTARIA N.º 358, DE 31 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora JUSTIRENE ZANELATO DA SILVEIRA, Professora com Licenciatura 40 horas, matrícula funcional n.º 0758, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 31/05/2010.

Portaria N.º 359/2010

PORTARIA N.º 359, DE 31 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art.1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, a servidora ALICE LOBO CORREA, matrícula funcional n.º 0083, referente a 2002-2007, no período de 01/06/2010 à 30/06/2010.

Portaria N.º 360/2010

PORTARIA N.º 360, DE 31 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora GRAZIELA DA SILVEIRA ESTÁCIO, Matrícula Funcional n.º 2756, no período de 07/06 à 06/07/2010.

Portaria N.º 361/2010

PORTARIA N.º 361, DE 31 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, a contratada AMANDA DE SOUZA NUNES, Mat. n.º 3351, em 01/06/2010.

Portaria N.º 362/2010

PORTARIA N.º 362, DE 31 DE MAIO DE 2010. DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 05 (cinco) dias de férias, referentes a férias concedidas através da Portaria n.º 0022/2008 e interrompidas através da Portaria n.º 0029/2008, do servidor VERÍSSIMO BERNARDINO RODRIGUES NETO, Matrícula Funcional n.º 0015.

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço nº 16/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 16/2010; Processo nº. 50/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Garopaba Combustíveis Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de filtros e óleos, para utilização na manutenção dos veículos da frota da administração municipal de Garopaba; Valor: 16.000,62; Data da Assinatura: 07/06/2010.

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 3.947, de 02 de junho de 2010.

DECRETO Nº. 3.947, DE 02 DE JUNHO DE 2010.
APLICA PENALIDADE DE DEMISSÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DIEGO MARTIN MOSER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento nos artigos 146, inciso X, 162, inciso II, e 168 da Lei Municipal nº. 1.305/91, em conformidade com a decisão exarada nos autos do



Processo Administrativo Disciplinar nº. 001/2009, instaurado pela Portaria nº. 1.801, de 09 de fevereiro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º. Aplicar a penalidade de demissão ao servidor público municipal DIEGO MARTIN MOSER, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nomeado por meio do Decreto nº. 2.757, de 03 de junho de 2008.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de junho de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2.157, de 01 de junho de 2010.

PORTARIA Nº. 2.157, DE 01 DE JUNHO DE 2010.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº. 13/2008, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE CLAUDIO FELIPE CASAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 08 de junho de 2010, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº. 13/2008, instaurado para apurar a responsabilidade de CLAUDIO FELIPE CASAS.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 01 de junho de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria Nº. 2.158, de 02 de junho de 2010.

PORTARIA Nº. 2.158, DE 02 DE JUNHO DE 2010.

DETERMINA A ABERTURA DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO PARA APURAR POSSÍVEIS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA RELACIONADOS À TOMADA DE PREÇOS Nº. 115/2008 E AO SEU CORRESPONDENTE CONTRATO Nº. SAF-88/2008, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GASPAR E A EMPRESA GEOMAI S ENGENHARIA E GEOINFORMAÇÃO LTDA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72, XXVI, da Lei Orgânica do Município;

Considerando as disposições da Lei nº. 8.429, de 02 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e do art. 80, §6º, da Lei Orgânica do Município;

Considerando o teor do Memorando nº. 30/2010 - SAF, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, e de seus anexos (Memorandos nº. 068/2010 - CGM e nº. 0005/2009 e Relatório, datado de 13 de fevereiro de 2009, da Controladoria-Geral do Município, Memorando nº. 051/2010 - SAF, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, e Memorando nº. 87/2010 - SPD, da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento);

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instaurado inquérito administrativo para apurar possíveis atos de improbidade administrativa relacionados à Tomada de Preços nº. 115/2008 e ao seu correspondente Contrato nº. SAF-88/2008, celebrado entre o Município de Gaspar e a Empresa Geomais Engenharia e Geoinformação Ltda.

Art. 2º. O inquérito administrativo deve ser conduzido pelos servidores Carlos Francisco Bornhausen, ocupante do cargo em provimento efetivo de Desenhista, Carlos Eduardo Junkes, ocupante do cargo em provimento efetivo de Técnico em Projetos, e Valdéria Stanke Pamplona, ocupante do cargo em provimento efetivo de Assistente Social, sob a presidência do primeiro, com observância do que dispõe a Lei nº. 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º Os servidores designados para participar da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como para composição do relatório final.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de junho de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2.159, de 02 de junho de 2010.

PORTARIA Nº. 2.159, DE 02 DE JUNHO DE 2010.

DETERMINA A ABERTURA DE SINDICÂNCIA PARA APURAR SUPOSTO ATRASO NO PAGAMENTO DE VALORES DEVIDOS AO INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, QUE TERIA GERADO MULTA E JUROS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 72, XXVI, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991, considerando o fato noticiado no Memorando nº. 19/2009 - CON, do Departamento de Contabilidade,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instaurada sindicância para apurar suposto atraso no pagamento de valores devidos ao INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, que teria gerado multa e juros.

Art. 2º. A sindicância deve ser conduzida pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos servidores Carlos Francisco Bornhausen, ocupante do cargo em provimento efetivo de Desenhista, Carlos Eduardo Junkes, ocupante do cargo em provimento efetivo de Técnico em Projetos, e Valdéria Stanke Pamplona, ocupante do cargo em provimento efetivo de Assistente Social, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º Os servidores designados para participar da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como para composição do relatório final.



Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de junho de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2.160, de 02 de junho de 2010.

PORTARIA Nº. 2.160, DE 02 DE JUNHO DE 2010.

DETERMINA A ABERTURA DE SINDICÂNCIA PARA APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA CONDUTA DE AGENTES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO RELATADAS POR MUNÍCIPE EM DEPOIMENTO PRESTADO NA DELEGACIA DE POLÍCIA DE TRÂNSITO DA COMARCA DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 72, XXVI, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991, diante de declarações prestadas pelo munícipe Alberto Zuchi em 22 de julho de 2009, na Delegacia de Polícia e de Trânsito da Comarca de Gaspar, das quais tomou conhecimento por meio do Ofício 523/2009 daquela Unidade Policial,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instaurada sindicância para apurar supostas irregularidades na conduta de agentes públicos do Município relatadas pelo munícipe Alberto Zuchi, em 22 de julho de 2009, na Delegacia de Polícia e de Trânsito da Comarca de Gaspar, especialmente no que tange à declaração de que lhe teriam sido repassadas informações incorretas quanto à necessidade de licenças para realização de atividades que poderiam causar degradação ambiental.

Art. 2º. A sindicância deve ser conduzida pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos servidores Carlos Francisco Bornhausen, ocupante do cargo em provimento efetivo de Desenhista, Carlos Eduardo Junkes, ocupante do cargo em provimento efetivo de Técnico em Projetos, e Valdéria Stanke Pamplona, ocupante do cargo em provimento efetivo de Assistente Social, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º Os servidores designados para participar da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como para composição do relatório final.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de junho de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2.161, de 02 de junho de 2010.

PORTARIA Nº. 2.161, DE 02 DE JUNHO DE 2010.

DETERMINA A ABERTURA DE SINDICÂNCIA PARA APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS REPASSADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PELO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, POR MEIO DO CONVÊNIO Nº. 1531/MDSCF/2004.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 72, XXVI, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a

Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991, considerando o fato noticiado no Memorando nº. 20/2009 - CON, do Departamento de Contabilidade, e seus anexos,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instaurada sindicância para apurar supostas irregularidades, que consistiriam na não prestação de contas e no pagamento de despesas após o prazo, na administração de recursos federais repassados ao Fundo Municipal de Assistência Social pelo Fundo Nacional de Assistência Social, por meio do Convênio nº. 1531/MDSCF/2004, cujo objeto era "Reforma das Creches - Centro de Desenvolvimento Infantil Tia Maria Elisa e Centro de Desenvolvimento Infantil Fátima Regina".

Art. 2º. A sindicância deve ser conduzida pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos servidores Carlos Francisco Bornhausen, ocupante do cargo em provimento efetivo de Desenhista, Carlos Eduardo Junkes, ocupante do cargo em provimento efetivo de Técnico em Projetos, e Valdéria Stanke Pamplona, ocupante do cargo em provimento efetivo de Assistente Social, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º Os servidores designados para participar da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como para composição do relatório final.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de junho de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2.162, de 02 de junho de 2010.

PORTARIA Nº. 2.162, DE 02 DE JUNHO DE 2010.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ELI AMORIM LIMA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 72, XXVI, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991, e considerando o constante em dois relatórios da E.E.B. Luiz Franzói, datados de 03 e 09 de fevereiro de 2009, encaminhados por meio do Ofício nº. 083/2010 da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instaurado processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade do servidor público municipal ELI AMORIM LIMA, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professor DOC III-8, que, em tese, teria incitado aluno da rede pública de ensino à prática de ato com conotação sexual.

Art. 2º. O processo administrativo disciplinar deve ser conduzido pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos servidores Carlos Francisco Bornhausen, ocupante do cargo em provimento efetivo de Desenhista, Carlos Eduardo Junkes, ocupante do cargo em provimento efetivo de Técnico em Projetos, e Valdéria Stanke Pamplona, ocupante do cargo em provimento efetivo de Assistente Social, sob a presidência do primeiro.



Art. 3º. Caso comprovada a ocorrência do fato denunciado, estará o servidor sujeito à penalização disciplinar, com fundamento no artigo 162, inciso V, da Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991.

Art. 4º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Processante será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 5º Os servidores designados para participar da Comissão Processante ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como para composição do relatório final.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de junho de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2.163, de 02 de junho de 2010.

PORTARIA Nº. 2.163, DE 02 DE JUNHO DE 2010.

DETERMINA A ABERTURA DE SINDICÂNCIA PARA APURAR SUPostas IRREGULARIDADES EM AQUISIÇÕES DE PASSAGENS AÉREAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 72, XXVI, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991, considerando o fato noticiado no Ofício nº. 041/2010, da Controladoria do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instaurada sindicância para apurar supostas irregularidades, que consistiriam na não realização do devido processo licitatório, nas aquisições de passagens aéreas correspondentes aos empenhos nº. 2380, de 30 de abril de 2008, nº. 3234, de 18 de junho de 2008, e nº. 3543, de 03 de julho de 2008.

Art. 2º. A sindicância deve ser conduzida pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos servidores Carlos Francisco Bornhausen, ocupante do cargo em provimento efetivo de Desenhista, Carlos Eduardo Junkes, ocupante do cargo em provimento efetivo de Técnico em Projetos, e Valdéria Stanke Pamplona, ocupante do cargo em provimento efetivo de Assistente Social, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º Os servidores designados para participar da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como para composição do relatório final.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de junho de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2.164, de 02 de junho de 2010.

PORTARIA Nº. 2.164, DE 02 DE JUNHO DE 2010.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LARISSA GESUÍNA DOS SANTOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 72, XXVI, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991, e considerando o que consta da sentença já transitada em julgado da Ação Penal registrada sob nº. 025.08.001838-0 na 3ª Vara da Comarca de Gaspar, cujo teor integral tomou conhecimento por meio do Ofício nº. 025080018380-000-010 do juízo responsável,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instaurado processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade da servidora pública municipal LARISSA GESUÍNA DOS SANTOS, ocupante do cargo em provimento efetivo de Berçarista, que, em tese, teria praticado tráfico ilícito de entorpecentes.

Art. 2º. O processo administrativo disciplinar deve ser conduzido pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos servidores Carlos Francisco Bornhausen, ocupante do cargo em provimento efetivo de Desenhista, Carlos Eduardo Junkes, ocupante do cargo em provimento efetivo de Técnico em Projetos, e Valdéria Stanke Pamplona, ocupante do cargo em provimento efetivo de Assistente Social, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º. Caso comprovada a ocorrência do fato denunciado, estará a servidora sujeita à penalização disciplinar, com fundamento no artigo 162, inciso V, da Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991 (incontinência pública).

Art. 4º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Processante será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 5º Os servidores designados para participar da Comissão Processante ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como para composição do relatório final.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de junho de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Extrato da Dispensa nº 10/2010 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC

Extrato da Dispensa nº 10/2010

Objeto: locação de imóvel destinado as instalações do CAPSI - Centro de Atendimento Psico-Social Infantil. Contratado: LEANDRO POMPEU FUCK NEGOSEK (642.512.769-49). Valor total: R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais). Base legal: artigo 24, X da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 29 de Abril de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 488/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 7

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 685 488/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Nome do Proprietário/Condutor | Cod.Infr./Desd. | Enquadramento |
|---------|------------------|--|-----------------|---------------|
| AEI0173 | 8685012698 | ALEXSSANDRO BRIZOLA | 6050/3 | 208 |
| AFG5280 | 8685012075 | GILBERTO ALVES PEREIRA | 6050/3 | 208 |
| AGK6931 | 8685012098 | GISELA BITTENCOURT | 6050/3 | 208 |
| AGN2876 | 8685011618 | LINDOLFO BARTEL | 6050/3 | 208 |
| AHM0620 | 8685012679 | GEIZA CARLA RODRIGUES | 6050/3 | 208 |
| AHM6604 | 8685011926 | MARIANO GESSER | 6050/3 | 208 |
| AJQ3624 | 8685011070 | PEDRO RENE CIESLSKI | 6050/3 | 208 |
| AJY9653 | 8685012160 | MARCELUS SILVEIRA FARIA | 6050/3 | 208 |
| AKD1234 | 8685011366 | HILDA CAVICHIOLI CADORI | 6050/3 | 208 |
| AKJ4361 | 8685012314 | ALIANDA ALENCAR NOGUEIRA | 6050/3 | 208 |
| AKP0728 | 8685012251 | ELCIRENE OSMARLITA DOS SANTOS | 6050/3 | 208 |
| AKQ4384 | 8685012381 | EVANDRO ELOIR PEREIRA | 6050/3 | 208 |
| ALB9525 | 8685012005 | FC CARGAS EXPRESS LTDA- ME | 6050/3 | 208 |
| ALP3012 | 8685012929 | MARISTELA ZANI | 6050/3 | 208 |
| AMG5010 | 8685011321 | EDSON DE SOUSA | 6050/3 | 208 |
| AOW9417 | 8685011984 | TIM OMAR DE LIMA E SILVA | 6050/3 | 208 |
| APB0664 | 8685012289 | ALFREDO SEEFELD NETO | 6050/3 | 208 |
| AWL9052 | 8685012127 | VILA BRASIL DISTRIBUIDORA DE MANUFATURADOS LTDA MI | 6050/3 | 208 |
| BEC7900 | 8685012061 | VALMIR FRANCISCO JORGE | 6050/3 | 208 |
| BLX1884 | 8685012224 | ALCIDES PEREIRA | 6050/3 | 208 |
| BQK3953 | 8685011820 | ALEXANDRE DE MOURA NEGRINI | 6050/3 | 208 |
| BRG6615 | 8685011755 | ELIDE THOMAZONI CLEMER | 6050/3 | 208 |
| BVB5150 | 8685012245 | JANETE MATIELLO | 6050/3 | 208 |
| CEK9372 | 8685011580 | DANILO HEIDEMANN | 6050/3 | 208 |
| COS5727 | 8685012403 | JOSE HENRIQUE ASSINI | 6050/3 | 208 |
| CXI9878 | 8685011727 | VANDERLEI DA SILVA | 6050/3 | 208 |

| | | | | |
|---------|------------|----------------------------------|--------|-----|
| DCW9074 | 8685012151 | BRUNO DA SILVA FILHO | 6050/3 | 208 |
| DEB7372 | 8685012499 | DANIEL DANTAS DA SILVA | 6050/3 | 208 |
| DEN8339 | 8685012443 | HEVLIN CRISTINA SOUSA | 6050/3 | 208 |
| DMB0288 | 8685011969 | ALDAIR NUNES | 6050/3 | 208 |
| DSI2416 | 8685012570 | MARIA JOSE BUSS | 6050/3 | 208 |
| DUQ2479 | 8685011620 | ALERI RISSO | 6050/3 | 208 |
| GWL5329 | 8685012585 | MARGARETE DA SILVA SIMON | 6050/3 | 208 |
| HOO8281 | 8685011648 | INGO FRANZ | 6050/3 | 208 |
| HXC0438 | 8685011415 | NELSON TOBIAS DA COSTA | 6050/3 | 208 |
| IAT1104 | 8685011783 | OLELIA RESNER | 6050/3 | 208 |
| IBD2348 | 8685012825 | ELZIRA SCHMIDT | 6050/3 | 208 |
| IDA3663 | 8685011279 | WILLIAM RODRIGO REINERT | 6050/3 | 208 |
| IFJ2931 | 8685012114 | PEDRO PAULO DE ANDRADE | 6050/3 | 208 |
| IIZ9356 | 8685012317 | ZIEGFRIED SEIBEL | 6050/3 | 208 |
| ISF8787 | 8685011552 | JEFFERSON EVANDRO OLIANI | 6050/3 | 208 |
| JTQ6074 | 8685011741 | HENRIQUE HANK | 6050/3 | 208 |
| KLQ0369 | 8685012361 | ROSELI DE OLIVEIRA | 6050/3 | 208 |
| KMZ7878 | 8685012215 | RAFAEL BATISTA | 6050/3 | 208 |
| KWB3651 | 8685012598 | WILSON DOS SANTOS SILVA | 6050/3 | 208 |
| LCF0467 | 8685012578 | FRANCO EDUARDO FRONZA | 6050/3 | 208 |
| LCJ3169 | 8685012299 | PEDRO PABLO REINERT | 6050/3 | 208 |
| LWR0428 | 8685012197 | ROSEMARIE LIESING MARCELINO | 6050/3 | 208 |
| LWU5476 | 8685012280 | BENEDITO BRESCIANI | 6050/3 | 208 |
| LWW1052 | 8685011922 | ADRIANA APARECIDA DOS SANTOS | 6050/3 | 208 |
| LWY3232 | 8685011882 | ALBERTO NERY MARTINELLI SARDINHA | 6050/3 | 208 |
| LWZ8940 | 8685011699 | IVONETE REGIS | 6050/3 | 208 |
| LXE5046 | 8685012109 | ROSANGELA DAY | 6050/3 | 208 |
| LXE9136 | 8685012012 | ROSANE MARIA DA SILVA | 6050/3 | 208 |
| LXH2902 | 8685011934 | ILSE MARIA MANTOVANI | 6050/3 | 208 |
| LXI0019 | 8685012529 | JAIR AMANCIO | 6050/3 | 208 |
| LXL8169 | 8685012625 | JOSE FERNANDO DE FREITAS | 6050/3 | 208 |
| LXM0526 | 8685012081 | ANA PAULA APARECIDA GOES | 6050/3 | 208 |
| LXN4389 | 8685012071 | RANIERI ZIMMERMANN | 6050/3 | 208 |
| LXP0569 | 8685012424 | SALETE DOS SANTOS MOTA | 6050/3 | 208 |
| LXP6918 | 8685012564 | JOSE ALVES DOS SANTOS | 6050/3 | 208 |
| LXQ3725 | 8685012367 | MANOEL LUCAS DA COSTA | 6050/3 | 208 |
| LXT4265 | 8685010938 | POLITELHAS COLLOR LTDA ME | 6050/3 | 208 |

| | | | | |
|---------|------------|--|--------|-----|
| LXW2538 | 8685011962 | SANDRA FIGUEIREDO | 6050/3 | 208 |
| LXX8307 | 8685012833 | DIRCEU VOLPATO PHILIPPI | 6050/3 | 208 |
| LXZ0168 | 8685012300 | ALVARO ASSINI | 6050/3 | 208 |
| LYI3295 | 8685012043 | ROSILMAR JOAO BORSATO | 6050/3 | 208 |
| LYK3512 | 8685012185 | ANA APARECIDA BONA | 6050/3 | 208 |
| LYK5521 | 8685012891 | TANIA APARECIDA DOS PASSOS | 6050/3 | 208 |
| LYS3012 | 8685012637 | JOSE CELIO MACHADO | 6050/3 | 208 |
| LYW6598 | 8685012118 | SERGIO NICOLAU SCHMITT | 6050/3 | 208 |
| LZD2775 | 8685011426 | ANDERSON REINERT | 6050/3 | 208 |
| LZG7871 | 8685011746 | JAIME VEINFUTER | 6050/3 | 208 |
| LZH0080 | 8685012264 | COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS DE CONSTRUCAO O | 6050/3 | 208 |
| LZH4128 | 8685012726 | GENI INES RIBEIRO | 6050/3 | 208 |
| LZK9621 | 8685011435 | VERA LUCIA DA CONCEICAO | 6050/3 | 208 |
| LZN7052 | 8685010714 | CLAUDIONOR LORENCO | 6050/3 | 208 |
| LZO4540 | 8685012233 | ELCIO ROPELATO | 6050/3 | 208 |
| LZS4081 | 8685011458 | JMG EMBALAGENS LTDA ME | 6050/3 | 208 |
| LZS8213 | 8685012175 | MARISTELA COUTO | 6050/3 | 208 |
| LZW0755 | 8685012173 | ILMAR BENTO BATISTA | 6050/3 | 208 |
| LZX1300 | 8685012814 | ADILSON E ALTEMIR TRANSPORTES LTDA ME | 6050/3 | 208 |
| MAC1635 | 8685011509 | VANESSA JORDANA BAPTISTA SOARES DE MEDEIROS LEAC | 6050/3 | 208 |
| MAK7918 | 8685012612 | ROSIMERI POLI SILVA | 6050/3 | 208 |
| MAM2399 | 8685012238 | EVERALDO KORB | 6050/3 | 208 |
| MAO6057 | 8685012144 | RUBENS REITER | 6050/3 | 208 |
| MAP2822 | 8685012605 | CARLOS ROBERTO GIRARDI | 6050/3 | 208 |
| MAV3545 | 8685011745 | SERGIO RAMPELOTTI | 6050/3 | 208 |
| MAV7184 | 8685012407 | ODELIR DOS SANTOS | 6050/3 | 208 |
| MAZ5017 | 8685011635 | DANIELA THEISS | 6050/3 | 208 |
| MAZ8764 | 8685011601 | MARCIA SALETE OLIVEIRA FLORES FARIA | 6050/3 | 208 |
| MAZ9070 | 8685011821 | SANDRA REGINA DALSOCHIO | 6050/3 | 208 |
| MBA3621 | 8685012312 | NADIR JOSE DOS SANTOS | 6050/3 | 208 |
| MBA5661 | 8685012202 | MARISA PEREIRA DE MELO | 6050/3 | 208 |
| MBC4746 | 8685012682 | ESEQUIEL VALMOR DOMBROSKI | 6050/3 | 208 |
| MBC7212 | 8685011413 | MARLENE NEIDE DA ROCHA | 6050/3 | 208 |
| MBE6645 | 8685011053 | MARCIO LOPES | 6050/3 | 208 |
| MBE6752 | 8685012458 | JOEL DOMINGUES DOS ANJOS | 6050/3 | 208 |
| MBH6208 | 8685012696 | VALDIR RIBEIRO DE SA | 6050/3 | 208 |
| MBH7121 | 8685011494 | AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA | 6050/3 | 208 |

| | | | | |
|---------|------------|---|--------|-----|
| MBJ2259 | 8685011935 | DORALICIO NICOLETTI | 6050/3 | 208 |
| MBL4309 | 8685011942 | RENATO CRISTOVAO GONCALVES | 6050/3 | 208 |
| MBM4565 | 8685011810 | ANA MARCIA NOGUEIRA DA SILVA | 6050/3 | 208 |
| MBN0553 | 8685011634 | RITA MARIA MAESTRI | 6050/3 | 208 |
| MBN6095 | 8685011398 | ANDERSON LUIZ SCHMITT | 6050/3 | 208 |
| MBR1349 | 8685012393 | REINALDO GAMBA | 6050/3 | 208 |
| MBR5575 | 8685011707 | HANS THOMAS TAX | 6050/3 | 208 |
| MBR8688 | 8685011499 | JOCELITO FAGUNDES | 6050/3 | 208 |
| MBU1068 | 8685011617 | GLEDSON RODRIGO DE SOUZA INACIO | 6050/3 | 208 |
| MBU6707 | 8685012375 | ALEX IVAN MULLER | 6050/3 | 208 |
| MBU9210 | 8685012452 | ILDA MORAES | 6050/3 | 208 |
| MBY8874 | 8685012057 | NILDA SCHNEIDER | 6050/3 | 208 |
| MCA5862 | 8685012745 | IVO AFONSO HOFFMANN | 6050/3 | 208 |
| MCA6002 | 8685012323 | TEODORICO JOAO DA SILVA | 6050/3 | 208 |
| MCB2553 | 8685012502 | ANISIO FRANCISCO DA SILVA | 6050/3 | 208 |
| MCE1953 | 8685012087 | HILLS - ADMINISTRADORA DE BENS E PARTICIPACOES LTDA | 6050/3 | 208 |
| MCE5320 | 8685011795 | RODRIGO RANGEL | 6050/3 | 208 |
| MCG5827 | 8685011957 | MULTITHERM SISTEMAS E AUTOMACAO LTDA | 6050/3 | 208 |
| MCM6010 | 8685012722 | ANTONIO JORGE GONCALVES | 6050/3 | 208 |
| MCO3452 | 8685011838 | FERNANDA XAVIER | 6050/3 | 208 |
| MCP6578 | 8685012676 | MADALENA CAVILHA GRISA | 6050/3 | 208 |
| MCQ4444 | 8685012790 | MILTON CARLOS NEVES | 6050/3 | 208 |
| MCS2923 | 8685011948 | OSMAR HERBST JUNIOR | 6050/3 | 208 |
| MCW9528 | 8685012660 | RONALDO EUCHERIO DA SILVA | 6050/3 | 208 |
| MCY2948 | 8685012342 | MARCELO CHARLES DE SOUZA | 6050/3 | 208 |
| MCY4822 | 8685012717 | SERGIO STIEGEMAIER | 6050/3 | 208 |
| MCY5916 | 8685011788 | ILMA MAURINA KOCH | 6050/3 | 208 |
| MCY7450 | 8685010997 | RODRIGO FERNANDES | 6050/3 | 208 |
| MDC6359 | 8685012113 | TEREZINHA ANDRADE VIECELLI | 6050/3 | 208 |
| MDC8334 | 8685012016 | CINTIA FLOR | 6050/3 | 208 |
| MDD4227 | 8685012609 | ROSINEIA LEWIN GUERREIRO ME | 6050/3 | 208 |
| MDH3435 | 8685011424 | PAULO HENRIQUE RAMOS | 6050/3 | 208 |
| MDK7991 | 8685011535 | DIOLEY CARLOS SCOTTINI | 6050/3 | 208 |
| MDO3841 | 8685011553 | PATRICIA SCHEWINSKI | 6050/3 | 208 |
| MDQ6618 | 8685010967 | JEISON FRANCISCO TILLMANN | 6050/3 | 208 |
| MDR5365 | 8685012387 | RENATO JOAO REBELO | 6050/3 | 208 |
| MDS6278 | SF00044679 | IREMAR FRANCISCO MACHADO | 6050/0 | 208 |

| | | | | |
|---------|------------|--------------------------------|--------|-----|
| MDS8443 | 8685011885 | BIANCA SANTOS MARTINS MONTEIRO | 6050/3 | 208 |
| MDT5107 | 8685012226 | TRANSP K A P A S LTDA | 6050/3 | 208 |
| MDT5759 | 8685010567 | LAUDELINA EUNICE DE OLIVEIRA | 6050/3 | 208 |
| MDV1641 | 8685011665 | FABIO DEMARCHI INOCENTI | 6050/3 | 208 |
| MDV3393 | 8685011479 | JADE CONFECÇOES LTDA | 6050/3 | 208 |
| MDX1365 | 8685012294 | HILARIO GRIGNANI | 6050/3 | 208 |
| MDZ4171 | 8685012939 | EMANUEL VASCO DA GRACA NUNES | 6050/3 | 208 |
| MEA6933 | 8685012455 | IVAN KOHLER | 6050/3 | 208 |
| MEC6575 | 8685012538 | DENISE HORT | 6050/3 | 208 |
| MEL1996 | 8685012341 | GIULIANO CARLOS DALL AGNOL | 6050/3 | 208 |
| MEM2858 | 8685011914 | HILARIO PAULO ZONTA | 6050/3 | 208 |
| MEO8629 | 8685012474 | VALDIR DE OLIVEIRA JUNIOR | 6050/3 | 208 |
| MEP3506 | 8685011652 | ISOLDE DEMARCH | 6050/3 | 208 |
| MEP4991 | 8685011619 | MAYARA FERNANDA BORNHAUSEN | 6050/3 | 208 |
| MEQ4427 | 8685012552 | ROBERTO CARLOS DE SOUSA | 6050/3 | 208 |
| MEU1620 | 8685011338 | JOAO EDGAR TRENTINI | 6050/3 | 208 |
| MEU3308 | 8685012685 | ROSANI APARECIDA ABREU | 6050/3 | 208 |
| MEV1458 | 8685011881 | DAIANE CRISTINA DA SILVA | 6050/3 | 208 |
| MEV2909 | 8685012186 | ADEMIR LOFY | 6050/3 | 208 |
| MEW0879 | 8685012262 | JOSE VALCIR CORREA ME | 6050/3 | 208 |
| MEX3951 | 8685012847 | VANESSA ELY | 6050/3 | 208 |
| MEZ1929 | 8685012082 | ROBERTO LUIS ZEN | 6050/3 | 208 |
| MFA2756 | 8685011773 | VIRGILIO CADORIN | 6050/3 | 208 |
| MFB1470 | 8685012308 | ROZEMERE LUCHINI BURIGO | 6050/3 | 208 |
| MFB4804 | 8685012767 | CARLITO ODISI | 6050/3 | 208 |
| MFC1569 | 8685012413 | MARCELO TIECHER ZIMMERMANN | 6050/3 | 208 |
| MFC6426 | 8685011407 | ROGERIO PUREZA PORTELA | 6050/3 | 208 |
| MFD2796 | 8685012774 | MARIA DA GRACA FONTES | 6050/3 | 208 |
| MFD4880 | 8685011998 | MARIA DE LOURDES CORSINI | 6050/3 | 208 |
| MFG6612 | 8685010972 | MIGUEL AFONSO NAGEL | 6050/3 | 208 |
| MFH1625 | 8685012045 | LEONIR BERNARDI ME | 6050/3 | 208 |
| MFH2711 | 8685012247 | RODINALDO RONCAGLIO | 6050/3 | 208 |
| MFL5423 | 8685011525 | DEBORA COSTA DA SILVA | 6050/3 | 208 |
| MFL6421 | 8685012537 | RAFAELA HERING BELL | 6050/3 | 208 |
| MFM3476 | 8685011908 | DIMAS TADEU HEINZEN DE LIZ | 6050/3 | 208 |
| MFN1938 | 8685012223 | TEREZINHA GADOTTI | 6050/3 | 208 |
| MFP4634 | 8685012111 | TARCIZIO ORSI E CIA LTDA ME | 6050/3 | 208 |

| | | | | |
|---------|------------|---|--------|-----|
| MFP5802 | 8685012904 | VANDERLEI FERNANDES DOS SANTOS | 6050/3 | 208 |
| MFP8965 | 8685012440 | EDVAN VIEIRA DE ALMEIDA | 6050/3 | 208 |
| MFS0449 | 8685011904 | ANA PAULA BETENCOURT | 6050/3 | 208 |
| MFY1148 | 8685012596 | CMO COMERCIO DE MATERIAIS ORTOPEDICOS LTDA | 6050/3 | 208 |
| MFZ1848 | 8685012394 | CROSMAR CARNEIRO | 6050/3 | 208 |
| MGC6721 | 8685011456 | EDUARDO GONCALVES | 6050/3 | 208 |
| MGD1719 | 8685012107 | ONOIRO BRESSIANI | 6050/3 | 208 |
| MGJ7354 | 8685012462 | NIU-CHAMPS INDUSTRIA COMERCIO E CONFECCOES LTDA | 6050/3 | 208 |
| MGK3353 | 8685012248 | MARA LUCY FABRIN ASCOLI | 6050/3 | 208 |
| MGL0090 | 8685012208 | LAUDELINO BACHMANN | 6050/3 | 208 |
| MGM5234 | 8685011369 | MARCOS FERREIRA LIMA | 6050/3 | 208 |
| MGM5234 | 8685011421 | MARCOS FERREIRA LIMA | 6050/3 | 208 |
| MGM5588 | 8685011128 | FRANCISCO ASSIS VIEIRA THOME | 6050/3 | 208 |
| MGN8943 | 8685012032 | SERGIO LUIZ STUPP | 6050/3 | 208 |
| MGQ2909 | 8685010704 | SUELI NUSS | 6050/3 | 208 |
| MGT3789 | 8685011777 | HENRIQUE RONALDO GONCALVES | 6050/3 | 208 |
| MGV6871 | 8685011438 | EDUARDO DANIEL CHAVES | 6050/3 | 208 |
| MGW2093 | 8685011266 | ALYRIO LIBERATO DE ALCANTARA | 6050/3 | 208 |
| MGZ0189 | 8685012198 | AGUIA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA | 6050/3 | 208 |
| MGZ6969 | 8685012274 | OSMAR SCHNEIDER | 6050/3 | 208 |
| MHA2159 | 8685011751 | JOSIMARI TELINO DE LACERDA | 6050/3 | 208 |
| MHC3739 | 8685011999 | JAILSON POLLHEIM | 6050/3 | 208 |
| MHE0809 | 8685012108 | JOSE DA SILVA | 6050/3 | 208 |
| MHH1970 | 8685011293 | EDUARDO JOSE FRANCA | 6050/3 | 208 |
| MHI4600 | 8685012068 | SONIA MARIA CORREA | 6050/3 | 208 |
| MHJ7100 | 8685012654 | MARIO VINICIUS VALE | 6050/3 | 208 |
| MHK5843 | 8685012765 | MARIVETE DZVBANSKI | 6050/3 | 208 |
| MHL1849 | 8685012377 | EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA ADRIMAR LTDA | 6050/3 | 208 |
| MHM4381 | 8685011463 | BRUVIK CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA | 6050/3 | 208 |
| MHO8833 | 8685011789 | JOSE CARLOS FERREIRA | 6050/3 | 208 |
| MHY4783 | 8685012219 | RW SERVICOS DE ENTREGAS LTDA | 6050/3 | 208 |
| MIC6930 | 8685011667 | DEISE CRISTINA DA SILVA NETTO | 6050/3 | 208 |
| MIE4690 | 8685012086 | AILTON FERNANDES | 6050/3 | 208 |
| MIG2223 | 8685012088 | DANIELA DIETRICH | 6050/3 | 208 |
| MIH3040 | 8685011933 | DIRLEY ANTONI TONET | 6050/3 | 208 |
| MIO0117 | 8685010909 | BILL DOUGLAS ANDERSON | 6050/3 | 208 |
| MJC6370 | 8685011815 | SCHAEFER ENTREGAS RAPIDAS LTDA ME | 6050/3 | 208 |

| | | | | |
|---------|------------|-------------------------------|--------|-----|
| MJC7140 | 8685012225 | ANDERSON DIEGO KRAUSS | 6050/3 | 208 |
| MJD4670 | 8685012034 | JOAO CARLOS DA CRUZ AVILA | 6050/3 | 208 |
| MJJ9559 | 8685011709 | OSMARINA GONCALVES MATIOLA | 6050/3 | 208 |
| MKP0929 | 8685012316 | AUTOLOCADORA LOCAVALE LTDA ME | 6050/3 | 208 |
| MMI1800 | 8685011148 | JOAO VENZON | 6050/3 | 208 |
| NDL3330 | 8685012100 | EDUARDO SPENGLER | 6050/3 | 208 |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 26 DE MAIO DE 2010

EMERSON LUIZ ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 489/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 9

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 489/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

| Placa | Auto de Infração | Nome do Proprietário/Condutor | Cod.Infr./Desd. | Enquadramento |
|---------|------------------|--|-----------------|---------------|
| AAK0434 | SF00040789 | PAULO CESAR DE OLIVEIRA | 6050/0 | 208 |
| ABD9842 | SF00048067 | MARIA IRENI DORNELES | 6050/3 | 208 |
| ABK7634 | SF00047156 | JOSE DOS PASSOS MACHADO | 6050/3 | 208 |
| ACE9461 | SF00049466 | LEONEL DE ALMEIDA | 6050/3 | 208 |
| ADX9845 | SF00045380 | GILMAR MAFRA | 6050/0 | 208 |
| AEV3074 | SF00042816 | ELIANE MONTEIRO MIGUEL MACANEIRO | 6050/0 | 208 |
| AFX3735 | SF00040984 | MARCIO RODRIGUES | 6050/0 | 208 |
| AGD7602 | 8685000312 | FERNANDA DALBOSCO | 6050/3 | 208 |
| AGD7602 | 8685000573 | FERNANDA DALBOSCO | 6050/3 | 208 |
| AGI1879 | 8685000153 | NILTON DOS SANTOS | 6050/3 | 208 |
| AIF4919 | SF00049269 | JURANDIR NICOLETTI | 6050/3 | 208 |
| AJM5817 | SF00043850 | NEY PEIXOTO SMITH JUNIOR | 6050/0 | 208 |
| AJO1773 | SF00049312 | CLAUDIA CUNHA DA SILVA | 6050/3 | 208 |
| AJO2573 | SF00044461 | FELIPE SANCHES HERNANDES MARTINS | 6050/0 | 208 |
| AKD7166 | SF00050832 | NELSON LUIS DE ANDRADE | 6050/3 | 208 |
| AND2524 | SF00051014 | PAULO ROHLING MEURER | 6050/3 | 208 |
| ANF1855 | SF00049907 | ANGELO RICARDO ZUCCO | 6050/3 | 208 |
| ASR7799 | 8685000739 | ORSEG ORGANIZACAO E SEGURANCA EMPRESARIAL LTDA | 6050/3 | 208 |
| ATP0005 | 8685001183 | FRANCISCO GABRIEL DOS SANTOS | 6050/3 | 208 |
| AVC0005 | 8685000026 | AILTON FERNANDES | 6050/3 | 208 |
| BGZ1213 | SF00051049 | CARLOS HENRIQUE BOSO CADORIN | 6050/3 | 208 |
| BJE1474 | SF00048376 | NELSON BORNHAUSEN | 6050/3 | 208 |
| BJI1444 | 8685001015 | LUCIENE PARANHOS DA SILVA | 6050/3 | 208 |
| BQR3270 | 8685000271 | ROSINEIA MACHADO NAZARIO BARON | 6050/3 | 208 |
| BQY4313 | 8685007680 | JULIO ARAUJO BORGES NETTO | 6050/3 | 208 |
| BST1883 | SF00049776 | ROSILEIA DOMINGUES DOS SANTOS | 6050/3 | 208 |

| | | | | |
|---------|------------|---|--------|-----|
| BXA6646 | 8685000799 | GLEIDE JOSIELE LEONARDO | 6050/3 | 208 |
| BZC9560 | SF00048845 | STELA PADILHA | 6050/3 | 208 |
| CCB9347 | SF00049806 | UDOMAR QUINSINSKI | 6050/3 | 208 |
| CCE8343 | SF00045650 | JANETE RIOLA | 6050/0 | 208 |
| CCY6569 | SF00049592 | NEURI SUSIN | 6050/3 | 208 |
| CDE0311 | SF00048299 | MANOEL OSMAR RAFAELI RODRIGUES | 6050/3 | 208 |
| CHB9213 | SF00042568 | JOSUE PACHECO | 6050/0 | 208 |
| CIO0030 | SF00049260 | JAQUELINE GRAMBOW | 6050/3 | 208 |
| CKH2017 | SF00051023 | ELENICE DE SOUZA ME | 6050/3 | 208 |
| CMA9949 | SF00048917 | MEHRAN GRANFAR | 6050/3 | 208 |
| CNX1487 | SF00044171 | CLAUDIONEI SCHOTTEN | 6050/0 | 208 |
| CPY1666 | 8685010319 | CELSO ANDRE STEFFEN | 6050/3 | 208 |
| CST6122 | SF00043398 | JOSEMAR VALTER FERRANTE | 6050/0 | 208 |
| CTI5795 | 8685000070 | IVAN LUIZ TONTINI | 6050/3 | 208 |
| CVY0316 | SF00043400 | MATHEUS VIEIRA ROCHA | 6050/0 | 208 |
| CXV2129 | 8685000300 | LINO LOPPNOW | 6050/3 | 208 |
| CZD9103 | 8685003844 | BELLOS CAR COMERCIO DE VEICULOS LTDA-ME | 6050/3 | 208 |
| DBV6060 | SF00041745 | MARIA DE FATIMA HESPER | 6050/0 | 208 |
| DFM3301 | SF00050944 | TIAGO CARDOSO | 6050/3 | 208 |
| DJC2907 | SF00047637 | JONATHAN FERNANDO CRISTOVAO NEVES | 6050/3 | 208 |
| DMG2415 | SF00045114 | MARCOS HUCHAK | 6050/0 | 208 |
| DPP4802 | SF00043331 | EDUARDO PEREIRA DE MELO | 6050/0 | 208 |
| GIU1809 | SF00043990 | LEODIR ANTONIO MASS | 6050/0 | 208 |
| GVF1331 | SF00050090 | VALDEMIRO LOFY | 6050/3 | 208 |
| GZO9088 | SF00047966 | MARISA ELIANE KIRSCH | 6050/3 | 208 |
| HPD2649 | SF00044638 | BRIMOS BAR LTDA ME | 6050/0 | 208 |
| HQC1008 | SF00051139 | ELDO ABEL DOS SANTOS | 6050/3 | 208 |
| HQP6569 | SF00050446 | LUIZ CARLOS LEITE | 6050/3 | 208 |
| HQV3500 | 8685010505 | SIDNEI PAULO MARQUES | 6050/3 | 208 |
| HQV3500 | 8685010599 | SIDNEI PAULO MARQUES | 6050/3 | 208 |
| IAR3304 | SF00050528 | OSNI LINDNER | 6050/3 | 208 |
| ICC5018 | SF00044455 | FERNANDO CARLOS BORGES | 6050/0 | 208 |
| ICG7028 | SF00047189 | LUIZ MENDES DA SILVA | 6050/3 | 208 |
| IDE1791 | 8685001187 | VALTEIR DA ROSA | 6050/3 | 208 |
| IDN0131 | SF00040323 | NELSON QUEIROZ DE SOUZA | 6050/0 | 208 |
| IFV0796 | 8685010549 | ZILMARA RUTE AMARO | 6050/3 | 208 |
| IGC9874 | SF00044556 | ROGERIO DA SILVA | 6050/0 | 208 |

| | | | | |
|---------|------------|-------------------------------------|--------|-----|
| IIU7241 | SF00049238 | FLAVIO PEDRO SOARES | 6050/3 | 208 |
| ILT3693 | SF00041702 | VILSON SVAIZER | 6050/0 | 208 |
| IMC9247 | SF00045626 | REGINA CELIA PROBST | 6050/0 | 208 |
| IMF2107 | 8685000361 | MIRIAM KORMANN | 6050/3 | 208 |
| KFA6727 | SF00049042 | VANDERLEI AMORIM | 6050/3 | 208 |
| KG6105 | 8685000906 | CLAUDIO DA SILVA | 6050/3 | 208 |
| KHG0586 | SF00050505 | RAQUEL CARINI DE FREITAS VIVIANI | 6050/3 | 208 |
| KJG8114 | 8685001150 | ELIAS CARLINI | 6050/3 | 208 |
| KLC8633 | SF00050365 | LEONILDA FRANCISCA DO PRADO | 6050/3 | 208 |
| KUN4085 | SF00047943 | FATIMA QUINTINO | 6050/3 | 208 |
| LB4133 | 8685010155 | CARLOS AURELIO PEREIRA | 6050/3 | 208 |
| LBZ0891 | SF00050939 | WILSON DA COSTA | 6050/3 | 208 |
| LCY0869 | SF00050370 | DULCINEIA DA CRUZ FILIPPONI | 6050/3 | 208 |
| LOF6553 | SF00049002 | ADRIANO ALUIR CORDEIRO | 6050/3 | 208 |
| LWR3625 | 8685010136 | ADILSON BORSATTO | 6050/3 | 208 |
| LWR9643 | SF00049942 | FATIMA APARECIDA BORGES | 6050/3 | 208 |
| LWR9701 | SF00049515 | ROSA BATISTA ANTUNES | 6050/3 | 208 |
| LWS6954 | SF00041986 | FLAVIA REGINA WANDALEN CORREA | 6050/0 | 208 |
| LWS8235 | 8685001039 | SEBASTIAO RODRIGUES | 6050/3 | 208 |
| LWT5770 | SF00044826 | LUCIANO DE SOUZA | 6050/0 | 208 |
| LWU9559 | 8685001133 | CARLA BACHMANN | 6050/3 | 208 |
| LWW0776 | SF00048534 | ILMAR BENTO BATISTA | 6050/3 | 208 |
| LWX8890 | SF00049594 | SIDNEI ROSARIO DE LIMA | 6050/3 | 208 |
| LWY1174 | SF00050959 | MARIA MARLISI DE FARIAS | 6050/3 | 208 |
| LWY2593 | SF00045123 | JOSE FRANCISCO DOERNER | 6050/0 | 208 |
| LXA4937 | SF00049328 | TANIA ERHARDT MOLINARI | 6050/3 | 208 |
| LXD8130 | SF00041161 | EWERTON LUIZ ROSA | 6050/0 | 208 |
| LXD9458 | 8685000025 | MARIA APARECIDA DA SILVA | 6050/3 | 208 |
| LXF1557 | SF00045676 | TERESINHA IZABEL DE SOUZA FORMIGARI | 6050/0 | 208 |
| LXG1197 | 8685010219 | SOLANO BRUNO | 6050/3 | 208 |
| LXG5408 | 8685000886 | ELISANGELO LUCIANO MACEDO | 6050/3 | 208 |
| LXJ7436 | SF00041144 | JOSE FRANCISCO DOERNER | 6050/0 | 208 |
| LXJ7436 | SF00042429 | JOSE FRANCISCO DOERNER | 6050/0 | 208 |
| LXK3184 | SF00049795 | LAERCIO LUIS MARCHI | 6050/3 | 208 |
| LXM5196 | 8685000171 | JOSE ANTONIO CORTICO | 6050/3 | 208 |
| LXO3519 | SF00041541 | VANDELIN FERRETTI | 6050/0 | 208 |
| LXR2475 | SF00050794 | PEDRO MELIM DE SOUZA | 6050/3 | 208 |

| | | | | |
|---------|------------|----------------------------------|--------|-----|
| LXR2481 | SF00048623 | DAVID POLEZA | 6050/3 | 208 |
| LXR3545 | 8685010361 | JULIANO WEEGE | 6050/3 | 208 |
| LXR4386 | SF00049529 | PRISCILA MAMBRINI | 6050/3 | 208 |
| LXR8911 | SF00051152 | RAULINO WESTARB | 6050/3 | 208 |
| LXV7925 | SF00045223 | JANETE DE MELLO | 6050/0 | 208 |
| LXY3108 | SF00051016 | BERNADETE CORREA PADILHA GREEF | 6050/3 | 208 |
| LXZ5207 | SF00050882 | RONALDO MARQUARDT | 6050/3 | 208 |
| LYA7723 | SF00041179 | FABRICIO VIECCILLI DORNELES | 6050/0 | 208 |
| LYC2280 | SF00049573 | ACACIO PAMPLONA | 6050/3 | 208 |
| LYC6459 | SF00048333 | MARCOS PEDRO DOS SANTOS | 6050/3 | 208 |
| LYD1007 | 8685000285 | GIVANILDO AUGUSTINHO | 6050/3 | 208 |
| LYD2917 | SF00045056 | EVERTON LUIS BRETZKE | 6050/0 | 208 |
| LYD4237 | SF00049924 | MAURA VOSS | 6050/3 | 208 |
| LYD6698 | SF00045300 | CLOTILDE GILIAM ROSTOVCEV KRAUSE | 6050/0 | 208 |
| LYE5172 | SF00040659 | SILTON ANDRE ABLING OLIVEIRA | 6050/0 | 208 |
| LYF6911 | SF00041476 | EDNEI ANTONIO VIEIRA | 6050/0 | 208 |
| LYG1692 | SF00051102 | JONAS LAMIM | 6050/3 | 208 |
| LYG1692 | SF00051126 | JONAS LAMIM | 6050/3 | 208 |
| LYG3929 | SF00051148 | EVANDRO LAURETH | 6050/3 | 208 |
| LYH1880 | 8685000028 | LUCIANO CAMARGO | 6050/3 | 208 |
| LYI0646 | 8685000638 | HAMILTON LUIZ SPENGLER | 6050/3 | 208 |
| LYK3182 | SF00050047 | CRISTIANE NOEME DE CARVALHO | 6050/3 | 208 |
| LYK5765 | SF00049373 | ALAN GUSTAVO PRAWUTZKI | 6050/3 | 208 |
| LYL1035 | SF00049290 | MARIA TEREZA DA SILVA LUIS | 6050/3 | 208 |
| LYN6693 | SF00045592 | ENIO BUSSOLO | 6050/0 | 208 |
| LYO7442 | SF00048803 | AILTON CORREA | 6050/3 | 208 |
| LYQ1332 | 8685000270 | MARCOS DOS SANTOS BARBOSA | 6050/3 | 208 |
| LYR8515 | SF00048651 | GEANI COSTA PUEL | 6050/3 | 208 |
| LYS5169 | SF00050972 | ADEMIR JOSE DE SOUZA BRASIL | 6050/3 | 208 |
| LYT6053 | SF00050984 | VALMIR INACIO BUTTINGER | 6050/3 | 208 |
| LYV4290 | SF00050813 | CARLA MARIA SUSKI | 6050/3 | 208 |
| LYX4461 | SF00048195 | EGON KINDLEIN | 6050/3 | 208 |
| LYX6912 | SF00050210 | DEISE REGINA DOS SANTOS | 6050/3 | 208 |
| LYZ5438 | SF00029368 | IZOMAR MINATTI LUCIANER | 6050/0 | 208 |
| LZA2334 | SF00044692 | ANSELMO SCHUTEL | 6050/0 | 208 |
| LZA3807 | SF00049749 | FERNANDO THEISS | 6050/3 | 208 |
| LZB8517 | SF00050626 | SANDRO PAULO DOS SANTOS | 6050/3 | 208 |

| | | | | |
|---------|------------|--|--------|-----|
| LZC7240 | SF00047101 | LUIZ PEREIRA FILHO | 6050/3 | 208 |
| LZC8481 | SF00045256 | REGINALDO REIS | 6050/0 | 208 |
| LZF2921 | 8685000349 | ANTONIO JOSE NOLDIN | 6050/3 | 208 |
| LZF6746 | SF00042020 | GUSTAVO BILINSKI | 6050/0 | 208 |
| LZF8448 | SF00043250 | ANSELMO BAUMGARTNER | 6050/0 | 208 |
| LZG1407 | 8685010236 | RAFAEL ADEMIR RICARDO | 6050/3 | 208 |
| LZG7299 | SF00045635 | ROBSON ANTUNES | 6050/0 | 208 |
| LZH9819 | 8685000702 | ELIAS CALGAROTTO | 6050/3 | 208 |
| LZI9745 | SF00043889 | HUMBERTO ALVES SAMPAIO | 6050/0 | 208 |
| LZK6504 | SF00049989 | FRAGON ENGENHARIA LTDA | 6050/3 | 208 |
| LZN2712 | SF00047644 | JOAO LUCIO DE SIMAS | 6050/3 | 208 |
| LZO0011 | SF00050095 | GILBERTO CARLOS DA SILVA SANTOS | 6050/3 | 208 |
| LZP6437 | SF00048820 | MAURECI BAULER | 6050/3 | 208 |
| LZQ3190 | SF00045449 | ELMAR BAILER | 6050/0 | 208 |
| LZQ9494 | SF00051110 | JANETTE SCHAFRANSKI PEREIRA | 6050/3 | 208 |
| LZS4178 | 8685001006 | WALDEMIRO GLATZ | 6050/3 | 208 |
| LZS4178 | SF00045333 | WALDEMIRO GLATZ | 6050/0 | 208 |
| LZT2032 | SF00044041 | ANTONIO SERGIO GARCIA | 6050/0 | 208 |
| LZT4269 | SF00041436 | EMAISA EMPREENDIMENTOS E LOCACOES LTDA | 6050/0 | 208 |
| LZY3471 | 8685000562 | LUIZ CARLOS DA SILVA CUNHA | 6050/3 | 208 |
| LZY5384 | SF00043902 | VOLNEI OLIVEIRA DOS SANTOS | 6050/0 | 208 |
| MAA4375 | 8685000688 | ROSA CORDEIRO FERNANDES | 6050/3 | 208 |
| MAB4564 | SF00041875 | TATIANA DE OLIVEIRA BOTELHO | 6050/0 | 208 |
| MAB4564 | SF00044952 | TATIANA DE OLIVEIRA BOTELHO | 6050/0 | 208 |
| MAC3732 | SF00049188 | SUELI NUSS | 6050/3 | 208 |
| MAC6736 | SF00049285 | MARCOS RETZLAFF | 6050/3 | 208 |
| MAE2906 | 8685010688 | ADAIR BATISTA ALVES | 6050/3 | 208 |
| MAE7625 | SF00050359 | JOSE OSNI PEIXER | 6050/3 | 208 |
| MAF9605 | SF00048022 | ROSILENE FERREIRA | 6050/3 | 208 |
| MAJ2571 | SF00049986 | JESSIVAL DIAS DOS SANTOS | 6050/3 | 208 |
| MAJ9101 | SF00049562 | DIOGO MAFRA | 6050/3 | 208 |
| MAJ9101 | SF00050297 | DIOGO MAFRA | 6050/3 | 208 |
| MAN9966 | 8685000278 | ALEXANDRO DOS SANTOS | 6050/3 | 208 |
| MAP4470 | 8685000219 | RITA PUETTER | 6050/3 | 208 |
| MAQ1521 | SF00050862 | SERGIO WANZYNACK | 6050/3 | 208 |
| MAQ9622 | 8685001115 | ANDREA CAMARGO DE AZAMBUJA | 6050/3 | 208 |
| MAS3179 | SF00051004 | MARILZE MARIA BATISTA | 6050/3 | 208 |

| | | | | |
|---------|------------|---------------------------------------|--------|-----|
| MAT8685 | SF00048129 | NELSON AREVALO | 6050/3 | 208 |
| MAU2652 | SF00041450 | TEREZINHA GUIMARAES | 6050/0 | 208 |
| MAU8412 | SF00050905 | IVONE MORETTO TRIDAPALLI | 6050/3 | 208 |
| MAW0056 | SF00042281 | JANILSON AURELIO CHAVES | 6050/0 | 208 |
| MAX6260 | SF00050287 | MARIA HELENA RUSSI PEREIRA | 6050/3 | 208 |
| MAZ0922 | SF00045496 | PABLO ALBERTO SID | 6050/0 | 208 |
| MAZ2220 | 8685001080 | CELSO HUGO PRAUN | 6050/3 | 208 |
| MAZ6521 | SF00043523 | MARCOS MACHADO | 6050/0 | 208 |
| MBA1578 | SF00050789 | ROSALIA WAL | 6050/3 | 208 |
| MBB3062 | SF00048224 | ZILDO GONCALVES DOS SANTOS | 6050/3 | 208 |
| MBB3062 | SF00048863 | ZILDO GONCALVES DOS SANTOS | 6050/3 | 208 |
| MBB3062 | SF00051116 | ZILDO GONCALVES DOS SANTOS | 6050/3 | 208 |
| MBB3145 | 8685000066 | VALMIR FERNANDES | 6050/3 | 208 |
| MBB5636 | SF00050493 | ELMIR ARNOLD | 6050/3 | 208 |
| MBD0869 | SF00043605 | EURIDES NICOLETTI | 6050/0 | 208 |
| MBD9046 | 8685000372 | JONAS ESPIRITO SANTO | 6050/3 | 208 |
| MBG5518 | SF00045212 | SALESIO JOSE SCHMOELLER | 6050/0 | 208 |
| MBI0016 | SF00048586 | ISRAEL JOSE APOLINARIO | 6050/3 | 208 |
| MBJ5737 | SF00051111 | EVA MARIA DA SILVA | 6050/3 | 208 |
| MBK4299 | SF00040903 | JEANE GRASIELA SCHWARTZ | 6050/0 | 208 |
| MBK4635 | SF00050153 | NEUSA STURMER | 6050/3 | 208 |
| MBL7229 | SF00049255 | PAULO ROBERTO DOS SANTOS SILVA | 6050/3 | 208 |
| MBM6609 | SF00049422 | PLINIO DALLAGO | 6050/3 | 208 |
| MBN0978 | SF00043974 | MARCO AURELIO VAZ | 6050/0 | 208 |
| MBO0096 | SF00049700 | SOLANGE FERNANDES SANTOS DOMINGOS | 6050/3 | 208 |
| MBO5648 | 8685000018 | RENALDO FERMIANO | 6050/3 | 208 |
| MBP3944 | 8685001205 | VASLOG TRANSPORTES LTDA - EPP | 6050/3 | 208 |
| MBP6648 | SF00048593 | ADRIANO RODRIGUES | 6050/3 | 208 |
| MBR2818 | SF00042270 | JOSIANE LOPES | 6050/0 | 208 |
| MBU8425 | 8685010667 | MICHELE DOS SANTOS RIBEIRO | 6050/3 | 208 |
| MBX6903 | SF00041587 | CAMILE TARTARI TONIAL | 6050/0 | 208 |
| MBY5376 | SF00043931 | REGIANE CRISTINA LOURENCO | 6050/0 | 208 |
| MCC3042 | 8685000544 | DARIUS REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA | 6050/3 | 208 |
| MCC3738 | SF00048443 | JUSSARA CUNHA NEVES | 6050/3 | 208 |
| MCF9212 | SF00043153 | EDRIANO DE SOUZA | 6050/0 | 208 |
| MCG0320 | SF00050929 | MARCELO AUGUSTO DA SILVA | 6050/3 | 208 |
| MCH2290 | SF00047914 | MADEIREIRA CAMPOS LTDA ME | 6050/3 | 208 |

| | | | | |
|---------|------------|--|--------|-----|
| MCI7810 | SF00049501 | VALDETE KOEHLER DAROLT | 6050/3 | 208 |
| MCJ2857 | 8685000822 | CARLOS ALBERTO DE SOUZA | 6050/3 | 208 |
| MCM4377 | SF00048473 | EDUARDO CARDOSO CARPES | 6050/3 | 208 |
| MCO6322 | 8685000095 | CLEONICE CAMASSOLA | 6050/3 | 208 |
| MCQ1597 | SF00048104 | MARCOS HEIDEMANN | 6050/3 | 208 |
| MCR6439 | SF00043129 | LUCAS ROBERTO GALVAGNI | 6050/0 | 208 |
| MCV3819 | SF00048294 | MARCO ANTONIO BRAMORSKI | 6050/3 | 208 |
| MCW5164 | 8685000671 | DANIELA DE LIMA | 6050/3 | 208 |
| MCX4249 | SF00050320 | ROSELI NECKEL | 6050/3 | 208 |
| MCX9277 | SF00050058 | MARCIO AMAURI DOERING | 6050/3 | 208 |
| MCZ5472 | SF00027333 | MARIA APARECIDA REICHERT | 6050/0 | 208 |
| MCZ6487 | SF00051108 | SANDRO DOS SANTOS ROSSI | 6050/3 | 208 |
| MDA9782 | SF00041653 | ALCEU STUHLER | 6050/0 | 208 |
| MDB8668 | 8685009757 | IVANI FARIAS CORBELLA | 6050/3 | 208 |
| MDC9344 | SF00049905 | GUINCHOS SANTOS LTDA | 6050/3 | 208 |
| MDD0304 | 8685000429 | ARTUR HAUBERT MENEZES | 6050/3 | 208 |
| MDG9123 | SF00050954 | FRANCISCO EUZEBIO CABRAL | 6050/3 | 208 |
| MDH0145 | SF00040822 | LORETA WOLFF | 6050/0 | 208 |
| MDI0268 | 8685001109 | FRANCISCO ANTERO DIAS | 6050/3 | 208 |
| MDL6897 | SF00049392 | JOAO BATISTA FERST | 6050/3 | 208 |
| MDO8561 | SF00048710 | ALTAIR REINERT | 6050/3 | 208 |
| MDQ6663 | SF00050364 | MAICON JEAN RODRIGUES | 6050/3 | 208 |
| MDR7442 | SF00045415 | EDUARDO LUIZ GARLET | 6050/0 | 208 |
| MDT6665 | SF00047390 | SIDNEY JEFERSON SILVEIRA | 6050/3 | 208 |
| MDV3159 | SF00042374 | WILSON ZABEL | 6050/0 | 208 |
| MDW2639 | 8685000867 | OSNEI ELIO TURSKI | 6050/3 | 208 |
| MDW4945 | SF00042651 | CHARLES ZABEL | 6050/0 | 208 |
| MDW9125 | SF00045805 | MAURI DOMINGOS ROSA | 6050/0 | 208 |
| MDY8807 | SF00047844 | ANDREA BIANCHINI MOREIRA | 6050/3 | 208 |
| MDZ8117 | SF00043848 | JOSE ANTONIO DE OLIVEIRA | 6050/0 | 208 |
| MDZ8659 | 8685000353 | RAFAEL RICARDO JUNKES | 6050/3 | 208 |
| MEA3892 | SF00041196 | ROTA TUBOS IND. DE ARTE. LAMINADOS DE MADEIRA LTDA | 6050/0 | 208 |
| MEC2918 | SF00050610 | MARCIA WALENDOWSKY | 6050/3 | 208 |
| MED0289 | SF00051132 | CRISTINA CARDOSO ARENA | 6050/3 | 208 |
| MED3025 | SF00050472 | BRUNO PEREIRA SILVA | 6050/3 | 208 |
| MED9869 | SF00051061 | PAULA MAFFEZZOLLI | 6050/3 | 208 |
| MEE2143 | SF00049325 | NOEL MACIEL JUNIOR | 6050/3 | 208 |

| | | | | |
|---------|------------|---|--------|-----|
| MEF0338 | SF00047680 | IVAN COSME CARDOSO | 6050/3 | 208 |
| MEG2167 | 8685001067 | ANA LUCIA MACHADO NIEHUES | 6050/3 | 208 |
| MEH1286 | SF00045385 | ANTONIO EDESIO JUNGLES | 6050/0 | 208 |
| MEH5259 | 8685010432 | ADRIANO DIAS | 6050/3 | 208 |
| MEJ0005 | SF00044547 | JONAS NAGEL | 6050/0 | 208 |
| MEN2820 | 8685000615 | ANDRE MARCELO TREVISOL | 6050/3 | 208 |
| MEO2736 | SF00045661 | LUCAS HAEFFNER SCHWANTES | 6050/0 | 208 |
| MEO3387 | SF00047837 | RAFAEL MIRANDA NEVES | 6050/3 | 208 |
| MEP8009 | SF00048984 | ANILSON JOSE PEREIRA | 6050/3 | 208 |
| MES4167 | SF00049390 | RUI MIGUEL FREITAS MARQUES | 6050/3 | 208 |
| MET2126 | 8685000854 | ISABEL CRISTINA DA SILVA | 6050/3 | 208 |
| MET7296 | SF00050810 | ELIANE MARIA VALSOLER DE OLIVEIRA NUNES | 6050/3 | 208 |
| MET7868 | SF00048826 | THAIS MARIANE BIEMBENGUT FARIA | 6050/3 | 208 |
| MEU6119 | 8685010371 | SOFIA HABITZREUTER | 6050/3 | 208 |
| MEU6498 | 8685007922 | ALEXANDRO FRAGA | 6050/3 | 208 |
| MEV2775 | SF00048689 | ARI SILVIO ALEXANDRE | 6050/3 | 208 |
| MEW0949 | SF00043530 | CLEONICE LUIZ | 6050/0 | 208 |
| MFB2822 | 8685009935 | LORENCO KREIDLOW | 6050/3 | 208 |
| MFE0086 | 8685000318 | VEG LOCADORA DE VEICULOS LTDA | 6050/3 | 208 |
| MFE1309 | SF00048042 | LUIS CARLOS SCHMIDT DE CARVALHO FILHO | 6050/3 | 208 |
| MFE3535 | SF00042736 | FABIANE ROGAL | 6050/0 | 208 |
| MFF3972 | SF00048455 | SINEZIO JOSE SILVEIRA | 6050/3 | 208 |
| MFF7154 | SF00049347 | SIDNEI DOS SANTOS | 6050/3 | 208 |
| MFG3591 | SF00046698 | NEIVA REGINA BIAZUS NEVES | 6050/0 | 208 |
| MFG3591 | SF00050298 | NEIVA REGINA BIAZUS NEVES | 6050/3 | 208 |
| MFH1966 | 8685009957 | LUCIANA SUELI DIAS | 6050/3 | 208 |
| MFH4809 | 8685000474 | DENILSON REIS VILA NOVA | 6050/3 | 208 |
| MFJ9949 | 8685000988 | VALDIR CARLOS ZORTEIA | 6050/3 | 208 |
| MFK6065 | 8685000086 | WANDERLEY CORREIA JUNIOR | 6050/3 | 208 |
| MFK8920 | SF00048529 | AGENOR ANTONIO BOLOMINI | 6050/3 | 208 |
| MFN9469 | SF00044422 | ADEMIR CHICATTO | 6050/0 | 208 |
| MFP2234 | SF00049769 | TEREZINHA ZANELLA | 6050/3 | 208 |
| MFP2358 | SF00048050 | LUIZ MAFRA | 6050/3 | 208 |
| MFS0620 | 8685010201 | DIEGO DOS SANTOS | 6050/3 | 208 |
| MFS5618 | 8685000572 | EVANDRO LUIZ FISCHER | 6050/3 | 208 |
| MFT7295 | 8685009901 | VANDERLEI SIMIENTCOSKI | 6050/3 | 208 |
| MFW4984 | 8685009803 | SANLEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP | 6050/3 | 208 |

| | | | | |
|---------|------------|--|--------|-----|
| MFY5607 | 8685010143 | ODONE MOTTA DA ROSA | 6050/3 | 208 |
| MGA0109 | SF00049713 | MIGUEL ARCANJO DOS SANTOS | 6050/3 | 208 |
| MGB3324 | 8685010169 | TOP CAR VEICULOS LTDA | 6050/3 | 208 |
| MGC4932 | SF00050314 | PRA VOCE TURISMO AGENCIA DE VIAGENS LTDA ME | 6050/3 | 208 |
| MGJ2931 | SF00044783 | REVELINO VOLLES | 6050/0 | 208 |
| MGJ8872 | SF00029174 | JAMES MISCHUR | 6050/0 | 208 |
| MGK9890 | SF00050716 | OSMARINA LOMBARDI | 6050/3 | 208 |
| MGM8960 | SF00041768 | CINTIA DA SILVA ANTONIO | 6050/0 | 208 |
| MGS0105 | SF00050081 | ROSE MARY GRAHL | 6050/3 | 208 |
| MHA6830 | SF00048021 | ELIANE OLIVEIRA | 6050/3 | 208 |
| MHO3180 | SF00049747 | MARIA IRIA REICHERT DA SILVA | 6050/3 | 208 |
| MHR4430 | SF00043168 | MARCIA GORETTI ZIMMERMANN | 6050/0 | 208 |
| MIC1930 | SF00041430 | CARLOS SIMAO | 6050/0 | 208 |
| MIC5030 | SF00048424 | BEATRIZ DE ALCANTARA | 6050/3 | 208 |
| MJF8690 | SF00049205 | SR PAO PANIFICACAO E ALIMENTOS CONGELADOS LTDA | 6050/3 | 208 |
| MJJ7777 | SF00047249 | ERNANI BRAZ WERLANG | 6050/3 | 208 |
| MJR6655 | SF00048320 | RODRIGO SPILLERE | 6050/3 | 208 |
| MJR9400 | 8685009826 | SUSANA MARIA RANSDORF BATISTA | 6050/3 | 208 |
| MJZ6969 | SF00048179 | JONAS SELL | 6050/3 | 208 |
| MKI0066 | SF00045322 | LIZETE MARIA SCHMIDT WEBER | 6050/0 | 208 |
| MKM0310 | SF00050881 | JOSE MARCIEL NEIS E CIA LTDA | 6050/3 | 208 |
| MMA7290 | SF00050968 | ANTONIO ALFREDO CARDOSO | 6050/3 | 208 |
| MMJ3005 | SF00045198 | JOAOSINHO FERREIRA DE CASTRO | 6050/0 | 208 |
| MML1119 | 8685000077 | CLAUDINEI DELLA GIUSTINA MAZIERO | 6050/3 | 208 |
| MMM1408 | SF00050978 | RICARDO GREUEL | 6050/3 | 208 |
| MMM7557 | 8685009983 | ZILDA ULLER | 6050/3 | 208 |
| MUP0797 | SF00048334 | JOSE BRAULIO ALVES | 6050/3 | 208 |
| MUY3297 | SF00048457 | WILSON COELHO POTURLHAK | 6050/3 | 208 |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 26 DE MAIO DE 2010

EMERSON LUIZ ANDRADE
DIRETOR GERAL DA DITRAN

Governador Celso Ramos

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de contrato nº. 082/2010

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 082/2010. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS. CONTRATADO: MARCONI KIRCH - ME. OBJETO: Locação de um veículo Kombi, semi nova em bom estado de conservação. PRAZO: Da assinatura do contrato até 31/12/2010. VALOR: R\$ 25.320,00 (Vinte e cinco mil e trezentos e vinte reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Infra-estrutura e Serviços Públicos.

Governador Celso Ramos, 07 de junho de 2010.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES
Prefeito Municipal.

Herval do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação - PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE HERVAL D'OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2010
UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE
TIPO: Menor preço por Item

OBJETO
Registro de Preços para aquisição de material odontológico de uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste,

ENTREGA DOS ENVELOPES
Até às 14:00 horas do dia 22/06/2010.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO
Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal 2577/2009. e demais legislação vigente e pertinente à matéria

EDITAL NA ÍNTEGRA
O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 11,90 (onze reais e noventa centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br onde poderão retirá-lo, mediante identificação, endereço, número de telefone, fac-símile e/ou e-mail e CNPJ ou CPF, sem custo adicional.
Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 07 de junho de 2010.
ADAIR JOSÉ CERON
Gestor do Fundo

Aviso de Licitação - PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE HERVAL D'OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2010
UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
TIPO: Menor preço por Item

OBJETO
Registro de Preços para aquisição de material de limpeza e higiene, para uso das Secretarias e Fundos Municipais

ENTREGA DOS ENVELOPES
Até às 14:00 horas do dia 21/06/2010.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:
Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal 2577/2009. e demais legislação vigente e pertinente à matéria

EDITAL NA ÍNTEGRA
O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 11,90 (onze reais e noventa centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br onde poderão retirá-lo, mediante identificação, endereço, número de telefone, fac-símile e/ou e-mail e CNPJ ou CPF, sem custo adicional.
Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 07 de junho de 2010.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

José Boiteux

PREFEITURA MUNICIPAL

Editais 002/2010

EDITAL N.º 02/2010, DE 04 DE JUNHO DE 2010
CONCURSO PÚBLICO PARA AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE
O PREFEITO MUNICIPAL, JOSÉ LUIZ LOPES E A COMISSÃO DO CONCURSO PUBLICO 001/2010, tornam pública a prorrogação do período de inscrição para o concurso público para provimento de emprego publico de agente comunitário de saúde, regulamentado pelo Edital n.º 01/2010, de 03 de maio de 2010, publicado no DOM/SC e no DO N. 18.838 de 03 de maio de 2010, até o dia 18 de JUNHO de 2010, mediante o recolhimento da taxa de inscrição, observando-se o DESCRITO NO EDITAL, ficando alterado também a data de homologação das inscrições que passara a ser no dia 21 de junho de 2010 e a data da prova no dia 27 de junho de 2010, no local e horário definido no edital.

José Boiteux, 04 de junho de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

JULIANO LEITE
Presidente da Comissão Concurso 001/2010



Meleiro

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria n.º 143/2010

PORTARIA n.º 143/2010

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

CLAÚDIO JOSE TOMAZZI, Prefeito Municipal de Meleiro em exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000, RESOLVE:

R E T O R N A R

Art. 1.º Da licença saúde, a servidora CAROLINA SCHUMACHER, ocupante do cargo de Psicóloga, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 10/05/2010.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 119/2010.

Meleiro, 7 de Junho de 2010.
CLAÚDIO JOSE TOMAZZI
Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.
JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 144/2010

PORTARIA n.º 144/2010

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

CLAÚDIO JOSE TOMAZZI, Prefeito Municipal de Meleiro em exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 89 e seguintes da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000, RESOLVE:

C O N C E D E R

Art. 1.º A servidora pública municipal CAROLINA SCHUMACHER, ocupante do cargo de Psicóloga, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a licença gestante por 120 (cento e vinte) dias, a partir da presente data, conforme atestado médico apresentado.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 11/05/2010.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 07 de Junho de 2010.
CLAÚDIO JOSE TOMAZZI
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.
JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria n° 145/2010

PORTARIA n° 145/2010

DISPÕE SOBRE A PROMOÇÃO POR MERECIMENTO

CLAÚDIO JOSE TOMAZZI, Prefeito Municipal de Meleiro em exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Complementar n° 014/2005 de 27 de outubro de 2005, RESOLVE:

Considerando, que o servidor público não teve em últimos 5 (cinco) anos, 3 (três) ou mais advertências, não sofreu, nos últimos 5(cinco) anos pena de suspensão disciplinar ou apresentou mais de 10(dez) faltas injustificadas intercaladas ou não, não infringiu disposição da Lei que expressamente comine os efeitos da interrupção e /ou suspensão da contagem de tempo de serviço. Não incorreu em qualquer punição por faltas previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando, que o Parecer Jurídico é favorável a concessão da promoção por merecimento.

C O N C E D E R

Art 1º Aos Servidores públicos municipais, a promoção por merecimento, previsto no artigo 11 e 24 da Lei complementar n° 014/2005, de 27 de outubro de 2005, aplicando-se 5% (cinco por cento) sobre o salário de cada categoria funcional, relacionados no anexo Único, parte integrante desta Portaria.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 01/06/2010.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 07 de Junho de 2010.
CLAÚDIO JOSE TOMAZZI
Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.
JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

| Matri- cula | Nome do (a) Servidor (a) | Cargo | Período |
|----------------|-----------------------------|------------------------------|----------------------------|
| 688 | Jardel Xavier de Moura | Auxiliar Serviços Gerais | 01/06/2005 á 01/06/2010 |
| 709 | Tadeu Rogério Bonfante | Analista Recursos Humanos | 01/06/2005 á 01/06/2010 |
| 708 | Sandra Simon Pereira | Tesoureiro | 01/06/2005 á 01/06/2010 |
| 711 | Joelma Torette Dordete | Auxiliar de enfermagem | 01/06/2005 á 01/06/2010 |

Meleiro, 07 de Junho de 2010.
CLAÚDIO JOSE TOMAZZI
Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.
JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Nova Trento

PREFEITURA MUNICIPAL

Resumo de Ata de registro de preços 001/2010/FMS

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 001/2010/FMS

PROCESSO Nº 047/2010 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2010

Aos vinte e seis dias do mês de maio de 2010, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 26/05/2010, RESOLVE registrar os preços da empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com a s seguintes disposições a seguir: OBJETO: A presente ATA tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição parcelada de MEDICAMENTOS e MATERIAIS DE ENFERMAGEM, para manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Nova Trento, para fornecimento conforme a necessidade, durante o ano de 2010, conforme especificações constantes do Edital de Licitação nº 047/2010 – Pregão Presencial nº 018/2010. As Licitantes registradas para os materiais cotados são:

SULMEDI-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (CNPJ: 92.536.010/0001-64)

LOTE 01 – Analgésicos Antipiréticos e Antiinflamatórios.

| Item | Qtd | Und. | ESPECIFICAÇÃO | Marca | Pço. Uni | Pço Tot |
|-------|---------|--------|---------------------------------|-----------|----------|--------------|
| 1 | 140.000 | Comp | Ácido Acetil Salicílico 100mg | SOBRAL | R\$ 0,01 | R\$ 1.400,00 |
| 2 | 2.000 | Comp. | Alopurinol 100 mg | SOBRAL | R\$ 0,03 | R\$ 60,00 |
| 3 | 200 | Frasco | Buscopam composto injetável amp | FARMACE | R\$ 0,59 | R\$ 118,00 |
| 4 | 200 | Frasco | Buscopam injetável amp. | HIPOLABOR | R\$ 0,43 | R\$ 86,00 |
| 5 | 2.000 | Comp. | Colchicina 0,5mg | GEOLAB | R\$ 0,10 | R\$ 200,00 |
| 6 | 500 | Frasco | Diclofenaco injetável ampola | TEUTO | R\$ 0,22 | R\$ 110,00 |
| 7 | 60.000 | Comp. | Diclofenaco Potássico 50 mg | VITAMED | R\$ 0,01 | R\$ 600,00 |
| 8 | 60.000 | Comp. | Diclofenaco Sódico 50 mg | VITAMED | R\$ 0,01 | R\$ 600,00 |
| 9 | 1.000 | Frasco | Diclofenaco Sol. Oral Gotas | HIPOLABOR | R\$ 0,61 | R\$ 610,00 |
| 10 | 100.000 | Comp. | Dipirona 500mg | PRATI | R\$ 0,02 | R\$ 2.000,00 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 5.784,00 |

Valor Total homologado do Licitante: R\$ 5.784,00

METROMED - COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. (CNPJ: 83.157.032/0001-22)

GRUPO 2 – Analgésicos Antipiréticos e Antiinflamatórios.

| Item | Qtd | Und. | ESPECIFICAÇÃO | Marca | Pço. Uni | Pço Tot |
|-------|---------|--------|--------------------------------------|-----------------|------------|---------------|
| 11 | 200 | Frasco | Dipirona Sódica Injetável | FARMACE | R\$ 0,2903 | R\$ 58,05 |
| 12 | 3.000 | Frasco | Dipirona Sol. Oral Gotas | HIPOLABOR | R\$ 0,4740 | R\$ 1.422,00 |
| 13 | 50.000 | Comp. | Escopalamina n-butil + dipirona 10mg | PRATI DONADUZZI | R\$ 0,1161 | R\$ 5.805,00 |
| 14 | 3.000 | Frasco | Escopalamina n-butil + dipirona 20ml | PRATI DONADUZZI | R\$ 1,2285 | R\$ 3.685,50 |
| 15 | 15.000 | Comp | Ibuprofeno 200mg | MULTILAB | R\$ 0,0387 | R\$ 580,50 |
| 16 | 30.000 | Comp. | Ibuprofeno 600mg | VITAPAN | R\$ 0,0677 | R\$ 2.031,00 |
| 17 | 500 | Frasco | Ibuprofeno gotas | GEOLAB | R\$ 1,4413 | R\$ 720,65 |
| 18 | 25.000 | Comp. | Nimesulida 100 mg | GEOLAB | R\$ 0,0387 | R\$ 967,50 |
| 19 | 2.000 | Frasco | Paracetamol Gotas 200mg/ml | SOBRAL | R\$ 0,3966 | R\$ 793,20 |
| 20 | 100.000 | Comp. | Paracetamol 500mg | PRATI DONADUZZI | R\$ 0,0193 | R\$ 1.930,00 |
| 21 | 1000 | Frasco | Paracetamol Sol. Oral Gotas 100mg/ml | PRATI DONADUZZI | R\$ 0,3966 | R\$ 396,60 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 18.390,00 |

SULMEDI-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (CNPJ: 92.536.010/0001-64)

GRUPO 3 – Hipertensão, Diabetes, Cardiotônicos.

| Item | Qtd | Und. | ESPECIFICAÇÃO | Marca | Pço. Uni | Pço Tot |
|------|--------|-------|------------------|-----------------|------------|--------------|
| 22 | 25.000 | Comp. | Amiodarona 200mg | GEOLAB | R\$ 0,0795 | R\$ 1.986,50 |
| 23 | 50.000 | Comp. | Atenolol 25 mg | PRATI DONADUZZI | R\$ 0,0177 | R\$ 885,00 |



| | | | | | | |
|-------|---------|-------|-----------------|-----------------|------------|---------------|
| 24 | 80.000 | Comp. | Atenolol 50mg | PRATI DONADUZZI | R\$ 0,0177 | R\$ 1.416,00 |
| 25 | 50.000 | Comp. | Atenolol 100mg | PRATI DONADUZZI | R\$ 0,0266 | R\$ 1.330,00 |
| 26 | 180.000 | Comp. | Captopril 25mg | MARIOL | R\$ 0,0106 | R\$ 1.908,00 |
| 27 | 50.000 | Comp. | Captopril 50mg | PRATI DONADUZZI | R\$ 0,0266 | R\$ 1.330,00 |
| 28 | 10.000 | Comp. | Verapamil 40mg | SANDOZ | R\$ 0,0443 | R\$ 443,00 |
| 29 | 20.000 | Comp. | Verapamil 80mg | SANVAL | R\$ 0,0487 | R\$ 974,00 |
| 30 | 5.000 | Comp. | Verapamil 120mg | SANDOZ | R\$ 0,4959 | R\$ 2.749,50 |
| 31 | 45.000 | Comp. | Digoxina 0,25mg | TEUTO | R\$ 0,0266 | R\$ 1.197,00 |
| 32 | 30.000 | Comp. | Enalapril 5 mg | HIPOLABOR | R\$ 0,0177 | R\$ 531,00 |
| 33 | 100.000 | Comp. | Enalapril 10mg | ROYTON | R\$ 0,0204 | R\$ 2.040,00 |
| 34 | 100.000 | Comp. | Enalapril 20mg | GREENPHARM | R\$ 0,0266 | R\$ 2.660,00 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 19.180,00 |

DIMASTER – COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (CNPJ: 02.520.829/0001-40)

GRUPO 4 – Hipertensão, Diabetes, Cardiotônicos.

| Item | Qtd | Und. | ESPECIFICAÇÃO | Marca | Pço. Uni | Pço Tot |
|-------|---------|-------|--|-----------|-----------|---------------|
| 35 | 65.000 | Comp. | Furosemida 40mg | HIPOLABOR | R\$ 0,016 | R\$ 1.040,00 |
| 36 | 25.000 | Comp. | Metildopa 250 mg | LABORIS | R\$ 0,068 | R\$ 1.700,00 |
| 37 | 30.000 | Comp. | Metildopa 500mg | LABORIS | R\$ 0,137 | R\$ 4.110,00 |
| 38 | 10.000 | Comp. | Nifedipino 20mg | GEOLAB | R\$ 0,024 | R\$ 240,00 |
| 39 | 100.000 | Comp. | Hidroclorotiazida 25mg | PHARLAB | R\$ 0,011 | R\$ 1.100,00 |
| 40 | 10.000 | Comp. | Propranolol 10mg | EMS | R\$ 0,160 | R\$ 1.600,00 |
| 41 | 80.000 | Comp. | Propranolol 40mg | VITAPAN | R\$ 0,011 | R\$ 880,00 |
| 42 | 20.000 | Comp. | Amilorida 25 mg + Clortalidona 12,5 mg | EMSAN | R\$ 0,014 | R\$ 280,00 |
| 43 | 20.000 | Comp. | Amilorida 50 mg+ Clortalidona 12,5 mg | VITAPAN | R\$ 0,070 | R\$ 1.400,00 |
| 44 | 30.000 | Comp. | Clopidogrel 75 mg | MEDLEY | R\$ 0,690 | R\$ 20.700,00 |
| 45 | 10.000 | Comp. | Cilostazol 50 mg | EUROFARM | R\$ 0,350 | R\$ 3.500,00 |
| 46 | 10.000 | Comp. | Cilostazol 100 mg | EUROFARM | R\$ 0,640 | R\$ 6.400,00 |
| 47 | 30.000 | Comp. | Anlodipino 5 mg | GEOLAB | R\$ 0,017 | R\$ 510,00 |
| 48 | 30.000 | Comp. | Anlodipino 10 mg | GEOLAB | R\$ 0,036 | R\$ 72,00 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 43.532,00 |

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (CNPJ: 81.706.251/0001-98)

GRUPO 5 – Hipertensão, Diabetes, Cardiotônicos.

| Item | Qtd | Und. | ESPECIFICAÇÃO | Marca | Pço. Uni | Pço Tot |
|-------|-------|-------|----------------------------|-----------------|------------|--------------|
| 49 | 2.000 | Comp. | Carvedilol 6,25 mg | BIOSINTET | R\$ 0,2250 | R\$ 45,00 |
| 50 | 2000 | Amp. | Furosemida injetável | TEUTO | R\$ 0,2163 | R\$ 432,60 |
| 51 | 2.000 | Comp. | Metoprolol 50 mg | ASTRAZENE | R\$ 0,9242 | R\$ 1.848,40 |
| 52 | 20000 | Comp. | Metoprolol 100 mg | BIOSINTET | R\$ 0,1475 | R\$ 2.950,00 |
| 53 | 10000 | Comp. | Losartana Potássica 50 mg | PRATI DONADUZZI | R\$ 0,0492 | R\$ 492,00 |
| 54 | 20000 | Comp. | Losartana Potássica 100 mg | PRATI DONADUZZI | R\$ 0,0983 | R\$ 1.966,00 |
| 55 | 2000 | Comp. | Espironolactona 25 mg | CELLOFARM | R\$ 0,1377 | R\$ 275,40 |
| 56 | 2.000 | Comp. | Isossorbida 40 mg | BIOSINTETI | R\$ 0,1377 | R\$ 275,40 |
| 57 | 2.000 | Comp. | Isossorbida 5 mg | GREENPHARM | R\$ 0,0197 | R\$ 39,40 |
| 58 | 2.000 | Comp. | Isossorbida Sub- Lingual | BALDACCI | R\$ 0,3146 | R\$ 629,20 |
| 59 | 2.000 | Comp. | Isossorbida 10 mg | | R\$ 0,0295 | R\$ 59,00 |
| 60 | 2.000 | Comp. | Isossorbida 20 mg | | R\$ 0,0688 | R\$ 137,60 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 9.150,00 |



COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA. (CNPJ: 67.729.178/0004-91)
GRUPO 6 – Diabetes.

| Item | Qtd | Und. | ESPECIFICAÇÃO | Marca | Pço. Uni | Pço Tot |
|-------|--------|-------|-------------------|----------|------------|--------------|
| 61 | 2.000 | Comp. | Glimepirida 2 mg | CIFARMA | R\$ 0,0760 | R\$ 152,00 |
| 62 | 50.000 | Comp. | Metformina 500mg | MULTILAB | R\$ 0,0294 | R\$ 1.470,00 |
| 63 | 50.000 | Comp. | Metformina 850mg | GEOLAB | R\$ 0,0294 | R\$ 1.470,00 |
| 64 | 30.000 | Comp. | Glibenclamida 5mg | ROYTON | R\$ 0,0196 | R\$ 588,00 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 3.680,00 |

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA. (CNPJ: 67.729.178/0004-91)
GRUPO 7 – Antiparasitários Anti-helmintos e Antifúngicos.

| Item | Qtd | Und. | ESPECIFICAÇÃO | Marca | Pço. Uni | Pço Tot |
|-------|--------|--------|---|-----------------|------------|---------------|
| 65 | 3.000 | Comp. | Albendazol 200 mg | VITAPAN | R\$ 0,1997 | R\$ 599,15 |
| 66 | 6.000 | Comp. | Albendazol 400 mg | PRATI DONADUZZI | R\$ 0,1499 | R\$ 899,40 |
| 67 | 3.000 | Susp. | Albendazol 40mg/ml | GEOLAB | R\$ 0,5497 | R\$ 1.649,10 |
| 68 | 500 | Unid. | Cetoconazol 100ml - Shampoo | PRATI DONADUZZI | R\$ 3,6380 | R\$ 1.819,00 |
| 69 | 20.000 | Comp | Cetoconazol 200 mg | HIPOLABOR | R\$ 0,0500 | R\$ 1.000,00 |
| 70 | 500 | Creme | Cetoconazol 30g | GEOLAB | R\$ 0,8995 | R\$ 449,75 |
| 71 | 500 | Frasco | Deltametrina shampo 100ml | STA TEREZINHA | R\$ 0,9994 | R\$ 499,70 |
| 72 | 6.000 | Comp. | Fluconazol 150 mg | HIPOLABOR | R\$ 0,1199 | R\$ 719,40 |
| 73 | 7.000 | Comp | Mebendazol 100 mg | PRATI DONADUZZI | R\$ 0,0300 | R\$ 210,00 |
| 74 | 1.500 | Susp. | Mebendazol Suspensão | MARIOL | R\$ 0,3598 | R\$ 539,70 |
| 75 | 2.000 | Bisn. | Metronidazol + Nistatina creme vaginal, c/ 50gr + aplicador | PRATI DONADUZZI | R\$ 2,9284 | R\$ 5.856,80 |
| 76 | 15000 | Comp. | Metronidazol 250mg | PRATI DONADUZZI | R\$ 0,0300 | R\$ 450,00 |
| 77 | 2.000 | Bisn. | Metronidazol Creme Vaginal, c/50gr + aplicador | TEUTO | R\$ 0,8995 | R\$ 1.799,00 |
| 78 | 2.000 | Frasco | Metronidazol Susp. Oral | NEOQUIMIC | R\$ 0,8295 | R\$ 1.659,00 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 18.150,00 |

DIPROLMEDI - MEDICAMENTOS LTDA. (CNPJ: 03.362.758/0001-68)
GRUPO 8 – Antiparasitários Anti-helmintos e Antifúngicos.

| Item | Qtd | Und. | ESPECIFICAÇÃO | Marca | Pço. Uni | Pço Tot |
|-------|-------|--------|--------------------------------|---------------|------------|--------------|
| 79 | 1.000 | Creme | Miconazol 30g | TEUTO | R\$ 0,8994 | R\$ 899,40 |
| 80 | 2.500 | Bisn. | Nistatina Pomada c/ aplicador | TEUTO | R\$ 0,8903 | R\$ 2.225,75 |
| 81 | 1.000 | Frasco | Nistatina sus. Oral 100.000 UI | TEUTO | R\$ 1,2850 | R\$ 1.285,00 |
| 82 | 500 | Frasco | Permetrina loção 1% | STA TEREZINHA | R\$ 1,1565 | R\$ 578,25 |
| 83 | 4.000 | Comp. | Secnidazol 1000 mg | MEDLEY | R\$ 0,3029 | R\$ 1.211,60 |
| Total | | | | | | R\$ 6.200,00 |

DIPROLMEDI - MEDICAMENTOS LTDA. (CNPJ: 03.362.758/0001-68)
GRUPO 9 – Antibióticos.

| Item | Qtd | Un | ESPECIFICAÇÃO | Marca | Pço. Uni | Pço Tot |
|------|--------|--------|---|-----------|------------|---------------|
| 84 | 10.000 | Comp. | Amoxicilina + Ácido Clavulânico 500 mg + 125 mg | RANBAXY | R\$ 0,5330 | R\$ 5.329,76 |
| 85 | 1.000 | Frasco | Amoxicilina + Ácido Clavulânico Sus. Oral 50 mg/ml e 12,5 mg/ml | RANBAXY | R\$ 5,7194 | R\$ 5.719,40 |
| 86 | 3.000 | Frasco | Amoxicilina 250mg/5ml 60ml | NEO QUIMI | R\$ 1,2505 | R\$ 3.751,50 |
| 87 | 60.000 | Comp. | Amoxicilina 500mg | MULTILAB | R\$ 0,0776 | R\$ 4.656,00 |
| 88 | 1.000 | Frasco | Ampicilina 250mg/ml 60ml | MULTILAB | R\$ 1,47 | R\$ 1.473,50 |
| 89 | 10.000 | Comp. | Ampicilina 500mg | MULTILAB | R\$ 0,1260 | R\$ 1.260,00 |
| 90 | 40.000 | Comp | Azitromicina 500 mg | EUROFARM | R\$ 0,2714 | R\$ 10.856,00 |
| 91 | 2.000 | Frasco | Azitromicina susp. Oral 40mg/ml | MULTILAB | R\$ 2.7046 | R\$ 5.409,20 |
| 92 | 300 | Amp. | Benzil Penicilina Benzatina 1.200.000 UI | TEUTO | R\$ 0,9500 | R\$ 285,00 |



| | | | | | | |
|-------|-----|------|---|-------|------------|---------------|
| 93 | 300 | Amp. | Benzil Penicilina Benzatina 600.000 UI | TEUTO | R\$ 0,8240 | R\$ 247,20 |
| 94 | 200 | Amp. | Benzilpenicilina procaína + benzilpenicilina pos-tássica 400.000 UI | TEUTO | R\$ 0,5622 | R\$ 112,44 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 39.100,00 |

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA. (CNPJ: 67.729.178/0004-91)

GRUPO 10 – Antibióticos.

| Item | Qtd | Un | ESPECIFICAÇÃO | Marca | Pço. Uni | Pço Tot |
|-------|--------|---------|--|-----------------|------------|---------------|
| 95 | 30.000 | Comp. | Cefalexina 500 mg | BERGAMO | R\$ 0,1281 | R\$ 3.842,80 |
| 96 | 1.000 | Frasco | Cefalexina sup.oral 50mg/ml | NEO QUIMIC | R\$ 1,9310 | R\$ 1.931,00 |
| 97 | 30.000 | Comp. | Ciprofloxacino 500mg | LABORIS | R\$ 0,0824 | R\$ 2.472,00 |
| 98 | 3.000 | Comp. | Eritromicina 250mg | PRATI DONADUZZI | R\$ 0,1098 | R\$ 329,40 |
| 99 | 1.000 | Frasco | Eritromicina 60ml Suspensão | PRATI DONADUZZI | R\$ 1,4551 | R\$ 1.455,10 |
| 100 | 4.000 | Bisnaga | Neomicina + Bacitracina Pomada | MULTILAB | R\$ 0,5857 | R\$ 2.342,80 |
| 101 | 1.000 | Unid. | Sulfadiazina de Prata 50g - Pomada | PRATI DONADUZZI | R\$ 1,5100 | R\$ 1.510,00 |
| 102 | 1.500 | Frasco | Sulfametoxazol + Trimetoprima Susp. | PRATI DONADUZZI | R\$ 0,7230 | R\$ 1.084,50 |
| 103 | 8.000 | Comp. | Sulfametoxazol + Trimetoprima 400/80mg | PRATI DONADUZZI | R\$ 0,0366 | R\$ 292,80 |
| 104 | 3.000 | Comp. | Tetraciclina 500mg | PRATI DONADUZZI | R\$ 0,0732 | R\$ 219,60 |
| Total | | | | | | R\$ 15.480,00 |

DIMASTER – COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (CNPJ: 02.520.829/0001- 40)

GRUPO 11 – Respiratório.

| Item | Qtd. | Und. | ESPECIFICAÇÃO | Marca | Pço. Uni | Pço Tot |
|-------|--------|--------|--|-----------------|-------------|---------------|
| 105 | 2.000 | Frasco | Ambroxol Xarope Adulto 100 ml | HIPOLABOR | R\$ 0,8101 | R\$ 1.620,25 |
| 106 | 2.000 | Frasco | Ambroxol Xarope Infantil 100 ml | HIPOLABOR | R\$ 0,8102 | R\$ 1.620,40 |
| 107 | 500 | Unid | Acetilcisteína 200 mg - Sache | U.QUIMICA | R\$ 0,7813 | R\$ 390,65 |
| 108 | 10.000 | Comp. | Aminofilina 100mg | VITAPAN | R\$ 0,0164 | R\$ 164,00 |
| 109 | 200 | Frasco | Beclometasona Aer. 50 mcg/dose | FARMALAB | R\$ 24,8846 | R\$ 4.976,92 |
| 110 | 200 | Frasco | Beclometasona Aer. 250 mcg/dose | GLENMARK | R\$ 21,7981 | R\$ 4.359,62 |
| 111 | 500 | Frasco | Dropripizina xarope adulto 120 ml | PRATI DONADUZZI | R\$ 2,2570 | R\$ 1.128,50 |
| 112 | 500 | Frasco | Dropripizina xarope ped. 120 ml | PRATI DONADUZZI | R\$ 2,0834 | R\$ 1.041,70 |
| 113 | 200 | Frasco | Fenoterol 5mg/ml 20ml | HIPOLABOR | R\$ 1,4082 | R\$ 281,64 |
| 114 | 1.500 | Frasco | Iodeto De Potássio Xarope 100ml | IFAL | R\$ 0,9163 | R\$ 1.374,45 |
| 115 | 200 | Frasco | Ipatorrópio; Brometo de 0,25mg/ml 20ml | N. QUIMICA | R\$ 0,5401 | R\$ 108,02 |
| 116 | 500 | Comp. | Teofilina 100 mg | ABBOTT | R\$ 0,4437 | R\$ 221,85 |
| 117 | 1.000 | Frasco | Salbutamol Xarope 100ml | PRATI DONADUZZI | R\$ 0,7620 | R\$ 762,00 |
| Total | | | | | | R\$ 18.050,00 |

DIMACI MATERIAL CIRÚRGICO LTDA. (CNPJ: 90.251.109/0001-94)

GRUPO 12 – Antialérgicos e Imunossupresores.

| Item | Qtd | Um | ESPECIFICAÇÃO | Marca | Pço. Uni | Pço Tot |
|------|--------|--------|---|---------|------------|--------------|
| 118 | 120 | Frasco | Dersani 100ml | FBM | R\$ 4,5131 | R\$ 541,57 |
| 119 | 10.000 | Bisn. | Dexametasona Creme | TEUTO | R\$ 0,4405 | R\$ 4.405,00 |
| 120 | 2.000 | Frasco | Dexametasona Xarope | FARMACE | R\$ 0,8044 | R\$ 1.608,80 |
| 121 | 200 | Amp. | Dexametasona injetável | FARMACE | R\$ 0,2203 | R\$ 44,06 |
| 122 | 5.000 | Comp. | Dexclorfenniramina 2 mg | SANVAL | R\$ 0,0096 | R\$ 48,00 |
| 123 | 2.000 | Frasco | Dexclorfenniramina, maleato Sol. Oral 0,4 mg/ml | TEUTO | R\$ 0,7182 | R\$ 1.436,40 |
| 124 | 100 | Amp. | Hidrocortizona 500 mg | ARISTON | R\$ 0,9193 | R\$ 181,95 |
| 125 | 1.000 | Frasco | Loratadina sol. 100 ml | MARIOL | R\$ 0,9193 | R\$ 919,30 |
| 126 | 12.000 | Comp. | Loratadina 10 mg | GEOLAB | R\$ 0,0431 | R\$ 517,20 |
| 127 | 10.000 | Comp. | Prednisona 5 mg | SANVAL | R\$ 0,0201 | R\$ 201,00 |
| 128 | 15.000 | Comp. | Prednisona 20 mg | SANVAL | R\$ 0,0402 | R\$ 603,00 |



| | | | | | | |
|-------|--------|--------|--|-----------------|------------|---------------|
| 129 | 100 | Amp. | Prometazina 25 mg injetável | SANVAL | R\$ 0,6512 | R\$ 65,12 |
| 130 | 20.000 | Comp. | Prometazina 25 mg | TEUTO | R\$ 0,0306 | R\$ 612,00 |
| 131 | 1.000 | Frasco | Prednisolona fosfato sódico sol. Oral 3mg/ml | PRATI DONADUZZI | R\$ 3,0166 | R\$ 3.016,60 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 14.200,00 |

METROMED - COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. (CNPJ: 83.157.032/0001-22)

GRUPO 13 – Trato Gastrointestinal.

| Item | Qtd | Unid | ESPECIFICAÇÃO | Marca | Pço. Uni | Pço Tot |
|-------|---------|--------|---|-----------------|------------|--------------|
| 132 | 100 | Frasco | Cimetidina 150 mg/ml injetável | N. QUIMICA | R\$ 0,3548 | R\$ 35,48 |
| 133 | 12.000 | Comp. | Cimetidina 200mg | PRATI DONADUZZI | R\$ 0,0294 | R\$ 352,80 |
| 134 | 1.000 | Frasco | Hidróxido de alumínio e magnésio susp. Oral 35,6 mg + 37 mg | NATIVITA | R\$ 1,1972 | R\$ 1.197,20 |
| 135 | 25.000 | Comp. | Metoclopramida 10mg | HIPOLABOR | R\$ 0,0196 | R\$ 490,00 |
| 136 | 1.000 | Frasco | Metoclopramida 10ml gotas | HIPOLABOR | R\$ 0,3238 | R\$ 323,80 |
| 137 | 200 | Frasco | Metoclopramina injetável amp. | ISOFARMA | R\$ 0,2061 | R\$ 41,22 |
| 138 | 110.000 | Comp. | Omeprazol 20 mg. | PRATI DONADUZZI | R\$ 0,0294 | R\$ 3.234,00 |
| 139 | 35.000 | Comp. | Ranitidina 150mg | SANVAL | R\$ 0,0393 | R\$ 1.375,00 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 7.050,00 |

CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (CNPJ: 03.652.030/0001-70)

GRUPO 14 – Medicamentos Diversos.

| Item | Qtd | Unid | ESPECIFICAÇÃO | Marca | Pço. Uni | Pço Tot |
|-------|--------|-------|----------------------|-----------------|------------|--------------|
| 140 | 30.000 | Comp. | Ácido Fólico 5mg | PRATI DONADUZZI | R\$ 0,0097 | R\$ 291,18 |
| 141 | 8.000 | Comp. | Carbonato de Cálcio | HIPOLABOL | R\$ 0,0388 | R\$ 310,40 |
| 142 | 15.000 | Comp. | Complexo B | BELFAR | R\$ 0,0388 | R\$ 582,00 |
| 143 | 15.000 | Comp. | Flunarizina 10mg | VITAPAN | R\$ 0,0582 | R\$ 873,00 |
| 144 | 100 | Amp. | Cloreto de sódio | ISOFARMA | R\$ 0,2813 | R\$ 28,13 |
| 145 | 100 | Amp. | Cloreto de potássio | ISOFARMA | R\$ 0,2813 | R\$ 28,13 |
| 146 | 200 | Amp. | Complexo B injetável | HYPORMA | R\$ 0,5821 | R\$ 116,42 |
| 147 | 50 | Amp. | Atropina injetável | HYPORMA | R\$ 0,4074 | R\$ 20,37 |
| 148 | 50 | Amp. | Adrenalina injetável | HYPORMA | R\$ 0,4074 | R\$ 20,37 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 2.270,00 |

CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (CNPJ: 03.652.030/0001-70)

GRUPO 15 – Medicamentos Diversos.

| Item | Qtd | Unid | ESPECIFICAÇÃO | Marca | Pço. Uni | Pço Tot |
|-------|--------|-------|--------------------------------------|---------------|------------|--------------|
| 149 | 50 | Amp. | Efortil injetável | UNIAO QUIMICA | R\$ 0,8400 | R\$ 42,00 |
| 150 | 5.000 | Comp. | Noretisterona 0,35 mg cx c/ 35 comp. | BIOLAB | R\$ 0,1800 | R\$ 900,00 |
| 151 | 5.000 | Comp. | Levotiroxina sódica 25 mg | ACHE | R\$ 0,1000 | R\$ 500,00 |
| 152 | 5.000 | Comp. | Levotiroxina sódica 50 mg | ACHE | R\$ 0,12 | R\$ 600,00 |
| 153 | 5.000 | Comp. | Levotiroxina sódica 100 mg | ACHE | R\$ 0,1200 | R\$ 600,00 |
| 154 | 3.000 | Comp. | Levodopa + Carbidopa 250 mg + 25 mg | NEO QUIMICA | R\$ 0,1400 | R\$ 420,00 |
| 155 | 2.000 | Comp. | Nitrofurantoina 100 mg | TEUTO | R\$ 0,1000 | R\$ 200,00 |
| 156 | 2.000 | Comp. | Pergamato de potássio 100 mg | MARIOL | R\$ 0,0400 | R\$ 80,00 |
| 157 | 50.000 | Comp. | Sinvastatina 20 mg | MULTILAB | R\$ 0,0300 | R\$ 1.500,00 |
| 158 | 50.000 | Comp. | Sinvastatina 40 mg | MULTILAB | R\$ 0,0700 | R\$ 3.500,00 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 8.342,00 |

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (CNPJ: 81.706.251/0001-98)

GRUPO 16 – Medicamentos Diversos.

| Item | Qtd | Unid | ESPECIFICAÇÃO | Marca | Pço. Uni | Pço Tot |
|------|--------|--------|----------------------|-----------|------------|------------|
| 159 | 200 | Frasco | Óleo Mineral | RIOQUIMIC | R\$ 1.5753 | R\$ 315,05 |
| 160 | 30.000 | Comp. | Sulfato Ferroso 40mg | PRATI | R\$ 0,0285 | R\$ 855,00 |



| | | | | | | |
|-------|--------|--------|---|-----------|------------|--------------|
| 161 | 1.000 | Frasco | Sulfato Ferroso Sol. Oral 25mg/ML Gotas | HIPOLABOR | R\$ 0,3894 | R\$ 389,40 |
| 162 | 35.000 | Comp. | Vitaminas e Sais Minerais | VITAMED | R\$ 0,0475 | R\$ 1.662,50 |
| 163 | 2.500 | Unid. | Sais de Reidratação Oral - Envelope | PRATI | R\$ 0,2279 | R\$ 569,75 |
| 164 | 500 | Comp. | Estrogênio Conjugado | SANVAL | R\$ 0,2469 | R\$ 123,45 |
| 165 | 500 | Comp. | Permanganato de Potássio | FARMACE | R\$ 0,0285 | R\$ 14,25 |
| 166 | 3.000 | Frasco | Polivitaminico sol. Oral. | BELFAR | R\$ 1,1302 | R\$ 3.390,00 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 7.320,00 |

ALTERMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALAR LTDA. (CNPJ: 00.802.002/0001-02)

GRUPO 17 – Insumos para Diabetes.

| Item | Qtd | Und | ESPECIFICAÇÃO | Marca | Pço. Uni | Pço Tot |
|-------|-----|--------|---------------------------------------|----------------|--------------|---------------|
| 167 | 80 | Frasco | Insulina Humalog 3 ml (para caneta) | LILLY | R\$ 35,3571 | R\$ 2.828,57 |
| 168 | 50 | Frasco | Insulina Humalog 10 ml (para seringa) | LILLY | R\$ 75,4231 | R\$ 3.771,16 |
| 169 | 80 | Frasco | Insulina Lantus 3ml (para caneta) | SANOFI AVENTIS | R\$ 88,9981 | R\$ 7.119,85 |
| 170 | 40 | Frasco | Insulina Lantus 10 ml (para seringa) | SANOFI AVENTIS | R\$ 284,2605 | R\$ 11.370,42 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 25.090,00 |

CRIVITA DIAGNOSTICA LTDA. (CNPJ: 03.241.947/0001-82)

GRUPO 18 – Insumos para Diabetes.

| Item | Qtd | Unid | Especificação | Marca | Pr. Unit. | Pr. Total |
|-------|--------|-------|--|---------|-----------|--------------|
| 171 | 15.000 | Unid. | Lanceta descartável p/ punção digital, universal. A empresa vencedora deverá fornecer 60 lancetadores em comodato. | PREMIUM | R\$ 0,10 | R\$ 1.500,00 |
| 172 | 10000 | Unid | Lanceta para obtenção de amostra de sangue capilar com agulha siliconizada, com ponta trifacetada, com dispositivo automático de segurança, retrátil, estéril por radiação GAMA, uso único, descartável 25G. Não necessita de Caneta Lancetadora que atenda a NR 32. | TKL | R\$ 0,30 | R\$ 3.000,00 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 4.500,00 |

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. (CNPJ: 03.033.589/0001-12)

GRUPO 19 – Insumos para Diabetes - Seringas

| Item | Qtd | Unid | Especificação | Marca | Pr. Unit. | Pr. Total |
|-------|--------|------|--|-------|------------|--------------|
| 173 | 15.000 | Unid | Seringa Insulina U-100 c/ Agulha Superfina 9,5mm x 0,3mm | INJEX | R\$ 0,3467 | R\$ 5.199,90 |
| 174 | 3000 | Unid | Seringa Insulina U-100 c/ Agulha Superfina 8,0mm x 0,3mm | INJEX | R\$ 0,3467 | R\$ 1.040,10 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 6.240,00 |

FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA. (CNPJ: 07.164.711/0001-40)

GRUPO 20 – Insumos para Diabetes.

| Item | Qtd | Und | ESPECIFICAÇÃO | Marca | Pço. Uni | Pço Tot |
|-------|-----|-------|---|------------------|-------------|---------------|
| 175 | 700 | Caixa | Tira teste p/ dosagem de glicemia sanguínea, em amostra de sangue capilar venoso, arterial e neonatal, por metodologia de aspiração capilar. Faixa de medição entre 10 e 600 mg/dl. Embalagem de caixa com 50 unidades. Deverá acompanhar a bula original do produto na proposta. Obs: A empresa vencedora deverá fornecer 60 aparelhos para leitura das tiras, sem ônus para a Prefeitura, bem como assistência técnica permanente e substituição do equipamento em caso de defeito em até 48 horas. | ACCU-CHEK ACTIVE | R\$ 24,1429 | R\$ 19.000,00 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 19.000,00 |



SULMEDI-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (CNPJ: 92.536.010/0001-64)
GRUPO 21 – Medicamentos Sujeitos a Controle Especial.

| Item | Qtd | Unid. | ESPECIFICAÇÃO | Marca | Pço. Uni | Pço Tot |
|-------|--------|--------|---|------------|------------|---------------|
| 176 | 15.000 | Comp. | Biperideno 2 mg | CRISTALIA | R\$ 0,0620 | R\$ 930,00 |
| 177 | 50.000 | Comp. | Carbamazepina 200 mg | N. QUIMICA | R\$ 0,0420 | R\$ 2.100,00 |
| 178 | 30.000 | Comp. | Carbamazepina 400 mg | TEUTO | R\$ 0,1100 | R\$ 3.300,00 |
| 179 | 500 | Frasco | Carbamazepina xarope 20 mg/ml | MEDLEY | R\$ 3,9000 | R\$ 1.950,00 |
| 180 | 10.000 | Comp. | Cloridrato de clorpromazina 100mg | CRISTALIA | R\$ 0,1100 | R\$ 1.100,00 |
| 181 | 1.000 | Frasco | Cloridrato de clorpromazina sol. Oral 40mg/ml | CRISTALIA | R\$ 3,2900 | R\$ 3.290,00 |
| 182 | 10.000 | Comp. | Cloridrato de clorpromazina 25mg | CRISTALIA | R\$ 0,0800 | R\$ 800,00 |
| 183 | 30.000 | Comp | Carbonato de Lítio 450 mg | EUROFARM | R\$ 1,0000 | R\$ 30.000,00 |
| 184 | 25.000 | Comp | Carbonato de Lítio 300 mg | ARROW | R\$ 0,0900 | R\$ 2.250,00 |
| 185 | 5.000 | Comp. | Citalopran 20 mg | N. QUIMICA | R\$ 0,1000 | R\$ 500,00 |
| 186 | 10.000 | Comp. | Fenitoína 100mg | TEUTO | R\$ 0,0400 | R\$ 400,00 |
| 187 | 1.000 | Frasco | Fenitoína susp. Oral 25mg/ml | PFIZER | R\$ 1,0000 | R\$ 1.000,00 |
| 188 | 100 | Frasco | Fenobarbital Gotas | SANVAL | R\$ 2,3000 | R\$ 230,00 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 47.850,00 |

DIMASTER – COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (CNPJ: 02.520.829/0001-40)
GRUPO 22 – Medicamentos Sujeitos a Controle Especial.

| Item | Qtd | Unid. | ESPECIFICAÇÃO | Marca | Pço. Uni | Pço Tot |
|-------|---------|--------|---|------------|------------|---------------|
| 189 | 15.000 | Comp. | Levomepromazina 25mg | UCI | R\$ 0,0992 | R\$ 1.488,08 |
| 190 | 25.000 | Comp | Levomepromazina 100 mg | UCI | R\$ 0,3466 | R\$ 8.665,00 |
| 191 | 30.000 | Comp. | Fenobarbital 100 mg | TEUTO | R\$ 0,0594 | R\$ 1.782,00 |
| 192 | 3.000 | Comp. | Haloperidol 1 mg | TEUTO | R\$ 0,04 | R\$ 124,80 |
| 193 | 30.000 | Comp. | Haloperidol 5 mg | TEUTO | R\$ 0,0347 | R\$ 1.041,00 |
| 194 | 1.000 | Frasco | Haloperidol sol. Oral 2 mg/ml | U. QUIMICA | R\$ 2,0996 | R\$ 2.099,60 |
| 195 | 90.000 | Comp. | Fluoxetina 20 mg | N. QUIMICA | R\$ 0,0297 | R\$ 2.673,00 |
| 196 | 6.000 | Comp. | Neuleptil 10 mg | SANOFI | R\$ 0,3268 | R\$ 1.960,80 |
| 197 | 10.000 | Comp. | Nortriptilina 50mg | TEUTO | R\$ 0,1188 | R\$ 1.188,00 |
| 198 | 100.000 | Comp. | Cloridrato de Amitriptilina | N. QUIMICA | R\$ 0,0208 | R\$ 2.080,00 |
| 199 | 15.000 | Comp. | Divalproato de Sódio 500 mg | ABBOTT | R\$ 1,9412 | R\$ 29.118,00 |
| 200 | 3.000 | Comp. | Oxcarbamazepina 300mg | MEDLEY | R\$ 0,4259 | R\$ 1.277,70 |
| 201 | 6.000 | Comp. | Nortriptilina 25 mg | TEUTO | R\$ 0,0891 | R\$ 534,60 |
| 202 | 6.000 | Comp. | Venlafaxina 150 mg | MEDLEY | R\$ 0,5843 | R\$ 3.505,80 |
| 203 | 50 | Amp. | Fenobarbital injetável | U. QUIMICA | R\$ 0,7824 | R\$ 39,12 |
| 204 | 5.000 | Comp. | Valproato de sódio 500 mg (ácido valproico) | SANOFI | R\$ 0,5645 | R\$ 2.822,50 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 60.400,00 |

DIPROLMEDI - MEDICAMENTOS LTDA. (CNPJ: 03.362.758/0001-68)
GRUPO 23 – Oftalmologia.

| Item | Qtd | Unid | ESPECIFICAÇÃO | Marca | Pço. Uni | Pço Tot |
|-------|-----|--------|---|------------|-------------|--------------|
| 205 | 15 | Frasco | Cloridrato de ciclopentolato (Colírio) fr. 5ml | LATINOFAR | R\$ 7,4500 | R\$ 111,75 |
| 206 | 50 | Frasco | Cloridrato de tetracaina + Cloridrato de fenilefrina fr. 5ml col. | ALLERGAN | R\$ 7,1000 | R\$ 355,00 |
| 207 | 50 | Frasco | Cloridrato de dexametasona (Colírio) fr. 5 ml | ALCON | R\$ 6,0900 | R\$ 304,50 |
| 208 | 100 | Frasco | Cilodex 5 ml | EMS | R\$ 8,2000 | R\$ 820,00 |
| 209 | 100 | Frasco | Maleato de timolol 0,25 % 5 ml | MERCK | R\$ 8,2000 | R\$ 820,00 |
| 210 | 100 | Frasco | Maleato de timolol 0,50 % 5 ml | TEUTO | R\$ 0,9800 | R\$ 98,00 |
| 211 | 100 | Frasco | Tobramicina 5ml | BIOSINTETI | R\$ 6,5200 | R\$ 652,00 |
| 212 | 100 | Frasco | Anestalcon colírio | ALCON | R\$ 6,7200 | R\$ 672,00 |
| 213 | 100 | Frasco | Mydríacil colírio | U. QUIMICA | R\$ 11,0000 | R\$ 1.100,00 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 4.933,25 |



DIPROLMEDI - MEDICAMENTOS LTDA. (CNPJ: 03.362.758/0001-68)
GRUPO 24 – Psicotrópicos.

| Item | Qtd | Um | ESPECIFICAÇÃO | Marca | Pço. Uni | Pço Tot |
|-------|---------|--------|------------------------------|------------|------------|---------------|
| 214 | 2.000 | Comp. | Alprazolam 0,5 mg | TORRENT | R\$ 0,1160 | R\$ 232,04 |
| 215 | 2000 | Comp. | Alprazolam 2 mg | MEDLEY | R\$ 0,0772 | R\$ 154,40 |
| 216 | 60.000 | Comp. | Bromazepam 6 mg | SANVAL | R\$ 0,0454 | R\$ 2.724,00 |
| 217 | 30.000 | Comp. | Bromazepam 3 mg | SANVAL | R\$ 0,0290 | R\$ 870,00 |
| 218 | 50.000 | Comp. | Clonazepam 0,5 mg | N. QUIMICA | R\$ 0,0270 | R\$ 1.350,00 |
| 219 | 100.000 | Comp. | Clonazepam 2mg | N. QUIMICA | R\$ 0,0280 | R\$ 2.800,00 |
| 220 | 1.000 | Frasco | Clonazepam gotas 2,5mg | MEDLEY | R\$ 2,1048 | R\$ 2.104,80 |
| 221 | 60.000 | Comp. | Diazepam 10mg | CRISTALIA | R\$ 0,0212 | R\$ 1.272,00 |
| 222 | 40.000 | Comp. | Diazepam 5mg | CRISTALIA | R\$ 0,0193 | R\$ 772,00 |
| 223 | 50 | Amp. | Diazepam 10 mg/2ml injetável | CRISTALIA | R\$ 0,4152 | R\$ 20,76 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 12.300,00 |

ALTERMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALAR LTDA. (CNPJ: 00.802.002/0001-02)
GRUPO 25 – Psicotrópicos.

| Item | Qtd | Um | ESPECIFICAÇÃO | Marca | Pço. Uni | Pço Tot |
|-------|-------|---------|---------------------------------------|------------|------------|------------|
| 224 | 100 | Amp. | Dolosal (dolantina) 50mg/ml injetável | U. QUIMICA | R\$ 1,0530 | R\$ 105,30 |
| 225 | 1.000 | Comp.. | Sulfato de Morfina 10 mg comprimido | U. QUIMICA | R\$ 0,1050 | R\$ 105,00 |
| 226 | 100 | Frascos | Sulfato de Morfina 10 mg/ml | HIPOLABOR | R\$ 0,5260 | R\$ 52,60 |
| 227 | 100 | Amp. | Sulfato de morfina injetável | U. QUIMICA | R\$ 1,1840 | R\$ 118,40 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 381,30 |

CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (CNPJ: 03.652.030/0001-70)
GRUPO 26 –

| Item | Qtd | Und. | ESPECIFICAÇÃO | Marca | Pço. Uni | Pço Tot |
|-------|-------|-------|---|-----------|------------|---------------|
| 228 | 2.000 | Comp. | Flunitrazepam (Rohydorm) 2 mg | SIGMA | R\$ 0,7264 | R\$ 1.452,80 |
| 229 | 1.000 | Comp. | Cloridrato de duloxetina (Cymbalta) 60 mg | ELI LILLY | R\$ 7,8276 | R\$ 7.827,60 |
| 230 | 2.000 | Comp. | Cloridrato de duloxetina (Cymbalta) 30 mg | ELI LILLY | R\$ 3,9138 | R\$ 7.827,60 |
| 231 | 3.000 | Comp. | Trazodona (Donaren) 50 mg | APSEN | R\$ 0,5298 | R\$ 1.589,40 |
| 232 | 1.000 | Comp. | Ciprofibrato (Lipless) 100 mg | UCI FARMA | R\$ 0,5042 | R\$ 504,20 |
| 233 | 2.000 | Comp. | Diamicron MR(Gliclazida) | SERVIER | R\$ 0,5982 | R\$ 1.196,40 |
| 234 | 2.000 | Comp. | Apresolina (Hidralazina) 25 mg | NOVARTIS | R\$ 0,1795 | R\$ 359,00 |
| 235 | 2.000 | Comp. | Atensina (Clonidina) 0,200 mg | BOEHRINGE | R\$ 0,1965 | R\$ 393,00 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 21.150,00 |

DIPROLMEDI - MEDICAMENTOS LTDA. (CNPJ: 03.362.758/0001-68)
GRUPO 27 –

| Item | Qtd | Und. | ESPECIFICAÇÃO | Marca | Pço. Uni | Pço Tot |
|-------|--------|-------|---------------------------------|-----------|-------------|---------------|
| 236 | 2.000 | Comp. | Atacand (Candesartana) 16 mg | ASTRAZENE | R\$ 3,1480 | R\$ 6.296,00 |
| 237 | 2.000 | Comp. | Lercanidipina (Zanipid) 20 mg | MEDLEY | R\$ 4,5400 | R\$ 9.080,00 |
| 238 | 10.000 | Comp. | Valsartana (Diovan) 160 mg | NOVARTIS | R\$ 3,1200 | R\$ 31.200,00 |
| 239 | 30.000 | Comp. | Propatilnitrito (Sustrate) 10mg | BRISTOL | R\$ 0,3200 | R\$ 9.600,00 |
| 240 | 1000 | Comp. | Lopid 600 mg (Genfibrozila) | EMS | R\$ 1,0100 | R\$ 1.010,00 |
| 241 | 2.000 | Comp. | Dormonid 7,5 mg | MEDLEY | R\$ 0,4180 | R\$ 836,00 |
| 242 | 3000 | Comp. | Pondera 30 mg (paroxetina) | CRISTALIA | R\$ 0,5800 | R\$ 1.740,00 |
| 243 | 500 | Comp. | Rasilez 150 mg | NOVARTIS | R\$ 3,5600 | R\$ 1.780,00 |
| 244 | 500 | Comp. | Burinax | ABBOTT | R\$ 0,4700 | R\$ 235,00 |
| 245 | 300 | Bisn. | Fibrase 30 gr | PFIZER | R\$ 15,4000 | R\$ 4.620,00 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 66.397,00 |

SULMEDI-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (CNPJ: 92.536.010/0001-64)**GRUPO 28 - Medicamentos**

| Item | Qtd | Unid | Especificação | Marca | Pr. Unit. | Pr. Total |
|--------------|-------|---------|--|----------|-------------|---------------------|
| 246 | 1.000 | Unid. | Água destilada para injeção 10 ml | FARMACE | R\$ 0,1100 | R\$ 110,00 |
| 247 | 1000 | Unid. | Água destilada para injeção 5 ml | FARMACE | R\$ 0,1100 | R\$ 110,00 |
| 248 | 100 | Caixa | Cloridrato de Lidocaina 2% 20 ml, sem Vaso-constritor Cx c/ 12 frascos | HYPOFARM | R\$ 17,0500 | R\$ 1.705,00 |
| 249 | 100 | Bisnaga | Cloridrato de Lidocaina gel | HYPOLABO | R\$ 1,7200 | R\$ 172,00 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 2.097,00 |

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (CNPJ: 81.706.251/0001-98)**GRUPO 29 – Materiais de consumo - Correlatos**

| Item | Qtd | Unid | Especificação | Marca | Pr. Unit. | Pr. Total |
|--------------|------|-------|--|-----------|-------------|----------------------|
| 250 | 150 | Rolo | Algodão Hidrófilo 500 g | BRATEST | R\$ 5,0400 | R\$ 756,00 |
| 251 | 250 | Pcts. | Atadura de crepom – 4 Cm Pct. C/ 12 unid. C/ 13 fios c/ 4,5 mts | UNITEX | R\$ 2,3000 | R\$ 575,00 |
| 252 | 250 | Pcts. | Atadura de crepom – 6 Cm Pct. C/ 12 unid. C/ 13 fios c/ 4,5 mts | UNITEX | R\$ 2,3000 | R\$ 575,50 |
| 253 | 250 | Pcts. | Atadura de crepom – 8 Cm Pct. C/ 12 unid. C/ 13 fios c/ 4,5 mts | UNITEX | R\$ 3,0700 | R\$ 767,50 |
| 254 | 300 | Pcts. | Atadura de crepom – 10 Cm Pct. C/ 12 unid. C/ 13 fios c/ 4,5 mts | UNITEX | R\$ 3,8400 | R\$ 1,152,00 |
| 255 | 350 | Pcts. | Atadura de crepom – 12 Cm Pct. C/ 12 unid. C/ 13 fios c/ 4,5 mts | UNITEX | R\$ 4,6100 | R\$ 1.613,50 |
| 256 | 450 | Pcts. | Atadura de crepom – 15 Cm Pct. C/ 12 unid. C/ 13 fios c/ 4,5 mts | UNITEX | R\$ 5,7600 | R\$ 2.592,00 |
| 257 | 500 | Pcts. | Atadura de crepom – 20 Cm Pct. C/ 12 unid. C/ 13 fios c/ 4,5 mts | UNITEX | R\$ 7,6800 | R\$ 3.840,00 |
| 258 | 3000 | Pcts. | Compressa de gaze 7,5 x 7,5 - 9 fios pct c/ 500 unid. | MEDBLANC | R\$ 4,8000 | R\$ 14.400,00 |
| 259 | 150 | Rolo | Gaze Tipo Queijo 91cm x 91m - 9 fios | REALMINAS | R\$ 22,2000 | R\$ 3.330,00 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 29.601,00 |

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. (CNPJ: 03.033.589/0001-12)**GRUPO 30 – Materiais de consumo - Correlatos**

| Item | Qtd | Unid | Especificação | Marca | Pr. Unit. | Pr. Total |
|--------------|------|-------|--|-----------|-------------|---------------------|
| 260 | 300 | Rolo | Esparadrapo Impermeável – 10 Cm X 4,5 com capa | MISSNER | R\$ 3,4796 | R\$ 1.043,87 |
| 261 | 250 | Rolo | Fita microporosa 25mm x 10m | MISSNER | R\$ 1,3020 | R\$ 325,50 |
| 262 | 250 | Rolo | Fita adesiva para autoclave 19mm x3 0m | CIEX | R\$ 2,4391 | R\$ 609,78 |
| 263 | 300 | Rolo | Fita adesiva hospitalar 16mm x 50m | MISSNER | R\$ 1,2673 | R\$ 380,19 |
| 264 | 150 | Pcts. | Escova Ginecológica pct. C/ 100 | LABORIMPO | R\$ 14,6604 | R\$ 2,199,06 |
| 265 | 3000 | Unid. | Espéculo Vaginal Pequeno- esterelizado | ADLIN | R\$ 0,6684 | R\$ 2.005,20 |
| 266 | 3000 | Unid. | Espéculo Vaginal Médio- esterelizado | ADLIN | R\$ 0,9288 | R\$ 2.786,40 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 9.350,00 |

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (CNPJ: 81.706.251/0001-98)**GRUPO 31 – Materiais de consumo – Correlatos**

| Item | Qtd | Unid | Especificação | Marca | Pr. Unit. | Pr. Total |
|--------------|-------|-------|--|-----------|------------|---------------------|
| 267 | 4000 | Unid. | Seringa descartável 1 ml com agulha 13x4,5 | EMBRAMAC | R\$ 0,1500 | R\$ 600,00 |
| 268 | 4.000 | Unid. | Seringa descartável – 3 ml | EMBRAMAC | R\$ 0,1100 | R\$ 440,00 |
| 269 | 6.000 | Unid. | Seringa descartável – 5 ml | EMBRAMAC | R\$ 0,1200 | R\$ 720,00 |
| 270 | 6.000 | Unid. | Seringa descartável – 10 ml | DESCARPAC | R\$ 0,1800 | R\$ 1.080,00 |
| 271 | 2.500 | Unid. | Seringa descartável – 20 ml | INJEX | R\$ 0,3400 | R\$ 850,00 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 3.690,00 |



TRADE MEDICAL COM. DE MAT. HOSPITALARES LTDA. (CNPJ: 06.555.143/0001-46)
GRUPO 32 – Materiais de consumo – Correlatos

| Item | Qtd | Unid | Especificação | Marca | Pr. Unit. | Pr. Total |
|-------|-----|-------|--|-----------|-------------|------------|
| 272 | 100 | Unid | Cateter intravenoso tipo Abocath N° 22 | MEDCATETE | R\$ 0,4000 | R\$ 40,00 |
| 273 | 100 | Unid | Cateter intravenoso tipo Abocath N° 24 | MEDCATETE | R\$ 0,4400 | R\$ 44,00 |
| 274 | 10 | Cx | Fio de sutura Nylon 3-0 c/24 unid. | MEDSUTURE | R\$ 14,1000 | R\$ 141,00 |
| 275 | 10 | Cx | Fio de sutura Nylon 4-0 c/24 unid. | MEDSUTURE | R\$ 14,1000 | R\$ 141,00 |
| 276 | 10 | Cx | Fio de sutura Nylon 5-0 c/24 unid. | MEDSUTURE | R\$ 14,1000 | R\$ 141,00 |
| 277 | 10 | Cx | Fio de sutura Nylon 6-0 c/24 unid. | MEDSUTURE | R\$ 14,1000 | R\$ 141,00 |
| 278 | 200 | Unid. | Scalp 21g | MED VEIN | R\$ 0,1000 | R\$ 20,00 |
| 279 | 200 | Unid. | Scalp 23g | MED VEIN | R\$ 0,1000 | R\$ 20,00 |
| 280 | 200 | Unid. | Scalp 25g | MED VEIN | R\$ 0,1000 | R\$ 20,00 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 970,00 |

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. (CNPJ: 03.033.589/0001-12)
GRUPO 33– Materiais de consumo - Correlatos

| Item | Qtd | Unid | Especificação | Marca | Pr. Unit. | Pr. Total |
|-------|-----|-------|---------------------------------------|-----------|------------|--------------|
| 281 | 250 | Pcts. | Abaixador de Língua Pct.C/ 100 | GINA | R\$ 0,9989 | R\$ 249,73 |
| 282 | 250 | Pcts. | Espátula de Ayres Pct. C/ 100 | THEOTO | R\$ 2,5664 | R\$ 641,60 |
| 283 | 120 | Caixa | Agulha descartável 13 X 4,5 Cx C/ 100 | SOLIDOR | R\$ 3,1255 | R\$ 375,06 |
| 284 | 120 | Caixa | Agulha descartável 25 X 6 Cx C/ 100 | MEDNEEDLE | R\$ 3,0338 | R\$ 364,06 |
| 285 | 120 | Caixa | Agulha descartável 25 X 7 Cx C/ 100 | MEDNEEDLE | R\$ 3,0338 | R\$ 364,06 |
| 286 | 120 | Caixa | Agulha descartável 30 X 7 Cx C/ 100 | RINCO | R\$ 2,6763 | R\$ 321,16 |
| 287 | 120 | Caixa | Agulha descartável 30 X 8 Cx C/ 100 | MEDNEEDLE | R\$ 3,9504 | R\$ 474,05 |
| 288 | 60 | Caixa | Agulha descartável 40 x 12 Cx c/ 100 | MEDNEEDLE | R\$ 3,1713 | R\$ 190,28 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 2.980,00 |

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (CNPJ: 81.706.251/0001-98)
GRUPO 34 – Materiais de consumo - Correlatos

| Item | Qtd | Unid | Especificação | Marca | Pr. Unit. | Pr. Total |
|-------|-----|------|--|-------------|-------------|--------------|
| 289 | 150 | Cx | Coletor Perfuro cortante 7 Lt cx c/ 10 und. | CARTOON BOX | R\$ 14,7479 | R\$ 2.212,18 |
| 290 | 200 | Cx | Coletor Perfuro cortante 13 Lt cx c/ 10 und. | CARTOON BOX | R\$ 19,9391 | R\$ 3.987,82 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 6.200,00 |

SULMEDI-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (CNPJ: 92.536.010/0001-64)
GRUPO 35 – Materiais de consumo – Correlatos

| Item | Qtd | Unid | Especificação | Marca | Pr. Unit. | Pr. Total |
|-------|------|--------|--|----------|------------|---------------|
| 291 | 25 | Unid. | Kit Para Nebulização - micronebulizador | NS | R\$ 6,1200 | R\$ 153,00 |
| 292 | 40 | Unid. | Almotolia plástica 500 ml | J.PROLAB | R\$ 1,7193 | R\$ 68,77 |
| 293 | 1000 | Pcts. | Propé descartável pacote com 10 pares | SS PLUS | R\$ 1,7562 | R\$ 1.756,20 |
| 294 | 06 | Frasco | Gel p/ eletrocardiograma 1000 ml | ADLIM | R\$ 5,2872 | R\$ 31,72 |
| 295 | 1000 | Pct. | Lençol descartável com elástico pct c/ 10 unid. | MEDGAUZE | R\$ 8,5502 | R\$ 8.550,20 |
| 296 | 50 | Rolo | Lençol descartável 70cm x 50m | KLINICO | R\$ 4,5662 | R\$ 228,31 |
| 297 | 6000 | Unid. | Avental descartável para paciente, sem manga, aberto na frente | ANADONA | R\$ 1,0353 | R\$ 6.211,80 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 17.000,00 |

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (CNPJ: 81.706.251/0001-98)
GRUPO 36 – Materiais de consumo – Correlatos

| Item | Qtd | Unid | Especificação | Marca | Pr. Unit. | Pr. Total |
|------|------|------|-------------------------------|-----------|------------|--------------|
| 298 | 3000 | Par | Luva Cirúrgica estéril nº 7,0 | LENGRUBER | R\$ 0,8000 | R\$ 2.400,00 |
| 299 | 1000 | Par | Luva Cirúrgica estéril nº 6,5 | LENGRUBER | R\$ 0,8000 | R\$ 800,00 |
| 300 | 5000 | Par | Luva Cirúrgica estéril nº 7,5 | LENGRUBER | R\$ 0,8000 | R\$ 4.000,00 |



| | | | | | | |
|-------|------|-----|-------------------------------|-----------|------------|---------------|
| 301 | 2000 | Par | Luva Cirúrgica estéril nº 8,0 | LENGRUBER | R\$ 0,8000 | R\$ 1.600,00 |
| 302 | 2000 | Par | Luva Cirúrgica estéril nº 8,5 | LENGRUBER | R\$ 0,8000 | R\$ 1.600,00 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 10.400,00 |

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. (CNPJ: 03.033.589/0001-12)

GRUPO 37 – Materiais de consumo - Correlatos

| Item | Qtd | Unid | Especificação | Marca | Pr. Unit. | Pr. Total |
|-------|-----|-------|--|--------|------------|---------------|
| 303 | 600 | Caixa | Luva procedimento Pequena – Cx c/ 100 Unid | NUGARD | R\$ 8,8666 | R\$ 5.319,97 |
| 304 | 300 | Caixa | Luva procedimento Grande – Cx c/ 100 unid | NUGARD | R\$ 8,87 | R\$ 2.660,01 |
| 305 | 600 | Caixa | Luva procedimento Média – Cx c/ 100 Unid | NUGARD | R\$ 8,8667 | R\$ 5.320,02 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 13.300,00 |

METROMED - COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. (CNPJ: 83.157.032/0001-22)

GRUPO 38 – Materiais de consumo – Correlatos

| Item | Qtd | Unid | Especificação | Marca | Pr. Unit. | Pr. Total |
|-------|-------|-------|---|----------|-------------|--------------|
| 306 | 200 | Caixa | Lâmina Para Microscópio C/ Extremidade Fosca cx com 100 | SOLIDOR | R\$ 2,2725 | R\$ 454,50 |
| 307 | 2.000 | Unid. | Potes Para Coleta De Escarro (TRANSPARENTE) | J.PROLAB | R\$ 0,2109 | R\$ 421,80 |
| 308 | 50 | Unid. | Fixador Citológico 100ml | ADLIN | R\$ 4,4582 | R\$ 222,91 |
| 309 | 12 | Unid. | Termômetro p/ vacina de máxima e mínima com cabo para caixa térmica | INCOTERM | R\$ 38,4461 | R\$ 461,35 |
| 310 | 75 | Unid. | Termômetro clínico | PREMIUM | R\$ 1,7258 | R\$ 129,44 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 1.690,00 |

ALTERMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALAR LTDA. (CNPJ: 00.802.002/0001-02)

GRUPO 39 – Materiais de consumo – Correlatos

| Item | Qtd | Unid | Especificação | Marca | Pr. Unit. | Pr. Total |
|-------|-----|-------|---|-----------|------------|------------|
| 311 | 300 | Unid. | Tubo para coleta de sangue com gel separador 8,0 ml | CRALPLAST | R\$ 0,8980 | R\$ 269,40 |
| 312 | 500 | Unid. | Tubo para coleta de sangue com tampa 5 ml | BD | R\$ 0,3790 | R\$ 189,50 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 458,90 |

TRADE MEDICAL COM. DE MAT. HOSPITALARES LTDA. (CNPJ: 06.555.143/0001-46)

GRUPO 40 – Materiais de consumo – Correlatos

| Item | Qtd | Unid | Especificação | Marca | Pr. Unit. | Pr. Total |
|-------|------|-------|--------------------------------|------------|------------|------------|
| 313 | 10 | Cx | Lâmina de bisturi nº 11 c/ 100 | MED BLADE | R\$ 9,2000 | R\$ 92,00 |
| 314 | 10 | Cx | Lâmina de bisturi nº 15 c/100 | MED BLADE | R\$ 9,2000 | R\$ 92,00 |
| 315 | 10 | Cx | Lâmina de bisturi nº 22 c/ 100 | MED BLADE | R\$ 9,2000 | R\$ 92,00 |
| 316 | 10 | Cx | Lâmina de bisturi nº 23 c/ 100 | MED BLADE | R\$ 9,2000 | R\$ 92,00 |
| 317 | 1000 | Unid. | Equipo de soro macrogotas | MED EQUIPO | R\$ 0,3000 | R\$ 300,00 |
| 318 | 500 | Unid. | Equipo macrogotas duas vias | MED EQUIPO | R\$ 0,3500 | R\$ 175,00 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 843,00 |

ALTERMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALAR LTDA. (CNPJ: 00.802.002/0001-02)

GRUPO 41 – Soro - Medicamentos

| Item | Qtd | Unid | Especificação | Marca | Pr. Unit. | Pr. Total |
|-------|-------|--------|--------------------------------|----------|------------|--------------|
| 319 | 500 | Frasco | Soro fisiológico 0,9% 125ml | BASA | R\$ 1,9359 | R\$ 967,95 |
| 320 | 1.000 | Frasco | Soro fisiológico 0,9% 250ml | BASA | R\$ 2,0222 | R\$ 2.022,20 |
| 321 | 1200 | Frasco | Soro fisiológico 0,9% 500ml | BASA | R\$ 2,2660 | R\$ 2.719,20 |
| 322 | 500 | Frasco | Soro fisiológico 0,9 % 1000 ml | BASA | R\$ 2,6245 | R\$ 1.312,25 |
| 323 | 350 | Frasco | Soro glicofisiológico 500 ml | SEGMENTA | R\$ 2,5097 | R\$ 878,40 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 7.900,00 |



OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. (CNPJ: 03.033.589/0001-12)

GRUPO 42 – Materiais de consumo - Correlatos

| Item | Qtd | Unid | Especificação | Marca | Pr. Unit. | Pr. Total |
|-------|------|-------|--|-----------|------------|--------------|
| 324 | 250 | Unid | Sonda Foley N° 16 | MED FOLEY | R\$ 0,7391 | R\$ 184,78 |
| 325 | 250 | Unid | Sonda Foley N° 18 | MED FOLEY | R\$ 0,7391 | R\$ 184,78 |
| 326 | 250 | Unid | Sonda uretral N° 06 | BIOSANI | R\$ 0,2920 | R\$ 73,00 |
| 327 | 250 | Unid | Sonda uretral N° 08 | BIOSANI | R\$ 0,3102 | R\$ 77,55 |
| 328 | 250 | Unid | Sonda uretral N° 10 | BIOSANI | R\$ 0,3102 | R\$ 77,55 |
| 329 | 1000 | Unid | Sonda uretral N° 12 | BIOSANI | R\$ 0,3376 | R\$ 337,60 |
| 330 | 300 | Unid. | Bolsa coletora de Urina Estéril sistema fechado 2000ml | MED URINE | R\$ 1,8158 | R\$ 544,74 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 1.480,00 |

ALTERMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALAR LTDA. (CNPJ: 00.802.002/0001-02)

GRUPO 43 – Materiais de consumo - Correlatos

| Item | Qtd | Unid | Especificação | Marca | Pr. Unit. | Pr. Total |
|-------|-------|-------|---|----------|------------|------------|
| 331 | 2.000 | Unid. | Saco de lixo hospitalar 30 Lts (branco) | NEKPLAST | R\$ 0,0861 | R\$ 172,20 |
| 332 | 2.000 | Unid. | Saco de lixo hospitalar 50 Lts (branco) | NEKPLAST | R\$ 0,1163 | R\$ 232,60 |
| 333 | 2.000 | Unid. | Saco de lixo hospitalar 100Lt (branco) | NEKPLAST | R\$ 0,1579 | R\$ 315,80 |
| 334 | 1.000 | Unid. | Saco de lixo hospitalar 150 Lt(branco) | NEKPLAST | R\$ 0,2374 | R\$ 237,40 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 958,00 |

ALTERMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALAR LTDA. (CNPJ: 00.802.002/0001-02)

GRUPO 44 – Saneantes e desinfetantes

| Item | Qtd | Unid | Especificação | Marca | Pr. Unit. | Pr. Total |
|-------|-----|--------|--|--------|-------------|--------------|
| 335 | 200 | Litros | Alcool 70% 1000 ml | WIRATH | R\$ 2,5150 | R\$ 503,00 |
| 336 | 60 | Galão | Desinfetante Sterilabor ou similar galão c/ 5 Litros | WIRATH | R\$ 10,6670 | R\$ 640,02 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 1.143,02 |

ALTERMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALAR LTDA. (CNPJ: 00.802.002/0001-02)

GRUPO 45 – Saneantes e desinfetantes

| Item | Qtd | Unid | Especificação | Marca | Pr. Unit. | Pr. Total |
|-------|-----|--------|--|------------|-------------|--------------|
| 337 | 50 | Litros | Água oxigenada 1000 ml | RIOQUIMICA | R\$ 2,5540 | R\$ 127,70 |
| 338 | 50 | Litros | Vaselina Líquida 1000 MI | WIRATH | R\$ 8,2390 | R\$ 411,95 |
| 339 | 12 | Frasco | Lugol 500 ml | MIYAKO | R\$ 15,4390 | R\$ 185,27 |
| 340 | 10 | Cx | Formol pastilha c/ 100 unid. | INODON | R\$ 1,6840 | R\$ 16,84 |
| 341 | 100 | Frasco | PVPI degermante 1000ml | LM FARMA | R\$ 10,8910 | R\$ 1.089,10 |
| 342 | 100 | Frasco | PVPI tópico 1000ml | RIOQUIMICA | R\$ 8,7860 | R\$ 878,60 |
| 343 | 24 | Litros | Sabonete líquido para assepsia 1000 ml | WIRATH | R\$ 2,1050 | R\$ 50,52 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 2.759,98 |

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. (CNPJ: 03.033.589/0001-12)

GRUPO 46 – Materiais de inox e Instrumentais – Correlatos

| Item | Qtd | Unid | Especificação | Marca | Pr. Unit. | Pr. Total |
|------|-----|-------|---|-------|-------------|------------|
| 344 | 20 | Unid | Cabo p/ bisturi nº 3 | ABC | R\$ 4,2795 | R\$ 85,59 |
| 345 | 20 | Unid | Cabo p/ bisturi nº 4 | ABC | R\$ 4,2803 | R\$ 85,61 |
| 346 | 12 | Unid. | Pinça anatômica com dente de rato 16 cm | ABC | R\$ 5,9655 | R\$ 71,59 |
| 347 | 12 | Unid. | Pinça Mosquito reta 16 cm | ABC | R\$ 25,1090 | R\$ 301,31 |
| 348 | 20 | Unid. | Pinça Kelly curva 16 cm | ABC | R\$ 25,1090 | R\$ 502,18 |
| 349 | 12 | Unid. | Porta agulha Mayo-Hegar 16 cm | ABC | R\$ 14,5767 | R\$ 174,92 |
| 350 | 12 | Unid. | Porta agulha Mayo Hegar 18 cm | ABC | R\$ 17,1971 | R\$ 206,37 |

| | | | | | | |
|-------|----|-------|---------------------------------------|----------|-------------|--------------|
| 351 | 12 | Unid. | Pinça Adson 16 cm | ABC | R\$ 14,1217 | R\$ 169,46 |
| 352 | 12 | Unid. | Tesoura reta Mayo 16 cm | ABC | R\$ 13,2201 | R\$ 158,64 |
| 353 | 12 | Unid. | Tesoura curva Mayo 16 cm | ABC | R\$ 13,2201 | R\$ 158,64 |
| 354 | 20 | Unid. | Tesoura Íris reta 12 cm | ABC | R\$ 7,8108 | R\$ 156,22 |
| 355 | 12 | Unid. | Bandeja Inóx c/ tampa – 20 Cm X 30 Cm | FAMI-ITA | R\$ 61,8457 | R\$ 742,15 |
| 356 | 12 | Unid. | Bacia inox 30 cm | FAMI-ITA | R\$ 42,8033 | R\$ 513,64 |
| 357 | 12 | Unid. | Cuba Inóx Redonda 10 cm | FAMI-ITA | R\$ 7,7096 | R\$ 92,52 |
| 358 | 12 | Unid. | Caixa Inóx Com Tampa (20X15X7) | FAMI-ITA | R\$ 94,3694 | R\$ 1.132,43 |
| 359 | 12 | Unid. | Cuba rim oval 26 cm | FAMI-ITA | R\$ 20,7276 | R\$ 248,73 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 4.800,00 |

METROMED - COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. (CNPJ: 83.157.032/0001-22)

GRUPO 47 – Material inox e Instrumentais – Correlatos

| Item | Qtd | Unid. | Especificação | Marca | Pr. Unit. | Pr. Total |
|-------|-----|-------|-------------------------------------|-------|-------------|------------|
| 360 | 12 | Unid. | Pinça anatômica sem dente 12 cm | ABC | R\$ 5,7100 | R\$ 68,52 |
| 361 | 12 | Unid. | Pinça anatômica sem dente 16 cm | ABC | R\$ 7,0400 | R\$ 84,48 |
| 362 | 15 | Unid. | Pinça anatômica sem dente 18 cm | ABC | R\$ 9,4400 | R\$ 141,60 |
| 363 | 12 | Unid. | Pinça para assepsia pequena 14 cm | ABC | R\$ 7,1900 | R\$ 86,28 |
| 364 | 12 | Unid. | Pinça mosquito delicada reta 14 cm | ABC | R\$ 11,8300 | R\$ 141,96 |
| 365 | 12 | Unid. | Pinça mosquito delicada curva 14 cm | ABC | R\$ 11,8300 | R\$ 141,96 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 664,80 |

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. (CNPJ: 03.033.589/0001-12)

GRUPO 48 – Materiais permanentes – Correlatos

| Item | Qtd | Unid. | Especificação | Marca | Pr. Unit. | Pr. Total |
|-------|-----|-------|--|---------------|--------------|--------------|
| 366 | 12 | Unid. | Biombo duplo | MARCOS MOVEIS | R\$ 101,9475 | R\$ 1.223,37 |
| 367 | 12 | Unid. | Balde lixeira à pedal | VIEL | R\$ 74,6888 | R\$ 896,27 |
| 368 | 06 | Unid. | Suporte de soro altura regulável com rodas | VAGALUME | R\$ 64,6207 | R\$ 387,72 |
| 369 | 25 | Unid. | Esfigmomanômetro adulto | SOLIDOR | R\$ 29,3822 | R\$ 734,56 |
| 370 | 25 | Unid. | Estetoscópio adulto Duo Sonic | SOLIDOR | R\$ 8,3230 | R\$ 208,08 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 3.450,00 |

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGENCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os medicamentos e materiais deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade, na Unidade Sanitária Madre Paulina, sito à Rua Nereu Ramos, 164, Centro de Nova Trento. Após efetuada a solicitação, os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento/SC, 26 de maio de 2010

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

Paial

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 446/10 de 04 de junho de 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAIAL

Lei Nº 446/10 de 04 de junho de 2010

Regulamenta o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas, às empresas de pequeno porte e aos microempreendedores individuais de que trata a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei Complementar regulamenta e consolida o tratamento jurídico diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, em conformidade com o disposto nos arts. 146, III, "d", 170, IX, e 179 da Constituição Federal e as disposições contidas na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta lei, aplicam-se as definições de microempresa, de empresa de pequeno porte e de microempreendedor individual contidas na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

CAPÍTULO II

DA INSCRIÇÃO, LEGALIZAÇÃO E BAIXA

Seção I

Das Diretrizes

Art. 2º Os órgãos públicos municipais envolvidos no processo de abertura e fechamento de empresas observarão a unicidade do processo de registro e de legalização, devendo para tanto articular as competências próprias com aquelas dos demais órgãos das outras esferas envolvidas na formalização empresarial, buscando compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do empresário.

Art. 3º Deverão ser mantidas à disposição dos empresários, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, informações, orientações e instrumentos que permitam pesquisa prévia à etapa de inscrição, alteração e baixa de empresas, de modo a prover a certeza quanto à documentação exigível e quanto à viabilidade da inscrição.

Art. 4º Os procedimentos relativos à consulta de viabilidade, inscrição, alteração e baixa de empresas serão realizados por meio de sistemas informatizados, integrados ao Projeto Registro Mercantil Integrado - REGIN.

Parágrafo único. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a tomar todas as providências necessárias para completa integração dos referidos sistemas.

Art. 5º O Município adotará, para fins de cadastramento, a codificação prevista na Classificação Nacional de Atividades Econômicas

- CNAE.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo regulamentará a forma de atualização cadastral das empresas já inscritas no Município e respectiva vinculação à Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

Seção II

Da Consulta de Viabilidade e da Inscrição

Art. 6º É obrigatória a realização da consulta de viabilidade previamente ao pedido de inscrição da microempresa, da empresa de pequeno porte e do microempresário individual, a qual será efetivada por meio do sistema Registro Mercantil Integrado - REGIN, disponível no site oficial da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC, e requerida preferencialmente por contador ou técnico contábil devidamente registrado no respectivo conselho de classe.

§ 1º A consulta de viabilidade deverá bastar a que o empresário seja informado pelos órgãos competentes:

I - da descrição oficial do endereço de seu interesse e da possibilidade de exercício da atividade econômica desejada no local escolhido;

II - de todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção de licenças de autorização de funcionamento, segundo a natureza da atividade econômica pretendida, o porte, o grau de risco e a localização.

§ 2º Os órgãos competentes disporão do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da realização da consulta no REGIN, para emitir o respectivo parecer, o qual poderá ser pelo:

I - Deferimento da consulta de viabilidade, nos casos de atendimento de todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente;

II - Indeferimento da consulta de viabilidade, nos casos em que não forem atendidas todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente.

§ 3º Na hipótese do inciso II do § 2º deste artigo, o atendimento de todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente, deverá ser cumprido anteriormente ao pedido de inscrição da microempresa, da empresa de pequeno porte ou do microempreendedor individual.

§ 4º O contador ou escritório de contabilidade optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacional deverá prestar orientações e efetuar o pedido de consulta de viabilidade gratuitamente ao microempreendedor individual, nos termos do artigo 18, § 22-B, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 5º Ao microempreendedor individual será facultada a realização de consulta de viabilidade tão-somente para o exercício de atividades econômicas constantes na regulamentação específica aprovada pelo Comitê Gestor do Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

§ 6º A consulta de viabilidade de que trata este artigo será gratuita.

Art. 7º O processo de registro do microempreendedor individual deverá ter trâmite especial, opcional para o empreendedor na forma disciplinada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.



§ 1º A inscrição do microempreendedor individual deverá ser realizada no Portal do Empreendedor, disponível no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, após a realização e deferimento da consulta de viabilidade previsto no artigo 6º desta lei.

§ 2º A realização de inscrição do microempreendedor individual diretamente no Portal do Empreendedor prescindida da realização e deferimento da consulta de viabilidade resultará no indeferimento da inscrição municipal e revogação de eventuais documentos emitidos anteriormente à análise do pedido de inscrição pelo Município, em especial dos registros provisórios do CNPJ e do NIRE.

§ 3º O microempreendedor individual fica isento do pagamento de todas as taxas relativas à primeira inscrição.

§ 4º A partir do segundo ano da inscrição municipal, aplicar-se-ão ao microempreendedor individual as disposições legais relativas às taxas aplicáveis às demais empresas.

Art. 8º A inscrição da microempresa e da empresa de pequeno porte deverá ser realizada no sítio oficial do Município, após o deferimento da consulta de viabilidade.

CAPÍTULO II DO REGIME TRIBUTÁRIO

Art. 9º As microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacional, relativamente ao Imposto Sobre Serviços - ISS, cingir-se-ão às disposições fixadas pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, e pelas normas expedidas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

Art. 10. O recolhimento do ISS devido pelas microempresas incluídas no Simples Nacional, que auferiram receita bruta, nos últimos 12 (doze) meses, igual ou inferior ao valor definido no § 18, do art. 18, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, será feito por estimativa a ser estabelecida pela fiscalização municipal, para aquelas que optarem por tal forma, limitado a:

I - 20 (vinte) UMR - Unidade Municipal de Referência, para as microempresas que auferiram receita de até R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais);

II - 60 (sessenta) UMR - Unidade Municipal de Referência, para as microempresas que auferiram receita entre R\$ 48.000,01 (quarenta e oito mil reais e um centavo) e R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

§ 1º O valor estimado mensal, nos termos do caput, será aplicado a partir do exercício seguinte ao da publicação desta lei.

§ 2º As microempresas que possuam mais de um estabelecimento ou que estejam no ano-calendário de início de atividades ficam impedidas de utilizar o disposto neste artigo.

§ 3º O valor estimado apurado na forma deste artigo será devido ainda que tenha ocorrido retenção ou substituição tributária.

§ 4º O valor estimado apurado na forma deste artigo deverá ser incluído no valor devido pela microempresa relativamente ao Simples Nacional, quando da geração do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS).

Art. 11. A retenção na fonte de ISS devido pelas microempresas ou pelas empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional somente será permitida se observado o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e deverá observar as seguintes normas:

I - a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS pre-

visto nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;

II - na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou da empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº 123/2006;

III - na hipótese do inciso II deste artigo, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subsequente ao do início de atividade em guia própria do Município;

IV - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere este artigo;

V - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II deste artigo no documento fiscal, aplicar-se-á a maior alíquota correspondente ao percentual de ISS prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

VI - não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município;

VII - o valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.

Art. 12. O microempreendedor individual, à microempresa e a empresa de pequeno porte, ficam sujeitas as obrigações acessórias legalmente estabelecidas, observada a Resolução do Comitê Gestor de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (CGSN) nº. 10, de 28 de junho de 2007 e suas alterações.

CAPÍTULO III DA FISCALIZAÇÃO

Art. 13. Sem prejuízo de sua ação específica, a autoridade fiscal exercerá sua atividade prioritariamente de maneira orientadora e não punitiva junto ao microempreendedor individual, à microempresa e à empresa de pequeno porte;

Parágrafo único. Sempre que possível e a infração não colocar em risco os consumidores, os trabalhadores ou o interesse público, o auto de infração será precedido de notificação com prazo de 15 (quinze) dias para solucionar a irregularidade.

Art. 14. Fica autorizado o Município de Paial a firmar convênio com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para realizar a inscrição em dívida ativa municipal e a cobrança judicial dos tributos municipais a que se refere a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Compete ao Chefe do Poder Executivo regulamentar esta lei no prazo de 120 dias e promover ampla divulgação do tratamento diferenciado e favorecido previsto nesta lei.

Art. 16. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Paial, 04 de junho de 2010.

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

ANTONIO SOSTER
Secretário de Administração

Lei Nº 445/2010 de 04 de junho de 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL

LEI Nº 445/2010 DE 04 de JUNHO DE 2010.

Define obrigação de pequeno valor atendendo ao disposto nos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 62/2009 e dá outras providências.

ALDAIR ANTONIO RIGO, Prefeito do Município de Paial, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Ficam definidas como obrigações de pequeno valor as fixadas nesta lei para o pagamento direto, sem precatório, pela Fazenda Pública Municipal.

§ 1º A obrigação de pequeno valor corresponderá ao maior benefício do regime geral de previdência social;

§ 2º É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida nesta Lei e, em parte, mediante expedição de precatório.

§ 3º É vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago na forma prevista nesta Lei.

Art. 2º. Os débitos de pequeno valor contra a Fazenda Pública Municipal, suas autarquias e fundações, resultantes de execuções definitivas dispensarão a expedição de precatório.

Art. 3º. O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do ofício requisitório (requisição de pequeno valor) devendo ser demonstrado o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.

Art. 4º. Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no artigo 1º o pagamento será sempre por meio de precatório, sendo facultado ao credor renunciar expressamente ao crédito excedente e optar pelo pagamento do saldo, sem precatório, mediante requisição de pequeno valor, na forma prevista no § 3º, do artigo 100 da Constituição Federal.

Art. 5º. Para cumprimento do disposto na presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Paial - SC em 04 de junho de 2010.

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Portaria nº 93-A/10, de 20 de maio de 2010 REENQUADRA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII da Lei Orgânica do Município, e arts 32 e 35 da Lei Complementar nº 21/2010;

Considerando a nova denominação do cargo através da Lei Complementar 21/2010, art. 35;

R E S O L V E:

Art. 1º. Reenquadrar o Sevidor. Adair Edmar Ebeling, matrícula 391, CPF nº 018.841.889-07 RG nº 3.643.383 SSP-SC, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas Agrícolas e Similares, para o cargo de Operador de Máquinas Pesadas, nível 150-A, do anexo III da Lei complementar 21/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 20 de maio de 2010.

Aldair Antonio Rigo
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

ANTONIO SOSTER
Sec. Mun. de Administração e Finanças.

Portaria nº 93-B/10, de 20 de maio de 2010 REENQUADRA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII da Lei Orgânica do Município, e arts 32 e 34 da Lei Complementar nº 21/2010;

Considerando a nova denominação do cargo através da Lei Complementar 21/2010, art. 34;

R E S O L V E:

Art. 1º. Reenquadrar a Sevidora Marli das Neves Lorscheitter, matrícula 367, CPF nº 056.564.999-01 RG nº 5.097.761 SSP-SC, ocupante do cargo efetivo de Atendente Odontológico, para o cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, nível 135-A, do anexo III da Lei complementar 21/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 20 de maio de 2010.

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

ANTONIO SOSTER
Sec. Mun. de Administração e Finanças.

Processo de Licitação 32/2010 - Tomada de Preços 02/2010

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL
AVISO DE LICITAÇÃO

1.1 O Município de Paial torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo Menor Preço Global, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Tomada de Preços 02/2010.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 32/2010 - Tomada de Preços 02/2010, julgamento menor preço Global.

Objeto:

Contratação de Empresa do Ramo de engenharia para reforma e reestruturação parcial do Centro de Eventos Claudino Lippert conforme Projeto.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08:45 horas do dia 23 de Junho de 2010, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 09:00 horas do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Paial, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045.

Município de Paial - SC em 04 de Junho de 2010.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA MUNICIPAL

ERRATA- TOMADA de PREÇO Nº 40/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Paulo Lopes

ERRATA

TOMADA DE PREÇO Nº 40/2010

A Prefeitura Municipal de Paulo Lopes torna público que a data para o recebimento da documentação e a proposta da TOMADA DE PREÇO nº 40/2010, objeto aquisição de equipamentos agrícolas, foi prorrogada para o dia 23 de junho de 2010, às 09:00. Maiores informações no telefone (48)3253-0161.

Paulo Lopes, 08 de junho de 2010.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Alteração - Pregão 30/2010 FMS

Prefeitura de Rio do Sul

Secretaria Municipal de Saúde

Divisão de Suprimentos - Setor de Compras

EDITAL DE ALTERAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, através de seu Gestor, Sr. Luiz Carlos Zanis, comunica aos interessados que fica alterado e passa a vigorar com os seguintes dizeres o Edital de Licitação, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços nº 30/2010 - FMS, permanecendo inalteradas todas as demais cláusulas do edital:

Na 1ª página do edital, onde se lê:

"As empresas interessadas em participar desta Licitação deverão comunicar sua intenção ao Departamento de Compras e Licitações através do endereço rua Tuiuti, 154, Centro, Rio do Sul - SC, ou fax (47) 3531-1427, encaminhando preenchido o anexo 07, Declaração de Retirada de Edital."

Leia-se:

"As empresas interessadas em participar desta Licitação deverão comunicar sua intenção ao Departamento de Compras e Licitações através do endereço rua Tuiuti, 154, Centro, Rio do Sul - SC, ou fax (47) 3531-1427, encaminhando preenchido o anexo 06, Declaração de Retirada de Edital."

Fica incluído o anexo 06, conforme modelo abaixo:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2010 - FMS

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL

Nome da empresa: _____.

Endereço: _____.

Telefone: (_____) _____.

Fax: (_____) _____.

E-mail: _____.

Pessoa de contato: _____.

CNPJ da empresa: _____.

Nome completo retirante do edital: _____.

CPF: _____.

DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO Nº 30/2010 - FMS e SEUS ANEXOS.

Rio do Sul (SC), _____ de _____ de 2010.

Assinatura

Rio do Sul, 04 de junho de 2010.

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

Resumo Edital Pregão Presencial nr. 064/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2010

OBJETO: Aquisição de carnes bovina, frango, salsicha e caldo de peixe para atender o setor de merenda escolar, Secretaria de Edu-



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

cação.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 18/06/2010, às 08:00h, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 18/06/2010, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 02 de junho de 2010

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 4.055, de 07 de junho de 2010.

DECRETO Nº 4.055, DE 07 DE JUNHO DE 2010.

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotações, no Orçamento programa de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.842/2009, de 27/11/2009 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso III,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito suplementar no comitê desportivo municipal de São Lourenço, adicionando-se o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na seguinte dotação orçamentária.

| | | |
|---|---|-----------|
| 18.00 | COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO | |
| 18.01 | COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO | |
| 18.01.27.812.4517.1.029.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 | | |
| 02 | Aplicação Direta | 30.000,00 |

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da dotação a seguir descrita, de acordo com o estabelecido no art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64 e Leis Municipais nº 1.842/2009, de 27/11/2009:

| | | |
|---|---|-----------|
| 18.00 | COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO | |
| 18.01 | COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO | |
| 18.01.27.812.4517.1.028.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 | | |
| 01 | Aplicação Direta | 30.000,00 |

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 07 de junho de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.056, de 07 de junho de 2010.

DECRETO Nº 4.056, DE 07 DE JUNHO DE 2010.

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação, no Orçamento programa de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.842/2009, de 27/11/2009 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso II,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito suplementar - excesso de arrecadação, adicionando-se o valor de R\$ 4.480,00 (quatro mil, quatrocentos e oitenta reais), criando as modalidades de aplicação abaixo descritas e suplementado-as:

| | | |
|---|---|----------|
| 11.00 | SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SDS | |
| 11.01 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | |
| 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0059 | | |
| 183 | Aplicação Direta | 4.480,00 |

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior decorrerão a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.842/2009, de 27/11/2009 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso II.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 07 de junho de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 2.116/2010, de 2 de junho de 2010.

DECRETO Nº 2.116/2010, de 2 de junho de 2010.

AUTORIZA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE ESPECIAL INTERESSE PÚBLICO, NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e

Considerando o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando que o Poder Executivo Municipal promoveu Concurso Público para provimento de vagas na Administração Geral do Município, incluindo-se nesse, vagas para o atendimento às atividades-meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (Auxiliar de Serviços Gerais I), e que todos os candidatos aprovados no respectivo concurso já foram convocados e empossados;

Considerando que mesmo com a convocação e posse de todos os aprovados no Concurso Público n.º 001/2009, ainda restam vagas a serem preenchidas no quadro da Administração Geral do Município, em virtude do elevado número de demissões de profissionais desse quadro, no início do ano letivo de 2010;

Considerando que as informações acima foram prestadas pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município, por meio do Ofício n. 007/2010 - SECEL, e que refletem a necessidade imediata de resolução da situação emergencial;



Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável, e que o atendimento   merenda escolar insere-se no contexto sócio-educacional da criança;

DECRETA:

Art. 1º Autoriza-se a contratação pelo Poder Executivo Municipal de 01 (um) profissional no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I - 40h/s, para atuar nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, pelo prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º Fica determinado que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a respectiva Secretaria promova Processo Seletivo Simplificado ou Concurso Público para suprir as vagas supra referidas, nos termos da Lei Municipal n 1.690/2008 e alterações;

Art. 3o Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade   publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei n 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 2 de junho de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrado e publicado na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Decreto N . 2.115/2010, de 02 de junho de 2010.

DECRETO N . 2.115/2010, de 02 de junho de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 15 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal da Administração do Município de Schroeder - LC n . 004/98, de 19/05/1998:

| Nome | Nível Anterior | Nível Atual |
|---------------------------------|----------------|-------------|
| Anquita Viergutz | 14 | 15 |
| Avenida Krogel Manske | 21 | 22 |
| Ilvane Wudtke | 09 | 10 |
| Elisabeth Zils | 09 | 10 |
| Iracema Steinert Junkes | 11 | 12 |
| Katia Regina Amaral | 09 | 10 |
| Rosane Aparecida Weber | 09 | 10 |
| Rosilete Kinelt Rubin | 09 | 10 |
| Solange Beatriz da Silva Dunker | 09 | 10 |

Art. 2º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 16 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério do Município de Schroeder - LC n . 003/98, de 19/05/1998 e Anexo IV da LC n . 59/2008, de 11/11/2008:

| Nome | Nível Anterior | Nível Atual |
|------------------------|----------------|-------------|
| Hildo Artur HatschBach | 12 | 13 |

Art. 3o Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade   publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei n  1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 02 de junho de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

ATA DE REGSITRO DE PREÇO PREGÃO PRESENCIAL 113/2009-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N : 62/2009

Página: 1/1

| Número do Registro de Preços: 62/2009 Data do Registro: 08/12/2009 Válido até: 08/12/2010 Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de gráfica para suprir as necessidades Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC | | | | | | |
|--|---|-------|--|-----------------|----------------|---------------|
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Oferecida | Preço Unitário | Classificação |
| 1 | Bloco de Ordem de compra, 3x50 vias. Tamanho 15x21cm, cor 1x0 cor. Papel Autocopiativo (1  via branca picotada, 2  via amarela picotada, 3  via Azul fixa), numerado, colado e grampeado) | UN | GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052) | | 4,4900 | 1 |
| | | | HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191) | | 4,8500 | 2 |
| 2 | Bloco de Serviço de Patrulha Mecanizada - 2x50 vias. Tamanho 19x15,5 cm, 1x0 cor. Papel Autocopiativo, sendo a 1  via na cor branca e a 2  via na cor azul, numerado. | UN | GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052) | | 4,1900 | 1 |
| | | | HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191) | | 4,2000 | 2 |

SCHROEDER, 8 de Dezembro de 2009.



ATA REGISTRO DE PREÇO PREGÃO Nº 111/2009-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 1/1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 61/2009

Número do Registro de Preços: 61/2009 Data do Registro: 08/12/2009 Válido até: 08/12/2010

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Fluorssilicato de Sódio em pó para suprir as necessidades de Secretaria de Saneamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Oferecida | Preço Unitário | Classificação |
|------|---|-------|-------------------------------|-----------------|----------------|---------------|
| 1 | FLUORSSILICATO DE SÓDIO, SENDO: *FÓRMULA: Na ₂ SiF ₆ *APRESENTAÇÃO EM PÓ *DISPONIBILIZADO EM SACOS DE 25 Kg. *PESO MOLECULAR: 188,05 *PUREZA COMERCIAL %: 98 A 99% *SOLUBILIDADE EM GRAMAS DO PRODUTO EM 100ml DE ÁGUA: 0,762 *pH DA SOLUÇÃO SATURADA: 3,5 *ÍON FLURETO EM % (100% PURO): 60,7% | KG | BUSCHLE & LEPPER S.A. (11344) | PRAYON | 4,8000 | 1 |

SCHROEDER, 8 de Dezembro de 2009.



ATA DE REGSITRO DE PRÇEO PR 01/2010-FIA**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/2

FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE SCHROEDER**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2010****Número do Registro de Preços: 1/2010****Data do Registro: 08/03/2010****Válido até: 08/03/2011**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades do Setor de Conselho Tutelar da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Oferecida | Preço Unitário | Classificação |
|------|---|-------|--|-----------------|----------------|---------------|
| 1 | Água sanitária c/ cloro ativo frasco com 05 litros. | FRS | J.P DE LIMA COMÉRCIO (10124) | K - LAVA | 3,2000 | 1 |
| | | | TAMBORÃO QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA (10258) | LIMPA BEM | 5,9000 | 2 |
| 2 | Copos descartáveis de 180ml normatizado pelo INMETRO c/100 unidades. | FD | J.P DE LIMA COMÉRCIO (10124) | ALTO COPOS | 2,3000 | 1 |
| | | | TAMBORÃO QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA (10258) | COPOSUL | 2,5800 | 2 |
| 3 | Desinfetante 5 litros eucalipto com germicida e bactericida. | FRS | J.P DE LIMA COMÉRCIO (10124) | ARCHOTE | 5,8000 | 1 |
| 4 | Espuma de limpeza dupla face multiuso, com espuma de poliuretano com agente antibactérias e fibra sintética abrasiva, medindo 110mm x 75mm x 20mm. | UN | J.P DE LIMA COMÉRCIO (10124) | BRILHUS | 0,2900 | 1 |
| | | | TAMBORÃO QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA (10258) | ESFREBOM | 0,4200 | 2 |
| 5 | Lixeiras com tampa em plástico com capacidade mínima de 20 litros. | UN | J.P DE LIMA COMÉRCIO (10124) | MB | 12,0000 | 1 |
| 6 | Pano de limpeza cinza nas medidas mínimas de 60 x 90 cm. | UN | J.P DE LIMA COMÉRCIO (10124) | BAUMGAR-TENER | 1,8500 | 1 |
| | | | TAMBORÃO QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA (10258) | PANO PRATIC | 3,3000 | 2 |
| 7 | Panos de louça reforçado, nas medidas 45 x 75cm. | UN | J.P DE LIMA COMÉRCIO (10124) | BAUMGAR-TENER | 1,0500 | 1 |
| 8 | Papel higiênico super branco com 4 rolos 60 x 10cm cada, neutro com folha dupla. | PARC | J.P DE LIMA COMÉRCIO (10124) | LITOPPEL | 1,7500 | 1 |
| | | | TAMBORÃO QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA (10258) | BOB | 2,8800 | 2 |
| 9 | Rodas reforçados de alumínio de 0,60m com borracha substituível. | UN | J.P DE LIMA COMÉRCIO (10124) | MAHIL | 22,5000 | 1 |
| | | | TAMBORÃO QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA (10258) | CANADA | 33,0000 | 2 |
| 10 | Odorizador em aerosol para ambientes, sua composição é de álcool etílico, propilenoglicol, antioxidantes, fragrância e propolente (butano/ propano). | FRS | J.P DE LIMA COMÉRCIO (10124) | BOMBRIIL | 5,2000 | 1 |
| 11 | Sabonete líquido Concentrado para higiene das mãos, frasco com 5 litros. | FRS | J.P DE LIMA COMÉRCIO (10124) | AROMIL | 11,9000 | 1 |
| | | | TAMBORÃO QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA (10258) | SAUBA | 16,9900 | 2 |
| 12 | Saco plástico de lixo preto, 20 litros (39x52x0,04) pacote com 100 unidades. | PCTE | J.P DE LIMA COMÉRCIO (10124) | IDELA | 3,9000 | 1 |
| | | | TAMBORÃO QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA (10258) | | 0,0000 | 2 |
| 13 | Toalhas de papel pacote com 1250 folhas 22,5x21cm, com 2 dob | PCTE | J.P DE LIMA COMÉRCIO (10124) | BRIQJARAGUA | 4,4500 | 1 |
| | | | TAMBORÃO QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA (10258) | MAGISTRAL | 5,6000 | 2 |
| 14 | Vassoura de palha com cabo grande de madeira. | UN | J.P DE LIMA COMÉRCIO (10124) | COLONIAL | 7,9000 | 1 |
| | | | TAMBORÃO QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA (10258) | CANADA | 11,0000 | 2 |
| 15 | Cera líquida incolor com polímero acrílico, emulsão de Polietileno, antiderrapante, surfactante, plastificantes, dispersante, conservante, essência e água. Frasco com 750ml. | FRS | J.P DE LIMA COMÉRCIO (10124) | GIRANDO SOL | 2,4500 | 1 |
| | | | TAMBORÃO QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA (10258) | SEMPRE LIMPA | 5,5000 | 2 |

SCHROEDER, 8 de Março de 2010.

Vidal Ramos

PREFEITURA MUNICIPAL

Pregão Presencial 15/2010 - Aquisição Minibus

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

PREGÃO Nº. 15/2010

OBJETO: Constitui objeto do presente certame: Um veículo novo automotor Minibus, de fabricação nacional, 0 km, ano 2010/2010 ou superior.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo Decreto nº. 1.508/2008 de 01/01/2009 Nomeando a Comissão de Licitação e a Portaria nº. 257/2005 de 26/08/2005, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 15/2010, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93,

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 10:00 hrs do dia 18 de junho de 2010.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 10:00 hrs do dia 18 de junho de 2010, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Departamento de Compras e Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, e-mail: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 07 de junho de 2010.

NABOR JOSÉ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto nº 9.427/10

DECRETO Nº 9.427/10, DE 27 DE MAIO DE 2.010.

Concede Pensão por Morte, em face do óbito do servidor inativo JOSÉ ALVES DOS SANTOS, em caráter integral, nos termos do inciso I, § 7º do art. 40, da Constituição Federal, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e nos arts. 34 a 41 da Lei Complementar Municipal nº 023/2.002, à dependente presumida MARIA LUIZA ALVES DOS SANTOS, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Videira, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições e diante do contido no Processo Administrativo INPREVID nº 006/2.010,

DECRETA

Art. 1º Fica concedido o benefício de Pensão por Morte, em face do óbito do servidor inativo JOSÉ ALVES DOS SANTOS, que era brasileiro, casado, portador do CPF nº 304.918.949-53, em caráter integral, nos termos do inciso I do § 7º do art. 40, da Constituição Federal, observada a redação da Emenda Constitucional nº 041/2.003 e dos arts. 34 a 41 da Lei Complementar Municipal nº 023/2.002, à dependente presumida MARIA LUIZA ALVES DOS SANTOS (esposa).

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter integral, nos termos do inciso I do § 7º do art. 40 da Constituição Federal, observada a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 41/2.003, perfazendo o montante bruto total, de R\$ 896,82 (oitocentos e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos), que serão pagos mensalmente pelo INPREVID.

Parágrafo Único - O valor dos proventos será corrigido na mesma data e pelo mesmo índice conferido pelo Regime Geral de Previdência Social, nos termos da Lei Federal nº 11.784/2.008.

Art. 3º Fica declarada a extinção da aposentadoria por tempo de contribuição, concedida ao servidor falecido nos termos do Decreto nº 8.519/2.006, datado de 29/06/2.006.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 28/03/2.010, data do óbito do servidor inativo.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de maio de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de maio de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Decreto nº 9.433/10

DECRETO Nº 9.433/10 DE 02 DE JUNHO DE 2010.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.248/09 de 10 de dezembro de 2.009.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

| | |
|--|-----------|
| 02 - Gabinete do Prefeito Municipal | |
| 01 - Assessoria de Gabinete | |
| 2.002 - Manutenção da Chefia de Gabinete | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 | 15.000,00 |

| | |
|---|-----------|
| 07 - Secretaria Municipal de Educação | |
| 06 - Departamento de Esportes | |
| 1.006 - Construção/Ampliação/Reforma Ginásios, Quadras e Campos | |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 | 70.000,00 |

| | |
|--|-----------|
| 10 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente | |
| 01 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente | |
| 2.052 - Manutenção do Departamento de Agricultura | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 | 40.000,00 |



10 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
 01 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
 2.053 - Manutenção do Departamento de Meio Ambiente
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 30.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 155.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2009.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 02 de junho de 2010.
 WILMAR CARELLI
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de junho de 2010.
 HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
 Secretário de Administração

Decreto nº 9.434/10

DECRETO Nº 9.434/10, DE 02 DE JUNHO DE 2010.

Determina horário especial de expediente nas Repartições Públicas do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, usando das atribuições que lhe confere o art. 72, incisos IX e XII da Lei Orgânica do Município,

Considerando a realização da Copa do Mundo de Futebol/2010, com início em 11 de junho de 2010,

DECRETA

Art. 1º Fica estabelecido horário especial de expediente dos órgãos e entidades da Administração Municipal, direta, indireta, autarquias e fundações, ressalvados os serviços essenciais, em virtude dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol, nas seguintes datas:

I - Das 08:00h às 14:00h, no dia 15 de junho;

II - Das 08:00h às 10:30h, retornando no período vespertino das 13:30h às 17:45h, no dia 25 de junho.

Art. 2º Fica o Secretário de Administração, em casos excepcionais, autorizado a ajustar o horário de expediente previsto no art. 1º, objetivando assegurar a adequada prestação dos serviços públicos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 02 de junho de 2010.
 WILMAR CARELLI
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de junho de 2010.
 HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
 Secretário de Administração

Decreto nº 9.438/10

DECRETO Nº 9.438/10 DE 07 DE JUNHO DE 2010.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.248/09 de 10 de dezembro de 2009.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 2.240,00 (dois mil, duzentos e quarenta reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social
 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
 2.070 - Assistência ao Idoso
 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0026.0 Aplicações Diretas 2.240,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 2.240,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação dos recursos provenientes de convênio firmado com o Governo Estadual - FEAS/SST.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 07 de junho de 2010.
 WILMAR CARELLI
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de junho de 2010.
 HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
 Secretário de Administração

PR 112/2010 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2010 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 112/2010.

1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE SISTEMAS HIDRÁULICOS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.
2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE.
3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 22 de Junho de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC.
4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia.
5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45.
6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 07 de Junho de 2010.
 WILMAR CARELLI
 Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 22/2010 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2010-FMAS



O Prefeito Municipal de Videira, através do Fundo Municipal de Assistência Social, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 22/2010 - FMAS.

1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTOS DE URNAS MORTUÁRIAS E SERVIÇOS DE TRANSLADO PARA AUXÍLIO FUNERAL ÀS PESSOAS CARENTES.

2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE.

3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 21 de Junho de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC.

4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia.

5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45.

6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 04 de Junho de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

